MIEPE

MOSTRA INTERNACIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO



ANAIS

2023

LADVASF

FACAPE

2023 by LADVASF

Copyright © LADVASF

Copyright do Texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 LADVASF

Direitos cedidos para esta edição à LADVASF pelos autores.

Editor Chefe

LADVASF

Diagramação

Yuri Augusto Gomes Fontes

Revisão

Os Autores

APRESENTAÇÃO

Bem-vindos aos Anais da 1ª Mostra Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão da Faculdade de Petrolina, uma iniciativa realizada pelo professor Genivaldo de Nascimento em colaboração com a Liga Acadêmica de Direito do Vale do São Francisco. Este e-book compila uma diversificada coletânea de artigos e resumos que espelham o comprometimento e a qualidade acadêmica evidenciados ao longo do evento.

A Mostra, em parceria com a Liga Acadêmica de Direito, estabeleceu-se como um evento emblemático no cenário acadêmico da região do Vale do São Francisco. Proporcionando um espaço ímpar para a troca de conhecimento e experiências, a iniciativa promoveu a interdisciplinaridade como fator essencial para o desenvolvimento acadêmico.

Os Anais abordam uma extensa gama de temas relacionados ao ensino, pesquisa e extensão, refletindo a amplitude do conhecimento gerado durante o evento. Desde análises jurídicas inovadoras até investigações científicas e iniciativas de extensão com impacto local, cada contribuição demonstra o empenho na produção de conhecimento relevante e aplicável.

Estruturados de maneira organizada, os Anais facilitam a navegação por diferentes temas, destacando-se em seções distintas: Ensino, Pesquisa e Extensão. Cada seção oferece uma visão aprofundada das realizações acadêmicas e das discussões promovidas, contribuindo para uma compreensão abrangente das atividades apresentadas.

Estes Anais não são apenas um registro documental, mas uma fonte de inspiração e referência para futuras iniciativas acadêmicas. Agradecemos a todos os participantes, autores, avaliadores e apoiadores que tornaram possível este evento e está publicação.

Que este e-book inspire novas pesquisas, fortaleça práticas de ensino inovadoras e estimule a ampliação das atividades de extensão, consolidando a Faculdade de Petrolina como um centro de excelência acadêmica e compromisso social. Boa leitura!

Iarlley Islander Silva Sousa

Presidente da Liga Acadêmica de Direito do Vale do São Francisco

ANAIS I MIEPE – MOSTRA INTERNACIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A integralidade do conteúdo, dados, informações e correções contidos nos artigos é exclusiva responsabilidade de seus respectivos autores. O compartilhamento e download da obra são permitidos, desde que os créditos sejam devidamente atribuídos aos autores.

Qualquer modificação na obra ou seu uso para fins comerciais é expressamente proibido. A comissão organizadora do evento "**MIEPE - Mostra Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**" não assume responsabilidade por quaisquer alterações nos endereços convencionais ou eletrônicos mencionados na obra.

COMISSÃO ORGANIZADORA

Alan Patrick Cavalcante da Silveira

Ana Clarissa Santos Araújo

Arianne dos Santos Nunes Alves

Francisca Cecília de Carvalho Moura Fé

Genivaldo do Nascimento

Iarlley Islander Silva Sousa

Isadora Moura Fé Cavalcanti Coelho

Juliana Lopes Scariot

Laíse Mariz Nunes Leça

Nathália Kovalski Cabral

Nedja Mirela Lopes Maia

Vanessa Silva Santos

Michela D`Arc Campos Mota Maia

COMISSÃO CIENTÍFICA

Profª. Me. Laíse Mariz Nunes Leça (FACAPE)

Profª. Me. Isadora Moura Fé Cavalcanti Coelho (FACAPE)

Prof. Me. Genivaldo do Nascimento (FACAPE/UPE)

Prof. Me. Carlos Eduardo Romeiro Pinho (FACAPE/UPE)

Prof. Me. Vlader Nobre Leite (UPE)

Prof. Dr. Simão Pedro dos Santos (UPE)

Prof Dra. Renata Rios (UPE)

Prof. Dr. Moisés Diniz de Almeida (FACAPE/UPE)

Prof. Me. Wellington de Melo (Colégio de Aplicação-UFPE)

Profa. Dra. Marcela Croce (Universidade de Buenos Aires)

Profa. Dra. Mónica García (Pontifícia Universidade Católica Val Paraíso-Chile)

Prof. Dr. Victor Amar (Universidade de Cádiz-Espanha)

Profa. Dra. Socorro Macedo (FACAPE)

Profa. Manuela Travasso da Costa Ribeiro (Rede Estadual de Ensino de Pernambuco)

Profª. Me. Francisca Cecília de Carvalho Moura Fé (UNISINOS)

Profª. Me. Juliana Lopes Scariot (UNISINOS)

Profª. Me. Nathália Kovalski Cabral (UNISINOS)

Prof. Me. Alan Patrick Cavalcante da Silveira (UNEB)

Profª Me. Ana Clarissa Santos Araújo (UNISINOS)

Prof. Dr. Cristian Javier Lopez (Universidade de Pernambuco)

Anais I MIEPE (Petrolina/PE)

A532m

ANAIS I MIEPE – MOSTRA INTERNACIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO. Organizadores: Genivaldo do Nascimento [et al.]. – Petrolina-PE: LADVASF, 2023. 587p.

Material bibliográfico em PDF

Disponível em: facape.br

ISBN: 978-65-00-87014-5

Demais organizadores: Laíse Mariz Nunes Leça, Iarlley Islander Silva Sousa, Isadora Moura Fé Cavalcanti Coelho, Alan Patrick Cavalcante da Silveira, Ana Clarissa Santos Araújo, Arianne dos Santos Nunes Alves, Francisca Cecília de Carvalho Moura Fé, Juliana Lopes Scariot, Nathália Kovalski Cabral, Nedja Mirela Lopes Maia, Vanessa Silva Santos, Michela D`Arc Campos Mota Maia 1 – Pesquisa e Metodologia 2 – ANAIS I MIEPE – MOSTRA INTERNACIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.

CDD 060

SUMÁRIO

"AS VELHAS", DE LOURDES RAMALHO, À LUZ DA ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA 19

A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA EXECUÇÃO PROVISÓRIA NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DO JÚRI: PREVALÊNCIA DO PRINCÍPIO DA SOBERANIA DOS VEREDICTOS OU DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA? 37

A EXPLORAÇÃO COMERCIAL ESPACIAL: UMA ANÁLISE DO CONCEITO DE RECURSOS ESPACIAIS 53

A RELAÇÃO DA AFETIVIDADE COM O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA LÍNGUA INGLESA 67

A RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL EM VIRTUDE DO ABANDONO MATERIAL DA PESSOA IDOSA NA INSTITUIÇÃO CANTINHO DO ACONCHEGO NA CIDADE DE PETROLINA – PE 89

ANÁLISE DE MOVIMENTOS RETÓRICOS NA INTRODUÇÃO DE ARTIGOS ACADÊMICOS DAS ÁREAS DE ENFERMAGEM E MEDICINA 104

ANÁLISE DOS DETERMINANTES NO PARECER PRÉVIO DO TCM/BA EM RELAÇÃO AS CONTAS ANUAIS DOS MUNICÍPIOS 116

ANÁLISE DOS MOVIMENTOS RETÓRICOS EM RESUMOS DE ARTIGOS CIENTÍFICOS BASEADA NO MODELO SWALESIANO 139

APRENDIZAGENS E SINALIZAÇÕES DO PERÍODO DE ENSINO REMOTO: AS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO TRABALHO DOCENTE.....161

CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: UM OLHAR PROFUNDO SOBRE O IMPACTO NO BEM ESTAR MATERNO.....173

DAS OFICINAS DE CORDEL: A INSPIRAÇÃO, A TRANSPIRAÇÃO, O METATEXTO.....184

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE PETROLINA PE: UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS GASTOS DE 2014 A 2018.....203

EL VALOR PEDAGÓGICO DEL CARNAVAL COMO PATRIMONIO CULTURAL.....221

ELISÃO E EVASÃO DE TRIBUTOS: PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO OU ABUSO DE DIREITO?.....232

ENSINO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL ATRAVÉS DE METODOLOGIAS ATIVAS: REVISÃO DE ESCOPO.....244

FAMÍLIA QUATRO PATAS: UMA ANÁLISE DA GUARDA DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO EM CASO DE DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO OU UNIÃO ESTÁVEL.....259

INTERPRETAÇÃO DO POEMA “ A TRISTE PARTIDA”, DE PATATIVA DO ASSARÉ, À LUZ DE ELEMENTOS DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISURSO...274

LA VOZ DE LA MUJER UNIVERSITARIA MARROQUÍ. IMAGINARIO, CINE Y NARRATIVA 290

LETRAMENTOS E DESVENDAMENTOS NO UNIVERSO DA LÍNGUA INGLESA 308

O CAPS COMO PROTAGONISTA NA CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL HUMANO À SAÚDE MENTAL 324

JUIZ DAS GARANTIAS E A QUEBRA DA CADEIA DE CUSTÓDIA: UMA ANÁLISE SOBRE A EFICÁCIA DO PACOTE ANTICRIME NA GARANTIA DAS PROVAS 334

PRESERVAÇÃO DAS NARRATIVAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA ATOLEIRO/CAETÉS-PE 347

O REFLEXO DOS CONFLITOS FAMILIARES NA ROTINA ESCOLAR DO ALUNO 363

O SEGREDO DE JUSTIÇA NO DIREITO FALIMENTAR: EMBATE ENTRE A CONSTITUCIONALIDADE DA LEI Nº 9.307/1996 E O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE 379

PATENTES, PODERES E RESPEITO: CORONÉIS E CORONELISMO NO VALE DO SÃO FRANCISCO 393

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE NAS EMPRESAS DE PETROLINA-PE E JUAZEIRO-BA 410

USANDO ACTIVIDADES ORALES DE PUSHED OUTPUT PARA INCREMENTAR CALIDAD DE PARTICIPACIÓN DE ESTUDIANTES DE 9NO AÑO 429

VIOLÊNCIA E PANDEMIA: O CRESCIMENTO DO ÍNDICE DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19 443

VIOLENCE AND PANDEMIC: THE GROWTH IN THE DOMESTIC VIOLENCE RATE DURING THE COVID-19 PANDEMIC 443

¿QUIÉN SOY?: ESPECTACULARIZACIÓN MARGINAL EN O BANDIDO DA LUZ VERMELHA DE ROGÉRIO SGANZERLA 460

1ª FEIRA INTEGRADA DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (FIPAGRI): VALORIZAÇÃO, EXPOSIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DE PERNAMBUCO 461

A (IM)POSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL QUANDO OCORRER ABANDONO AFETIVO PELOS GENITORES 462

A (IR)RENUNCIABILIDADE E O NÃO EXERCÍCIO DA GARANTIA DO JÚRI À LUZ DA TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS 463

A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA COMO MECANISMO PARA O ALCANCE DO 16 OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ONU - ANÁLISE DE RESULTADOS OBTIDOS POR MEIO DA PESQUISA DESENVOLVIDA COM O APOIO DA PIBIC/CNPQ DURANTE 2022/2023 464

A AUTOMATIZAÇÃO DE PROCESSOS COMO DIREITO FUNDAMENTAL À TUTELA JURISDICIONAL EFETIVA: UMA ANÁLISE À LUZ DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....465

A CRISTALIZAÇÃO DA SOFRÊNCIA ROMÂNTICA A PARTIR DE OBRAS MUSICAIS CONTEMPORÂNEAS.....466

A IMPORTÂNCIA DA PSICOEDUCAÇÃO NOS GRUPOS REFLEXIVOS PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER.....467

A JUSTIÇA FEDERAL COMO INSTRUMENTO DE APLICAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA.....468

A PRESERVAÇÃO DA SAÚDE MENTAL COMO UM DIREITO TRABALHISTA SOB A ÓTICA DO DIREITO E DA MEDICINA.....469

A PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO E A REFORMA DO NOVO ENSINO MÉDIO 470

A RELEVÂNCIA DOS MITOS DE LILITH E DE EVA PARA A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA NAS OBRAS “O PAPEL DE PAREDE AMARELO” E “LILITH”: RELAÇÕES DIALÓGICAS E INTERTEXTUAIS.....471

A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA OBRA “OLHOS D’ÁGUA” DE CONCEIÇÃO EVARISTO À LUZ DO FEMINISMO NEGRO.....472

ANÁLISE COMPARATIVA DO CUSTO DA CESTA BÁSICA NO PÓLO PETROLINA (PE) E JUAZEIRO (BA).....473

ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI NA OBRA "O SOL É PARA TODOS" DE HARPER LEE 475

ANÁLISE DE CAPITU COMO ARQUÉTIPO DE RUPTURA FEMININA DA SOCIEDADE CONSERVADORA 476

ANALISE DO IMPACTO DA RESTRIÇÃO HÍDRICA NA PERDA DE PRODUTIVIDADE DA GOIABA PALUMA 477

APATRIDIA INFANTIL E LEGISLAÇÕES DISCRIMINATÓRIAS DE GÊNERO: MÃES SEM DIREITOS, FILHOS APÁTRIDAS 478

AUTISMO: O PROCESSO DE LUTA E EXPERIÊNCIA PELOS PAIS 479

CONTABILIDADE AMBIENTAL: UMA PROPOSTA DE SUA APLICABILIDADE NA INDÚSTRIA DE MINERAÇÃO 480

DESCOLONIZAÇÃO DO DIREITO E SUA OPERACIONALIZAÇÃO A PARTIR DA LÓGICA DA INTERSECCIONALIDADE: UM FAZER JUSTIÇA POSSÍVEL 481

DIREITO À INFORMAÇÃO: EFETIVAÇÃO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO PELO MUNICÍPIO DE FILADÉLFIA-BA (2022-2023) 482

EDUCAÇÃO E RAZÃO VITAL: UMA EDUCAÇÃO ESTÉTICA DO HOMEM NAS MEDITAÇÕES DE ORTEGA Y GASSET 483

HABEAS CORPUS 145.875/SP: A (IM)POSSIBILIDADE DE SEREM OS INUMPUTÁVEIS ALVO DE MEDIDAS DESPENALIZADORAS.....484

ISENÇÃO DO IRPF: UMA ANÁLISE ACERCA DA TAXATIVIDADE DO ART. 6, XIV, DA LEI Nº 7.713/88.....485

O AUXILIO-MORADIA PARA JUÍZES: POSSÍVEIS ARTICULAÇÕES DOS ARRANJOS INSTITUCIONAIS DO ESTADO BRASILEIRO.....486

O COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR DIANTE DA VARIAÇÃO DE PREÇOS DOS ALIMENTOS NO PERÍODO DA PANDEMIA.....487

O CONTO E OS CRIMES: "JOÃO E MARIA" COMO DISPOSITIVO DE ESTUDO DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....489

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO NORDESTE BRASILEIRO: O CASO DA FRUTICULTURA IRRIGADA DO POLO PETROLINA-PE E JUAZEIRO-BA.....490

O ENSINO JURÍDICO E A FORMAÇÃO DE CIDADANIA NOS FUTUROS OPERADORES DO DIREITO.....491

O SILÊNCIO SELETIVO COMO DIREITO FUNDAMENTAL À DEFESA.....492

PUNIÇÃO E EVOLUÇÃO: A DESCONFORMIDADE DA LEGISLAÇÃO PENAL BRASILEIRA FRENTE AO AVANÇO CIBERNÉTICO.....493

QUIOSQUE DA UMBUZADA: UMA MEDIDA DE POLÍTICA PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E PRODUTIVO DE JUAZEIRO, NO SEMIÁRIDO BAIANO.....494

SERIAL KILLER E O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: A IMPUTABILIDADE DO ASSASSINO EM SÉRIE NO BRASIL.....495

TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) NA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM CONTABILIDADE: UM ESTUDO COM DOCENTES E DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NA FACULDADE DE PETROLINA.....496

TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS E ESTADUAIS PARA O MUNICÍPIO DE PETROLINA-PE.....497

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: UM DIÁLOGO CRÍTICO A PARTIR DA SÉRIE “MAID”.....498

A LITERATURA DE CORDEL EM SALA DE AULA: REFLEXÕES E PROPOSTAS PARA ABORDAGENS METODOLÓGICAS SIGNIFICATIVAS 500

NOVO CANUDOS NA BAHIA, DE NOVO?.....518

O GÊNERO HQ EM TURMAS DE EJA EM CONTEXTO PRISIONAL DE ENSINO: UMA PROPOSTA DE TRABALHO PARA ALÉM DOS MUROS DA ESCOLA.....547

A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DO CAPÍTULO "A CASA DAS GÊMEAS" NO ESTUDO DAS NARRATIVAS 562

A IMPORTÂNCIA DO REGISTRO DE “MARCA” NO CONTEXTO DO DIREITO EMPRESARIAL: ASPECTOS JURÍDICOS E PRÁTICOS 563

A JUSTIÇA SEGUNDO ‘A REPÚBLICA’ DE PLATÃO 564

A NARRATIVA BREVE DE MIA COUTO COMO INCENTIVO À LEITURA E REFLEXÕES SOBRE REALIDADES DIFÍCEIS 565

CURTA O ECA 566

DIÁLOGO COMPETITIVO: UMA ANÁLISE ACERCA DA MODALIDADE DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES FRENTE AOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS 567

DIREITOS HUMANOS: AS MEDIDAS SOCIOASSISTENCIAIS PARA MENINAS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL NO CONTEXTO DE PETROLINA-PE EM 2022 568

EDUCAÇÃO FISCAL, CONSENTIMENTO AO TRIBUTO E CIDADANIA 569

FAKE NEWS E PROPRIEDADE INTELECTUAL: UMA ANÁLISE DA INTERSEÇÃO ENTRE A DISSEMINAÇÃO DE NOTÍCIAS FALSAS NAS ELEIÇÕES E AS QUESTÕES DE DIREITOS AUTORAIS E MARCAS REGISTRADAS 570

LAÇOS FRÁGEIS: ANALISANDO A FRAGILIDADE DOS LAÇOS HUMANOS 571

LITERATURA VISUAL: ARTEFATO DECOLONIZADOR DA SURDEZ 572

LIXO ELETRÔNICO: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR NO ENSINO DE CIÊNCIAS 574

OS PROCESSOS DE SEPARAÇÃO DE MISTURAS: UMA PROPOSTA EDUCATIVA COM ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL 575

PATENTE: UMA ANÁLISE DO PINCEL TRIANGULAR DE MAQUIAGEM DAS MARCAS MARI MARIA MAKEUP E KYLIE JENNER COSMETICS 576

SHAKESPEARE NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DE LÍNGUA INGLESA PARA O ENSINO MÉDIO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA 577

A CONTRIBUIÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA A APLICAÇÃO DOS REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS 579

AÇÕES CONSCIENTES: INSTALAÇÃO DE PONTOS DE COLETA DE PILHAS E BATERIAS EM UM PRÉDIO EMPRESARIAL, NA CIDADE DE PETROLINA 580

ASSISTÊNCIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA – AJU 581

CURSO DE EXTENSÃO: INTRODUÇÃO À JUSTIÇA RESTAURATIVA 582

O ENSINO DE DIREITO CONSTITUCIONAL PARA ALUNOS DA FACULDADE DA TERCEIRA IDADE-FATI.....583

TENDÊNCIA RENOVADA NÃO DIRETIVA.....584

PESQUISA

"AS VELHAS", DE LOURDES RAMALHO, À LUZ DA ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA

Vlader Nobre Leite
Universidade de Pernambuco/Campus Petrolina
Mestre em Literatura
Doutorando em Ciências da Linguagem

Genivaldo do Nascimento
Universidade de Pernambuco/Campus Petrolina
Faculdade de Petrolina
Mestre em Educação
Doutorando em Ciências da Linguagem

Carlos Eduardo Romeiro Pinho
Universidade de Pernambuco/Campus Petrolina
Faculdade de Petrolina
Mestre em História
Doutorando em Ciências da Linguagem

RESUMO: Este trabalho tem por objeto de estudo a peça *As velhas*, da autora paraibana contemporânea Lourdes Ramalho. Travaremos, preliminarmente, uma discussão sobre a dramaturgia feminina brasileira, perpassando, evidentemente, por uma discussão do cânone (regionalismo/universalismo) e gênero, ou seja, como se porta uma tradição literária acerca de uma dramaturgia feminina, e, mais, por estar desligada geograficamente dos grandes centros culturais (Sudeste), uma autoria feminina nordestina. Após esta discussão, e, consequente contextualização da autora na dramaturgia brasileira, interpretamos, à luz de elementos da Análise do Discurso Crítica, o enredo da peça, enfocando os planos, o espaço, tempo, personagens, as tensões e os símbolos presentes na obra. Os aspectos da ADC utilizados na interpretação dessa obra são a democratização do discurso, os significados das palavras e a intertextualidade. O corpus da pesquisa foi a peça "As Velhas", de autoria de Lourdes Ramalho. Este estudo demonstra, no que se refere ao texto dramatúrgico, que o tema da autoria feminina é permeado de questões de gênero, representatividade, cânone, relações de poder e apagamentos sociais. Para tanto, daremos ênfase a conceitos como ideologia, hegemonia, democratização do discurso e intertextualidade. Esperamos contribuir na discussão acerca da ideologia que apaga/silencia as vozes femininas nordestinas na dramaturgia brasileira. Para isso, entendemos que a escolha Análise do Discurso Crítica como escopo para esse trabalho de interpretação se justifica pelo aspecto político e intervencionista dessa disciplina, a qual considera o discurso como prática social, discursiva e textual.

Palavras-chave: Dramaturgia; autoria feminina; gênero; discurso; poder; intertextualidade.

ABSTRACT: This work has as its object of study the play As old, by the contemporary Paraíba author Lourdes Ramalho. We will preliminarily engage in a discussion about Brazilian female dramaturgy, evidently going through a discussion of the canon (regionalism/universalism) and gender, that is, how a literary tradition relates to female dramaturgy, and, moreover, why it is geographically disconnected from the major cultural centers (Southeast), a female author from the Northeast. After this discussion, and consequent contextualization of the author in Brazilian dramaturgy, we interpret, in the light of elements of Critical Discourse Analysis, the plot of the play, focusing on the plans, space, time, characters, tensions and symbols present in the work . The aspects of CDA used in the interpretation of this work are the democratization of discourse, the meanings of words and intertextuality. The research corpus was the play “As Velhas”, written by Lourdes Ramalho. This study demonstrates, with regard to the dramaturgical text, that the theme of female authorship is permeated by issues of gender, representation, canon, power relations and social erasure. To this end, we will emphasize concepts such as ideology, hegemony, democratization of discourse and intertextuality. We hope to contribute to the discussion about the ideology that erases/silences northeastern female voices in Brazilian dramaturgy. To this end, we understand that the choice of Critical Discourse Analysis as the scope for this interpretation work is justified by the political and interventionist aspect of this discipline, which considers discourse as a social, discursive and textual practice.

Keywords: dramaturgy; female authorship; gender; speech; power; intertextuality.

1. INTRODUÇÃO

Antes de iniciarmos qualquer explanação sobre o tema, é pertinente discutirmos, em poucas linhas, algumas percepções sobre o texto dramático.

Drama significa ação. Pertencente ao gênero dramático, segundo a teorização de *Teoria dos Gêneros*, derivando da tragédia grega (Cf. ROSENFELD, 1985), o texto teatral, ao longo dos tempos, vem se centrando no *diálogo*, pois a ação se consubstanciará nessas vozes conflituosas. A partir do Renascimento, com a perda da noção de *coletividade*, que, então havia entre os gregos atenienses (séc. V a.C, principalmente), focalizado cada vez mais no conflito do *indivíduo*, os dramaturgos, a seu tempo, trouxeram ao palco as relações *intersubjetivas* (Cf. WILLIAMS, 2002).

A ação dramática é-nos posta no palco, durante as performances dos personagens, pois o texto dramático, diferentemente dos outros textos, é construído para ser encenado. E é aqui que desejamos problematizar um pouco: por ter esta finalidade, muitos discutem se é possível falar em *literatura* no texto teatral. Quando corremos nossos olhares a maioria dos livros didáticos, dirigidos ao ensino médio, ou, ainda, quando nos deparamos – como foi nossa experiência enquanto acadêmicos do curso de Letras – com grades curriculares de alguns cursos universitários Brasil afora, percebemos que poucos se dedicam a algumas linhas sobre o texto dramático. Há toda uma tradição voltada para os outros gêneros – o narrativo e o lírico.

Portanto, antes de pensarmos em dramaturgia feminina, é interessante constatar que, do ponto de vista da tradição literário, optar por escrever um drama é atividade de quem *milita* em favor deste gênero, na tradição brasileira, um tanto quanto *à margens* dos “grandes” textos.

As velhas é, antes de tudo, um excelente texto. Dotado de um forte movimento de empenhar estilo e forma próprias da dramaturga Lourdes Ramalho. Simbólico, com fortes cenas, e, sobretudo, com uma trama – engajamento de atos – muito bem conexa. Há forte valor literário nesta peça, e claro, em toda sua dramaturgia:

> Lourdes Ramalho é re/conhecida, já desde suas primeiras peças vindas a público entre 1970 e 1978, por sua dicção literária desabrida, de poeta que não se cala diante de injustiça sociais, históricas ou políticas, como também pela pesquisa envolvida em sua criação, centrada no desvendamento e re/significação das raízes populares e ibéricas do universo cultural do Nordeste brasileiro. O motivo maior do renome, alcançado em trinta anos de intensa atividade criadora (sua obra inclui cerca de cinqüenta textos, em prosa e em verso, que vão da tragédia à comédia, passando pelo drama e pela farsa) parece ser a maneira singular por meio da qual a autora representa a situação dos grupos em posição subalterna em nossa sociedade, atingindo um resultado que ultrapassa o local em direção ao universal. (ANDRADE, 2005, “a”).

Imprimindo um forte estilo, com uma temática social cortante, o texto *As velhas* tornase grande referência na obra da autora, somando-se ao primor do texto, juntam-se as grandes encenações, confirmando, de vez, o nome da autora na dramaturgia de seu tempo:

> Destaca-se *As Velhas* que tornou-se a obra mais conhecida da autora, graças a uma série de montagens que excursionaram dentro e fora do Brasil. Além da sua estréia em 1975 duas encenações fizeram-se falar: a do recifense Didha Pereira no Teatro Popular dos Coelhos, em 1988,

> e, um ano mais tarde, a do espanhol Moncho Rodriguez dentro do seu projeto no Centro Cultural Paschoal Carlos Magno, em Campina Grande. Esta última montagem ganhou o título “Melhor Peça do Ano” pelo CENACEN. (MÖLLER-ZEIDLER, p.1993)

Acreditamos na imensa contribuição, para o sucesso das encenações, do texto. E embora ainda escutemos frases como “texto de teatro não é literatura”, respondamos a este pensamento com um excelente texto como *As velhas*.

“As Velhas” é um texto literário. Nesse sentido, para adentramos nas noções iniciais da Análise Crítica do Discurso (ACD), é oportuno compreender a interação entre linguagem (aspetos linguísticos, semióticos) e os fenômenos sociais (poder, ideologia, cultura, política, economia).

2. LUGAR DE MULHER É... NA DRAMATURGIA

Por se tratar de uma autora feminina, algumas considerações merecem linha. Percorrendo a tradição literária, vamos encontrar grande número de obras de autoria masculina. Desde os gregos (Aristóteles, Platão, Homero, etc), até nossos autores (Guimarães Rosa, Machado de Assis, etc), o ser masculino vem imprimindo seu olhar em suas escrituras. Mas e o olhar feminino? Por onde andaram as mulheres, em nossa tradição literária?

Para respondermos a isso, necessitamos fazer uma articulação entre expressão artística e contexto social, para percebermos que, longe de ser uma questão de fácil resposta, nesta conexão é possível identificar estruturas e relações de poder, ocorridas no plano socioeconômico e repercutidas nas expressões artísticas. Uma discussão permeada pela questão de gênero. Pensamos “gênero” como sendo uma definição que

> Repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um único sentido. Como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas, o gênero implica em quatro elementos: primeiro, os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas (...) Em segundo lugar, os conceitos normativos que põem em evidência as interpretações do sentido dos símbolos, que se esforçam para limitar e conter suas possibilidades metafóricas (...) Este tipo de análise deve incluir uma noção de política bem como uma referência às instituições e à organização social – este é

> o terceiro aspecto (...) O quarto aspecto do gênero é a identidade subjetiva (SCOTT, 1990)

Se olharmos para a tradição dos textos dramáticos, no Brasil, perceberemos que, em sua grande maioria, são textos de autoria masculina. Isto nada tem a ver com um insucesso artístico feminino ou falta de habilidade artística. Trata-se de relações sociais travadas, historicamente, em nossa sociedade, assim como na sociedade como um todo. Os homens sempre ocuparam os espaços públicos (praças, bailes, comícios, espetáculos). As mulheres cuidavam do espaço privado (a casa, os afazeres domésticos, a maternidade); somente poderiam ir ao espaço público, acompanhadas de seus esposos e familiares. A racionalidade sempre fora atribuída ao homem, enquanto que a mulher recebia a simbologia de emotividade: o homem e sua lógica *versus* a mulher e sua intuição. Isto, estamos pensando nós aos moldes ocidentais.

As relações sociais são sinalizadas nas formas artísticas, que vão construindo e reconstruindo significados, ao longo da história de uma sociedade.

> A experiência literária baseava-se no duvidoso conceito de *universalidade*. Assim, a viagem através do desconhecido (...) tornava-se metáfora da investigação humana do mistério, do cosmos; e o ingresso no mundo adulto era quase sempre marcado por um feito heróico, como a caçada a um animal selvagem ou o resgate de um objeto valioso. (E muitas vezes esse objeto era uma mulher.) Equiparada na literatura com conceitos como os de *texto, objeto* ou *musa*, a mulher que questionasse esse *status quo* se via desamparada diante de um estabelecimento crítico, sustentado pela universalidade, que ignorava peculiaridades que não se enquadrassem no paradigma masculino, dito universal (FUNCK, 1994)

Refletir sobre o feminino é repensar todas essas questões, mas sempre em “relação a”, nunca “em oposição”, visto que, ao longo da história, homens e mulheres interagem em suas formas de pensar e agir. Optando por “oposição” parece conduzir para uma separação entre os dois gêneros. O que não é interessante para nossa discussão. Preferimos pensar o feminino interagindo com o masculino em suas relações sociais e em suas expressões de arte.

> Concretamente, podemos afirmar que, ao longo da história, foi-se construindo um discurso patriarcal autoritário, segregador de vozes divergentes. Algumas mulheres optaram por adaptar-se a esse discurso e outras por questioná-lo a fim de desmarginalizar a escritura da mulher e reconstruir um imaginário novo. Estas últimas têm refletido, em torno do gênero, a possibilidade ou impossibilidade de uma linguagem própria e a necessidade de reconstrução da história a partir de um novo lugar de enunciação que permita reenfocar a relação centro-margem (RAVETTI & ROJO, 1996)

No guiso da *marginalização*, compreendendo todos estes implicadores socioculturais, a mulher sempre desempenhou forte papel na evolução histórico-artística da sociedade. Temos Viginia Wolf, Florbela Espanca, na literatura alienígena, com suas peculiares percepções. E, no caso brasileiro, temos na poesia Cecília Meireles, Adélia Prado, na prosa, Clarice Lispector, Rachel de Queiroz, dentre outras, que trouxeram significante contribuição para a construção de nossa literatura. E na dramaturgia? São percebidos os registros de uma dramaturgia feminina desde meados do século XIX, na figura de Josephina Álvares de Azevedo, principalmente com sua peça *O voto feminino* (Cf. SOUTO-MAIOIR, 2001).

No caso de nossa autora, aparecendo no início dos anos 70, já tendo participado da experiência de "modernização" por que o Brasil passou, resolve escrever para o teatro no

Nordeste, "uma das regiões mais tradicionais do pais" (MÖLLER-ZEIDLER, 1993). Região ainda centrada no patriarcado, como resquício de um processo colonizatório ibérico, resolver dedicar-se ao labor artístico, enquanto escritora feminina que é, torna-se desbravador.

"Descendente de uma família de artistas populares, bisneta de um cordelista famoso" (MÖLLER-ZEIDLER, 1993), nutre forte inclinação, desde cedo, pela temática nordestina, sobretudo quanto às suas manifestações populares. *À margem* do fervor artístico do Sudeste, resolve, em sua obra, discutir as relações humanas e problematizá-las com personagens femininos fortes (como n'*As velhas*), com estruturas sociais falidas (caso d'*A feira*), percorrendo, ainda o riso do povo nordestina e suas raízes ibéricas.

3. NO MEIO DO CAMINHO, HÁ O CÂNONE E O APAGAMENTO DAS VOZES FEMININAS

Neste tópico, demonstraremos como o cânone legitima, nos seus discursos, as vozes masculinas e apaga as das mulheres. As Velhas, de Lourdes Ramalho, é um texto que retira parte dessa masculinização da dramaturgia brasileira. Esse movimento retórico atende ao conceito de democratização do discurso apresentado por Fairclough:

> Por ‘democratização’ do discurso entendo a retirada de desigualdade e assimetrias dos direitos, das obrigações e do prestígio discursivo e linguístico dos grupos de pessoas. Tanto no discurso como de um modo mais geral, a democratização tem sido um parâmetro importante de mudança. (2019, p.258)

Como aponta o autor, há campos nos quais as relações desiguais de poder apresentamse, seja de modo evidente ou implicitamente (eliminação de traços desse poder em processo). Esses elementos assimétricos encontram eco no campo literário, dominado por autores masculinos e críticos literários masculinos**.** Uma breve investigação sobre isso deixa transparecer tal fenômeno, a saber: Maria Firmino Reis (mulher negra autora de “Úrsula”, de 1859), que escreve sobre a condição do negro na literatura antes do consagrado “poeta dos escravos”, Castro Alves”; Tarsila do Amaral, artista fundamental ao modernismo brasileiro, comumente apresentada como “esposa de Oswald de Andrade”, Clarice Lispector, escritora representativa de uma literatura psicológica densa, que, em razão de sua primeira obra (“Perto do Coração Selvagem”, de 1943), recebeu críticas pelo seu estilo de escrita, inclusive deixando, ironicamente, uma crítica[1] em seu conhecido livro “A hora da estrela”, de 1977.

Esse fenômeno de apagamento ou inferiorização da mulher na sociedade brasileira evidencia a necessidade de se pensar, a partir do conceito de democratização, as relações de gênero: “A literatura que prolifera sobre ‘linguagem e gênero’ contém estudos que sugerem assimetrias entre mulheres e homens (em favor dos homens)” (FAIRCLOUGH, 2019, p.262). Essas práticas discriminatórias (evidentemente, antidemocráticas) estão presentes na literatura, fundamentalmente na construção do fenômeno do cânone literário brasileiro (em geral masculino, branco, hétero e, predominantemente, do sudeste).

Derivada do grego *kanon* (objeto que serve para medir), a palavra *cânone* passou a designar aquilo que é *norma*, *lei* (Cf. REIS, Roberto. In: *Cânon*). Para nós, em especial interessa esse movimento de *valoração* de um trabalho artístico, fazendo, do ponto de vista literário, surgir adjetivos como “boa” literatura, “má” literatura, “grande” obra, obra “regular”.

[1] “(...) até o que escrevo um outro escreveria. Um outro escritor, sim, mas teria que ser homem porque escritora mulher pode lacrimejar piegas: e põe em cheque até mesmo a importância de seu trabalho diante da manifestação de vida” (LISPECTO, C. **A hora da estrela.** 23 ed. São Paulo: Ática, 2013)

> O que interessa reter, mais do que uma diacronia, é que o conceito de cânon implica um princípio de seleção (e exclusão) e, assim, não pode se desvincular da questão do poder: obviamente, os que selecionam (e excluem) estão investidos da autoridade para fazê-lo e o farão de acordo com os seus interesses (isto é: de sua classe, de sua cultura, etc. convém atentar ainda para o fato de que o exercício desta autoridade se faz num determinado espaço institucional (REIS, s/d, In *Cânon*, p.70).

Quando dissemos da necessidade se reconhecer no teatro de Lourdes Ramalho um relevante valor artístico, capaz de concorrer em nível de igualdade a qualquer texto dos grandes centros culturais, estávamos discutindo sobre esses termos: há, na tradição literária, e no caso brasileiro isso não é diferente, mecanismos de *canonização*, de valoração de obras artísticas. Basta folhearmos alguns livros sobre literatura brasileira para estudantes do ensino médio, para constatarmos estes movimentos valorativos: o livro estará repleto de autores e a compreensão do *cânone* transita também para a compreensão de estruturas de poder: nas editoras, escolas, Universidades, meios de comunicação, é perceptível o vislumbramento destas forças. Essa reflexão, que extrapola uma perspectiva de uma análise textual, a partir dos elementos analíticos da ACD, apontam para a noção de práticas sociais, compreendendo a linguagem como algo “investido de poder e ideologias, capaz de construir as dimensões sociais do conhecimento, das relações e da identidade social. É essa visão de discurso, estreitamente ligada ao situacional, institucional e societal que interessa à ACD” (MAGALHÃES, C. 2001, p.16.).

4. ENREDO: AS “VELHAS” ANGÚSTIAS HUMANAS; UM ‘NOVO’ GRITO ANCESTRAL

De acordo com o escritor Mário Quintana, “O passado reconhece o seu lugar: está sempre presente”. Essa citação ajuda a compreender que todo dizer no agora é precedido de outros dizeres ancestrais, naquilo que se conheceu nos estudos bakhtinianos como dialogismo, sendo ponto de partida para as noções de interdiscurso e intertextualidade. Fairclough aponta para a historicidade contida nos textos, como frutos de contextos sociais específicos, em práticas discursivas que refletem as tensões no campo do discurso, do poder, das ideologias. De acordo com Célia M. Magalhães,

> o conceito de intertextualidade (...) é central para a teoria social do discurso, sendo associado ao de hegemonia de modo produtivo. Para Fairclough, a historicidade inerente dos textos (...) torna-os capazes de exercer os papéis importantes de liderança da mudança sociocultural na sociedade. É proposta da ACD, portanto, mapear as alternativas e limites dos processos intertextuais dentro de determinadas hegemonias ou estado de luta hegemônica, mas também conceber esses processos e outros, de contestação e reestruturação das ordens de discurso, como processos de luta hegemônica na esfera do discurso, simultaneamente afetando e sendo afetados por essa luta num sentido mais amplo (2001, p.18)

Ante o acima exposto, analisaremos o enredo à luz desses aspectos, compreendendo que os textos conversam entre si num processo permanente e dinâmico de dizeres: “não pode haver enunciado que, de uma maneira ou de outra, não reatualize outros” (FAIRCLOUGH, 2019, p. 139). Assim sendo, nos estudos literários, são fundamentais essas questões (intertextualidade, dialogismo, influência, interdiscurso). Termo cunhado por Kristeva, em 1969, intertextualidade é compreendida da seguinte forma: “todo texto se constrói como um mosaico de citações” (apud NITRINI, 2015, p. 161). Nesse sentido, não há texto sozinho, isolado, mas sempre inserido em dados contextos sociais historicamente constituídos. Ou seja, os enunciados são textos constituídos por outros textos, e, nesse fenômeno, os discursos se entrecruzam e se constituem.

Uma lição muito importante, apontada por Fairclough, sobre esse processo, é a de que há uma fundamental relação entre intertextualidade e hegemonia, uma vez que a produção dos textos e suas relações com textos anteriormente construídos, em razão do jogo verbal das práticas sociais, são socialmente limitadas e condicionadas às relações de poder. Seguindo a análise a partir disso, adentremos no enredo.

As Velhas: composição

Peça composta, não por atos, mas por cenas, ao todo 11, tem como conteúdo temático a saga dos retirantes nordestinos que fogem das adversidades de um sertão seco e pobre: Mariana, 40 anos, é a matriarca de uma família de dois filhos – Chico, 20 anos e Branca, 16 anos; abandonada, quando ainda grávida da filha mais nova, pelo marido – Tonho – percorre os sertões em rotina cigana; Vina, 45 anos, cigana, mãe de José, 22 anos, é a mulher pela qual

Tonho resolve abandonar sua esposa grávida, e que encontra-se prostrada em uma cama, sem poder andar por si só. Estes são os dois núcleos familiares

que se inter-cruzarão no decorrer da peça. Acrescente-se a estes, a figura de Tomás, um mascate de 30 anos, que sai a vender mercadorias pelos sertões, e que, com seus movimentos, ter-se-á a articulação entre aqueles núcleos.

Teremos os seguintes planos espaciais: [1] a oiticica – local no qual a família de Mariana se alojará, convertendo-o em morada; [2] a casa de Vina – situada em área urbana, bem instalada; e [3] a nesga do mato – um caminho inter-relacionando os dois mundos.

Quanto à caracterização dos personagens, assim se apresentam: Mariana – mulher forte, rígida e centralizadora, abandonada pelo marido ainda nova e grávida, desconhecendo, a partir daí, os desfrutes da sexualidade; dedicada ao trabalho e aos costumes tradicionais, apresenta-se sempre desconfiada de algo; Chicó – rapaz novo, de muito vigor físico, de temperamento muito explosivo, gosta do de deleitar-se com mulheres e de beber uma cachaça; Branca – moça nova, viçosa, no aflorar da sexualidade, confronta-se constantemente com sua mãe sobre, principalmente, a questão feminina; Vina – mulher já cansada, enferma, muito apegada ao filho e bem interessada nos assuntos da região, demonstrando muito lucidez sobre o que se passa à sua volta; José – homem também muito novo, viril, mostra interesse pelos problemas políticas de seu lugar; Tomás – ambulante, a vender mercadorias, demonstra muita curiosidade sobre a vida de todos. Amarrando a trama, teremos, a partir da figura de Tomás, o envolvimento amoroso de Branca com José, o que renderá fortes efeitos, e também termos a aproximação fraternal entre José e Chico.

À procura da inimiga[2]

Mariana percorrerá toda a trama em busca de algo: que seria?

> Que vida tenho levado! Isso é baião pra doido. Queria ver se com Tonho a gente tinha desandado a esse ponto... Tinha nada! Tonho era aquela moleza, aquela queda pelas feme, mas era homem, e homem de todo jeito é respeitado. Se num fosse aquela cadela prenha ter se atravessado na vida da gente... Tirou o pai de meus filhos, o sossego da família... Foi que nem a outra disse, ah, praga dos seiscentos diabo, fiquei sem meu Tonho e quem quiser que pense o que é uma mulher nova, forte, viçosa, caçar nos quatro canto da casa o seu homem e só achar a saudade dele... Dá vontade da gente desabar no meio do mundo e fazer tudo o que num presta.... isso eu num fiz, sei mesmo que num fiz pela obrigação dos filho, mas ele merecia. Tem nada não, tudo vem a seu tempo – e

[2] A expressão é de MACIEL, 2004, “a”

> agora... (*Sente a presença d estranhos*.) – Ô xen, quem é o senhor? (RAMALHO, 2005)

Permeando toda a problemática da seca no sertão, do quadro político comprometido com estruturas de poder, além do castigante êxodo rural, por que passa a família de Mariana, o que a motivou sair mundo afora foi bem mais que tudo isso: foi sua condição de mulher abandonada pelo marido. Atribuindo culpa a outra mulher que "tirou o pai de" seus filhos, perseguirá esta *inimiga*, como que procurasse a si mesmo: a própria sexualidade, que se perdera com o abandono do marido.

É interessante, como elementos composicionais das práticas discursivas presentes na obra, esse "lugar comum" recorrente atribuído ao nordeste brasileiro: seca, fome, miséria e violência. Na literatura brasileira, desde o início do processo de colonização, a marcha para o "sertão" traz a dinâmica social dicotomizada entre "povo do litoral" e "povo do sertão", numa construção discursiva, como nos ensina Durval Muniz, em sua obra icônica "A invenção do Nordeste:

> Questionamos a própria ideia de identidade, que é vista por nós como repetição, uma semelhança de superfície, que possui no seu interior uma diferença fundante, uma batalha, uma luta, que é preciso ser explicitada. A identidade nacional ou regional é uma construção mental, são conceitos sintéticos e abstratos que procuram dar conta de uma generalização intelectual, de uma enorme verdade de experiências efetivas (2011, p.37)

Esse elemento discursivo constitutivo de práticas sociais que estereotipam o sertanejo e sua cultura está presente em diversas obras literárias brasileiras, a saber: no projeto literário regionalista dos românticos ("literatura do norte"), na obra "Os sertões", de Euclides da Cunha, e, principalmente, como resultado das inquietações das dinâmicas políticas do início do século XX, no Nordeste Brasileiro, o projeto regionalista (Manifesto Regionalista de 1926), que estimulou obras como "O Quinze", de Rachel de Queiroz, em 1930, "Vidas Secas", de Graciliano Ramos, e, um pouco depois, "Morte e Vida Severina", de João Cabral de Melo Neto, em 1955, e, neste mesmo ano, "O auto da Compadecida", de Ariano Suassuna. Já na contemporaneidade, há obras que retomam essa questão identitária nordestina, mas com outras perspectivas, tais como "Essa Terra", de Antônio Torres, de 1976, e o atualmente aclamado "Torto Arado", de 2019, de autoria de Itamar Vieira Júnior.

Fica evidente, portanto, que esse discurso gera e reproduz imagens sociais do nordestino, do sertanejo, da mulher sertaneja, do homem sertanejo. Para Fairclough, “[...] o ethos pode ser considerado como parte de um processo mais amplo de ‘modelagem’ em que o lugar e o tempo de uma interação e seu conjunto de participantes, bem como o ethos dos participantes, são construídos pela projeção de ligações em determinadas direções intertextuais de preferência a outras". (2019, p.207).

Para exemplificar isso, o fenômeno da errância (retirante) está presente em “O Quinze”, “Vidas Secas”, “Morte e vida severina”, e até mesmo em “A hora da estrela” (Macabéa emigra para a cidade grande à procura de melhores condições de vida). Essa peregrinação (errância”) é retomada, interdiscursivamente, no texto ramalhiano, como se verá.

A peça inicia-se *in media res* (no meio da ação), como nas tragédias: Mariana, ao peregrinar pelos sertões, chega à oiticica, não sabendo do fato de que, a pouca distância dela, vive Ludovina – a cigana que “roubou” seu marido. Somente, mais à frente, com o desenrolar do envolvimento dos filhos de ambas, haverá o *reconhecimento* entre elas. E enquanto isso não ocorre, Mariana nutre forte pensamento em perseguir *as veredas* deixadas pelo marido:

> MARIANA
>
> A desgraça de Mariana, desencadeada pela perda do marido, transmuta-se em motivação para a perseguição ao pai dos seus filhos e à cigana. Assim, toda a sua afetividade volta-se para os filhos e a *mulher* transforma-se na mãe, que chegará às últimas conseqüências para não perder os únicos pedaços do marido que lhe restaram (MACIEL, 2004, “a”)

É importância atentarmos aos múltiplos significados das várias estruturas simbólicas construídas ao longo de toda a trama: fora uma cigana quem “roubou” seu marido (Tonho), e a partir daí forma-se um novo campo de sentido, pois Mariana assumirá os hábitos próprios dos ciganos, sem rumo certo, não se fincando em lugar algum, com uma ideia fixa de perseguição.

5. OS SÍMBOLOS POR TRAZ D’ AS VELHAS

A partir das noções conceituais de Halliday (2004), compreende-se que a linguagem textual representa e constitui identidades e práticas sociais. Ou seja,

estratégias de representação no universo da linguagem. Dialogando com isso, Fairclough traz à tona a noção de significado representacional: “Diferentes discursos são diferentes perspectivas do mundo, associadas a diferentes relações que as pessoas estabelecem com o mundo, o que, por sua vez, depende de suas posições no mundo, de suas identidades pessoal e social, e das relações sociais que elas estabelecem com outras pessoas.” (2019, p.124).

Nesse sentido, os agentes sociais constroem e são construídos mediados pelas representações, que, por sua vez, são construídas discursivamente, uma vez que inerentes às práticas sociais. Pensar um texto literário como representação dos atores sociais é parte da análise da ACD, como se verá.

5.1. O conflito temporal: o bode como suspensão de temporalidade

Há um forte símbolo, constantemente, utilizado que nos amplia os significados pertinentes ao texto, no tocante à temporalidade: o bode.

Na ação presente da peça, Vina possui um bode, de nome *Melado*. Este caprino, volta e meia, invade a oiticica onde mora Mariana, provocando indignação por parte desta, a ponto de desejar matá-lo:

> TOMÁS:
> Falar em Melado, eu me lembrei – vê se prende ele uns dias... O bicho tá dando o maior trabalho ao pessoal que se arranchou nas oiticica... Foi num foi aparece lá e é um destempero...
>
> VINA:
> Ah, é os retirante que você anda parido[ii] por eles. Pois lhe informaram mal, Melado num sai de redor de casa. Eu num digo – só terá de bode nessa terra ele?
>
> TOMÁS:
> (*Insistente*) Que num sai de casa, Vina. Toda vizinhança vive se queixando. Nem roupa se pode mais deixar nas cerca que ele come tudo.
>
> VINA:
> Pois é num deixar. Quem lavar seus pano que fique pastorando. (RAMALHO, 2005)

Ampliando os sentidos, bode além de simbolizar animal extremamente resistente às intempéries da seca nordestina, assemelhando-se assim às próprias caracterizações das personagens, representa, ainda, um vínculo entre o nordeste

e suas relações com hábitos ibéricos, pois os judeus costumavam ter suas criações de caprinos.

Este bode (*Melado*), aparentemente, pouco desenvolvido, enquanto texto, conserva uma forte relação com um outro bode, distante do presente da ação: quando Mariana, jovem e ainda com seu marido, encontra-se pela primeira vez com a cigana (Vina), momento crucial para todo o desenrolar dos acontecimentos:

> BRANCA:
> (*Curiosa*) E o que aconteceu? A senhora nunca me contou nada – só se vinagava em chorar e resmungar pelos canto... Eu já posso entender.
>
> MARIANA:
> Eu me lembro como se hoje fosse. Tonho tinha matado uma criação e tava despencando a matutagem. Era um bodinho novo, de uma cabrinha que dava leite pra Chicó. Eu ia me assentando junto, com Chicó no colo, quando ela apareceu, puxando um menino pela mão, e foi logo pedindo: "Ganjão, me dê um pedaço dessa carne, que eu tou de desejo..."
>
> BRANCA:
> E quem era ela?
>
> MARIANA:
> A cigana, a desgraçada... (*Tomás redobra a curiosidade*.) Aí Tonho olhou pra minha banda, a faca na mão como quem ia cortar um pedaço, e eu, no continente, gritei: "Que desejo que nada, sua pidona, o costume de vocês é esse, passar a mão em tudo que vão encontrando." Ela, muito cheia de si, virou-se pra Tonho e falou:
> "Ganjão, vai negar uma coisa que uma mulher prenhe tá desejando?" Dessa feita perdi a paciência e perguntei, bem bruta: "Por que seu desejo é só pra comer coisa boa? Deseje comer bosta de boi ou chinica de galinha que tem muita, em todo canto." Ora, eu já num agüentava... (*Cala-se repentinamente*.) (RAMALHO, 2005)

Este símbolo fará a articulação entre o presente (a atual situação de todos) e o passado (onde o conflito se inicia), indicando que, embora cronologicamente, decorreu-se um longo tempo, psicológica e socialmente a situação se perpetuou num tempo outro: alongando o conflito, tensionando as relações entre as personagens.

Mariana, no passado, negara "carne": percebam como "carne" é ambivalente – a carne do bode nos aponta para alimento orgânico, mas também pode indicar "carne" enquanto desejo sexual. Não é à toa, que Vina "tirará" Tonho de Mariana.

6. CONCLUSÃO

Entendemos, a partir dos conceitos da ACD, aplicados ao texto analisado, que, quando investigamos a capacidade de a linguagem atuar no mundo e representar a nossa ação e a nossa diligência no mundo, não estamos apenas falando de uma perspectiva meramente textual, formal, semiótica; estamos, outrossim, falando de mudança social e transformação das relações sociais, ressignificando nossa atuação no mundo. Em síntese, os sujeitos sociais agem por meio da linguagem, constroem o mundo, fazem o mundo e são feitos nesse processo interacional, social, político, discursivo, ideológico, enfim, humano.

Abordamos, como propusemos no início, vários aspectos no texto *As velhas*. E como prova de um excelente texto que é, estamos longe de compreendermos todos os significados. A ação, tão fortemente construída, conduz as personagens à fins trágicos. Embora, haja em alguns momentos, a presença do cômico. Mas mesmo este riso, distensionando o conflito trágico, é um “riso de si mesmo” (MACIEL, 2005), da condição humana em sua essência.

Regional, universal, a poesia de Lourdes Ramalho é antes um pensar sobre a condição humana.

Velhas estruturas, nova ordem: as mortes são, conduzidas, com muita tragicidade; mas resta vida no ventre de Branca.

Inimigas, antagonistas? A peça é uma constante mutação de valores e sentidos, construção e desconstrução.

Vencedora ou vencida? *As velhas* nos relatam a importância da luta, a permanência de uma vida, ainda que em situações adversas, para que um novo surja e altera o *velho*.

Na dor e no sofrimento, *as velhas* se encontraram, e mais do que se opuseram, comungaram-se ao final: Vina desejava ir até o Barracão socorrer seu filho; Mariana, também desejava socorrer o seu. Uma sabia o caminho, mas não podia andar. A outra, tinha firmeza nas pernas, mas não conhecia as veredas do caminho para o filho. Encontram-se, assim, solidariamente frágeis, e, em suas fragilidades somam-se.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A invenção do nordeste e outras artes. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANDRADE, Valéria. A força na anáguas: matizes de hispanidade na dramaturgia de Lourdes

Ramalho. In: MALUF, Sheila Diab e BIGI, Ricardo Aquino (orgs.). Reflexões da cena. Maceió: EDUFAL, 2005 (a)

ANDRADE, Valéria. De encantações, errâncias e cantorias. In: RAMALHO, Maria de

Lourdes Nunes. *Teatro de Lourdes Ramalho: 2 textos para ler e/ou montar*. Edição comemorativa do 30° Aniversário. *As velhas* (1975-2005) + *O trovador encantado*. Organização, estabelecimento de texto, notas e estudos Valéria Andrade e Diógenes André Vieira Maciel. Campina Grande: Bagagem; João Pessoa: Idéia, 2005. (b)

ARÊAS, Vilma. *Iniciação à comédia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução, Prefácio, Introdução, Comentário e Apêndices de Eudoro de Sousa. Porto Alegre: Editora Globo, 1966.

AYALA, Maria Ignez Novais. Trilhas e percursos da cultura popular na dramaturgia de Ariano Suassuna. In: MACIEL, Diógenes André Vieira e ANDRADE, Valéria (orgs.). *Por uma militância teatral: estudos de dramaturgia brasileira do século XX*. Campina Grande: Bagagem / João Pessoa: Idéia, 2005, p.33-53.

BALL, David. *Para trás e para frente*: um guia de leitura de peças teatrais. Trad. Leila Coury. São Paulo: Perspectiva, 1999.

BRANDÃO, Junito de Souza. *Teatro grego*: tragédia e comédia. 9.ed. Petrópoles: Vozes, 2002.

RAMALHO, Maria de Lourdes Nunes. *Teatro de Lourdes Ramalho: 2 textos para ler e/ou montar*. Edição comemorativa do 30° Aniversário. *As velhas* (1975-2005) + *O trovador encantado*. Organização, estabelecimento de texto, notas e estudos Valéria Andrade e Diógenes André Vieira Maciel. Campina Grande: Bagagem; João Pessoa: Idéia, 2005.

DIJK, Teun A. van. Discurso e Poder. Judith Hoffnagel, Karina Falcone (org.). 2.ed. São Paulo: Contexto 2012.

FAIRCLOUGH, N. Discurso e Mudança Social. (Coordenação da trad.) Izabel Magalhães. 2. ed. Brasília: UNB, 2019.

FUNCK. Da questão da mulher à questão do gênero. In: ___ (org.) *Trocando idéias sobre a mulher e a literatura.* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Inglês/UFSC, 1994, p.17-22

GAZOLLA, Rachel. *Para não ler ingenuamente uma tragédia grega*: ensaio sobre aspectos do trágico. São Paulo: Editora Loyola, 2001.

LESKY, Albin. *A tragédia grega*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

MACIEL, Diógenes André Vieira Maciel. *Ainda, e sempre, As velhas*. In: RAMALHO, Maria de Lourdes Nunes. *Teatro de Lourdes Ramalho: 2 textos para ler e/ou montar*. Edição comemorativa do 30° Aniversário. *As velhas* (1975-2005) + *O trovador encantado*. Organização, estabelecimento de texto, notas e estudos Valéria Andrade e Diógenes André Vieira Maciel. Campina Grande: Bagagem; João Pessoa: Idéia, 2005.

MACIEL, Diógenes André Vieira. À procura da inimiga ou Lourdes Ramalho e o nacionalpopular. In: MOREIRA, Nadilza M. B. (org.) *Anais do I Seminário Internacional / X Seminário Nacional Mulher e Literatura*, João Pessoa: Ed Universitária/UFPB, 2004 – CDROM. (a)

MACIEL, Diógenes André Vieira. *Ensaio do nacional-popular no teatro brasileiro moderno*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004 (b)

MAGALDI, Sábato. *Panorama do teatro brasileiro*. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

MAGALHÃES, Célia M. (org). Reflexões sobre a análise crítica do discurso. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001

MÖLLER-ZEIDLER, Sabine. Regionalismo e universalismo no teatro de Lourdes Ramalho. *Investigações* – Lingüística e Teoria Literária, Recife, v.3, p.197-205, dez/1993.

MUZART, Zahidé Lupinacci. A questão do cânone. In: SCHMIDT, Rita T. (org) *Mulheres e literature: (trans)formando identidades*. Porto Alegre: Palloti, 1997, p.79-89.

NITRINE, Sandra. Literatura comparada: História, Teoria e Crítica. São Paulo: edusp, 2015.

OLIVEIRA, Ana Paula Costa de. Cânone, valor, feminismo. *O sujeito poético do desejo erótico: a poesia de Gilka Machado sob a ótica de uma leitura estética e política feminista*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2002 (Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras).

RAVETTI, Graciela & ROJO, Sara. Introdução. In:___ *Antologia Bilíngüe de Dramaturgia de Mulheres Latino-Americanas*. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 1996, p.1317).

ROCHA, Maria das Vitórias Lima. A representação da mulher nordestina no teatro de Lourdes Ramalho. In: MUZART, Zahidé Lupinacci e FUNCK, Susana Bórneo (orgs.). *Anais do 3° Seminário Nacional Mulher e Literatura*. Florianópolis: UFSC, 1989, p.65-83.

ROSENFELD, Anatol. A teoria dos gêneros. In:___ *O teatro épico*. São Paulo: Perspectiva, 1985, p.15-36.

ROUBINE, Jean-Jacques. *Introdução às grandes teorias do teatro*. Trad. Álvaro Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

RYGAERT, Jean-Pierre. *Introdução à análise do teatro.* Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, vol.16, n.2, jul-dez./1990, p.5-22.

SOUTO-MAIOR, Valéria Andrade. *Entre/linhas e máscaras: a formação da dramaturgia brasileira de autoria feminina no Brasil do século XIX*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2001. (Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Letras).

TELLES, Narciso. Um teatro para o povo: a trajetória do Teatro de Cultura Popular de Pernambuco. Disponível em http://www.nehac.triang.net/artcultura/narciso.html, 2004.

VINCENZO, Elza Cunha de. *Um teatro da mulher*: dramaturgia feminina no palco brasileiro contemporâneo. São Paulo: Perspectiva, 1992.

WILLIAMS, Raymond. *A tragédia moderna*. São Paulo: Cosak & Naify, 2002.

A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA EXECUÇÃO PROVISÓRIA NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DO JÚRI: PREVALÊNCIA DO PRINCÍPIO DA SOBERANIA DOS VEREDICTOS OU DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA?

Giovanna Sthéfany Freitas Oliveira
E-mail: giovanna.sfoliveira@gmail.com
Graduanda em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Sabrina Layane Rodrigues Menezes Alves
E-mail: layane.sabrina@gmail.com
Graduada em Direito
Faculdade de Petrolina-PE (FACAPE)

RESUMO: o presente artigo teve por objetivo analisar a constitucionalidade da nova redação do artigo 492, do Código de Processo Penal, trazida pela Lei nº 13.964/2019, o Pacote Anticrime, sobretudo no tocante inciso I, alínea “e”, onde o legislador possibilitou a execução provisória de condenações proferidas pelo Tribunal do Júri, quando a sentença prever pena igual ou superior a 15 anos de reclusão. A alteração legislativa e a constante modificação da jurisprudência do STF acerca da execução provisória da pena, levantou debates doutrinários, no tocante a constitucionalidade do dispositivo legal em comento, onde colidem o princípio da soberania dos vereditos (art. 5º, XXXVIII, CF) e o princípio da presunção de inocência (art. 5º, LVII, CF). Constatou-se que o supramencionado dispositivo é inconstitucional, uma vez fere o princípio constitucional da presunção de inocência, e o novo entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da matéria, que condiciona o início do cumprimento de pena ao marco constitucional do trânsito em julgado.

Palavras-chave: Execução Provisória. Tribunal do Júri. Princípio da Soberania dos Veredictos. Princípio da Presunção de inocência. Inconstitucionalidade.

ABSTRACT: this article aimed to analyze the constitutionality of the new wording of article 492, of the Code of Criminal Procedure, brought by Law nº 13,964/2019, the Anti-Crime Package, especially regarding item I, paragraph “e”, where the legislator made it possible to provisional execution of convictions handed down by the Jury Court, when the sentence provides for a sentence equal to or greater than 15 years' imprisonment. The legislative change and the constant modification of the STF's jurisprudence regarding the provisional execution of the sentence, raised doctrinal debates, regarding the constitutionality of the legal provision in question,

where the principle of sovereignty of verdicts collide (art. 5, XXXVIII, CF) and the principle of presumption of innocence (art. 5, LVII, CF). It was found that the aforementioned provision is unconstitutional, as it violates the constitutional principle of the presumption of innocence, and the new understanding of the Federal Supreme Court on the matter, which conditions the beginning of the sentence to the constitutional framework of final judgment.

Keywords: Provisional Execution. Jury court. Principle of Sovereignty of Verdicts. Principle of Presumption of Innocence. Unconstitutionality.

1. INTRODUÇÃO

A Lei nº 13.964/2019, também conhecida como “Pacote Anticrime”, alterou substancialmente o artigo 492 do Código de Processo Penal, possibilitando, no inciso I, alínea “e”, a execução antecipada e imediata da pena de condenações proferidas pelo Tribunal do Júri, quando a sentença prever pena igual ou superior a 15 anos.

O tema da execução provisória da pena já foi alvo de diversos debates doutrinários e jurisprudências, mas, nos últimos anos esse debate se intensificou em razão da referida alteração legislativa ocorrida em dezembro de 2019, uma vez que, em novembro do mesmo ano, o STF, no julgamento das ADC’s 43, 44 e 54, condicionou o início do cumprimento de pena ao trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

Nesse contexto, na questão meritória do presente artigo, serão analisados os posicionamentos da doutrina sobre a constitucionalidade desse dispositivo, pautada em princípios constitucionais. Todavia, a priori, abordará aspectos gerais acerca do instituto do Tribunal do Júri, sua composição, procedimento, princípios norteadores, e a competência mínima para julgar crimes dolosos contra a vida. Na sequência, serão demonstradas as alterações do artigo 492 do CPP, especialmente em relação ao inciso I, alínea “e”, §§3º e 5º, apresentando a repercussão destes na execução antecipada da pena, e perscrutar a oscilação de entendimentos do Supremo Tribunal Federal acerca da matéria.

A relevância desse tema é notória, principalmente por conta das nuances de entendimento do STF acerca da matéria aqui abordada, pois, a inconstância de pareceres podem causar a sensação de insegurança jurídica na sociedade. Tal

incongruência se caracteriza como uma afronta direta ao Estado Democrático de Direito, que preza, dentre outras coisas, pela coerência na aplicação das leis, princípios e entendimentos jurisprudenciais, e busca a preservação de direitos, garantias e preceitos constitucionais, infranqueáveis e fruto de uma evolução jurídico-social grande, que garantem uma ordem jurídica justa, pautada sobretudo, na dignidade da pessoa humana.

Por fim, destaca-se que para o desenvolvimento do presente artigo, foram utilizadas as pesquisas exploratória, explicativa e bibliográfica, por meio de uma abordagem qualitativa e do método dedutivo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. O instituto do Tribunal do Júri

O Tribunal do Júri é um órgão de primeira instância do Poder Judiciário, dotado da competência mínima de processar e julgar os crimes dolosos contra a vida consumados ou tentados, por meio de um procedimento bifásico. Segundo Lima (2020) está previsto nos artigos 406 a 497 do Código de Processo Penal, bem como na Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, XXXVIII, no rol de direitos e garantias individuais, portanto, é uma cláusula pétrea, e surge como uma garantia legal e um mecanismo de participação direta do povo no Poder Judiciário, com o fito de defender a sociedade das arbitrariedades deste órgão, prezando pela soberania dos veredictos proferidos por seus pares.

Em consonância com Lima (2020), o Tribunal do Júri é composto por um juiz togado (juiz-presidente), isto é, aquele investido na jurisdição, que conduzirá todo o procedimento e lavrará a sentença final, e por 25 jurados leigos, escolhidas aleatoriamente nas diversas camadas sociais, através de sorteio, dentre os quais, 7 compõem o Conselho de Sentença.

Destaca-se ainda que os princípios norteadores do Tribunal do Júri estão elencados na Constituição Federal, artigo 5º XXXVIII, são eles: plenitude de

defesa, sigilo das votações, soberania dos veredictos, e competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.[3]

No tocante à competência de julgamento deste instituto, Lima (2020) leciona que consiste em processar e julgar apenas os crimes dolosos contra a vida (consumados ou tentados), assim compreendidos o homicídio, induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio, infanticídio e aborto (Art. 121 ao 126 do CP).

Segundo Lima (2020) o procedimento do Tribunal do Júri é bifásico, portanto, estruturado por dois momentos distintos e bem delineados: instrução preliminar (*iudicium accusationis*) e julgamento em plenário (*iudicium causae*).

Este doutrinador assevera que a primeira fase, inicia-se com o oferecimento da inicial acusatória pelo Ministério Público, órgão de acusação e autor da ação penal pública, e se estende até a decisão do juiz que poderá tomar quatro caminhos diversos: pronuncia, impronuncia, absolvição sumária ou desclassificação.

Consoante destaca Avena (2020), a segunda fase do procedimento, isto é, julgamento diante do Tribunal do Júri, só terá início em caso de decisão de pronúncia pelo juiz togado, visto que a impronúncia está ligada a ausência de comprovação da materialidade, bem como indícios suficientes de autoria (art. 414, CPP); a absolvição sumária (art. 415, CPP) pressupõe a caracterização, de forma inequívoca, de alguma das excludentes de ilicitude ou culpabilidade, em caso de comprovada inexistência do crime ou de autoria, que desde já autorizam o juiz presidente encerrar o feito; e na desclassificação (art. 419, CPP), diante da ausência de competência do Júri, por não tratar-se de crime doloso contra a vida, o juiz togado remeterá os autos à justiça competente, que será processado e julgado diante deste.

Ademais, Pacelli (2021) destaca que, preclusa a decisão de pronúncia, serão realizadas as formalidades legais para seleção dos jurados, e formação do Conselho de Sentença. Após prestado o compromisso dos jurados para julgar o feito com imparcialidade, passa-se ao julgamento solene com a instrução em plenário. Finda a instrução, ocorrerão os debates entre o Ministério Público e a Defesa (art. 477, CPP).

[3] BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

Segundo Lima (2020), posteriormente ocorrerá a leitura e explicação dos quesitos em plenário, e após, os jurados, o Ministério Público e o advogado de defesa acompanharão o juiz à sala secreta para que haja a votação, mantendo sempre a incomunicabilidade entre os jurados, devendo responder a quesitação formulada pelo juízo, (artigo 483, CPP), de forma clara e precisa, com “SIM” ou “NÃO”. Encerrada a votação, encerra-se a atividade dos jurados leigos.

Por fim, o juiz presidente, proferirá a sentença em plenário, ficando vinculado à decisão do Conselho de Sentença, e, de acordo com Lopes Júnior (2020), as possibilidades são: condenação, absolvição e desclassificação, nos termos do artigo 492, CPP.

2.2. A alteração legislativa do artigo 492 do CPP pelo pacote anticrime

Segundo a atual redação do artigo 492, inciso I, alínea “e” do Código de Processo Penal, dada pela Lei 13.964/2019, o “pacote anticrime”, em caso de sentença condenatória o juiz-presidente:

> Art. 492 (...) e) mandará o acusado recolher-se ou recomendá-lo-á à prisão em que se encontra, se presentes os requisitos da prisão preventiva, ou, no caso de condenação a uma pena igual ou superior a 15 (quinze) anos de reclusão, determinará a execução provisória das penas, com expedição do mandado de prisão, se for o caso, sem prejuízo do conhecimento de recursos que vierem a ser interpostos;
>
> (...) § 3º O presidente poderá, excepcionalmente, deixar de autorizar a execução provisória das penas de que trata a alínea *e* do inciso I do caput deste artigo, se houver questão substancial cuja resolução pelo tribunal ao qual competir o julgamento possa plausivelmente levar à revisão da condenação
>
> (...) § 5º Excepcionalmente, poderá o tribunal atribuir efeito suspensivo à apelação de que trata o § 4º deste artigo, quando verificado cumulativamente que o recurso:
>
> I - não tem propósito meramente protelatório; e
>
> II - levanta questão substancial e que pode resultar em absolvição, anulação da sentença, novo julgamento ou redução da pena para patamar inferior a 15 (quinze) anos de reclusão;[4]

De acordo com Sanches (2020), se, após realizados os cálculos de dosimetria da pena, a sentença prever pena inferior a 15 anos, o juiz somente

[4] Decreto-Lei 3.689, de 03 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro,1941.

poderá determinar a prisão do condenado, se presentes os requisitos da prisão preventiva, previstos no artigo 312 do CPP. Assim, ausente o *periculum ibertatis*, o então condenado, permanecerá em liberdade até que ocorra o trânsito em julgado. Noutro giro, se a condenação for igual ou superior a 15 anos de reclusão, o juiz presidente expedirá, desde logo, o mandado de prisão, ou manterá preso aquele que já estiver, por força de medida cautelar ou por crime diverso, sem prejuízo do reconhecimento de eventuais recursos interpostos. Nesse caso, independentemente do cabimento ou interposição de recursos ao Juízo *ad quem*, do *periculum libertatis* e do marco constitucional do trânsito em julgado, haverá o início do cumprimento da pena.

Ocorre que, consoante destaca Pacelli (2021) "antes do trânsito em julgado, somente se poderá cogitar de prisão quando devidamente justificada a cautelaridade da medida", assim sendo, tal dispositivo se dissocia do ordenamento jurídico vigente, bem como do entendimento jurisprudencial atual acerca da matéria.

Nesse sentido, dispõe a Constituição Federal no artigo 5º[5], LVII, bem como o Código de Processo Penal no artigo 283[6], que ninguém deverá ser preso antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, salvo em caso de prisão em flagrante e prisão preventiva/cautelar. Completa o artigo 312 do CPP, que a prisão preventiva somente se justifica quando for necessária para garantir a ordem pública ou econômica, para garantir a instrução criminal ou aplicação da lei penal, ou seja, necessário demonstrar o *periculum libertatis*. Além disso, o artigo 313, §2º do CPP assevera que é inadmissível a decretação de prisão preventiva se a finalidade desta for de antecipação de cumprimento de pena. Segue a literalidade destes dispositivos legais da Constituição Federal e do Código de Processo Penal.

Destaca Pacelli (2021) que, a presunção de inocência, protegido através dos supramencionados dispositivos, além de garantir o *status* de inocência àquele submetido à persecução penal, garante ainda que toda prisão anterior à condenação definitiva, isto é, transitada em julgado, seja devidamente fundamentada e por ordem escrita da autoridade judiciária competente. Nesse

[5] BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
[6] Decreto-Lei 3.689, de 03 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro,1941.

sentido, dispõe Pacelli (2021) que uma vez que “toda e qualquer prisão deverá se pautar na necessidade ou na indispensabilidade da providência, a ser aferida em decisão fundamentada do juiz ou do tribunal, segundo determinada e relevante finalidade”.

Ainda conforme leciona Pacelli (2021), levando em consideração que a prisão preventiva pode ser decretada na fase de investigação, durante o processo, ou ainda após a sentença condenatória recorrível, não se descarta tal possibilidade quando a condenação for a pena igual ou superior a 15 anos, se presentes os requisitos autorizadores (artigo 312 do CPP), a depender do caso concreto e da devida fundamentação, pois o *periculum libertatis* não é presumido. Todavia, segundo o autor, existe uma longa distância entre essa hipótese e a imposição da execução provisória automática prevista na nova redação do artigo 492 do CPP, sem ter esgotado as vias recursais, isto é, sem o trânsito em julgado da sentença condenatória**.**

Assim, Lopes Júnior (2020) destaca que a determinação de execução antecipada da pena, por não se revestir de caráter cautelar, vez que não é analisado o *periculum libertatis* bem como a real necessidade da prisão, “converte-se em uma prisão irracional, desproporcional e perigosíssima”. Para Queiroz (2022):

> a lei prevê a prisão preventiva obrigatória, isto é, sem cautelaridade (CPP, art. 492) para os crimes dolosos contra a vida, de competência do tribunal do júri, conforme a gravidade da pena aplicada. A reforma ressuscitou a velha e má prisão preventiva obrigatória prevista na redação original do Código de 1941.[7]

Em relação ao §3º do artigo 492, CPP, Pacelli (2021) destaca que o legislador permitiu ao juiz, em caráter excepcional: “suspender a execução provisória da pena se houver questão substancial cuja resolução pelo tribunal ao qual competir o julgamento possa plausivelmente levar à revisão da condenação”, trazendo conceitos indeterminados e totalmente subjetivos para relativizar o direito à liberdade do acusado, sendo este um complicador ainda maior. Nesse sentido, Barroso (2021) também critica a ausência de estabelecimento de critérios objetivos do que seria essa questão substancial que trata o artigo, vez que o

[7] https://www.pauloqueiroz.net/a-nova-prisao-preventiva-lei-n-13-964-2019/

legislador deixou ao bel prazer do magistrado presidente a análise extremamente importante sobre a liberdade ou encarceramento do acusado.

Em relação ao disposto no §5º do artigo 492 do CPP, em que o legislador apresenta a hipótese de concessão de efeito suspensivo aos recursos, fugindo à regra geral, Lopes Júnior (2020), destaca:

> Ainda que o legislador preveja hipóteses de concessão de efeito suspensivo que evite a execução antecipada da pena, a verdade é que isso é uma ilusão, mero paliativo, que dificilmente irão superar o furor punitivista e a postura burocrática de muitos julgadores, resultando na desnecessária e inconstitucional execução antecipada da pena aplicada em 1º grau de jurisdição. Sempre recordando, que se o réu representar algum perigo, a justificar a necessidade cautelar, poderá ser decretada a prisão preventiva. Então, estamos tratando de uma prisão sem qualquer fundamento cautelar, de periculum libertatis, que a justifique (LOPES JÚNIOR, 2020, p. 1335).

Assim, é possível que o juiz presidente não determine a execução antecipada da pena, desde que vislumbre possibilidade de uma revisão do julgamento por parte do Tribunal de Justiça, ou caso haja pedido de atribuição do efeito suspensivo ao relator, todavia, o legislador deixa uma margem de interpretação grande e perigosa nas mãos do julgador, inaceitável em um Estado Democrático de Direito.

2.3. A (in)constitucionalidade da execução provisória da pena no Tribunal do Júri

De acordo com Barbosa (2022), após essa alteração substancial do artigo 492, I, e do CPP, pelo "pacote anticrime" (Lei nº 13.964), emergiram diversos debates doutrinários e jurisprudências acerca da (in) constitucionalidade do referido dispositivo, mesmo após firmado o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da impossibilidade de executar provisoriamente a pena privativa de liberdade oriunda de sentença penal condenatória, asseverando a necessidade do esgotamento de todas as vias recursais e o consequente trânsito em julgado da decisão para que seja iniciado o cumprimento da pena imposta[8].

Assim, conforme Lima (2020) parte dos juristas entendem que o dispositivo é constitucional baseado no princípio da soberania dos veredictos, previsto no

[8] STF. Plenário, ADC 43/DF. Rel. Min. Marco Aurélio. j. 07/11/2019.

artigo 5º, XXXVIII, alínea “c” da Constituição Federal de 1988, a outra parte preza pela inconstitucionalidade deste dispositivo, e está pautada no princípio da presunção de inocência, previsto no artigo 5º, LVII.

Sobre essa perspectiva, vale destacar que, segundo Barbosa (2022), é pacífico na doutrina e jurisprudência que tanto a soberania dos veredictos quanto a presunção de inocência não adotam caráter absoluto, cabendo aos juízes, em análise do caso concreto, ponderar qual deve prevalecer em detrimento ou outro.

Assim, o presente texto se propõe a retratar esses dois posicionamentos da doutrina brasileira. Antes disso, apresenta-se os entendimentos do Supremo Tribunal Federal, que se alterou nos últimos anos, a respeito da execução provisória da pena.

2.3.1. A oscilação de entendimento do STF acerca da (im) possibilidade de execução provisória da pena

Em consonância com Avena (2020), o tema da execução provisória da pena já foi alvo de diversas modificações pelo Supremo Tribunal Federal. Inicialmente, em 2009, ao julgar o HC 84.078/MG, a Suprema Corte consagrou entendimento no sentido de que:

> A prisão antes do trânsito em julgado da condenação somente poderia ser decretada a título cautelar (prisão preventiva, temporária ou em flagrante), sob pena de restrição do direito de defesa, caracterizando desequilíbrio entre a pretensão estatal de aplicar pena e o direito, do acusado, de elidir essa pretensão.

Este doutrinador dispõe ainda que quando do julgamento do HC 126.292/SP em 2016, o STF reformulou seu precedente, e passou a entender que a execução provisória da pena era possível quando, em sede de recurso interposto pela defesa do acusado, ocorresse a confirmação da sentença penal condenatória. Assim, em sede de segundo grau, seria possível a execução provisória da pena, não havendo ofensa ao princípio da presunção de inocência, sendo irrelevante o preenchimento dos pressupostos da prisão preventiva (AVENA, 2020).

Dispõe Sanches (2020) que a decisão proferida em 2016 suscitou diversos debates acerca da constitucionalidade da pena antes de esgotadas as vias recursais. O principal argumento das críticas se referiam ao fato de que a pena

somente poderia ser executada quando a sentença se tornasse definitiva, nos termos do artigo 5º, LVII da Constituição. Disserta que, a celeuma foi tão grande que foram ajuizadas duas ações declaratórias de constitucionalidade (43 e 44), pretendendo a declaração de inconstitucionalidade do artigo 283 do CPP que dispõe sobre a impossibilidade de decretação de prisão antes do trânsito em julgado, salvo as exceções legais.

Em 2017, a partir do julgamento do HC 118.770/SP[9], o STF admitiu a execução provisória da pena, especificamente em relação a decisão de condenação advinda do Tribunal do Júri. Nesse ínterim, consolidou entendimento, afirmando que a prisão automática do réu condenado em sede de júri popular não viola o princípio da presunção da inocência, independentemente do julgamento e recurso interposto.

De acordo com Sanches (2020), em 2018 foi ajuizada uma nova ação declaratória de constitucionalidade (54), com o mesmo propósito das 43 e 44. Assim, o STF julgou o mérito das três ações em 2019, e, "contrariando a tendência que se desenhava desde 2016, decidiu que a pena só pode ser executada após esgotados todos os recursos, marco do trânsito em julgado". O relator, ministro Marco Aurélio, declarou a constitucionalidade do artigo 283 do CPP, e proibiu que as penas sejam executadas antes do julgamento dos recursos cabíveis, isto é, transito em julgado da sentença condenatória, vez que o artigo 5º, LVII da CF não deixa margem de dúvidas acerca da necessidade da condenação definitiva, vez que antes disso, o réu é considerado inocente.

Destaca-se que ao final do julgamento, o relator ainda fez uma ressalva no sentido de que tal decisão não deveria abranger as decisões do Tribunal do Júri, no entanto, a doutrina é resistente em acatar a ideia de que a soberania dos veredictos é suficiente para decretar o início do cumprimento da pena. Nesse sentido, destaca Lopes (2021) que:

> (...) tanto a instituição do júri como a soberania dos jurados estão inseridos no rol de direitos e garantias individuais, não podendo servir de argumento para o sacrifício da liberdade do próprio réu. (...) a soberania dos jurados não é um argumento válido para justificar a execução antecipada, pois é um atributo que não serve como legitimador de prisão, mas sim como garantia de independência dos jurados. (LOPES, 2021, p.1.333)

[9] STF, 1ª Turma, HC 118.770/SP, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, j. 07/03/2017, DJe 82 20/04/2017

No tocante a variação de entendimento do STF, Queiroz (2014) destaca que o Estado Democrático de Direito pressupõe a existência de valores como certeza, estabilidade e previsibilidade das decisões jurídicas, de modo que, por força do princípio constitucional da igualdade, a norma (que pode ser extraída do texto legal ou de uma decisão do Judiciário, intérprete autêntico da norma) seja aplicada com igualdade a todos, resguardando a segurança jurídica. Pois, se diante de fatos iguais ou análogos, houverem decisões conflitantes emanadas do Poder Judiciário, sobretudo daquele que tem o dever constitucional de proteger a Carta Magna, esses princípios estão feridos, renascendo a chance de voltar-se ao arbítrio.

Nesse contexto, Garcia (2012) dispõe que "interpretar a norma jurídica significa obter o seu verdadeiro sentido e alcance", no entanto, não parece razoável que diante de cada caso, esse intérprete aplique uma tese interpretativa diferente aos mesmos dispositivos normativos. Nota-se a real possibilidade dessas nuances serem interpretadas como insegurança jurídica.

2.3.2. Constitucionalidade da execução provisória da pena sob a ótica do princípio da soberania dos veredictos.

Consoante Lima (2020), por força da soberania dos veredictos, preceito constitucional, as decisões proferidas pelos jurados no âmbito do Tribunal do Júri não podem ser alteradas em relação ao seu mérito pelo Juízo *ad quem*, portanto, os Desembargadores, Juízes togados, não podem substituir a decisão dos jurados apreciando novamente os fatos e o mérito, para fins de absolver ou condenar o acusado. Todavia, isso não afasta a recorribilidade das decisões, sendo plenamente possível que a decisão dos jurados seja cassada e o acusado seja submetido a novo julgamento perante o Tribunal do Júri. A título de exemplificação, de acordo com Campos (2018) se os jurados leigos não pautarem suas decisões no teor probatório constante nos autos, é possível interpor recurso de apelação, ou desconstituir a sentença em sede de revisão criminal.

De acordo com Avena (2020), a nova redação do artigo 492, I, "e" do CPP, trazida pelo pacote anticrime, parece se basear no antigo entendimento do STF, HC 118.770/SP de 2018, no sentido de que "não violaria a presunção de inocência

a execução da condenação pelo Tribunal do Júri, independentemente do julgamento da apelação ou de qualquer outro recurso”[10].

Leciona Lima (2020) que, os doutrinadores adeptos a essa corrente, entendem que:

> (...) a soberania dos veredictos, que protege a capacidade decisória dos jurados, igualmente demanda o cumprimento imediato da sua decisão, razão pela qual há de se admitir a execução provisória de decisão condenatória proferida pelo Júri, nomeadamente quando se tratar de condenação à pena igual ou superior a 15 (quinze) anos de reclusão. Se o Conselho de Sentença deliberou pela condenação do acusado, sua vontade deve ser executada de imediato, até mesmo porque sua decisão é soberana, não estando sujeita, portanto, quanto ao mérito, à modificação ou à substituição pelo juízo ad quem, o qual poderá, quando muito, em sede de juízo rescindente (CPP, art. 593, III, “a” e “d”), determinar a realização de novo julgamento por outro corpo de jurados (...) (LIMA, 2020, p. 1.539)

Na mesma linha, assevera Barbosa (2021) que a execução provisória não viola o princípio da presunção da inocência, uma vez que não cabe nova avaliação de mérito, fatos e provas pelos Tribunais, na medida que o réu já foi condenado pelo soberano Tribunal do Júri. Assim, de acordo com este autor:

> (...) condicionar a execução provisória da pena e da soberania dos veredictos do Júri ao trânsito em julgado da sentença condenatória feriria de morte o Estado Democrático de Direito e a soberania do Júri, sendo esta uma expressão direta da consagração da justiça pelo próprio povo. (BARBOSA, 2021, p. 289)

Acerca da matéria O Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPG) e o Grupo Nacional de Coordenadores de Centro de Apoio Criminal (GNCCRIM) firmaram o Enunciado nº 37, pugnando pela constitucionalidade dessa disposição legal, eis o teor: “A execução provisória da pena decorrente de condenação pelo Tribunal do Júri é constitucional, fundamentando-se no princípio da soberania dos veredictos (CF, art. 5º, XXXVIII, ‘c’)”.[11]

2.3.3. Inconstitucionalidade da execução provisória da pena sob a ótica do princípio da presunção de inocência

[10] STF, 1ª Turma, HC 118.770/SP, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, j. 07/03/2017, DJe 82 20/04/2017
[11] GNCCRIM, Comissão Especial. **Enunciados interpretativos da Lei nº 13.964/2019: Lei anticrime.** Disponível em: https://criminal.mppr.mp.br/arquivos/File/GNCCRIM_-_ANALISE_LEI_ANTICRIME_JANEIRO_2020.pdf. Acesso em: 16/10/2022.

Não obstante aos argumentos traçados no tópico anterior, a segunda corrente doutrinária, entende que o dispositivo é inconstitucional, pois, de acordo com Lopes Júnior (2021) viola o princípio da presunção de inocência (art. 5º, LVII, CF), o marco constitucional do trânsito em julgado, e o atual entendimento consolidado do STF acerca da matéria:

> PENA – EXECUÇÃO PROVISÓRIA – IMPOSSIBILIDADE – PRINCÍPIO DA NÃO CULPABILIDADE. Surge constitucional o artigo 283 do Código de Processo Penal, a condicionar o início do cumprimento da pena ao trânsito em julgado da sentença penal condenatória, considerado o alcance da garantia versada no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal, no que direciona a apurar para, selada a culpa em virtude de título precluso na via da recorribilidade, prender, em execução da sanção, a qual não admite forma provisória. [12]

Para Lima (2020), por mais que a soberania dos veredictos funcione como óbice para que os juízes togados não modiquem, no mérito, a decisão dos jurados leigos, não se pode concluir que tais decisões sejam definitivas, e desde já exequíveis, uma vez que também se expõem ao controle recursal, nos quais os Tribunais se pronunciarão acerca das irregularidades dos vereditos.

Nesse mesmo sentido, Pacelli (2021) destaca que a soberania do Tribunal do Júri deve ceder em face da possibilidade de execução provisória da pena, uma vez que, não se pode deixar de levar em consideração que o tribunal do júri é composto por jurados leigos, e "existe a possibilidade (quiçá mais real) de erros na apreciação dos fatos e provas". Assim, Salienta Figueiredo (2021) que a soberania dos veredictos:

> Não implica reconhecimento antecipado da culpabilidade, mas apenas significa (i) a vinculação do juiz presidente e (ii) a limitação do reexame, pelo Tribunal, daquelas teses que a lei definiu como de competência funcional do conselho de sentença (art. 483 do CPP). Assim, a soberania dos vereditos não impede a reapreciação da decisão dos jurados, mas apenas a sua modificação direta (substituição) pelo Tribunal – que pode proceder ao juízo de cassação (novo julgamento), quando a decisão dos jurados for manifestamente contrária à prova dos autos (art. 593, § 3o, do CPP). Portanto, a soberania dos vereditos jamais poderia significar "trânsito em julgado parcial", notadamente porque a instituição do júri representa direito individual (art. 5o, XXXVIII, da CF); portanto, nunca pode incidir contra o acusado, sob pena de absoluta subversão do sentido de proteção individual da norma constitucional (FIGUEIREDO, 2021, p. 91).

[12] STF. Plenário, ADC 43/DF. Rel. Min. Marco Aurélio. j. 07/11/2019.

De acordo com Pacelli (2021), sob o prisma desse princípio constitucional, o acusado não pode sofrer qualquer tipo de restrição de seus direitos baseado na possibilidade de condenação, pois a própria constituição lhe garantiu o *status* de presumidamente inocente, até que o órgão acusador, que detém com exclusividade o ônus probatório, demonstre, indubitavelmente, a materialidade e autoria, venha a sentença condenatória e esta transite em julgado.

Em consonância com Lopes Júnior (2020) essa alteração normativa é um grande erro do legislador, pois, claramente viola o princípio da presunção de inocência "na medida em que trata o réu como culpado, executando antecipadamente sua pena, sem respeitar o marco constitucional do trânsito em julgado". Além disso, é incompatível com o disposto no art. 313, §2º que veda expressamente a decretação de prisão preventiva que tenha a finalidade de antecipar o cumprimento de pena. Assevera ainda, este doutrinador, que o princípio da soberania dos veredictos dos jurados leigos "não é um argumento válido para justificar a execução antecipada, pois é um atributo que não serve como legitimador de prisão, mas sim como garantia de independência dos jurados". Nessa mesma linha, Queiroz (2020) afirma que:

> Além de incoerente e ilógica, é claramente inconstitucional, visto que: 1) ofende o princípio da presunção de inocência, segundo o qual ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória (CF, art. 5°, LVII), razão pela qual toda medida cautelar há de exigir cautelaridade, especialmente a prisão preventiva; 2) viola o princípio da isonomia, já que condenações por crimes análogos e mais graves (v.g., condenação a 30 anos de reclusão por latrocínio) não admitem tal exceção, razão pela qual a prisão preventiva exige sempre cautelaridade; 3) estabelece critérios facilmente manipuláveis e incompatíveis com o princípio da legalidade penal, notadamente a pena aplicada pelo juiz-presidente; 4)o só fato de o réu sofrer uma condenação mais ou menos grave não o faz mais ou menos culpado, já que a culpabilidade tem a ver com a prova produzida nos autos e com os critérios de valoração da prova, não com o quanto de pena aplicado; 5)a gravidade do crime é sempre uma condição necessária, mas nunca uma condição suficiente para a decretação e manutenção de prisão preventiva. Como é óbvio, a exceção está em manifesta contradição com o novo art. 313, § 2º, que diz: Não será admitida a decretação da prisão preventiva com a finalidade de antecipação de cumprimento de pena.[13]

Noutro giro, de acordo com Lima (2020), analisado o artigo 492 do CPP em relação aos demais textos normativos que foram alterados substancialmente pelo Pacote Anticrime (Lei 13.964/2019), em uma análise sistemática, é possível notar

[13] https://www.pauloqueiroz.net/a-nova-prisao-preventiva-lei-n-13-964-2019/ ..

a divergência. Enquanto o artigo 283 do CPP demanda o trânsito em julgado para que haja o início do cumprimento da pena, salvo quando se tratar de prisão cautelar, e o artigo 313, §2º do CPP veda que a eventual prisão cautelar determina tenha caráter de antecipação de pena, o artigo 492, I, "e" do CPP prevê expressamente a execução provisória da pena.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar a constitucionalidade da alteração trazida pela Lei 13.964/2019 (pacote anticrime) ao artigo 492, I, "e" do Código de Processo Penal, no qual o legislador permitiu a execução provisória da pena no âmbito do Tribunal do Júri, quando a pena for igual ou superior a 15 anos de reclusão, sob a ótica das correntes doutrinárias que divergem quanto ao tema.

Nesse sentido, apesar de os adeptos da corrente minoritária, prezarem pela constitucionalidade do referido dispositivo, em razão da prevalência do princípio da soberania dos veredictos no Tribunal do Júri, corrente majoritária entende que o dispositivo é inconstitucional em razão das inúmeras violações que esse dispositivo normativo traz: fere o princípio constitucional da presunção de inocência (Art. 5º, inciso LVII, CF/88 e 283, CPP), está em desacordo com os artigos 312 e 313 §2º, do CPP, que vedam que a prisão preventiva tenha caráter de cumprimento antecipado da pena, razão pela qual deve o juiz fundamentar a medida cautelar imposta, em caso de haver necessidade de restringir a liberdade do acusado, destoando ainda do entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da matéria, que em sede de julgamento das ADC's 43, 44 e 54 determinou que é vedado o início provisório do cumprimento da pena, isto é, antes da ocorrência do trânsito em julgado.

Nesse sentido, diante de tudo que foi exposto, pode-se afirmar que o artigo 492, I, "e", é totalmente inconstitucional, por violar normas de direito constitucional e infraconstitucional, e por destoar do atual entendimento do STF acerca da matéria, que veda expressamente o cumprimento antecipado da pena, enquanto não esgotadas as vias recursais e transitada em julgado a sentença penal condenatória.

REFERÊNCIAS

AVENA, Norberto. **Processo Penal.** 12ª edição. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2020.

BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz. **Precedentes judiciais e segurança jurídica: fundamentos e possibilidades para a jurisdição constitucional brasileira.** São Paulo: Saraiva, 2014.

BARROSO, Darlan. **Lei Anticrime Comentada (13.964/2019)**. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>Acesso em: 15/10/2022

_____. Decreto-Lei 3.689, de 03 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro,1941. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm> Acesso em: 24/05/2023

CAMPOS, Walfredo Cunha. **Tribunal do júri: teoria e prática.** 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2018.

FIGUEIREDO, Patrícia, V. et al. **LEI ANTICRIME COMENTADA: ARTIGO POR ARTIGO**. Disponível em: Minha Biblioteca, (2ª edição). Editora Saraiva, 2021. See More

GNCCRIM, Comissão Especial. **Enunciados interpretativos da Lei nº 13.964/2019: Lei anticrime.** Disponível em: https://criminal.mppr.mp.br/arquivos/File/GNCCRIM_-_ANALISE_LEI_ANTICRIME_JANEIRO_2020.pdf. Acesso em: 16/10/2022.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de processo penal: volume único.** 8ª edição. Salvador: Ed. JusPodivm, 2020.

LOPES JUNIOR, Aury. **Direito processual penal.** 17ª edição. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de direito processual penal**. 17ª edição – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

PACELLI, Eugênio. **Curso de processo penal.** 25ª edição. São Paulo: Atlas, 2021.

QUEIROZ, Paulo. **A nova prisão preventiva – Lei nº 13.964/2019.** Paulo Queiroz, 2020. Disponível em: https://www.pauloqueiroz.net/a-nova-prisao-preventiva-lei-n-13-964-2019/. Acesso em 16/10/2022.

SOUZA, Wendell Lopes Barbosa de. **A constitucionalidade da execução provisória de pena no Tribunal do Júri.** Cadernos Jurídicos: São Paulo, 2021.

A EXPLORAÇÃO COMERCIAL ESPACIAL: UMA ANÁLISE DO CONCEITO DE RECURSOS ESPACIAIS

André Rodrigues de Oliveira
Bacharelando em Direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Dra. Jéssyka Maria Nunes Galvão
Professora
Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: A exploração comercial do espaço já é uma realidade, como através da ampla utilização das órbitas geoestacionárias que possibilitam a tecnologia de Sistema de posicionamento global (GPS). Ainda, a tecnologia para a mineração da lua e de asteroides já existe, podendo começar em breve a extração de recursos minerais em larga escala. Todavia, a regulamentação sobre a exploração econômica, ou seja, sobre a apropriação de recursos espaciais não avançou da mesma maneira que a tecnologia vem avançando. Assim, há um vácuo normativo que dificulta a realização das atividades econômicas. Dessa forma, faz-se necessária a regulamentação, a começar pela definição de conceitos basilares, como o conceito de recursos espaciais. O presente estudo justifica-se pela necessidade da conceituação do que são os recursos advindos do espaço, ou que são passíveis de serem utilizados no espaço. A intenção é a de responder: o que são recursos espaciais? Quais atividades econômicas envolvendo o espaço podem estar abrangidas dentro desse conceito? O objetivo da pesquisa, portanto, é o de conceituar e delimitar tal terminologia. Tem-se como hipótese que se faz necessário adotar, primeiramente, uma conceituação restrita de recursos espaciais, uma vez que é pertinente a construção de consenso internacional. Posteriormente, graças à adoção da governança adaptativa como o norte teórico, propugna-se a utilização no sentido amplo da terminologia, visando evitar conflitos futuros. Para tal estudo foi utilizado o método dedutivo, sendo realizado através de pesquisa bibliográfica, com balizada doutrina sobre Direito Espacial, além de pesquisa documental, sendo analisadas as principais normativas internacionais sobre a matéria.

Palavras-chave: Direito Espacial; Recursos Espaciais; Governança Adaptativa.

ABSTRACT: The commercial exploration of space is already a reality, such as through the wide use of geostationary orbits that make GPS technology possible. Still, the technology for mining the moon and asteroids already exists, and the extraction of mineral resources on a large scale may soon begin. However,

regulation on economic exploitation, that is, on the appropriation of space resources, has not advanced in the same way as technology. Thus, there is a normative vacuum that hinders economic activities. So, regulation is necessary, starting with the definition of basic concepts, such as space resources. The study is justified by the need to conceptualize what are the resources coming from space, or that are likely to be used in space. The intention is to answer: what are space resources? What economic activities involving space can be covered by this concept? The objective of the research, therefore, is to conceptualize and delimit such terminology. It is hypothesized that it is necessary to adopt, first, a restricted conceptualization of space resources, since it is necessary to build an international consensus. Subsequently, thanks to the adoption of adaptive governance as the theoretical guideline, the use of the broadest sense of the terminology is advocated, in order to avoid future conflicts. For this study, the deductive method was used, being carried out through bibliographical research, based on doctrine on Space Law, in addition to documental research, analyzing the main international norms on the matter.

Keywords: Space Law; Space Resources; Adaptive Governance.

1. INTRODUÇÃO

A exploração espacial sempre foi objeto de curiosidade pela humanidade. Sendo, até os dias de hoje, fonte de inspiração para criar filmes, como em Star Wars, dirigido por George Lucas; Star Trek, do diretor J. J. Abrams; e Interestelar, do diretor Christopher Nolan, além de diversos outros meios de expressão artística. No campo das ciências o universo foi/é extremamente estudado, desde a Grécia Antiga, com Tales de Mileto, Pitágoras, Heráclito, dentre outros, até atualmente com as teorias criadas por físicos como Albert Einstein, confirmadas hodiernamente, como a descoberta da primeira evidência da existência de ondas gravitacionais em 2023, que foram teorizadas em 1916.

Tem-se, portanto, que o interesse na exploração espacial é multifacetado, desde artístico e científico até comercial. É nesse sentido que o presente estudo se concentra, tendo em vista os avanços tecnológicos do pós-Guerra Fria no setor espacial, o que possibilitou o aprimoramento dos foguetes, entre outras tecnologias que permitem, inclusive, a mineração espacial.

Todavia, não há regulamentação específica abrangendo a exploração comercial do espaço, havendo, assim, um vácuo normativo que precisa ser

elaborado o quanto antes para evitar conflitos econômicos e, ainda, bélicos envolvendo a apropriação de recursos espaciais.

É justamente para evitar tal vácuo normativo e possíveis conflitos futuros que o Direito Espacial busca formas de regulamentar a maneira como tal exploração deve ser feita. Um dos primeiros passos na regulamentação é o da delimitação de conceitos, sendo, portanto, o de recursos espaciais um dos mais relevantes nesse contexto.

Com isso, este trabalho busca, de forma geral, esmiuçar o conceito de "recurso espacial", algo que continua sem uma definição exata pela comunidade científica. Além disso, a importância dos recursos espaciais também será trabalhada, com o intuito de demonstrar qual o impacto de determinados recursos em termos econômicos e geopolíticos.

Nessa pesquisa será defendida a hipótese de uma evolução conceitual sobre os recursos espaciais, devendo ser, primariamente, adotada a terminologia no sentido estrito, uma vez que possibilitaria a construção de consenso internacional; para, posteriormente, ser adotado o conceito no sentido amplo, levando em consideração que o sentido estrito já foi objeto cooperação/consenso, portanto, há a possibilidade de ampliar a delimitação para evitar conflitos futuros.

Para tal estudo, foi utilizado o método dedutivo, em conjunto com a pesquisa bibliográfica e documental, utilizando balizados doutrinadores de Direito Espacial, além de diversas normativas internacionais sobre a matéria. Espera-se que fique demonstrado que é possível e relevante a adaptação conceitual, com escopo na governança adaptativa, adotando uma postura flexível na delimitação terminológica dos recursos espaciais.

2. A EXPLORAÇÃO COMERCIAL ESPACIAL

Em um contexto de Guerra Fria e a chamada corrida espacial, no dia 27 de janeiro de 1967, foi assinado pelo Reino Unido, em Londres, pelos Estados Unidos da América (EUA), em Washington, e pela antiga União Soviética, em Moscou, o Tratado do Espaço Exterior, visando regulamentar a exploração espacial. Em tal período em que fora assinado, a preocupação existente era, principalmente, a respeito do uso de armas de destruição em massa, procurando coibir sua

utilização no contexto espacial. Devido a este foco, pouco foi regulamento no citado Tratado o contexto comercial/econômico da exploração.

Em razão disso, o Tratado do Espaço, incorporado pelo Decreto nº 64.362 (Brasil, 1969), trouxe em seus artigos normas que tratam da exploração espacial de forma genérica, com viés bastante principiológico, que à luz do momento em que foram escritas eram satisfatórias para as necessidades aduzidas tratando, principalmente, de questões militares e de cunho científico. Assim, o artigo I do Tratado (Brasil, 1969) interpõe que:

> A exploração e o uso do espaço cósmico, inclusive da Lua e demais corpos celestes, só deverão ter em mira o bem e interesse de todos os países, qualquer que seja o estágio de seu desenvolvimento econômico e científico, e são incumbência de toda a humanidade. O espaço cósmico, inclusive a Lua e demais corpos celestes, poderá ser explorado e utilizado livremente por todos os Estados sem qualquer discriminação em condições de igualdade e em conformidade com o Direito Internacional, devendo haver liberdade de acesso a todas as regiões dos corpos celestes. O espaço cósmico, inclusive a Lua e demais corpos celestes, estará aberto às pesquisas científicas, devendo os Estados facilitar e encorajar a cooperação internacional naquelas pesquisas.

Todavia, tal regulamentação não acompanhou o rápido avanço tecnológico que ocorreu nos anos seguintes após sua assinatura, decorrente, principalmente devido ao crescimento exponencial da computação e da tecnologia de foguetes. Inclusive, esta chegou ao patamar atual da utilização de foguetes reutilizáveis, através de parceria com empresas privadas, como é caso do foguete Falcon 9 da SpaceX, gerenciada por Elon Musk, que foi lançado em 2015 com seu pouso sendo um sucesso, algo praticamente inimaginável em 1967.

Tal falta de acompanhamento trouxe certa vagueza acerca do comércio espacial, uma vez que o Tratado não regulamenta como poderá ser realizada a exploração, deixando, assim, em aberto a possibilidade, ou não, da exploração comercial, mas deixando claro que deverá ser explorado de forma que beneficie todos os países.

Entende-se atualmente que a exploração comercial é inevitável, apesar da falta de regulamentação internacional específica. Por tal razão, os Estados têm realizado o preenchimento dessa lacuna normativa através de legislações nacionais, determinando, inclusive, que a possibilidade de retenção de recursos advindos do espaço com o objetivo de lucro é válida diante do Tratado do Espaço.

Esse é o caso da Lei de Competitividade dos EUA (2015), como, ainda, de iniciativas principiológicas tal qual os Acordos de Ártemis, da seguinte forma:

> os Signatários enfatizam que a extração e utilização dos recursos espaciais, incluindo qualquer recuperação da superfície ou subsuperfície da Lua, Marte, cometas ou asteroides, deve ser executado de uma maneira que cumpre com o Tratado do Espaço Exterior e em apoio à sustentabilidade das atividades espaciais. Os Signatários afirmam que a extração de recursos espaciais não constitui inerentemente apropriação nacional sob o artigo II do Tratado do Espaço Exterior, e que os contratos e outros instrumentos legais relativos aos recursos espaciais devem ser consistentes com esse Tratado (Tradução nossa, NASA, 2020).

Todavia, apesar do crescimento do consenso internacional a respeito da possiblidade do uso comercial do espacial, o que permitiria a apropriação privada de recursos, permanece o questionamento sobre o que exatamente pode ser conceituado como recursos espaciais, sendo este um dos debates mais urgentes para alavancar essa nova etapa da exploração espacial que se inicia.

3. RECURSOS ESPACIAIS EM SENTIDO AMPLO

Segundo o dicionário Michaelis (2023), a definição da palavra “recursos” é:

> 2 Meios pecuniários; recursos financeiros; posses. Expressões: (…) Recursos naturais: materiais ou substâncias encontrados na natureza, que podem ser usados para fins econômicos e são úteis à humanidade, como por exemplo, a água, o petróleo, o ouro, o manganês etc.

Ou seja, o conceito de recurso, segundo tal dicionário, remete a materiais, dinheiro e outros ativos que podem ser utilizados por uma pessoa ou organização. Portanto, trata-se de um termo naturalmente amplo, possuindo grande abrangência conceitual. No mesmo sentido, Venturi (2006, p. 13, apud Da Costa, Nayara B.; Junior, José M. L., 2018, p. 1) ressalta a amplitude do termo, dizendo que recurso natural é:

> (...) qualquer elemento ou aspecto da natureza que esteja em demanda, seja passível de uso ou esteja sendo usado direta ou indiretamente pelo Homem como forma de satisfação de suas necessidades físicas e culturais, em determinado tempo e espaço.

Ora, novamente o conceito não traz uma definição estrita quanto a sua natureza química/física, podendo aqui se enquadrar como recurso qualquer elemento, seja ele com natureza de partícula, a exemplos de minerais, seja

elementos de natureza ondulatória, como frequências eletromagnéticas, ou elementos de natureza dual onda-partícula, como a luz solar, importando que satisfaça o critério de ser passível de utilização pela humanidade.

O mesmo ocorre em relação aos recursos espaciais pois, em sentido amplo, o termo inclui qualquer ativo passível de utilização que tenha sua origem no âmbito extraterreste, o que compreende, por exemplo: tanto o vácuo espacial; como a potencialidade das zonas passíveis de uso de satélites (órbita geoestacionária); assim como materiais que podem ser extraídos de corpos celestes, como os minerais, mesmo que em estado líquido, como a água; ou, ainda, materiais gasosos, como o valioso Hélio-3.

No âmbito lato sensu pode-se incluir até mesmo territórios em asteroides ou na lua, o que pode ser problematizado com a questão dos “picos de luz eterna”, que são áreas raras na superfície lunar que recebem incidência solar durante boa parte do período rotacional da lua. Tais regiões são consideradas valiosas devido a sua raridade, uma vez que correspondem à pequena parte da superfície lunar e, ainda, devido ao uso da tecnologia de painéis solares de maneira abrangente no setor espacial. Em relação à mineração de corpos celestes:

> conforme o banco de dados científico e econômico *Asterank,* cerca de 600.000 asteroides foram descobertos até outubro de 2019 e, entre estes, há mais de 20.000 orbitando a Terra. Em relação ao potencial econômico, a empresa *Planetary Resources* e o banco *Goldman Sachs*, aduzem que seria possível extrair platina de um único asteroide em valores entre 25 e 50 bilhões de dólares (Galvão, 2022, p. 38).

O potencial advindo da exploração dos recursos espaciais também pode ser demonstrado através de estimativa de John Lewis, professor de astronomia da Universidade do Arizona, que afirma que:

> o valor estimado de recursos que podem ser extraídos em um único asteroide, de 2,5 km de diâmetro, é de cerca de US$ 20 trilhões (um quarto do produto bruto mundial em 2018): US$ 8 trilhões — ferro e níquel, US$ 6 trilhões — cobalto, US$ 6 trilhões — platina e outro grupo de metais. Ou seja, o valor de um asteroide excederá em muito o valor de todos os depósitos minerais vendidos por um ano no mundo (Galvão, 2022, p. 38).

Sabe-se que a superfície lunar apresenta grande quantidade de recursos minerais distribuídos em sua estrutura geológica interna, sendo rica em alumínio, ferro, lítio, oxigênio, hidrogênio, cromo, manganês, potássio, entre outros minerais. Isso possibilita a utilização de tais materiais em formas estruturais e elétricas,

também podendo ser usados para sustentar a vida em uma base lunar permanente, ou como propulsores de foguetes. O recurso mais valioso contido na Lua é o hélio-3, material pouco presente na Terra, mas abundante na estrutura lunar, que combinado com outros materiais, como o deutério, pode ser usado como combustível nos reatores de potência de fusão, gerando energia nuclear em um processo que não produz resíduos tóxicos, ou seja, energia limpa (Galvão, 2022). Tem-se que:

> Aduz a ESA que o hélio-3 teria o potencial de substituir combustíveis fósseis e outras substâncias como fonte primária de energia na Terra. Foi ainda estimado que vinte e cinco toneladas de hélio-3 podem fornecer toda a energia que, por exemplo, os Estados Unidos precisariam em um ano. Países como Índia e China estão focados em dar prioridade à extração do isótopo leve de hélio-3 da Lua, uma vez que se estima que um volume total de 1 a 5 milhões de toneladas de hélio-3 podem ser encontrados na superfície lunar. Embora apenas 25% desse volume pudesse ser trazido para a Terra, isso seria o suficiente para atender à demanda de energia atual do mundo por dois a cinco séculos. Ainda, uma tonelada de hélio-3 tem atualmente o valor de quase US$ 5 bilhões (Galvão, 2022, p. 39).

Tem-se, ainda, que os recursos espaciais podem ser objeto de variadas utilizações no contexto da exploração espacial, a exemplo:

> as futuras mega constelações de comunicações em órbita baixa da Terra aproveitam sua localização mais próxima da Terra do que os satélites de comunicações geoestacionários tradicionais, minimizando a latência. A fabricação em órbita aproveita a microgravidade para construir produtos altamente exclusivos, como fibra óptica (...), grandes telescópios espaciais ou órgãos impressos em 3D não suportados. Considerando recursos mais tangíveis, as matérias-primas representam o bloco de construção central para uma presença espacial sustentável. (...) Metais e materiais pedregosos podem ser a matéria-prima primária para a construção de grandes estruturas espaciais, enquanto os voláteis permitem a propulsão e os recursos para sustentar a vida. (...) Os voláteis incluem materiais que contêm água, que pode ser processada em água purificada, hidrogênio e oxigênio. A água pode ser usada para consumo humano, crescimento de plantas e proteção contra radiação. O oxigênio e o hidrogênio podem ser usados para propelente, energia via células de combustível e outros processos industriais (Tradução nossa, Hugo; Rich; Schertz, 2020).

Nota-se, por conseguinte, que a amplitude as possibilidades das atividades relacionadas ao espaço podem determinar a conceituação do que sejam recursos espaciais, sendo necessária a delimitação conceitual para uma eficaz regulamentação.

4. RECURSOS ESPACIAIS EM SENTIDO ESTRITO

Para a adoção de um sentido estrito de recursos espaciais, deve-se analisar, primeiramente, que a respeito das órbitas de satélites não há interesse da doutrina internacional em considerá-las como recursos espaciais, uma vez que possuem legislação específica. Logo, regular também no âmbito de recursos poderia gerar conflitos normativos.

Nesse sentido, quando convidados a emitirem posicionamentos acerca de tal assunto pelo Escritório das Nações Unidas para Assuntos do Espaço Exterior, países como a França, Alemanha e Grécia entenderam que orbitas espaciais e espectros de rádio frequência são considerados recursos espaciais, porém não há o que se buscar em relação a uma regulamentação, afinal já existe um organismo internacional competente para tal matéria. Dessa forma, a França, em manifestação em Grupo de Trabalho na Organização das Nações Unidas (ONU), se posicionou da seguinte forma:

> Propomos que o Grupo de Trabalho se concentre nos recursos espaciais "materiais" que podem estar presentes no subsolo ou na Lua ou em outros corpos celestes, incluindo asteróides.1 O Grupo de Trabalho também poderia considerar a definição de recursos espaciais para certas posições locais *in situ* na Lua e noutros corpos celestes (tais como picos de luz eterna na Lua que, dada a sua natureza limitada, parecem ser recursos espaciais de particular interesse). Na medida em que o nosso conhecimento atual sobre recursos espaciais e locais de interesse particular ainda está em sua infância, esta noção pode evoluir durante o trabalho do Grupo de Trabalho. Os recursos de espectro/órbita que podem ser utilizados em atividades espaciais na Lua e noutros corpos celestes não devem cair no âmbito do trabalho do Grupo de Trabalho. A governação da utilização deste tipo de recursos deverá ser da competência da União Internacional das Telecomunicações (UIT). A este respeito, pode-se notar que a UIT já adotou recomendações sobre posições orbitais e/ou frequências que não são exclusivamente terrestres, como as do ponto Lagrange L2 Sol-Terra2 e da zona blindada da Lua (Tradução nossa, France, 2023, p. 1, 2).

Ou seja, o espectro de radiofrequência é regido internacionalmente pela agência das Nações Unidas especializada para tecnologias da comunicação e informação, a União Internacional de Telecomunicações (UIT). Utilizando como exemplo o Brasil, a Agência Nacional de Telecomunicações (Brasil, 2021) estabelece que: "radiofrequência é a faixa do espectro eletromagnético de 8,3 kHz a 3000 GHz, onde é possível a radiocomunicação", ou seja, já há regulamentação específica sobre o tratamento da matéria.

Todavia, restam outros exemplos de recursos citados no sentido amplo que poderiam ser abrangidos por uma regulamentação espacial, como é o caso dos picos de luz eterna, trazidos por Martin Elvis, Alanna Krolikowski e Tony Milligan (2021), ao se referirem a recursos lunares.

Assim, pode-se destacar como iniciativa para determinar o que pode ser considerado como recursos espaciais, o Grupo de Trabalho da Haia para a Governança dos Recursos Espaciais, de 2019, que para preencher a lacuna existente acerca da conceituação de recurso espacial, aduz que seria este: “um recurso abiótico extraível e/ou recuperável in situ no espaço sideral” (Tradução nossa, Leiden, 2019). Portanto:

> conforme o Grupo de Trabalho, no contexto de recurso espacial estão inclusos os materiais minerais e voláteis, incluindo a água. Todavia, não abrangeria: órbitas de satélites; espectro de rádio; energia solar, exceto quando coletada em locais únicos e escassos, como nos picos de luz eterna. Tem-se que as órbitas de satélite e o espectro de rádio não são extraíveis, nem recuperáveis, por isso são excluídos da definição. Além disso, já existe uma estrutura internacional para uso de órbitas geoestacionárias e de rádio nos instrumentos da União Internacional de Telecomunicações (UIT). Logo, um recurso espacial deve ser capaz de ser extraído de sua fonte extraterrena. A definição concentra-se nos recursos que podem ser obtidos dos corpos celestes, independentemente dos meios de obtenção. Percebe-se, então, que se adota um sentido mais estrito da terminologia (Galvão, 2022, p. 39).

Ou seja, o conceito trazido faz referência a elementos físicos, tangíveis e extraíveis, excluindo as órbitas dos satélites, o espectro de radiofrequência, e a energia solar, exceto a coletada em locais únicos e escassos, como os pontos de luz eterna, que são áreas raras e de grande valor econômico, conforme já mencionado. No mesmo sentido, Marina S. R. Huidobro (2023, p. 63) resume que:

> o entendimento do Grupo segue no sentido de que os recursos espaciais nada mais são do que os elementos naturais provenientes do meio ambiente espacial, frisando que, no caso da atividade que visa a sua exploração, apenas se enquadram os minérios, materiais voláteis e a água.

Quando solicitado pelo Escritório das Nações Unidas para Assuntos do Espaço Exterior acerca do tema, a Rússia (Tradução nossa, 2023, p. 1) se posicionou de forma divergente dos demais países trazendo que:

> (...) o conceito de “recursos espaciais” pode abranger quaisquer objetos fora da superfície, hidrosfera, atmosfera da Terra e seu interior, incluindo objetos naturais, naturais e antropogênicos, antropogênicos e feitos pelo homem, independentemente de sua aplicabilidade prática no presente ou o futuro. Os recursos espaciais incluem corpos celestes, espaços e

> territórios de corpos celestes, recursos minerais, líquidos e gases localizados neles, vários tipos de radiação, recursos de frequência orbital e outros objetos

A despeito dos posicionamentos divergentes, aduz-se que a adoção de uma conceituação mais restrita pode trazer vantagens em um primeiro momento, uma vez que facilita o processo de consenso entre os Estados. Todavia, deve-perquirir se tal conceito deve ser estático, se não poderia ser adaptado, posteriormente, conforme as circunstâncias e necessidades ambientais/econômicas.

5. GOVERNANÇA ADAPTATIVA

Deve-se observar que, por se tratar de um assunto complexo, passível de inovações constantes, principalmente no que tange à tecnologia, é necessária a flexibilidade normativa e, essencialmente, conceitual.

Em vista disso, uma opção que satisfaz tais necessidades é a adoção do modelo teórico da governança adaptativa, ou seja, uma forma de governança que acompanha a dinâmica ambiental e circunstancial que surgem, buscando a resolução de forma rápida, se adaptando ao âmbito fático. Tal modelo é utilizado no meio empresarial, e, atualmente, está tomando força e sendo implementado em agências responsáveis por recursos naturais de forma geral, como na União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN).

A governança adaptativa destina-se a coordenar regimes de gestão em situações de complexidade e incerteza determinadas por rápidas mudanças ambientais ou socioeconômicas. Tem-se que a governança reconhece a existência de um vínculo entre os sistemas social e o ecológico, além de prever a criação de controles que são receptivos aos feedbacks originados de tais sistemas, portanto evolui continuamente através da adaptação (Deplano, 2021, p. 21).

A governança adaptável é definida como a evolução de regras e normas que melhor promove a satisfação das necessidades e preferências humanas subjacentes, dadas as mudanças no entendimento, os objetivos e os aspectos sociais, econômicos e o contexto ambiental (Hatfield-dodds, S.; Nelson, R.; Cook, D. C., 2007). Tal governança promove a flexibilidade e a capacidade de resposta

às mudanças sociais, condições econômicas e ambientais por meio da troca de informações em vários níveis (local, nacional e internacional) (Oltrogge, D. L., 2019).

Aplicado tal modelo teórico ao conceito de recursos espaciais em comento, possibilita-se a evolução conceitual, admitindo uma análise terminológica em etapas, flexível. É possível vislumbrar uma conceituação inicial estrita sobre os recursos espaciais, todavia, com os avanços tecnológicos, os desafios ambientais aduzidos pelo espaço, e a contextualização futura socioeconômica após a introdução plena da economia espacial, em especial através da mineração, deve-se perquirir a adaptação do conceito.

Faz-se necessário um sistema de atualizações de disposições e estruturas regulatórias para o contexto futuro da exploração espacial. Ainda, vislumbra-se a necessidade de trocas de informações entre comunidades técnicas, econômicas, de negócios, políticas e regulatórias. Assim, a governança adaptativa é uma filosofia de governança, não sendo necessário, de acordo com o Grupo da Haia, tentar abordar de forma abrangente as atividades de recursos espaciais, nos blocos de construção: as atividades de recursos espaciais devem ser abordadas de forma incremental no momento apropriado com base na tecnologia contemporânea e práticas (Leiden, 2021). Tal entendimento pode também ser adotado para o conceito de recursos, levando em consideração o corolário da governança adaptativa.

Portanto, a governança adaptativa permite a maleabilidade conceitual em diversos aspectos, seja na regulamentação per si, ou seja, normativa, seja através da governança executiva, via interoperabilidade que deverá existir entre os Estados nas atividades espaciais. Ao se adotar um determinado conceito, tem-se, na realidade, a adoção de um conjunto de regras para a tomada de decisões, em termos de regulamentação e governabilidade, sendo a restrição ou amplitude de tal conceito basilares para tais aspectos. Todavia, ao se adotar a evolução conceitual como regra, flexibiliza-se o processo de tomada de decisões, sabendo que estas serão passíveis de adaptações tendo em vista a conjuntura fática futura.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se, portanto, que o conceito comumente adotado sobre recursos espaciais é o restrito, abrangendo os recursos abióticos extraíveis ou recuperáveis in situ no espaço sideral, conforme conceituação do Grupo de Trabalho da Haia.

Contudo, percebe-se que outros ativos espaciais como o espectro de radiofrequência, as órbitas geoestacionárias, ou a energia solar também serão objetos de constantes conflitos internacionais no que tange à exploração espacial futura. Portanto, a regulamentação sobre recursos espaciais deverá inevitavelmente abranger tais ativos, ao menos no que concerne especificamente a sua utilização na exploração comercial espacial.

Assim, recomenda-se, pois, a título de consenso internacional, que seja adotado o conceito estrito de recursos espaciais, nos moldes do Grupo de Trabalho da Haia, de maneira inicial, uma vez que a questão sobre a própria apropriação de recursos ainda é problemática entre os países e também na doutrina.

Todavia, como uma segunda etapa, após a sedimentação do conceito aduzido pela primeira etapa, uma vez já estabelecido o consenso internacional sobre os recursos extraíveis, urge-se a adoção de um conceito mais amplo, o que poderia incluir: a órbita geoestacionária lunar; a localização para uso coletivo- no sentido de compartilhamento (interoperabilidade) de locais estratégicos (picos de luz eterna e crateras ideiais para atividades radioastronômicas, por exemplo), podendo abranger as zonas de segurança; rotas lunares- tanto para chegar até a Lua de maneira mais encurtada, com acesso a pontos de abastecimento ou estações espaciais, como ainda rotas na superfície.

A necessidade dessa segunda etapa decorre do posterior avanço tecnológico que ampliará as possibilidades de atividades espaciais; ainda, tal conceito inovador de recursos vislumbra pontos de potencial econômico, que podem gerar conflitos futuros entre os atores espaciais, caso não devidamente e, antecipadamente, regulamentados.

Tem-se que essa conceituação por etapas coaduna-se com o conceito de governança adaptativa, o qual interpõe-se como um modelo não estático/estanque de governança. Logo, se há mudanças ambientais, tecnológicas, de política internacional, entre outras, de acordo com a governança adaptativa urge-se a atualização conceitual.

Propugna-se, por conseguinte, que a conceituação de recursos espaciais seja progressiva, em etapas, saindo de um conceito inicialmente restrito, visando o consenso internacional, para, posteriormente, mais amplo, a fim de evitar conflitos internacionais potenciais.

REFERÊNCIAS

BRASIL, República Federativa do. **Decreto nº 64.362 de 17 de abril de 1969**. Promulga o Tratado sobre Exploração e Uso do Espaço Cósmico. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/d64362.html. Acesso em: 19 nov. 2023.

BRASIL, República Federativa do. Ministério das Comunicações. **Radiofrequência**. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/anatel/pt-br/regulado/radiofrequencia. Acesso em: 15 jul. 2023.

DA COSTA, Nayara Barreto; JUNIOR, José Marcelo Lopes. **Educação ambiental e recursos naturais**: uma reflexão dos estudantes do 6° ao 9° ano de uma escola na cidade de Pilar – Alagoas. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_SA14_ID1402_09092018121347.pdf. Acesso em: 20 jul. 2023.

DEPLANO, Rossana. The Artemis Accords: evolution or revolution in International Space Law? **International and Comparative Law Quarterly**, 2021. Disponível em: https://ssrn.com/abstract=3822590. Acesso em: 25 jul. 2023.

ELVIS, Martin; KROLIKOWSKI, Alanna; MILLIGAN, Tony. **Concentrated lunar resources**: imminent implications for governance and justice. 2021. Disponível em: https://royalsocietypublishing.org/doi/pdf/10.1098/rsta.2019.0563. Acesso em: 09 out. 2023.

FRANCE. United Nations Office for Outer Space Affairs (UNOOSA). Input to the Working Group on Legal Aspects of Space Resource Activities. **General exchange of views on potential legal models for activities in the exploration, exploitation, and utilization of space resources**. A/AC. 105/C.2/2023/CRP. 12. Disponível em: https://www.unoosa.org/oosa/oosadoc/data/documents/2023/aac.105c.22023crp/aac.105c.22023crp.12_0.html. Acesso em: 01 out. 2023.

GALVÃO, Jéssyka Maria Nunes. **Os Acordos de Ártemis e a *Lex Spacialis***: a exploração dos recursos espaciais e a compatibilidade com o Direito Internacional do Espaço. Ponta Grossa: Aya Editora, 2023.

HATFIELD-DODDS, S.; NELSON, R.; COOK, D. C. **Adaptive governance**: an introduction and implications for public policy. 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/23507987_Adaptive_Governance_An_Introduction_and_Implications_for_Public_Policy#fullTextFileContent. Acesso em: 19 nov. 2023.

HUGO, Adam; RICH, David; SCHERTZ, Joshua. **The Space Resource Report**: 2020. Disponível em: https://www.thespaceresource.com/news/2020/the-space-resource-report. Acesso em: 19 nov. 2023.

HUIDOBRO, Marina Stephanie Ramos. **Direito Espacial e a exploração de recursos espaciais**: Perspectivas Jurídicas. São Paulo: Editora Dialética, 2023.

LEIDEN. **The Hague International Space Resources Governance Working Group**: Building Blocks for the development of an international framework on space resource activities. 2019. Disponível em: https://www.universiteitleiden.nl/binaries/content/assets/rechtsgeleerdheid/institut-voor-publiekrecht/lucht--en-ruimterecht/space-resources/portuguese-translation-.pdf. Acesso em: 25 jul. 2023.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/recurso. Acesso em: 20 jul. 2023.

NASA, National Aeronautics and Space Administration. **Artemis Accords**: Principles for a Safe, Peaceful, and Prosperous Future. 2020. Disponível em: https://www.NASA.gov/specials/ártemis-accords/ img/Ártemis-Accords_v7_print.pdf. Acesso em: 19 nov. 2023.

OLTROGGE, D. L. **Characterization of global space governance**. IAC 2019. Special Session: “Space Traffic Management: Working Together to Enhance Safety and Sustainability”.

RUSSIA. United Nations Office for Outer Space Affairs (UNOOSA). Input to the Working Group on Legal Aspects of Space Resource Activities. **General exchange of views on potential legal models for activities in the exploration, exploitation, and utilization of space resources**. A/AC. 105/C.2/2023/CRP.20. Disponível em: https://www.unoosa.org/oosa/oosadoc/data/documents/2023/aac.105c.22023crp/aac.105c.22023crp.20_0.html. Acesso em: 01 out. 2023.

US, Congress. **Commercial Space Launch Competitiveness Act**, 2015. Disponível em: https://www.congress.gov/bill/114th-congress/house-bill/2262/text. Acesso em: 19 nov. 2023.

A RELAÇÃO DA AFETIVIDADE COM O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA LÍNGUA INGLESA

Daiane Brito Santos Pereira[1]
daianebrtto@gmail.com
Graduanda em Letras – Português e inglês
Universidade de Pernambuco UPE - Campus Petrolina

Zaira Dantas de Miranda Cavalcanti[2]
zaira.cavalcanti@upe.br
Doutoranda em Ciências da Linguagem
Universidade de Pernambuco UPE - Campus Petrolina

RESUMO: O presente estudo buscou analisar as relações da afetividade com o processo de ensino e aprendizagem da língua inglesa, a fim de refletir acerca de possíveis melhorias nesses processos se considerado esse aspecto. Estudar a afetividade é relevante, pois não há como dividir o sujeito entre as dimensões cognitivas e afetivas, o que evidencia a necessidade de entender sobre os diversos aspectos que o formam enquanto sujeito, para que sua aprendizagem não seja prejudicada, quando poderia dispor de mecanismos afetivos que visem melhorias no processo complexo que é o ato de aprender. Este estudo foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica básica, recorrendo a uma revisão de cunho exploratório da literatura encontrada em artigos científicos, em sua maioria. Para tanto, tivemos o aporte teórico de Bzuneck (2018), Assis e Lago (2018), Leite (2018), Orlando (2019), Satyro (2022), dentre outros. Com base na análise dos resultados encontrados, foi possível observar que a afetividade está presente de forma indissociável no sujeito, e, consequentemente, em todas as situações que ele fizer parte. Tendo isso em vista, está presente também no processo de aprendizagem da língua inglesa, resultando em aspectos positivos e, por vezes, negativos. Assim, é necessário que professores e estudantes compreendam a afetividade, que está arraigada em ambos, a fim de que a aprendizagem possa ser efetivada de modo leve e os fatores emocionais não sejam negligenciados, resultando em mais entraves no processo.

Palavras-chave: Afetividade. Ensino-Aprendizagem. Língua inglesa. Motivação.

ABSTRACT: This study aimed to analyze the relationships between affectivity and the process of teaching and learning the English language in order to reflect on possible improvements in these processes when considering such aspect. Studying affectivity is relevant because it is impossible to separate the individual into cognitive and affective dimensions, highlighting the need to understand the various aspects that shape the individual so that their learning is not hindered when

they could have affective mechanisms aimed at enhancing the complex process of learning. This study was conducted through basic bibliographic research, relying on an exploratory review of the literature found primarily in scientific articles. To do so, we drew on the theoretical contributions of Bzuneck (2018), Assis and Lago (2018), Leite (2018), Orlando (2019), Satyro (2022), among others. Based on the analysis of the results, it was possible to observe that affectivity is inherently present in the individual and, consequently, in all situations in which they are involved. With this in mind, it is also present in the process of learning the English language, resulting in both positive and, at times, negative aspects. Therefore, it is necessary for teachers and students to understand affectivity, which is deeply rooted in both, so that learning can be effectively facilitated, and emotional factors are not neglected, leading to further obstacles in the process.

Keywords: Affectivity. Teaching-Learning. English Language. Motivation.

1. INTRODUÇÃO

O cenário do ensino de língua inglesa (LI) na educação básica na atualidade revela diversos entraves e desafios enfrentados, constantemente, por docentes e discentes. Esse estudo traz uma reflexão acerca do ensino dessa língua estrangeira, cujo cenário tem se apresentado desafiador, tendo em vista o status de língua franca desse idioma no mundo.

Muitos são os fatores que influenciam direta ou indiretamente no desenvolvimento do ensino e aprendizagem de uma língua estrangeira (LE). Segundo De Paula (2015), em meio às dificuldades, estão em evidência a falta de qualificação dos profissionais e a falta de motivação dos estudantes, fatos que geralmente impactam de maneira negativa o processo de aprendizagem da LE. A partir disso, entende-se a complexidade que se faz presente, demandando que professores e alunos trabalhem de forma mútua para que, respeitando a singularidade e o papel de cada um, a aprendizagem possa ser efetivada. Dentre esses fatores, está a afetividade, que é indissociável do sujeito, mas, na maioria dos casos, não é considerada nos processos de ensino-aprendizagem (Assis e Lago 2018).

No ensino de LI, há questões como a redução de carga horária, falta de materiais necessários para enriquecer as aulas e também a falta de motivação por parte dos alunos - que, em alguns casos não demonstram interesse pelas aulas

propostas pelos professores -, fatores que podem vir a inviabilizar o desenvolvimento da aprendizagem da língua inglesa.

A motivação é um fator que envolve fatores de dimensões afetivas e cognitivas, que irão influenciar nas tomadas de decisões das pessoas, e assim, consequentemente, terá influência no alcance dos objetivos traçados (Souza et al. 2018).

A afetividade está relacionada a sentimentos, emoções e paixões e diz respeito à capacidade que o ser humano tem de ser afetado pelo que está ao seu redor, que podem ser sensações agradáveis ou desagradáveis (Mahoney, Almeida, 2005).

Sendo assim, dentre os fatores que podem vir a interferir na aquisição do conhecimento, questiona-se nesta pesquisa de que forma a afetividade pode influenciar no processo de aprendizagem da LI. Por meio de uma revisão bibliográfica, o intuito é tomar conhecimento de aspectos da aprendizagem do aluno, principalmente os elementos de caráter afetivo, a fim de trazer à luz possibilidades que visem melhorias nas abordagens que envolvem o ato de aprender, bem como compreender como o aluno, em meio a tantas barreiras, pode desenvolver melhor seu conhecimento para que, assim, possa ter uma experiência mais abrangente com a língua-alvo.

Ponderando sobre o ensino de línguas estrangeiras e sobre os alunos enquanto seres humanos que possuem fragilidades, faz-se necessário refletir acerca de tais particularidades do ensino, para que o processo de ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras aconteça com mais propriedade, atenção e o maior nível de aproveitamento possível. Estudar a afetividade é relevante, pois não há como dividir o sujeito entre as dimensões cognitivas e afetivas, o que evidencia a necessidade de entender sobre os diversos aspectos que o formam enquanto sujeito, para que sua aprendizagem não seja prejudicada, quando poderia dispor de mecanismos afetivos que visem melhorias no processo complexo que é o ato de aprender.

Diante disso, esse estudo tem por objetivo geral analisar a relação da afetividade com o processo de aprendizagem da língua inglesa, bem como discutir o ensino de língua inglesa no contexto brasileiro, investigar o fator afetividade como influenciador da motivação no processo de aprendizagem e refletir acerca da afetividade no ensino de língua inglesa.

2. O ENSINO DA LÍNGUA INGLESA NO BRASIL

Com o passar dos anos, um número crescente de estudos apresentam diversos entraves relacionados a uma educação defasada e sua influência na sociedade como um todo. O ensino de LI no Brasil é um dos pontos em que se pode observar grandes dificuldades que perduram também até os dias atuais, principalmente em instituições públicas (cf. Barbosa et al., 2019; Polidório, 2014; Santos, 2011; Oliveira, 2009). Há necessidade de uma análise constante dos aspectos que intervêm nesse contexto, visando encontrar novas possibilidades de lidar com as particularidades que se manifestam para aperfeiçoar de forma significativa os processos educacionais e, assim, aprimorar o desenvolvimento da sociedade no que diz respeito, principalmente, a uma evolução pautada numa atenção mais zelosa com o meio educacional.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1998), a Língua Estrangeira “[...] envolve um complexo processo de reflexão sobre a realidade social, política e econômica, com valor intrínseco importante no processo de capacitação que leva à libertação” (PCNs, 1998, p. 41). Essa concepção reforça a importância da investigação no que diz respeito aos elementos educacionais que estão envolvidos no desenvolvimento das línguas estrangeiras no país, a fim de ocasionar melhorias e proporcionar uma formação mais ampla aos cidadãos da sociedade. Tratando especificamente do ensino da LI, o documento diz que o acesso a ela proporcionará aos alunos a possibilidade de entender com mais nitidez o seu papel como sujeito integrante de uma sociedade, transformando-o em um cidadão mais globalizado.

Atentando para os problemas que fazem parte do ensino de línguas, de acordo com os PCNs (1998), há superlotação nas salas de aula, escassez de ferramentas que auxiliem na aprendizagem, bem como carência de tempo para que as atividades propostas possam ser concretizadas com êxito e ainda limitações por parte dos professores. Em consonância com essas informações, Oliveira (2009) aponta que os profissionais possuem dificuldades na língua que ensinam, ressaltando também a educação superior que estes recebem, que não fornece o ensino necessário e não busca contornar os desafios encontrados,

contribuindo para ineficiência do processo de ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras.

Em relação a formação com habilitação dupla, Polidório (2014) aborda a situação de professores que cursaram Letras no sistema de graduação dupla (línguas inglesa e portuguesa), sem ter a possibilidade de optar apenas pela língua portuguesa e acabam dando aulas de inglês para completar a carga horária. Por vezes, não há afinidade com a língua ou até mesmo interesse em aperfeiçoar os conhecimentos fundamentais para proporcionar uma boa aula para os alunos, que podem acabar perdendo o empenho, reforçando mais ainda a ideia implantada na sociedade de que não é possível aprender a LI nas escolas regulares.

Com base em uma pesquisa realizada com cinquenta e um alunos de ensino médio, a fim de saber suas experiências de aprendizagem com a LI durante esse momento, Conceição (2006) traz dados em que 37 dos alunos disseram ter experiências negativas, seis alunos tiveram experiências positivas e seis definiram sua experiência como “regular”, salientando que a maioria dos alunos não estão contentes com a realidade em que se encontram. Fatores como a utilização de métodos considerados “obsoletos”, falta de comprometimento ou despreparo do professor, uso maçante do vocabulário, bem como de métodos repetitivos, como a memorização de palavras e tradução, são citados.

Com a utilização desses métodos, a principal função de se aprender uma língua é colocada em segundo plano: o desenvolvimento da competência comunicativa se perde, dando lugar ao ensino de regras, palavras e frases sem contexto, o que faz com que muito dificilmente algum estudante tenha vontade de aprender.

Como resultado de experiências adquiridas por meio do Projeto Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), Barbosa et al. (2019) relatam os contratempos encontrados no cenário de uma escola pública, que, segundo as autoras, recebe alunos de bairros periféricos e de famílias carentes que geralmente trabalham e participam ativamente nos serviços domésticos de suas residências e estudam à noite, o que é algo que exerce influência no fator motivação. Segundo as autoras, não foi possível realizar o que haviam planejado, já que a escola não possuía materiais necessários como internet, computadores e projetores, mostrando que não há o investimento fundamental para um desdobramento mais adequado do ensino, o que acaba sendo mais um aspecto

que atrapalha no desempenho desses alunos, além de outras particularidades externas à escola. Para agravar mais ainda a situação, segundo os PCNs (1998) o ensino de língua estrangeira não é priorizado na formação do aluno, não tendo espaço de "privilégio" no currículo escolar.

Em muitos casos, o ensino de inglês, nos dias atuais, resume-se a regras gramaticais ou apenas a atividades que envolvem tradução como único método de ensino ou com uso de frases curtas ou até mesmo palavras soltas sem a contextualização adequada, o que inviabiliza o interesse e, consequentemente, a absorção do que lhes é apresentado (cf. Polidório, 2014; Santos, 2011).

Dentre as consequências ocasionadas por todas as adversidades, está também a procura por culpados do insucesso do ensino, assim como a discussão sobre o aproveitamento (ou a falta dele) por parte dos estudantes. Leffa (2011) traz uma grande reflexão acerca de pontos que resultariam no "fracasso" do ensino de línguas estrangeiras, apresentando a criação de "bodes expiatórios", que consiste na distribuição de culpa entre o governo, o professor ou o aluno. O texto tem como base a "Narrativa 14", relato de um aluno/professor que fala sobre suas experiências enquanto aluno que não aprendeu inglês na escola pública e enquanto professor dessa LE.

O autor Leffa (2011) traz à luz o apontamento de culpa entre professores, governo e alunos acerca da culpa do fracasso do ensino da LI, esclarecendo que nada é feito para que a solução dos impasses ocorra. Entende-se que há uma parcela de culpa em todas as partes, então, as melhorias ocorrem apenas a partir de esforços realizados em conjunto, já que o processo de aprender não envolve apenas uma das partes, embora o aluno seja o protagonista do seu conhecimento. Por mais que seja necessário e importante o esforço individual, há um aproveitamento/desenvolvimento muito maior quando se trata de um estímulo com a contribuição de todas as partes envolvidas.

Leffa (2011) evidencia ainda que a ideia de que o pobre não deve ou não pode aprender uma LE, infelizmente, ainda segue arraigada no pensamento da maioria das pessoas, o que faz com que muitos alunos não apresentem o interesse necessário para aprender algo e explica também que apenas conhecer a LE não é o suficiente para que ocorra o ensino de qualidade, ao passo que evidencia que muitos não a conhecem, sendo essa a realidade de muitas cidades pequenas.

Não dá para camuflar todas as circunstâncias contrárias que acontecem no meio educacional e envolvem o aluno e o colocam em situações complicadas de desenvolvimento, assim como não se descarta a importância do aluno confiar em si mesmo e, na medida do possível, com o que ele tem a sua disposição, ser autor do seu próprio conhecimento. Não há como um professor sozinho, ou mesmo uma instituição, realizar o processo de ampliação do conhecimento e é melhor que o foco esteja em ações que envolvam a todos e, principalmente, aquele que estuda.

A Base Nacional Comum Curricular BNCC (2018) acredita que aprender a LI ocasiona uma interação maior do estudante com o meio social, contribuindo para uma participação mais eficiente e crítica de sua cidadania e ampliando as suas possibilidades de deslocamento. Para tanto, segundo o documento, é necessário que o ensino da língua seja pautado em sua função social e política, tratando-a como língua franca e, a partir disso, há o reconhecimento de todas variações que envolvem a diversidade linguística e cultural dos falantes da LI "(...)o que possibilita, por exemplo, questionar a visão de que o único inglês "correto" – e a ser ensinado – é aquele falado por estadunidenses ou britânicos" (Brasil, 2018, p. 241).

A BNCC (2018), defende a interculturalidade, tratando dos aspectos necessários para ver o inglês como língua franca, apresenta pontos que devem ser tratados de modo relativo como o de que os alunos devem alcançar determinado nível de proficiência, ou que há sempre um "inglês melhor" a ser instruído para eles. Segundo o documento, isso requer que haja mais acolhimento dos diferentes usos da língua por parte dos professores, pois, ao vê-la como língua franca, é importante não imaginar um modelo ideal de falantes, rompendo com "(...)com aspectos relativos à "correção", "precisão" e "proficiência" linguística" (Brasil, 2018, p. 242).

3. A MOTIVAÇÃO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Dando importância para a falta de motivação presente no âmbito escolar, é relevante entender sobre como a motivação manifesta-se nesse contexto, que elementos têm influência sobre ela, a fim de saber como é possível buscar uma

melhor forma de lidar com esses aspectos para propiciar uma efetivação mais positiva da aprendizagem.

Souza et al. (2018) explicam que a motivação é um fator que apresenta diversas particularidades que envolvem aspectos cognitivos e afetivos como itens fundamentais nas escolhas, influenciando, assim, na obtenção de determinados objetivos dos indivíduos. As autoras ainda abordam o fato de que o conceito de motivação não é apenas voltado para a psicologia, mas que atinge a multidisciplinaridade, já que ramifica-se ao envolver aspectos como os biológicos, sociais e culturais.

Segundo Rufini, Bzuneck e Oliveira (2011), a motivação tem influência direta no desempenho do aluno no contexto escolar, bem como intervém no aproveitamento no que se refere à aprendizagem e ao seu desenvolvimento. Ao tratar de motivação, com base na Teoria da Autodeterminação, pode-se destacar, enquanto orientações motivacionais, a motivação intrínseca e extrínseca. A primeira diz respeito a um comportamento que é motivado, necessariamente, pelo que se realiza, ou seja, algo que proporciona satisfação em realizar, já a segunda, diz respeito ao desejo de alcançar algo, sejam gratificações externas, sociais ou materiais, a fim de obter aprovação ou provar ser competente. É possível identificar níveis de autodeterminação em meio a motivação extrínseca, evidenciando, assim, a complexidade presente no âmbito da motivação humana (Rufini, Bzuneck, Oliveira, 2011; Boruchovitch, Cunha, 2012).

Em consonância, Cunha e Boruchovitch (2012, p. 248) salientam que “Os problemas motivacionais podem desencadear dificuldades de aprendizagem até em alunos considerados muito inteligentes, já que muitos deles são descrentes quanto a sua própria capacidade de realizar tarefas escolares com sucesso.”, dentre esses fatores, Guimarães e Boruchovitch (2004) deixam claro que, quando um estudante está motivado, ele busca novas alternativas, se envolve no seu processo de aprendizagem ativamente, bem como se torna apto a enfrentar os desafios que encontra e também se permite sentir orgulho de seus resultados e demonstra entusiasmo ao realizar as tarefas necessárias.

Cunha e Boruchovitch (2012) concluem que se faz necessário conhecer as estratégias de aprendizagem e as orientações motivacionais dos estudantes, já que, a partir do momento que entendem sobre o que os motiva, quais seus objetivos, as chances de sucesso no processo de aquisição do conhecimento,

aumentam. Bem como também evidenciam a necessidade do professor conhecer o que motiva e quais estratégias de aprendizagem seus alunos utilizam, o que possibilitará que ele se adapte para criar um possibilidades para tornar seu aluno mais envolvido no seu processo de construção do conhecimento e mais apto a lidar com os desafios que podem surgir. O que evidencia a importância de um maior nível de atenção voltada para os estudantes, já que, se não estiverem ativos nos processos de aprendizagem, o conhecimento não será efetivado.

O que podemos relacionar com a teoria das inteligências múltiplas de Howard Gardner, formando uma combinação entre a inteligência interpessoal e a intrapessoal. A interpessoal diz respeito à compreensão do outro e suas motivações, necessidades e desejos, o que pode contribuir positivamente para a construção de relacionamentos com o outro. Já a inteligência intrapessoal está voltada para as dimensões do autoconhecimento, em que se faz possível entender emoções, medos, necessidades, pontos fortes e fracos, bem como motivações e demais sentimentos, o que vai auxiliar no direcionamento correto de seus comportamentos e esforços (Pocinho, Mendes, 2021).

Segundo Guimarães e Boruchovitch, é importante enfatizar que “(...) a atenção para as necessidades sócio-emocionais dos estudantes é essencial para a construção de um ambiente educacional potencialmente motivador, principalmente por parte de professores e administradores escolares.” (Guimarães, Boruchovitch, 2004, p. 145). Junto a isso, pode-se citar a necessidade de estabelecer vínculos, que, de acordo com as autoras, é uma das três necessidades psicológicas inatas pela Teoria da autodeterminação, ligadas à motivação extrínseca. As autoras ainda abordam o fato de que “trabalhos envolvendo interação professor/aluno confirmam a relevância de se promover em sala de aula um contexto de relação segura, no qual o professor demonstraria interesse e disponibilidade para atender as necessidades e perspectivas dos alunos” (Guimarães, Boruchovitch, 2004, p. 146).

4. UMA REFLEXÃO ACERCA DA AFETIVIDADE NO ENSINO DA LI

Segundo Bzuneck, “emoções estão presentes em todas as situações humanas que incluem o exercício profissional, as relações interpessoais, os

esportes, a participação política e a religiosidade" (Bzuneck, 2018, p. 1060). Já que estão presentes em todas as situações humanas, não seria diferente no âmbito acadêmico e, o autor, ao tratar das emoções no contexto escolar, evidencia que as produções científicas que abordam essa temática comprovam a relevância das emoções acadêmicas no desenvolvimento cognitivo, bem como para a motivação e o desempenho dos envolvidos nesse processo.

Motivado pelas leituras de Ahmed et al., (2013), Mega; Ronconi; Debeni (2014) e Perkrun et al., (2011), Bzuneck (2018) conclui que no cenário das escolas, no que diz respeito à aprendizagem, encontram-se emoções que são consideradas positivas e negativas. Com relação às positivas, o autor cita a esperança, a satisfação, o alívio e o orgulho. Já com relação às negativas, vergonha, medo, desesperança, tédio e ansiedade. Em consonancia com esses autores, Souza, Petroni e Andrada (2013) evidenciam que:

> Na escola, observamos o predomínio das emoções e, via de regra, emoções negativas, como medo, raiva, decepção, indignação e frustração. Essas emoções, que se expressam de forma explosiva, são geradoras de muitos conflitos que não são trabalhados e arrebatam dos sujeitos a possibilidade de elaborálas. Assim, elas se repetem e constituem um contexto de relações permeado de insatisfações impeditivas do desenvolvimento dos sujeitos. Observamos, também, que a prevalência de emoções negativas acaba por gerar sentimentos que parecem dominar professores e alunos, como a frustração e o desânimo (Souza, Petroni e Andrada, 2013, p. 528-529).

Assis e Lago (2018) abordam o fato de que estudar sobre as emoções já foi um aspecto excluído do campo científico e que apenas a partir do surgimento do ensino humanista, emoções e a afetividade foram discutidas no processo de ensino-aprendizagem, não sendo resumidas apenas aos aspectos cognitivos. Os autores tratam do fato de que a humanização do ensino acarretou em novas formas para " (...) a prática do processo de ensinar e aprender uma Língua Estrangeira, que evidenciou a importância das emoções e sentimentos dos alunos no momento da assimilação de conhecimentos" (Assis, Lago, 2018, p. 29).

Nesse caminho, tem-se a afetividade, que, segundo Leite (2018), começou a ser abordada no meio educacional apenas a partir da segunda metade do século XX. Antes, era comum a ideia de dualismo, em que o homem se dividia entre razão e emoção, não havendo relação alguma entre as duas e a primeira deveria ser o principal atributo do ser humano. Segundo o autor, após alguns questionamentos a respeito surgirem, ocorreu a origem da concepção monista, que apresenta o

homem enquanto ser unificado, evidenciando que ele, os sentimentos e a racionalidade são integrados. A partir disso, Leite (2018) entende, ainda, que a afetividade está em todas as conexões que o sujeito realiza com o outro.

Segundo Mahoney e Almeida (2005), de acordo com as ideias do teórico Henri Wallon, os alunos integram as dimensões afetivas, cognitivas e motoras, evidenciando que uma das dificuldades dos educadores é justamente enxergar os alunos em sua totalidade, já que, em sua educação, muitos não tiveram a sua totalidade levada em consideração, salientando também que, professores e alunos se afetam e são afetados pelo ambiente que participam, o que influencia em seu desenvolvimento. A afetividade, então, é "a capacidade, a disposição do ser humano de ser afetado pelo mundo externo/interno por sensações ligadas a tonalidades agradáveis ou desagradáveis" (Mahoney, Almeida, 2005, p.19).

Mahoney e Almeida (2005) tratam o professor como um mediador do conhecimento, e, a forma como se dá a relação professor-aluno, reflete em como o aluno se relaciona com o seu interior, bem como vai se relacionar com o objeto do conhecimento, o que corrobora com as ideias de Leite (2018) quando afirma que:

> (...) a qualidade da relação que se estabelece entre o sujeito e o objeto do conhecimento é, também, de natureza afetiva, sendo que a qualidade de mediação desenvolvida é um dos principais determinantes dessa relação que se estabelecerá entre sujeito e objeto. Os dados das pesquisas sugerem que uma história de mediação afetivamente positiva produz, a curto e médio prazos, um movimento de aproximação afetiva entre o sujeito e o objeto. Da mesma forma, uma história de mediação afetivamente negativa produz um movimento de afastamento entre os mesmos (Leite, 2018, p.21).

Nessa linha de pensamento, Orlando (2019) buscou analisar as práticas pedagógicas de uma professora de LI, a fim de perceber a contribuição dessas práticas no que diz respeito à contribuição para uma aproximação dos alunos da LI, enquanto objeto de conhecimento. A autora constatou que a professora buscava o estabelecimento de vínculos com os alunos, os escutava, demonstrando interesse e respeito pelo que falavam e também trazia coisas que eles gostavam para a sala de aula, o que fazia com que os alunos percebessem que ela se importava com eles, influenciando no interesse dos alunos pelas aulas.

Orlando (2019) conclui, com base em sua pesquisa, que a proximidade dos alunos com a LI ocorreu por meio do sentimento de alegria que fazia parte da sala

de aula, através da iniciativa e forma de lidar com o ensino-aprendizagem por parte da professora, que construiu relações com seus alunos, além de assumir uma postura receptiva e bem-humorada. Além de estabelecer vínculos com os alunos, a professora realizava atividades em grupo e momentos de partilha de opiniões e experiências que propiciavam a criação de vínculos entre os alunos também. A autora salienta a importância de se reafirmar a relevância da conexão entre a afetividade e o processo educacional, bem como a da integração de um trabalho coletivo nas instituições de ensino, visto que as estratégias ligadas ao trabalho em conjunto em instituições educacionais, "(...)podem-se constituir em importante condição para que os professores desenvolvam práticas consonantes e que, a longo prazo, mantenham as relações positivas dos estudantes com os objetos de conhecimento" (Orlando, 2019, p. 182).

Lago e Sousa (2010) em sua pesquisa sobre os fatores afetivos capazes de influenciar a aprendizagem da LE, compararam a forma em que alunos de ensino fundamental, médio e superior de instituições públicas aprendem. As autoras destacaram como fatores afetivos a autoestima, a ansiedade e a motivação, constatando que os alunos têm baixa autoestima com relação a aprendizagem de escrita em LI, bem como ansiedade. Alguns alunos demonstram sentir constrangimento ao cometer erros no momento da escrita em LI, o que dialoga com o estudo de Figueiredo (2011) em que o autor reforça a ideia de que é preciso ter sensibilidade e consciência no momento da correção, pois a correção inadequada pode ocasionar bloqueios nos caminhos de aprendizagem dos estudantes.

Em seu estudo, Figueiredo (2011) aponta relatos de que, no momento das correções, para a professora, os erros eram mais destacados/importantes do que o que eles acertavam, causando o bloqueio. Há descrições acerca de coisas ditas pelos professores como "desiste", "você não tá dando certo". Os alunos tomaram essas afirmativas como verdade, a ponto de dizerem que "eram do português", indicando que a língua materna é a única que poderiam dominar/aprender. O autor deixa claro que a correção excessiva e negativa pode desmotivar o aluno, o fazendo acreditar que nunca poderá aprender.

Lago e Sousa (2010) ainda tratam da importância de professores e alunos conhecerem as variáveis afetivas, a fim de ocasionar melhores decisões nos momentos em que precisem lidar com tais fatores no contexto da sala de aula

ocasionando, assim, melhorias nesse contexto. Corroborando com isso, Orlando (2019) constata em sua pesquisa que:

> (...) os sentimentos e emoções experienciados em sala de aula, nas situações de aprendizagem, têm implicações nas relações que se estabelecem entre sujeito e objeto de conhecimento. Neste sentido, pode-se inferir que os estudantes da turma de Inglês IV, (...) puderam aproximar-se da língua inglesa, tendo aprofundado seus conhecimentos sobre a mesma e, também, desenvolvendo com ela uma relação boa e agradável. Alguns indícios disto são a assiduidade dos estudantes nas aulas e o fato de eles sentirem-se confortáveis e motivados a participar das aulas (Orlando, 2019, p. 153);

Esses aspectos levam a reflexão acerca da influência que o educador tem em sala de aula, “Queira ou não, o professor é um modelo, na sua forma de relacionar-se, de expressar seus valores, na forma de resolver os conflitos, na forma de falar e ouvir” (Mahoney, Almeida, 2005, p.26). Mas também, não recai sobre ele sozinho a responsabilidade pelos fracassos ou pelas conquistas que ocorrem no meio educacional, já que envolve outros sujeitos e outras particularidades do meio da educação. Satyro (2022) defende a ideia de que a criação de vínculos entre alunos e professores é algo que depende de ambas as partes, e, não se faz possível responsabilizar apenas os educadores pela criação de vínculos afetivos.

De acordo com as ideias de Arnold e Brown (1999), Aragão (2008) apoia a ideia de que o processo de aprendizagem deveria estar mais conectado com ideias humanistas no sentido de interligar cognição e emoção, já que, a partir de estudos neurológicos, se entende que não há processos mentais sem que haja processos emocionais, pois estes estão interligados nos processos funcionais do sistema nervoso dos indivíduos. Assim sendo, apresentam a noção de que seria possível, ao dar mais visibilidade aos aspectos afetivos, proporcionar que os alunos lidem melhor com as emoções negativas que podem surgir e influenciar sua aprendizagem, criando emoções que possam ajudar no desenvolvimento de uma aprendizagem mais efetiva.

Aragão (2008), de acordo com o estudo de Ellis (1994) aborda o fato de que estados afetivos como “(...)ansiedade, apreensão comunicativa, medo de avaliação entre outros fatores negativos. Apresentam um considerável impacto na aprendizagem” (Aragão, 2008, p. 2657). Aragão (2008) ainda afirma que há vários pesquisadores que enfatizam que aspectos afetivos de cunho positivo como o “(...)

o prazer na convivência, a empatia, a cooperação e a colaboração, a solidariedade, a ética e o respeito mútuo, a auto-estima e a alegria são todos contagiosos" (Aragão, 2018, p. 2658).

De acordo com a pesquisa de Assis e Lago (2018), tem-se relatos de alunos com medo de assumir riscos, com ansiedade para escrever na LI no quadro (o que se agrava, caso tenham que fazê-lo em frente aos colegas de classe), de pronunciar, e, também, que algum nativo da LI tenha acesso a suas produções na língua. Quanto à pronúncia, há relatos de constrangimento quando acontece algum erro e com correções feitas pela docente. Os autores abordam ainda o fato de que a docente divergia das respostas dos seus alunos, o que demonstra falta de conhecimento sobre as concepções de seus alunos acerca da LI, o que pode passar a ideia de falta de atenção com seus alunos.

Conforme Bzuneck (2018), os docentes podem amparar os alunos no sentido de possibilitar a "diminuição de situações eliciadoras dessas emoções, por exemplo, deixando de fazer e de comunicar julgamentos causais interpessoais que levem os alunos a desenvolver crenças atribuicionais desadaptadoras, às quais se associam sentimentos de vergonha" (Bzuneck, 2018, p. 1065 - 1066). O autor ainda salienta que não é possível que emoções negativas sejam aniquiladas, pois não é possível impedir que alunos, em sua totalidade enquanto seres humanos, não sofram dificuldades ou frustrações em sua trajetória educacional. Portanto, presume-se que faz-se necessário um olhar mais cuidadoso com o discente e todos os processos emocionais que possa estar passando, ao mesmo tempo que precisa se dedicar também aos estudos. Nessa linha de pensamento, Assis e Lago (2018) sugerem que:

> Uma possibilidade de solução seria transformar a sala de aula de modo que o espaço seja também um lugar de afeto por meio da promoção de vínculos afetivos entre ensinantes e aprendentes. A criação e o fortalecimento de vínculos afetivos promoveria, por sua vez, os processo de ensino e aprendizagem visto que tal ação geraria efeitos positivos sobre os alunos, como a redução da ansiedade, o aumento da autoconfiança, a promoção de uma atitude positiva e proativa e o incentivo a correr risco sem medo de errar em sala de aula (Assis, Lago, 2018, p. 31).

A mediação pedagógica, quando dá a possibilidade do aluno se apropriar com sucesso do objeto estudado, e quando ele percebe que está tendo sucesso e consciência desse processo, as chances de estabelecimento de um vínculo

afetivo de aproximação do aluno com o conteúdo/objeto de estudo, são aumentadas (Leite, 2011). As autoras Souza, Petroni e Andrada (2013) comentam que os docentes não apresentam ciência de que a afetividade pode se ser facilitadora das práticas, assim como não sabem que devem intervir nas relações afetivas, enquanto costumam enxergar apenas a função de desenvolver a dimensão cognitiva, como se todos os aspectos que constituem o aluno (cognição, afeto, aspectos biológicos e sociais) enquanto sujeito não estivessem imbricados no processo de aprendizagem. O que implica dizer que, quando os fatores afetivos não são atendidos, o cognitivo também sofre consequências, devido ao fato de estarem interligados, gerando desmotivação e insatisfação, pois quando o trabalhador (nesse caso, o professor) motivado não tem retorno positivo, não vê sentido, perdendo a esperança, passando a modificar o seu comportamento, produzindo consequências ruins.

Em consonância, autores como Satyro (2022), Orlando (2019), Leite (2018), Souza, Silva e Silva (2019) entre outros, concordam que a afetividade tem influências positivas e negativas no ensino de LI, bem como partilham da ideia de que afetividade e conhecimento não se separam e que se faz necessário construir momentos de afetividade em sala de aula. E que, se integrada de forma positiva, respeitosa e com intuito de ocasionar melhorias, pode cooperar para o desenvolvimento e o sucesso da aprendizagem da Língua inglesa, bem como no desenvolvimento dos sujeitos envolvidos.

5. PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica básica, recorrendo a uma revisão de cunho exploratório da literatura encontrada em artigos científicos, em sua maioria, e alguns livros. De acordo com Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica proporciona ao pesquisador uma aproximação maior com o que já há disponível nos materiais sobre a temática estudada.

A coleta dos dados foi realizada através das bases de dados: Scielo e Google acadêmico. Os termos utilizados para a busca desta pesquisa foram: “Ensino de língua inglesa”, “motivação” AND “ensino”, “afetividade” AND “ensino

de línguas", "Afetividade" AND "ensino de língua inglesa", "afetividade" AND "ensino", ensino de língua inglesa AND motivação AND afetividade. Essas palavras resultaram em mais de 15.800 resultados e o critério para a escolha foi analisar artigos com recorte temporal entre 2018 a 2022, e alguns nos demais anos que tratavam da afetividade focalizando a língua inglesa.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na análise dos resultados encontrados, foi possível observar que a afetividade está presente de forma indissociável no sujeito, e, consequentemente, em todas as situações que ele fizer parte. Tendo isso em vista, e com base nos artigos estudados, está presente também no processo de aprendizagem da língua inglesa.

A relação da afetividade com o processo de aprendizagem da LI, se dá de forma negativa e também positiva, visto que várias emoções permeiam os seres humanos. Tratando das negativas, o medo foi bastante citado como, por exemplo, o medo de que algum falante nativo tenha acesso a produções, o que revela grande insegurança, medo de julgamentos e também a crença de que a LI deve ser falada como um nativo, porém, de que nativos estaríamos falando, se vários lugares do mundo tem a língua inglesa como oficial? Esse pensamento revela uma ideia limitadora que faz as pessoas acreditarem que há um "modelo ideal de falantes", como abordado pela BNCC (2018), o que não condiz com a realidade, mas segue distanciando pessoas desse objeto de estudo.

O indivíduo, aqui, foi observado como ser que integra cognição e emoções enquanto características que não desprendem-se e a qualidade da relação entre o sujeito e o objeto de estudo depende da afetividade e de como a mediação do educador está sendo realizada. Uma mediação construída em alicerces positivos, ocasionam aproximação com o objeto, já o contrário acontece com mediações negativas. Em contrapartida, observou-se que professores não costumam enxergar que a afetividade está presente no momento de cognição que acontece em sala de aula, ocasionando problemas que poderiam ser amenizados ou até solucionados como, por exemplo, apresentar respeito pelas opiniões, assumir uma postura receptiva, adaptar práticas pedagógicas, ter uma atenção e cuidado maior

com os alunos nos momentos de correção, o que pode resultar em mais interesse e participação nas aulas.

Comprovou-se aqui, por meio do estudo realizado por Orlando (2019), que a postura alegre e cuidadosa da professora em questão, resultou no desenvolvimento da motivação, formando alunos mais interessados, interativos que sabiam que aquele ambiente era mediado por alguém que se importava com eles enquanto pessoas, bem como com seu desenvolvimento intelectual.

Ao contrário da positividade, os fatores negativos como a baixa autoestima, vergonha, desesperança, foram salientados nesta revisão, assim como a ansiedade, que está presente na vida das pessoas no século XXI, influenciando os mais diversos âmbitos. Dentre os aspectos negativos, uma fala totalmente inadmissível foi proferida pela pessoa que deveria motivar seus alunos: na pesquisa de Figueiredo (2011) surgiram falas por parte da docente que sugeriam que alunos desistissem de estudar a LI, dando a entender que eles não eram capazes de aprender uma nova língua, o que, infelizmente, fez com que isso fosse tomado como verdade, ocasionando a falta de motivação e, consequentemente, no distanciamento do objeto de estudo. O que traz a confirmação de que a mediação afetiva, tanto positiva quanto a negativa, terá influências notáveis no processo de ensino-aprendizagem da LI.

Esses aspectos revelam a falta de sentido no que diz respeito à falha de integração dos fatores afetivos no âmbito educacional, como se fosse possível separar a cognição e a afetividade dos indivíduos envolvidos nesse processo. Por isso, faz-se necessário refletir sobre a necessidade de alunos e professores conhecerem mais sobre os aspectos afetivos para entender mais sobre si e o outro, já que se afetam mutuamente no ambiente escolar. A empatia e cuidado devem partir de ambas as partes, bem como o respeito para que o foco principal, que é aprender, seja efetivado com sucesso, sem que pessoas se atrapalhem sem necessidade nesse processo.

Falou-se muito sobre como a postura do professor influencia no processo de aprendizagem do aluno, em sua motivação ou a falta dela, o que não o coloca como culpado de todos os problemas, como visto na obra de Leffa (2011): todos os envolvidos na aprendizagem carregam suas responsabilidades, principalmente o aluno, que é o autor do seu conhecimento. Mas, em nenhum momento, aqui, o

professor foi considerado culpado e não cabe responsabilizar apenas ele pela criação de vínculos afetivos na escola (Satyro, 2022).

Os dados encontrados respondem aos questionamentos propostos por esta pesquisa e evidenciam que a afetividade tem influenciado significativamente o ensino da língua inglesa, ocasionando em mais questionamentos que poderão servir para mais estudos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a afetividade é relevante, pois não há como separar cognição e afetividade, o que evidencia a necessidade de entender sobre os diversos aspectos que formam o sujeito, para que sua aprendizagem não seja atrapalhada, quando poderia dispor de mecanismos que visem melhorias no processo complexo que é o ato de aprender. Tendo isso em vista, o tema deste estudo é “a relação da afetividade com o processo de aprendizagem da língua inglesa”.

Dando importância a esses aspectos, questionou-se nesta pesquisa de que forma a afetividade pode influenciar o ensino da língua inglesa, que resultou na constatação de que a afetividade está presente em todos os aspectos da vida do sujeito, o que significa dizer que está presente no âmbito da educação e do ensino da língua inglesa, apresentando influências positivas e negativas, a depender de quais atitudes os envolvidos nesse processo possam tomar.

Os objetivos específicos foram discutir o ensino de língua inglesa no contexto brasileiro, investigar o fator afetividade como influenciador da motivação no processo de aprendizagem e refletir acerca da afetividade no ensino de língua inglesa. Todos foram atendidos, visto que foi possível obter um panorama sobre quais os problemas gerais enfrentados pela língua inglesa no país, foi possível entender que a motivação é sim influenciada pela afetividade e suas características a partir de como as mediações ocorrem em sala de aula. A reflexão acerca da afetividade ocorreu, ocasionando novas visões que não eram possíveis antes dessa pesquisa, como a visão acerca da mediação e como ela pode salvar o desenvolvimento da aprendizagem ou fazer com que os alunos acreditem que não são capazes e que não devem buscar aprender uma língua estrangeira.

Essa pesquisa partiu da hipótese de que muitos alunos se distanciam da aprendizagem de línguas estrangeiras, principalmente da língua inglesa, por diversos motivos como discursos errôneos que os fazem acreditar que não há motivos para se aprender uma língua estrangeira se “não vai sair do país”, que não é fácil aprender e que, por isso, não vale a pena. Acreditando no olhar mais positivo e cuidadoso, buscou-se estudar os aspectos afetivos para investigar se eles realmente possuíam influências nos processos de aprendizagem, o que foi notado.

Sem dúvidas, as temáticas desta pesquisa não se encerram aqui. Além de ter muito mais sobre a afetividade a ser pesquisado, o foco aqui permeou um pouco acerca de fatores negativos, mas há a possibilidade de encontrar fatores sobre autonomia, sobre como os alunos podem automotivar-se e utilizar a afetividade positivamente a seu favor nos contextos de aprendizagem. O olhar aqui esteve focado no aluno, mas também é preciso enxergar o professor e como ele se sente com relação às suas funções, quais são suas expectativas e o que ele precisa que melhore para que a sua prática se torne boa para ambos os lados.

Refletir sobre a afetividade no âmbito de ensino-aprendizagem se torna algo muito mais relevante a partir do momento que se pesquisa sobre, justamente pela imensidão de novas possibilidades que se apresentam. Como dito pelos autores, é necessário que professores e estudantes compreendam a afetividade, que está arraigada em ambos, para que a experiência de ambos seja melhorada, para que o respeito seja aumentado e, o mais importante, a fim de que a aprendizagem possa ser efetivada de modo leve, pois, as dificuldades sempre estarão presentes, o que não quer dizer que os fatores emocionais precisem ser negligenciados, resultando em mais entraves no processo.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, R. C. A Dimensão Afetiva no Ensino e na Aprendizagem de L2. In: MAGALHÃES, J. S; TRAVAGLIA, L. S. (Org.). **Múltiplas perspectivas em linguística**. Uberlândia: Edufu, 2008. Disponível em:<http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_304.pdf>. Acesso em: 01. set. 2023.

ASSIS, T. C. de; LAGO, N. Afetividade e língua inglesa: um estudo sobre crenças de ensino e de aprendizagem. In: Marcia Aparecida Alferes. (Org.). **Qualidade e políticas públicas na educação 3**. 1ed.Ponta Grossa: Antonella Carvalho de Oliveira, 2018, v. , p. 26-38. Disponível em: https://www.academia.edu/87270111/Afetividade_e_L%C3%ADngua_Inglesa_Um_Estudo_Sobre_Cren%C3%A7as_De_Ensino_e_De_Aprendizagem Acesso em: 05 set. 2023.

BARBOSA, V. K. de A.; NASCIMENTO, M. A. N. do; SILVA, J.; BARBOSA, A. L. **Reflexões sobre o ensino de língua inglesa: uma experiência na rede pública de ensino.** Anais VII ENID & V ENFOPROF / UEPB.Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/64668>. Acesso em: 07 mar. 2023.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: Língua Estrangeira**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em:<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2023.

BZUNECK, J. A. Emoções acadêmicas, autorregulação e seu impacto sobre motivação e aprendizagem. **ETD - Educ. Temat. Digit.**, Campinas, v. 20, n. 4, p. 1059-1075, out. 2018 . Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-25922018000401059&lng=pt&nrm=iso>. acessos em: 24 ago. 2023.

CONCEIÇÃO, M. P. Experiências de aprendizagem: Reflexões sobre o ensino de língua estrangeira no contexto escolar brasileiro. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 6, n. 2, p. 185-206, 2006. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/rbla/a/DGhZXFjbhpxLPJgyPMv4vNS/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2023.

CUNHA, N. de B., BORUCHOVITCH. E. Estratégias de Aprendizagem e Motivação para Aprender na Formação de Professores. **Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology** - 2012, Vol. 46, Num. 2, p. 247-254. 2012. Disponível em:<https://www.redalyc.org/pdf/284/28425280008.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2023.

FIGUEIREDO, F. J. Q. de. F**atores afetivos e aprendizagem de língua inglesa: foco na escrita e na correção de erros**, 2011. Disponível em:

https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/25/o/VIISLE_05.pdf. Acesso em: 06 set. 2023.

GUIMARÃES, S. É. R., BORUCHOVITCH, E. O Estilo Motivacional do Professor e a Motivação Intrínseca dos Estudantes: Uma Perspectiva da Teoria da Autodeterminação. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 17(2), p. 143–150. 2004. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/prc/a/DwSBb6xK4RknMzkf5qqpZ6Q/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 16 ago. 2023.

LAGO, N. A. do; SOUSA, M. O. Fatores afetivos influenciando a aprendizagem em língua inglesa. In: **I Simpósio de Linguística Aplicada e ensino de línguas estrangeiras discurso, ensino e afetividade**, I., 2010, Jataí. Anais, [...] Jataí: I selle, 2010. Disponível em:<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/518/o/7_FATORES_AFETIVOS_INFLUENCIANDO_A_APRENDIZAGEM_EM_L__NGUA_INGLESA.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

LEFFA, V. J. Criação de Bodes, Carnavalização e Cumplicidade. Considerações sobre o fracasso da LE na escola pública. In: LIMA, Diógenes Cândido de (Org.). **Inglês em escolas públicas não funciona? Uma questão de múltiplos olhares.** São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 15-31.

LEITE, S. A. da S. Apresentação. In: LEITE, S. A. da S. (Org.). **Afetividade: as marcas do professor inesquecível.** 1º ed. p.17-25. Campinas: Mercado de Letras, 2018.

LEITE, S. A. da S.. **A afetividade no processo de constituição do leitor.** Atos de Pesquisa em Educação, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 25-52, 2011. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/2346>. Acesso em: 15 ago. 2023.

MAHONEY, A. A.; ALMEIDA, L. R. de. **Afetividade e processo ensino-aprendizagem: contribuições de Henri Wallon.** Psicologia da educação, São Paulo, n. 20, p. 11-30, jun. 2005. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752005000100002>. acesso em: 09 set. 2023.

OLIVEIRA, L. A.. Ensino de língua estrangeira para jovens e adultos na escola pública. In: LIMA, Diógenes C.. (Org.). **Ensino e aprendizagem de língua inglesa: conversas com especialistas**.1.ed.São Paulo: Parábola Editorial, 2009. p. 21-30.

ORLANDO, I. R. **Afetividade e ensino de língua inglesa: um olhar para as práticas pedagógicas.** Dissertação (Mestrado), Pós graduação em educação – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, p. 381. 2019. Acesso em: 27 ago. 2023. Disponível em:<https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/teses/2019/05/09/afetividade-e-ensino-de-lingua-inglesa-um-olhar-para-praticas-pedagogicas>.

PAULA, L. G. de. Dificuldades Inerentes ao processo de ensino e aprendizagem da língua inglesa: contribuições para a formação de professores de línguas. **Centro científico conhecer**. Goiânia, v.11, n. 20; p.910-918, 2015. Disponível

em: <http://www.conhecer.org.br/enciclop/2015a/dificuldades.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.

POCINHO, M.; MENDES, C.. Avaliação das Inteligências Múltiplas em Crianças do Ensino Fundamental. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 37, p. e37304, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ptp/a/Pbrxw9C75HMRpt8F7W9k9nC/?lang=pt#. Acesso em: 24 set. 2023.

POLIDÓRIO, V. O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA NO BRASIL. **Travessias**, Cascavel, v. 8, n. 2, p. e10480, 2014. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/10480. Acesso em: 02 mar. 2023.

RUFINI, S.E; BZUNECK, J.A; & OLIVEIRA, K.L. **Estudo de validação de uma medida de avaliação da motivação para alunos do ensino fundamental.** Psico-USF, v. 16, n. 1, p. 1-9, jan./abril 2011. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/pusf/a/ZJ7ZXBpLDwB6pJxgvxtFXyb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 ago. 2023.

SANTOS, E. S. de S. e. O Ensino da língua inglesa no Brasil . Babel: **Revista Eletrônica de Línguas e Literaturas Estrangeiras**, Alagoinhas, BA, v. 1, n. 1, p. 39–46, 2012. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/index.php/babel/article/view/99. Acesso em: 18 jul. 2023.

SATYRO, D.. **Affectivity and agency in English teaching for Youth and Adult Education**. Revista Brasileira de Linguística Aplicada , v. 1, pág. 94–124, março. 2022. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/rbla/a/bGJqyfP4bg3LRZ5Lxj9gZ4N/?lang=en#>. Acesso em: 01 jan. 2023

SOUZA, F.F. L., LOUBER, R. N. C., POST, N. A., MOURA, A. F. B de., SOUZA, L. M. de., OLIVEIRA, M. A. de. **Encontro de iniciação científica da Ajes**, 2018, Brasil. O estudo sobre motivação na literatura nacional: Revisão em periódicos capes de psicologia. Brasil: Ajes, 2018. ISSN2595-5519. Disponível em: https://www.eventos.ajes.edu.br/iniciacao-cientifica/uploads/arquivos/5dd8456cd4016_11.pdf Acesso em: 10 jul. 2023.

SOUZA, V. L. T. de; PETRONI, A. P.; ANDRADA, P. C. de. A afetividade como traço da constituição identitária docente: o olhar da psicologia. **Psicol. Soc**., Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 527-537, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/psoc/a/pFVVgkNZTc9snCTYsNGMtvy/?lang=pt#. Acesso em: 30 ago. 2023.

SOUZA, V. M. de; SILVA, J. G. S. de; SILVA, A. T. da.. **Afetividade e ensino: conceitos, fatores e influências nas aulas de língua inglesa**. Anais VI CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/58958>. Acesso em: 11 set. 2023

TODOROV, J. C.; MOREIRA, M. B.. O conceito de motivação na psicologia. **Rev. bras. ter. comport. cogn.** [online]. 2005,vol.7, n.1, p. 119-132. ISSN 1517-5545. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbtcc/v7n1/v7n1a12.pdf> Acesso em: 01 jul. 2023.

A RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL EM VIRTUDE DO ABANDONO MATERIAL DA PESSOA IDOSA NA INSTITUIÇÃO CANTINHO DO ACONCHEGO NA CIDADE DE PETROLINA – PE

Ana Gabriela Menezes Lisboa
Bacharel em Direito
Faculdade de Petrolina

Lilian Dos Santos Almeida
Bacharel em Direito
Faculdade de Petrolina

Priscilla Martins Delfim
Professora orientadora da Faculdade de Petrolina - FACAPE,
advogada, mestre e especialista em Direito Civil pela Universidade de Lisboa.

RESUMO: O presente estudo tem como finalidade analisar a responsabilidade civil e criminal, decorrente do abandono material da pessoa idosa. Para uma melhor compreensão dos problemas relacionados a essa questão na prática, foi realizado um estudo acerca da legislação específica que assegura proteção a pessoa idosa e também foram coletadas informações por meio de uma entrevista realizada na instituição Cantinho do Aconchego, na cidade de Petrolina-PE, que abriga esse público, em grande parte, abandonado pelos seus filhos. O resultado obtido demonstrou a presença do abandono material, uma vez que os rendimentos das pessoas idosas não suprem todas as suas necessidades, tornando necessário um maior suporte financeiro e uma maior atuação do Poder Público na fiscalização de cada caso em particular. Conclui-se então que o abandono material praticado pelos filhos em relação aos pais é algo frequente e que precisa ser discutido para que haja a responsabilização daqueles que negligenciam o dever de cuidar.

Palavras-Chave: Abandono material. Responsabilidade civil e criminal. Pessoa idosa.

ABSTRACT: The purpose of this study is to analyze civil and criminal liability arising from the material abandonment of elderly people. To better understand the problems related to this issue in practice, a study was carried out on the specific legislation that ensures protection for elderly people and information was also collected through an interview carried out at the Cantinho do Aconchego institution, in the city of Petrolina-PE , which houses this public, largely abandoned by their children. The result obtained demonstrated the presence of material abandonment,

since the income of elderly people does not meet all their needs, making greater financial support and greater action by the Public Power in supervising each particular case necessary. It is therefore concluded that the material abandonment practiced by children in relation to their parents is something frequent and that needs to be discussed so that those who neglect their duty of care can be held accountable.

Keywords: Elderly person. Material abandonment. Civil and criminal liability.

1. INTRODUÇÃO

O direito ao recebimento da prestação alimentar é um dos direitos básicos e fundamentais da pessoa idosa, em razão de se encontrar em uma fase que depende de cuidados específicos, seja em razão da idade avançada, enfermidade, ausência de trabalho, ou qualquer outro motivo que a torne vulnerável e impossibilitada de conseguir, por si só, meios para manter-se numa condição digna de sobrevivência.

Assim, o presente artigo objetiva desenvolver um estudo sobre a responsabilidade Civil e Criminal decorrente do abandono material da pessoa idosa, bem com analisar se existem casos de abandono material praticado pelos filhos em face dos pais, na instituição Cantinho do Aconchego, na Comarca de Petrolina-PE, local onde se desenvolveu a pesquisa de campo.

Sendo assim, para melhor compreensão do assunto, o artigo foi ordenado de forma didática em três capítulos. A saber, o primeiro capítulo apresenta a concepção jurídica dos alimentos; no segundo momento, visa apresentar as questões atinentes à pessoa idosa; o terceiro capítulo, por sua vez, aborda a responsabilidade civil e criminal dos filhos em razão do abandono material dos seus pais. Por fim, será apresentada a pesquisa de campo desenvolvida no lar Cantinho do Aconchego, na cidade de Petrolina-PE.

2. DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR

2.1. Conceituação de alimentos

No direito de família, os alimentos são essenciais para garantir o desenvolvimento sadio e essencial ao ser humano, de modo a auxiliar no sustento daqueles que não detém recursos para proverem a sua subsistência. Nos dizeres de Maria Berenice Dias (2016) talvez se possa falar que sobreviver é o primeiro direito fundamental do indivíduo.

O atual Código Civil, em seu capítulo VI, subtítulo III, instituto que aborda sobre os alimentos, não dispõe em nenhum dos seus artigos uma definição do que vem a ser os “alimentos”. Apesar disso, o capítulo VII do mesmo Código, trata sobre os Legados e preceitua em seu artigo 1.920 que “O legado de alimentos abrange o sustento, a cura, o vestuário e a casa, enquanto o legatário viver, além de educação, se ele for menor”. (BRASIL, 2002).

A vista disso, no sentido jurídico da palavra, pode-se inferir que o conteúdo “alimentos” na esfera do campo jurídico, não se limita unicamente aos alimentos propriamente ditos, devendo ser interpretado de forma mais extensa, incluindo a satisfação de outras necessidades pertinentes ao ser humano.

Desse modo, a obrigação alimentar obedece a alguns requisitos para que então haja a sua concessão. Tais requisitos são assim denominados de pressupostos da obrigação alimentar e são divididos entre pressuposto subjetivo que diz respeito a existência de um vínculo de parentesco e pressupostos objetivos que são estes: a comprovação da necessidade do alimentando, a possibilidade econômico-financeira da pessoa obrigada e por último, a proporcionalidade da prestação alimentar, a fim de que não haja prejuízo entre ambas as partes.

3. DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR DO FILHO EM RELAÇÃO AOS SEUS GENITORES

3.1. Direitos da pessoa idosa na legislação

Preliminarmente, cumpre evidenciar que o artigo 11 do Estatuto da pessoa idosa, assegura os alimentos a essa população, ao disciplinar que: "os alimentos serão prestados à pessoa idosa na forma da lei civil”. (BRASIL, 2003).

Há ainda, os princípios constitucionais inerantes ao Direito de Família que norteiam especificamente a discussão acerca dos alimentos, a exemplo do princípio da Dignidade da Pessoa Humana, o principio da solidariedade familiar, bem como o princípio da proteção integral à pessoa idosa.

A vista disso, a inobservância do dever de cuidado dos filhos em relação aos seus anciãos, pode delinear o abandono material, e há sanção para tanto, haja vista o fato de que o artigo 4º do Estatuto da Pessoa Idosa, prevê expressamente a proibição de qualquer conduta omissiva, de modo a ensejar responsabilização aqueles que não respeitarem as regras protetivas.

4. DA RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL DOS FILHOS PELO ABANDONO MATERIAL DOS SEUS PAIS

4.1. Responsabilidade material no âmbito civil

A responsabilidade, no tocante a sua nomenclatura tem sua origem no verbo latino, *respondere*, que significa a obrigação que o indivíduo tem de assumir com as consequências da sua conduta danosa.

Nessa perspectiva, o descumprimento dos deveres jurídicos de sustento, faz nascer a pretensão da obrigação de alimentos, de caráter pessoal. Isso significa que não se trata de uma mera alternativa cuidar das necessidades das pessoas idosas, mas sim de uma obrigação legal, de modo que a ausência de assistência de cunho material, aos pais na velhice, enseja a responsabilização civil, decorrente da omissão do dever de cuidado filial-paterna.

Certo é, que, nos casos em que a pessoa idosa não dispuser de condições econômicas suficientes para suprir suas necessidades, a alternativa é socorrer-se ao poder judiciário para pleitear os alimentos. Logicamente, caberá ao judiciário examinar as peculiaridades de cada caso, compreendendo tanto o valor necessário para a alimentação, como o indispensável para a sua manutenção de maneira geral, bem como verificando também as condições econômico-financeira do alimentante para que ele consiga suportar o ônus sem prejuízo da sua própria subsistência.

Sucede-se ainda, que, havendo ação de alimentos ajuizada pelo ascendente em desfavor do seu filho e este mantendo-se inerte quanto a sua obrigação, nasce ao genitor o direito de propor uma ação de execução requerendo que seu filho, devedor, pague o valor fixado no título executivo judicial ou extrajudicial. Sendo importante destacar que nos casos em que a pessoa idosa tenha mais de um filho, pode escolher litigar contra quaisquer um deles, ressalvado que o filho que seja acionado judicialmente tem o direito de regresso aos demais.

Desse modo, a previsão constitucional no artigo 5º, inciso LXVII, admite a prisão civil como meio eficaz de satisfação alimentar, nos casos de inadimplementos voluntário e inescusável daquele que detém a obrigação alimentar. Urge destacar, que a prisão civil por alimento, trata-se de um meio coercitivo com o fim de compelir o titular da obrigação a quitar a dívida contraída, não tendo, portanto, caráter punitivo como aplicado no âmbito penal.

Ainda acerca da prisão, o artigo 528, §7º, do Código de Processo Civil, prevê que: “o débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende até as 3 (três) prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo. ” (BRASIL, 2015). Tal entendimento também está ratificado na Súmula 309 do Superior Tribunal de Justiça.

Assim, deverá o executado provar que adimpliu o débito ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob pena de decretação de sua prisão por um curto período de aprisionamento de três meses, em regime fechado como bem preceitua o artigo 528, §3° e §4º do CPC, de modo que quitados os débitos da prestação alimentar, o juiz suspende o cumprimento da ordem de prisão.

Por fim, faz-se uma observação ao artigo 532 do Código de Processo Civil, ao disciplinar que verificada a conduta procrastinatória do devedor executado, o juiz deverá, se for o caso, dar ciência ao Ministério Público para que este tome as providências legalmente previstas, prosseguindo com a denúncia de crime de abandono material amparado no artigo 244 do Código Penal.

4.2. Responsabilidade material no âmbito criminal

A responsabilidade penal consiste na aplicação de uma penalidade sobre o agente que praticou algum ato ilícito transgredindo a um bem jurídico que é protegido por lei, seja por meio de uma ação ou omissão, sendo necessário, portanto, que haja a perfeita adequação do fato ao tipo penal. Assim, ao violar direito e causar dano a outrem, o agente será punido desde que comprovada a culpa ou o dolo sobre o ato, pois, não cabe na esfera Penal, a chamada responsabilidade penal objetiva.

Dentre as medidas de proteção à pessoa idosa, o Estatuto da Pessoa Idosa em seu artigo 98, criminaliza em sua primeira parte a conduta caracterizadora do abandono afetivo, por deixar a pessoa idosa em hospital, casas de saúde, entidades de longa permanência, ou asilos. Em seguida, criminaliza a conduta caracterizadora do abandono material, que consiste na omissão em prover as necessidades básicas da pessoa idosa, quando obrigado por lei ou ordem judicial. Desse modo, a concretização do referido tipo penal acarretará detenção de 6 (seis) meses a 3 (três) anos e multa.

No que tange a segunda parte do dispositivo, a sua consumação se dá exatamente com o não provimento das necessidades básicas da pessoa idosa, isso inclui não somente o valor necessário para a alimentação em si, mas também outras necessidades que, porventura, venha a apresentar de forma geral.

Assim, quanto à violência perpetrada contra as pessoas idosas, ao redigir o artigo 244 do Código Penal, o legislador preceitua que:

> Art. 244. Deixar, sem justa causa, de prover a subsistência do cônjuge ou de filho menor de 18 (dezoito) anos ou inapto para o trabalho, ou de ascendente inválido ou maior de 60 (sessenta) anos, não lhes proporcionando os recursos necessários ou faltando ao pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada; deixar, sem justa causa, de socorrer descendente ou ascendente, gravemente enfermo. Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa, de uma a dez vezes o maior salário mínimo vigente no País (BRASIL,1940).

Destaca-se, contudo, que é imprescindível, para o sucesso da pretensão punitiva, a comprovação de que o agente possuindo recursos para prover o sustento da família, deixa de fazê-lo propositadamente, dado que, se o agente não dispuser de condições financeiras para prover os recursos necessários para a subsistência, o fato será atípico, vez que não se trata de ato injustificado.

Traçado esse perfil conceitual do abandono material na esfera penal, urge agora acentuar que o inadimplemento de pensão alimentícia, por si só, não tem o

condão de configurar o crime de abandono material, é preciso que o inadimplemento seja injustificado e que prive a pessoa idosa do necessário à sua subsistência.

Acerca do assunto, é possível encontrar na jurisprudência pátria decisões que elencam de forma explícita a condenação dos filhos por abandono material de seus pais tipificado no artigo 98 do Estatuto da pessoa idosa. A título de exemplo o entendimento do Tribunal de Justiça de São Paulo, que manteve assim, a decisão da r. sentença, que condena a filha que abandonou o pai, vítima idosa em hospital, sem prover suas necessidades básicas quando obrigada por lei, ausente de justificativa hábil de eximir a sua culpabilidade. É o que se observa com a leitura do presente julgado:

> APELAÇÃO CRIMINAL - ESTATUTO DO IDOSO - Abandonar o idoso em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência, ou congêneres, ou não prover suas necessidades básicas quando obrigado por lei ou mandado (artigo 98 da Lei nº 10.741/03) Materialidade e autoria comprovadas. Prova segura. Depoimentos das testemunhas em harmonia com o conjunto probatório. Negativa da ré isolada - Condenação Mantida - RECURSO NÃO PROVIDO. (TJSP; Apelação Criminal 0009345- 78.2018.8.26.0577; Relator (a): Fátima Gomes; Órgão Julgador: 9ª Câmara de Direito Criminal; Foro de São José dos Campos - 4ª Vara Criminal; Data do Julgamento: 26/05/2020; Data de Registro: 26/05/2020)

No caso em apreço, inconformada com a decisão proferida em sentença, a apelante interpôs recurso de apelação, requerendo sua absolvição, por entender que não restou provada a ocorrência do crime imposto. Contudo, a apelante não logrou nenhum êxito, visto que o Tribunal manteve a condenação de 06 (seis) meses de detenção, em regime inicial aberto, e no pagamento de 10 (dez) dias-multa, na proporção mínima cominada em lei, sendo substituída a pena privativa de liberdade por uma restritiva de direitos consistente em prestação pecuniária no valor equivalente a um salário-mínimo.

4.3. Abandono Material das pessoas idosas no município de Petrolina-PE com base na pesquisa de campo

Diante da inexistência de cuidado e assistência básica enfrentada por algumas pessoas idosas, a Instituição Cantinho do Aconchego na Cidade de Petrolina-PE, local que abriga esse público, vem somando esforços a fim de dar

assistência para assegurar uma velhice digna, pautada no bem-estar àqueles que não têm o suporte familiar necessário.

Como visto em várias previsões no texto constitucional, bem como nas demais leis supracitadas, o amparo e o dever de cuidado a pessoa idosa devem ocorrer preferencialmente em seu seio familiar, não apenas uma relação material, mas também uma relação de afeto, assistência e cuidado. Contudo, apesar da grande importância desse dever, os familiares das pessoas idosas abrigadas na Instituição Cantinho do Aconchego, não têm dado a essa obrigação seu devido valor, transferindo os cuidados direcionados a pessoa idosa para a instituição.

Em entrevista realizada com a Coordenadora da Instituição, fez-se a apresentação do questionário, quando teve início a coleta dos dados da pesquisa que fundamenta a construção deste estudo com a devida assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, na perspectiva de identificar as manifestações do abandono material vivenciado pelas pessoas idosas inseridas na instituição.

Sendo registrado, portanto, que atualmente o lar abriga 58 (cinquenta e oito) pessoas idosas com faixa etária entre 52 (cinquenta e dois) anos a 91 (noventa e um) anos, muitos deles lúcidos, comunicativos e ativos, outros parciais ou totalmente dependentes para a realização de ações básicas do cotidiano.

Quanto às principais motivações para buscarem amparo na instituição, pode- se citar a falta de uma outra opção, por designação judicial, outros porque viviam em estado de mendicância e há aqueles que a família decidiu colocá-los na instituição devido à dificuldade de convivência familiar. Salienta ainda que não procuraram a instituição por vontade própria.

Foi constatado ainda, que do total de pessoas idosas, 60% (sessenta) por cento não possui boa relação com seus familiares no passado e atualmente, só 25 (vinte e cinco) por cento recebem visitas e quando recebem, são poucas vezes ao mês.

Ademais, de acordo com os documentos na administração da Instituição, do total de pessoas idosas lá abrigadas, há àqueles que recebem aposentadoria e outros que recebem Benefício da Prestação Continuada. Ressalta-se que apenas 01 (um) dos membros não recebe o Benefício de Prestação Continuada nem é aposentado, sendo mantido pela Instituição. Destaca também que dos aposentados, grande parte tem desconto de empréstimo na aposentadoria, o que

gera repercussões negativas para o mantimento de suas necessidades básicas, já que não cobre os custos em sua totalidade.

Outrossim, ficou identificado em resposta ao questionário que o valor da aposentadoria ou do Benefício da Prestação continuada não seriam suficientes para cobrir todos os gastos pertinentes, visto que os gastos com alimentação, tratamento médico, medicamentos, produtos de higiene pessoal, já consomem boa parte da renda.

Esclarece, ainda, que nos casos em que os medicamentos não forem fornecidos pelo SUS, a Instituição comunica aos familiares para que custei, porém nem sempre isso acontece e acaba que a própria Instituição se compadece e presta a assistência material. Em seguida ratifica que uma das pessoas idosas abrigadas, necessita fazer um tratamento cardíaco semanalmente, mas lamenta o fato de que sua aposentadoria não seja suficiente para custear todo o seu tratamento e seus familiares mantêm-se inertes diante da sua enfermidade.

Desse modo, assegura que diante dos gastos mensais com as necessidades básicas de todas as pessoas idosas, o mais correto seria os filhos pagarem mensalmente um valor certo de pensão alimentícia aos seus pais, estima-se que 66% (sessenta e seis) por cento do salário-mínimo vigente, o que corresponde a aproximadamente R$ 800,00 (oitocentos) reais, seria um valor razoável para viver de forma digna e saudável.

Por último, foi questionado se os Órgãos responsáveis já tomaram alguma providência acerca do abandono material sofrido pelas pessoas idosas. Quanto a isso, a da Instituição esclarece que apesar de comunicar aos Órgãos

responsáveis, quais sejam, o Ministério Público e o Conselho Municipal do Idoso, acerca dos casos de abandono material presente na instituição, nenhuma decisão foi tomada a respeito.

Como exemplo, relata o caso em que a curadora de uma pessoa idosa contraiu um empréstimo, mas não houve a transferência do valor para o idoso. O caso em questão foi relatado aos órgãos cabíveis, entretanto, nenhuma solução foi apresentada, o que configura o completo descaso por parte das entidades responsáveis.

Dessa forma, embora o artigo 52, do Estatuto da pessoa idosa determine que as entidades devem ser fiscalizadas pelos Conselhos de Idosos, Ministério Público, Vigilância Sanitária e outros órgãos, nota-se que nesta Instituição em

estudo, não existe o cumprimento dessa norma e a falta desse amparo judicial dificulta o processo de melhorias para esse público, diante dessas realidades de completo abandono.

Dessarte que, por uma série de motivos, os familiares podem ter decidido que a melhor solução para o bem-estar e segurança da pessoa idosa foi ter colocado na instituição em questão. A escolha de estar neste ambiente, não parte, em suma, da pessoa idosa, mas a verdade é que, independentemente do motivo, é necessário que eles sejam assistidos não apenas de ordem material, mas também de ordem afetiva, uma vez que o suporte oferecido especialmente pela família tende a diminuir os efeitos negativos e tornar o impacto da mudança menor, possibilitando uma adaptação saudável frente ao desconhecimento.

Embora os direitos da terceira idade estejam resguardados por lei e alicerçados nos princípios constitucionais do Direito de Família, o que se extrai da pesquisa feita na instituição, é que, ainda existe uma lacuna entre a lei e o efetivo cumprimento desta.

Esses dispositivos, não estão sendo suficientes para coibir a prática de abandono material sofrido pela pessoa idosa, vez que a quantidade de pessoas idosas desamparadas materialmente, é bastante significativa e as implicações dessa negligência prejudicam as condições mínimas e indispensáveis para uma existência vital e digna.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo exposto, verifica-se que a prestação de alimentos para as pessoas idosas é necessária quando estes não dispõem de recursos suficientes para a sua manutenção. Assim, nos casos em que os filhos se abstêm do dever de cuidado para com seus genitores, privando-os do necessário para a sua subsistência, poderão vir a ser responsabilizados tanto na esfera civil quanto na esfera criminal.

Desse modo, ao analisar a pesquisa de campo realizada na instituição Cantinho do Aconchego na cidade de Petrolina-PE, foi constatada, diante das informações apresentadas, a existência do abandono material desse público.

Esta lamentável realidade demonstra a necessidade de que seja realizada uma análise minuciosa dos casos de abandono na instituição, pelo Estado, para que se constate se há de fato a omissão de cuidado dos filhos para com o pais, de modo a ensejar a configuração da responsabilidade cível e criminal.

Dessa forma, tendo em vista que o amparo material se dá por meio de assistência econômica, o Estado não deve intervir nessas situações, somente promulgando novas normas, e sim o oposto, empenhando-se em realizar uma fiscalização rígida nas instituições que protegem as pessoas idosas, para se certificar de que estão recebendo efetivamente o amparo material necessário, já que as medidas de proteção não estão sendo suficientes para coibir a prática de atos que atentem a uma vida saudável da pessoa idosa.

É preciso ainda que haja a execução de políticas públicas voltadas à proteção social dessa população, bem como a implementação de políticas públicas de atenção à terceira idade, visando o incentivo ao cuidado da pessoa idosa por parte da família, da sociedade e do Estado, buscando uma forma mais eficaz de garantir seus direitos, como estabelecido na lei, dado que, conforme já analisado, ao fugir das normas legais, pode haver responsabilização.

Averiguada tais informações, comprova-se a necessidade de garantir proteção às necessidades que são basilares à qualidade de vida das pessoas idosas devendo estes serem amplamente respeitados, de forma conexa aos princípios da dignidade da pessoa humana, da solidariedade familiar, e da proteção integral da pessoa idosa, para que o mesmo tenha um envelhecimento digno e saudável.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [CONSTITUIÇÃO (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 15 de outubro 2022.

BRASIL. Decreto-Lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal Brasileiro.** Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm> Acesso em: 15 de outubro de 2022.

BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil.** Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm>

BRASIL. Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015. **Código de Processo Civil.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm> Acesso em: 15 de outubro de 2022.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Estatuto do Idoso.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm>.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula nº 309.** Brasília, DF. Disponível em: <https://www.coad.com.br/busca/detalhe_16/1846/Sumulas_e_enunciados>.

DIAS, Maria Berenice**. Manual de direito de famílias**. 11 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

ANEXO A

FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E SOCIAIS DE PETROLINA - FACAPE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu Thalla Stefany da Silva Santos Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) na pesquisa de campo referente ao TCC desenvolvido pelas alunas: Ana Gabriela Menezes Lisboa e Lílian dos Santos Almeida, do curso de Direito da Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina-FACAPE. Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada pela Prof.ª. Priscila Martins Delfim.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é demonstrar como se manifesta o abandono material na vida dos idosos, especificamente os idosos inseridos no lar Cantinho do Aconchego na Cidade de Petrolina-PE.

Minha participação é voluntária e se dará por meio de um preenchimento de formulário, ao qual constam perguntas abertas e fechadas das quais terei livre comodidade para respondê-las. Fui ainda informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, exceto após a publicação dos resultados.

21 / 11 / 2022

Thalla Stefany da Silva Santos

Assinatura do/a entrevistado/a

Assinatura da pesquisadora

Assinatura da pesquisadora

Assinatura da orientadora

PRISCILA MARTINS DELFIM Assinado de forma digital por PRISCILA MARTINS DELFIM Dados: 2022.11.29 13:50:59 -03'00'

ANEXO B

FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E SOCIAIS DE PETROLINA
FACAPE

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA

1) Quantas pessoas idosas a Instituição abriga e qual a faixa etária?

---

2) Quais as principais motivações para buscarem amparo na Instituição?

( ) Falta de outra opção;
( ) Vontade própria;
( ) Por determinação judicial;
( ) Dificuldade de relacionamento com familiares;
( ) Viviam em estado de mendicância;

3) Quantos tiveram uma boa relação com seus familiares no passado?

---

4) Quantos constituem filhos ou cônjuge?

---

5) Quantos têm visita familiar? Com que frequência?

---

6) Todas as pessoas idosas da Instituição recebem aposentadoria? Recebem Benefício de Prestação Continuada? Ou são mantidos pela Instituição?

---

7) Essa aposentadoria cobre todos os cuidados com remédio, fraldas, alimento, medicamentos etc.?

---

8) Os filhos pagam mensalmente um valor certo de pensão alimentícia aos pais? Qual valor seria necessário para ajudar nas despesas?

---

9)Os órgãos responsáveis já tomaram alguma providência acerca do abandono material

---

ANÁLISE DE MOVIMENTOS RETÓRICOS NA INTRODUÇÃO DE ARTIGOS ACADÊMICOS DAS ÁREAS DE ENFERMAGEM E MEDICINA

Lusineide Carmo Andrade de Lacerda
lusineide.lacerda@upe.br
Doutoranda em Ciências da Linguagem
Universidade de Pernambuco – UPE

Carla Navarro Costa
carla.2022810007@unicap.br
Doutoranda em Ciências da Linguagem
Universidade de Pernambuco – UPE

Isolda Alexandrina Silva Beserra Lacerda
isolda.lacerda@upe.br
Doutoranda em Ciências da Linguagem
Universidade de Pernambuco – UPE

Mariana Linard de Oliveira
mariana.linard@upe.br
Doutoranda em Ciências da Linguagem
Universidade de Pernambuco – UPE

Benedito Gomes Bezerra
beneditobezerra@gmail.com
Doutor em Linguística
Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP

RESUMO: O gênero textual/discursivo tem sido tema de constante debate no contexto acadêmico por se caracterizar como ações sociais e de inserção em sala de aula de ideologias, práticas sociais e propósitos comunicativos. Nesse sentido, o objetivo desse estudo foi analisar os movimentos e passos retóricos recorrentes na introdução de artigos acadêmicos. Foram investigados seis artigos do tipo relato de experiência, em ensino e serviço, nas áreas de Enfermagem e Medicina, com vistas à recorrência dos movimentos e passos retóricos que caracterizam o gênero artigo. Fundamentamo-nos na teoria deJohn Swales (1990) para analisar de acordo com a metodologia CARS (*Creat a Research Space*). Evidenciamos que houve predominância de recorrência dos passos e movimentos retóricos 1 e 3, estabelecendo um território e ocupando o nicho respectivamente, havendo recorrências em cem por cento do *corpus*. Já o movimento 2 - Estabelecendo um nicho, não houve recorrência de passos retóricos em nenhum dos artigos investigados. Acreditamos que a teoria adotada em nossa pesquisa atendeu, de

forma satisfatória, ao objetivo do estudo. Salientamos a necessidade de aprofundamento de pesquisas sobre a análise de unidades retóricas de artigos acadêmicos da área de Ciências da Saúde.

Palavras-chave: Gêneros textuais/discursivos. Movimentos retóricos. Contexto acadêmico. Ensino e serviço.

1. INTRODUÇÃO

O gênero textual/discursivo tem sido tema de constante discussão no contexto acadêmico por se caracterizar como ações sociais e de inserção em sala de aula de ideologias, práticas sociais e propósitos comunicativos.

O artigo científico é um gênero de grande notoriedade na comunidade científica, podemos afirmar que estar familiarizado com ele é essencial para se obter êxito em um cenário acadêmico (Motta-Roth; Hendges, 2010, p.13). Além do mais, paraaqueles que almejam uma acarreia como pesquisador, a publicação de resultados de pesquisa através de artigos científicos em periódicos é uma condição de prestígio, o que torna o artigo uma via de comunicação imprescindível para quem pretende divulgar os resultados dos estudos realizados.

Apesar de no cenário acadêmico ter a necessidade de dominar a prática de produção do artigo, percebe-se que nem sempre os estudantes estão familiarizados com essa atividade, pois “nem sempre se reserva espaço e tempo específico para o ensino no currículo dos diversos cursos” de graduação (Bezerra, 2012, p. 248).

Na universidade, por exemplo, muitos são os textos que circulam, tornando a comunicação viável a partir dos gêneros que cada espaço arquiteta. São relatório, resumo, frequência, fichamento, artigo acadêmico e uma infinidade de gêneros. Tendo consciência dessa heterogeneidade, trataremos especificamente dos artigos acadêmicos que circulam em áreas disciplinar específicas (Lendl, 2018).

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho foi analisar os movimentos e passos retóricos característicos de introduções de artigos acadêmicos do tipo relato de experiência sobre ensino e serviço em saúde no ambiente hospitalar,

do ponto de vistade quais informações são inseridas no texto, envolvendo duas áreas disciplinares distintas: enfermagem e medicina.

O aluno que adentra um curso de graduação universitária se depara com uma realidade acadêmica constituída por práticas distintas de leitura e escrita, que se efetivam em eventos de letramentos bastante específicos (Bezerra e Pradines, 2020).

Para atender ao nosso objetivo procuramos responder a seguinte pergunta: quais movimentos e passos retóricos recorrentes na introdução dos artigos acadêmicos escritos por residentes ou graduandos dos cursos de enfermagem e medicina?

Para sustentação teórico-metodológica, utilizamos o modelo CARS (*Create A Research Space*), proposto por John M. Swales (1990) definido como um conjunto de procedimentos metodológicos para a descrição da configuração composicional de unidades informacionais prototípicas em consonância com os objetivos realizados pelos sujeitos sociais ao utilizarem os gêneros. Conforme o mesmo autor, o conceito de gênero diz respeito à forma e ao conteúdo característico de um texto, aos propósitos e a determinadas comunidades discursivas (Swales, 1990) e aspectos socioculturais.

Para sistematizar sua proposta sociorretórica de análise de gêneros, Swales parte da classificação dos diversos tipos de discurso: expressivo, persuasivo, literário e referencial. Portanto, um texto pertence a uma determinada função discursiva, tendo como alvo o receptor.

Dito de outra forma, Swales considera o contexto tanto dos gêneros textuais quanto dos gêneros discursivos e entende esse gênero como uma ação social compropósitos comunicativos a determinada comunidade discursiva.

Assim, o presente estudo está dividido em seções. Na primeira, apresentaremos o referencial teórico com algumas definições sobre o gênero artigo acadêmico, sendo destacado características do referido gênero, estrutura, função e o papel social que ele desempenha na sociedade. Ainda nesta seção, destacaremos a abordagem sociorretórica de gêneros, sendo apresentada a contextualização da proposta de Swales bem como o modelo *CARS* que utilizaremos para analisar a introdução do artigo acadêmico**.** Na seção seguinte, trataremos do percurso metodológico. Na quarta seção, apresentaremos os resultados e discussão e, por fim, as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. CARACTERIZANDO O GÊNERO ARTIGO ACADÊMICO

Swales (1990) apresenta sua concepão de gênero da seguinte maneira:

> Um gênero compreende uma classe de eventos comunicativos cujos membros partilham um dado conjunto de propósitos comunicativos. Esses propósitos são reconhecidos pelos membros especialistas da comunidade de discurso e com isso constituem a base lógica para o gênero. Essa base modela a estrutura esquemática do discurso, influencia e condiciona a escolha do conteúdo e do estilo. O propósito comunicativo é tanto um critério privilegiado como um critério que opera para atintgir o escopo de um gênero tal como aqui grosseiramente concebido e enfocado em ações retóricas comparáveis. Em aditamento ao propósito, os exemplares de um gênero exibem vários padrões de similaridade em termos de estrutura, estilo, conteúdo e audiência pretendida. Se todas as expectativas de probabilidade mais altas forem realizadas, o exemplar será visto como protótipo pelos membros da comunidade de discurso. Os nomes dos gêneros herdados e produzidos pelas comunidades de discurso e importados por outras constituem valiosas comunicações etnográficas, mas que tipicamente necessitam de avaliação posterior (Swales, 1990, p.58).

O autor ainda ressalta que o gênero artigo acadêmico é recorrentemente constituído por quatro grandes seções: Introdução, Métodos, Resultados e Discussão (Swales, 1990).

Para Hyland (2000) o objetivo do artigo acadêmico é estabelecer a produção científica de uma comunidade disciplinar, reconhecer as produções anteriores de um determinado discurso disciplinar e oferecer garantias acerca das questões construídas nos artigos e habilidades de negociação entre pares. Nesse sentido, Hyland destaca que é através dos artigos que os pesquisadores constroem o conhecimento da área disciplinar construindo a confiabilidade no assunto, construindo e mantendo sua autoridade cultural. Isto é, os textos produzidos incorporam as negociações sociais da área disciplinar.

Corroborando com o que afirma Motta-Roth e Hendges (2010):

> [...] a atividade de pesquisa está especificamente ligada ao meio universitário, onde professores e alunos desenvolvem estudos avançados e pesquisa que, mais tarde, se tornarão públicos por meio de apresentações em congressos, mas principalmente, por meio da publicação de artigos (Motta-Roth; Hendges, 2010, p.66,).

Assim, ao longo de todo processo de ensino da escrita do artigo científico, o estudante deve ser convidado a refletir sobre o gênero de forma crítica (Bezerra, 2022).

Portanto, o conceito de gênero se estabelece entre nós como uma ferramenta de teorização e de explanação (cf.: Bunzen 2006:153) sobre como a linguagem funciona associada a objetivos e atividades para criar e recontextualizar interações sociais.

2.2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROPOSTA DE SWALES E O MODELO *CARS*

O artigo acadêmico tem sido objeto de múltiplas pesquisas e reflexões, para fins acadêmicos (Swales 1990, 2004). Dessa maneira, esse autor entende o gênero a partir dos seus propósitos comunicativos e comunidade discursiva.

Tratando-se de um gênero maior do discurso acadêmico, é importante que as propriedades do artigo científico sejam conhecidas pelos estudantes do ensino superior quando são solicitados a ler e a escrever textos deste gênero. Entre essas propriedades, está o plano de texto, nomeadamente no que diz respeito à distribuição dos conteúdos e à divisão em seções. Aferir o grau de convencionalidade dos planos de texto de artigos de áreas disciplinares distintas constitui, de igual modo, um objetivo relevante (Adam 2002).

Para Swales (1990) a configuração composicional prototípica do gênero artigo acadêmico, quer seja a partir da descrição de seções quer seja em sua totalidade, tem sido objeto de estudo, pelo menos, desde a década de 1980, com mais impulso a partirda década seguinte. Este autor, por exemplo, concentrou-se na análise da seção de introdução de artigos científicos produzidos por diversas áreas de conhecimento, a fim de encontrar um modelo de configuração recorrente.

Portanto, Swales (1990) propôs um modelo de análise dos movimentos e passos retóricos (*moves e steps)* realizados na introdução do artigo científico, a partir de uma metáfora ecológica, segundo a qual o autor deve procurar, sucessivamente: 1) delimitar um território (o que equivale abalizar a área genérica de pesquisa, mencionando estudos prévios); 2) delimitar um nicho (isto é, demonstrar que há um tema relevante que ainda não foi estudado); e 3) ocupar

esse nicho (ou seja, apresentar a especificidade da pesquisa que efetuou, sublinhando sua importância).

O modelo analítico e pedagógico baseado em movimentos e em passos que concretizam os movimentos retóricos foi alargado a diversos gêneros acadêmicos (a tesede doutoramento, a dissertação de mestrado, o *abstract,* etc.), tendo gerado um vasto número de publicações no panorama internacional e obtendo um assinalável sucesso, independentemente da variedade dos contextos socioculturais em que é aplicado (Bunton 2002; Motta-Roth e Hendges 2010; Maswana, Kanamaro e Tajino 2015; Adel e Moghadam 2015).

Na seção seguinte trataremos sobre o percurso metodológico adotado para escolha do *corpus*.

3. METODOLOGIA ADOTADA

Este trabalho configura-se como uma pesquisa de caráter exploratório-descritivo,e procura descrever quantitativa e qualitativamente o comportamento retórico de artigos acadêmicos do tipo relato de experiência cultural e disciplinar da área da Enfermagem e da Medicina, com vistas à recorrência dos movimentos e passos retóricos que caracterizam o gênero artigo.

O *corpus* dessa pesquisa são exemplares de artigos publicados em periódicos indexados pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Os exemplares foram coletados dos periódicos no mês de fevereiro do ano de2023. Construímos o *corpus* a partir de seis artigos, destes três da área de enfermagem e três da área de medicina. Os exemplares foram publicados entre 2019 e 2021 e são provenientes de periódicos brasileiros.

Quanto aos procedimentos de coleta e seleção do *corpus*, decidimos selecionar artigos referentes ao ensino em serviço, do tipo relato de experiência e que tivessem como autores residentes ou graduando dos cursos de enfermagem e medicina, ainda que os artigos tratassem especificamente de estudos das áreas de enfermagem e medicina, independentemente, do número de autores disponíveis na versão completa e na língua portuguesa.

No que diz respeito ao percurso metodológico para a análise dos movimentos e passos retóricos da introdução dos artigos acadêmicos, encontramos fundamento no modelo *CARS* de Swales (1990).

Após expor nossos procedimentos metodológicos, passaremos a apresentar os resultados e discussão da pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O *corpus* selecionado no âmbito da presente pesquisa foi constituído por seis artigos acadêmicos do tipo relato de experiência em ensino e serviço que se inscreve em uma grande área de investigação, Ciências da Saúde, em dois domínios científicos distintos: Enfermagem e Medicina, conforme exposto no Quadro 1.

Quadro 1: Identificação do *corpus.*

Área científica	Título do artigo	Endereço de acesso	Ano de publicação	Sigla
Enfermagem	Estudo de casos em programa de residência: um relato de experiência	https://periodicos.ufjf.br/index.php/hurevista/article/view/34906	2021	AE*1
Enfermagem	Residentes de enfermagemem uma unidade de internação pediátrica: relato de experiência do processo de enfermagem.	https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/7892	2021	AE2
Enfermagem	Profissional residente no enfrentamento da COVID-19: relato de experiência no contexto da enfermagem intensiva.	file:///C:/Users/lusin/Downloads/4299-26668-1-PB%20(2).pdf	2020	AE3
Medicina	Estágio voluntário em ginecologia e obstetrícia esua importância para a formação médica: relato de experiência	file:///C:/Users/lusin/Downloads/40050-100257-1-PB%20(2).pdf	2021	AM**1
Medicina	Ensinando a anamnese psiquiátrica para estudantes de medicinaatravés da inversão de	https://www.scielo.br/j/rbem/a/399sPvtcn8k4GqxHcxy3QCG/abstract/?lang=pt	2019	AM2

	papéis: relato de experiência.			
Medicina	Estágio supervisionado na unidade de terapia intensiva do hospital escola de Valença-RJ: relato de experiência.	https://revistas.faa.edu.br/SaberDigital/article/view/793	2019	AM3

Fonte: Elaboração dos autores
*AE - Artigo de Enfermagem
** AM - Artigo de Medicina

Para análise exploratória, foram selecionados seis artigos acadêmicos, destes três produzidos na área de enfermagem e três na área de medicina. Os exemplares selecionados foram produzidos entre 2019 e 2021, tendo sido escolhido em 2023. Dado que se procura investigar os movimentos e passos retóricos nas introduções de tais artigos acadêmicos seguindo o modelo analítico e metodológico posposto por Swales (1990), conforme o Quadro 2.

Quadro 2: Estratégias retóricas na escrita de introduções de artigos acadêmicos.

MODELO CARS (Swales 1990)	**INTRODUÇÕES DE ARTIGOS (ENFERMAGEM/MEDICINA)**					
Move 1 – Estabelecendo um território	**AE1**	**AE 2**	**AE 3**	**AM 1**	**AM2**	**AM3**
S1 – Reivindicando centralidade	x	x	x	x	x	x
S2 – Fazendo generalizações sobre o tópico	x	x	x	x	x	x
S3 – Resenhando pesquisas anteriores					x	x
Move 2 – Estabelecendo um nicho						
S1A – Contra-argumentando						
S1B – Indicando uma lacuna						
S1C – Levantando questionamentos						
S1D – Continuando uma tradição						
Move 3 – Ocupando o nicho						
S1A – Esboçando propósitos (objetivos)	x	x	x	x	x	x
S1B – Anunciando a presente pesquisa						
S2 – Anunciando os principais achados						

Fonte: Elaboração dos autores

A descrição das unidades informacionais de nosso *corpus* feita a partir do modelo de configuração retórica propostos por Swales (1990) revelou a realização

de movimentos e passos retóricos previstos e não previsto pelo pesquisador. Em um primeiro olhar, observa-se no quadro que todos os artigos não realizaram nenhum movimento ou passo do movimento 2 (Estabelecendo um nicho). Ao tempo em que houve recorrência, em cem por cento do *corpus*, dos passos *Reivindicando centralidade e Fazendo generalizações* sobre o tópico do movimento 1 (Estabelecendo um território), igualmente observa-se também o mesmo percentual de recorrência no passo *Esboçando propósitos (objetivos)* do movimento 3 (Ocupando o nicho). Já o passo *Resenhando pesquisas anteriores* do movimento 1 (Estabelecendo um território), aparece apenas nos artigos AM2 e AM3 representando 33.3% do total do *corpus.* Esses achado corroboram com os resultados de pesquisa sobre escrita de pesquisadores proficientes. Por exemplo, Ritti-Dias e Bezerra (2013) verificaram que o movimento 2 (Estabelecendo um nicho) é o menos frequentemente realizado em seu *corpus* de artigos cientificos da área de saúde pública.

Visto de outra forma, a seguir apresentaremos o registro percentual da presença/ausência de informações retóricas indicadas no modelo e encontradas (ou não) em nosso *corpus*, tecendo breves considerações.

Vejamos, no quadro abaixo, a frequência de informações retóricas presentes em nosso *corpus* quando tomamos como referência o modelo CARS (Swales,1990).

Quadro 3: Frequência de unidades informacionais em introduções de artigosacadêmicos do tipo relato de experiência das áreas disciplares: Enfermagem e Medicina.

Move 1 – Estabelecendo um território	
S1 – Estabelencendo a importância dapesquisa	100%
S2 – Fazendo generalizações sobre o tópico	100%
S3 – Resenhando pesquisas anteriores	33,3%
Move 2 – Estabelecendo um nicho	
S1A – Contra-argumentando	0%
S1B – Indicando uma lacuna	0%
S1C – Levantando questionamentos	0%
S1D – Continuando uma tradição	0%
Move 3 – Ocupando o nicho	
S1A – Esboçando propósitos (objetivos)	100%
S1B – Anunciando a presente pesquisa	0%

S2 – Anunciando os principais achados	0%

Fonte: Elaboração dos autores

Como podemos observar no quadro acima, quatro das funções retóricas presentes no modelo CARS surgem de forma recorrente em nosso *corpus*: os passos *Estabelecendo a importâcia da pesquisa* (passo 1, movimento 1 - Estabelecendo um território), *Fazendo generalização* sobre o tópico (passo 2, movimento 1 - Estabelecendo um território), *Esboçando propósitos (objetivos)* (passo 1A, movimento 3 - Ocupando o nicho) se apresentaram em 100%% do *corpus* e *Resenhando pesquisas anteriores* (passo 3, movimento 1 - Estabelecendo um território) com uma frequência de 33,3%. Observamos, ainda, que nenhum passo do movimento 2 - Estabelecendo um nincho, apresentado por Swales (1990) foi verificado em nosso *corpus*.

Vale ressaltar que o modelo *CARS* não foi desenvolvido para analisar artigos acadêmicos do tipo relato de experiência. Portanto, podemos inferir que a ausência do movimento 2 - Estabelecendo um nincho, no *corpus* deste estudo, esteja relacionado a tal fato.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso artigo teve como objetivo analisar os movimentos e passos retóricos característicos de introduções de artigos acadêmicos do tipo relato de experiência sobre ensino e serviço em saúde no ambiente hospitalar, do ponto de vista de quais informações são inseridas no texto, envolvendo duas áreas disciplinares distintas: enfermagem e medicina. Para a realização do objetivo, a pesquisa aqui empreendida explorou as unidades retóricas recorrentes nas introduções de seis artigos acadêmicos, coletados em periódicos indexados pela CAPES, da área de Ciências da Saúde, especificamente de duas áreas disciplinares: Enfermagem e Medicina.

Como modelo analítico e metodológico utilizamos o modelo *CARS* proposto por Swales (1990). Foi evidenciado que no desenvolvimento da Introdução dos artigos houve predominância de recorrência dos passos e movimentos retóricos, movimento 1 - Estabelecendo um território e movimento 3 - Ocupando o nicho, houve recorrências em cem por cento do *corpus*. No entanto, o movimento 2 -

Estabelecendo um nicho não houve recorrência de passos retóricos em nenhum dos artigos avaliados, havendo bastante convergência entre si, certamente, devido ao fato de o modelo CARS não ter sido desenvolvido para analisar artigos acadêmicos do tipo relato de experiência.

Acreditamos que a teoria adotada em nossa pesquisa atendeu de forma satis- fatória ao objetivo do nosso trabalho.

Salientamos a necessidade de aprofundamento de pesquisas sobre a análise de unidades retóricas de artigos acadêmicos na área de Ciências da Saúde.

REFERÊNCIAS

ADAM, Jean-Michel. Plan de texte. In: Charaudeau, Patrick; Maingueneau, Dominique.(Eds.). **Dictionnaire d'analyse du discours**. Paris: Seuil: 433-434, 2002.

ADEL, Seyyed M. R.; MOGHADAN, Rokhsareh G. . A Comparison of Moves in Conclusion Sections of Research Articles. In: **Psychology, Persian Literature and Applied Linguistics. Teaching English Language.** 9 (2): 167-191, 2015.

BEZERRA, Benedito; PRADINES, Kamyla. **Padrões de recorrência entre resumos e introduções de artigos científicos de alunos de graduação**. Revista do GELNE, v. 22,n. 2, p. 39-51, 2020.

BEZERRA, Benedito G. **Letramentos acadêmicos na perspectiva dos gêneros textuais.** Fórum Linguístico, Florianópolis, v. 9, n. 4, p. 247-258, out./dez.2012.

BUNTON, D. **The structure of PhD conclusion structures**. Journal of English for Academic Purposes 4: 207-224, 2002.

BUNZEN, C. Da era da composição à era dos gêneros: O ensino de produção de textono ensino médio. In: C. Bunzen & M. Mendonça (Orgs.) Português no ensino médio eformação de professor. São Paulo: Parábola:139-61, 2006.

HYLAND, Ken. ***Disciplinary discourse:*** **social interacti ons in academicwriti ng**. Singapura: Pearson Edacati on Limited. 2000.

LENDL, Aluizio. **Observando os movimentos retóricos no artigo acadêmico na áreade multomodalidade**. Caderno Seminal, v. 31, n. 31, 2018.

MASWANA, Sayako; KANAMARO, Toshiyuki; TAJINO, Akira. 2015. **Move analysisof research articles across fi ve engineering fi elds: what they share and what they do not**. Ampersand 2: 1-11.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. **Produção textual nauniversidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

RITTI-DIAS, Fernanda Goulart; BEZERRA, Benedito Gomes. Análise retórica de introduções de artigos científicos da área da saúde pública. **Revista Horizontes deLinguistica Aplicada**, v. 12, n. 1, 2013.

SWALES, John. ***Genre analysis: English in academic and research settings***. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. **Research genres: exploration and applications.** Cambridge: CambridgeUniversity Press, 2004.

ANÁLISE DOS DETERMINANTES NO PARECER PRÉVIO DO TCM/BA EM RELAÇÃO AS CONTAS ANUAIS DOS MUNICÍPIOS

Gleiciane dos Santos Silva
Graduanda em Ciências Contábeis, FACAPE

Lidiane Galvão Bessa da Costa Jeckel
Mestre em Ciências Contábeis, UnB

Alinie Rocha Mendes
Doutoranda em Ciências Contábeis, UnB

RESUMO: O presente trabalho tem o objetivo apontar os indicadores de gestão e os fatores socioeconômicas que são determinantes para a rejeição das contas municipais pelo parecer prévio do Tribunal de contas dos municípios do estado da Bahia (TCM/BA). Para alcançar o objetivo foi realizado o levantamento de dados referente aos 417 municípios baianos no período de 2016 a 2020, resultando em 1360 observações. Para tratamentos dos dados, foi utilizado o modelo estatístico de regressão logística binária, onde a variável dependente foi o resultado do parecer do prévio do TCM/BA, e as variáveis explicativas foram cinco relacionadas a indicadores de gestão e duas ligadas a características socioeconômicas. Os resultados apontaram três variáveis que são capazes de influenciar no parecer prévio do TCM/BA, dentre elas, sendo o índice de despesas com pessoal e o índice de endividamento, que obtiveram uma correlação positiva com a variável dependente, indicando que quanto maior forem estes índices, maiores serão as chances de rejeição das contas, e o índice de despesas de capital, que apresentou uma correlação negativa. Já as variáveis socioeconômicas não apresentaram significância estatística na amostra em questão. Os resultados sugerem que os aspectos gerenciais e financeiros são os mais relevantes para explicação da rejeição ou aprovação das contas anuais por parte do TCM/BA, sendo as despesas com pessoal o fator mais sensível nesta análise.

Palavras-Chave: Parecer prévio; Tribunais de contas; Indicadores de gestão; Indicadores socioeconômicos.

ABSTRACT: This research aims to point out the management indicators and socioeconomic factors that are decisive for the rejection of municipal accounts by the prior opinion of the Court of Auditors of the municipalities of the state of Bahia (TCM/BA). To achieve the objective, data was collected regarding the 417 municipalities in Bahia from 2016 to 2020, resulting in 1360 observations. To process the data, the statistical model of binary logistic regression was used, where

the dependent variable was the result of the prior opinion of TCM/BA, and the explanatory variables were five related to management indicators and two linked to socioeconomic characteristics. The results pointed out three variables that are capable of influencing the TCM/BA's prior opinion, among them, the personnel expense index and the debt index, which obtained a positive correlation with the dependent variable, indicating that the higher these indexes, the greater the chances of account rejection, and the capital expenditure index, which showed a negative correlation. The socioeconomic variables did not present statistical significance in the sample in question. The results suggest that the managerial and financial aspects are the most relevant to explain the rejection or approval of the annual accounts by TCM/BA, with personnel expenses being the most sensitive factor in this analysis.

Keywords: Prior opinion; Accounting courts; management indicators; socioeconomic indicators.

1. INTRODUÇÃO

Os Tribunais de contas exercem papel fundamental para o alcance da democracia, através de uma fiscalização mais eficiente dos gastos públicos. Conforme apontado pela Constituição Federal de 1988 (CF/88), cabe a eles exercerem o papel de controle externo das contas públicas, auxiliando o poder legislativo na descoberta de irregularidades através inspeções, auditorias e fiscalização na prestação de contas.

Cabral (2020) destaca que a atual constituição buscou evidenciar o papel destes tribunais, dando a eles um amplo rol de atribuições, cabendo-lhes julgar e fiscalizar não somente a administração pública, mas todo aqueles que tiverem contato com o patrimônio público. Deste modo, é explícito a relevância dos tribunais de contas a fim de conter os desmandos dos gestores públicos, agindo a fim de fiscalizar e certificar que estes atendam os interesses da sociedade.

Essas competências são designadas tanto pela CF/88, no caso dos Tribunal de contas da União (TCU), quanto pelas respectivas Constituições estaduais, se tratando dos Tribunais de Contas dos Estados (TCE), sendo que, normalmente, cabem aos TCEs a fiscalização das contas do estado e dos municípios neles pertencentes.

Contudo, em alguns casos o poder constituinte estadual cria também a figura dos Tribunais de Contas dos Municípios, sendo esse o caso do Estado da

Bahia. Assim, conforme atribuição da Lei maior estadual, cabe ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM/BA) as competências que lhe couber do TCU e dos TCE nos âmbitos do controle e fiscalização dos municípios desse estado.

Uma ferramenta importante para o alcance deste fim é o parecer prévio, que são emitidos em relação as contas de governos anuais dos chefes dos poderes executivos. Assim, cabe aos tribunais de contas apreciarem-nas a fim de emitir uma opinião acerca da legalidade dessas contas, encaminhando-as ao respectivo poder legislativos para que façam o julgamento definitivo. Segundo Martins *et al* (2021), esse parecer prévio possui caráter conclusivo e precisa ser devidamente justificado, recomendando a aprovação, aprovação com ressalvas ou a rejeição das contas.

Deste modo, cabe a estes tribunais o julgamento técnico das contas prestadas, necessitando ainda que estas contas passem pelo crivo político do poder legislativo. Apesar disso, vale destacar que cada tribunal age de forma autônoma, não possuindo cadeia hierárquica com outros os poderes ou órgãos, possuindo competência que lhe são próprias.

Neste sentido, destaca-se ainda que a legislação estadual definiu que o parecer prévio emitido pelo TCM/BA, só deixará de prevalecer através de maioria qualificada da câmara de vereadores (BAHIA [CONSTITUIÇÃO], 1989), o que evidencia ainda mais a relevância do julgamento exercido por este tribunal de contas.

Com isso, diante da importância desta temática no âmbito de controles das contas públicas, diversos cientistas abordaram o assunto nos seus estudos, buscando identificar fatores que determinam ou possam influenciar o resultado do parecer prévio emitido pelos tribunais. Estas pesquisas geralmente têm como amostra diferentes regiões brasileiras, sob diferentes enfoques.

Entre estes estudos, pode-se destacar o de Milanezi e Monte-Mor (2017) e Martins *et al* (2021), que buscaram analisar desde fatores políticos, a fatores sociais, econômicos e financeiros que influenciam no resultado da recomendação emitida no parecer prévio pelos tribunais de contas relativos as contas municipais dos estados do Espírito Santo e Pernambuco, respectivamente. Estudos semelhantes foram identificados relativos aos estados do Ceara (SALMITO, 2018), Mato Grosso (NETO *et al*., 2021) e São Paulo (MACIEIRA, 2016).

Assim, considerando a lacuna existente sobre esta temática no estado baiano, principalmente sob o aspecto socioeconômico e de indicadores de gestão, o presente estudo possui a seguinte questão problema: Qual a relação entre variáveis financeiras e socioeconômicas com o parecer prévio do emitido pelo TCM/BA sobre as contas anuais? Tendo como objetivo geral identificar quais indicadores de gestão e características socioeconômicas possuem maior poder explicativo da rejeição das contas municipais pelo parecer prévio do TCM/BA.

Nesse contexto o presente estudo é relevante, uma vez que seus resultados podem corroborar para o mapeamento de controle de riscos de municípios com maiores tendências de reprovação das contas, aumentando a atenção para possíveis irregularidades. Além disso, a pesquisa também pode servir de apoio para os gestores municipais, ao identificar quais aspectos demandam atenção de forma prioritária, no sentido de gerir os recursos a fim de proporcionar indicadores de gestão que minimizem a probabilidade de ter suas contas rejeitadas.

O presente o trabalho é dividido em quatro seções além desta introdução, referente a fundamentação teórica onde são abordados a temática do controle externo nas contas públicas e os determinantes do parecer prévio, a metodologia utilizada na realização da pesquisa, as discursão sobre os resultados e por fim, a conclusão.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Controle Externo das Contas Públicas

De acordo com Tiossi, Cezane e Castro (2020), toda boa gestão está condicionada a um sistema de controle eficiente, que possui como principal objetivo a busca por melhores resultados da entidade e é parte integrante e essencial de qualquer processo.

No âmbito da administração pública brasileira, estabeleceu-se três principais formas de controle, a saber controle social, controle interno, e controle externo, sendo este último explicado como as atividades relacionadas à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial praticadas pela administração pública, no tocante aos critérios de legalidade,

legitimidade, economicidade, subvenções e renúncias de receitas (BARBOSA, 2018).

Neste sentido, a Constituição Federal de 1988, nos seus artigos 70 ao 75, dispõe as principais regras relativas a este controle, definindo que a sua execução compete ao poder legislativo com o auxílio dos Tribunais de Contas, atuando na apreciação das contas públicas e os recursos delas destinados, bem como na identificação e imputação de sanções aos responsáveis por ilegalidade e/ou irregularidade.

Ressalta-se, no entanto, que, apesar de ser descrito como órgão auxiliar do poder legislativo, os tribunais de contas não são subordinados a eles e nem a qualquer outro poder, possuindo poderes próprios e exclusivos que são conferidos justamente pela norma constituinte (TIOSSI; CEZANE; CASTRO, 2020). Nesta seara, Heller (2020) destacam que esses tribunais possuem autonomia funcional, e que esta se originou pela necessidade de uma nova função estatal independente do âmbito dos três poderes clássicos, surgido pela necessidade e evolução do estado contemporâneo.

Nóbrega e Araújo (2019) destacam também que a função de controle administrativo é exercida genuinamente pelo Tribunal de Contas, e com isso se configura de essencial importância para o exercício da democracia, uma vez que constitui uma ferramenta imprescindível na busca pela melhoria do desempenho do Estado.

Silva (2020) explica que no Brasil existem 33 tribunais de contas, sendo um da União (Tribunal de Contas da União - TCU), 27 tribunais de contas estaduais, três estados que possuem tribunais de contas específicos para seus municípios, um deles inclusive é o do estado da Bahia, e mais dois tribunais de contas exclusivos para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

No âmbito do estado de Bahia, a competência para fiscalização é exercida pelo TCM/BA, que assume a função de auxílio das câmaras dos municípios integrantes deste estado, devendo analisar as contas dos gestores e emitir os respectivos pareceres prévios, e é regida pela Lei orgânica, que é a Lei Complementar n° 06/1991 do estado da Bahia (SILVA *et al*. 2023).

Segundo esta lei, o TCM/BA apreciará as contas anualmente dos chefes do poder executivo e do poder Legislativo em um prazo de até 180 dias, bem como realizar o julgamento de contas de administradores e outros possíveis

responsáveis por gerir recursos públicos, inclusive dos que incorre irregularidades que resulte em prejuízo ao erário municipal (BAHIA, 1991).

2.2. Determinantes do Parecer Prévio

Coutinho e Santos (2020) explica que o controle externo executado pelo tribunal de contas sobre o chefe do poder executivo municipal se dá através de uma dupla incidência normativa: a primeira relacionada as contas de gestão, as quais a corte possuem poder de julgamento; e a segunda relacionada a contas de governo, onde o tribunal aprecia a sua prestação de contas e emitira um parecer prévio de caráter opinativo, sugerindo a aprovação, a aprovação com ressalvas ou a rejeição das contas.

As irregularidades apontadas pelo parecer prévio indicam a falta de comprometimento com a boa gestão do dinheiro público frente à legislação quanto à limites de despesa e rigor financeiro e orçamentário, resultando em um trabalho técnico de avaliação que não pode ser ignorado do conhecimento da sociedade (SILVA, 2020).

Neste sentido, Costa (2018) esclarece que este parecer prévio se atém para o controle formal priorizando o controle por resultados, visando uma avaliação global da atuação do chefe maior do Executivo como condutor de políticas públicas enquanto governante, que exerce a função política de dirigir e controlar recursos, analisando-as através dos critérios da eficácia, eficiência e efetividade, dentro de uma concepção macro do ocorrido ao longo de cada ano.

Assim os prefeitos são obrigados a prestar contas anualmente ao Tribunal de Contas, e estes, por sua vez, irão auxiliar o Poder Legislativo na fiscalização dos gastos públicos, avaliando e emitindo o parecer prévio sobre os resultados da gestão, atestando sua regularidade quanto à legislação e princípios jurídicos aplicáveis, com caráter estritamente técnico e sendo influenciadas por uma série de variáveis (SILVA *et al*., 2020).

Deste modo, diversos estudos têm buscado identificar os fatores que influenciam na recomendação do Tribunal de Contas apontado no parecer prévio, dentre eles pode-se citar a pesquisa de Macieira (2016), que estudou os fatores financeiros e sociais que influenciam no resultado do parecer prévio nos

municípios paulistas. Segundo este autor, indicadores relativos a receitas tributarias e de capital, endividamento dos municípios, população e funcionarismo público possuem relação com a rejeição das contas.

De modo semelhante Salmito (2018), foi encontro no tocante as influências dos fatores ligados a população, funcionarismo público e despesas com investimento em seu estudo realizado no estado do Ceará. Além destes, o autor apontou também outras determinantes relevantes como a renda *per capita* da população, frequência de ensino básico e desigualdade social.

Já Neto *et al* (2021), destacou em seu estudo elaborado no estado do Mato Grosso, variáveis socioeconômicas capazes de impactar significativamente nos resultados do parecer prévio emitido pelo tribunal. Assim, os resultados encontrados foram que o Indice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Produto Interno Bruto (PIB) e o nível populacional dos municípios interferem na análise das prestações de contas levando a maiores chances de rejeição.

Outro estudo nesta mesma temática, é o de Santos *et al* (2023) onde verificou os fatores determinantes na rejeição das contas no estado pernambucano, abordando também, além de aspectos na mesma linha dos já citados estudos, características próprias dos municípios e dos gestores. Contudo, os resultados da pesquisa também apontaram que os mais significantes são relativos a fatores socioeconômicos, como IDH, PIB *per capita* e os resultados orçamentários financeiros.

Por fim, o estudo de Milanezi e Monte-Mor (2017) buscou identificar os fatores influentes dos resultados opinativos do parecer prévio do tribunal de contas do Espírito Santo em relação aos municípios daquele estado. A pesquisa inovou na temática ao adentrar nos aspectos políticos dos governantes, demonstrando que este pode influenciar, bem como os resultados orçamentários, a gestão fiscal e a existência de créditos suplementares.

Assim, considerando os estudos explanados e temática desta pesquisa, pode-se destacar a tabela 1 a seguir:

Tabela 1: Relação de determinantes financeiras e socioeconômicas levantadas conforme estudos da área.

Indicadores	Variável	Fórmula	Fontes	Relação esperada

Part. de receitas tributárias	Rec_Trib	Receita Tributária / Receita Total	Macieira (2016)	Negativa
Part. de receitas de capital	Rec_Cap	Receita de Capital / Receita Total	Macieira (2016)	Negativa
Índ. de despesas de capital	Desp_Cap	Despesa de Capital / Despesa Total	Salmito (2018)	Positiva
Índ. de despesas com pessoal	Desp_Pess	Despesa Líquida com Pessoal / RCL	Salmito (2018); Macieira (2016).	Positiva
Índ. de endividamento	Endiv	Dívida Consolidada Líquida / RCL	Macieira (2016)	Positiva
População	Pop	População Estimada	Neto *et al* (2021); Salmito (2018); Macieira (2016)	Negativa
PIB *per capita*	PIB_pc	PIB / População	Neto *et al* (2021); Salmito (2018); Santos *et al* (2023)	Negativa

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Portanto, estes são os fatores socioeconômicos e financeiros abordados nesta pesquisa, onde busca-se identificar quais delas são determinantes para o resultado do julgamento apontado no parecer prévio pelo TCM/BA.

3. METODOLOGIA

Nesta sessão será abordado a classificação da pesquisa quanto aos objetivos, abordagem, procedimentos e possíveis limitações, bem como a técnica estatística utilizada no tratamento dos dados coletados.

Em relação aos objetivos da pesquisa, esta tem caráter descritivo, que, segundo Gil (2017), é um tipo de estudo que busca descrever características de um fenômeno ou estabelecer relações entre variáveis analisadas, por meio do uso de técnicas padronizadas de coleta de dados. Nesse estudo, as variáveis a serem estudos referem-se aos indicadores socioeconômicos e financeiros abordados na seção anterior, buscando analisar a sua relação com o fenômeno de rejeição das contas por parte do TCM/BA nos seus pareceres prévios.

Quanto a abordagem da pesquisa, classifica-se como quantitativa. Segundo Kauark, Manhães e Medeiros (2010), este tipo de pesquisa requer de uso de técnicas estatísticas para analisar e traduzir em números, dados e informações acerca do que está sendo investigado. Mussi *et al* (2019) corrobora ainda que as pesquisas quantitativas se utilizam de indicadores numéricos comparáveis para investigação de determinado fenômeno. Logo, para alcançar os objetivos desse estudo, será utilizada a regressão logística binaria visando estabelecer as correlações entre os indicadores.

Em relação a essa técnica estatísticas de regressão, Faavero e Belfiore (2009) dissertam que a mesma tem como objetivo principal estudar a probabilidade de ocorrência de um evento de forma dicotômica, comparando-as com o comportamento das variáveis explicativas. Neste caso, o evento dicotômico será a rejeição ou não das contas anuais, de modo que, para fins deste trabalho, os pareceres prévios que recomendarem a aprovação com ressalvas, serão considerados apenas como aprovados.

Nesse sentido, Fernandes *et al* (2020) destacam que a variável dependente (Y) assume apenas duas categorias, sendo que normalmente a ocorrência do evento de interesse é codificada como “1” e a sua ausência como “0”. Assim, ainda de acordo estes autores, a seleção da codificação altera o sinal dos coeficientes, bem como a interpretação substantiva dos resultados, e, portanto, permite determinar a direção, a magnitude e o nível da significância estatística da relação entre as variáveis.

No tocante aos procedimentos técnicos, será utilizado a pesquisa documental, dita por Gil (2017), como aquela que se utiliza de dados já existentes em documentos de diversas finalidades, como documentos institucionais, jurídicos e registros estatísticos. Logo, utiliza-se deste procedimento para a extração dos dados que serão utilizados na pesquisa, sendo eles, as recomendações na forma do parecer emitido pelo TCM/BA e os indicadores financeiros e socioeconômicos dos municípios.

Os dados relativos aos pareceres prévios foram extraídos no próprio portal *online* do tribunal de contas, através da pesquisa feita no período de setembro de 2023. Foi utilizado como filtros, o campo “tipo de pesquisa” como município, e o campo “entidade” como prefeitura, de modo a trazer os dados relativos aos julgamentos das contas anuais do poder executivo dos municípios.

Já os dados referentes as variáveis explicativas, os mesmos foram captados através do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), que é um portal online desenvolvido pela Secretaria do Tesouro Nacional destinado a recebimento e divulgação de informações contábeis, financeiras e de estatísticas fiscais relativos aos municípios, estados, Distrito Federal e União (BRASIL, 2014). Além desse, também será utilizado dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para os dados da população estimada e PIB *per capita*.

Os dados utilizados pela pesquisa são referentes ao período de 2016 a 2020, sendo que caso o parecer prévio esteja com o *status* não julgado, este será desconsiderado na contabilização dos dados. A limitação desse período se deve ao fato da disponibilização dos dados nas referidas fontes, além do fato da própria limitação da técnica estatística, uma vez que, de acordo com Fernandes *et al* (2020), a técnica de regressão logística exige uma quantidade amostral adequada, de modo que nem seja pequena nem excessivamente grande, a ponto de intensificar a relação acima da realidade.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO

4.1. Análise Descritiva

Para a concretização da pesquisa, foram levantados os dados de um total de 417 municípios baianos em 5 anos de análise (2016 a 2020). Após a coleta, os dados foram organizados de modo a excluir da relação os munícipios que, em cada ano, não tiveram a divulgação integral das variáveis utilizadas por este estudo, resultando em número final de 1360 observações.

Como pode ser observar na tabela 2, entre tais observações é possível verificar que 2016 foi o ano de maior quantitativo de contas de governo rejeitadas por parte do TCM/BA de acordo com a amostra utilizada, chegando a ser quase metade das contas.

Tabela 2: Porcentagem do parecer opinativo do TCM/BA em relação as contas de governo no período 2016-2020.

Parecer	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Aprovadas	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Aprovadas com ressalvas	50,3%	92,0%	76,9%	74,3%	83,9%	76,3%
Rejeitadas	49,7%	8,0%	23,1%	25,7%	16,1%	23,7%

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Além disso, nota-se que grande maioria dos municípios possui o *status* de aprovado com ressalvas, equivalendo a 76,3% de toda a amostra, enquanto 23,7% tiveram as contas rejeitas. É relevante destacar que durante os 5 anos em questão, nenhum dos municípios obteve aprovação plena das contas prestadas. Para o modelo de regressão aplicado neste estudo, este resultado do parecer prévio será a variável dependente ou explicada, de modo que a mesma assumirá uma variação dicotômica, sendo o valor de 1 equivalente a rejeição, e 0 a não rejeição.

Em relação as variáveis independentes ou explicativas a tabela 3 traz suas principais características. Nela podemos observar que a média da participação das receitas tributarias dos municípios é de 5,48%, ou seja, do total das receitas apuradas apenas este percentual advém de fontes próprias. Além disso, percebe-se que o seu quartil 3 é próxima da média, o que indica que um quarto dos municípios possuem a participação das receitas tributarias muito superior aos demais.

Já as despesas com pessoal e o endividamento, possuem índice médio, respectivamente, de 53,83% e 43,48%, assim pode-se inferir que são valores bastante relevantes, uma vez que, como dito na tabela 2, ambas são calculadas sobre a mesma base, que é a receita corrente liquida, ou seja, quase a totalidade da RCL está comprometida com as despesas de pessoal e com o endividamento.

Tabela 3: Características das variáveis independentes

VARIÁVEIS	DESVIO PADRÃO	MÉDIA	QUARTIL 1	MEDIANA	QUARTIL 3
Rec_Trib	4,80%	5,48%	2,80%	3,89%	5,94%
Rec_Cap	3,69%	2,69%	0,84%	1,80%	3,50%
Desp_Cap	4,35%	7,73%	4,88%	6,70%	9,40%
Desp_Pess	8,39%	53,83%	49,77%	53,55%	58,46%

Endiv	45,94%	43,48%	14,41%	34,17%	63,99%
Pop	164.354	40.617	12.097	18.145	30.086
PIB_pc	19.044,67	13.347,66	7.465,18	9.122,61	12.211,30

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

No tocante as variáveis socioeconômicas, a população média dos municípios da amostra é de 40.617 habitantes, enquanto que o PIB *per capita* é de R$ 13.347,66. Também é possível perceber que ocorre com estas variáveis o mesmo fenômeno observado com o índice de receitas tributarias em relação ao último quartil, neste caso ainda mais acentuado, visto que a média das variáveis é superior ao ultimo quartil. Deste modo, verifica-se que a maior parte dos municípios possuem população e PIB *per capita* abaixo da média, revelando maior desigualdade de riquezas e distribuição populacional.

4.2. Estimação da Regressão Logística

O tratamento dos dados foi feito através da técnica estatística de regressão logística binária, na qual, conforme explica Faavero e Belfiore (2009), tem como principal objetivo estimar a probabilidade de ocorrência de um evento binário com base no comportamento de variáveis explicativas, sendo que o modelo adotado nesta pesquisa está representado na equação 1:

$$Z_i = \beta_0 + \beta_1 Rec\_Trib_i + \beta_2 Rec\_Cap_i + \beta_3 Desp\_Cap_i + \beta_4 Desp\_Pess_i + \beta_5 Endiv_i + \beta_6 Pop_i + \beta_7 PIB\_pc_i$$

onde β_0 representa a constante, o β_1 a β_7 são os coeficientes de cada variável, o subscrito *i* = 1, 2, 3, ...,1360 indica o número da observação, e o Z_i equivale ao logito, que é utilizado para a fórmula de cálculo da probabilidade de ocorrência do evento em estudo, conforme equação 2:

$$P\ (Rejei\_par)_i = \frac{1}{1 + e^{-Z_i}}$$

sendo que $Rejei\_par_i$ é a variável dependente do estudo e *P* é a probabilidade de ocorrência dessa variável.

Para melhorar a eficiência dos estimadores e das inferências estatísticas, faz-se necessário a aplicação de testes para a verificação de existência de heteroscedasticidade e multicolinearidade das variáveis independentes (Santos *et al*, 2023). Para tal, foram aplicados respectivamente, os testes do fator de inflação de variância (FIV) e o de Breusch–Pagan, sendo seus resultados observados nas tabelas 4 e 5.

Tabela 4: Resultado da aplicação do teste FIV.

Variável	FIV	1/ FIV
Rec_Trib	1,48	0,677532
Pop	1,33	0,752417
Desp_Cap	1,18	0,848120
Desp_Pess	1,16	0,863006
Rec_Cap	1,14	0,876682
Endiv	1,14	0,880227
PIB_pc	1,11	0,899000
Média FIV		**1,22**

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Assim, percebe-se que os indicadores FIV de todas as variáveis estão entre 1,11 e 1,48, sendo a sua média de 1,22. Logo nota-se que não há questões de multicolinearidade, uma vez que uma estatística FIV inferior a 4 indica que não há problemas desta natureza (FAAVERO; BELFIORE, 2009).

Tabela 5: Resultado da aplicação do teste de Breusch–Pagan.

Estatística Qui-Quadrado	P-Valor	Nível de significância
79,32	0,0000	1%

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Já o resultado da tabela 5 indica que, a nível de 1% de significância, pode-se rejeitar a hipótese nula do teste de Breusch–Pagan, ou seja, indica a presença

de heterocedasticidade dos resíduos. Para contornar tal problema, Gujarati e Porter (2011), orienta a utilização de estimadores robustos a heterocedasticidade de White. Assim a tabela 6 abaixo aponta os resultados do modelo de regressão logística:

Tabela 6: Resultado da regressão logística

Variável dependente: Rejeitado = 1						
Pseudo R2:	0,1264		Wald (chi2):	132,80		
Observações:	1.360		p-valor:	0,000		
Parecer	**Coeficiente**	**Erro padrão robusto**	**Z**	**p-valor**	**[95% Intervalo de conf.]**	
Rec_Trib	-0,0207921	0,0197104	-1,05	0,291	-0,059424	0,017840
Rec_Cap	0,0206194	0,0165505	1,25	0,213	-0,011819	0,053058
Desp_Cap	-0,0973421	0,0236937	-4,11	0,000	-0,143781	-0,05090
Desp_Pess	0,0667956	0,0116993	5,71	0,000	0,043865	0,089726
Endiv	0,0092743	0,0019046	4,87	0,000	0,005541	0,013007
Pop	0,0000001	0,0000004	0,14	0,888	-0,000001	0,000001
PIB_pc	-0,0000106	0,0000063	-1,68	0,093	-0,000023	0,000002
constante	-4,4463160	0,7331941	-6,06	0,000	-5,883350	-3,00928

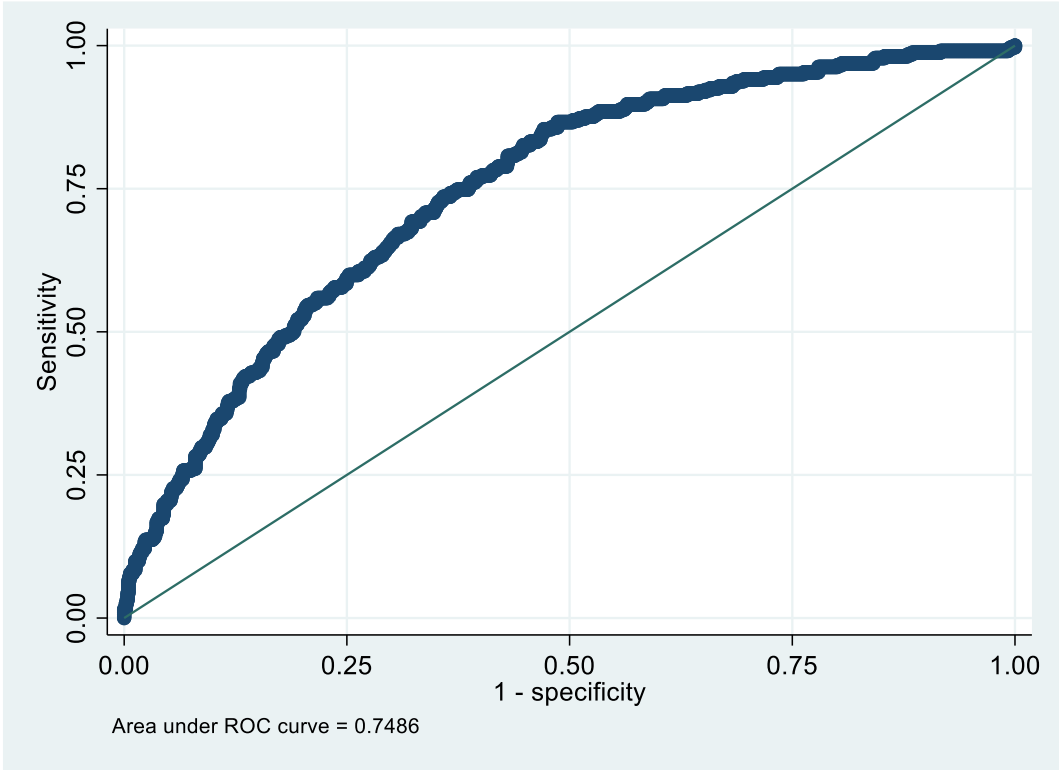
Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Nesta tabela, verifica-se que o modelo resulta em um Pseudo R2 de 0,1264, o que permite concluir que as variáveis em questão possuem um poder explicativo de 12,64% sobre a probabilidade de rejeição das contas anuais julgadas pelo TCM/BA.

Dos resultados apresentados, destaca-se que as variáveis referentes as despesas de capital, despesas com pessoal e endividamento foram as únicas que apresentaram significância estatística, todas com ao nível de 1%, de modo que a primeira apresentou sinal negativo e as outras duas, o sinal positivo.

Na figura 1, está representado a curva *Receiver Operating Characteristc* (ROC) do modelo proposto neste estudo. Segundo Prati, Batista e Monard (2008), esta curva mostra a relação entre a sensibilidade e da especificidade em diferentes pontos de corte, de modo que quanto mais próxima a curva estiver do canto superior esquerdo do gráfico, melhor sera o desempenho do modelo.

Figura 1: Curva Receiver Operating Characteristc (ROC)



Fonte: Dados da pesquisa (2023) através do *software* Stata 17.0

Ainda de acordo com o gráfico, a área sob a curva (AUC, do inglês *Area Under The Curve*) possui valor de 0,7486, que conforme a classificação de Hosmer e Lemeshow (2013) o modelo descrimina de forma muito boa quanto a eficiência global do modelo econométrico.

Por fim, a tabela 7 traz as razões de chances (*Odds)* de cada uma das variáveis utilizadas na pesquisa influenciar na ocorrência do evento em estudo.

Tabela 7: Razão de chances de rejeição das contas de governo pelo TCM/BA

Variáveis	Razão de chance	Erro padrão	Z	p-valor	[95% INTERVALO DE CONF.]	
Rec_Trib	0,979	0,019	-1,05	0,291	0,942	1,018
Rec_Cap	1,021	0,017	1,25	0,213	0,988	1,054
Desp_Cap	0,907	0,021	-4,11	0,000	0,866	0,950
Desp_Pess	1,069	0,013	5,71	0,000	1,045	1,094
Endiv	1,009	0,002	4,87	0,000	1,006	1,013

Pop	1,000	0,000	0,14	0,888	1,000	1,000
PIB_pc	1,000	0,000	-1,68	0,093	1,000	1,000
Constante	0,012	0,009	-6,06	0,000	0,003	0,049

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

A partir desta tabela, verifica-se que as variáveis de Despesas com Pessoal e Endividamento possuem *odds* superior a 1, o que influencia positivamente na probabilidade de ocorrência do evento estudado, ou seja, da rejeição das contas. No caso da primeira variável citada, a razão de chance com valor de 1,069 indica que o aumento de 1 unidade neste indicador implica em 1,069 vezes o aumento de chance, ou seja, aumenta em 6,90% a probabilidade de que o parecer não seja aprovado.

O endividamento também possui efeito positivo nesta relação, porém com impacto menor, com *odds* equivalente a 1,009, ou de 0,9% de aumento de probabilidade de ocorrência de rejeição para cada aumento de 1% desse índice.

Já a despesa de capital, possui *odds* menor que 1, a saber 0,907, indicando relação negativa com probabilidade do evento em questão, interpretando-se que a cada aumento de uma unidade nesta variável, a probabilidade de rejeição diminui em 9,3%.

4.3. Discussões do Resultado

Conforme os resultados obtidos, percebe-se que as variáveis relacionadas as receitas tributarias e de capital não representaram significância estatística, contrariando os resultados obtidos por Macieira (2016). O primeiro indicador faz referência a autonomia dos munícios frente a sua capacidade de geração de receitas próprias, e conforme o estudo deste autor, esperava-se uma correlação negativa com o resultado dos pareceres. Ou seja, quanto maior fosse a capacidade de geração de receitas tributarias, menor seria sua probabilidade de rejeição das contas.

Deste modo, pode-se concluir que mesmo os municípios que possuem maior dependência de outras fontes de receita, como por exemplo as: governamentais, têm condições de terem suas contas aprovadas pelo TCM/BA.

De modo semelhante, a participação de receitas de capital em relação a receita total também não contem impacto estatisticamente significante no resultado opinativo do tribunal de contas.

Já a variável do índice de despesas de capital se mostrou relevante, com uma significância estatística a nível de 1%, assim como o apontado pelo autor Salmito (2018) em seu estudo. Semelhantemente ao que foi apontado por ele, no presente estudo o sinal apresenta-se de forma negativa, indicando que maiores despesas dessa categoria acarreta em menores chances de rejeição das contas anuais.

Conforme este autor, uma explicação possível para este fenômeno se da pelo fato de que manobras de investimentos possuem maior visibilidade, e assim, a administração tende a dedicar maior atenção a esses procedimentos. Corroborando a isso, observando a razão de chance da respectiva variável, tem-se um índice de 0,907, apontando um relativo impacto na probabilidade de aprovação.

A variável despesas com pessoal, também indicou significância estatística a nível de 1%, o que aponta que esta possui relação estatística direta com a rejeição das contas municipais, de modo que, quanto maior for os gastos com pessoal maior será a probabilidade de rejeição, corroborando com os achados de Salmito (2018) e Macieira (2016).

Um dos motivos que pode contribuir para esta influência é o fato de este indicador possuir limite legal descrito na Lei De Responsabilidade Fiscal, que equivale ao índice de 60% da receita corrente líquida do município, se tornando um ponto que demanda atenção do órgão fiscalizador. Contribuindo a isso, a razão de chance deste índice é a maior dentre as que possuem relação direta com variável dependente, o que demonstra ser é um fator consideravelmente sensível no tocante ao julgamento exercido pelo TCM.

Outro índice que obteve correlação estatística a nível de 1% de significância, foi o de endividamento, que mais uma vez apresentou o sinal esperado, em concordância com o estudo de Macieira (2016). Considerando o resultado da razão de chance, infere-se que o aumento em uma unidade do respectivo indicador, eleva a probabilidade de rejeição das contas em 1,009 vezes.

Isso pode ser explicado pelo fato de que as dívidas adquiridas pelo ente Público podem acarretar em outras consequências como o aumento dos juros e

outras despesas, resultando em um movimento cíclico de maior dependência desta fonte de receita, deixando-o mais fragilizado financeiramente e vulnerável ao cometimento de irregularidades.

Quanto as variáveis socioeconômicas, contrariando os estudos de Neto *et al* (2021), Salmito (2018) e Santos *et al* (2023), não obtiveram relevância estatística no estudo desenvolvido. Conforme o estudo deste último autor, a população possui relação inversa com a rejeição das contas, de forma que quanto maior o número de habitantes, menor a probabilidade de rejeição, indicando que as grandes metrópoles tendem a ter suas contas aprovadas em comparação a municípios menores, o que não foi constatado com esta pesquisa.

Assim, verifica-se que, considerando a amostra analisada, tanto os pequenos municípios, quanto os mais populosos têm condições de gerir seus recursos de forma eficiente a fim de terem suas de contas de governo aprovadas pelos tribunais de contas.

5. CONCLUSÃO

O trabalho alcançou objetivo uma vez que expôs e analisou as principais variáveis diretamente relacionadas a rejeição das contas perante o TCM/BA, contribuindo para melhor entendimento do fenômeno estudado, e podendo servir para a elaboração de estratégias e políticas mais eficazes para a fiscalização das contas e para os gestores quanto uma melhor administração dos recursos tendo em vista prestação de contas anuais.

Sabidamente, o Brasil é um país que sempre sofreu com ingerências de finanças públicas e escândalos de corrupção, fazendo com que instituições fiscalizadoras fossem ganhando cada vez mais relevância para controle e maior eficiência da gestão do patrimônio público, sendo os tribunais de contas são os órgãos mais imponentes neste sentido.

Presentes em todas as esferas do poder executivo, atua de forma autônoma e funcional no auxílio do poder legislativo. Na esfera municipal, sua relevância é ainda mais notável, visto que são necessárias análises mais minuciosas diante da complexidade e amplitude dessas unidades, além de maior influência política que pode ser observada tanto no desempenho da gestão quanto

no julgamento do legislativo. Não obstante, a constituição federal concedeu um poder decisório ainda maior para esses tribunais no julgamento das contas municipais, uma vez neste âmbito, o parecer prévio somente não prevalecerá caso haja oposição de dois terços da câmara.

Diante desse contexto, o presente estudo buscou identificar quais indicadores de gestão e características socioeconômicas possuem maior poder explicativo da rejeição das contas municipais pelo parecer prévio do TCM/BA. Para tal, foi realizado um levantamento nos 417 municípios da Bahia, no período de 2016 a 2020, acarretando em 1360 observações. O tratamento desses dados foi realizado através do modelo estatísticos de regressão logística binárias, correlacionando o resultado do parecer prévio da amostra estudada com os indicadores utilizados como variáveis explicativas.

Através da base de dados, foi possível verificar que nenhum dos 417 municípios tiveram suas contas plenamente aprovadas, sendo a maioria aprovada com ressalva e as restantes rejeitadas, indicando uma certa fragilidade de gerenciamentos por parte do poder executivo. Além disso, as variáveis socioeconômicas apresentaram a existência de uma significativa desigualdade populacional e de distribuição de riquezas, de modo que grande parte da população e do produto interno bruto do estado está concentrado em uma pequena quantidade dos municípios.

Já os resultados do modelo estatístico apontaram três variáveis como influentes na decisão do parecer prévios do TCM/BA. A primeira dessas é o índice de despesas de capital, que apontou correlação negativa com a variável dependente, indicando que maiores despesas desta categoria levam a menores chances de rejeição. Esse resultado pode está relacionado a baixa complexidade de investimento custeados pelos municípios, já que a tendência é que obras que demandam maiores recursos são realizadas pelo governo estadual ou federal, fazendo com que os municípios sejam responsáveis por procedimentos mais simples, estando menos suscetível a irregularidades.

Outra variável que obteve significância estatística foi a despesa com pessoal, apontando correlação positiva com a rejeição das contas perante o TCM/BA, sendo a que apresentou maior influência no julgamento do tribunal. Tal resultado era o esperado, considerando que o poder municipal possui maior diversidade de serviços que precisam serem ofertados ao público e que

naturalmente acarreta e um vasto quadro de pessoal, impactando em um alto volume de recursos destinados ao gasto com pessoal.

Além disso, o funcionarismo público possui vários problemas ligados a irregularidades, como funcionários “fantasma”, nepotismo e afins, e deficiências técnicas, devido ao rígido sistema de vínculos empregatícios, que faz com que dificulte a desvinculação de funcionários com baixa produtividade, acarretando a necessidade de mais funcionários para suprir a demanda.

Por fim, a terceira e última variável com significância estatística foi o endividamento com relação positiva, indicando que o aumento do endividamento resulta em uma maior chance de rejeição das contas. A utilização dessa fonte recurso necessita de habilidades e conhecimentos suficientes para serem tomadas as melhores escolhas e não comprometerem a saúde financeira do ente, dado os riscos e as consequência que os encargos financeiros dessas dívidas poderem impactar nas contas, evidenciando uma sensibilidade deste quesito quanto a eficiência administrativa.

No tocante aos indicadores socioeconômicos analisados, não foi identificado correlação estatística em níveis de significância aceitável. Isto indicar que características dos municípios como população e PIB não são determinantes para o julgamento do TCM, de modo que tanto os municípios pequenos como as grandes metrópoles têm condições de gerir seus recursos de forma condizente com a sua capacidade financeira e econômica.

Quanto sugestões para trabalhos futuros, indica-se a reprodução das pesquisas em outros estados brasileiros, principalmente em estados que não possuem tribunais de contas próprios dos municípios, para comparação dos principais fatores influentes.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Constituição (1989). **Constituição do Estado da Bahia.** Disponível em: < http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/constituicao-do-estado-da-bahia-de-05-de-outubro-de-1989>. Acesso em: 10 set. 2023.

_____. **Lei Complementar n.° 6, de 06 de dezembro de 1991.** Disponível em: <https://www.tcm.ba.gov.br/wp-content/uploads/2015/02/LeiOrganica.pdf>. Acesso em: 14 set. 2023.

BARBOSA, Antonio Blecaute Costa. **A legitimidade do gasto governamental no Brasil: as condições de possibilidade do controle externo pelo Tribunal de Contas da União após a Constituição Federal de 1988**. 2018. 268 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

BRASIL. Apresentação: **Visão geral acerca do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro.** Siconfi. 2014. Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/conteudo/conteudo.jsf?id=21>. Acesso em 14 set. 2023.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 ago. 2023.

_____. **Lei Complementar n° 101, 4 de maio de 2000.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 9 out. 2023.

CABRAL, Flávio Garcia. O Tribunal de Contas da União é um órgão político? **Revista de Investigações Constitucionais,** Curitiba, v. 7, n. 1, p. 237-284, jan./abr. 2020.

COSTA, Rafael Neubern Demarchi. **Controle formal x Controle por resultados no âmbito dos Tribunais de Contas.** Cadernos da Escola Paulista de Contas Públicas, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 04-16, ago. 2018.

COUTINHO, Doris de Miranda; SANTOAS, Aline Sueli de Salles. O papel do Tribunal de Contas frente à accountability. A&C - **Revista de Direito Administrativo & Constitucional.** Belo Horizonte, v. 18, n. 72, p. 209-233, abr./jun. 2018.

FÁVERO, Luiz Paulo Lopes; BELFIORE, Patrícia Prado. **Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com excel, SPSS e stata**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2009.

FERNANDES, Antônio Alves Tôrres *et al*. Leia este artigo se você quiser aprender regressão logística. **Revista de Sociologia Política**, [S.l], v. 28, n. 74, p. 2-20, 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2017.

GUJARATI, Damodar N; PORTER, Dawn C. **Econometria Básica**. 5 ed. São Paulo: AMGH Editora LTDA., 2011.

HELLER, Gabriel. Diálogos institucionais e participação social: a legitimidade do tribunal de contas no controle de políticas públicas. **Revista direito das políticas públicas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 148–171, 2020.

HOSMER, David W., LEMESHOW, Stanley. **Applied Logistic Regression.** 3 ed. New Jersey-EUA: Jonh Wiley & Sons, Inc. 2013.

KAUARK, Fabiana da Silva.; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa: guia prático.** Itabuna. Editora-BA: Via Litterarum, 2010.

MACIEIRA, Fabricio Carvalho. Determinantes do Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em Relação às Contas das Prefeituras Municipais**. In: Anais do Congresso USP Controladoria e Contabilidade**, 13, 2016.

MARTINS, Lucas Candeia *et al*. Controle Externo das Contas Públicas: A Influência Política no Julgamento das Contas dos Prefeitos do Estado de Pernambuco. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 162-176, jan/abr, 2020.

MILANEZI, Angelo Ricardo; MONTE-MOR, Danilo Soares. O Efeito da Utilização de Créditos Adicionais Suplementares no Julgamento das Contas Anuais dos Municípios Capixabas. In: **Anais do Congresso Anpcont**, 11, 2017.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas *et al*. Pesquisa quantitativa e/ou qualitativa: distanciamentos, aproximações e possibilidades. **Revista Sustinere.** Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 414-430, jul-dez, 2019.

NETO, José Barbosa do Prado *et al*. Características dos municípios e as irregularidades apontadas pelo controle externo estadual: evidências empíricas para o Estado de Mato Grosso. **Revista de Ciências Contábeis**, Cuiabá, v. 12, n. 23, p. 1-20, jan/jun, 2021.

NÓBREGA, Mariane Bezerra; ARAÚJO, Rodrigo Leite Farias de. Accountability em pareceres prévios do tribunal de contas da Paraíba: um estudo empírico com base nos municípios de Campina Grande e João Pessoa – PB. **Revista Holos**, [S. l], v.5, p. 1–14, 2019.

PRATI, Ronaldo Cristiano; BATISTA, Gustavo Enrique; MONARD, Maria Carolina. Curvas ROC para avaliação de classificadores. **IEEE Latin America Transactions**, [S.l], v. 6, n. 2, p. 215-222, jun. 2008.

SALMITO, Rachel Bessa. **Análise dos determinantes da reprovação das contas dos gestores municipais no Estado do Ceará.** 2018. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) **-** Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade - FEAAC, Programa de Economia Profissional - PEP, Universidade Federal do Ceará - UFC, Fortaleza (CE), 2018.

SANTOS, Lyndon Jhonson Soares dos, *et al*. Fatores que Influenciam a Probabilidade de Rejeição das Contas de Governo dos Municípios

Pernambucanos. **Revista contabilidade, gestão e governança,** Brasília, v. 26, n.1, p. 121-152, jan.-abr. 2023.

SILVA, Gabriella Wyara Lopes da, *et al.* Determinants of the approval of the annual accounts of the municipalities by the Audit Courts: an analysis based on the Human Capital Theory. **Revista Capital Científico**, [S.l], v. 18, n. 1, jan/mar. 2020.

SILVA, Lindomar *et al.* Governança Pública e Eficiência Municipal: um Estudo a Partir das Decisões do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia no período 2009-2015. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador, v.17, p. 1-18, 2023.

SILVA, Moacir Marques da. O parecer prévio como instrumento de publicidade das contas públicas. **Revista Parlamento de Itapevi Democracia e Cidadania**, Itapevi-SP, v. 1, n. 1, p. 48-60, 2020.

TIOSSI, Fabiano Martin; CEZANE, Fernanda Alves; CASTRO, Patricia Cardoso Medeiros de. External control in public finance management. **Brazilian Journal of Production Engineering**, São Mateus-ES, v. 6, n. 2, p. 24-39, Edição Especial “Gestão Pública”, 2020.

ANÁLISE DOS MOVIMENTOS RETÓRICOS EM RESUMOS DE ARTIGOS CIENTÍFICOS BASEADA NO MODELO SWALESIANO

Carla Navarro Costa
Doutoranda em Ciências da Linguagem
Universidade de Pernambuco – UPE

Isolda Alexandrina Silva Beserra
Doutoranda em Ciências da Linguagem
Universidade de Pernambuco – UPE

Lusineide Carmo Andrade de Lacerda
Doutoranda em Ciências da Linguagem
Universidade de Pernambuco – UPE

Mariana Linard de Oliveira
Doutoranda em Ciências da Linguagem
Universidade de Pernambuco – UPE

Zaira Dantas de Miranda Cavalcanti
Doutoranda em Ciências da Linguagem
Universidade de Pernambuco – UPE

Benedito Gomes Bezerra
Doutor em Linguística
Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP

RESUMO: O presente estudo objetiva investigar a organização retórica do resumo acadêmico de artigos científicos, com a temática da surdez, e publicados dentro da comunidade discursiva dos pesquisadores da área da educação especial e pedagogia em geral. Consiste numa pesquisa que visa aprofundar a análise da estrutura retórica de resumos, baseada nos estudos de Swales (1990). O *corpus* foi composto por cinco resumos de respectivos cinco artigos científicos, publicados em periódicos bem avaliados (qualis A2 e A3). Fundamentamo-nos nas perspectivas teórico- metodológicas swalesianas, da linha da sociorretórica de análise de movimentos retóricos de resumos de Bhatia (1993); e, Bezerra (2022) em relação ao aporte teórico do conceito de resumo e aprofundamento da análise. Evidenciou-se nos resultados que os movimentos e passos retóricos previsíveis são recorrentes na amostragem analisada, com utilização das 04 estratégias (*moves*) do modelo adotado na análise. Espera-se que este trabalho possa contribuir com os estudos retóricos em resumos de artigos científicos e

salientamos a necessidade de pesquisas em textos acadêmicos na área da educação especial/surdez.

Palavras-Chave: Resumos acadêmicos. Movimentos retóricos. Sociorretórica. Modelo swalesiano.

ABSTRACT: The present study aims to investigate the rhetorical organization of the academic summary of scientific articles, with the theme of deafness, and published within the discursive community of researchers in the area of special education and pedagogy in general. It consists of research that aims to deepen the analysis of the rhetorical structure of summaries, based on studies by Swales (1990). The corpus was composed of five summaries of five respective scientific articles, published in well-evaluated journals (qualis A2 and A3). We are based on Swalesian theoretical-methodological perspectives, along the lines of sociorhetoric analysis of rhetorical movements of summaries by Bhatia (1993); and, Bezerra (2022) in relation to the theoretical contribution of the concept of summary and in-depth analysis. It was evident in the results that predictable rhetorical movements and steps are recurrent in the sample analyzed, using the 04 strategies (moves) of the model adopted in the analysis. It is hoped that this work can contribute to rhetorical studies in summaries of scientific articles and we highlight the need for research in academic texts in the area of special education/deafness.

Keywords: Academic abstracts. Rhetorical moves. Sociorhetoric. Swalesian model.

1. INTRODUÇÃO

Por ser a universidade o ambiente mais propício para a produção de novos conhecimentos e sua consequente divulgação estar atrelada à publicações e apresentações na área de estudo em que se insere o discente pesquisador, manifestadas através de diversos gêneros, tais como, o projeto de pesquisa, o artigo acadêmico, a resenha e o resumo, vem crescendo a necessidade de se pesquisar acerca de todos os aspectos que envolvem os gêneros acadêmicos. Nesse âmbito, as produções acadêmicas tornam-se imprescindíveis para o estabelecimento da relação de poder entre membros da determinada comunidade discursiva, de acordo com Bhatia (1993), pois percebe-se que na produção de um gênero acadêmico, membros mais experientes apresentam domínio com “as convenções estabelecidas acerca de seus propósitos, modos de construção e usos” (Bezerra, 2022, p. 99), em detrimento daqueles mais iniciantes.

Destarte, compreender e conhecer tais formas, regras, normas e usos para se elaborar textos que se encaixem nesses propósitos e formalizações estabelecidas pelas comunidades discursivas em que o escritor está inserido é em que consiste o domínio acadêmico na escrita/produção de um gênero acadêmico. Dentre esses gêneros acadêmicos, é consenso entre os pesquisadores que o artigo científico ocupa uma posição prestigiada e nessa perspectiva investigamos aqui nesse estudo os movimentos e passos retóricos de resumos de artigos científicos com a temática sobre a surdez e que foram publicados em periódicos considerados de alta relevância e excelência na comunidade discursiva para a qual foram produzidos.

O resumo atende a uma especificidade dentro do artigo científico, texto maior no qual se encontra inserido, que é servir como um antecedente deste texto que o acompanha. Parafraseando Bezerra (2022), o resumo seria o gênero do planejamento do artigo, pois deve apresentar, de forma sintetizada, algumas das principais ideias desenvolvidas no artigo científico. Por isso a relevância de investigá-lo dentro de um contexto específico a que se propõe esta pesquisa: artigos aprovados para a publicação em periódicos com excelente avaliação no sistema da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), qualis A2 e A3, o que confere uma expectativa de alta performance de textos acadêmicos.

Muitas pesquisas, atualmente, foram realizadas com intuito de aprofundar a análise da estrutura retórica de resumos de artigos científicos. Um desses trabalhos foi realizado por pesquisadores que têm como foco as estratégias de organização retórica, que são Gois e Bezerra (2021) quando investigaram resumos acadêmicos da iniciação científica do ensino médio, além de Mourão e Alves Filho (2021), num estudo em que compararam a organização retórica do gênero resumo de artigo acadêmico, em português e em francês, em dois periódicos de qualis B. As pesquisas acerca dessa organização de resumos, principalmente de artigos científicos, são contributivas e essenciais para familiarizar e aprimorar, num exercício até de autocrítica, na produção de gêneros acadêmicos para iniciantes e experientes, uma vez que o artigo científico, e consequentemente, o resumo de artigo científico, constituem-se como um elo numa cadeia de gêneros acadêmicos tão importantes para o profissional pesquisador, conforme Swales (2004).

Necessário se faz aprimorar ainda mais essas pesquisas e, nesse intuito, apresentamos uma análise de cinco resumos de artigos que tratam de pesquisas com ênfase na surdez, em suas peculiaridades, no âmbito da educação e da formação identitária dessas pessoas com essa condição de deficiência auditiva, o que lhes conferem nuances de desenvolvimento social escasso de estudo e aprofundamento teórico. Assim, esse material de produção acadêmica, fruto de pesquisas, atende a uma demanda de propósitos particulares coadunados aos propósitos socialmente reconhecidos. Fazer essa análise é relevante para verificarmos como os autores compreendem e praticam o resumo, como um gênero introdutório presente no artigo científico.

Partindo dessa premissa, este estudo objetiva investigar a organização retórica do resumo acadêmico de artigos científicos com a temática da surdez e publicados em periódicos bem avaliados (qualis A2 e A3), dentro da comunidade discursiva dos pesquisadores da área da educação especial e da pedagogia em geral. Nosso intuito é identificar e interpretar os movimentos retóricos retratando as estratégias retóricas efetivamente adotadas pelos autores dos resumos dos artigos que compõem o *corpus* desta pesquisa.

Ressaltamos, nessa pesquisa, que a metodologia está associada à análise dessas estratégias presentes na produção de pesquisadores da área da surdez e educação, que correspondem aos movimentos e passos retóricos previamente descritos pelo modelo CARS, de Swales (1990), difundido inicialmente para a análise de introdução, sendo posteriormente revisado e utilizado em análises de outros gêneros acadêmicos, e em específico, o resumo do artigo, por diversos pesquisadores, dentre eles: Bhatia (1993) e Oliveira (2017), sendo aqui feita a opção pelo de Bhatia (1993). Esperamos, portanto, que nosso estudo possa contribuir com futuras pesquisas nessa temática.

Por fim, apresentamos a organização retórica do nosso artigo, construído a partir da fundamentação teórica, enfatizando a abordagem sociorretórica do trabalho com o gênero resumo acadêmico e destacando o gênero em foco: resumos de artigos científicos; seguida da descrição dos procedimentos metodológicos e com o detalhamento do *corpus* analisado; evidenciando, posteriormente, a análise do *corpus* e discussão dos resultados; e, por fim, as considerações finais foram registradas.

2. A ABORDAGEM SOCIORRETÓRICA DO TRABALHO COM O GÊNERO RESUMO ACADÊMICO

A partir dos diversos conceitos de gênero existentes, ancoramos nossa pesquisa na abordagem sociorretórica de linha swalesiana. A escolha pelo gênero acadêmico, e mais especificamente, pelo objeto de estudo dessa análise, que se configura em resumos de artigos científicos publicados em periódicos considerados e reconhecidos com alta relevância na área disciplinar em que se inserem, enfatiza a proposta de Swales (1990) ao inter-relacionar três conceitos-chave que são: uma manifestação do gênero acadêmico (resumo), o propósito comunicativo socialmente convencionado para o gênero e a comunidade discursiva na qual se insere. Bezerra (2022, p. 78) aborda o conceito swalesiano de gênero amplamente difundido e nunca abandonado pelos estudiosos em geral, ao exemplificar a identificação do gênero resenha, afirmando que

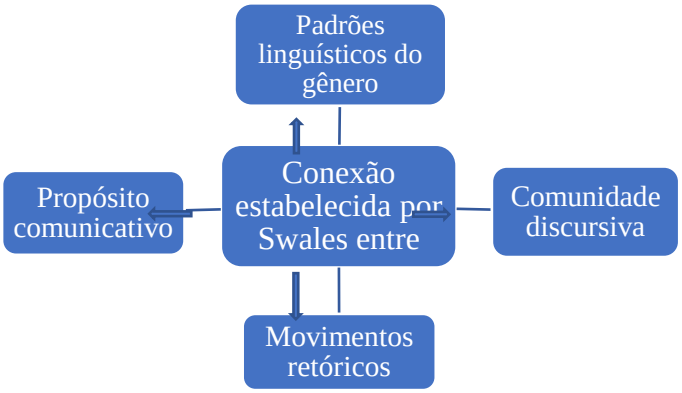
> (...) é consequência da ocorrência de certo conjunto de eventos comunicativos em que textos com características similares são produzidos e desempenham um papel central na interação. (...) Ao salientar os eventos comunicativos e não apenas a produção linguística, Swales (1990) foge à caracterização do gênero como mero critério de classificação de textos. De acordo com sua definição, um evento comunicativo deve ser entendido como uma situação em que a linguagem desempenha um papel tanto significativo quanto indispensável, porém inclui 'não apenas o próprio discurso e seus participantes, mas também o papel desse discurso e o ambiente de sua produção e recepção, inclusive suas associações históricas e culturais'.

Esse conceito de gênero, que fora apresentado em sua obra *Genre Analysis* (1990), foi retomado pelo próprio Swales (2004), embora ressaltamos aqui que a definição anterior continua fundamentando e influenciando os estudos de pesquisadores no Brasil, pois além da sua teoria, a metodologia de análise de movimentos retóricos (*move analysis*) vem sendo amplamente utilizada nas pesquisas e diversos trabalhos, especificamente, com os gêneros acadêmicos. Essa metodologia é utilizada aqui neste estudo e será detalhada mais adiante, pois compreendemos que é notório o caráter pedagógico desse modelo proposto por Swales.

Fundamentada nas ideias e considerações de Swales sobre o gênero, esta pesquisa corrobora os estudos de Devitt (2015) ao enfatizar a aproximação entre retórica e linguística estabelecida na abordagem swalesiana, delineada pela

autora como uma abordagem interativa no ensino do artigo científico, ao identificar padrões textuais (linguística) em diversos exemplares de um mesmo gênero provocando assim (retórica) a evidenciação de estratégias retóricas, o que a pesquisadora propõe denominá-la como estudos retórico-linguísticos de gênero (Bezerra, 2022: 76), conexão esta retratada na figura abaixo:

Figura 1: Estudos linguístico-retóricos de gênero (baseado em Devitt, 2015)



Fonte: Elaboração da autora

Nessa “atualização” de concepção de ensino de gênero a autora ressalta a necessidade de desenvolver nos alunos a consciência crítica dos gêneros. Para Bezerra (2022, p. 76), esse aspecto da abordagem de Swales “a torna peculiar por permitir um tratamento equilibrado tanto do texto quanto do contexto (e do discurso) na análise de gêneros”.

Embora Swales, em 1990, tenha focado, em sua primeira definição de gênero, no propósito comunicativo como o critério principal para o reconhecimento de um gênero, anos depois, em sua obra *Research Genres: Explorations and Applications*, de 2004, ele revisitou a compreensão de gênero, principalmente, em relação às noções de propósito comunicativo, ao constatar que podem haver “múltiplos propósitos comunicativos que, em dadas circunstâncias de uso dos gêneros, não são evidentes à primeira vista.” (Biasi-Rodrigues, 2007, p. 732). Ainda assim, a compreensão do propósito comunicativo continua sendo fundamental para a abordagem sociorretórica.

Fundamentamo-nos também em Bhatia (1993) ao trazer um conceito de gênero a partir do propósito comunicativo como um aspecto privilegiado no reconhecimento deste. Para Bhatia (1993),

> o gênero é um exemplo de realização bem sucedida de um propósito comunicativo específico, usando um conhecimento convencional de recursos linguísticos e discursivos. Visto que cada gênero, em certos aspectos, estrutura o estreito mundo da experiência ou realidade de um modo particular, a implicação é a de que a mesma experiência ou realidade vai requerer um modo diferente de estruturação, se for para operar em um gênero diferente. (BHATIA, 1993, p. 116)

Nessa sua obra, Bhatia (1993), para além de definir gênero, apresenta uma análise do papel do propósito comunicativo no trabalho com gêneros e define resumo, gênero acadêmico aqui escolhido como foco da análise, como gênero e não apenas como seção do artigo. Em suas pesquisas do trabalho do resumo numa perspectiva sociorretórica, definiu que um exemplar era considerado um bom resumo caso contivesse essas quatro informações: o que o autor fez, como fez, o que descobriu e o que concluiu, originando assim, baseado em Swales (1990; 2004), quatro movimentos (*moves*) relacionados com os passos retóricos (*steps*), conforme apresentados no quadro abaixo:

Quadro 1: Organização retórica de resumos de artigo científico, segundo Bhatia (1993)

Movimento retórico (*MOVES*)	Passos retóricos (*STEPS*)
M1: Introduzir o propósito	E1: Indicando intenção, tese ou hipótese do autor e/ou
	E2: Apontando objetivos da pesquisa e/ou
	E3: Apresentando um problema de pesquisa
M2: Descrever a metodologia	E1: Informando o *corpus*, procedimentos ou métodos e/ou
	E2: Indicando o escopo da pesquisa
M3: Sintetizar os resultados	E1: Fazendo observações sobre o estudo e/ou
	E2: Mencionando achados e/ou
	E3: Sugerindo soluções para o problema
M4: Apresentar conclusões	E1: Interpretando os resultados e/ou
	E2: Fazendo inferências e/ou
	E3: Indicando implicações e aplicações

Fonte: Bezerra, 2022

A partir da concepção de Swales sobre gênero e de sua criação do modelo CARS (*Create a Research Space*) – criar um espaço para a pesquisa – adotado para o gênero introdução, vários autores se apropriaram do caráter didático desse modelo para estender o estudo para outros gêneros acadêmicos, a exemplo de

Bhatia, que primeiro adotou essa proposta metodológica para o gênero resumo de artigo científico.

Propomo-nos aqui a adotar como objeto de análise resumos de artigos científicos sobre o tema da surdez, o que incide na definição de comunidade discursiva que completa a tríade teórica de Swales, inter-relacionada com os gêneros e seus propósitos comunicativos.

3. O GÊNERO EM FOCO: RESUMOS DE ARTIGOS CIENTÍFICOS

Pesquisadores da análise de gêneros têm atribuído destacável atenção à produção dos gêneros acadêmicos, buscando entender os aspectos recorrentes em sua elaboração e uma amostra desse trabalho é a diversidade de pesquisa no Brasil no que tange à análise dos movimentos retóricos de resumos de artigos científicos. Dentre essas pesquisas destacamos os estudos de Biasi-Rodrigues (1998), em sua investigação de tese a partir de resumos de dissertações de mestrado na área de Linguística; além de sua pesquisa intitulada “O gênero resumo: uma prática discursiva de comunidade acadêmica” (2009); e, Motta-Roth e Hendges (2010) numa perspectiva de um estudo interdisciplinar, perpassando por diferentes áreas do conhecimento.

No bojo dessas pesquisas, e de outras tantas nessa linha teórico-metodológica, evidencia-se a concepção de gênero swalesiana e de análise de movimentos retóricos do gênero resumo (*abstract*), inicialmente concebidas para a análise da introdução. Nesse sentido, focamos nossas análises nesse gênero acadêmico já consolidado (o resumo do artigo científico publicado), veiculado em periódicos com notória avaliação e relevância para uma determinada comunidade discursiva (pesquisadores da educação especial).

Dentro do meio acadêmico, a escrita de textos científicos, como artigos, é uma prática recorrente e necessária aos estudantes, pesquisadores e professores, objetivando publicar, principalmente, resultados das suas pesquisas científicas, geralmente em revistas especializadas. Segundo Motta-Roth e Hendges (2010), o resumo assume um formato diminuto daquele texto que o acompanha, geralmente o artigo científico, sendo no meio acadêmico utilizado pelos leitores como forma de se ter acesso mais rápido às informações diante da necessidade que esses

têm de se atualizarem, além de ocorrer no menor tempo possível leituras variadas. As autoras também ressaltam a semelhança na organização retórica dos artigos científicos e os resumos de artigos científicos, com algumas poucas variações.

Nessa premissa da organização retórica desses gêneros, Bezerra (2022) enfatiza que para o estudante produzir/escrever um artigo científico, deverá iniciar compreendendo "as estratégias retóricas e os propósitos comunicativos que justificam a existência do resumo" (p. 199), pois

> É a primeira oportunidade que o estudante tem de organizar sistematicamente as ideias que pretende desenvolver no artigo científico, em termos de tema, objetivos, métodos, abordagem teórica e resultados esperados, entre outros aspectos possíveis. É sempre interessante para o aluno pensar que as estratégias retóricas, as informações esperadas e as formas de organizá-las no artigo são 'as mesmas' do resumo, como dizemos meio a sério, meio brincando. Na realidade significa dizer que o conhecimento do resumo como gênero é, em muitos aspectos, proveitoso para o aprendizado do artigo científico.

Por contribuir para informar acerca do conteúdo e temática tratados no artigo (texto que acompanha), o resumo assume um papel relevante na investigação de movimentos retóricos de distribuição de informações que apresentam estudos e/ou resultados de pesquisas no meio acadêmico. Nesse sentido, Biasi-Rodrigues (1999, p. 31) afirma que

> a escolha de um determinado gênero e a sua utilização são determinadas pelas instâncias sociais de uso: necessidades imediatas dos interlocutores, objetivos e efeitos pretendidos pelo produtor e convenções que regulam cada evento comunicativo.

Neste estudo, em consonância com o trabalho de Biasi-Rodrigues (1998) e de Motta-Roth e Hendges (2010), fundamentamo-nos na relação existente entre os propósitos comunicativos manifestados no gênero e os movimentos e passos retóricos (*moves e steps)* percebidos no texto (Swales, 1990; 2004) e Bhatia (1993). Esse modelo de análise de movimentos retóricos considera que os movimentos retóricos (moves) e seus passos retóricos relacionados exibem o(s) propósito(s) comunicativo(s) que uma comunidade compartilha, reconhecidos pelos componentes especializados da comunidade discursiva.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foram analisados cinco resumos de artigos científicos publicados em periódicos brasileiros indexados no banco de dados do Portal de Periódicos da CAPES com qualis entre A2 e A3, conforme verificação online no sistema Qualis de avaliação de periódicos da plataforma Sucupira, que consiste numa ferramenta da CAPES que reúne informações e serve de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Dentre esses cinco artigos, três foram publicados na Revista Educação Especial/UFSM, em anos diferentes (2019, 2020 e 2022) e, embora a avaliação da edição 2022 não tenha ainda sido disponibilizada nesse portal da CAPES, pois a mais recente versão da classificação **Qualis** é relativa ao quadriênio 2017-2020, pode-se afirmar que esse periódico vem sendo avaliado sempre com o qualis A2. Os outros dois periódicos referem-se à Revista de Educação PUC-Campinas, de 2021, que possui qualis A3 (2017-2020); bem como, à Revista Espaço do Currículo GEPPC/UFPB -2022, também com qualis A3 (2017-2020), e se enquadram no mesmo caso do periódico anteriormente citado, por não ter ainda sido disponibilizado este evento de classificação (2021 e 2022).

Este *corpus* da pesquisa é constituído por resumos de artigos científicos que têm como temática a área da surdez por ser esse tema o foco de estudo e leituras da pesquisadora em sua elaboração do projeto de tese que hodiernamente esta tem se debruçado.

A metodologia de análise segue o modelo proposto por Swales (1990), e seu modelo teórico metodológico, o modelo CARS. Para a realização das análises, apoiamo-nos no modelo de organização retórica de resumos acadêmicos desenvolvido por Bhatia (1993). Foi adotado esse modelo no sentido de verificar a organização dos movimentos retóricos dos resumos do gênero artigo produzido por pesquisadores e publicados em periódicos da área.

Foram utilizados os códigos “RA” (Resumo de Artigo) acompanhados dos algarismos arábicos em ordem crescente (RA1, e assim sucessivamente, com uma ordem aleatória de publicação, não cronológica). Optamos por não divulgar a autoria de cada resumo/artigo selecionado para o nosso estudo. Além disso, esses resumos tiveram seus passos retóricos (E) discriminados com cores distintas, tendo sido utilizada uma cor para cada recorrência que pudesse ser identificada como um possível passo retórico (*steps*). As recorrências destacadas por cor por meio de uma análise comparativa entre os resumos foram:

Quadro 02: Discriminação por cor utilizada nas recorrências interpretadas como passos retóricos (*steps*) em cada movimento (*moves*)

Movimento retórico	Estratégia retórica	Cor escolhida
M1: Introduzir o propósito	E1: Indicando intenção, tese ou hipótese do autor e/ou	Amarelo
	E2: Apontando objetivos da pesquisa e/ou	Verde claro
	E3: Apresentando um problema de pesquisa	Vermelho
M2: Descrever a metodologia	E1: Informando o *corpus*, procedimentos ou métodos e/ou	Azul claro
	E2: Indicando o escopo da pesquisa	Cinza escuro
M3: Sintetizar os resultados	E1: Fazendo observações sobre o estudo e/ou	Verde musgo
	E2: Mencionando achados e/ou	Cinza claro
	E3: Sugerindo soluções para o problema	Violeta
M4: Apresentar conclusões	E1: Interpretando os resultados e/ou	Rosa
	E2: Fazendo inferências e/ou	Azul escuro
	E3: Indicando implicações e aplicações	Verde escuro

Fonte: Elaborado pela autora

A ordem dos resumos apresentada na análise seguiu a mesma ordem de postagem no Portal de periódicos da CAPES, que por sua vez, não apresentou uma ordem cronológica das publicações. Abaixo apresentamos (quadro 03) a listagem dos artigos publicados com a identificação dos periódicos e ano de publicação, além do qualis e ordem de análise dos respectivos resumos.

Quadro 03: Ordenação dos resumos analisados e identificação dos periódicos

ORDEM DE ANÁLISE	TÍTULO ARTIGO PUBLICADO	ANO DE PUBLICAÇÃO	PERIÓDICO E QUALIS (2017-2020)
1	Surdez, educação e trabalho	2020	Revista Educação Especial/UFSM – A2
2	Interseccionalidades e surdez	2022	Revista Espaço do currículo/UFPB – A3
3	Revisão de literatura: surdez e identidades interseccionais	2021	Revista de Educação/PUC Campinas – A3
4	Significados de surdez segundo professores de Venturosa no Agreste pernambucano	2022	Revista Educação Especial/UFSM – A2
5	As concepções de surdez na voz dos intérpretes de Libras	2019	Revista Educação Especial/UFSM – A2

Fonte: Elaborado pela autora

Observou-se que a busca no portal dos periódicos da CAPES assume um procedimento razoavelmente fácil para se alcançar os resultados, bastando apenas digitar na barra de pesquisa a palavra “surdez” e alguns artigos e materiais foram exibidos sem nenhuma ordem cronológica ou de avaliação do qualis de cada um. Os cinco resumos analisados a partir da marcação por cores dos movimentos e passos retóricos utilizados em cada um foram registrados na seção Apêndice, identificados por letras (*Apêndice A, Apêndice B, etc.)*. Optou-se por não expor a identificação dos autores dos resumos dos artigos selecionados.

5. DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ao se destacar os movimentos e passos retóricos em cada uma da amostragem selecionada (cinco resumos de artigos) foi se compondo um quadro, assinalando na cor vermelha, para cada passo retórico percebido no texto analisado, conforme pode ser visualizado no quadro a seguir.

Quadro 04: Organização retórica de resumos de artigo científico

ORGANIZAÇÃO RETÓRICA DE RESUMOS DE ARTIGO CIENTÍFICO					
MOVE 1:INTRODUZIR O PROPÓSITO	RA1	RA2	RA3	RA4	RA5
E1: Indicando intenção, tese ou hipótese do autor e/ou	■	■			■
E2: Apontando objetivos da pesquisa e/ou	■		■	■	
E3: Apresentando um problema de pesquisa		■			■
MOVE 2: DESCREVER A METODOLOGIA					
E1: Informando o *corpus*, procedimentos ou métodos e/ou	■	■	■	■	■
E2: Indicando o escopo da pesquisa	■	■		■	
MOVE 3: SINTETIZAR OS RESULTADOS					
E1: Fazendo observações sobre o estudo e/ou	■				
E2: Mencionando achados e/ou	■		■	■	
E3: Sugerindo soluções para o problema					■
MOVE 4: APRESENTAR AS CONCLUSÕES					
E1: Interpretando os resultados e/ou	■		■	■	■
E2: Fazendo inferências e/ou				■	■
E3: Indicando implicações e aplicações		■	■		

Fonte: Elaborado pela autora

Neste estudo, a partir da demarcação de recorrências das quais se pudessem depreender os passos retóricos usados pelos autores na elaboração do resumo, observamos que o RA2 não realiza nenhuma estratégia retórica do movimento 3, que consiste em “Sintetizar os resultados”. Em contrapartida, observou-se que os demais resumos apresentaram os quatro movimentos, na medida em que, realizam alguma ou algumas estratégia(s) retórica(s) relacionada(s) ao propósito comunicativo explícito na descrição do movimento (*move).* Essa ausência de movimento 3 não demarca nenhuma inadequação ou erro na elaboração do gênero resumo acadêmico pois os autores podem ter optado em realizar esse movimento retórico em outra seção introdutória, como a introdução, ou até mesmo na seção de análise de resultados.

Destarte, além de detectarmos a não realização do movimento 3 em um dos resumos, percebeu-se também que o passo retórico menos frequente está contemplado neste mesmo movimento (Sintetizar os resultados), ao observarmos uma única realização da estratégia E3, que trata da sugestão de soluções para o problema. Isso pode estar relacionado à baixa frequência da realização da estratégia que apresenta um problema da pesquisa, do movimento 1, pois apenas foi detectada em dois dos cinco resumos analisados, o que pode ser avaliado como uma opção desses autores em explicitar a problematização em outras seções do artigo, enfatizando a solução desse problema.

A partir da observação desses movimentos e passos retóricos executados nesses cinco resumos podemos afirmar que este resultado coaduna com o escopo do modelo adotado nesta análise. Podemos também depreender, ao analisar os dados acima, que a E1 do movimento 2 (informa corpus, procedimentos ou métodos da pesquisa) foi adotada em todos os cinco resumos, isto se deu por, provavelmente, essa estratégia contemplar três ações muito comuns explicitadas na metodologia, visto que foi destacada a apresentação de qualquer um dos três aspectos aí postos na E1 do M2 (*corpus*, procedimentos ou método), o que ocasionou uma incidência maior e chances de detectar esse passo retórico em todo o material analisado. Isso provavelmente demonstra a preocupação dos

autores dos resumos com a apresentação de pelo menos um aspecto metodológico em seu texto de resumo.

O *corpus* analisado é considerado pertencente a um acervo de um nível de autoria e qualidade destacáveis no meio acadêmico e nesse sentido, de alguma forma, provoca no leitor (ou analista/pesquisador) uma expectativa de um encontro com um excelente texto, ainda que sejam “tratados como ‘exemplares’ não por serem intrinsecamente melhores que quaisquer outros, mas por terem sido aceitos pelos pares acadêmicos para publicação em um periódico prestigiado” (Bezerra, 2022, p. 203), nada tendo a ver com a realização de todos os movimentos retóricos, e consequente obediência aos movimentos e passos retóricos, previstos pelo modelo de análise, uma vez que, conforme Bezerra (2022) afirma acerca das análises da seção de introdução dos artigos de mestrandos e doutorandos, e que pode ser estendido às outras seções do artigo:

> (...) ressalta-se que não se trata de um modelo normativo e sim de uma ferramenta descritiva das práticas efetivas de construção das introduções de artigo. Ao aplicar o modelo a um texto, inclusive, avalia-se não tanto o texto e sim o modelo em sua capacidade descritiva. De forma alguma se presume que as introduções produzidas por pesquisadores experientes devem se amoldar ao modelo, mas deseja-se usá-lo para compreender as estratégias que esses pesquisadores utilizam ao escrever. (BEZERRA, 2022, p. 191)

Com relação ao movimento 3 (Sintetizar os resultados), quase a totalidade dos autores da amostra analisada opta por interpretar os resultados, pois apenas os autores do RA2 não realizaram esse movimento. Por fim, nota-se que os autores utilizam uma maior variedade de estratégias ao realizarem o movimento 2 (Descrever a metodologia), pois apenas dois resumos (RA3 e RA5) não realizaram o passo retórico de indicar o escopo da pesquisa.

Percebeu-se que existem passos que não são contemplados nesse modelo, como a contextualização, que aparece em 3 (RA2, RA3 e RA4) dos 5 resumos analisados, o que não configura nenhuma inadequação ou supressão ou acréscimo no modelo em tela, por não se tratar aqui de uma escolha de único modelo de análise de resumo existente nessa linha teórica. Outras adaptações a partir do modelo swalesiano, elaboradas por outros pesquisadores, como de Biase-Rodrigues (1998) e/ou Oliveira (2017), podem contemplar essa estratégia de contextualização.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, pretendeu-se cumprir com proveito a ação de investigar as estratégias retóricas e os movimentos retóricos de resumos de artigos científicos que tratam da temática da surdez com suas nuances de aspectos identitários e educação da pessoa surda, escrito por pesquisadores da área. A análise realizada a partir do modelo descritivo erigido na perspectiva swalesiana, e, sobretudo, a partir da aplicação e sistematização das estratégias retóricas, baseado no modelo retórico de Bhatia (1993) para resumos de artigos científicos, possibilitou a investigação de um corpus de 05 desses resumos.

Pôde-se depreender que há uma certa consolidação (recorrência de mais da metade) de movimentos e passos retóricos coerentes e previstos pelo modelo de análise, conforme tem demonstrado as análises sociorretóricas do gênero resumo/abstract de artigo acadêmico em várias outras pesquisas, tais como de Biasi-Rodrigues (1998) e Motta-Roth e Hendges (2010).

Ressalte-se aqui o que Bezerra (2022, p. 99) já nos ensinou sobre a aplicação de teorias e abordagens não serem absolutas e suficientes em si mesmas, mas devem ser “mescladas com outras para maior produtividade na pesquisa e aplicação ao ensino ou a outras finalidades”. Desse modo, pode-se afirmar que “a relevância da abordagem de John Swales reside principalmente em sua capacidade de abarcar o gênero tanto do ponto de vista mais contextual, retórico e sociológico, quanto do ponto de vista textual, linguístico e enunciativo” (Bezerra, 2022, p. 98), traduzindo um equilíbrio coerente que não é visto facilmente em outras teorias que optam pelo enfoque no texto e sua estrutura, outras só enaltecem os aspectos discursivos e ainda há aquelas que tendem para os aspectos sociológicos puramente dos gêneros.

O desenvolvimento do resumo dos cinco artigos é bastante similar entre si. Acreditamos que a teoria adotada em nossa pesquisa atende de forma satisfatória o objetivo do nosso trabalho.

Retomando às discussões teórico-metodológicas, constatou-se que as estratégias retóricas, nesse sentido, foram apontadas à ordem de apresentação dos passos seguido pelos autores e leitores de um gênero resumo de artigo científico, configurando, pois, as regularidades ou práticas recorrentes que o

constituem. Por fim, a formatação retórica dos 05 resumos de artigo científico possibilitou evidenciar quais as práticas discursivas recorrentes desses autores/pesquisadores na produção escrita do gênero resumo de artigo científico na temática da surdez.

Por fim, ressalta-se que a pesquisa aqui apresentada se propõe a contribuir para os estudos da organização retórica de resumos de artigos científicos, estes como gêneros acadêmicos privilegiados nas práticas de escrita na universidade, embora essa seja uma ação que vem constantemente sendo pesquisada e divulgada junto aos meios acadêmicos, por pesquisadores renomados da área da linguística. Salientamos a necessidade de aprofundamento de pesquisas dos movimentos retóricos de artigos acadêmicos da área da Educação especial/surdez.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Benedito Gomes. **O gênero como ele é (e como não é)**. 1. Ed. São Paulo: Parábola, 2022

BIASI-RODRIGUES, B. **Estratégias de condução de informações em resumos de dissertações**. 1998. 211f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

_____. O gênero resumo: uma prática discursiva na comunidade acadêmica. In: BIASI-RODRIGUES, Bernardete; ARAÚJO, Júlio César; SOUSA, Socorro Cláudia Tavares de (orgs.). **Gênero textuais e comunidades discursivas: um diálogo com John Swales.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

BHATIA, V. K. **Analysing genre: language use in professional settings.** London: Longman, 1993.

CAPES. Relatório do Qualis Periódicos, Área 38, Educação, 2019. Disponível: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/relatorio-qualis-educacao-pdf. Acesso em 02 mar. 2023.

_____. Portal de Periódicos da Capes. Disponível em: www.periodicos.capes.gov.br. Acesso em 10 fev. 2023.

DEVITT, A. J. Genre Performances: John Swales' Genre Analysisand Rhetorical-linguistic Genre Studies. **Journal of English for Academic Purposes**, n. 19, p. 44-51, 2015

GOIS, K, E, L de; BEZERRA, B. G. **Estratégias de organização retórica do resumo acadêmico da iniciação científica no ensino médio**. Letras em Revista, v. 12, n. 01, p. 189-205, jan./jun. 2021, Teresina. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/454-1-1219-1-10-20220408%20(2).pdf

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, G.R. **Produção textual na universidade.** São Paulo: Parábola Editorial, 2010. Série Estratégias de ensino.

MOURÃO, M. I. Z. N. da S. .; ALVES FILHO, F. Análise comparativa das organizações retóricas de resumos de artigos acadêmicos em português e francês. **Revista da ABRALIN**, *[S. l.]*, v. 20, n. 3, p. 1053–1072, 2021. DOI: 10.25189/rabralin.v20i3.1887. Disponível em: https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1887. Acesso em: 23 fev. 2023.

OLIVEIRA, J. H. P. **Análise de gêneros em contextos específicos: organização retórica e construção de sentidos no resumo de comunicação para eventos acadêmicos.** 2017. 198 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/975. Acesso em: 23 fev 2023

SWALES, J. M. **Genre analysis:English in academic and research settings.** Cambridge: University Press, 1990.

_____. **Research genres:explorations and applications.** Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

APÊNDICE A
Resumo do Artigo 1 (RA1)
SURDEZ, EDUCAÇÃO E TRABALHO

O presente trabalho tem como objetivo mostrar um panorama do estado da arte das produções acadêmicas, cuja temática relaciona a formação educacional dos surdos e sua atuação no mercado de trabalho, com a finalidade de obter um aprofundamento no processo investigativo da pesquisa de campo, que faz parte de uma pesquisa de Doutoramento, intitulada O surdo, a educação e o trabalho: uma análise dessa tríade no mercado de trabalho em Aracaju/Se. Para a realização da coleta de dados foi consultado o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O período da busca foi demarcado, inicialmente, pelo último ano em que estavam disponíveis as informações no Banco de Teses, ou seja, 2018, e retrocedendo-se cinco anos, temos como corte inicial o ano de 2014. No entanto, tendo identificado apenas uma produção relacionada a esta temática, foi realizada outra busca, de forma geral, sem delimitar período, com o intuito de obter um número maior de trabalhos publicados. Para a organização dos dados coletados e a fim de analisar o corpus encontrado, foram definidas duas categorias de análise: (i) tipos de pesquisa, e (ii) abordagem teórica. A sistematização dos dados foi feita a partir de quadros por considerar-se que os dados neles apresentados consolidam uma análise quantitativa e descritiva. A pesquisa em questão nos permite conhecer a não evolução das produções que relacionam surdez, educação e trabalho, pois a caracterização das produções aponta temas silenciados, evidenciando a necessidade de novas investigações na área.	M1: Introduz o propósito indicando intenção (E1) E apontando objetivo (E2) M2: Descreve a metodologia, informando *corpus* e procedimentos (E1) E indicando o escopo da pesquisa (E2) M3: Sintetiza os resultados fazendo observações(E1) e mencionando achados(E2) M4: Apresenta conclusões interpretando resultados (E1)

APÊNDICE B

Resumo do Artigo 2 (RA2)

INTERSECCIONALIDADE E SURDEZ

O artigo, com inspiração ensaística, compartilha experiências vivenciadas por dois professores atuantes no contexto da educação bilíngue de surdos, com um público formado por jovens e adultos, muitos dos quais trabalhadores. Relatamos acontecimentos e conversações com estudantes em situações de sala de aula e de encontros do projeto "Surdez e diferenças: interseccionalidades em foco", no qual colocamos em discussão, em rodas de conversa, nossas diferenças, nossas marcas de existência, em especial, as diferentes categorias que atravessam as corporalidades e histórias surdas: raça, gênero, condição social etc. No diálogo com essas experiências e acontecimentos, assim como com as narrativas de estudantes e as nossas próprias, problematizamos como diferentes sistemas de opressão se fazem presentes em nossas práticas pedagógicas e em nossas relações educativas, influenciando o processo de aprendizagem/ensino. Convidamos à escuta atenta e à reflexão sensível a partir das múltiplas vozes que compõem este texto, na busca da construção de uma educação bilíngue de/com surdos ética e esteticamente comprometida com práticas antirracistas e anticapacitistas.	M1: Introduz o propósito indicando intenção (E1) M1: Contextualização M2: Descreve a metodologia, informando *corpus* e procedimentos (E1) M1: Introduz o propósito, apresentando um problema (E3) M2: Descreve a metodologia, indicando o escopo (E2) M4: Apresenta conclusões, indicando implicações e aplicações (E3)

APÊNDICE C

Resumo do Artigo 3 – RA3

REVISÃO DE LITERATURA: SURDEZ E IDENTIDADES INTERSECCIONAIS

A surdez é mais investigada do que outras marcas identitárias, como gênero e raça, gerando a simplificação das identidades surdas e diminuindo a visibilidade das especificidades das outras pessoas também inseridas nesse grupo. O objetivo desta pesquisa é comparar o que tem sido produzido academicamente quanto à intersecção entre surdez, gênero e raça, quando as publicações mencionam os três marcadores sociais conjuntamente e quando mencionam apenas os dois primeiros. As buscas foram feitas nas bases de dados Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. A busca com foco na surdez e gênero foi denominada de Eixo 1 e a busca com foco na surdez, gênero e raça foi denominada de Eixo 2. O Eixo 1 resultou em seis publicações selecionadas e o Eixo 2 em três publicações. Percebeu-se que os estudos do Eixo 1 não realizaram o entrelace entre gênero e outros marcadores sociais de opressão, compreendendo o gênero como uma categoria autônoma. Os estudos do Eixo 2 mostraram que, além da raça, outros marcadores sociais atrelados à surdez não se sobrepõem, mas se interseccionam uns com os outros, e que a cada combinação há uma forma diferente de opressão sofrida pela mulher surda. Concluiu-se o quão importante é utilizar instrumentos conceituais que buscam analisar como as estruturas de opressão e de privilégio se entrelaçam e como exercem influência na vida e na construção das identidades das mulheres surdas.	M1: Contextualização M1: Introduz o propósito apontando objetivo da pesquisa (E2) M2: Descreve a metodologia, informando *corpus* e procedimentos (E1) M3: Sintetiza os resultados, mencionando os achados (E2) M4: Apresenta conclusões, interpretando os resultados (E1) e indicando implicações e aplicações (E3)

APÊNDICE D

Resumo do Artigo 4 – RA4

SIGNIFICADOS DE SURDEZ SEGUNDO PROFESSORES DE VENTUROSA NO AGRESTE PERNAMBUCANO

Este artigo é um recorte de uma dissertação que teve como objetivo compreender os significados de surdez construídos por professoras da cidade de Venturosa, visibilizando, desta forma, o Agreste pernambucano. Teoricamente, partimos do conceito de “significado”, entendido como construção socialmente compartilhado e constitutivo de modelos indutivos que possibilitam professores a lidar com o imprevisível em sala de aula. Consideram-se o campo em disputas das práticas pedagógicas com a população surda. Do ponto de vista metodológico, 49 professoras responderam a um questionário contendo dez questões abertas e uma escala Likert com 20 itens. Os dados ilustraram uma distância entre o conceito de surdez e a prática profissional de professoras que não convivem com pessoas surdas e/ou com pouca aproximação com a Libras. Estes resultados evidenciaram as posturas que fazem diferenciar a surdez e a deficiência auditiva: presença da fala oral, momento de aparecimento da surdez e nível/grau da audição. Notou-se também uma sensibilidade das participantes ao modelo inclusivo, apesar de uma dificuldade de implementação na educação regular e uma resistência à educação bilíngue (Português-Libras). A invisibilidade científica de regiões como o Agreste Pernambucano justifica estudos que denunciem a defasagem de formação, tanto inicial quanto continuada, longe das metrópoles. Nesse campo de disputas, as professoras lidam com suas defasagens, seus pertencimentos e uma prática que não consegue ser prescrita por completo, já que as “receitas” não funcionam.	M1: Contextualização M1: Introduz o propósito apontando objetivo (E2) M2: Descreve a metodologia, indicando o escopo da pesquisa (E2) E informando o corpus e procedimentos (E1) M3: Sintetiza os resultados, mencionando os achados (E2) M4: Apresenta conclusões, interpretando os resultados (E1) E fazendo inferências (E2)

APÊNDICE E

Resumo do Artigo 5 – RA5

AS CONCEPÇÕES DE SURDEZ NA VOZ DOS INTÉRPRETES DE LIBRAS

Os processos educacional e de inclusão de sujeitos surdos no ensino regular, muitas vezes estão resumidos à presença do intérprete de Libras na sala de aula regular. Tais processos, via de regra, parecem estar desconsiderando as singularidades dos sujeitos surdos, e deixando de lado a importância da valorização da cultura e da constituição de identidades surdas em detrimento de práticas educativas baseadas ainda no ensino da língua como objeto pronto e acabado e do sujeito como ser passivo nesse processo. Discutir as concepções de surdez adotadas por interpretes de Libras que atuam no ensino fundamental. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada a partir de entrevistas à intérpretes de Libras que atuam no ensino fundamental, com análise dos dados realizada com base nos pressupostos da análise do conteúdo proposta por Bardin (2011). Provavelmente baseadas em políticas de inclusão para surdos que privilegiam o aspecto linguístico em detrimento ao cultural e identitário, as concepções de sujeito e surdez apresentadas pelos intérpretes de Libras ainda podem ser consideradas reducionistas. Assim, a presença deste profissional no ensino fundamental, como única ou principal alternativa para a educação de sujeitos surdos, não tem possibilitado a constituição de sua identidade e a valorização da cultura surda, não contribuindo para uma educação crítica, responsável e eficaz desses sujeitos. Se faz urgente e necessária a adoção de um modelo educacional que permita o conhecimento e desenvolvimento de relações que, para além do linguístico, valorizem aspectos culturais.	M1: Introduz o propósito apresentando um problema de pesquisa (E3) E indicando intenção dos autores (E1) M2: Descreve a metodologia, informando os procedimentos da pesquisa (E1) M4: Apresenta conclusões, fazendo inferências (E2) E interpretando os resultados (E1) M3: Sintetiza os resultados, sugerindo solução para o problema (E3)

APRENDIZAGENS E SINALIZAÇÕES DO PERÍODO DE ENSINO REMOTO: AS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO TRABALHO DOCENTE

Caroline da Silva Sena Pereira
Graduada em Pedagogia
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Ivânia Paula Freitas de Souza Sena
Professora ajunta do Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual da Bahia-UNEB

RESUMO: Partindo de estudos sobre educação na perspectiva crítica e emancipadora, a pesquisa aponta uma contextualização sobre as tecnologias digitais que foram inseridas na educação no período pandêmico, a partir do ensino remoto. O objetivo da pesquisa foi desenvolver uma análise das vivências no ensino remoto apontando aprendizagens e sinalizações que este período desafiante sinalizou, tendo como base, elementos observados no ensino remoto numa escola da rede municipal de Jaguarari-Bahia, pertencente ao Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru (TIPNI), no ano 2021. Percorre, através de uma revisão bibliográfica exploratória, por estudos e pesquisas que se debruçaram sobre o ensino remoto e tece diálogo entre as situações vivenciadas pelo coletivo docente desta escola. Assim, a pesquisa contribuiu na problematização dos desafios da docência, contextualizando com as vivências do ensino remoto, dando ênfase às condições dos professores/as e estudantes, refletindo como tudo isso nos faz pensar o trabalho e a formação docente para uma perspectiva de educação libertadora.

Palavras-Chave: Ensino remoto. Tecnologias de informação e de comunicação (TIC). trabalho e formação docente.

RESUMEN: A partir de estudios sobre educación desde uma perspectiva crítica y emancipadora, la investigación señala uma contextualización de las tecnologías digitales que se insertaron em la educación em el período pandemia, desde la enseñanza remota. El objetivo de la investigación fue desarrollar um análisis de las experiencias em la enseñanza remota señalando aprendizajes y señales que señaló este período desafiante, teniendo como base, elementos observados em la enseñanza remota em uma escuela de la red municipal de Jaguarari-Bahía, perteneciente al Territorio de Identidad Piemonte Norte do Itapicurú (TIPNI), em el año 2021. A través de uma revisión bibliográfica exploratoria, a través de estudios e investigaciones que se centraron em la enseñanza a distancia y teje el diálogo

entre las situaciones vividas por el colectivo docente de esta escuela. Por lo tanto, la investigación contribuyó a problematizar los desafíos de la enseñanza, contextualizándola com las experiencias de enseñanza remota, enfatizando las condiciones de docentes y estudiantes, reflejando cómo todo esto hace pensar el trabajo y la formación docente desde uma perspectiva de educación liberadora.

Palabras clave: enseñanza a distancia. Tecnologías de la información y la comunicación (TIC). trabajo y formación maestro.

1. INTRODUÇÃO

A palavra tecnologia é usada muitas vezes de forma restrita aos novos aparelhos tecnológicos e inovações no campo da informação e comunicação, a exemplo, da internet e computadores. No entanto, teoricamente, é possível compreender a tecnologia no sentido amplo e coerente. Para Lima e Silva (2012) o termo tecnologia tem origem grega - tekne (“arte, técnica ou ofício”) e por logos (“conjunto de saberes”), define os conhecimentos que permitem fabricar objetos e esses modificam o meio ambiente, para satisfazer as necessidades humanas.

A tecnologia está inserida na sociedade desde a origem das ferramentas de trabalhos da pré-história como uso de pedras lapidadas ou uso de madeiras, até as mais avançadas como fogão elétrico, este não é um produto tecnológico, mas apresenta uma forma de tecnologia ao estar encaixada dentro da construção do objeto que atende a necessidade humana.

Os estudos de Lima e Silva (2012), apontam que há uma tecnologia embutida em qualquer instrumento e implícita em sua fabricação, mas isso não significa que o resultado de uma produção, mesmo com “o saber embutido num objeto, ou implícito na sua produção”, seja tecnologia. Um derivado do uso errado é o emprego do termo tecnologia para significar um tipo de organização, ou mesmo o marketing, e comércio desses produtos. O ser humano nasce com características inatas de criar coisas para atender suas necessidades, aprende a desenvolver uma capacidade de interagir com a natureza, produzindo instrumentos desde os mais primitivos até os mais modernos (LIMA; SILVA, 2012).

Nessa pesquisa, trataremos das tecnologias da informação e comunicação, com foco, nas tecnologias digitais que foram colocadas como essenciais no

período pandêmico nos anos de 2020 com o isolamento social decorrido do SARS-CoV-2, que provocou um cenário de impedimento de convívio e socialização presencial devido a contaminação da covid-19. Nesse contexto, foram tomadas medidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), como por exemplo, o confinamento “lockdown”, houve diversas orientações específicas contidas em Leis, Portarias, Decretos e outros documentos oficiais.

Nessa perspectiva, as instituições escolares não podiam receber os/as estudantes, professores/as, gestores/as e família, concretizando na transição escolar do ensino presencial para o desconhecido Ensino Remoto Emergencial (ERE). O Parecer CNE/CP n°05 orientou que houvesse uma reorganização do calendário das escolas e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia. Em meio a esta crise, vivenciamos um modelo de educação chamado de Ensino Remoto Emergencial (ERE). Essa é uma expressão que denomina as aulas não presenciais para indicar a modalidade de ensino específico no período pandêmico (SAVIANI, 2021).

Nessa época, lecionei de forma remota em uma escola municipal no ensino fundamental no município de Jaguarari– Bahia, pertencente ao Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru (TIPNI)[14]. Nesse formato de educação, enfrentei diversos desafios, o maior deles foi a dificuldade de conquistar estudantes para as aulas remotas. A maioria dos educandos não possuía acesso à internet de qualidade, isso distanciou a relação professor-aluno, trazendo mais prejuízos ao processo de ensino-aprendizagem. Os prejuízos foram agravados pelo fato de os docentes não receberem o devido suporte para uma mudança radical na sua prática e todos os desafios da educação vivenciados no período da covid-19.

O trabalho docente na pandemia foi uma experiência atípica para uma pedagoga em formação, no entanto, contribuiu para pensar melhor os desafios da docência. Dessas vivências, trouxe os seguintes questionamentos: quais desafios foram sinalizados para a educação a partir da inserção das tecnologias digitais no período pandêmico que serviram de aprendizagens?

[14] O Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru possui extensão total de 14,1 mil quilômetros quadrados. É composto por nove municípios: Andorinha, Antônio Gonçalves, Caldeirão Grande, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari, Pindobaçu, Ponto Novo e Senhor do Bonfim. (CODETER, 2017)

2. PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

O modo de pesquisar é um processo que, por meio do estudo e da investigação, é possível alcançar respostas às nossas indagações devido aos problemas sociais, de modo especial, na educação. Sobre o percurso metodológico da pesquisa, ainda que pressuponha momentos distintos entre si, a singularidade de cada momento que é parte de um todo, do qual todos/as são coautores participantes do processo de produção do conhecimento a ser incorporado na ação que é objeto de pesquisa (CHIZZOTTI, 2014).

O presente trabalho foi desenvolvido na abordagem da pesquisa qualitativa, trazendo como problematização, aspectos observados na vivência com outros professores, no período do ensino remoto em uma escola do município de Jaguarari-Ba, cruzando com uma revisão bibliográfica exploratória sobre o tema, com pesquisas afins que se debruçaram sobre o ensino remoto. Para tanto, foram selecionados cinco trabalhos para esta análise e diálogo com as situações vivenciadas pelo coletivo docente da escola onde trabalhei no período do isolamento social, são estes: o artigo Educação na pandemia: a falácia do ensino remoto (SAVIANI, 2021); Coletânea Diálogos críticos, volume 3: EAD, Atividades remotas e o ensino doméstico: cadê a escola? (UCHOA, SENA, GONÇALVES, 2020); Tecnologias digitais para uma aprendizagem ativa e inovadora (MORAN, 2023); O trabalho docente em tempos de covid-19: percepções na produção científica brasileira (ZANDAVALLI, 2020); O uso das TIC no ensino remoto: uma revisão de literatura (SOUZA, COLLING, 2023).

2.1. O ensino remoto: uma crítica análise geral

De acordo com o estudo de Saviani (2021), a expressão “ensino remoto” passou a ser usada como uma alternativa à educação distância (EaD), modalidade já existente na legislação. O ERE foi posto a partir do período da pandemia da covid-19. Desse modo, a educação presencial encontrava-se interditada e a nomenclatura ensino remoto foi utilizada para indicar a modalidade de ensino específico no tempo pandêmico. Para Lima e Sena (2022), o ERE foi introduzido

sem a devida organização e estrutura que contemplasse a realidade de estudantes e docentes, nisso, esse modo de ensino foi uma das faces mais perversas da educação não presencial.

No período de 17 de março de 2020, o Ministério da Educação (MEC) autorizou, por meio da Portaria no 343, a substituição de atividades escolares presenciais por atividades remotas mediadas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), levando as escolas da Educação Básica a adotar o ERE (BRASIL, 2020). Após as determinações do MEC se deu a transição das aulas de modo presencial para as aulas remotas.

Como discute Sena (2020), a situação pandêmica provocou necessidades do uso das tecnologias digitais, sendo uma possibilidade posta para viabilizar o processo comunicacional em todas as esferas sociais e também na educacional. No entanto, a discussão em torno das TIC no âmbito de trabalho docente e pedagógico, deve ser refletida com cautela. O cenário de ensino remoto foi uma realidade precária para a educação, pois não houve outras possibilidades para vivenciar o estágio pandêmico. Lima e Sena (2022, p. 52), analisam que

> [...] o Ministério da Educação (MEC) não constituiu formas de estudo e desenvolvimento de uma política articulada com os Estados Municípios para elaboração conjunta de propostas para a oferta da educação na pandemia, especialmente, no que diz respeito às políticas de financiamento para acesso às tecnologias, ao deixar o ensino remoto como única possibilidade.

Ainda que as TIC tenham cumprido um papel importante na mediação escolar no tempo pandêmico e tenham sido um instrumento de apoio para o trabalho pedagógico, tendo auxiliado os planejamentos das aulas, as pesquisas e demais atividades, elas não devem substituir a práxis docente e não podem ser utilizadas para aumentar a carga de trabalho dos/as professores, como temos visto acontecer desde a pandemia. Previtali e Flagiani (2018, p. 22) chamam atenção para o fato de que “o novo patamar de desenvolvimento da divisão sociotécnica do trabalho e as reformas implementadas pelo Estado Gestor”, aprofundou e complexificou a precarização “do trabalho, em particular do trabalho docente no Brasil”. Os autores analisam que

> Atualmente, o processo de reestruturação produtiva do capital nas economias globais está originando um novo tipo de organização e controle dos processos de trabalho mediante a introdução de tecnologias de informação e comunicação (TICs), também chamadas tecnologias

> digitais, as quais buscam aprimorar as formas de exploração do trabalho. São estabelecidas novas formas de controle do trabalho que acirram a competitividade e o individualismo entre os trabalhadores e trabalhadoras no local de trabalho, num contexto de redução da proteção social via (des)regulamentação do trabalho na esfera do Estado Gestor que favorece a ruptura da solidariedade de classe. (PREVITALI, FLAGIANI, 2018, p. 22)

Compreendemos que, no período remoto as TIC chegaram nas escolas ampliando a cobrança sobre o trabalho docente que teve que se adequar ao mundo das tecnologias, sem que houvesse um suporte para isto. Estudantes, professores e escolas, não estavam preparados para este cenário que alterou todo o trabalho pedagógico.

A ausência de suporte por parte dos governos deixou prejuízos, sobretudo, no trabalho docente que sofreu impactos devido às demandas concretas de ausência de condições materiais, a exemplo do acesso às tecnológicas adequadas (inclusive, por parte dos/as estudantes) e pelo próprio contexto de incertezas que a pandemia trazia, tudo isso somado ao fato de terem que adequar a práxis pedagógica à mediação tecnológica que até aquele contexto, a maior parte dos docentes não sabia como utilizar.

Para que as aulas remotas dessem certo, era imprescindível que algumas determinações primárias fossem devidamente preenchidas, por exemplo, o uso de recursos tecnológicos adequados, o “acesso ao ambiente virtual (e não apenas celulares); acesso à internet de qualidade”, que todos estivessem devidamente “familiarizados com as tecnologias”, e no caso dos docentes, também preparados para o uso pedagógico de recursos virtuais” (SAVIANI, 2021, p.3), e computadores para todos. Isso, de fato, não aconteceu, foi imposto esse modelo em cumprimento da carga horária de aulas no calendário escolar em rede nacional, sem que se pensassem as condições de vida e de trabalho dos professores e dos estudantes.

2.2. O ERE na minha experiência docente

A experiência vivida no período de Ensino Remoto Emergencial (ERE) na escola que lecionei no município de Jaguarari-BA reflete os problemas do cenário nacional. O aplicativo WhatsApp foi o meio mais utilizado durante a educação remota, acessado via celular, por ser o recurso de maior familiaridade de professores/as e estudantes. Além do bate papo no WhatsApp, vídeos e músicas

também fizeram parte das aulas remotas. Contudo, não foi suficiente para resolver a situação de dificuldade de acesso.

A partir dessa vivência no ERE observei muitas barreiras no processo de ensino dos/as professores/as. Uma das dificuldades desse formato, era a garantia da participação dos estudantes na resolução das atividades e nos encontros pelo WhatsApp. A realidade da escola era que nenhum dos estudantes possuíam computador, notebook ou tablet. Na turma que lecionei, apenas nove, dos vinte estudantes, usavam o aparelho celular que era próprio ou dos pais, mães ou familiares.

Essa realidade se confirma em todo o Território de identidade do Piemonte Norte do Itapicuru - TIPNI no período pandêmico, segundo diagnóstico realizado pela UNEB – Campus VII. Analisando dados desse documento, Lima e Sena (2022) destacam que a maioria das “aulas” que ocorreram nesse período, aconteciam via aplicativos de bate-papo. Segundo os professores/as que responderam ao diagnóstico, as aulas pelo WhatsApp muito mais eram momentos de “tira-dúvidas” sobre os conteúdos e exercícios impressos encaminhadas às casas dos estudantes, do que aulas (LIMA; SENA, 2022).

De acordo com a avaliação dos professores, a porcentagem de estudantes sem acesso e conexão à internet para acompanhar as aulas ou orientações remotamente foi em torno de 44,4%. O diagnóstico revelou que as plataformas mais usadas para as atividades remotas em 2021, foram o aplicativo WhatsApp, indicando 97,8% de estudantes que utilizavam aparelho celular, 57,3% para os que usavam o Google Meet e 28,8% para uso do e-mail. No que se refere ao tipo de material didático utilizado, foram 63,2% textos impressos, 58,1% livros didáticos, 30,4% sites educacionais 9,7% para livros paradidáticos (LIMA; SENA, 2022).

É importante mencionar algumas características das turmas do ensino fundamental para as quais lecionei. Eram turmas com estudantes alfabetizados, porém, haviam aqueles que apresentavam dificuldades de compreensão dos conteúdos. Nas aulas/orientações remotas, procurei utilizar estratégias como uso de slide, visando tornar as aulas dinâmicas e assim conquistar a atenção dos estudantes. No entanto, havia muitas dificuldades, e embora incentivasse os alunos/as para dialogarem e colocarem as dúvidas, via que alguns alunos eram resistentes a essas estratégias.

Aos estudantes, por sua vez, foi dada a responsabilidade de estudarem de forma independente, no entanto, aqueles que não eram familiarizados com as tecnologias digitais para fins da educação, foram os mais prejudicados. Não houve apoio efetivo em seu processo de aprendizagem, e a maior parte da responsabilidade foi transferida para as famílias. Para Hage e Sena (2021, p. 10) esse modelo revelou “um descompromisso autorizado com a formação humana integral das crianças, adolescentes e jovens” que tiveram reduzidas as formas e as possibilidades de sua escolarização.

2.3. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC): as contradições da realidade concreta

Na contemporaneidade, as tecnologias digitais são ferramentas essenciais para as relações sociais, facilitando o acesso à informação, a construção e socialização do conhecimento, bem como, à comunicação. Para Souza; Pedro e Colling (2023), as TIC são consideradas espaços virtuais híbridos e multimodais, ou seja, que “geram o acesso ao conhecimento de forma simultânea proporcionando uma interação” e comunicação em conexão entre pessoas, máquinas e conhecimento, favorecendo novas linguagens.

De acordo com Braga e Queiroz (2023), os recursos tecnológicos ganharam espaços sócio-ocupacionais com a pandemia da covid-19 e permaneceram para além do cenário pandêmico. Os desafios de acesso e uso das TIC, na temporada remota, revelou que há muitas questões a serem discutidas. O que se tem de saldo real é que estudantes e docentes foram os mais prejudicados, isso é um indicativo de uma das necessidades de investimento em políticas públicas de inclusão de acesso à internet para as populações mais pobres e formação tecnológica para as escolas brasileiras. Além disso, é preciso que essas políticas incluam o suporte necessário às escolas e profissionais de educação, para que as TIC dialoguem com o projeto político-pedagógico das escolas e com a realidade das comunidades onde elas estão inseridas.

Sena (2020) apresenta outros desafios sobre o papel da escola e da docência, na relação com as tecnologias por quatro perspectivas, sendo três, mais próximas do debate desta pesquisa. A primeira é a do discurso pós-moderno,

vinculado às teorias educacionais que banalizam os fundamentos teóricos como base da formação de professores, separando teoria-prática, sob a sustentação de teorias pedagógicas que reforçam princípios neoliberais que desprezam o papel docente e do conhecimento científico. Nesse sentido, ao desvincular e distorcer a teoria-prática, colocando as tecnologias no comando do processo educativo, a escola tem reduzido o seu papel social formador.

A segunda perspectiva apresentada pela autora, é a aproximação de interesses dos capitalistas com a educação. Esses são expostos pelos grupos empresariais (que estão na condução das reformas educacionais, a exemplo da Base Nacional Comum Curricular – BNCC), os quais veem as tecnologias digitais como uma maneira de redução dos investimentos do Estado na educação pública e de redução do papel dos/as professores/as. Esses grupos têm por base, a defesa do Estado mínimo, bem como, a escola para formar para o mercado de trabalho e os professores como executores de programas e não intelectuais na mediação do conhecimento.

A terceira, constitui-se ligada à segunda, representada no Todos pela Educação (TPE), um dos principais mecanismos de articulação dos grupos empresariais, que faz um discurso de "valorização da escola pública" para disseminar a formação para o capital, ou seja, é o grupo constituído dos "reformadores" empresariais da educação" (FREITAS, 2018).

3. CONCLUSÕES

3.1. Sobre o ensino remoto no trabalho docente: o que aprendemos?

É imprescindível afirmar que as desigualdades no acesso aos recursos tecnológicos ampliaram os problemas educacionais na pandemia, uma vez que o ensino remoto foi a principal forma de acesso aos estudantes. De certo modo, a escola passou a não existir, passando a acontecer aulas/orientações nas próprias casas. Teve vários efeitos para a área da educação e para nossa sociedade como um todo como, por exemplo, invasão à privacidade, devido a toda a dinâmica de trabalho interferir no tempo espaço familiar. Nesse contexto, famílias mudaram

hábitos e tiveram que fazer adaptações ao seu cotidiano, inclusive, tendo que custear o acesso a provedores de internet e equipamentos que passariam a ser necessários ao trabalho.

A inserção das TIC no período de ensino remoto afirmou o descaso de formação para profissionais da educação. Em um momento que mais se precisou utilizar do conhecimento tecnológico, não houve um apoio imediato, apenas decretos para cumprimento das cargas horária de aulas. O desafio da formação tecnológica para professores também foi uma carência evidenciada.

> A falta de formação dos professores para trabalhar com tecnologias digitais no ensino remoto, além de confirmar a deficiência na formação inicial desses profissionais e a ausência de cursos de formação continuada, trouxe à tona o descompasso existente entre a escola, seus alunos e a sociedade da informação, da conectividade e da ubiquidade. Percebe-se que, mesmo imersa na cibercultura, a escola ainda se mantém à margem dela. (SOUZA, 2023, p. 14)

Para o trabalho educativo e a prática docente se efetivarem, alguns aspectos são importantes, principalmente o ambiente educacional estruturado. A escola deve ter espaços apropriados para demandas escolares, com salas espaçosas, sala com recursos tecnológicos, por exemplo, uma vez que a prática enriquece a teoria, além da estrutura pedagógica com investimentos na formação continuada de professores, suporte para acompanhamento e apoio necessário na docência e nas escolas de modo coletivo. Esses indicadores não puderam ser assegurados na pandemia e nem na estrutura do ensino remoto.

A minha práxis docente no ensino remoto exigiu que fossem construídas saídas e pude acumular algumas aprendizagens sobre o uso das TIC na Educação, entendendo que podemos ampliar seu uso na escola sem, contudo, descuidar de algumas questões.

As TIC não devem substituir a presença de professores em sala de aula, uma vez que a escola é espaço de práticas humanizadoras, além disso, é preciso investimento em mais políticas públicas para acesso às tecnologias, de modo que elas cheguem aos setores mais vulneráveis. O ensino remoto foi implantado de forma não planejada, como apontado ao longo da pesquisa e não se considerou a realidade social e educacional de estudantes e professores/as. O caráter obrigatório do ensino remoto desencadeou uma série de situações inadequadas ao trabalho docente, como o uso em excesso e não crítico das TIC (para quem

teve acesso) e uma situação de exclusão da grande maioria dos estudantes que ficaram à margem da continuidade (mesmo precária) do currículo, o qual não foi retomado devidamente, após a pandemia.

É possível considerar que, todas essas modificações sociais e educacionais que foram citadas nesta pesquisa, sinalizam a necessidade de investimento nas TIC como um direito indispensável para todas as pessoas. Na escola, entretanto, elas devem ser integradas ao trabalho pedagógico com todas as possibilidades que ela possibilita para a construção do conhecimento, mas, com a atenção devida às questões que sinalizamos aqui.

Por fim, ressaltamos que é relevante refletir sobre todo esse contexto da implementação do ensino remoto e como ocorreu o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação na escola. Diante do crescimento e avanço do uso das TIC nas escolas após esse processo, é necessário refletir sobre os seus desafios, levando em conta o contexto atual de exploração capitalista que se apresenta nas propostas que tratam das TIC na educação. É preciso, ainda, aprofundar os debates sobre os efeitos dessa demanda para o processo formativo dos/as estudantes e na intensificação da precarização do trabalho docente.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Francisca; QUEIROZ, Damiana. **As tecnologias digitais como recursos pedagógicos no ensino remoto:** implicações na formação continuada e nas práticas docentes. Educação em revista/Belo Horizonte/2023. https://doi.org/10.1590/0102-469839080

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC,2017. BRASIL. Ministério da Educação. Portaria no 343, de 17 de março de 2020. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 53, 18 fev. 2020c, Seção 1, p. 39.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria no 343, de 17 de março de 2020.** Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Disponívelem:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/PRT/Portaria%20no%20343-20mec.htm. Acesso em: 09 jun. 2023.

CARLA, Zandavalli. **O trabalho docente em tempos de covid-19:** percepções na produção científica brasileira. Mato Grosso do Sul/2020.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sócias.** Petrópolis,RJ;Vozes, 2014.

HAGE, S. A.; SENA, i. P. F. de S. **Direito à educação na pandemia: defender a vida e não as prescrições curriculares da BNCC**. Revista Espaço do Currículo, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 1–14, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/58060. Acesso em: 2 jul. 2023.

LIMA, Jéssica Rafaele Albuquerque de; SILVA, Jordany Gomes da. **TECNOLOGIA: Conceitos e percepções discentes de nível tecnológico.** Congresso norte nordeste de pesquisa e inovação. Palmas-Tocantins 2012.

SAVIANI, Dermenal; GALVÃO, Ana Carolina**. Educação na pandemia**: a falácia do ensino remoto. Universidade e Sociedade, ano XXXI, n. 67; jan. 2021.

SENA, Ivânia Paula Freitas de Souza. **Além das cercas, o que há?: a educação do campo no contexto da cultura digital** / Ivânia Paula Freitas de Souza Sena, - 2020.

SOUZA, M. S.; PEDRO, N. S. G.; COLLING, J. O USO DAS TIC NO ENSINO REMOTO: uma revisão de literatura. **Revista Espaço do Currículo**, P. 1-23, 2023.

MILÉO, I. do S. de O., et al. Ensino Remoto Emergencial e o Isolamento Social: a precarização da escola pública e do trabalho docente. In: UCHOA, Antônio Marcos da Conceição; SENA, Ivânia Paula Freitas de Souza; GONÇALVES, Maria Elizabeth Souza (Orgs.). **EAD, Atividades remotas e o ensino doméstico: cadê a escola?** Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: UM OLHAR PROFUNDO SOBRE O IMPACTO NO BEM ESTAR MATERNO

Anna Victoria Mendonça de Sousa
Annavictoria0929@gmail.com
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Grace Emmanuelle Marques de Sá Ferreira
grace.ferreira.23150@aluno.facape.br
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Ianna Kelly de Matos Medrado
kellyianna9@gmail.com
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: A violência obstétrica está cada vez mais presente nos sites e jornais, das formas mais diversas possíveis, onde um momento tão idealizado e esperado pela mulher se torna algo aterrorizante e inesquecível pela barbaridade. Dessa forma, este trabalho tem o objetivo de contribuir nos debates sobre essas ações arbitrárias que são capazes de gerar consequências psicológicas que possuem alta probabilidade de se tornarem crônicas, posto que seus impactos são por muitas vezes comparados aos sofridos pelas mulheres estupradas, como por exemplo a ansiedade, a depressão, a perda da autoestima, bem como o risco de acarretar fraturas, ou na pior das hipóteses, a morte do bebê. A análise foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica. Logo, a violência obstétrica é um tema de grande relevância, uma vez que aborda uma violação dos direitos da parturiente que é caracterizada pela manipulação, exposição, invasão e desrespeito. Portanto, o autor deve ser responsabilizado por tal ato ilícito, seja cometido tanto por dolo, quanto por negligência ou até mesmo imperícia.

Palavras-chave: Violência obstétrica. Consequências. Impactos.

ABSTRACT: Obstetric violence is increasingly present on websites and newspapers, in the most diverse ways possible, where a moment so idealized and awaited by the woman becomes something terrifying and unforgettable due to its barbarity. Thus, this work aims to contribute to the debates about these arbitrary actions that are capable of generating psychological consequences that have a high probability of becoming chronic, since their impacts are often compared to

those suffered by raped women, such as anxiety, depression, loss of self-esteem, as well as the risk of causing fractures. or in the worst-case scenario, the death of the baby. The analysis was carried out by means of bibliographic research. Therefore, obstetric violence is a topic of great relevance, since it addresses a violation of the parturient's rights that is characterized by manipulation, exposure, invasion and disrespect. Therefore, the author must be held liable for such an unlawful act, whether committed either by intent or by negligence or even malpractice.

Keywords: Obstetric violence. Consequences. Impacts.

1. INTRODUÇÃO

A violência obstétrica, infelizmente, é uma realidade que muitas mulheres enfrentam durante o processo de gestação, parto e pós-parto. Além das implicações físicas, há a verbal, psicótica, institucional e de omissão, onde podem desencadear profundas consequências psicológicas no bem-estar materno. Este artigo busca explorar de maneira mais aprofundada as ramificações psicológicas da violência obstétrica.

As consequências psicológicas da violência obstétrica podem se manifestar de diversas maneiras. Mulheres que vivenciam esse tipo de violência podem desenvolver ansiedade, depressão, transtorno de estresse pós-traumático e até mesmo aversão ao processo de gestação e parto. O sentimento de desamparo diante de profissionais de saúde que deveriam oferecer suporte e cuidado pode gerar um profundo impacto na autoestima e na confiança das mulheres em seu próprio corpo.

Além disso, a violência obstétrica pode influenciar diretamente a relação mãe-filho, interferindo no estabelecimento do vínculo afetivo e no início da amamentação. O medo e a desconfiança resultantes da violência obstétrica podem gerar barreiras emocionais que dificultam a construção de uma conexão saudável entre mãe e bebê.

Diante disso, o artigo busca promover a dignidade a respeito no processo de gestação, conscientizar práticas respeitosas, apresentar impactos na saúde pública e principalmente expor a necessidade da discussão dos direitos e impulsionar a criação e aprimoramento de legislações. Em resumo, discutir a

violência obstétrica é essencial para construir um ambiente que proporcione às mulheres uma experiência de maternidade digna, respeitosa e segura.

2. METODOLOGIA

Como já foi bem mencionado, a pesquisa sobre violência obstétrica é uma iniciativa crucial, considerando o impacto significativo dessa questão na experiência das mulheres durante o processo de gestação, parto e pós-parto. O desenvolvimento da pesquisa em questão envolve um complexo de variadas etapas fundamentais.

A escolha de alguns desses instrumentos são a coleta de dados públicos, como análise de casos, de estudos, pesquisas, revisão literária e principalmente usando como base legislações e a próprias políticas públicas desenvolvidas e que estão em desenvolvimento.

A análise de dados também possui um papel crucial para a identificação de padrões, comparações entre grupos ou análises de conteúdo. Considerações sobre validade interna e externa, bem como medidas para garantir a confiabilidade dos resultados, devem ser discutidas.

A pesquisa sobre violência obstétrica está fundamentada com o objetivo de contribuir para um entendimento mais profundo desse fenômeno sensível e fornecer percepções valiosas para a promoção de práticas de saúde mais respeitosas e centradas na mulher.

3. O DIREITO A ORIGEM DA VIDA COM DIGNIDADE

A vida é bem supremo, abordado na Carta Magna como um dos direitos e garantias fundamentais, mais especificamente no caput do art. 5º é dito que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade (...)”.

Além disso, segundo o Código Civil de 2002, a aptidão de exercer direitos e cumprir com deveres, ou seja, a personalidade civil inicia-se com o nascimento com vida, ademais desde a concepção já existem direitos.

A idealização de constituir uma família, se transforma em um momento genuíno, único, um momento de construção de laços com toda família, mas sobretudo com uma mãe e seu filho, sendo esperado no mínimo que seja realizado com respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana.

Mas todo esse contexto, pode ser alterado, em virtude de atos que provocam na vítima danos físicos e/ou psicológicos cometidos por profissionais de saúde, atitudes essas que geram a indagação, onde encontra-se a liberdade de escolha com relação aos procedimentos que serão realizados no corpo da mulher?

4. HISTORICIDADE DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Anteriormente, o parto era um procedimento realizado sem o auxílio do profissional de saúde. Porém, com o passar dos anos, com o surgimento de universidades partindo de conhecimentos científicos, tornou-se comum sua presença.

Gradualmente, as mulheres que iam em busca de amenizar sua dor e evitar possível morte própria e/ou do seu filho, encontravam-se diante de uma falsa concepção. Cabe ressaltar que, se atualmente o percentual do índice de violência obstétrica está elevado, é impossível pressupor como estaria esse número se as mulheres que sofriam/sofrem tais violências soubessem que estavam sendo vítimas. Posto que, uma pesquisa organizada pela Fiocruz, a Nascer no Brasil, externou que 53,5% das vítimas entrevistadas que tiveram o parto normal sofreram corte no períneo.

A violência obstétrica sempre existiu, no entanto, comumente é um assunto pouco explorado, em virtude de por muitas vezes, as práticas violentas que a definem como tal ser considerado mero procedimento corriqueiro que são “imprescindíveis” para realização do parto.

> Já se falava em maus tratos, abuso. Mas quando você define como violência, há um estranhamento entre os profissionais de saúde. ‘Como assim o que eu estou fazendo é uma violência?’, se questionam”, observa Larissa Velasquez de Souza, que investigou a trajetória histórica do termo no Brasil em tese defendida recentemente no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde na Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz).” - Karine Rodrigues (COC/Fiocruz)

Em 1996, a Organização Mundial da Saúde (OMS), intitulado como “Boas Práticas de Atenção ao Parto e ao Nascimento”, no qual desenvolveu uma classificação de ações, tanto as que deveriam, quanto as que não deveriam ser feitas durante o parto, por entender que eram invasivas e desnecessárias. Contudo, tem algumas que são usadas até hoje, como por exemplo, a episiotomia, realizada com o fundamento de que facilitará o nascimento, preservando a integridade genital; a manobra de Kristeller, que ocorre quando as mãos, os braços e os cotovelos são usados para impulsionar a barriga, forçando a saída do bebê; a infusão intravenosa de rotina no trabalho de parto; o exame retal; a massagem e distensão do períneo durante o segundo estágio do trabalho de parto; o uso de comprimidos orais de ergometrina no terceiro estágio do trabalho de parto, com o objetivo de evitar ou controlar hemorragias; e entre outras.

É importante lembrar, que ainda é existente a ocorrência do absurdo chamado “ponto do marido”, que constitui na conduta médica, sem consentimento da vítima, sobre um procedimento final posterior ao parto, onde é feito adicionado um ponto que vai além do necessário, simplesmente para satisfazer sexualmente o marido. Uma vez que essa ação não traz nenhum um benefício para a mulher, além de ser extremamente desnecessário. Essa conduta, é somente mais uma daquelas que objetificam a mulher, externando uma ideologia submissiva.

5. VIOLAÇÃO DO BEM-ESTAR E OUTROS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

A violação de princípios está intrinsecamente ligada ao ato da violência obstétrica, pois com apenas uma das suas modalidades consumadas, pode-se aduzir que não apenas a gestante que irá sofrer, mas também o próprio recém-nascido, pois há risco de infecções, deslocamento de placenta, mutilação genital, traumas encefálicos, ou até mesmo a morte de ambos.

Ademais, existem diversos tipos de violência obstétrica, sendo eles, por negligência, quando a gestante encontra-se impedida de receber auxílio médico adequados ou até mesmo a negação de um acompanhante; física, configura-se com a prática de procedimentos ou técnica que poderiam ou deveriam ser dispensados, com ausência do consentimento da parturiente; verbal, por aspectos

associados à renda, a opção sexual, a idade, a religião, e outros; e a psicológica, cujo qual, o presente artigo busca se debruçar, trata-se de comentários feitos sobre a gestante, que constrange, amedronta e sobretudo gera uma instabilidade emocional, acarretando ao desenvolvimento de transtornos mentais.

No preâmbulo da Constituição Federal de 1988, que é assegurado pelo Estado Democrático o bem-estar, porém pelo que fora anteriormente mencionado, de fato não ocorre.

Quando a gestante encontra-se nessa situação é capaz de gerar feridas que talvez nunca cicatrizem. Esse fundamento, o bem-estar, deveria ser o mínimo a ser proporcionado, sua ausência eclode em tantos outros, como por exemplo, a dignidade, a moral, a honra e a liberdade de escolha sobre o deve ou não ser feito com seu corpo.

> O desconhecimento evidenciado por essas mulheres reforça, por um lado, o poder do profissional de saúde e, por outro, a exclusão da parturiente do ato decisório. O que mais surpreende é que, tida como objeto do cuidado, ela não participa das decisões sobre seu próprio corpo, pois é considerada inabilitada para dar conta da complexidade dos cuidados que necessita, restando-lhe resignar-se com o que lhe é oferecido. (Santos; Shimo, 2008, p. 648).

Sob esse viés, é pertinente aduzir sobre a bioética, uma vez que, segundo Hubert Lepargneur, ela é compreendida como um estudo sistemático da ação/omissão humana que nas áreas do cuidado com a saúde, quando de forma proporcional é analisada com valores e princípios morais, com o objetivo de preservá-los, e consequentemente realizar um atendimento que tenha eficácia.

Nesse ínterim, a teoria principialista apregoa que toda a investigação científica nas áreas da medicina, da biologia deve ser regida por quatro princípios morais, sendo eles, a autonomia, que condiz com a liberdade de escolha; a não maleficência, que nada mais é que o dever de não causar dano a outrem; a beneficência é fundada no agir em prol de alguém, ou seja, proporcionar o bem ao próximo; e a justiça, que de maneira universal apresenta o embasamento no tratamento, onde todas devem ser tratadas da forma mais adequada possível. Logo, o que enfurece ou deveria, é saber que são premissas básicas, de grande essencialidade, que estão cada vez mais facilmente sendo desrespeitadas.

6. CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS RESULTANTES DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

A violência obstétrica é a caracterização de uma violência praticada durante o cuidado obstétrico do profissional de saúde contra a paciente, gerando maus-tratos, desrespeito como o corpo da gestante, traumas psicológicos, caracterização da violência verbal, violência física, etc. em um momento tão marcante na vida da mulher.

Algo que é de entendimento para muitos, é que a gestação e o parto traz grandes alterações hormonais, psicológicas, físicas, etc. no corpo da futura mãe, de modo que é uma transformação que mexe com o psicológico. Esse é um momento delicado, visto que, o organismo da gestante está se preparando para dar à luz ao seu bebê. A ocorrência da violência é algo que mexe profundamente com o psicológico da mãe, pois naquele momento, está ocorrendo uma invasão, com o qual, primeiramente, era para ser um momento de felicidade. Como consequência de tal ato, existe a possibilidade do aparecimento de grande tristeza, trazendo por consequência casos de depressão, ou até mesmo, episódios psicóticos, causados pela violência obstétrica. Esse tipo de violência origina marcas que ficarão para sempre na vida da mulher, fazendo até mesmo com o bebê corra risco de vida.

Ademais, a vergonha, ou o constrangimento, é um dos primeiros sentimentos que acarretam a vítima da violência obstétrica. Além destes sentimentos, é causado a inferioridade, o sentimento de impotência, a humilhação sofrida e um enorme sentimento de impotência, gerando até mesmo a dor e medo de uma nova gestação. Fora que, a autoestima da mulher é prejudicada, afetando até mesmo sua vida sexual e imagem do próprio corpo.

Conforme um estudo realizado pela Fundação Perseu Abramo, foi possível constatar que cerca de 25% das mulheres do país já sofreram violência obstétrica. Isso serve de alerta, por ser um número consideravelmente alto e que, por hipótese alguma, deve aumentar. É necessário que as mulheres tenham consciência desse tipo de ocorrência, e principalmente, que as mulheres que sofram esse tipo de violência, denunciem e busquem quanto antes ajuda

profissional para sua saúde mental, visto que, a fragilidade mental acaba interferindo no cuidado da mãe com seu bebê.

7. RESPONSABILIZAÇÃO DO ILÍCITO

A violência obstétrica é a violação do corpo da mulher em momento tão vulnerável de sua vida. É fato o dever de reparar este dano causado, dessa forma, a indenização, por mais que não consiga suprir totalmente o dano causado em seu corpo, ou seu psicológico.

Dessa forma, existe a responsabilização jurídica para aquele que pratica tal ato ilícito, desdobrando-se em civil, penal ou ambas as áreas. Há dano caracterizado ao direito privado (responsabilidade civil) e a realização de uma conduta proibida que interfere no direito público, e que traz o envolvimento do indivíduo e do Estado. Ademais, o âmbito penal visa a punição do indivíduo que realizou uma conduta ilegal e proteger a sociedade, causando a reeducação do ofensor, e uma possível reinserção do mesmo no meio social. Fora que, a responsabilização civil, por se tratar do direito civil do indivíduo, prega a reparação do dano causado ao terceiro.

A ação ou omissão cometida pelo agente vem de maneira voluntária, sendo negligentemente (caracteriza-se por deixar de praticar uma atitude que, deveria tomar. Ocorre o descuido/indiferença por parte do autor), imperícia (trata-se a falta de capacitação e/ou qualificação técnica do indivíduo para a determinada profissão), ou imprudência (neste ponto ocorre a desatenção, não tomando as devidas precauções para, caso ocorra, algum tipo de catástrofe).

Seguindo esta linha, aqui trata-se da responsabilidade penal e/ou civil de profissionais de saúde que, o exercer sua profissão, realiza uma conduta que tipificada com a ação ou omissão da negligência, imprudência ou imperícia causando dano a terceiro. A responsabilização do indivíduo surge no momento que é configurada a intenção do agente em praticar o dano.

Com isso, apesar de tais medidas visando a reparação do dano causado a mulher, não desfaz todo trauma causado aos psicológicos e ao seu físico, fora toda dificuldade no cuidado do seu bebê, gerando um quadro grave de depressão e marcas severas que não se cicatrizaram.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante todo o exposto, a escolha de fazer o parto no ambiente hospitalar é a sensação de que será proporcionada uma maior segurança, por existir o contato com várias tecnologias e procedimentos.

Porém, esse avanço concatenou também em excessos, onde o modelo idealizados que tanto foi ressaltado nesse trabalho — com relação a expectativa emocional que é criada na parturiente, que deveria estar passando por um momento em que imaginou ser o mais memorável, por ser o nascimento de alguém a quem esperou por 9 meses, ou seja, nesse período tudo foi feito em função da espera desse dia -, tornou-se tema de urgente discussão com o intuito de dar visibilidade, pois é indispensável além do conhecimento a conscientização tanto sobre a temática juntamente com suas consequências, quanto sobre a responsabilização do agente funcional.

Em outras palavras, discutir sobre as consequências da violência obstétrica é conceder voz e conhecimento às vítimas da conduta ilícita, posto que a experiência vivida por elas nesse momento pode deixar marcas psíquicas, que dificilmente são sanadas.

Dessa forma, é imprescindível ocorrer um contato de qualidade, transparente e sobretudo humano, entre a equipe que irá fazer o procedimento da condução do trabalho de parto e a parturiente, para que esse dia seja memorável positivamente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Diário Oficial da União. Disponível em: L10406compilada (planalto.gov.br). Acesso em: 20 de nov. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: Constituição (planalto.gov.br). Acesso em: 20 de nov. 2023.

CUSTODIO, A. **PONTO DO MARIDO: QUANDO O PARTO VISA À SATISFAÇÃO DO HOMEM**. Mega Curioso, 2021. Disponível em: 'Ponto do marido': quando o parto visa à satisfação do homem - Mega Curioso. Acesso em: 17 de nov. 2023.

RODRIGUES, Karine. **Tese faz análise histórica da violência obstétrica no Brasil**. FIOCRUZ, 2022. Disponível em: Tese faz análise histórica da violência obstétrica no Brasil (fiocruz.br). Acesso em: 15 de nov. 2023

SANTIAGO, D.; SOUZA W. **VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: uma análise das consequências**. Revista Científica da FASETE 2017.2

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Relatório de Recomendações para a Saúde.** 2023. Saúde Gov, Disponível em: https://www.saude.gov.br/docs/publicacoes/Reco024.pdf.

LADISLAU, A. **A violência Obstétrica e a Saúde Mental da Mulher**. Guia do Bebê. Disponível em: A violência Obstétrica e a Saúde Mental da Mulher – Guia do Bebê (guiadobebe.com.br). Acesso em: 19 de nov. 2023.

PAULA, Isabella. (2023). A IMPORTÂNCIA DA HUMANIZAÇÃO DE ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIAS OBSTÉTRICAS. CENTRO UNIVERSITÁRIO ATENAS. Disponível em: http://www.atenas.edu.br/uniatenas/assets/files/spic/monography/A_IMPORTANCIA_DA_HUMANIZACAO_DE_ENFERMAGEM_NA_PREVENCAO_DE_VIOLENCIAS_OBSTETRICAS.pdf

SECRETARIA DE SAÚDE. **Boas Práticas ao Parto e Nascimento.** 2022. Saúde MS, Disponível em: https://www.saude.ms.gov.br/docs/parto/Boas-Praticas-ao-Parto-e-Nascimento-1.pdf.

TOURINHO, Saul. (2017). **A violência obstétrica à luz da Constituição.** Migalhas. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/coluna/conversa-constitucional/264106/a-violencia-obstetrica-a-luz-da-constituicao

JANSEN, Mariana. (2019). **Violência Obstétrica: Por que devemos falar sobre?**. Politize. Disponível em: https://www.politize.com.br/violencia-obstetrica/

KRETLI, Lara (2023); **VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: UMA ANÁLISE SOB O PRISMA DA AUTONOMIA, BENEFICÊNCIA E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.** Faculdade de Direito Milton Campos. Disponível em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/36509/1/Viol%C3%AAncia%20Obst%C3%A9trica%20-

%20Vers%C3%A3o%20final%20do%20TCC%20-%20Lara%20Kretli%201%20%286%29%20%281%29.pdf

DIAS, Sabrina Lobato; PACHECO, Adriana Oliveira. Marcas do parto: As consequências psicológicas da violência obstétrica. **Revista Arquivos Científicos** (IMMES), v. 3, n. 1, p. 04-13, 2020.

MARTINS, F. L., Silva, B. D. O., Carvalho, F. L. O., Costa, D. D. M., Paris, L. R. P., Junior, L. R. G., ... & David, M. L. (2019). Violência obstétrica: uma expressão nova para um problema histórico. **Revista Saúde em Foco**, 11(2), 413-423.

VALENTE, L. B. (2023). VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA COMO VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, 9(5), 2390-2409.

DAS OFICINAS DE CORDEL: A INSPIRAÇÃO, A TRANSPIRAÇÃO, O METATEXTO

Simão Pedro dos Santos
Universidade de Pernambuco – UPE *Campus* Petrolina
simao.pedro@upe.br

Roberta da Costa Novaes Cavalcante
Universidade de Pernambuco – UPE *Campus* Petrolina
roberta.novaes@upe.br

RESUMO: Nesta pesquisa faremos uma mostra uma mostra do processo de criação no Cordel, o que envolve a chamada inspiração, a invocação às musas dos mais variados matizes culturais, a transpiração, o metatexto, bem como a intertextualidade presentes no oficinar deste gênero literário. Apresentaremos exemplos textuais com excertos tirados a obras de Leandro Gomes de Barros, Francisco das Chagas Batista, Abraão Batista, Luiz Gonzaga de Lima entre outros. Servem-nos de suporte teórico (Dufrenne, 1969), (Chalhub, 2005), (Bonet, 1970). Nossa ênfase se centrará em cordéis que abordaram, sobretudo, o universo do cangaço não só no período de atuação dos cangaceiros, mas após esta fase, e até aos nossos dias, com mostras que terão como fio condutor o suor da feitura desses textos, seus diálogos com outros textos, seu explicar-se. O texto, com ligeiras adaptações, decorre de observações ao longo do tempo, mediante estudos da temática sobre a matéria épica no Cordel.

Palavras-chave: Literatura de Cordel. Criação. Intertextualidade.

ABSTRACT: In this research we will show of the creation process in Cordel Literature, which involves the so-called inspiration, the invocation to muses of the most varied cultural nuances, perspiration, metatext, as well as the intertextuality present in the workshop of this literary genre. We show textual examples with excerpts from works by Leandro Gomes de Barros, Francisco das Chagas Batista, Abraão Batista, Luiz Gonzaga de Lima among others. As theoretical support we have (Dufrenne, 1969), (Chalhub, 2005), (Bonet, 1970). Our emphasis will be on cordels that approached, above all, the universe of cangaço not only during the period of performance of cangaceiros, but after this phase, and up to the present day, with exhibitions that will have as their guiding thread the sweat of the making of these texts, their dialogues with other texts, its explaining itself. The article, with slight adaptations, arises from observations over time, through studies of the theme on the epic subject in the string literature.

Keywords: Cordel Literature. Creation. Intertextuality.

1. A NECESSÁRIA OFICINA: AS JANELAS DO MUNDO, AS EXPERIÊNCIAS PELO OLHAR

O poeta popular tem à sua frente todo um espaço diante do qual um mundo de experiências se abre para ser mostrado. A letra, em maioria, e naquele sentido academicista, pode faltar ou lhe ser precária, porém, não o impede da feitura do texto, que, coerente, alcança seu leitor específico, aquele a quem se dirige verdadeira e diretamente, isto é, o povo, além de atingir outro leitor, àquele interessado nas engrenagens desta oficina, ou seja, o que pretende suplantar a simples leitura e que tem por finalidade tentar compreender os liames desse fazer.

No cordel esse mundo de experiências acontece das mais variadas formas, e sob os diversos olhares: o humor, a política, o trabalho, o amor, as injustiças sociais, o cangaço, todos, como representação do cotidiano tanto do contexto urbano quanto do rural. Remanescente quase sempre do meio rural, o contato primeiro do cordelista é com a natureza e as coisas à sua volta, que, por simples, parecem lhe provocar sensibilidade para o uso das palavras.

Dessa natureza, o poeta retira matéria prima para sua obra: alegrias, tristezas, perplexidades, esperanças, desesperanças, a chuva, o sol, a plantação, a colheita.

Nos cordelistas que se voltaram ou se voltam para o cangaço sempre houve ou há um martelar de escritos que, para além da forma e do conteúdo inerentes ao tema, tende a dialogar com textos anteriores, isto é, um Leandro Gomes de Barros comprovadamente, o primeiro cordelista brasileiro, poderia buscar, e buscou, em textos matriciais anteriores à sua atuação, por exemplo, *A história de Carlos Magno e os doze pares de França*, para embasar seus escritos. Um poeta pós-Leandro Gomes de Barros poderia estabelecer com textos deste a ponte que sustente sua criação. Buscam ainda, alguns, entremear seus escritos a elementos extratextos, com a apropriação de textos que se incorporarão aos seus. Para exemplificar, o cordelista Antônio Teodoro dos Santos atrelou versos anônimos, e, neste caso, de natureza folclórica, a um novo texto seu, em nítido acordo intertextual:

“Te alevanta, Maria Bonita
Te alevanta, vem fazer café...
Os cabra na mesa de jogo
Maria Bonita, na máquina de pé!”

Alguém que não conheceu
A mulher de Lampeão
Se nome diz a beleza
E a proeza o coração
Lutava contra a polícia
Tinha coragem e perícia
Destreza no mosquetão. (SANTOS, 1959, p. 23)

Outros e variados textos são apoio histórico para estes escritos: livros, jornais, revistas, almanaques, a Bíblia, todos a representar fontes de consultas basilares para tantas construções textuais sempre esmeradas, segundo o conhecimento, o desejo e o estilo desses poetas, cuja finalidade é unânime: alcançar um possível leitor, contraponto de seus diálogos por linhas poéticas.

2. NAS LINHAS DA METALINGUAGEM: O EXERCÍCIO DA PALAVRA-TEXTO

É imprescindível observar que os cordelistas têm, como os autores acadêmicos, igual percepção da feitura da matéria poética. Diferencia-os apenas os elementos de construção: enquanto a argamassa do fazer popular é tirada diretamente de fonte intuitiva, e por isso, em estado mais puro, por que espontâneo, o acadêmico tem um quê de complexidade que vai além do que se compreende apenas por sensibilidade popular. Entretanto, os criadores da poesia popular, como aqueles que detêm a erudição, tramam seus cotidianos poéticos, igualmente, sob o suor, inclusive na prática da metalinguagem. Faz-se necessário, porém, arrazoar que há uma gama de cordelistas que têm consciência desse fenômeno; outros, o fazem instintivamente, mas o praticam de toda forma -. Aos primeiros, a metalinguagem decorre de teorias apreendidas em faculdades de Letras, por exemplo. Aos demais, o legado é natural, como construir um assento de madeira, um fogão à lenha tão da prática das vivências diárias.

O poeta Antônio Américo de Medeiros, em *Lampião e sua história contada em cordel*, dá destaque a esse diálogo com fontes que asseguram ao seu texto não somente legitimação de pesquisa, comprovação do assunto ventilado, a busca por dados, o que caracteriza trabalho, oficina de construção textual, mas

também tonalidade metapoética, além de feição de diálogo com o leitor, “Quem desejar conhecer”, o que ocorre no texto abaixo:

> [...]
> Quem desejar conhecer
> De Lampião a História.
> Foi cangaceiro famoso,
> No cangaço teve glória,
> O título de Capitão
> Ainda está na memória.
>
> Pesquisei todos os livros
> Da vida de Lampião.
> Juntei o que achei certo
> Para versar com noção,
> A vida do cangaceiro
> Que foi terror do sertão (MEDEIROS, s.d. p. 1).

Quanto ao caráter de metalinguagem, explica o poeta:

> [...]
> A história bem contada
> Nos dias de Lampião
> Trabalho bem pesquisado
> O folheto é campeão.
> Não podemos ocultar
> Isto eu fiz pra propagar
> O livro em toda Nação.
>
> A história num cordel
> Merece um análise fino
> Este trabalho que mostra
> Rei do Sertão nordestino
> Intriga o levou à morte
> Cangaceiro bravo e forte
> O capitão Virgulino (MEDEIROS, s. d. p. 48).

Ao explicar a feitura do seu texto: “Pesquisei todos os livros/Da vida de Lampião/Juntei o que achei certo/Para versar com noção”. Ao confirmar suas pesquisas e declarar que “A história num cordel/merece um ‘análise fino’”, o poeta leva a efeito o fazer metalinguístico, o questionamento de seu trabalho e seu destino, nesse caso, o de ser veículo de informação fidedigna para seus leitores. A intertextualidade, “A história bem contada/Nos dias de Lampião/Trabalho bem pesquisado” traz a ideia dos mecanismos de construção poética, porém, sem perder a relação do olhar artístico com a inspiração, intrínsecos à proposta dos textos de caráter popular.

Pode-se perceber, igualmente, em muitos momentos, que as explicações desse fazer ocorrem por colagem de outros textos da tradição ou não, por leituras que servirão como textos matrizes para um novo fazer, o que resulta,

seguramente, um desenrolar metalinguístico. Escreveu o cordelista Gonçalo Ferreira da Silva, que tinha consciência de seu fazer literário, os seguintes versos no cordel *Lampião, o capitão do cangaço*:

> Este poema que fala
> De cangaço e de sertão
> É, apenas, à cultura
> Uma contribuição,
> Um documentário vivo
> Da vida de Lampião.
>
> Por ser uma obra feita
> À luz da verdade viva,
> Mostra a face nobre, humana
> E até caritativa
> De Lampião, se tornando
> A menos repetitiva (SILVA, s. d. p. 1).

Ao esclarecer o exercício de construção do seu texto: “Este poema que fala/De cangaço e de sertão”, o poeta questiona, experimenta, testa a linguagem com que trabalha “Por ser uma obra feita/À luz da verdade viva” e revela que o ato de escrever constitui verdadeiro laboratório. Fazer da palavra ferramenta de sondagem de si mesma como faz o carpinteiro a escolher a melhor madeira para seu trabalho cotidiano é elevar linguagem à melhor argamassa de construção, não sem o poeta questionar a própria linguagem, e inclusive, a se questionar.

Para Samira Chalhub, (2005):

> [...] linguagem da linguagem (tomando-se como linguagem um sistema de sinais organizado) é metalinguagem – uma leitura relacional, isto é, mantém relações de pertença porque implica sistemas de signos de um conjunto onde as referências apontam para si próprias, e permite, também, estruturar explicativamente a descrição de um objeto. A extensão do conceito de metalinguagem liga-se, portanto, à ideia de leitura relacional, equação, referências recíprocas de um sistema de signos, de linguagem (CHALHUB, 2005, p. 8).

Esta “ideia de leitura relacional”, que tem a ver com o remeter do texto a ele mesmo, por pistas que o próprio texto apresenta ao leitor, mediante estruturas de construção que depreendem o processo de feitura e envolve o poeta e a linguagem, i. e., este emprega, utiliza a linguagem que fora meticulosamente sondada: poeta-palavra/linguagem em simultâneo e mútuo movimento, que revelará uma terceira peça: o leitor. É este que decodificará o texto a partir do conhecimento maior ou menos que detém. Pertence ao leitor esse campo de entendimento e, consequentemente, a compreensão do texto. Cabe-lhe discernir a linguagem com que deparou. E o perceberá se for leitor atento.

Outro aspecto importante é que na poesia popular, além do questionamento da técnica, da sondagem da palavra/linguagem, intuitivos ou não, o poeta tem de apresentar o talento necessário para se expressar, pois do contrário, não estaria apto à função, ao trabalho com as palavras. A respeito dessa marca da arte e da capacidade dos que a ela se dedicam, aponta Carmelo M. Bonet (1970):

> Em todas as artes há algo acessível à maioria: a parte mecânica, a que se relaciona com a técnica. Qualquer um aprende a pintar ou a tocar piano. Mas quantos se saem mediocremente. Qualquer um consegue escrever com um pouco de experiência. Mas dar categoria à expressão é outra coisa. Necessita-se, além da técnica, algo mais: o que chamavam os antigos "veia" (BONET, 1970, p. 19).

No fazer artístico, na acepção geral do termo, "veia", sinônimo de talento, vocação, é palavra sempre em voga, de que decorrem expressões como "veia artística", "veia literária", "veia musical", pois não basta a técnica. Desse modo, como em todos os fazeres artísticos, no literário, talento e técnica são indispensáveis por darem ao texto literariedade. Poetas eruditos têm consciência técnica e cultivam a ideia de que o fazer, além de construção, não dispensa o talento. Poetas populares, por seu turno, buscam a técnica, mas utilizam também uma tradição saída da memória coletiva, que se estende de geração a geração, que os fazem acreditar, a maioria considerável, que além do talento e da técnica, a construção poética se dá como presente do divino. O poeta Manuel Camilo dos Santos, ao escrever o cordel *O filho de Garcia*, no primeiro verso da estrofe inicial, demonstra essa interferência divina:

> Deus Grande Ser Incriado
> Com os seus dons multiformes
> Torna-se imaginário
> Nos seus mistérios triformes
> Simbolicamente fala
> Aos gênios "aculeiformes" **(**SANTOS, 1958, p. 1, *apud* PROENÇA, 1986, p. 396).

Nessa invocação, percebe-se a busca por Deus, "ser incriado", como fonte inspiradora e imaginária "nos seus mistérios triformes", nítida alusão ao Pai, Filho e Espírito Santo, forças a que esses poetas recorrem, por as terem, simbolicamente, como fontes em que se encontram os dons da poesia ou os "dons multiformes" com que são agraciados tantos "gênios aculeiformes", i.e., aqueles cujo olhar remete à agudeza, e isso revela entendimento e discernimento finos e profundos na percepção da realidade e do mundo à sua volta.

Para explicar seus “gênios aculeiformes”, no entanto, o poeta recorre a neologismos e com versos de feição metalinguística afirma como a poesia se faz e o que é ser poeta:

> [...]
> E estes “aculeiformes”
> Têm a visão “duplicia”
> Que abstraticamente
> Concretizado procria
> Imagens compositórias,
> Eis o que é poesia.
>
> Ser poeta é ser geníaco
> Sensibilante ao ouvir
> As magnificências e
> Unificar, concretir
> Na visão imaginária
> Formar, criar, colorir.
>
> Assim sendo agora mesmo
> Vou criar mais um romance
> Com ordem do Grande Deus
> E a força do meu alcance
> Pois ouço a musa dizendo:
> “Seu Camilo, avance, avance” (SANTOS, 1958, p.1, apud PROENÇA, 1986, p. 396).

Dos termos trazidos pelo poeta, aculeiforme e triforme são dicionarizados. “Duplicia”, “abstraticamente”, “compositório”, “geníaco”, “sensibilante”, “concretir” procedem da ambientação vocabular do poeta e de suas vivências linguísticas, o que o faz produzir uma linguagem particular que estabelece vínculo com as raízes dessas palavras, pois remetem, respectivamente, ao campo semântico e raízes de duplo, abstrato, compor, gênio, sensível, concreto.

Parece evidente que o poeta desdobrou as palavras, talvez por forçar as rimas, mas sem perder a noção etimológica dos termos trabalhados, o que leva o leitor mais atento a relacionar o sentido dessas palavras com àquelas de que derivaram. O dom e a técnica para lidar com as palavras concedem aos poetas a plena liberdade de criação/recriação das coisas, da realidade e das palavras: “Eis o que é poesia”, como explica o autor. Na poesia erudita o questionamento do labor poético sempre foi prática constante. Carlos Drummond de Andrade é exemplo mais acabado dessa práxis. Em *O lutador*, o eu lírico que se mostra surpreso e perturbado com o mistério criador, e assim como Manuel Camilo, se atira na busca pela essência das palavras:

> [...]

Luto corpo a corpo
luto todo o tempo,
sem maior proveito
que o da caça ao vento.

Não encontro vestes,
não seguro formas,
é fluido inimigo
que me dobra os músculos
e ri-se das normas
da boa peleja.

Iludo-me às vezes,
Pressinto que a entrega
se consumirá.
Já vejo palavras
em coro submisso,
esta me ofertando
seu velho calor,
outra sua glória
feita de mistério,
outra seu desdém
outra seu ciúme,
e um sapiente amor
me ensina a fruir
de cada palavra
a essência captada,
o sutil queixume (ANDRADE, 2001, pp. 244-245).

Em *Procura da poesia*, o texto é mais categórico quanto à busca das palavras e à sua construção:

Chega mais perto e contempla as palavras.
Cada uma
tem mil faces secretas sob a face neutra
e te pergunta, sem interesse pela resposta,
pobre ou terrível, que lhe deres:
Trouxeste a chave?

Repara:
ermas de melodia e conceito
elas se refugiaram na noite, as palavras.
Ainda úmidas e impregnadas de sono,
rolam num rio difícil e se transformam em desprezo (ANDRADE, 2001, p. 249).

Não há ilusão: os poetas sabem e têm consciência de que “lutar com as palavras” é tentar descarnar-lhes o interminável mistério com a força braçal e sob a dor do criar. Para Manuel Camilo dos Santos, desempenhar a função de poeta “é ser geníaco” e, consequentemente, deve, “na visão imaginária, formar, criar, colorir”.

Em *Proezas de Lampião*, Luiz Gonzaga de Lima é decisivo em trecho no qual a metapoesia se faz evidente:

Voltei novamente ao campo
Da poesia rimada,
Pois a pena do poeta
Nunca pode estar parada
Porque pena preguiçosa
Não faz sucesso em nada.

Por isso, me destinei
Botei a pena na mão,
Para versar este livro
Com devida precisão.
O seu nome vai na capa:
Proezas de Lampião (LIMA, 1981, p. 18).

Voltar ao “campo da poesia rimada” é voltar-se ao trabalho, ao fazer, à técnica. Uma ideia de transpiração se dá pelas palavras “pena” e “preguiçosa”: pena como instrumento de trabalho e “preguiçosa” como negação da ociosidade e afirmação da própria ideia de que texto é trabalho. “Campo” pode também referir ao lugar de vivência do próprio poeta e de seu público. Espaço rural da troca de experiências cotidianas, de trabalho. “Campo” que com enxada se lavra, mas também campo/papel que com a pena se lavra. Com a enxada se sulca a terra, com a pena se sulca o papel: “Por isso me destinei/ Botei a pena na mão”.

Torna-se necessário ainda refletir sobre o vocábulo “versar”, que tanto significa discorrer, abordar como fazer versos, versejar. O poeta versa a respeito do tema escolhido tendo como matéria de criação narrativa o verso. Vasta é a messe para a “pena do poeta” e não é pequeno o vaso de sementes a ser lançado a seus leitores.

Sabem, entretanto, poetas populares e eruditos que há uma inspiração para o fazer poético, mas têm ciência também de que há uma técnica, e que, irmanadas, redundam as duas em construção. Poesia.

Em *A verdadeira história de Lampião e Maria Bonita*, Manuel Pereira Sobrinho invoca a força celestial e deixa transparecer a ideia de que o dom sagrado e a inspiração vêm de Deus:

[...]
Grande Deus senhor dos seres
Mandai-me orientação
Ideias, forças e rimas
De que tenho precisão
Para versar a história
Da vida de Lampião (PEREIRA, s.d., p. 1, *apud* Proença, p. 376).

Há na poética popular um jogo que o poeta estabelece entre o místico e o ato de escrever: sem aquele este não se realiza. O místico, porém, não se dá

apenas no processo de inspiração em Deus, representação do Criador na cultura judaico-cristã. Outras divindades também se fazem presentes no ato criador. A própria Natureza igualmente se apresenta como musa inspiradora dessa construção. Há poetas que não distinguem poesia e Natureza. Ousam, por isto, se colocarem como servidores de Deus e observadores da Natureza sempre dispostos a lhes servir. Invocar a Deus é, igualmente, apelar à Natureza, que também o atende. Ao propor versar sobre Lampião invoca Abraão Batista a Natureza:

> Ligeira, a Natureza
> Para mim apareceu
> Trazendo ela consigo
> Com todo seu apogeu
> Lampião, todo armado
> Como antes ele viveu (BATISTA, 1997, p. 2).

Ao se analisar, com distância e objetividade a poesia popular se constata que não há ingenuidade em sua construção: o espaço da razão no ato criador representa também o motivo de o poeta escrever, pois a presença do intelecto é essencial para as inferências objetivas dessa tessitura. Nesse aspecto, o divino não aparece e o texto traz invocações ao leitor e o põe a par do assunto em convocação direta à leitura e ao entendimento do que se anunciará.

Francisco das Chagas Batista, que dá voz em primeira pessoa ao cangaceiro Antônio Silvino, o faz declarar no início do cordel:

> Leitor, em versos rimados
> Vou minha história contar,
> Os crimes que pratiquei
> Venho agora confessar.
> Jurando que da verdade
> Jamais hei de me afastar (BATISTA, s. d., p. 1).

Leandro Gomes de Barros também adota igual recurso. Ao escrever o texto em que Antônio Silvino narra sua vida, é o cangaceiro que se apresenta ao leitor, e, literalmente, alude a seu retrato, na verdade, um desenho (extratexto) que ilustra a capa do próprio folheto. Em metatexto, mas também em metaimagem a linguagem se explica:

> Caro leitor, eis ahi
> Meu todo neste retrato,
> Todos quantos me conhecem
> Dirão que estão muito exacto;
> Tirei elle no Ceará,

Perto da villa do Crato (BARROS, s. d., p. 2).

Luiz Gonzaga de Lima se apresenta ao leitor para narrar *Justiça de Lampião*, com o intento de estabelecer, como os outros poetas, igual diálogo:

> Para os prezados leitores
> Que gostam do realismo,
> Quero escrever mais um caso
> Do tempo do banditismo,
> Quando a justiça dormia
> No berço do carrancismo.
>
> Não quero enfadar o público
> Com frívola narração –
> Quero, respeitosamente,
> Pedir geral atenção,
> Que vou contar mais um caso
> Da vida de Lampião (LIMA, 1981, p. 26).

Com as devidas afirmativas de que o texto de literatura de cordel também resulta de estudo, pesquisa, levantamento sobre o tema a ser abordado, Gonçalo Ferreira da Silva exemplifica abaixo, sob a tinta da metalinguagem:

> Nunca foi dita verdade
> Tão definitivamente e dura,
> Contundente em muitos lances
> Noutros comovente e pura
> Como nesta obra, joia
> De nossa literatura.
>
> [...] Livros de vários autores
> Também foram pesquisados,
> Exaustivamente lidos,
> Depois de lidos, filtrados
> Os lances mais importantes
> Depois aqui registrados (SILVA, s. d., p. 1).

O poeta deixa transparecer, portanto, que o ato da escrita decorre de leituras, de releituras, e, conseguintemente, eis a reescrita, com o fim de que seu discurso se insira no âmbito do estrito e exclusivamente documental, como os textos em que pesquisou.

Para Mikel Dufrenne (1969), “o intelecto é impessoal: pode e deve sê-lo, para constituir um domínio de objetos manipuláveis, objetivos que não exigem um compromisso particular” (p. 133). Nesse aspecto, o poeta popular também não pode dispensar essa razão, pois o cabedal de conhecimento de que dispõe, (por simples que seja), comporta seu ato de construção. É nesse espaço do construir que se encontram o apagar e o acender do texto, a borracha e o lápis deslizam no papel em transpiração constante até resultar no que se pretende poético. É nesse

espaço que se institui o inevitável encontro do poeta com a razão. Se a inspiração é o encontro com a divindade ou a Natureza para o pretexto da criação, o texto se faz da linguagem-palavra e para que isto se realize se evoca o racional.

Maritain, citado por Dufrenne (1969), distingue, segundo este, "três figuras que [estendem] a ideia do gesto poético às demais artes" e a que o teórico chamou de "três maneiras de libertar, por vezes, heroicamente, o sentido poético dos vínculos que o detêm à razão discursiva, pois essa libertação é sempre a principal ambição do poeta inspirado" (p. 134). Observemos:

> A primeira consiste "em dar imediatamente livre curso à intuição criadora nascida nas profundezas da alma". A segunda, 'invejosa de Deus que careceu de tato suficiente para criar antes de nós', exalta o poder criador do homem. A terceira visa uma procura de si através da poesia (MARITAIN citado por DUFRENNE, 1969, p.134).

No ato de criação de Cordéis essa intuição é uma realidade que se faz presente quando, num primeiro momento, levamos em conta esse poeta natural, desarmado de qualquer amarra racional, por agir apenas pela sensibilidade que o envolve a alma no sentido mais profundo, embora sem se desvencilhar da ideia de que, sem o dom, sem a verve, não há poesia. É "é o dom necessário" de que fala Gonçalo Ferreira da Silva. Num primeiro instante, porém, a alma do poeta se confunde com o próprio ato criador, quando o que predomina é a busca pela inspiração, para, a partir disso, o texto tomar forma e sentido, propriamente, tornar-se construção:

> Só a alma luminosa
> Do homem missionário
> Ouve a voz interior,
> E tendo o dom necessário
> Faz poesia da seiva
> De um caule imaginário.
>
> Poeta não ouve vozes
> Só com humanos ouvidos,
> Ausculta a alma das coisas
> Com diferentes sentidos
> Para os que não são poetas
> Ainda desconhecidos (SILVA, s.d., p. 3).

Ao invocar a Deus, há o reconhecimento do criador supremo por parte do poeta, mas esse invocar é o pretexto até "invejoso", mas sem despeito, sem ressentimento, por parte daquele que se pretende igual criador em relação àquele que, primeiramente, é o Criador. Que é "antes de nós". No entanto, o ato de

criação permite ao poeta essa busca por afirmação como criador, e, tal qual um deus, se arvora a esta condição:

> Oh! Deus todo poderoso
> Dai-me a santa inspiração
> P'ra eu descrever em versos
> Sem despeito e sem paixão
> A mais triste das histórias
> Ocorridas no sertão. (SILVA, s.d, p. 1)

Costa Leite, em *Encontro de Lampião com Antônio Silvino*, também se coloca como o que, primeiramente, necessita da permissão do Criador para empreender sua narrativa:

> Peço proteção a Deus
> Nas poesias que faço
> Saúde e felicidade
> Enquanto copio e traço
> Este conto nordestino
> A luta de Antônio Silvino
> E Lampião, rei do cangaço. (COSTA LEITE, s. d. p. 1)

Importante esclarecer ainda que nos cordéis épicos não há fronteira no tempo ou espaço para a invocação a deuses e musas. Ao buscarem proteção para criar seus textos os poetas invocam tanto a Apolo quanto a institutos representativos do universo judaico-cristão. Nos exemplos que seguem, as invocações aludem claramente à cultura clássica. Mencionar Apolo ou, genericamente, as musas é prática já tornada tradicional no Cordel, (de cunho épico ou não), o que denota o gosto dos poetas populares pelos clássicos, em muitos casos, para mostrar conhecimento não somente a seu público, mas a seus pares, o que já se tornou praxe entre esses poetas. É o que Marlene de Castro Correia (2010, p. 130) chama de "disfarçada autovalorização do poeta junto ao público, perante o qual ele se define como detentor-difusor da tradição".

Ao invocar os deuses e as musas do Olimpo, o poeta se autoafirma perante seu ouvinte/leitor como aquele que se atém à cultura clássica:

> Apolo abre as veredas
> Do passado do sertão
> Mais um irmão de Silvino
> Em minha apresentação
> Aqui está no cordel
> Dois cabras de Lampião [...]. (SABÓIA, 1997, p. 1)

> Me inspire ó musa divina
> Com toda sabedoria
> Dai-me da mais rica mina

As pérolas da poesia
Para rimar meu poema
Nesse interessante tema
Que escolhi neste dia (RINARÉ, 2005, p. 1)

Musa mãe da poesia
Me encha de inspiração
Para narrar uma história
Sobre uma grande nação
Que é povo chinês
De milenar tradição (SILVA, 2003, p. 1).

Já na estrofe a seguir, se misturam invocações pagãs e cristãs, num escancarar de portas que deixa conviverem deuses de toda casta:

Vinde musa mensageira
Do reino de Eloim
Traz a pena de Apolo
E escreve aqui por mim
O Assassino da Honra
Ou a Louca do Jardim (SILVA, 2008, p. 1).

Nesse outro exemplo as musas são santas, em plena mistura de tradição católica e pagã:

Ajudai-me santas musas
Com força suave e leve [...] (SILVA, s. d., p. 1).

Em invocação totalmente cristã, Joel Francisco Borges recorre a Deus para escrever seu cordel Vida do vaqueiro:

Com o apoio que tenho
Do santo Deus verdadeiro
Que da santa poesia
Eu me tornei um herdeiro
Neste livro vou falar
Sobre a vida do vaqueiro (BORGES, s.d., p. 1).

Ainda, das três figuras do “gesto poético” a que refere Dufrenne, 1969, p. 134) há aquela em que o poeta se busca ou diz de si ‘através da poesia’. Gonçalo Ferreira faz a pergunta retórica, para, na verdade, se dizer num ato de autorreferencialidade para, na segunda estrofe referenciar o próprio texto:

Onde estaria Gonçalo
Alheio à humana dor?
Possivelmente na fonte
Geradora de amor,
No absconso segredo
Das mãos de seu Criador.

Dirão que não há estética
Neste preâmbulo que faço

Pois tenho que mergulhar
No velho nordeste crasso
Para arrancar um poema
Das entranhas do cangaço (SILVA, s.d., p. 3-4).

No Cordel *Trechos da vida de Lampião*, Expedito Sebastião da Silva se enquadra nessa terceira categoria do teórico francês, já que também se coloca no texto que constrói:

Para tirar o leitor
Duma dúvida ou embaraço
Aqui detalhadamente
Ligeiro um resumo faço
Sobre a vida do famoso
Lampião, rei do cangaço.

Da vida dele só conto
Trechos que chamam a atenção
De acordo com o que ouvi
Contado pelo sertão
E baseado no livro
Façanhas de Lampião.

Sobre ele algum poeta
Escreve, mas não conhece
A história verdadeira
Então o que acontece
É dizer muitas mentiras
Ferindo a quem não merece.

Portanto, fugindo à regra
Que escreve algum poeta
Adiante dou início
A uma história correta
Contando de Lampião
Trechos da vida completa (SILVA, 1997, p. 1).

Esse dizer-se, apresentar-se no ato criador é algo corrente na literatura de cordel. Não é pouco o número de autores que assim procede como a manter e preservar a tradição típica de textos que provêm da oralidade. Antônio Teodoro dos Santos inicia o cordel *Lampião, o rei do cangaço* da seguinte forma:

Nestes versos sertanejos
Escritos por minha mão
Baseado nas memórias
Do cangaço no sertão
Vou descrever o destino
Do capitão Virgulino
Que se chama Lampião (SANTOS, 1959, p.1).

Quanto à construção do texto, afirma ainda Chalhub:

[...] o encontro que aí se dá é o da linguagem: do poeta e do leitor, construtores de signos. Ou do emissor e do receptor diante de qualquer

> produção que necessite expor seus sentidos a um outro que lhe dê existência pelo ato da descoberta de seu ser. Diante de um poema, de um filme, da música que estimula o sensorial auditivo, da escultura que convida ao tato, da ciência que permite a especulação, [...], portanto, diante de qualquer mensagem organizada como um sistema de signos está o receptor defrontado com a linguagem. [...] Há sempre o *outro* deflagrado diante do *eu*, há sempre relações – de passividade ou dinâmicas, de criação ou de repetição – mas sempre relações de linguagens (CHALHUB, 2005, pp. 5-6).

O poeta Abraão Batista propõe ao seu leitor as diversas possibilidades de leitura a partir da linguagem do Cordel. No entanto, a leitura relacional se dá segundo a linguagem desse mesmo leitor e sua consequente identificação com os códigos a ele lançados:

> Meu leitor, meu amiguinho
> Permita a imaginação
> Desse encontro imaginário
> De kung Fu com Lampião
> Na cidade de Juazeiro
> Do padre Cícero Romão.
>
> Pois bem, eu vou lhe dizer
> Como foi que aconteceu
> Para contar quem se feriu
> Quem se matou, quem morreu
> Depois me diga por aí
> Quem contou isso foi eu.
>
> Lembre-se: essa história
> É livre e imaginária
> Vem do livro do poeta
> Que tem na indumentária
> Do infinito astucioso
> Que não tem medo de pária. (BATISTA, 1997, p. 1)

Da mesma forma que o “poeta tem liberdade/sagrado dom da natura”, como escrevera José Pacheco, (*Debate de Lampião com São Pedro*, 1997, p. 8), e se é livre para percorrer os caminhos do seu texto, o leitor, igualmente, fica livre, segundo seu contexto cognitivo para imaginar e até completar a narrativa, se for um leitor ativo, atento.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os poetas populares, em maioria, no seu fazer, demonstram preocupação com o texto, embora a simplicidade de suas produções, o pouco recurso linguístico, o restrito acesso ao conhecimento. A seu modo, no entanto,

pesquisam, buscam ler, encontrar fontes, se calcar noutros textos, - tanto os da tradição quanto àqueles mais próximos à sua realidade -.

Em sua oficina, o poeta popular sua, como o erudito, no labor de seu texto. Sabe, intuitivamente ou não, este poeta que na feitura do texto há um quê de luta com as palavras, há o limar bilaquiano, a angústia drummoniana do digladiar cotidiano com a palavra. Da tradição também carrega a força das musas, dos deuses olímpicos, dos deuses cristãos, da Natureza, enfim. Invocar essas entidades é guardar ou manter vivo o legado ancestral dos que lhes antecederam, afinal, a verve popular se calca muito honestamente neste diálogo matricial.

Por fim, os poetas populares em muitos de seus textos trabalham, - conscientes ou inconscientemente -, os elementos de metalinguagem, essa explicação do fazer poético. Nessa *poiésis* há, sem dúvida, a grande preocupação com o artesanato do texto, o esquadrinhar, o ajuste da palavra certa, precisa, como uma tentativa de, não somente afirmar o texto, mas de ele mesmo, o poeta, se afirmar, não só em meio a seus pares, mas frente ao leitor, a enunciar/explicitar - num ato ilocucionário - o texto, mas também ele, o poeta, a se autorreferenciar.

O leitor comum é levado ao texto segundo seu alcance imaginativo e com este estabelece a leitura que mais bem se ajusta à sua cognição e à sua capacidade de análise. O leitor mais técnico conflui aos liames, às linhas e entrelinhas textuais, com o sentido de entender-lhes o alcance, o processo de feitura, sua estrutura. E as encontrará. Basta que seu olhar se volte para o texto, uma vez que não há fronteiras no universo de criação do imaginário. Desse modo, texto e leitores sempre se complementam, se completam na ciranda criação/recriação/leitura.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Antologia poética**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BARROS, Leandro Gomes de. **O nascimento de Antônio Silvino**. [s. l], [s. d].

BATISTA, Abraão, **Encontro de Lampião com Kung Fu em Juazeiro do Norte**. Fortaleza: Secult, Governo do Estado do Ceará, editora [s.n], 1997.

_____. Abraão. **Imaginário de Lampião sobre seus eleitores, amigos e admiradores**. Juazeiro do Norte: Gráfica Mascote Ltda, 1997.

BATISTA, Francisco das Chagas. **Antônio Silvino: vida, crimes e julgamento**. São Paulo: Luzeiro, s.d.

BONET, Carmelo M. **As fontes da criação literária**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970.

BORGES. Joel Francisco. **A vida de vaqueiro**. Bezerros – PE: editora [s.n], data, s.d.

CHALHUB, Samira. **A metalinguagem**. São Paulo: Editora Parma, 2005.

CORREIA, Marlene de Castro. **Lugar-comum/lugar incomum na literatura de cordel: conversa (quase) descosturada. Poesia dos dois Andrades: (e outros temas)**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2010.

COSTA LEITE, José. **O encontro de Lampião com Antônio Silvino**. Recife: Ed. Coqueiro, s.d.

DUFRENNE, Mikel. **O poético**. Trad. Luiz Arthur Nunes e Reasylvia Kroeff de Souza, Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **Literatura popular em verso**: antologia/ seleção, estudos e comentários: Manuel Cavalcante Proença. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1986. v. 95.

LIMA, Luiz Gonzaga de**. Proezas de Lampião**. São Paulo: Luzeiro, 1981.

_____. **Justiça de Lampião**. São Paulo: Luzeiro, 1981.

MEDEIROS, Antônio Américo de. **Lampião e sua história contada em cordel**. Local: [s. l], editora [s. n], data, s.d.

PACHECO, José. **Debate de Lampião com São Pedro**. Fortaleza: Secult. Governo do Estado do Ceará: [s.n.], 1997.

RINARÉ. Rouxinol. **Salomão e a sulamita**: **o canto sacro do amor**. Fortaleza: Tupynanquim Editora, 2005.

SABÓIA, Henrique Sabaó Ferreira Dila. **Pínino**. Caruaru: Espaço Cultural Tancredo Neves, 1997.

SANTOS, Antônio Teodoro dos. **Lampião o rei do cangaço, amores e façanhas**. São Paulo: Prelúdio, 1959.

SILVA, Caetano Cosme da. **O assassino da honra ou a louca do jardim**. Rio de Janeiro: ABLC, 2008.

SILVA, Expedito Sebastião da. **Trechos da vida completa de Lampião**. Secult. Governo do Estado do Ceará. [s.n.], 1997.

SILVA, Evaristo Geraldo. **O imperador amarelo**. Local: [s. l], Editora do Autor, 2003.

SILVA. João Ferreira da. **A verdadeira história de Lucas da Feira**. Local: [s. l], s/d.

SILVA. Gonçalo Ferreira da. **Lampião, o capitão do cangaço**. Rio de Janeiro: Editora Ralp, s.d.

_____. **Corisco**, **o sucessor de Lampião**. Rio de Janeiro: ABLC, s/d.

_____. **Zé Baiano**, **o ferrador de gente**. Local: [s. l], s/d.

SILVA, Severino Borges da. **Branca de Neve e os sete anões**. Local: [s. l], s/d.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE PETROLINA PE: UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS GASTOS DE 2014 A 2018

Francisco Antonio do Nascimento Santos
fantonioprofessor@yahoo.com
Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Petrolina – FACAPE
Pós-graduado em Docência do Ensino Superior pela Faculdade São Francisco de Juazeiro BA – FASJ
Pós-graduado em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal pelo Centro Universitário Internacional - UNINTER
Pós-graduando em MBA Executivo em Gestão Tributária pelo Instituto Líbano
Pós-graduando em MBA em Controladoria e Finanças pelo Instituto Líbano

RESUMO: As despesas públicas são gastos autorizados na lei orçamentária anual ou em leis especiais e são necessárias para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos. A lei orçamentária consiste no orçamento propriamente dito e é o instrumento de planejamento do governo onde se prevê a arrecadação de receitas e a fixação das despesas para um período de um ano. Diante do exposto o presente estudo tem como objetivo analisar as despesas orçamentárias do município de Petrolina PE, verificando a evolução dos gastos dos períodos de 2014 a 2018. A pesquisa está fundamentada por meio de análise documental tendo como principal fonte dados extraídos do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi). Para o alcance dos resultados utilizou-se uma metodologia de natureza bibliográfica por meio de consulta em livros e artigos científicos. De acordo com o resultado da pesquisa é possível perceber a evolução das despesas orçamentárias em cada estágio de execução ao longo do período estudado. O destaque está no ano de 2018 que apresentou uma evolução de 17,46% nas despesas liquidadas, seguido de 16,57% nas despesas pagas e 14,49% nas despesas empenhadas, superando os períodos anteriores.

Palavras-Chave: Despesas Públicas. Lei Orçamentária Anual. Despesas Orçamentárias. Serviço Público.

ABSTRACT: Public expenditures are authorized expenditures in the annual budget law or in special laws and are necessary for the operation and maintenance of public services. The budget law consists of the budget itself and is the government's planning instrument, which provides for the collection of revenues and the setting of expenditures for a period of one year. In view of the above, the present study aims to analyze the budgetary expenses of the municipality of

Petrolina PE, verifying the evolution of expenses from 2014 to 2018. The research is based on documental analysis, having as main source data extracted from the information System Accounting and Taxation of the Brazilian Public Sector (Siconfi). To reach the results, a methodology of a bibliographic nature was used through consultation in books and scientific articles. According to the result of the research, it is possible to perceive the evolution of budgetary expenses in each stage of execution over the period studied. The highligth is in2018, which presented an evolution of 17,46% in settled expenses, followed by 16,57% in paid expenses and 14,49% in committed expenses, surpassing previous periods.

Keywords: Public Expenditure. Annual Budget Law. Budgetary Expenses. Public Service.

1. INTRODUÇÃO

Conforme o Manual da Despesa Nacional (2008) a despesa orçamentária depende de autorização do poder legislativo, sendo assim, só pode ocorrer a execução após aprovação pelo respectivo poder. Deve obedecer ao princípio do equilíbrio orçamentário, ou seja, essas despesas autorizadas não podem superar a previsão de arrecadação das receitas. Os recursos são escassos e a demanda por serviços públicos é grande, o que requer responsabilidade do gestor público na alocação eficiente dos recursos e controle das finanças públicas.

A despesa pública corresponde a todos os desembolsos ocasionados pelo poder público, a finalidade do Estado em contrair esses gastos consiste no atendimento dos serviços prestados a população. Esses gastos são contraídos nos termos da constituição ou através de contratos e demais instrumentos (SILVA, 2009). São realizados para atender à coletividade e necessários para o gestor público dar prosseguimento as políticas públicas e demais finalidades do Estado (ROSA, 2011).

A pesquisa tem como objetivo geral analisar as despesas orçamentárias do município de Petrolina PE de 2014 a 2018. Para dar ênfase ao estudo são propostos objetivos específicos tais como: Diferenciar despesas orçamentárias de extraorçamentárias; conceituar os estágios da despesa pública e analisar a evolução das despesas orçamentárias do respectivo município dos anos de 2014 a 2018.

A alocação dos recursos públicos é fundamental para o equilíbrio das contas públicas como também na eficiente prestação dos serviços a sociedade. O estudo faz uma análise das despesas orçamentárias do município de Petrolina, estado de Pernambuco, mostrando as diferenças entre os gastos orçamentários e extraorçamentários, aqueles estando presente no orçamento do poder executivo e estes não estando incluso na lei orçamentária. É também objeto da pesquisa evidenciar os estágios das despesas do governo que precisa seguir todas as etapas sendo fundamental para o controle dos gastos públicos.

A elaboração do estudo justifica-se em conhecer o montante das Despesas Orçamentárias do município de Petrolina PE, o que permite também a ideia de quanto o município pode gastar levando em consideração o princípio do equilíbrio orçamentário que visa assegurar que as despesas fixadas no orçamento não podem ser superiores a previsão das receitas. Esse dispositivo demonstra a responsabilidade do gestor quanto à alocação eficiente dos recursos públicos, haja vista a escassez de recursos e a grande demanda por serviços públicos pela população. O estudo é importante na medida em que proporciona informações de matéria orçamentária para a população e contribui para uma melhor visualização linear dos gastos público ao longo da Administração Pública, o que permite aos profissionais da área pública e até mesmo aos gestores públicos definirem como e quais políticas públicas são mais relevantes de acordo com o contexto social.

2. SISTEMA ORÇAMENTÁRIO

De acordo com o artigo 165 da Constituição Federal de 1988 o sistema orçamentário brasileiro é composto por três normas básicas, o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA. Todas essas normas são de iniciativa do poder executivo e apreciado pelo poder legislativo, essa estrutura legal possibilita uma melhor alocação dos recursos públicos e a integração entre o planejamento e o orçamento anual. De acordo com a forma definida na constituição a lei do PPA antecede a LDO e a LOA, a LDO com base no PPA estabelece a formulação da LOA e fixa as diretrizes orçamentárias para ente governamental.

2.1. Plano Plurianual – PPA

O Plano Plurianual compreende a concretização das ideias proposta pelo gestor público, chefe do poder executivo no período eleitoral, deve ser estruturado para atender o interesse social. É instituído num programa de trabalho, desenvolvido para um período de quatro anos, sua elaboração dar-se no primeiro ano de mandato, sua execução é iniciada a partir do segundo e finaliza no primeiro ano do mandato subsequente (ANDRADE, 2007).

Para Kohama (2013), o Plano Plurianual consiste em um instrumento de planejamento de médio prazo do governo, seja federal, estadual ou municipal, sendo que é por meio desse plano que se ordena as despesas que permitirão o atingimento de diretrizes, metas e objetivos para um período de quatro anos. É preciso demonstrar que além desses fatores a lei que instituirá o Plano Plurianual estabelecerá de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da gestão pública para as despesas de capital e para outras relativas aos programas de duração continuada.

O Plano Plurianual no texto constitucional é descrito da seguinte forma: “§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada”. (BRASIL, 1988, Art.165).

Todos os investimentos que ultrapassam um exercício financeiro deverão está incluso no Plano Plurianual ou em lei que o autorize. Silva (2013) classifica os investimentos como Despesas de Capital, ou seja, todos aqueles investimentos que aumentam o patrimônio público, como a aquisição de equipamentos e realização de obras, ou ainda que diminua a dívida ao longo prazo, através da amortização da dívida; Gastos decorrentes de despesas de capital, como exemplo, custos de operação em um prédio escolar e novos programas de duração continuada que consiste na criação de programas sociais com o objetivo de promover a alimentação a um baixo custo.

2.2. Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias é um mecanismo orientador para a constituição da Lei Orçamentária Anual, almeja ser o elo entre o planejamento estratégico (Plano Plurianual) e Planejamento Operacional (Lei Orçamentária Anual). Sendo assim é responsável pelo desdobramento das metas estabelecidas no PPA para o ciclo de quatro anos e designando as prioridades da administração pública, ainda distingue os investimentos que serão efetuados no próximo exercício financeiro (GAMA JUNIOR, 2009). Conforme o art. 165, § 2º da Constituição Federal, a lei de diretrizes orçamentárias é de iniciativa do poder executivo, e assim descreve:

> § 2º - A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. (Constituição Federal, art. 165).

Segundo Rosa (2013) a Lei de Diretrizes Orçamentária representa uma evolução constitucional sendo oriunda da Constituição federal de 1998 tem como mecanismo a formalização das políticas públicas e por possuir as características seguintes. É lei ordinária de natureza transitória; é vinculada a um exercício financeiro, ou seja, tem periodicidade anual; está sujeita a prazos e ritos especiais de tramitação; especifica as metas e prioridades da Administração Pública Federal; define a estrutura e organização do orçamento.

Segundo Kohama (2003, p. 60) a LDO "conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providencias a serem tomado caso se concretizem". É importante observar que a LDO contribui diretamente com a elaboração do orçamento anual no qual estão fixadas as despesas orçamentárias, nesse contexto a avaliação dos riscos que comprometam as finanças públicas torna-se fundamental na composição da lei de diretrizes orçamentárias. O projeto de lei de diretrizes orçamentária (LDO) é de competência do poder executivo e os setores de contabilidade e planejamento são designados pela estruturação dos textos e anexos. A LDO deve ser enviada ao legislativo para aprovação até 15 de abril de cada ano, (ANDRADE, 2007).

2.3. Lei Orçamentária Anual – LOA

Segundo Rosa (2013) a lei orçamentária anual é também denominada como orçamento ou simplesmente de lei de orçamento, ainda para a autora essa lei difere das demais, resultante de um projeto iniciado no poder executivo, sendo discutida e apreciada pelas duas casas do congresso nacional na forma do regimento. De acordo com Kohama (2017, p.44) a lei orçamentária anual compreenderá:

> I – *o orçamento fiscal* referente aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público; II – *o orçamento de investimento das empresas* em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; e III – *o orçamento da seguridade social*, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.

Azevedo (2004) define a lei orçamentária anual como o projeto de lei que é encaminhado ao Congresso Nacional até 31 de agosto de cada ano e que estima as receitas e autoriza as despesas conforme previsão de arrecadação. É nesse projeto de lei que o governo define as prioridades contidas no Plano plurianual e também as metas que deverão ser atingidas naquele ano. Conforme Slomski (2013) a lei de orçamento anual (LOA) é de iniciativa do poder executivo o qual é o responsável pelo estabelecimento de políticas públicas para o exercício a que se referir, a LOA tem como objetivo prevê a receita e fixar a despesa para um exercício financeiro com vigência coincidente com o ano civil.

2.4. Classificação das Despesas Pública

Para Slomski (2003) a despesa pública pode ser considerada o consumo de recursos orçamentários e extraorçamentários. Os recursos orçamentários São as despesas fixadas nas leis orçamentárias ou nas de créditos adicionais, instituídas em bases legais. Assim, dependem de autorização legislativa. Obedecem aos estágios da despesa: fixação, empenho, liquidação e pagamento. Já as despesas extraorçamentárias São as despesas não consignadas no orçamento ou nas leis de créditos adicionais.

De acordo com o art. 12 da Lei 4.320/64 “a Despesa Orçamentária no que se refere às categorias econômicas, deverá, ser classificada em: Despesas

Correntes e Despesas de Capital". As despesas orçamentárias correntes são aquelas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital e as despesas orçamentárias de capital são aquelas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital.

2.4.1. Despesas Orçamentárias e Extraorçamentárias

De acordo com Kohama (2017, p. 99) "a despesa orçamentária depende de aprovação do poder legislativo e não pode ser realizada sem crédito orçamentário correspondente, consistindo em uma despesa que integra o orçamento, ou seja, está discriminada e fixada no orçamento público". Rosa (2013, p. 267), afirma que "as despesas orçamentárias equivalem à aplicação de recursos financeiros e que só podem ser utilizados após discussão e autorização prévia do poder legislativo". Tais despesas são fixadas no orçamento do órgão ou entidade e subordinam-se às normas do direito financeiro, (ROSA, 2013).

Silva (2004) define despesa ou desembolso como a quantia expendida pelo ente, sendo que a despesa pública corresponde ao desembolso autorizado pelo poder legislativo para a execução dos programas de governo. Slomski (2013, p. 36), "menciona que a despesa extraorçamentária compreende o montante dos débitos lançados na conta do passivo circulante e que são recursos que transitam pelos cofres públicos e que não se referem à receita orçamentária". A despesa extraorçamentária consiste na devolução de recursos pelo ente público que foram arrecadados como ingressos extraorçamentários. Compreende os recursos que transitam pelos cofres públicos, mas que não a pertencem e são devolvidos a terceiros como o repasse ao credor das consignações em folha, (SLOMSKI, 2013).

Conforme Kohama (2017), a execução da despesa extraorçamentária não necessita de aprovação pelo poder legislativo. Tais despesas são resultantes de ingressos extraorçamentários que quando restituídos compreendem em gastos não presentes nas leis de orçamento anuais, um exemplo são as retenções de imposto de renda na fonte onde a União recebe os recursos, mas que serão compensados na declaração de ajustes anual pelo contribuinte.

2.4.2. Despesas Correntes e de Capital

Para Piscitelli e Timbó (2014, p. 157) “as despesas presentes no orçamento público, ou seja, as despesas orçamentárias são classificadas segundo a natureza econômica em despesas correntes de capital”. Carvalho (2010, p.339) “afirma que as despesas de capital são aquelas que contribuem diretamente para a formação de um bem de capital, são elas: investimentos, inversões financeiras e amortizações da dívida”.

Segundo Kohama (2017) classificam-se como despesa corrente todas aquelas que não contribuem diretamente para a formação de um bem de capital, o autor ainda complementa afirmando que as despesas correntes são os gastos de natureza operacionais ocasionados pelas instituições públicas para o funcionamento e também manutenção dos seus órgãos.

Conforme Azevedo, Lima e Lima (2004), as despesas correntes compreendem todas as transações que o governo realiza na Administração Direta ou por meio de seus órgãos através da Administração Indireta, onde esse esforço não resulta em acréscimo patrimonial, não contribuindo para aquisição ou formação de bens de capital.

2.5. Estágios da Despesa Pública

De acordo com Silva (2011) os estágios ou etapas da despesa orçamentária percorrem os seguintes estágios: fixação, empenho, liquidação e pagamento. Para o autor a fixação da despesa orçamentária é inserida no processo de planejamento compreendendo a adoção de medidas direcionadas ao cumprimento das ações definidas para os projetos, atividades e programas. Segundo os arts. 58 a 61 da Lei 4.320/1964, o empenho de despesa, está assim disciplinado: “O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição”.

Slomski (2013) menciona o empenho como o segundo estágio da despesa orçamentária, tal item não pode ultrapassar o limite da dotação estabelecida na Lei Orçamentária Anual. O empenho é caracterizado como um ato emanado de

autoridade competente que institui para o estado a obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

Para Rosa (2013) a liquidação da despesa consiste em verificar de forma indispensável à condição que compreende a verificação do cumprimento da obrigação pelo contratante, com o objetivo de comprovar o direito por ele adquirido e o respectivo crédito. A liquidação tem por objetivo a verificação do direito adquirido pelo credor onde se toma por base os documentos que comprovem o respectivo crédito.

Segundo Silva (2011) a liquidação da despesa implica no recolhimento de um passivo no patrimônio, sendo que somente serão pagas quando ordenada o processo de liquidação, sendo que na liquidação o órgão contábil deverá apurar a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância extra a pagar e por fim a quem se deve pagar a devida importância. Para Kohama (2017) o pagamento consiste na ultima etapa ou estágio da despesa orçamentária, onde o poder público faz a entrega do numerário correspondente, sendo que o pagamento da despesa só poderá ser efetuado quando ordenado a sua regular liquidação.

2.6. Restos a Pagar

Conforme Piscitelli e Timbó (2014) restos a pagar compreendem todas as despesas que foram empenhadas e que são pendentes de pagamento na data de encerramento do exercício financeiro. Os autores ainda ratificam que são despesas inscritas contabilmente como obrigações a pagar no exercício subsequente e constituindo a dívida flutuante. A Lei 4.320/1964 define restos a pagar em seu artigo 36 como sendo “as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas”.

Para Kohama (2017, p. 142), “deve-se observar a exigência legal, a qual determina a distinção entre despesas empenhadas processadas das não processadas que são por ocasião da inscrição de restos a pagar”. Segundo Kohama (2017, p. 142), entende-se:

> Por restos a pagar de despesas processadas aquele cujo empenho foi entregue ao credor, que por sua vez forneceu o material, prestou o serviço ou ainda executou a obra, e a despesa foi considerada “liquidada” por ter sido cumprido o terceiro estágio correspondente à liquidação, estando na fase de pagamento. Verifica-se que a despesa processou-se

> até a liquidação e em termos orçamentários foi considerada “despesa realizada”, faltando apenas o processamento do pagamento.

Ainda conforme Kohama (2017, p. 143), entende-se por despesas não processada:

> Aquela cujo empenho foi legalmente emitido, mas depende, ainda, da fase da liquidação, isto é, o empenho foi emitido, porém o objeto adquirido ainda não foi entregue e depende de algum fator para a sua regular liquidação; do ponto de vista da escrituração contábil orçamentária não está devidamente processada.

De acordo com Gobetti (2008) os restos a pagar não processados são procedentes de uma liquidação forçada dos empenhos, os quais ainda não foram liquidados ou mesmo cancelados no final do exercício. A ampliação dos restos a pagar nos últimos anos tem como consequência a necessidade de ajuste fiscal.

3. METODOLOGIA

Marcone e Lakatos (2007, p.157) “definem pesquisa como um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”. Tal estudo faz uso da análise documental tendo como principal fonte dados extraídos do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi). Os dados expostos são referentes às despesas orçamentárias do município de Petrolina, estado de Pernambuco, no período de 2014 a 2018. Quanto à finalidade, a pesquisa é bibliográfica e descritiva, já o método utilizado é o quantitativo.

Marion et al. (2010, p. 56) conceitua a pesquisa bibliográfica como “a evolução do conhecimento (o estado da arte) sobre um determinado tema específico, aponta as falhas e os acertos dos diversos trabalhos na área, fazendo críticas e elogios, resumindo o que é, realmente, importante”. Marcone e Lakatos (2007, p.160) define a pesquisa bibliográfica “como um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”.

Conforme Marion et al. (2010, p. 56), a pesquisa descritiva “busca descrever um determinado fenômeno ou uma população. O investigador observa, quantifica, descreve e classifica”. As pesquisas de opinião têm origem na pesquisa

descritiva como os levantamentos feitos pelo Instituto Brasileiro de Geográfica e Estatística (IBGE), com o objetivo de mostrar os aspectos demográficos de uma determinada região, (MARION et al. 2010).

Gil (2010) descreve a pesquisa qualitativa como uma análise ou estudo que necessita do investigador e que se desenvolve através de três etapas, que são: redução, apresentação e conclusão. Segundo o autor o entendimento das informações coletadas pelo pesquisador deve ser inserido em um contexto ou universo em que tenha sentido.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nessa etapa do estudo é apresentada a análise dos dados alcançados com a pesquisa documental realizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi). A pesquisa apresenta como ideia geral a análise das despesas orçamentárias do município de Petrolina PE, nos períodos de 2014 a 2018, verificando a evolução em cada estágio da fase de execução, empenho, liquidação e pagamento. Também fazem parte dos dados analisados os restos a pagar processados, ou seja, aquelas despesas que passaram pela liquidação e os restos a pagar não processados, que apenas foram empenhados.

É importante salientar que a despesa orçamentária é classificada quanto à natureza do gasto, ou seja, divide-se em categoria econômica, grupo de natureza da despesa, modalidade de aplicação e elemento da despesa. Nesse estudo não são levadas em consideração as particularidades, apenas mostra-se o processo evolutivo da despesa orçamentária de um modo geral. Para dar ênfase ao estudo elaborou-se um embasamento teórico que reforça e responde aos demais objetivos da pesquisa. Inicialmente abordou-se o sistema orçamentário brasileiro, da classificação da despesa pública quanto ao seu ingresso e natureza econômica, também foi evidenciado os estágios da despesa pública e algumas considerações de inscrição de restos a pagar.

O Município de Petrolina localiza-se na região nordeste do país, na mesorregião do São Francisco Pernambucano. Conta com uma área territorial de 4.561,870 km² e uma população estimada em 343.865 habitantes (IBGE, 2018). Na economia dispõe de um PIB per capta de R$ 17.160,36 (IBGE, 2016). No

primeiro momento foi coletado o montante de despesas orçamentárias do município de Petrolina PE dos períodos de 2014 a 2018 conforme tabela abaixo.

Tabela 01: Montante de Despesas Orçamentárias do Município de Petrolina PE

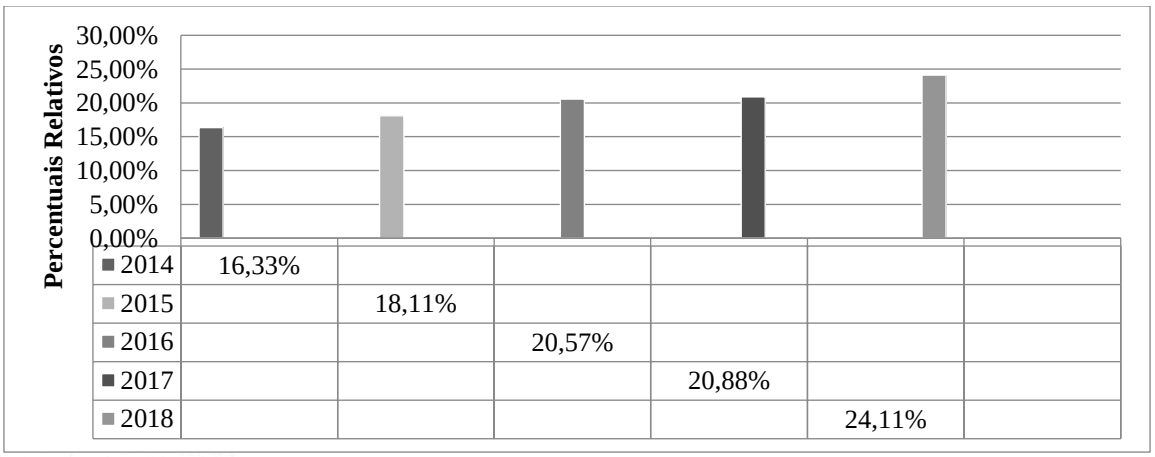
Período	Despesas Orçamentárias	Percentual Relativo
2014	7.077.109.274,47	16,33%
2015	7.848.382.622,51	18,11%
2016	8.915.872.081,07	20,57%
2017	9.049.302.812,21	20,88%
2018	10.448.575.820,18	24,11%
TOTAL	**43.339.242.610,44**	**100%**

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

No momento fez-se necessário conhecer o total dessas despesas em cada ano objeto do estudo. É possível observar em valores absolutos e relativos à evolução das mesmas. O percentual relativo é encontrado a partir da razão das despesas do ano pelo total dos períodos da pesquisa. Em termos percentuais relativos é possível perceber aumentos de forma ininterrupta, apesar de em alguns anos ser pouco significativo. No ano de 2014, foi de 16,33%, já no período seguinte, 2015 há um aumento relativo de 1,78%, em 2016 obteve-se 20,57%, houve um percentual mais expressivo em 2018, representando 24,11%.

Não houve inclusão de novas despesas que impactasse no crescimento dos gastos totais, mas sim aumento das já existentes a exemplo das despesas com pessoal e encargos sociais, vencimentos e vantagens fixas do pessoal civil e obras e instalações.

Gráfico 1: Demonstrativo da Evolução das Despesas Orçamentárias



Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

O Gráfico 1 traz os valores relativos das despesas orçamentárias do município de Petrolina PE dos períodos de 2014 a 2018. No segundo momento houve a coleta de dados de forma detalhada, ou seja, na fase de estágio de execução da despesa pública. Lakatos e Marcone (2007, p.167), definem esta etapa da pesquisa como a "tarefa mais cansativa e toma, quase sempre, mais tempo do que se espera". A etapa da despesa pública tem como essência assegurar a eficiência e eficácia dos procedimentos ocasionados pela gestão pública, pode prevenir possíveis erros ou até fraudes dentro da administração governamental, (ANDRADE, 2007).

Tabela 02: Despesas Orçamentárias do Município de Petrolina PE

Período	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Inscrição de Restos a Pagar Processados
2014	2.437.205.985,14	2.202.697.304,19	2.087.545.705,67	234.508.680,95	115.151.598,52
2015	2.675.999.029,75	2.496.384.562,89	2.404.833.615,85	179.614.466,96	91.550.947,06
2016	3.002.686.439,92	2.910.499.201,23	2.800.175.163,26	92.187.238,69	110.324.037,97
2017	3.043.793.245,14	2.961.716.321,93	2.834.550.374,61	82.076.923,21	127.165.947,32
2018	3.484.802.359,16	3.478.971.101,86	3.304.229.403,03	5.831.257,30	174.741.698,83
Total	**14.644.487.059,11**	**14.050.268.492,10**	**13.431.334.262,42**	**594.218.567,11**	**618.934.229,70**

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Após consulta analítica das despesas orçamentárias do município de Petrolina PE, foi realizado o cálculo da evolução das despesas empenhadas, das despesas liquidadas, das despesas pagas, da inscrição de restos a pagar não processados e da inscrição de restos a pagar processados. O cálculo foi realizado com base nos dados da Tabela 02, com exceção do "total" que teve como base as informações da Tabela 01. O cálculo da variação das despesas de um ano para o outro será da seguinte forma: Ano2- Ano1/Ano1x100.

Tabela 03: Cálculo da Evolução das Despesas Orçamentárias

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Evolução (2014-2015)%	Evolução (2015-2016)%	Evolução (2016-2017)%	Evolução (2017-2018)%
Despesas Empenhadas	9,8%	12,21%	1,37%	14,49%
Despesas Liquidadas	13,33%	16,59%	1,76%	17,46%
Despesas Pagas	15,20%	16,44%	1,23%	16,57%
Insc. de RP N Processados	-23,41% -20%	-48,67% 20,51%	-10,87% 15,27%	-92,90% 37,41%
Insc. de RP Processados TOTAL	**10,90%**	**13,60**	**1,50%**	**15,46%**

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

É possível observar através da Tabela 03 uma evolução de 9,8% das despesas empenhadas no período de 2015 em comparação ao período anterior. Essa evolução é percebida nos períodos subsequentes, em 2016 foi de 12,21%, em 2017 foi pouco significativa, representando apenas 1,37% de aumento em relação ao período de 2016 e em 2018 a evolução volta a ganhar representatividade, sendo de 14,49%, superando todos os anos anteriores.

A evolução das despesas na fase de execução, ou seja, no empenho, liquidação, pagamento e também restos a pagar processados ocorreu através do aumento das despesas constantes nos períodos em estudo, não sendo observado a inclusão de novos gastos que influenciasse de forma significativa nos valores absolutos e relativos, pode-se citar o crescimento dos juros e encargos da dívida em alguns dos períodos analisados.

A liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor com base em documentos comprobatórios. Referente a esse estágio da despesa pública houve também uma evolução em todo o período, no ano de 2015 a evolução correspondeu a 13,33%, em 2016 foi de 16,59%, e em 2017 apenas de 1,76%, em 2018 de 17,46%. Nota-se que apenas no ano de 2017 houve uma pequena evolução quando comparada aos outros anos.

A última etapa ou estágio da despesa pública compreende o pagamento da despesa que é a entrega do numerário ao credor mediante cheque nominativo, ordens de pagamento ou crédito em conta. Aqui é possível observar também uma evolução ao longo dos anos, em 2015 foi de 15,20% quando comparado ao ano de 2014, em 2016 correspondeu 16,44%, em 2017 essa evolução foi de 1,23%, seguindo a mesma tendência das despesas empenhadas para o mesmo intervalo, ou seja, um baixo percentual de evolução quando equiparado aos demais períodos do estudo. Esse fato pode ser observado através dos totais de despesas

pagas do ano de 2016 e 2017 quando há uma pouca evolução em valores absolutos de um período para o outro. Em 2018 a evolução foi de 16,57% superando os períodos anteriores.

Cabe ainda ressaltar a inscrição de restos a pagar não processados, que são aquelas despesas que passaram apenas pelo empenho. É notório perceber uma queda ao longo dos anos, em 2015 foi de -23,41%, no período seguinte correspondeu a -48,67%, ou seja, mais de que o dobro quando comparado ao exercício anterior, em 2017 os números correspondem a -10,87% e em 2018 a redução de restos a pagar não processados de -92,90%. Analisando os resultados é cabível a conclusão que o governo municipal vem acelerando o processo evolutivo quando a diminuição de despesas apenas empenhadas. Em relação à inscrição de restos a pagar processados, que são aquelas despesas que passaram apenas pela liquidação, mas que não foram pagas é observado retração de -20% no ano de 2015 quando comparado ao ano anterior. Nos períodos seguintes os valores refletem o oposto havendo uma evolução e com expressão mais significativa em 2018 que foi de 37,41%.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Despesa Pública compreende os gastos que o Estado incorre para a prestação de serviços públicos em atendimento aos interesses da população. A Despesa Orçamentária objeto da presente pesquisa está presente nas leis orçamentárias ou em leis de créditos adicionais e deve obedecer aos estágios da despesa pública, que são: a fixação, o empenho, a liquidação e o pagamento.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar as despesas orçamentárias do município de Petrolina PE nos períodos de 2014 a 2018 seguido dos objetivos específicos que eram: diferenciar despesas orçamentárias de extraorçamentárias; conceituar os estágios da despesa pública e analisar a evolução das despesas orçamentárias do respectivo município nos anos de 2014 a 2018. A proposta do estudo foi respondida através da revisão da literatura e da pesquisa documental feita no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi).

As Despesas Orçamentárias foram analisadas quanto à evolução em cada estágio de execução nos períodos já mencionados. Conclui-se uma evolução dessas despesas a cada período com destaque para o ano de 2018, nesse intervalo as despesas pagas pontuaram um percentual de 16,57% em relação ao período anterior e superando todos os anos anteriores. Isso demonstra que com o passar do tempo às demandas da sociedade aumentam e consequentemente os gastos públicos. Não houve levantamento de hipótese e tampouco houve dificuldades quanto à realização do estudo.

Conforme já demonstrado foi possível observar a evolução na execução das despesas orçamentárias ao longo do período estudado, em alguns anos esse aumento não foi tão expressivo a exemplo das despesas pagas no ano de 2017 que representou apenas 1,23%, no entanto percebeu-se o avanço dos gastos públicos do município. Vários são os fatores que explicam essas variações, o crescimento da cidade, por exemplo, ao longo dos anos acarretou maiores investimentos, aquisição de bens de capital, material de uso e consumo, amortização da dívida e o crescimento das despesas com pessoal e encargos sociais. Como proposta de pesquisa futura sugere-se a realização de um estudo voltado para a mensuração da evolução das despesas orçamentárias do município de Petrolina PE, com ênfase para a categoria econômica da despesa, as correntes e de capital.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, N. A. A. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**: Métodos com base na LC nº 101/00 e nas Classificações Contábeis Advindas da SOF e STN. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

AZEVEDO, M. T. L.; LIMA, M. M. P.; LIMA, A. L. P. **Introdução à Contabilidade Pública.** Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004.

BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF, 4 maio 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm Acesso em: 10 jun.2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CARVALHO, D. **Orçamento e contabilidade pública:** teoria, prática e mais de 800 exercícios. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2010.

GAMA JUNIOR, F. L. **Fundamentos de Orçamento Público e Direito Financeiro.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOBETTI, S. W. **Tópicos Sobre a Política Fiscal e o Ajuste Fiscal no Brasil.** Tese de Doutorado. Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciências da Informação e Documentação. Universidade de Brasília. Brasília-DF, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe/petrolina.html?. Acesso em 22 de jun. 2019.

KOHAMA, H. **Contabilidade pública: teoria e prática.** 15 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

_____. **Contabilidade Pública**: Teoria e Prática. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

_____. **Contabilidade Pública**: Teoria e Prática. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MANUAL DE DESPESA NACIONAL. **Aplicado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a partir da elaboração e execução da lei orçamentária de 2009**. 1ª ed. Portaria Conjunta STN/SOF Nº 3, de 2008. <Disponível em https://www.cjf.jus.br/cjf/unidades/orcamento-e-financas-na-justica-federal-1/manuais/manual-de-despesa-nacional/@@download/arquivo >. Acesso em: 10 de julho de 2019.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARION, J.C; DIAS, R; TRALDI, M. C; MARION, M. M. C. **Monografia para os cursos de administração, contabilidade e economia**. 2 Ed.. São Paulo: Atlas, 2010.

PISCITELLI, R. B.; Timbó, M. Z. F. **Contabilidade Pública: Uma Abordagem da Administração Financeira Pública**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

ROSA, M. B. **Contabilidade do Setor Público:** de acordo com as inovações das normas brasileiras de Contabilidade técnica aplicada ao setor público. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

_____. **Contabilidade do Setor Público**: São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, L. M. **Contabilidade Governamental: Um Enfoque Administrativo da Nova Contabilidade Pública**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. **Contabilidade Governamental: Um Enfoque Administrativo da Nova Contabilidade Pública**. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Contabilidade Governamental: Um Enfoque Administrativo**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SILVA, V. L. **A Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público**: Uma Abordagem Prática. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SLOMSKI, V. **Manual de Contabilidade Pública**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

_____. **Manual de Contabilidade Pública**. Um enfoque na Contabilidade Municipal. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E FISCAIS DO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO (Siconfi). Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf;jsessionid=A57jbhd9NB1Ss8goHq-refdu.node3>. Acesso em: 16 de maio de 2019.

EL VALOR PEDAGÓGICO DEL CARNAVAL COMO PATRIMONIO CULTURAL

Efraín Oliva Benítez
efrain.oliva@gmail.com
Doctor en Investigación y Práctica Educativa
Universidad de Cádiz (España)

RESUMEN: Introducción: El patrimonio cultural es el conjunto de símbolos y códigos propios que genera un pueblo concreto y que se manifiesta a través de expresiones culturales como la música, la danza, las vestimentas, etc. Pero, del mismo modo, también supone una forma de vida concreta que surge de la adaptación al entorno. Esta forma única de adaptación y expresión identifica a un pueblo y a una cultura concreta (que la distingue de las demás) y, como tal, genera aprendizajes. Es el caso del Carnaval, manifestación cultural extendida por todo el mundo (cada una con sus símbolos y códigos propios). **Metodología:** Esta comunicación es el resultado de una investigación llevada a cabo en el marco de una tesis doctoral (Oliva, 2023) que mediante un análisis documental y una metodología biográfico-narrativa indaga en aspectos relacionados con el valor pedagógico del Carnaval de Cádiz (España). **Resultados:** Hemos comprobado que el Carnaval, como patrimonio cultural, se convierte en un agente educativo que actúa de manera multidisciplinar, inclusiva y transformadora de la sociedad como recurso didáctico, como eje vertebrador o como agente educador en aspectos relacionados con la Educación Social, Ciudad Educadora, Conectivismo y Educación Patrimonial

Palabras Clave: Carnaval y Educación, Patrimonio Cultural, Educación Patrimonial, Pedagogía del Carnaval.

1. COMPRENDIENDO EL PATRIMONIO CULTURAL

Resulta complicado encontrar una definición concreta y generalizada de lo que es el patrimonio cultural. No obstante, haciendo una revisión de la literatura científica acerca del tema podemos aproximarnos a lo que es el patrimonio, de dónde y cómo surge y cuáles pueden ser sus repercusiones educativas y su valor pedagógico. Es lo que vamos a hacer en este primer apartado de manera que le

demos sentido al valor pedagógico del carnaval como patrimonio cultural de un pueblo concreto.

Así, debemos empezar por las ideas más generales para llegar a lo más concreto. Por ello, y en primer lugar, debemos tratar de definir qué es la cultura. Tampoco encontramos en la literatura científica una definición unificada de lo que es cultura, aunque sí existe una opinión consensuada. Así, podemos aproximarnos a su definición diciendo que la cultura es el resultado de la adaptación al medio y al entorno que rodea a una sociedad concreta. Cuando hablamos de entorno no nos referimos únicamente al entorno geográfico que, como resulta lógico, necesita una respuesta concreta y diferente en según qué condiciones (para que podamos entenderlo mejor, la adaptación a un medio geográfico marítimo no es la misma que a un medio geográfico de interior), si no que hablamos además de las condiciones meteorológicas, históricas, contemporáneas, sociales, etc.

Esta proceso de adaptación y de convivencia con el entorno genera una serie de símbolos y códigos propios de cada pueblo, lo que los identifica y los diferencia de otros (Giménez, 2005). Es por ello, siguiendo con el ejemplo anterior, que existen diferencias entre pueblos que viven pegados al mar y pueblos que viven en el interior, ya que las necesidades concretas de unos y de otros para sobrevivir en su entorno son diferentes y, por tanto, generan símbolos y códigos diferentes. Además, por sus condiciones históricas o meteorológicas, por ejemplo, hace que dos pueblos cercanos tengan diferencias entre ellos. Las condiciones de contemporaneidad y sociales hacen que esos símbolos evolucionen y se transformen, ya que la sociedad avanza y evoluciona, por lo que las respuestas de adaptación deben hacerlo con ella.

Esta adaptación al entorno, la cultura con sus símbolos y códigos, se manifiesta de la mano del ser humano que lo refleja en aspectos relacionados con el arte (música, artes plásticas, artesanía, moda...), la arquitectura o la tecnología, pero también en una forma concreta de expresarse de vivir y de ser en el mundo y, sobre todo, de pertenecer a una cultura concreta. Esto conlleva que cada pueblo tenga un lenguaje propio, una forma de vivir y de relacionarse propias, etc. Esta expresión manifiesta de la cultura propia de un pueblo es lo que llamamos patrimonio cultural que puede ser material (es decir, el producto físico o sensorial de la expresión cultural) o inmaterial (cuando tiene relación con el individuo como

parte de una sociedad concreta y su relación con el resto de individuos que la conforman, es decir, se alude al sentimiento de pertenencia cultural y a valores identitarios) (Fontal, Luna e Ibáñez-Etxeberría, 2021).

Son, por tanto, las personas quienes otorgan el carácter de patrimonio cultural a las expresiones culturales. Es decir, el factor humano es el más importante por dos motivos. Primero porque, como veremos, tiene el deber de transmitir ese conocimiento popular que se genera. Por otro lado, es quien le da valor y simbolismo al patrimonio, de forma que éste sea una extensión del ser humano que lo crea, lo cuida y lo transmite (Fontal, *Óp. cit.*)

La palabra patrimonio proviene del latín, y se compone de los términos *pater* (“progenitores”), y *munus* (“deber”). Por tanto, existe una necesidad educativa inherente en el significado etimológico de la palabra, ya que sugiere que el patrimonio es algo que debe ser transmitido entre generaciones. Es decir, debe existir un proceso de enseñanza/aprendizaje de forma que la cultura y la identidad cultural propia de cada pueblo se traspase de generación en generación y se mantenga viva. De ello se encarga la Educación Patrimonial, una disciplina educativa que protege y garantiza esta transmisión cultural y estos valores identitarios y de pertenencia. Es importante introducir en las aulas el patrimonio cultural de cada lugar, sobre todo en los tiempos de glocalización que estamos viviendo actualmente. Así, un pueblo concreto se reivindica como parte del mundo y se hace presente con sus particularidades, sus símbolos y códigos propios, y los pone al servicio y al conocimiento del mundo entero. Para ello es necesario que las nuevas generaciones conozcan su propia cultura, comprendan de dónde vienen y cómo son y se den a conocer al mundo con sus características culturales propias con orgullo de pertenecer a una cultura y un pueblo en concreto, único y distinto al resto.

Del mismo modo, e inspirándonos en las palabras de Dos Santos (2017), la cultura es un concepto que, aunque pertenezca a un pueblo concreto (lo identifique y lo distinga) no debemos olvidar que implica a la humanidad al completo. Este postulado nos anima a, una vez conocida y comprendida nuestra cultura propia, la demos a conocer al mundo y, de esta forma, conozcamos también otras culturas distintas a las nuestras. Esto, además de generar valores identitarios y de pertenencia, genera un aprendizaje en valores como el respeto, la tolerancia y mejorar así la convivencia entre los pueblos. Sabiendo que nuestra

cultura es la respuesta a ciertas condiciones geográficas, históricas, meteorológicas, etc. entenderemos que otras también encierran esos condicionantes. Por tanto, seríamos ciudadanos más comprometidos con la convivencia y las relaciones interculturales. En definitiva, educar en la cultura y promover la cultura para una mejora social que implique a la humanidad al completo.

2. EL CARNAVAL COMO PATRIMONIO CULTURAL

Con todo lo anterior, debemos debatir si realmente el carnaval como fiesta popular es patrimonio cultural o si, por el contrario, no lo es. Y lo vamos a hacer atendiendo a las características que hemos desgranado en el apartado anterior sobre el patrimonio. Debemos tener en cuenta que el carnaval se celebra en todo el mundo y que cada celebración de esta fiesta es distinta y genuina en cada lugar (lo que, en realidad, ya nos está dando pistas sobre si es o no, realmente, patrimonio cultural). Por ello haremos una aproximación generalizada del carnaval como fiesta para culminar resolviendo la duda: ¿es el Carnaval patrimonio cultural?.

Decíamos anteriormente que el patrimonio cultural es la expresión material o inmaterial de los códigos y símbolos propios de cada pueblo que los identifica y los distingue. Esta expresión cultural se manifiesta a través del arte, de las vestimentas, la artesanía, la música y las relaciones sociales. Observamos que el carnaval es una fiesta en la que existen todas estas disciplinas culturales: encontramos música, encontramos vestimentas propias, encontramos artesanía particular y distintiva y, además, genera lenguajes propios y únicos e, incluso, formas de vida particulares y concretas. Esto genera una ingente cantidad de producto cultural tales como disfraces y complementos de moda carnavalescos (sombreros, zapatos, joyas, etc.), máscaras, decoraciones, carrozas, canciones (con sus músicas y sus letras originales), danzas, e incluso, instrumentos que sólo se utilizan en el carnaval. Por tanto, el carnaval podría ser una expresión cultural enmarcada en las características propias de una fiesta.

Dicho de otra forma, el carnaval como fiesta se caracteriza por lo satírico, lo grotesco, la desinhibición y la normalización de aspectos que en la vida cotidiana

no lo son. Cada pueblo adapta estas características a su expresión cultural propia, que se diferencia de otras festividades. Para que entendamos el concepto vamos a poner el ejemplo de dos festividades diferentes de un mismo lugar. El Carnaval y el Día de Muertos son dos festividades que se celebran en la ciudad de Veracruz (México). Tienen en común la expresión cultural y popular genuina e identitaria del pueblo veracruzano, pero se celebran de manera distinta por las características propias de cada festividad. Es por ello que las músicas, las vestimentas, la artesanía, las relaciones humanas y las formas de vivirla son diferentes en una y otra fiesta.

Esto es desde un punto de vista local, pero si hablamos desde una perspectiva global podemos decir que si el patrimonio cultural de cada pueblo es único e identitario, la diferenciación es doble. Es decir, no solo se diferencia entre festividades de la misma población. Si estamos diciendo que el carnaval tiene unas características concretas como festividad pero que al unirse a la expresión de la cultura popular hace que cada pueblo lo celebre de una manera distinta, estamos afirmando que cada carnaval es distinto y se expresa de una manera diferente en función de las particularidades culturales de cada pueblo. Es por eso que los carnavales del mundo tienen características en común (las derivadas del carnaval como festividad) pero se expresan y se materializan a través de características propias de cada cultura. Esto justifica que el Carnaval de Recife y Olinda (Brasil), el de Montevideo (Uruguay), el de Barranquilla (Colombia), el de Venezia (Italia) o el de Cádiz (España) sean completamente diferentes el uno del otro, aunque mantengan características en común.

Por tanto, y de forma generalizada, podemos concretar que efectivamente el carnaval es patrimonio cultural de un pueblo. Es una forma más de manifestar y expresar las particularidades culturales que cada pueblo posee. Son el conjunto de saberes populares y de su expresión artística multidisciplinar que han surgido de una adaptación al entorno físico, geográfico, histórico e incluso meteorológico y que han derivado en una forma de ser y de sentir particular que los identifica como parte de una sociedad y como parte del mundo, distinguiéndolo, además, de otros pueblos que también son parte de ese mundo.

3. EL VALOR PEDAGÓGICO DEL CARNAVAL

Una vez comprendido qué es el patrimonio cultural y tratando al carnaval como tal, es momento de analizar cuáles son los beneficios educativos que desprende esta fiesta. Ya decíamos que el patrimonio lleva intrínseco un deber de transmisión entre generaciones, lo que implica una necesidad de enseñar y de aprender de manera que las nuevas generaciones se adapten satisfactoriamente al medio que les rodea y que sus valores identitarios perduren en el tiempo. Este proceso de enseñanza/aprendizaje se hace presente en las vivencias y las experiencias vitales en torno al carnaval. El simple hecho de que un niño participe o esté presente en el desarrollo de la fiesta ya genera una transmisión y asimilación de conocimientos sin que haya una intencionalidad de enseñar o de aprender, es decir, se produce un proceso de enseñanza/aprendizaje inconsciente. Pero también puede existir la intención explícita de enseñar carnaval. Dicho de otra forma, el carnaval enseña y del carnaval se aprende. Pero no solo se aprende la manifestación cultural carnavalesca o las particularidades y características de la fiesta, sino que existen otros aprendizajes que favorecen el desarrollo personal del individuo y otros que, incluso, pueden aplicarse a su desarrollo académico y profesional.

El valor pedagógico del carnaval como patrimonio lo recoge Oliva (2023), y lo recogemos aquí resumidamente. Se inspira en la propuesta de Pérez Herrera y Castro (2007) y del propio Pérez-Herrera (2014) quienes proponen, soslayadamente, los principios epistemológicos de la Pedagogía del Carnaval. Se trata de una disciplina pedagógica, amparada en los postulados de la Educación Social y la Educación Patrimonial, y revela algunos beneficios educativos de la inclusión del carnaval en el aula. Oliva (ya citado) desarrolla esta idea aportando que, además de ser un buen recurso didáctico, se enseña y se aprende del carnaval en los tres contextos y de manera consciente (es decir, con intencionalidad de enseñar/aprender) e inconscientemente (es decir, genera aprendizajes desde la propia experiencia vivida en torno a la fiesta).

De esta forma y basándonos en los autores anteriores, vamos a analizar el valor pedagógico del carnaval a continuación. Y lo vamos a hacer desde dos perspectivas diferentes pero conectadas entre sí. Primero desde sus características, que se derivan de las características propias del carnaval como festividad y, segundo, lo estudiaremos desde su funcionalidad o, dicho de otra

forma, veremos cómo el carnaval puede ejercer su valor pedagógico. Así, observamos que el valor pedagógico del carnaval como fiesta se caracteriza por tres aspectos concretos:

En primer lugar, por su carácter interdisciplinar. Hemos observado con anterioridad que el carnaval se expresa artísticamente desde varias disciplinas (la música, la danza, la artesanía popular, la vestimenta, etc.). Esto le otorga un valor pedagógico transversal y multifuncional, es decir, puede tratarse en varias materias (si hablamos de un contexto educativo formal o, incluso, el no formal) o enseña varias disciplinas distintas desde las propias vivencias en torno a la fiesta, fomentando la creatividad y la imaginación.

En segundo lugar, se caracteriza por ser inclusivo. De hecho, el propio carnaval lo es. Es la fiesta en la que todo el mundo es válido, nadie es extraño y en donde nos reímos con las imperfecciones y las rarezas, no de ellas. Por tanto, todo el mundo tiene cabida en esta fiesta, por lo que el carnaval enseña valores en torno al respeto, la tolerancia y la diversidad. Pero además, es inclusivo porque se hace presente en los tres contextos educacionales: en el formal, en el no formal y en el informal (luego explicaremos cómo) y también se producen aprendizajes derivados de la experiencia y las vivencias, en base a modelos y aprendizajes de tipo colaborativos, lo que le da también un carácter ubicuo. Es decir, en las experiencias carnavalescas se dan cita personas de todas las edades que se divierten juntas y, teniendo en cuenta que la diversión comparte los mismos mecanismos neuronales que el aprendizaje (Koster, 2014), hablamos de personas diversas que aprenden juntas desde la participación y la experiencia vital. Esto, además, genera valores identitarios y sentimientos de pertenencia a un grupo cultural concreto.

En tercer lugar, el valor pedagógico del carnaval se caracteriza por ser transformador de la sociedad. Nos acercamos aquí al contexto formal y no formal (aunque también podría hacerse presente en el informal). Introduciendo el carnaval en el aula favorecemos una retroalimentación entre la cultura popular y la escuela de manera que los beneficios educativos que esta genera sean devueltos a la sociedad. Dicho en otras palabras, si el alumnado conoce su cultura en el aula y comprende de donde viene está conociendo y comprendiendo su propia historia cultural y social. En la escuela aprende valores (que hemos ido citando anteriormente, entre otros) y los devuelve a la propia sociedad de la que

proviene, lo que provoca mejoras en la propia cultura y en la propia sociedad. Esto tiene relación con el Aprendizaje Servicio (Ballesteros, 2017) de manera que se trabaja en el aula una necesidad cultural concreta y se devuelve a la misma cultura en forma de compromiso de mejora.

Resumiendo, el valor pedagógico del carnaval se caracteriza por ser interdisciplinar (por darse cita varias disciplinas), inclusivo (porque interaccionan personas en su total diversidad y en cada experiencia carnavalesca, lo que hace que el proceso de enseñanza/aprendizaje en base al carnaval sea ubicuo) y por ser transformador de la sociedad. Esto genera valores no solo identitarios y sentimientos de pertenencia, sino valores como el respeto, la igualdad, la tolerancia o incluso la responsabilidad social, entre otros. Además, hemos mencionado la multifuncionalidad de este valor pedagógico. Es decir, existen tres formas diferentes en las que el carnaval ejerce su valor pedagógico. Veremos que es aplicable a los tres contextos educacionales, lo que realza aún más su carácter ubicuo. De esta forma, se puede enseñar/aprender:

- “Con” carnaval, es decir, hablamos específicamente del carnaval como recurso didáctico. Se refiere concretamente al contexto formal de la educación y alude al carácter interdisciplinar del carnaval puesto que puede utilizarse como recurso en cualquier materia del currículo. Así, cualquier producto cultural que haya generado el carnaval (una canción, una danza, una máscara...) puede ser utilizado como recurso en cualquier materia del currículo escolar.

- “A través” del carnaval. En este caso puede hacerse patente en los tres contextos educacionales y de manera intencionada o no. El carnaval puede ser el eje vertebrador de una programación didáctica (contexto formal), puede ser el hilo conductor de una actividad extraescolar o de un proyecto socio-educativo (contexto no formal), por lo que existe una intencionalidad de enseñar o aprender a través del carnaval. Pero tambiñen puede ser la temática de un juego infantil (contexto informal) del que también se aprende si tenemos en cuenta la teoría del juego de Piaget y los postulados de la Gamificación como teoría pedagógica. Es aquí donde se producen aprendizajes inconscientes derivados del juego, es decir, aunque no exista

la intención de enseñar o aprender a través de un juego con temática de carnaval se están asimilando habilidades y valores que se derivan de la fiesta y que favorecen el desarrollo personal del individuo.

- "Desde y Para" el carnaval. Aludimos directamente al carácter transformador del carnaval como agente educativo y a la retroalimentación o *feedback* que se produce entre escuela y sociedad que hemos explicado anteriormente.

4. CONCLUSIONES

A modo de resumen, hemos comprobado como el patrimonio cultural, en general, y el carnaval, en particular, tiene un valor pedagógico intrínseco en varias vertientes. Primero en su vertiente etimológica, ya que el patrimonio lleva en sí un deber de transmisión y asimilación de conocimientos culturales, de generación en generación, por lo que existe ya de por sí un valor educativo y un proceso de enseñanza/aprendizaje.

En segundo lugar, el carnaval tiene unas características particulares como fiesta que hacen que su transmisión y su asimilación enseñe y se aprendan valores relacionados con la inclusión y la diversidad, la igualdad, valores sociales y culturales, de pertenencia e identitarios. Además de esto, es interdisciplinar puesto que la fiesta engloba muchas disciplinas distintas.

En tercer lugar, es ubicuo puesto que ese proceso de enseñanza/aprendizaje aparece consciente o inconscientemente en los tres contextos educacionales. Y además es multifuncional ya que se puede enseñar y aprender carnaval *con* él (como recurso didáctico), *a través* de él (como eje vertebrador) y *desde* y *para* él y la misma cultura de la que proviene, aludiendo a su carácter transformador de la sociedad.

Es importante que las generaciones futuras conozcan su propia cultura, que conozcan y comprendan cuáles son las condiciones geográficas, históricas, sociales, etc. que les ha llevado a ser como son dentro de un grupo cultural concreto y dentro del mundo y que, además, la den a conocer al mundo con orgullo. Esto provocará que los ciudadanos del futuro sean comprometidos con su cultura, la respeten, la amen y la cuiden perpetuando su identidad y mejorándola

y haciéndoles sentirse orgullosos de ser de una forma concreta y de estar en el mundo siendo así. Y además, les llevaría a comprender otras culturas y otros pueblos haciendo que no sólo sean comprometidos con su cultura sino respetuosos con otras. En definitiva, fomentar un mundo mejor a través del carnaval y la cultura.

REFERENCIAS

BALLESTEROS, V. (2017). **El aprendizaje-servicio como metodología didáctica del patrimonio.** En M. E. Cambil y A. Tudela (coords). Educación y patrimonio cultural.

DOS SANTOS, J.L. (2017). **O que é cultura [Qué es cultura]**. Editora Brasiliense.

FONTAL, O; LUNA, U. e Ibáñez-Etxeberría, A. (2021**). Educación Patrimonial: clave de futuro para la gestión del patrimonio**. En I. Arrieta e I. Díaz-Balerdi (eds.). Patrimonio y museos locales: temas clave para su gestión. (pp 197-216). Editorial Pasos.

GIMÉNEZ, G. (2005). **La cultura como identidad y la identidad como cultura.** Consejo Nacional de la Cultura y las Artes. México, 5-8.

KOSTER, R. (2014). **A theory of fun for game design.** [Una teoría de la diversión para el diseño de juegos] [2ª Ed.]. O'Reilly.

OLIVA, E. (2023). **Conociendo y comprendiendo el proyecto socio-educativo "Carnaval en la Escuela" desde la voz de uno de sus creadores** [Tesis doctoral, Universidad de Cádiz] RODIN. https://rodin.uca.es/handle/10498/29205

PÉREZ-HERRERA, M. A. y Castro, L. (2007**). El carnaval de Barranquilla como fuente de pedagogía.** Artista, 4(). 47-66

PÉREZ-HERRERA, M. A. (2014). Carnaval y Educación Social. **Revista Horizontes Pedagógicos**, 16(), 142-153.

ELISÃO E EVASÃO DE TRIBUTOS: PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO OU ABUSO DE DIREITO?

Sara Rubens Andrade

Yuri Augusto Gomes Fontes

RESUMO: A carga tributária no Brasil apresenta-se com altas taxas, fazendo com que os contribuintes – seja pessoa física ou jurídica – busquem formas alternativas de diminuir ou, até mesmo fugir, das responsabilidades na arrecadação de tributos. Entretanto, a maneira escolhida pelo indivíduo pode ser prejudicial aos cofres públicos se for feita de forma ilícita. Posto isso, é necessário que a população tenha conhecimento dos institutos tributários responsáveis pela extrafiscalidade, suas diferenças e seus cuidados para que não vá de encontro com a legislação brasileira. O presente trabalho busca diferenciar a elisão e evasão de tributos, realizando a distinção entre planejamento tributário e abuso de Direito, além de estudar seus impactos nas contas públicas e suas medidas para evitar ou sanar qualquer conflito.

Palavras-chave: cofres públicos; orçamento econômico; conscientização tributária; planejamento tributário.

ABSTRACT: The tax burden in Brazil presents itself with high rates, causing taxpayers - whether individuals or companies - to seek alternative ways to reduce or even escape from tax collection responsibilities. However, the way chosen by the individual can be harmful to the public coffers if done illegally. Therefore, it is necessary that the population has knowledge of the tax institutes responsible for extrafiscal taxes, their differences and their care so as not to go against the Brazilian legislation. This paper seeks to differentiate tax avoidance and evasion, making the distinction between tax planning and abuse of law, in addition to studying its impacts on public accounts and measures to avoid or remedy any conflict.

Keywords: public coffers; economic budget; tax awareness; tax planning.

1. INTRODUÇÃO

Devido à alta carga de impostos no Brasil, as discussões em torno do recolhimento de impostos provocam debates acalorados e suscitam pensamentos divergentes. Urge a necessidade do planejamento tributário a fim de ajudar o contribuinte, seja ele pessoa física ou jurídica, a reduzir seus custos, de forma que não pairam dúvidas sobre a legalidade dos seus atos. Elisão e evasão fiscais são conceitos geradores de divergências no mundo prático do Direito, principalmente no tocante às suas funções. A primeira diz respeito à maneira legal da redução de impostos sobre o produto, enquanto a segunda é a forma ilegítima utilizada para fins de sonegação.

A elisão fiscal, sinônimo de planejamento tributário, é realizada antes da incidência dos tributos. Essa prática, consistida em atos lícitos, possui fins de evitar, retardar ou reduzir o adimplemento de impostos. A evasão fiscal, ao contrário, é feita após o tributo ser incidido. Para isso, existem diversos meios como sonegação, fraude e simulação.

O parágrafo único no artigo 116 do Código Tributário Nacional (CTN) originou-se com a Lei Complementar nº 104/2001. Tal artigo é considerado como norma antielisiva, pois proíbe os atos com estas características, gerando discussões entre os estudiosos, uma vez que há oposição de opiniões. Para alguns, a norma antielisiva é considerada como abuso de direito porque inibe a utilização do planejamento tributário, para outros, o artigo citado é uma forma de garantia do controle fiscal. O presente trabalho tem, portanto, o objetivo de ampliar o debate acerca do planejamento tributário e abuso de direito com base nas opiniões de estudiosos sobre o tema, assim como também expor as diferenças entre elisão e evasão fiscal.

Ainda, também é fundamental realizar o debate acerca dos seus impactos nos cofres públicos, a sua influência no desequilíbrio orçamentário, no insucesso do desenvolvimento da sociedade e as medidas criadas para sanar esses impasses.

2. ELISÃO FISCAL X EVASÃO FISCAL

Ambas as figuras jurídicas possuem a mesma finalidade: eliminar e/ou reduzir a carga tributária, todavia, nem todas podem ser consideradas como

planejamento tributário e, assim, surge a necessidade de se fazer a distinção objetivando evitar o equívoco das suas funções. O argumento predominante acerca da elisão fiscal é de que condiz com a prática de atos lícitos, realizada anteriormente à incidência tributária, tendo como finalidade a economia de tributos obtida de forma legítima, é uma "conduta consistente na prática de ato ou celebração de negócio legalmente enquadrado em hipótese visada pelo sujeito passivo, importando isenção, não incidência ou incidência menos onerosa" (Alexandre, 2013, s/p).

Essa atribuição se divide em dois segmentos: induzida por lei ou por lacuna na lei. A primeira tem como base as próprias disposições do ordenamento jurídico, na intenção de reduzir a tributação arcada pelo contribuinte, em prol do interesse nacional ou regional, já a segunda decorre do princípio da legalidade negativa junto à livre iniciativa, uma vez que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei que expressamente a proíba. A contestação feita pelas autoridades fiscais é que esse sistema foge do seu controle, pois impede a imposição do pagamento de tributos ao sujeito, já que a Administração Pública não pode agir se o assunto não estiver presente na legislação.

Em relação à evasão fiscal, trata-se do oposto da elisão. Sua ocorrência é após a incidência tributária e sua prática é através de meios ilícitos, com o fito de mascarar a tributação e escapar do seu pagamento, é "a prática, concomitante ou posterior à incidência tributária, na qual são utilizados meios ilícitos (fraude, sonegação, simulação) para escapar ao pagamento de tributos" (Moreira, 2003, s/p).

Assim como a elisão fiscal, esse instituto se distingue em dois pontos: sentido amplo e estrito. Aquele primeiro tem a função de excluir, reduzir ou impedir via ação ou omissão do contribuinte mediante a incidência tributária, podendo ser através de atos legais ou não, já neste segundo não há concordância na doutrina, grande parte dos estudiosos afirmam que os atos ilícitos impactam a não ocorrência do fato gerador ou o adimplemento do tributo mesmo com a existência da obrigação tributária. Como explicado por Moreira (2003):

> Os meios utilizados para a evasão fiscal são uma fraude, a qual consiste na redução do montante por ilegalidades, a sonegação, em que ocorre por ocultação de transações ou produtos tributáveis, e, por fim, a simulação, que pode ser absoluta ou relativa. (Moreira, 2003)

Derzi (2001, p. 214) disserta sobre a simulação:

> A simulação absoluta exprime ato jurídico inexistente, ilusório, fictício, ou que não corresponde à realidade, total ou parcialmente, mas a uma declaração de vontade falsa. É o caso de um contribuinte que abate despesas inexistentes, relativas a dívidas fictícias. Relativa, se atrás do negócio simulado existe outro dissimulado. (Derzi, 2001, p. 214)

Outrossim, como já foi citado, os dois institutos jurídicos possuem tempos de aplicações diferentes – a elisão é feita antes da incidência tributária e a evasão após –, tornando a cronologia um dos critérios de distinção das duas formas. De acordo com Souza (1998, p.174):

> O único critério seguro (para distinguir a fraude da elisão) é verificar se os atos praticados pelo contribuinte para evitar, retardar ou reduzir o pagamento de um tributo foram praticados antes ou depois da ocorrência do respectivo fato gerador: na primeira hipótese, trata-se de elisão; na segunda trata-se de fraude fiscal. (Souza, 1998, p. 174)

A concepção internacional desses cargos não difere da ideia do direito brasileiro, ambos se baseiam na legitimidade dos métodos para não arcar com os tributos. Segundo o *International Bureau of Fiscal Documentatio*n (IBFD, 1988, p. 22 e 101):

> Elisão fiscal. Este termo é utilizado para denotar a redução dos encargos tributários por meios legais. Frequentemente é usado em sentido pejorativo, como quando é utilizado para descrever a economia de impostos atingida através de arranjos artificiais dos negócios pessoais ou empresariais, aproveitando-se da existência de lacunas, anomalias ou outras deficiências no direito tributário. (...) Em contraste com a elisão, a evasão fiscal é a redução de impostos obtida por meios ilícitos.
>
> [...]
>
> Evasão fiscal. Este termo é aplicado para a economia de impostos atingida por meios ilegais, incluindo-se nestes a omissão da renda tributável ou de transações realizadas das declarações de tributos, ou a redução da quantia devida por meios fraudulentos. (IBFD, 1988, p. 22 e 101)

Todavia, mesmo com a diferenciação entre o instituto legal e o ilícito, os dois devem ser tratados de maneira cautelosa para evitar quaisquer prejuízos à ordem econômica.

3. NORMA ANTIELISIVA

O parágrafo único do artigo 116 do Código Tributário Nacional foi inserido através da Lei Complementar nº 104/2001, o qual permite a desconsideração, de competência do fisco, dos atos de dissimular ou impedir a ocorrência do fato gerador, realizados pelo contribuinte. Essa norma é conhecida como antielisiva.

No mundo legislativo, houve confusão acerca do objetivo e alcance da norma, "não se tinha uma clareza e um acordo em torno do propósito e alcance da norma, considerando que o projeto original e o relator na Câmara falavam em norma para desconsiderar atos com o objetivo de elisão e planejamento tributário" (Souto, 2014, p. 13). Entretanto, o Senado Federal observava a norma como oportunidade de tributar operações de forma idônea. Posto isso, nota-se que a ideia de antielisão não proporciona clareza no seu projeto.

Se houve divergências na aprovação dessa lei no âmbito político, no acadêmico não seria diferente, em que parte dos doutrinadores defende a tese que não há possibilidade de inserir uma regra antielisiva no ordenamento jurídico, pois vai de encontro aos princípios dispostos na Constituição Federal, como os da legalidade e tipicidade. A outra parcela alega que se trata de preceito anti-simulação. Faz-se necessário evidenciar alguns discursos doutrinários, como o de Derzi (2001, p. 241):

> O parágrafo único do artigo 116 refere-se à evasão ilícita, pois a simulação absoluta ou relativa (dissimulação), quando oculta a ocorrência do fato gerador ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação (preço, por exemplo), viola a lei, configurando verdadeira sonegação. E mais, sempre foram desconsiderados pela autoridade administrativa [...] (Derzi, 2001, p. 241)

Outro argumento relevante é o de José Eduardo Soares de Melo (2001, p. 179):

> A simples leitura da LC 104 evidencia que não se cogita de abstrair-se a legitimidade dos autênticos atos ou negócios jurídicos, mas apenas desconsiderá-los no caso de eles ocultarem (dissimularem) os verdadeiros procedimentos dos contribuintes.
>
> O advento da LC 104 não elimina e nem cerceia o planejamento tributário, que continua constituindo um direito de pessoas naturais e jurídicas de ordenarem suas atividades e negócios profissionais, pautados pelo princípio da autonomia da vontade e de conformidade com os institutos, conceitos e formas previstos pelo legislador. (Melo, 2001, p. 176)

Vislumbra-se que, apesar de entendimentos diversos, há conexão nas suas conclusões: o parágrafo único do artigo 116, do Código Tributário Nacional, refere-se a anti-evasão.

Todavia, o preceito não dispõe de concordância com o próprio texto legal do Código Tributário Nacional e com a Constituição Federal. São diversas as razões que podem ser citadas como impeditivo para a aplicação da lei antielisiva no Brasil, seja pelo direito à propriedade e à liberdade econômica estabelecidos pela ordem constitucional, como também pela possibilidade do uso da analogia na tributação, proibido pelo Código Tributário Nacional. Tais motivos violam princípios que asseguram a segurança jurídica e liberdade para o contribuinte gerir os seus negócios.

3.1. Abuso de Direito

A antielisão ganha destaque ao tratar do abuso de direito pelo poder estatal. Entende-se que é da competência do Estado fiscalizar o funcionamento tributário, de todo modo, é inconcebível o aceite de prescrições que interfiram nos princípios do contribuinte. Se os dispostos constitucionais asseguram a liberdade e autonomia, é imprescindível que se cumpra com os expostos. A elisão é uma maneira legítima e de livre uso da pessoa jurídica, desde que esteja dentro dos requisitos de legitimidade, portanto, o Estado não deve interferir por razões como a necessidade de mostrar que a arrecadação tributária é eficiente.

Outrossim, o abuso de direito também pode partir do contribuinte, uma vez que ele pode atuar em desconformidade com os preceitos legais, realizado de forma dolosa, com o único objetivo da redução de tributo. Por sua vez, o abuso de direito é previsto no artigo 187 do Código Civil, o qual submete o seguinte texto legal:

> Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes. (CC, Art. 187)

4. PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Para entender o planejamento tributário, é necessário discorrer do disposto no artigo 3º do Código Tributário Nacional, que explica:

> Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. (CTN, Art. 3)

Costumeiramente, há diferentes questões sobre a conceituação de tributo, uma parte considera como uma forma do governo interferir no seu patrimônio, a outra compreende que é essencial para o funcionamento do Estado. A partir disso e de fatores já citados como a alta carga tributária brasileira, surge o planejamento tributário.

Há existência de diferentes tributos, caracterizados como indiretos e diretos. Aqueles se aplicam ao consumidor final, que arca com os custos do bem, produto ou serviço, já estes, por sua vez, são utilizados no faturamento da pessoa jurídica de direito privado.

Tal mecanismo incide na renda e patrimônio, uma vez que é mais favorável para a empresa que não ocorra incidência tributária nos tributos indiretos, se eles se aplicam ao consumidor final, que arca com o custo, não há tanto prejuízo para a empresa em comparação aos diretos. Estes atribuem oneração às pessoas jurídicas, pois incidem na receita e bens, sendo, portanto, vantajoso que não ocorra a incidência da tributação. Ressalta-se que a organização tributária é posta corretamente como sinônimo de elisão fiscal por se referir aos meios lícitos de não gerar obrigação tributária.

5. A RENÚNCIA DE RECEITA, SEU IMPACTO NOS COFRES PÚBLICOS E MEDIDAS PARA EVITAR PREJUÍZOS

A arrecadação tributária é primordial para o funcionamento estatal, pois, os tributos são uma das principais fontes no investimento da sociedade e na promoção do desenvolvimento de políticas públicas, assim, é possível o financiamento de diversos âmbitos fundamentais para a população, como a saúde, educação, segurança, entre outros. Apesar disso, é escasso o entendimento dessa importância nos cidadãos, o qual deveria ser prioridade para que seja

possível o seu cumprimento e evitar as fugas das receitas públicas. Dessa forma, diz Lettieri (2021):

> O grande desafio é fazer as pessoas compreenderem a importância do Estado e do pagamento de impostos. É fazer com que elas vejam, efetivamente, o retorno que o pagamento lhes dá. Então, quando você não vê esse retorno, quando você acha que os governantes não estão aplicando de forma correta aquilo que você paga, há esse sentimento de pagamento indevido. (Lettieri, 2021, s/p)

Ao tratar da elisão fiscal, entende-se que funciona como um planejamento tributário lícito, visto que pressupõe uma ação planejada e transparente, a fim de evitar prejuízos e o descontrole das contas públicas, todavia, ainda necessita de cuidado, pois, segundo Martins (2013, p. 5):

> Também há vários limites e condições no que se refere à renúncia de receitas, despesas com pessoal, seguridade social, endividamento público e concessão de créditos e garantias, na intenção de impedir o engessamento da capacidade estatal de investir em áreas estratégicas, como a infraestrutura, cuja incipiência estrangula o desenvolvimento econômico. (Martins, 2013, p. 5)

No que diz respeito à evasão tributária, observa-se entendimento contrário, visto que possui mais probabilidades de extrafiscalidade em relação a seu funcionamento, acarretando na sua influência no desequilíbrio econômico.

As renúncias de receitas fiscais têm impactos direto nos cofres públicos em decorrência do insucesso em alcançar o equilíbrio orçamentário, segundo Martins (2013, p. 4): “encontram-se dentro do espectro normativo que tem por finalidade incentivar ou inibir comportamentos econômicos que o legislador entende como desejáveis ou não”. Inegavelmente, isso pode ser considerado um reflexo de contribuintes oportunistas que desejam praticar a extrafiscalidade, “tentativas que surgem aqui e acolá de flexibilização dos limites de gastos e do endividamento público, ou mesmo de afrouxamento dos modos de controle e prestações de contas à sociedade” (Martins, 2013, p. 4).

A quebra do controle monetário público gera o aumento dos preços de produtos e serviços, caracterizando a inflação, além do desincentivo em financiamento de políticas públicas que afeta diretamente a sociedade, “com efeito, a conta pela indisciplina fiscal é cara e, em regra, bastante dolorosa ao povo” (Martins, 2013, p. 3).

Uma medida para evitar esse conflito foi a criação da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de responsabilidade fiscal a fim da transparência e planejamento das finanças públicas, as quais evitam os vícios e desvios tributários capazes de enganar a arrecadação tributária.

Tal mecanismo é uma forma de punição para aqueles que tentam simular a sua receita perante o cofre público, “anote-se, ainda, que a Lei de Responsabilidade Fiscal aperfeiçoou a transparência financeira estatal ante o aumento do número de mecanismos que compõem as divulgações públicas de resultados” (Martins, 2013, p. 5). Considerada como uma vitória da sociedade brasileira para impedir riscos aos incentivos à população, Tollini e Afonso (2010, p. 79) dizem que a lei “é reconhecida internacionalmente como um caso de sucesso nesse tipo de legislação, um divisor de água na história fiscal do setor público em favor de maior disciplina fiscal, em especial dos governos estaduais e municipais”.

6. CONCLUSÃO

Os tributos têm, naturalmente, a sua função debatida pelos contribuintes, devido ao modo estatista de pensamento e do ponto de vista liberal, o qual não entende que o Estado seja eficiente no tratamento do valor monetário arrecadado. Assim, as empresas dispõem de maneiras para “escapar” ou reduzir a obrigação tributária na sua renda e patrimônio, utilizando algumas vezes da extrafiscalidade.

Outrossim, a utilização desses métodos para a economia de tributos é pauta de discussão em âmbitos políticos e acadêmicos em razão da sua legitimidade. Como exposto, a elisão e evasão fiscal se diferenciam, dentre outras questões, no tocante ao tempo de sua aplicação, portanto, é importante que o Estado esteja atento na fiscalização das práticas ilícitas, para garantir que os procedimentos sejam realizados com base na legalidade.

As disposições na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional asseguram ao contribuinte os seus direitos, visando afastar qualquer abuso de direito pelo Poder Estatal. Tal garantia é prevista pelos princípios de ordem constitucional, como o direito à propriedade e à liberdade econômica, assim como é protegido pelo CTN, devido à sua norma de impossibilidade ao uso da analogia.

A outro turno, o contribuinte deve ter ciência de que há limites no planejamento tributário, sendo imprescindível que seus atos sejam lícitos, não se confundindo com a sonegação, dissimulação ou fraude, uma vez que tais atitudes também se classificam como abuso de direito. É necessário a conscientização dos cidadãos concernente aos atos de extrafiscalidade, a fim de evitar quaisquer danos aos cofres públicos.

Posto isso, nota-se que o planejamento tributário é um ato legal a fim de que o contribuinte possa economizar. Todavia, este deve se ater aos requisitos expostos de cada método, buscando sempre a licitude nos seus negócios. O abuso de direito, por parte do Estado, é afastado pela Carta Magna tornando, portanto, necessário que o contribuinte também se adeque às previsões legais.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito Tributário Esquematizado. 7. ed. rev. e atual.** Rio de Janeiro: Forense, 2013.

BRASIL. **LEI COMPLEMENTAR nº 101, de 4 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. 4 mai. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 27 out. 2021.

BRASIL. (2001). **Lei Complementar Nº 104, de 10 de Janeiro de 2001 Código Tributário Nacional – CTN.**

BRASIL. (2002). **Lei Nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 Código Civil – CC.**

BRASIL. (1966). **Lei Nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966 Código Tributário Nacional – CTN.**

COSENTINO, Rômulo Souto. **Planejamento tributário**: Uma análise sobre Evasão e Elisão fiscal. Monografia (Curso de Pós-Graduação Lato Sensu) - Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 17. 2014.

DERZI, Misabel Abreu Machado. **A Desconsideração dos Atos e Negócios Jurídicos Dissimulatórios segundo a Lei Complementar n. 104/2001**. O Planejamento Tributário e a Lei Complementar 104. São Paulo: Dialética, 2001. Disponível em: <http://www.sarocha.com.br/livros/Planejamento-Tributario_SAR.pdf> . Acesso em: 26 out. 2021.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Falha em abastecimento de energia causa apagão em bairros de Fortaleza neste sábado (16).** 16 jul. 2022. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/falha-em-abastecimento-de-energia-causa-apagao-em-bairros-de-fortaleza-neste-sabado-16-1.3256632?scrsingle=1>. Acesso em: 27 out. 2021.

IBFD. International Tax Glossary. Amsterdam: **IBFD**, 1988.

MARTINS, Marcelo Guerra. Renúncia de receita como gasto tributário e a Lei de Responsabilidade Fiscal. **Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico. Belo Horizonte, ano**, v. 2, p. 51-69. Disponível em: <www.editoraforum.com.br/wp-content/uploads/2013/10/Direito-Financeiro-Renuncia-de-receita-como-gasto-tributario-e-a-Lei-de-Responsabilidade-Fiscal.pdf. Acesso em: 15 out. 2022.

MELO, José Eduardo Soares de. O Planejamento Tributário e a Lei Complementar 104. São Paulo: **Dialética**, 2001. Disponível em: <https://sachacalmon.com.br/wp-content/uploads/2010/12/Elisao-e-Evasao-Fiscal_Limites-ao-Planejamento-Tributario.pdf> . Acesso em: 26 out. 2021.

MOREIRA, André Mendes. Elisão e Evasão Fiscal – Limites ao Planejamento Tributário. vol. 21. Minas Gerais, **Revista Eletrônica da Associação Brasileira de Direito Tributário**, 2003. Disponível em: <https://sachacalmon.com.br/wp-

content/uploads/2010/12/Elisao-e-Evasao-Fiscal_Limites-ao-Planejamento-Tributario.pdf> . Acesso em: 26 out. 2021.

SOUZA, Rubens Gomes de. Evasão e Elisão no Direito Tributário Internacional. Planejamento Fiscal – Teoria e Prática. São Paulo: **Dialética**, 1998. Disponível em: <https://sachacalmon.com.br/wp-content/uploads/2010/12/Elisao-e-Evasao-Fiscal_Limites-ao-Planejamento-Tributario.pdf> . Acesso em: 26 out. 2021.

ENSINO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL ATRAVÉS DE METODOLOGIAS ATIVAS: REVISÃO DE ESCOPO

Augusto Santana Palma Silva
Pós-graduando em Metodologias Ativas de Ensino Aprendizagem
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Luís Alberto Valotta
Professor do Magistério Superior
Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

RESUMO: Conduziu-se uma revisão de escopo voltada à identificação da literatura envolvendo o uso de Metodologias Ativas como estratégia de ensinagem de Sustentabilidade Ambiental. Adotaram-se as diretrizes do Instituto Joanna Briggs (AROMATRIS; MUNN, 2020) para este tipo de estudo, com cadastro do protocolo na base de dados *Open Science Framework* (SILVA, 2023). Foram conduzidas buscas em quatro bases de dados e quatro periódicos nacionais, em três idiomas, empregando-se 12 estratégias para busca. A Amostra Final é composta por cinco manuscritos (CAVASINI; BREYER, 2017; MELO et al., 2021; NUNES; DUTRA, 2020; SILVA et al., 2017; SILVA; PREVATO; SOUZA-EVANGELISTA, 2023), publicados no periódico Educação Ambiental em Ação, entre os anos 2017-2023. Temáticas relacionadas à conservação e ou preservação ambiental envolvendo recursos hídricos e florestais foram abordados, bem como o desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores em âmbito cidadão e ou profissional. Visitas de Campo e Seminários compreenderam as principais estratégias ativas adotadas. Sugere-se aos futuros estudos abordagens de natureza quantitativa visando identificar os impactos destas metodologias.

Palavras-Chave: ensino. aprendizagem. revisão. sustentabilidade ambiental.

ABSTRACT: A scoping review was conducted to identify the literature involving the use of Active Methodologies as a teaching strategy for Environmental Sustainability. The guidelines of the Joanna Briggs Institute (AROMATRIS; MUNN, 2020) were adopted for this type of study, with the protocol registered in the Open Science Framework database (SILVA, 2023). Searches were conducted in four databases and four national periodicals, in three languages, using 12 search strategies. The Final Sample is made up of five manuscripts (CAVASINI; BREYER, 2017; MELO et al., 2021; NUNES; DUTRA, 2020; SILVA et al., 2017; SILVA; PREVATO; SOUZA-EVANGELISTA, 2023), published in the Educação Ambiental

em Ação journal, between the years 2017-2023. Topics related to environmental conservation and/or preservation involving water and forest resources were addressed, as well as the development of skills, attitudes and values at the citizen and/or professional level. Field Visits and Seminars covered the main active strategies adopted. Quantitative approaches are suggested for future studies to identify the impacts of these methodologies.

Keywords: teaching. learning. review. environmental sustainability.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental compreende processos permanentes de ensino-aprendizagem em âmbito individual e coletivo nos quais conhecimentos, habilidades, atitudes e valores visam não apenas a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, mas também o estabelecimento de relações sustentáveis entre a sociedade humana e os ambientes que estes ocupam e integram (SILVA; PREVATO; SOUZA-EVANGELISTA, 2023).

A noção de Sustentabilidade envolve aspectos de natureza econômica, social, cultural e ambiental, dialética e dialogicamente interrelacionados e empregados objetivando-se não apenas o desenvolvimento econômico, mas também o bem-estar social e a integridade de ecossistemas, esta última na forma de Sustentabilidade Ambiental (ILLAHAQI; NURCAHYO; PANJAITAN, 2021).

O desenvolvimento de competências relacionadas à Sustentabilidade Ambiental compreendem atitudes, conhecimentos e comportamentos que devem ser adotados e estimulados [preferencialmente desde a tenra infância] pelo homem como estratégias eficientes de interação homem-natureza(s) (ILLAHAQI; NURCAHYO; PANJAITAN, 2021), representando elementos necessários à vivência, convivência e sobrevivência humana frente aos diversos contextos socio(econômico)ecológicos, marcados por uma natureza volátil, incerta, complexa e ambígua (KIOUPI; VAKHITOVA; WHALEN, 2022). Estas competências podem ser objeto de abordagem em contextos facilitadores de ensino-aprendizagem [significativa] dentro e ou fora dos espaços formais de educação, em especial quando do emprego das Metodologias Ativas (PONTES et al., 2020), uma vez que estas permitem o desenvolvimento de competências relacionadas ao pensamento crítico-reflexivo, à criatividade, à autonomia e à

responsabilidade, elementos essenciais e estruturais de posturas proativas e corresponsáveis destinadas à preservação e ou conservação de recursos ambientais dos ambientes (não) socialmente ocupados (ILLAHAQI; NURCAHYO; PANJAITAN, 2021). Ou seja: as Metodologias Ativas são, potencialmente, ferramentas didático-pedagógicas estratégicas voltadas ao desenvolvimento e aprimoramento de competências relacionadas à Sustentabilidade Ambiental (PONTES et al., 2020).

O emprego de Metodologias Ativas em cenários educacionais deve considerar, enquanto elemento norteador da práxis pedagógica, o conjunto de evidências disponíveis e relacionadas à temática de interesse (PONTES et al., 2020). Estas evidências, finalmente, podem ser sumarizadas através de métodos sistemáticos de identificação, análise e síntese da literatura (AROMATARIS; MUNN, 2020).

Buscas atualizadas (14/10/2023) em três idiomas (português, inglês e espanhol) na base de dados Google Acadêmico® (https://scholar.google.com.br/) empregando-se descritores relacionados à Sustentabilidade Ambiental e às Metodologias Ativas não recuperam estudos de mapeamento sistemático envolvendo ambas as temáticas, evidenciando uma lacuna em termos de conhecimento. Desta forma, o objetivo do presente manuscrito é sumarizar, na forma de uma revisão de escopo, a literatura científica envolvendo o emprego de Metodologias Ativas como estratégia de ensino-aprendizagem de Sustentabilidade Ambiental.

2. MÉTODOS

Conduziu-se uma revisão de escopo (mapeamento sistemático voltado à identificação da extensão e profundidade da produção científica acerca de determinada temática) (AROMATARIS; MUNN, 2020). O protocolo da pesquisa encontra-se registrado na base Open Science Framework (SILVA, 2023). Foram adotadas as diretrizes do Instituto Joanna Briggs para revisões de escopo (AROMATARIS; MUNN, 2020). O estudo buscou responder à seguinte questão: “Como as Metodologias Ativas são empregadas no ensino-aprendizagem de Sustentabilidade Ambiental?”.

A pergunta fora formulada adotando-se o acrônimo População-Conceito-Contexto (PCC). Foram adotadas as seguintes definições: a) População - público-alvo (discentes, docentes e ou comunidade em geral) de ações formais e ou informais de ensino-aprendizagem de conteúdos relacionados à temática da Sustentabilidade Ambiental; b) Conceito - Sustentabilidade Ambiental (conjunto de conhecimentos, habilidades e ou atitudes envolvendo ações de preservação e ou conservação de recursos naturais); c) Contexto - estratégias ativas de ensino-aprendizagem na qual o aprendente ocupa o centro do processo de aprendizagem com a finalidade do desenvolvimento de conhecimentos e ou habilidades e ou atitudes afins ao conceito.

A busca fora realizada por um dos revisores (ASPS) ao dia 30 de setembro de 2023 utilizando-se computador e rede de acesso à internet pessoal em quatro bases de dados (Biblioteca Virtual Brasileira de Teses e Dissertações, Biblioteca Virtual em Saúde, Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online) e três periódicos nacionais (Ambiente & Sociedade, Revista Brasileira de Ciências Ambientais, Sustentabilidade em Debate) [estes últimos considerando o foco e escopo das revistas]. Foram empregados descritores em três idiomas (espanhol, inglês, português) relacionados às Metodologias Ativas e à Sustentabilidade Ambiental, perfazendo 12 estratégias de busca distintas ("metodologia ativa" OR "metodologias ativas" OR "active methodology" OR "active methodologies" OR "metodología activa" OR "metodologías activas" OR "aprendizagem ativa" OR "ensino ativo" OR "active learning" OR "active teaching" OR "aprendizaje activo" OR "enseñanza activa" AND "sustentabilidade ambiental" OR "environmental sustainability" OR "sostenibilidad del medio ambiente"). Foram adotados como critérios para inclusão: a) manuscritos publicados em português, inglês ou espanhol; b) ausência de restrição temporal; c) publicação sob o formato de resumo (simples ou expandido) ou relato de experiência ou artigo original ou capítulo de livro ou Tralho de Conclusão de Curso (monografia, dissertação ou tese); d) disponibilidade em sua íntegra e; e) as estratégias de busca deveriam conter a seção Título dos manuscritos. Manuscritos publicados em outro idioma e ou disponíveis apenas sob o formato de citação e ou publicados sob o formato de carta editorial ou estudo de revisão (narrativa, integrativa ou sistemática) foram desconsiderados (critérios para não-inclusão). Buscas adicionais em formato livre

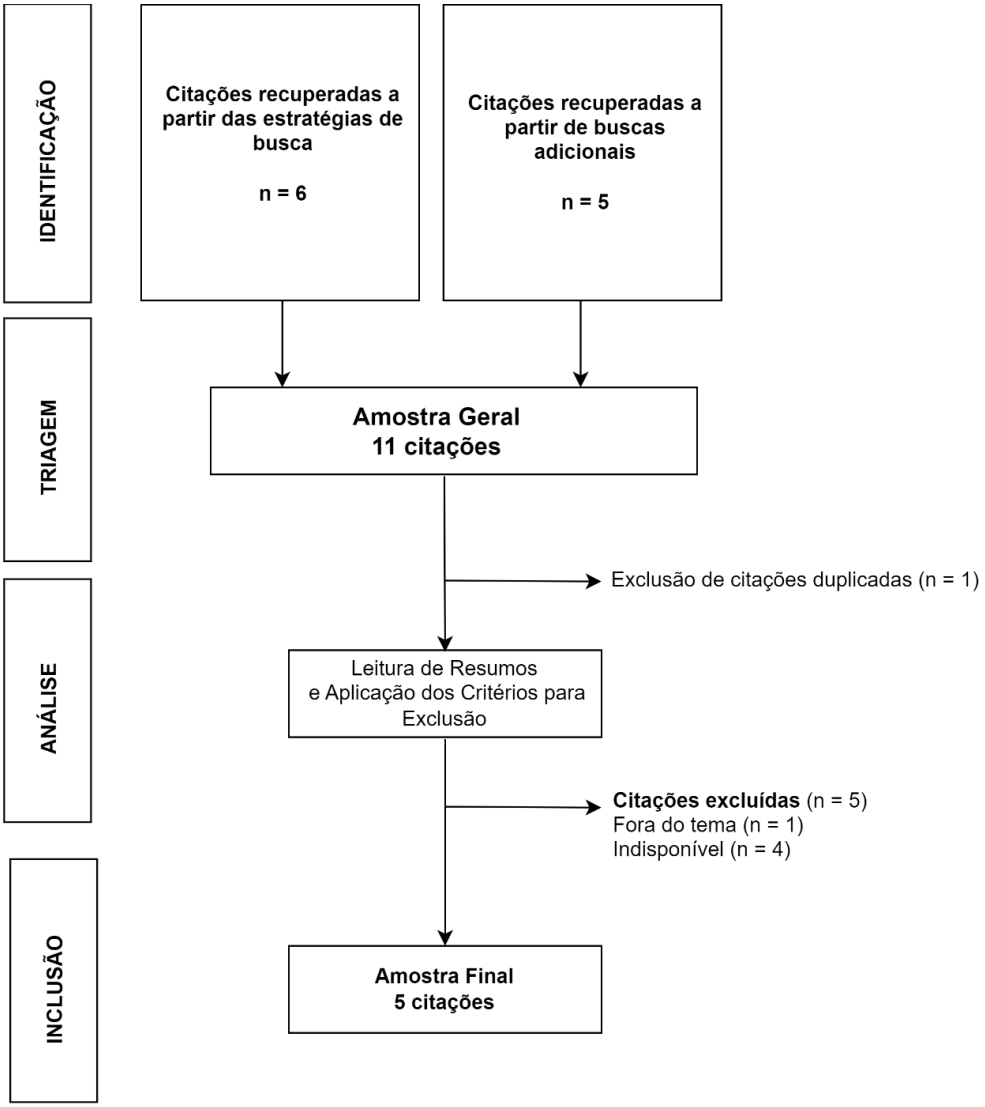
(o periódico não permitiu o emprego de filtragem por título) foram realizadas junto ao periódico Educação Ambiental em Ação, visando ampliar o escopo das buscas.

Após determinação dos resultados gerais, procedeu-se à exclusão de resultados em duplicata e leitura de títulos e resumos com aplicação dos critérios para exclusão: manuscritos indisponíveis ou disponíveis parcialmente e ou que não abordassem aspectos relacionados à População e ou Conceito e ou Contexto foram desconsiderados. Após a determinação da Amostra Final, os manuscritos foram lidos em sua íntegra e informações referentes a) ao contexto educacional (Educação Básica/Educação Superior, b) à estratégia ativa empregada, c) ao aspecto da Sustentabilidade Ambiental (conservação, conservação e preservação, preservação) e, d) objetivos dos estudos foram extraídas utilizando-se fichas de confecção própria. Os dados foram analisados (quando possível) utilizando-se estatística descritiva e compilados na forma de dois infográficos (Figura 2, Figura 3) que compõem a seção Resultados e Discussão. A redação do presente manuscrito fora elaborado considerando as diretrizes da Recomendação PRISMA para revisões de escopo (AROMATARIS; MUNN, 2020).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram identificadas 11 citações após a condução das buscas, das quais uma encontrava-se em duplicata. Após a leitura dos títulos e resumos e aplicação dos critérios para exclusão, cinco estudos foram excluídos por indisponibilidade (quatro manuscritos) e por encontrar-se fora do tema (um). A Amostra Final é composta por cinco manuscritos (CAVASINI; BREYER, 2017; MELO et al., 2021; NUNES; DUTRA, 2020; SILVA et al., 2017; SILVA; PREVATO; SOUZA-EVANGELISTA, 2023), cujos objetivos envolveram o uso de estratégias ativas para o ensino-aprendizagem de temas afins à Sustentabilidade Ambiental. A Figura 1 apresenta o diagrama de fluxo da estratégia de busca sistemática adotada.

Figura 1: Diagrama de fluxo da estratégia de busca sistemática adotada para identificação das publicações envolvendo o emprego de Metodologias Ativas como estratégia de ensino-aprendizagem de Sustentabilidade Ambiental.



Fonte: Autoria própria (2023)

Cavasini e Breyer (2017) relataram a experiência de workshops (iniciados em 2011) envolvendo a temática desenvolvidos nos cursos de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Participaram mais de 800 indivíduos (entre discentes, docentes e público geral), oriundos da graduação e pós-graduação envolvendo cursos de Pedagogia, Nutrição, Administração, Biologia, Química, Engenharias, Educação Física e Geografia. Os workshops ocorriam durante a prática de atividade ao ar livre em duas unidades de conservação: a) Parque Natural Morro do Osso e; b) Reserva da Vida Silvestre Morro Santana. Todo o processo desenvolve-se sob a forma de três momentos (antes, durante a após a saída ao campo), em que conhecimentos, habilidades, atitudes e valores (na forma de

leitura de material, discussões em grupo, reflexões e avaliações [seminários]) envolvendo Educação Ambiental, gestão de riscos e ética durante atividades ao ar livre são desenvolvidos.

Melo et al. (2021) relatam uma sequência didática envolvendo o ensino de Responsabilidade Socioambiental a 52 graduandos do curso de Administração da Faculdade de Educação e Tecnologia da Amazônia, realizada em 12 encontros na forma de aulas expositivas, visita técnica (Natura S.A), aula de campo (Parque Estadual do Utinga), mesa redonda (com participação de líderes e membros comunitários de localidades próximas ao polo industrial de Barcarena) e elaboração de relatório técnico (apresentado sob a forma de Seminário). Os autores informam ter utilizado a Aprendizagem Baseada em Projetos como pressuposto teórico para a estruturação da sequência didática.

Nunes e Dutra (2020) apresentam uma sequência didática envolvendo a temática da Coleta Seletiva realizada junto a 28 estudantes do 4º ano (9 – 10 anos) de uma escola pública de Educação Básica situada ao município de Uruguaiana-Rio Grande do Sul. A abordagem compreendeu três momentos distintos, empregando-se a) aula expositiva com abordagem do conteúdo disciplinar Meio Ambiente], b) roda de conversa e pesquisa abordando o descarte de resíduos domiciliares e tempo de decomposição e, c) vídeos, confecção de jogo (de tabuleiro) didático e quiz (questionário contendo oito perguntas de múltipla escolha).

Silva et al.(2017) relataram a experiência de uma intervenção pedagógica em uma Instituição de Ensino Básica municipal situada à Zona Rural do Sítio Torrões (Poço José de Moura-Paraíba). O projeto desenvolveu-se ao longo do período 31/08/2016 – 4/09/2016, tendo discentes (Educação Infantil e anos iniciais e finais do Ensino Fundamental), docentes e comunidade escolar como público-alvo. Através de uma abordagem interdisciplinar, temas envolvendo valorização e conservação dos recursos hídricos como determinantes e condicionantes da qualidade de vida foram abordados. Os autores adotaram a abordagem STEAM (Science, Technology, Engineering, Arts, Mathematics), em que componentes disciplinares da Matemática, Física, Química, Artes, Biologia foram empregados na produção de cartazes, experimentos, poesias, folders, músicas e entrevistas.

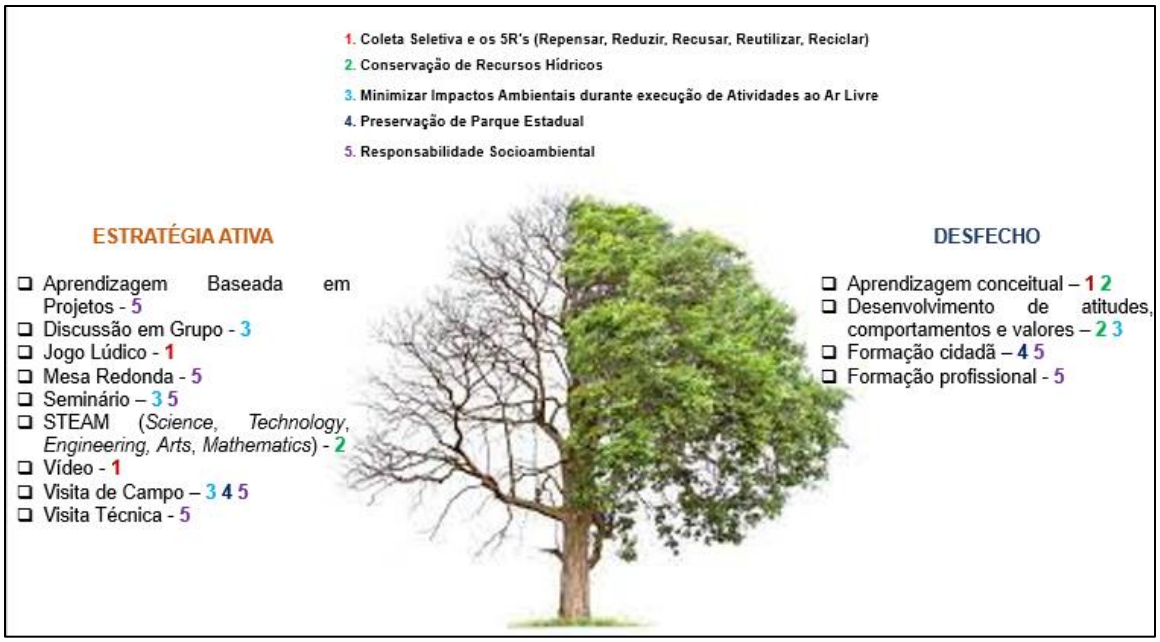
Silva, Prevato e Souza-Evangelista (2023) relatam ações desenvolvidas junto a estudantes do 7º ano do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino

durante a execução (entre maio e novembro de 2019) do curso “Conhecendo o Ambiente II” junto ao Parque Estadual de Porto Ferreira (Porto Ferreira – São Paulo), visando contextualizar conteúdos curriculares relacionados às questões ambientais locais (recursos hídricos, fauna, flora) e sensibilizar os aprendentes quanto a questões relacionadas à conservação e impactos ambientais. As ações ocorreram na forma de seis encontros (sendo um deles no Parque e os demais na própria escola) e envolveram a participação de oito docentes e 150 aprendentes. A visita ao Parque Estadual de Porto Ferreira contou com ações de plantio de mudas de espécies nativas. Os três últimos encontros envolveram a organização e exposição de uma feira temática, nas quais os alunos deveriam elaborar e socializar seus aprendizados e impressões.

Os cinco manuscritos identificados que abordaram (in)diretamente a temática da Sustentabilidade Ambiental foram publicados entre os anos 2017 e 2023, na forma de quatro relatos de experiência (CAVASINI; BREYER, 2017; MELO et al., 2021; SILVA et al., 2017; SILVA; PREVATO; SOUZA-EVANGELISTA, 2023) e um manuscrito original (NUNES; DUTRA, 2020). Todos encontram-se publicados no periódico Educação Ambiental em Ação, e envolveram como público-alvo estudantes de Educação Básica (NUNES; DUTRA, 2020; SILVA et al., 2017; SILVA; PREVATO; SOUZA-EVANGELISTA, 2023) ou de Nível Superior (CAVASINI; BREYER, 2017). Dentre as estratégias adotadas, o emprego simultâneo de distintas metodologias ativas fora a abordagem didático-pedagógica adotada em quatro estudos (CAVASINI; BREYER, 2017; NUNES; DUTRA, 2020; SILVA; PREVATO; SOUZA-EVANGELISTA, 2023), e um manuscrito optou pela abordagem STEAM (Science, Technology, Engineering, Arts, Mathematics) (SILVA et al., 2017). Cinco conteúdos gerais foram abordados: 1) minimização de impactos ambientais durante a execução de atividades ao ar livre (CAVASINI; BREYER, 2017); 2) desenvolvimento de competências relacionadas à Responsabilidade Socioambiental (MELO et al., 2021); 3) conhecimentos acerca de Coleta Seletiva e os 5R’s (repensar, reduzir, recusar, reutilizar, reciclar) (NUNES; DUTRA, 2020); 4) conservação de Recursos Hídricos (SILVA et al., 2017) e; 5) ações de preservação de uma Unidade de Conservação (SILVA; PREVATO; SOUZA-EVANGELISTA, 2023). Os manuscritos apresentaram como diretrizes voltadas à Sustentabilidade Ambiental ações de Conservação e ou Preservação Ambiental: a) Nunes e Dutra (2017) e Silva et al.

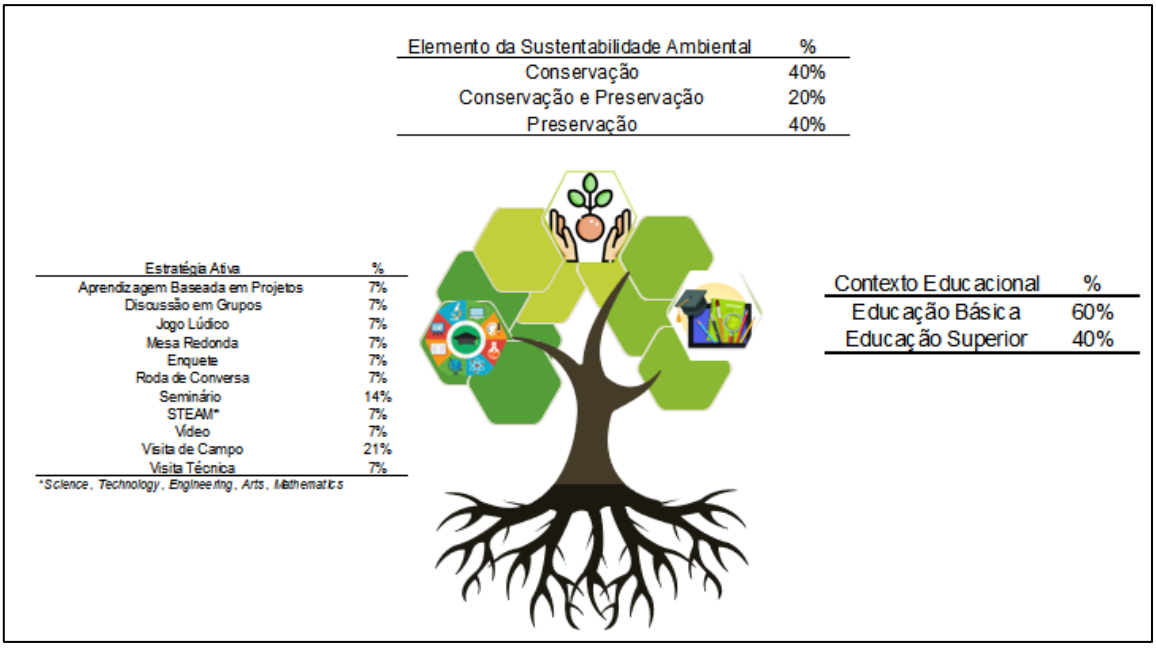
(2017) abordaram aspectos relacionados à Conservação; b) Cavasini e Breyer (2017) e Silva, Prevato e Souza-Evangelista (2023) abordaram aspectos concernentes à Preservação; c) Melo et al. (2021), em sua proposta pedagógica, abordaram ambos os aspectos. Todos os manuscritos evidenciam desfechos positivos em termos de processos de aprendizagem mediado pelo emprego das estratégias ativas, na forma de a) aprendizagem de conceitos (NUNES; DUTRA, 2020; SILVA et al., 2017, b) formação profissional (MELO et al., 2021) e ou cidadã (MELO et al., 2021; SILVA; PREVATO; SOUZA-EVANGELISTA,2023) e, c) desenvolvimento de atitudes, comportamentos e valores (CAVASINI; BREYER, 2017; SILVA et al., 2017), como pode ser visualizado através da Figura 2 (infográfico das temáticas abordadas, estratégias ativas adotadas e resultados obtidos). A Figura 3, por sua vez, compreende o infográfico relacionado às estratégias ativas empregadas, cenários educacionais e elementos de sustentabilidade envolvidos (e suas respectivas frequências).

Figura 2: Infográfico dos conteúdos de Sustentabilidade Ambiental abordados e suas respectivas correlações (numeração colorida em destaque) frente às Metodologias Ativas empregadas e desfechos educacionais.



Fonte: Autoria própria (2023).

Figura 3: Infográfico dos resultados envolvendo estratégias ativas empregadas (esquerda), aspectos da Sustentabilidade Ambiental abordados (superior) e cenários educacionais (direita) relacionados à produção científica envolvendo o uso de Metodologias Ativas como estratégia de ensino-aprendizagem de Sustentabilidade Ambiental.



Fonte: Autoria própria (2023).

À exceção do manuscrito de Nunes e Dutra (2020), que avaliaram a aprendizagem de estudantes da Educação Básica acerca da temática Coleta Seletiva e os 5 R's (reduzir, refinar, reusar, rejeitar e reciclar) através do emprego de questionários, os demais manuscritos não permitem uma avaliação acurada acerca dos reais impactos das estratégias pedagógicas adotadas, representando um corpo de evidência que não permite sua empregabilidade (imediata) em outros cenários (dada a natureza específica de relatos de experiência) (SILVA, 2021) tomando por base processos de tomada de decisão frente à evidências disponíveis.

Ainda que os resultados de cada manuscrito permitam o fomento de (re)discussões e reflexões, tal cenário sugere não apenas uma baixa produção acadêmica acerca da temática, como também sinaliza para a existência de lacunas em termos de estudos originais voltados à identificação dos impactos de ações pedagógicas em termos desenvolvimento/aprimoramento de competências relacionadas à Sustentabilidade Ambiental. Estas lacunas não apenas representam fraquezas em termos de estruturação de processos pedagógicos eficientes e alinhados ao desenvolvimento de competências específicas

envolvendo uma formação cidadã (HEDDEN et al., 2017), como também representam potenciais oportunidades em termos de nichos de pesquisa (aparentemente) pouco explorados no país. Futuras abordagens investigativas, neste sentido, pode(ria)m centrar-se no emprego de instrumentais específicos e validados, à exemplo daqueles abordados por Kioupi, Vakhitova e Whalen (2022). Estas avaliações, finalmente, e em sintonia à perspectivas emancipadas e emancipadoras de ensino-aprendizagem (ARRUDA et al., 2018), pode(ria)m centrar-se em abordagens não apenas de natureza somativa (provas, questões de múltipla escolha etc. – associados a níveis inferiores da taxonomia de Bloom [memorização, compreensão e por vezes aplicação), mas sobretudo de natureza formativa (aprendizagem significativa, atitudes, valores etc.), associada a aspectos como criticidade, responsabilidade, proatividade e, sobretudo, autonomia (evidenciando níveis elevados da taxonomia – análise, avaliação e criação/síntese) (KIOUPI; VAKHITOVA; WHALEN, 2022).

Processos de educação orientados à prática da Sustentabilidade Ambiental devem considerar abordagens orientadas no desenvolvimento de atitudes e comportamentos sob a perspectiva da suficiência e transcendência (KIOUPI; VAKHITOVA; WHALEN, 2022). Não obstante, estas ações pedagógicas devem [preferencialmente] estruturar-se na forma de experiências afetivas, cognitivas e sociais de contato direto com a natureza, uma vez que estas [experiências] compreendem, simultaneamente, processo (enquanto ação) e produto (enquanto resultado concreto da integração entre a) vivências em âmbito individual e ou coletivo e b) conteúdos a ser apreendidos pelos educandos) – ou seja, são instrumento e instrumentalizam práticas educativas transformadoras (ARRUDA et al., 2018).

Cabe destacar, finalmente, que o êxito pedagógico do emprego das estratégias ativas deve considerar os seguintes elementos de/para ensinagem: a) quando possível, priorizar questões abertas sem admitir “soluções corretas” (que contribuem ao pluralismo de visões e encorajam a participação discente – além de permitir que distintas perspectivas possam ser exploradas); b) os estudantes devem perceber-se diante de situações problemáticas e desafiadoras que, frente às visões de mundo conflitantes [percebidas], demandem atitudes de resolução pautadas em avaliações críticas; c) a problemática (e sua resolução) deve ser percebida como relevante em termos de [futuros] processos de tomada de decisão

(ou seja, o aprendente deve tomar consciência e compreender a futura aplicabilidade das competências ora abordadas) e; d) deve-se buscar experiências que contemplem as quatro fases de Aprendizagem Experiencial - experimentação ativa, vivência concreta, observação reflexiva e conceituação abstrata – uma vez que o ensino tradicional apenas contempla os dois últimos [observação reflexiva; conceituação abstrata) (KIOUPI; VAKHITOVA; WHALEN, 2022). Nesta perspectiva, recomenda-se aos futuros estudos não apenas o emprego de estratégias ativas como ferramentas de ensino-aprendizagem de competências relacionadas à Sustentabilidade Ambiental (incluindo conteúdos disciplinares não abordados pelos manuscritos que compõem a Amostra Final), mas também a investigação empírica dos impactos deste uso.

Limitações à presente revisão de escopo incluem, mas não se limitam: a) às estratégias de busca adotada (incluindo filtragem por título), b) idioma, c) bases de dados consultadas e, d) definições adotadas para População, Conceito e Contexto. Recomenda-se aos futuros estudos, desta forma, considerar tais aspectos quando do delineamento de novas pesquisas (incluindo outros estudos de síntese da literatura).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão de escopo evidenciou, na forma de cinco manuscritos, um reduzido número de abordagens investigativas acerca dos impactos do uso de estratégias ativas para o ensino-aprendizagem de competências relacionadas à Sustentabilidade Ambiental. Estes resultados, no país, tornam-se ainda mais expressivos quando considerados os montantes relacionados ao quantitativo de a) Instituições de Ensino (quer seja na Educação Básica ou Superior), b) cursos de graduação e pós-graduação e, c) unidades de conservação ambiental. Não obstante, políticas públicas educacionais, na forma da Base Nacional Comum Curricular (no cenário da Educação Básica) e Diretrizes Curriculares Nacionais (para a Educação Superior) orientam o desenvolvimento de competências mediante o emprego de estratégias de ensino centrados no aprendente, aspecto que per si deveria fazer-se presente na forma de um maior volume de produções acadêmicas. Ainda, e embora não sejam objetos de investigação de estudos de

revisão de escopo, limitações adicionais aos estudos sumarizados incluem uma reduzida clareza em termos de percursos metodológicos adotados (envolvendo por exemplo ementas de disciplina, tempo de duração de algumas atividades, conteúdos abordados, questionários aplicados etc.), ratificando lacunas em termos de aplicabilidade prática das abordagens.

Nesta perspectiva, recomenda-se às futuras abordagens investigativas considerar não apenas a atual literatura relacionada à temática, mas sobretudo ter em vista a necessidade premente de condução de estudos voltados à mensuração dos impactos das atividades, aspecto que per si contribuirá não apenas no fomento de (re)discussões acerca do ensino-aprendizagem de Sustentabilidade Ambiental, mas também permitirá des(re)construir a prática de ensino baseado em evidências mediante emprego de Metodologias Ativas.

REFERÊNCIAS

AROMATARIS, E.; MUNN, Z. **JBI Manual for Evidence Syntheis**. JBI, 2020. DOI https://doi.org/10.46658/JBIMES-20-01.

ARRUDA, E. C. de; GABRIEL, L. C. da S.; CIBOTTO, B. M. de L.; ANDREAZZI, M. A.; MILANI, Rute Grossi. Contribuições da psicologia para a sensibilização ambiental no ensino superior. **Educação Ambiental em Ação**, n. 61, p. 1-10, 2018. Disponível em http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=2890. Acesso em 13 de outubro de 2023..

CAVASINI, R.; BREYER, R. F. Workshop de conscientização não deixe rastro: educação ambiental em atividades ao ar livre. **Educação Ambiental em Ação**, n. 59, p. 1-12, 2017. Disponível em: http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=2696. Acesso em 06 de outubro de 2023.

HEDDEN, M. K.; WORTHY, R.; AKINS, E.; SLINGER-FRIEDMAN, V.; PAUL, R. C. Teaching sustainability using an active learning constructivist approach: discipline-specific case studies in higher education. **Sustainability**, v. 9, n. 8, p. 1-18, 2017. DOI https://doi.org/10.3390/su9081320.

ILLAHAQI, Aza Ayu Din; NURCAHYO, Heru; PANJAITAN, Muchtar Haryanto. Advancing students' environmental Sustainability awareness trough science mobile learning: a literature review. **Advances in Social Science, Education and Humanities Research**, v. 541, p. 795-800, 2021. DOI https://doi.org/10.2991/assehr.k.210326.114.

KIOUPI, V; VAKHITOVA, T. V.; WHALEN, K. A. Active learning as enabler of Sustainability learning outcomes: capturing the perceptions of learners during a materials education workshop. **MRS Energy & Sustainability**, v. 9, p. 64-78, 2022. DOI https://doi.org/10.1557/s43581-021-00019-3.

MELO, B. A. P.; CAÑETE, V. R.; AVELAR, M. C. de; MENDES, M. P.; NASCIMENTO, W. A.; ARAÚJO, A.. Experimentos sociopedagógicos para o ensino da responsabilidade socioambiental em uma IES no município de Abaetetuba/PA. **Educação Ambiental em Ação**, n. 75, p. 1-8, 2021. Disponível em: http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=4144. Acesso em 7 de outubro de 2023.

NUNES, R. C. A.; DUTRA, C. M.. Construindo conhecimentos sobre a coleta seletiva através de uma sequência didática. **Educação Ambiental em Ação**, n. 70, p. 1-13, 2020. Disponível em: http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=3902. Acesso em 7 de outubro de 2023.

PONTES, G. de A.; FONSECA, K. B. C.; FERNANDES, A. C.; COSTA, P. de S.. Ensino embasado na estrutura conceitual: a escolha da metodologia ativa, para aplicação de casos para ensino, importa? **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 14, n. 6, p. 501-519, 2020. DOI http://dx.doi.org/10.17524/repec.v14i4.2676.

SILVA, A. E. T. da; PREVATO, G. C.; SOUZA-EVANGELISTA, S. A. Educação Ambiental para alunos do 7º ano do ensino fundamental: contribuição ao currículo escolar e integração entre unidade de conservação e escola, no município de Porto Ferreira – SP. **Educação Ambiental em Ação**, n. 83, p. 1-8, 2023. Disponível em: http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=4551. Acesso em 7 de outubro de 2023.

SILVA, A. S. P.. Ensino-aprendizagem de estudos de levantamento sistemático da literatura utilizando tecnologias digitais de informação e comunicação: relato de experiência e exemplo de revisão de escopo. In: II CONGRESSO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO, SAÚDE E AMBIENTE (CIESA) [evento online], 17-19 nov. 2021. **Anais...**. Petrolina: UPE, 2021. Disponível em https://9b9e58c4-23a4-414d-a5c3-2ba6ef79df90.filesusr.com/ugd/069cbc_de2b9de21d514caea68be3a0ce35c4b8.pdf. Acesso em 15 de outubro de 2023.

_____. **Metodologias Ativas e Sustentabilidade Ambiental – revisão de escopo**. DOI https://doi.org/10.17605/OSF.IO/GMX6S.

SILVA, C. B. da; PEREIRA, J. C.; PINTO, M. do S. D.; MORAIS, R. T. F. A. de. Uso da água de forma consciente por meio de um projeto de intervenção pedagógica para uma escola municipal no estado da paraíba. **Educação Ambiental em Ação**, n. 60, p. 1-8, 2017. Disponível em: http://revistaea.org/artigo.php?idartigo=2719. Acesso em 7 de outubro de 2023.

FAMÍLIA QUATRO PATAS: UMA ANÁLISE DA GUARDA DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO EM CASO DE DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO OU UNIÃO ESTÁVEL

Ariana Andrade de Carvalho
ariana.carvalho.adv@hotmailm.com
Professor universitária da UniFTC/Petrolina. Advogada. Especialista em Direito Civil e Processo Civil pela ESA/OAB Pernambuco.

Priscilla Martins Delfim
priscila.delfim@prof.facape.br
Professora Universitária da UniFTC/Petrolina e FACAPE. Advogada. Mestre e especialista em Direito Civil pela Universidade de Lisboa.

Maria Victoria Souza Gonçalves Brito
Contato@victoriagoncalves.adv.br
Professora Universitária da UniFTC/Petrolina. Advogada. Mestre pela Universidade Federal do Vale do São Francisco. Pós-graduada em Direito Público pela Faculdade de Petrolina e Especialista em Direito Penal e Processual Penal pela Faculdade São Vicente.

RESUMO: Pretende-se com este estudo analisar como os Tribunais de Justiça brasileiros têm reconhecido o direito de guarda relativo aos animais de estimação em casos de dissolução do casamento ou união estável. Para que o tema seja compreendido foi feita uma pesquisa da legislação e de decisões dos Tribunais que envolvem essa discussão. Dessa forma, se fez avaliar pontos pertinentes do debate: as relações familiares no Brasil, a regulamentação do direito de guarda e animais como membro do núcleo familiar e a regulamentação de guarda dos animais pelos Tribunais. A pesquisa tem como metodologia na forma qualitativa, descritiva com análise documental. Os resultados obtidos apontam que a regulamentação da guarda de animais já é uma realidade no Brasil, mesmo não havendo ainda norma especifica que regularize tal possibilidade, permitindo, portanto, que ao final da relação conjugal sejam estabelecidas diretrizes sobre a permanência do animal com uma ou ambas as partes.

Palavras-Chave: Família multiéspecie. Guarda. Animais de estimação.

ABSTRACT: The aim of this study is to analyze how Brazilian Courts of Justice have recognized the right to custody of pets in cases of dissolution of marriage or stable union. In order for the topic to be understood, research was carried out on the legislation and Court decisions that involve this discussion. In this way, pertinent points of the debate were evaluated: family relationships in Brazil, the

regulation of the right to custody of animals as members of the family nucleus and the regulation of animal custody by the Courts. The research methodology is qualitative, descriptive with documentary analysis. The results obtained indicate that the regulation of animal custody is already a reality in Brazil, even though there is still no specific standard that regulates this possibility, therefore allowing, at the end of the conjugal relationship, guidelines to be established on the permanence of the animal with one or more both parts.

Keywords: Multispecies family. Guard. Pets.

1. INTRODUÇÃO

O Instituto jurídico da família sofreu diversas modificações com a Constituição Federal de 1988, especialmente no que tange a ideia de entidade familiar estruturada através do patriarcado. O conceito de unidade familiar foi ganhando nova forma, buscando se adaptar ao interesse e novo redimensionamento da sociedade, reconhecendo direitos familiares a todas as pessoas, tendo em vista a sua rica diversidade, a solidariedade e o melhor interesse de seus componentes.

A relação entre o ser humano e os animais é uma conexão estabelecida desde os primórdios da humanidade, que perpassa por vários papéis sociais ao longo dos séculos, inicialmente servia para auxiliar nas atividades cotidianas, como a guarda das casas, a defesa contra os inimigos, a busca por alimentos, em seguida, ocupa o papel de melhor amigo do homem, especialmente os cães, e hoje, vem sendo considerado pelas diversas pessoas como “filhos pet”.

A afetividade que é um dos princípios do direito das famílias, é o elo entre os humanos e os bichos, que cotidianamente é alimentado por ambos, dessa relação surgem diversas experiências, especialmente a do cuidado, da troca, e do amor. Mas também, nascem as problemáticas, principalmente quando um casal que convive em união estável ou em matrimônio decide romper o vínculo.

O tratamento dos animais de estimação no núcleo familiar vem evoluindo a passos largos, e seu enquadramento como meras coisas no Direito Civil não é suficiente para resolver os anseios da sociedade, que cada vez mais, tem aberto seus corações para considerar seu animal como membro da família. Ao Poder Judiciário tem chegado cotidianamente petições com pedidos sobre a guarda e a regulamentação de visitas de animais, no caso de desfazimento das relações

maritais e de união estável, e como há uma construção e uma tentativa de solidificação jurisprudencial, diversas são as decisões, causando uma certa insegurança jurídica.

Nesse sentido, busca com esta pesquisa analisar como os Tribunais de Justiça brasileiros têm reconhecido o direito de guarda relativo aos animais de estimação em casos de dissolução do casamento ou união estável. Para dar conta da problemática, foi realizada uma pesquisa da legislação e de decisões dos Tribunais que envolvem essa discussão, se valendo de uma metodologia na forma qualitativa, descritiva com análise documental.

Para chegar ao resultado pretendido, se fez avaliar pontos pertinentes do debate, sendo o trabalho subdivido em três capítulos, sendo eles: as relações familiares no Brasil, a regulamentação do direito de guarda e animais como membro do núcleo familiar e a regulamentação de guarda dos animais pelos Tribunais.

2. RELAÇÕES FAMILIARES NO BRASIL

A sociedade está em constante mudança, seja no modo de pensar, de agir, de se relacionar, como também na forma como as pessoas enxergam o mundo e as relações familiares decorrentes do afeto.

Os valores sociais se modificam no transcurso do tempo e essas modificações geram reflexos nas relações pessoais, "o ser humano vai alterando seu estilo de vida e também seus hábitos, deslindando-se dos costumes, da tradição e dos conceitos herdados das antigas civilizações" (VIANA, 2011), e para não ficar obsoleto, o direito vai se adaptando à nova realidade e a legislação é alterada para satisfazer as novas demandas.

A regulamentação do Direito de família, por exemplo, vem sofrendo diversas modificações ao longo do tempo, o conceito de unidade familiar foi ganhando nova forma, buscando se adaptar ao interesse e novo redimensionamento da sociedade, reconhecendo direitos familiares a todas as pessoas, tendo em vista a sua rica diversidade, a solidariedade e o melhor interesse de seus componentes (ELIAS, 2020). Nesse sentido, o casamento deixou de ter como principal objetivo a satisfação de interesses econômicos, cujos

laços afetivos eram deixados de lado para dar vez à perpetuação do ideal de família enquanto organização doméstica (BESSA. 2020).

> Verifica-se, do exame dos arts. 226 a 230 da Constituição Federal, que o centro da tutela constitucional se desloca do casamento para as relações familiares dele (mas não unicamente dele) decorrentes; e que a milenar proteção da família como instituição, unidade de produção e reprodução dos valores culturais, éticos, religiosos e econômicos, dá lugar à tutela essencialmente funcionalizada à dignidade de seus membros, em particular no que concerne ao desenvolvimento da personalidade dos filhos (TEPEDINO, 2006).

O Instituto jurídico da família sofreu diversas modificações com a Constituição Federal de 1988, especialmente no que tange a ideia de entidade familiar estruturada através do patriarcado. A carta Magna atravessou vários períodos históricos e paradigmáticos em busca da democratização e "assegurou a preservação da dignidade do ser humano, a liberdade individual, a autodeterminação, o desenvolvimento humano em sua ampla magnitude, a igualdade, a justiça e a não discriminação como valores supremos de uma sociedade plural e mais justa". (ELIAS, 2020).

Atualmente, o direito de família pode ser definido como a organização social advinda dos laços sanguíneos, jurídicos e afetivos, tal definição não está expressa na lei, mas pode ser obtida a partir da interpretação do dispositivo constitucional que assegura que o planejamento familiar é livre decisão do casal, cabendo ao Estado propiciar recursos educativos e científicos para o exercício desse direito, além de já reconhecer de forma expressa novas formas de família que diferem das frutos do poder patriarcal, vejamos:

> Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.
>
> § 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.
>
> § 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.
>
> § 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.
>
> § 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.
>
> § 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.
>
> § 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos.
>
> § 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e

> científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.
>
> § 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Percebe-se que os objetivos das relações foram modificados ao longo da história, o caráter restrito de reprodução, bem como o interesse patrimonial foram deixando de serem os propósitos que impulsionam os vínculos, passando a dar lugar a liberdade de relacionar-se, de constituir famílias felizes, guiados agora pela afetividade.

> A família matrimonializada, patriarcal, hierarquizada, biológica, vista como uma unidade de produção, foi, aos poucos, cedendo lugar para uma família pluralizada, democrática, igualitária, hetero ou homoparental, biológica ou socioafetiva, tendo como alicerce a afetividade entre os indivíduos (MADALENO, 2020)

Nos dias de hoje, não há como falar de unidade familiar, sem remeter a afetividade, esse que é o princípio norteador da família, atuando como elemento chave definidor do seu conceito. O princípio da afetividade compreende, sobretudo, a evolução do direito tornando-o aplicável a todas as formas de manifestação da família, tendo como premissa uma nova cultura jurídica que possa permitir a proteção e o reconhecimento estatal de todas as entidades familiares, centrando-se no afeto como sua maior preocupação (VIANA, 2011).

O Ordenamento Jurídico Brasileiro reconhece algumas espécies de família, como a família Matrimonial que é aquela decorrente do casamento, a família Monoparental, que é construída em decorrência do vínculo de parentesco entre pais e seus descendentes, a União estável, que conforme Rizzardo (2007, p. 891), "É uma união sem maiores solenidades ou oficialização pelo Estado, não se submetendo a um compromisso ritual e nem se registrando em órgão próprio", a família substitutiva, que consiste em substituir em caráter temporário ou permanente a família natural da criança, adolescente e até mesmo de adultos, a família Pluriparental, que resulta da pluralidade de relações parentais, a família homoafetiva, que é a união de pessoas do mesmo sexo, a família Anaparental, é aquela baseada no afeto familiar, todavia, sem a presença de pais.

Reconhecer as novas espécies de núcleos familiares na legislação pátria é mais do que necessário.

> Ao lado da família formada para perpetuar o culto religioso doméstico, da família constituída em virtude da autoridade parental, da família orientada pelo direito canônico, veio a pós-modernidade remodelar as relações familiares, tal como anteriormente conhecidas, fazendo-se alçar formas novas, amparadas no afeto e na verdade, buscando, nada além do que a realização pessoal e a felicidade dos seus componentes. Na evolução histórica da família, além da família tradicional, formada pelo casamento, a introdução de novos costumes e valores, a internacionalização dos direitos humanos, a globalização, o respeito do ser humano, tendo em vista sua dignidade e os direitos inerentes à sua personalidade, impôs o reconhecimento de novas modalidades de família formadas na união estável, no concubinato, na monoparentalidade, na homoafetividade e nos estados intersexuais, respeitando as intrínsecas diferenças que compõem os seres humanos (ELIAS, 2010).

Portanto, fica claro que a unidade familiar não está mais vinculada apenas aos vínculos sanguíneos. Atualmente, as relações biológicas, não têm mais tanta importância como as advindas dos laços de amor e afeto, que buscam, sobretudo, a felicidade.

Nesse sentido, demonstra-se indiscutível, a necessidade de regramento formal que tutele as novas espécies de família, que apesar de ausente na legislação em vigor, estando, portanto, desprovidas de proteção legal, encontram-se cada vez mais presentes na apreciação dos Tribunais, como por exemplo, as famílias formadas por seres humanos e animais de estimação.

Não reconhecer essa espécie de família é um ato explícito de inconstitucionalidade, pois restringe o direito e a liberdade de todos constituírem suas famílias de forma plural, pois o afeto é um valor fundamental e sua violação constitui ato atentatório à dignidade da pessoa humana.

3. FAMÍLIA MULTIESPECIE E GUARDA DE ANIMAIS

A relação entre o ser humano e os animais é uma conexão estabelecida desde os primórdios da humanidade, que perpassa por vários papéis sociais ao longo dos séculos, inicialmente servia para auxiliar nas atividades cotidianas, como a guarda das casas, a defesa contra os inimigos, a busca por alimentos, em seguida, ocupa o papel de melhor amigo do homem, especialmente os cães, e hoje, vem sendo considerado pelas diversas pessoas como “filhos pet”.

Ana Maria Alves Rodrigues (2018) traz uma observação importante sobre o entrelaçamento do ser humano e do animal ao longo do tempo, vejamos:

> A relação homem-animal apresenta diversas nuances, a depender do momento histórico, científico e cultural analisado, começando pelo período em que os animais não humanos sequer eram entendidos como seres vivos, ou eram vistos como máquinas, sendo que em meados do séc. XX passaram alguns animais a participarem das famílias, como se fossem verdadeiros membros daquele grupo. Ademais, atualmente, há a comprovação e reconhecimento de sua senciência e consequente tutela jurídica, como o caso de Portugal, em razão da aprovação do Estatuto Jurídico dos Animais, materializado por meio da Lei n. º 8/2017, de 1º de maio de 2017, a qual alterou o Código Civil, o Código de Processo Civil e o Código Penal.

No Brasil, a legislação pátria, incialmente, trata o animal como um bem com valor econômico, uma propriedade, classificado pelo Código Civil de 2002 como um semovente, que é aquilo que tem mobilidade própria, não sendo sujeitos de direito.

E no seio da sociedade surgem as inquietações, que refletem nas novas construções no direito. Na sociedade contemporânea, os animais domésticos não são sentidos e vistos pelos seus cuidadores como uma propriedade, mas como membros da sua família, onde existem sentimentos, afeto, e cuidados cotidianos.

Com isso, o direito brasileiro começa a ser questionado sobre a classificação e a proteção aos animais, e um novo olhar surge, colocando-os como seres sensíveis, dotados de sentimentos, de inteligência, passando a ser chamados de seres sencientes.

Nessa linha Dias (online, 2018) faz o seguinte comentário:

> Os animais de estimação, especialmente, cachorros (mais presente nos lares) deixaram de ser o "melhor amigo do homem" e passaram a qualidade de "filho". Esta é a nova realidade que permeia os lares contemporâneos. Não é incomum a situação de inúmeras pessoas que "adotam" animais de estimação os elevando a qualidade de "filho" em detrimento da procriação tradicional, optando por não dar continuidade a família por meio de descendentes. Noutro ponto, ainda vislumbra-se casais com filhos humanos e animais de estimação, ambos convivendo em condições de igualdade e tratamento.

A ideia firmada no mundo contemporâneo não é mais de uma animal, especialmente o doméstico, como cães e gatos, como uma coisa, e sim como ser dotado de sentimentos, que são considerados membros das famílias, não é mais incomum que muitos seres humanos se intitulam “pais de pet”, fazendo investimentos financeiros para sua comodidade e dignidade.

Outrossim, há uma movimentação nas estruturas jurídicas para o reconhecimento dos animais como um terceiro gênero, e não uma coisa, um bem, ou uma pessoa, garantido a eles direitos, diversos são os projetos de lei que

tramitam no Congresso Nacional, um exemplo recente, é o PL 179/2023, que busca reconhecimento de direitos à família multiespecie.

O PL 179/2023 traz como proposta a regulamentação da família multiespecie, definida como a comunidade formada por seres humanos e animais de estimação, prevendo diversos direitos para eles, como pensão alimentícia, participação no testamento do tutor, guarda de animais, regulamentação de visitas.

É importante destacar, que existem formas de proteção aos animais na legislação brasileira, a Constituição Federal traz em seu bojo no artigo 225, § 1º, VII, a proteção ao animal, quando afirma que: "proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade".

Nessa perspectiva, os animais são tutelados pelo ordenamento jurídico, garantido a eles tratamento humanizado e digno, surgindo inclusive, normas que penalizam os maus tratos, como a Lei 9.605/98, alterada pela Lei 14.064/20, a qual determina:

> Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:
>
> Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.
>
> § 1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos.
>
> § 1º-A Quando se tratar de cão ou gato, a pena para as condutas descritas no caput deste artigo será de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, multa e proibição da guarda. (Incluído pela Lei nº 14.064, de 2020)

Percebe-se que a proteção aos bichos se encontra presente na legislação pátria, bem como, há uma efervescente discussão nos tribunais e na doutrina, surgindo novas teorias, como a da guarda de animais, regulamentação de visitas, e novos arranjos familiares, como a família multiespecie.

De acordo com Maria Berenice Dias (....), "família multiespecie é aquela constituída pelos donos e seus animais de estimação, membros não humanos." Considerando assim, um novo arranjo familiar, constituído de afeto e dignidade.

Nesse diapasão, Dias (2018, online) destaca:

> A relevância do surgimento deste novo arranjo familiar é de tamanha importância que muitas pessoas, sejam oriundas de uniões estáveis ou

> de uniões matrimoniais, estão optando por não ter descendentes, dando lugar aos "filhos" de quatro patas, bem como os donos e tutores estão sendo substituídos por "mães", "pais", "irmãos", "tios", de acordo com a extensão da família.

Com o surgimento da família multiespecie começam a surgir diversas realidades e indagações, sobretudo, em relação a guarda de animais e a regulamentação de visitas, quando envolve um casal e os animais.

A afetividade que é um dos princípios do direito das famílias, é o elo entre os humanos e os bichos, que cotidianamente é alimentado por ambos, dessa relação surgem diversas experiências, especialmente a do cuidado, da troca, e do amor. Mas também, nascem as problemáticas, principalmente quando um casal que convive em união estável ou em matrimônio decide romper o vínculo.

Ao Poder Judiciário tem chegado cotidianamente petições com pedidos sobre a guarda e a regulamentação de visitas de animais, no caso de desfazimento das relações maritais e de união estável, e como há uma construção e uma tentativa de solidificação de jurisprudencial, diversas são as decisões, causando uma certa insegurança jurídica. Portanto, é urgente, a construção de normas legais que enfrentem de uma vez por todas a celeuma.

4. REGULAMENTAÇÃO DO DIREITO DE GUARDA DE ANIMAIS NOS TRIBUNAIS BRASILEIROS

Conforme mencionado no tópico anterior, a família multiespécie é um termo atual para delinear a relação entre o ser humano e seus animais de estimação. A matéria ainda carece de regulamentação, cabendo aos tribunais brasileiros trazerem a solução para o caso concreto quando existirem disputas sobre a guarda dos *pets*, com o fim do casamento ou união estável.

A primeira decisão de destaque sobre o assunto foi proferida pelo relator LUIS FELIPE SALOMÃO em 2018, fazendo com que o STJ se pronunciasse e trouxesse diretrizes importantes para o tema:

> RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. ANIMAL DE ESTIMAÇÃO. AQUISIÇÃO NA CONSTÂNCIA DO RELACIONAMENTO. INTENSO AFETO DOS COMPANHEIROS PELO ANIMAL. DIREITO DE VISITAS. POSSIBILIDADE, A DEPENDER DO CASO CONCRETO. 1. Inicialmente, deve ser afastada qualquer alegação de que a discussão envolvendo a entidade familiar e o seu animal de estimação é menor, ou se trata de mera futilidade a ocupar o

> tempo desta Corte. Ao contrário, é cada vez mais recorrente no mundo da pós-modernidade e envolve questão bastante delicada, examinada tanto pelo ângulo da afetividade em relação ao animal, como também pela necessidade de sua preservação como mandamento constitucional (art. 225, § 1, inciso VII -"proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade"). 2. O Código Civil, ao definir a natureza jurídica dos animais, tipificou-os como coisas e, por conseguinte, objetos de propriedade, não lhes atribuindo a qualidade de pessoas, não sendo dotados de personalidade jurídica nem podendo ser considerados sujeitos de direitos. Na forma da lei civil, o só fato de o animal ser tido como de estimação, recebendo o afeto da entidade familiar, não pode vir a alterar sua substância, a ponto de converter a sua natureza jurídica. 3. No entanto, os animais de companhia possuem valor subjetivo único e peculiar, aflorando sentimentos bastante íntimos em seus donos, totalmente diversos de qualquer outro tipo de propriedade privada. Dessarte, o regramento jurídico dos bens não se vem mostrando suficiente para resolver, de forma satisfatória, a disputa familiar envolvendo os pets, visto que não se trata de simples discussão atinente à posse e à propriedade. 4. Por sua vez, a guarda propriamente dita - inerente ao poder familiar - instituto, por essência, de direito de família, não pode ser simples e fielmente subvertida para definir o direito dos consortes, por meio do enquadramento de seus animais de estimação, notadamente porque é um munus exercido no interesse tanto dos pais quanto do filho. Não se trata de uma faculdade, e sim de um direito, em que se impõe aos pais a observância dos deveres inerentes ao poder familiar. 5. A ordem jurídica não pode, simplesmente, desprezar o relevo da relação do homem com seu animal de estimação, sobretudo nos tempos atuais. Deve-se ter como norte o fato, cultural e da pós-modernidade, de que há uma disputa dentro da entidade familiar em que prepondera o afeto de ambos os cônjuges pelo animal. Portanto, a solução deve perpassar pela preservação e garantia dos direitos à pessoa humana, mais precisamente, o âmago de sua dignidade. 6. Os animais de companhia são seres que, inevitavelmente, possuem natureza especial e, como ser senciente - dotados de sensibilidade, sentindo as mesmas dores e necessidades biopsicológicas dos animais racionais -, também devem ter o seu bem-estar considerado. 7. Assim, na dissolução da entidade familiar em que haja algum conflito em relação ao animal de estimação, independentemente da qualificação jurídica a ser adotada, a resolução deverá buscar atender, sempre a depender do caso em concreto, aos fins sociais, atentando para a própria evolução da sociedade, com a proteção do ser humano e do seu vínculo afetivo com o animal. 8. Na hipótese, o Tribunal de origem reconheceu que a cadela fora adquirida na constância da união estável e que estaria demonstrada a relação de afeto entre o recorrente e o animal de estimação, reconhecendo o seu direito de visitas ao animal, o que deve ser mantido. 9. Recurso especial não provido. (STJ - REsp: 1713167 SP 2017/0239804-9, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 19/06/2018, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 09/10/2018).

O julgado do STJ abriu importante precedente para orientar a matéria. Primeiro, devemos destacar o reconhecimento da afetividade nas relações entre o ser humano e seus animais de estimação; segundo, de que o tratamento dado pelo Código Civil aos “filhos de quatro patas” como “coisas” se mostra insuficiente para solucionar a questão. Ousamos dizer que o CC/02 tratou o tema de forma

defasada desde a sua vigência, pois, já naquela época, a relação afetuosa entre tutores e pets já perfazia uma curva acentuadamente ascendente.

Foi reconhecido, assim, a natureza especial dos animais de estimação, como seres sencientes, e, por isso, o bem-estar deles deve ser considerado com a importância que o caso requer. Maltratar o pet, antes de tudo, significa maltratar o seu tutor. Justamente no afã de prover ao seu bichinho o melhor, a todo o tempo, que cada vez mais casais em processo de separação duelam no Judiciário a guarda do seu anjinho de estimação. Neste ponto, a jurisprudência, mesmo não enfrentando, de fato, a qualificação jurídica a ser adotada a eles, afirma que a solução para o caso concreto sempre deverá atender aos fins sociais, "atentando para a própria evolução da sociedade, com a proteção do ser humano e do seu vínculo afetivo com o animal". Dessa forma, ao concluir o julgado, o Ministro do STJ reconheceu a relação de afeto entre animais e seres humanos, determinando o direito de visitas ao animal.

Nesse sentido é o entendimento de vários julgados recentes dos tribunais do país, quem vem reconhecendo o direito de guarda e visita aos tutores em virtude da finalização do vínculo familiar:

> GUARDA E VISITAS DE ANIMAL DOMÉSTICO – REGULAMENTAÇÃO – LIMINAR DEFERIDA EM PARTE **PARA AUTORIZAR A VISITAÇÃO DO AUTOR COM RETIRA DO ANIMAL DIA 20, ÀS 18H, E DEVOLUÇÃO DIA 30, ÀS 18H, DE CADA MÊS** – IRRESIGNAÇÃO DA EX-COMPANHEIRA - OMISSÃO LEGISLATIVA SOBRE A RELAÇÃO AFETIVA ENTRE PESSOAS E ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO - **APLICAÇÃO ANALÓGICA DO INSTITUTO DA GUARDA DE MENORES – INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 4º E 5º DA LINDB - INEXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE QUE O AUTOR SEJA NEGLIGENTE EM** RELAÇÃO AOS CUIDADOS DE QUE O ANIMAL NECESSITA – VÍNCULO AFETIVO DEMONSTRADO, A PRINCÍPIO, COM AS FOTOGRAFIAS - DIREITO DE CONVÍVIO - DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO (TJ-SP - AI: 20061254720238260000 SP 2006125-47.2023.8.26.0000, Relator: Theodureto Camargo, Data de Julgamento: 28/02/2023, 8ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 28/02/2023). Grifo nosso.

> APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DE GUARDA DE ANIMAL DE ESTIMAÇÃO. CADELA QUE, APÓS A DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE DE FATO DAS LITIGANTES, FICOU SOB OS CUIDADOS DA RÉ. SENTENÇA NA ORIGEM QUE INDEFERIU A INICIAL E EXTINGUIU O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. RECURSO DA AUTORA. SENTENÇA EXTINTIVA CALCADA NA INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL SOBRE O TEMA. MATÉRIA, NO ENTANTO, DEVIDAMENTE ENFRENTADA NAS CORTES DE JUSTIÇA DE TODO O PAÍS. **RECONHECIMENTO, PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, ACERCA DA POSSIBILIDADE JURÍDICA DE REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS A ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO**. RECURSO ESPECIAL N. 1713167/SP. VIABILIDADE JURÍDICA DA

> DISCUSSÃO POSTA. RECURSO PROVIDO PARA ANULAR A SENTENÇA E DETERMINAR O RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA O REGULAR PROCESSAMENTO DO FEITO. (...) Sentença reformada. Recurso provido. (TJ-SP - AC: 10126692320218260361 Mogi das Cruzes, Relator: Alexandre Marcondes, Data de Julgamento: 28/04/2023, 1ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 28/04/2023). Grifo nosso.

> EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO CIVIL. DIREITO DE FAMÍLIA. AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO. GUARDA. FAMÍLIA MULTIESPÉCIE. ACERVO PROBATÓRIO QUE EVIDENCIA QUE OS TUTORES DOS ANIMAIS SÃO OS FILHOS DA AGRAVANTE. IMPOSSIBILIDADE DE REGULAMENTAÇÃO DA GUARDA. - Atentas ao fenômeno da afetividade que tem permeado cada vez mais os vínculos estabelecidos entre as pessoas e os animais domésticos com quem dividem a convivência, a doutrina e a jurisprudência passaram a dispensar tratamento diferenciado às relações entre as pessoas e tais seres vivos, notadamente aqueles denominados "animais de companhia" ou "animais de estimação", **passando a vislumbrar a possibilidade de se decidir judicialmente questões referentes à guarda e visitação, em caso de rompimento do grupo familiar ao qual estava integrado o "pet"** e, até mesmo, aos alimentos a serem pagos em favor daquele que detiver a guarda, a fim de que possa arcar com os custos da manutenção, **sob a ótica do Direito de Família e não mais exclusivamente do Direito das Coisas** - Na hipótese dos autos, evidenciando o acervo probatório que os **verdadeiros tutores/guardiões dos animais de estimação são os filhos da agravante, revela-se adequada a reforma da decisão, que havia disciplinado a guarda dos "pets" entre as partes.(**TJ-MG - AI: 10000222041162001 MG, Relator: Eveline Mendonça (JD Convocada), Data de Julgamento: 27/10/2022, Câmaras Especializadas Cíveis / 4ª Câmara Cível Especializada, Data de Publicação: 28/10/2022). Grifo nosso.

Apesar da vasta jurisprudência sobre a questão, não podemos concluir que se trata de um assunto simples ou pacificado, ainda estamos longe, mas, ao que parece, o norte jurisprudencial já foi traçado. É possível verificar algumas decisões em sentido contrário e incertezas quanto o enquadramento desses seres no âmbito do direito civil. Conforme se verifica nesse julgado do TJSP que expressamente afirma a impossibilidade de tutela dos semoventes de forma análoga às crianças.

> AGRAVO DE INSTRUMENTO. Despacho agravado que tão somente determinou a emenda à inicial. **Impossibilidade de tutela dos semoventes de forma análoga a crianças.** Questão que não se encontra em quaisquer das hipóteses previstas no artigo 1.015 do CPC. Inadmissibilidade. RECURSO NÃO CONHECIDO. (TJ-SP - AI: 22548277420228260000 SP 2254827-74.2022.8.26.0000, Relator: Maria Salete Corrêa Dias, Data de Julgamento: 31/10/2022, 2ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 31/10/2022). Grifo nosso.

A omissão legislativa também se estende sobre a competência para analisar o tema. Havendo dissolução da relação familiar com disputas sobre guarda de animais, qual seria o juízo competente para examinar a questão? No Judiciário é grande a quantidade de suscitações de conflito de competência entre as Varas Cíveis e Varas de Família. Conforme jurisprudência abaixo, tem prevalecido a segunda opção:

> CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA ENTRE OS JUÍZOS DA 1ª VARA DA FAMÍLIA E ÓRFÃOS E 2ª VARA CÍVEL, AMBOS DA COMARCA DA CAPITAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C COBRANÇA DE VALORES. AJUDA DE CUSTO PARA MANUTENÇÃO DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO (PETS) ADOTADOS NA CONSTÂNCIA DA UNIÃO ESTÁVEL. EXPRESSA DISPOSIÇÃO, EM ESCRITURA PÚBLICA DE DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL, A RESPEITO DESSA OBRIGAÇÃO PARA APÓS O TÉRMINO DA RELAÇÃO CONJUGAL. EVOLUÇÃO JURISPRUDENCIAL DA MATÉRIA. "FAMÍLIA MULTIESPÉCIE". **COMPETÊNCIA MATERIAL DA VARA DA FAMÍLIA (JUÍZO SUSCITANTE).** CONFLITO JULGADO IMPROCEDENTE. (TJ-SC - CC: 50108828720238240000, Relator: Haidée Denise Grin, Data de Julgamento: 04/05/2023, Sétima Câmara de Direito Civil). Grifo nosso.

A atual jurisprudência majoritária sinaliza claramente pela possibilidade de regulamentação de guarda e visita de animais de estimação, diante da ruptura do vínculo familiar. Verifica-se a existência de uma lacuna legislativa sobre o assunto e o caso concreto vem sendo um importante divisor de águas.

Observa-se que o tratamento dos animais de estimação no núcleo familiar vem evoluindo a passos largos, e seu enquadramento como meras coisas no Direito Civil não é suficiente para resolver os anseios da sociedade, que cada vez mais, tem aberto seus corações para considerar seu animal como membro da família.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que as relações familiares vêm sofrendo constantes transformações, fruto da evolução da sociedade. O direito de família vem se adaptando aos novos arranjos familiares, abandonando uma estrutura hierarquizada e patriarcal para englobar uma abordagem mais democrática, plural e afetiva.

O princípio da afetividade vem ganhando cada vez mais espaço e ele reconhece a importância das relações emocionais e afetivas nas relações

familiares. Com isso, a relação da família multispécie envolve a expansão desse princípio para abarcar também as relações entre os seres humanos e seus animais de estimação.

Ressalta-se que a legislação brasileira, vem sendo questionada sobre o inicial tratamento dos animais como propriedade, não sendo mais plausível tal enquadramento diante da mudança de perspectiva na sociedade contemporânea, que passa a considerar esses animais como membros da família.

Diante da omissão legislativa sobre a questão de guarda de animais em virtude da dissolução de casamento ou união estável, os tribunais se vêm instados a se manifestar e, em sua grande maioria, vem reconhecendo pela possibilidade de regulamentação de guarda e visita de animais de estimação, diante da ruptura do vínculo familiar, aplicando de forma análoga as regras já existentes e aplicáveis aos casos em que há dissolução dos vínculos familiares que envolvem apenas seres humanos, o que, inclusive, reforça ainda mais a necessidade de uma legislação específica para tratar do tema e excluir toda a obscuridade que o envolve.

REFERÊNCIAS

BESSA, Paloma Alcoforado. **Contrato de namoro: o direito de não constituir família** / Paloma Alcoforado Bessa. - João Pessoa, 2020. 62 f.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**.

_____. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

DIAS, Maria Ravelly Martins Soares. **Família multiespécie e Direito de Família: uma nova realidade**. Disponível em: < https://jus.com.br/artigos/67381/familia-multiespecie-e-direito-de-familia-uma-nova-realidade >. Acesso em: 19 de novembro de 2023.

MADALENO, Rolf. **Direito de família.** 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

MALUF, Adriana C.R. F.D**. Novas Modalidades de Família na Pós-modernidade**. (Tese doutorado). São Paulo, 2010.

RODRIGUES, Ana Maria Alves. **Família multiespécie e guarda de animais domésticos: uma análise de seu reconhecimento no direito brasileiro. Belo Horizonte, 2018. 167 p. Dissertação**. Programa de Pós Graduação em Direito da Escola Superior Dom Helder Câmara. Disponível em: < http://domhelder.edu.br/mestrado/editor/assets/arquivos_dissertacoesdefendidas/b6bab8d32856f4253148f9174f4e6770.pdf >. Acesso em: 19 de novembro de 2023.

TEPEDINO, Gustavo. **A Disciplina Civil-Constitucional das Relações Familiares**. 2006. Disponível em http://www2.uerj.br/~direito/publicacoes/publicacoes/diversos/tepedino_3.html. Acesso em 20/11/2023.

VIANNA, R. C. (2011). **O instituto da família e a valorização do afeto como princípio norteador das novas espécies da instituição no ordenamento jurídico brasileiro.** *Revista Da ESMESC*, *18*(24), 511–536.

INTERPRETAÇÃO DO POEMA " A TRISTE PARTIDA", DE PATATIVA DO ASSARÉ, À LUZ DE ELEMENTOS DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISURSO

Genivaldo do Nascimento
Universidade de Pernambuco/Campus Petrolina
Faculdade de Petrolina
Mestre em Educação
Doutorando em Ciências da Linguagem

Carlos Eduardo Romeiro Pinho
Universidade de Pernambuco/Campus Petrolina
Faculdade de Petrolina
Mestre em História
Doutorando em Ciências da Linguagem

Vlader Nobre Leite
Universidade de Pernambuco/Campus Petrolina
Mestre em Literatura
Doutorando em Ciências da Linguagem

RESUMO: Esse estudo analisa, sob a ótica da Análise Crítica do Discurso, o poema *A Triste Partida*, do poeta cearense Patativa do Assaré. Inicialmente, descreve alguns elementos dos estudos linguístico-discursivos, a exemplo do Estruturalismo, o Gerativismo e o Formalismo Russo, os quais tiveram uma perspectiva imanente da língua. Em seguida, faz uma análise, predominantemente, discursiva crítica. O objetivo desse trabalho foi discutir alguns aspectos ligados aos ditos e não-ditos de sujeitos retirantes nesse poema. Os sujeitos desse texto-discurso são geralmente silenciados por grupos dominantes. Interpelados por elementos ideológicos, falam em um determinado contexto, a partir de algum lugar/campo e procuram alcançar certos objetivos. Essa pesquisa descritivoexplicativa fez um recorte de conceitos da ADC apresentados no livro Discurso mudança social, de Norman Fairclough. Esse poema, texto-discurso, foi analisado à luz dos conceitos de democratização do discurso, coesão e argumentação ideológicas.

Palavras-chave: Discurso. Literatura Popular. Linguagem e Língua.

ABSTRACT: This study analyzes, from the perspective of Critical Discourse Analysis, the poem A Triste Partida, by the Ceará poet Patativa do Assaré. Initially, it describes some elements of linguistic-discursive studies, such as Structuralism, Gerativism and Russian Formalism, which had an immanent perspective of the

language. Then, it makes a predominantly discursive critical analysis. The objective of this work was to discuss some aspects related to the sayings and unsaid of the withdrawing subjects in this poem. The subjects of this text-discourse are generally silenced by dominant groups. Interpellated by ideological elements, they speak in a certain context, from a certain place/field and seek to achieve certain objectives. This descriptive-explanatory research made a selection of CDA concepts presented in the book Social Change Discourse, by Norman Fairclough. This poem, text-discourse, was analyzed in the light of the concepts of democratization of discourse, cohesion and ideological argumentation.

Keywords: Discourse. Popular Literature. Language and Tongue.

1. INTRODUÇÃO

Os estudos linguístico-discursivos têm como objeto de observação investigativa a língua, a frase, o texto e/ou discurso. A perspectiva adotada por Rask, Grimm e Bopp, ao desenvolverem o método comparativo na Linguística Histórica, centrou o olhar investigativo nas mudanças da língua e desconsiderou a importância do contexto de fala e do sujeito falante.

O Estruturalismo, o Gerativismo e o Formalismo Russo também “olharam” somente para a língua. Nessas correntes de estudo, o que importa são as regras do sistema que a constitui. Os elementos contextuais, ideológicos e subjetivos não exercem, segundo essas teorias, influência no dito ou já-dito.

No Século XX, com a chegada, por exemplo, do Pós-Estruturalismo, da Linguística Textual, Sociolinguística, Teoria da Recepção e das Análises do Discurso (Dialógica, Francesa e Crítica), a língua deixou de ser o centro das análises linguístico-discursivas. Outros elementos passaram a ocupar a atenção dos estudiosos. Foi então que a frase, o texto, o discurso, os sujeitos (falantes, discursivos, enunciativos, pragmáticos), sentido, significado, interdiscurso, dialogismo e ideologia começaram a influenciar os estudos acerca do uso da língua.

Esse nosso estudo sobre o poema “*A Triste Partida*”, do poeta cearense Patativa do Assaré, é, predominantemente, uma análise discursiva crítica. O objetivo desse trabalho foi discutir alguns aspectos ligados aos ditos e não-ditos de sujeitos retirantes nesse poema. Esses sujeitos atravessados por elementos

ideológicos, falam em um determinado contexto, a partir de algum lugar/campo e procuram alcançar certos objetivos.

Na análise do poema "*A triste partida",* acompanhamos o percurso discursivo de dois sujeitos enunciativos: o agricultor-retirante sertanejo e o narrador. Analisamos a ruptura desses sujeitos com o sagrado e com a ideologia cristã. Esse trabalho identifica, assim, uma postura transgressora do agricultor-retirante, o qual, nesse trágico poema de Patativa do Assaré, foge da seca e da fome em busca de uma qualidade de vida melhor, mas termina seus dias como escravo nas mãos de capitalistas em São Paulo.

A pertinência desse estudo está ancorada em dois aspectos: numa perspectiva social, esse trabalho pode contribuir no debate acerca da desconstrução da imagem discriminatória e marginalizada do retirante; quanto ao aspecto científico, esse estudo aplica conceitos da análise Crítica do Discurso, a exemplo da democratização do discurso, coesão e argumentação ideológicas (FAIRCLOUCGH, 2016). Além disso, o nosso trabalho espera contribuir, também, para a discussão acerca da importância da (marginalizada) literatura popular na historiografia literária brasileira, pois esse estudo apresenta o poema *A Triste Partida* como um dos principais textos literários brasileiros que têm o retirante como temática central. Na maioria das vezes, os trabalhos que tratam do referido tema (retirantes) citam somente a literatura canônica, tida como "erudita e oficial", a exemplo como das obras *Vidas Secas (*de Graciliano Ramos*)*, *O Quinze (*de Rachel de Queiroz) e *Morte e Vida Severina (*João Cabral de Melo Neto).

2. O RETIRANTE DA LITERATURA E NA HISTÓRIA

O debate acerca dos retirantes do século passado continua atual. Seja por causa da discussão acerca das secas contínuas no Sertão ou pela preocupação com as legiões de refugiados da Europa e nos Estados Unidos. Os dois, retirantes e refugiados, sempre existiram pelo mesmo motivo: a negação de que o destino, marcado pela fatalidade sócia e geográfica, é algo imutável. Para eles, o deslocamento e as "retirâncias"" podem salválos da morte.

No Brasil, os efeitos da seca, ainda no Século XXI, continuam causando enormes prejuízos econômicos e sociais. As políticas públicas implementadas ao longo de décadas não conseguiram solucionar essa tragédia brasileira. Além dos

prejuízos sociais e econômicos, as secas também produziram elementos imagético-discursivos. A de 1877 foi a primeira a ser registrada por fotos. Outras já tinham acontecido, como a de 1845, porém foi a desse período que chamou a atenção do Brasil. Foi quando o Imperador Dom Pedro II resolveu desenvolver ações de combate aos efeitos da seca. É quando o “Brasil do Sul”, estupefato, percebe (ou finge que se percebe) que existem outros “brasis” além do dele. O Nordeste, então, é apresentado, através desse registro imagético, já pedindo esmolas. Uma imagem que se cristalizou e continua viva quase cento e cinquenta anos depois.

Atrelada a essa imagem de pedinte e de sujeito “desgarrado” está a figura do retirante. Sem o apoio do Estado, principalmente através dos programas sociais e do suporte da Previdência Social existentes hoje, os pequenos agricultores deixavam as suas roças/casas e iam à procura da sobrevivência nas cidades.

O retirante, geralmente, representava ameaça aos moradores da cidade por vários motivos. Eram considerados estranhos pelos habitantes urbanos e, famintos, podiam realizar saques em supermercados e comércio para matar a fome. Para proteger os moradores das áreas urbanas, foram feitos campos de concentração no Ceará em 1915 e 1932. Objetivo: prender os retirantes. Discurso do governo da época: ajuda com comida, remédio e trabalho os flagelados da seca. Acerca dos Campos de Concentração no Ceará,

Rios (2014, p. 132) diz que

> Foram erguidos, nos meses de abril e maio de 1932, sete campos de concentração: o Campo de Patú, no município de Senador Pompeu; o campo do Buriti, no Crato; o campo do município de Ipú; o campo do município de Cariús; o campo do município de Quixeramobim e os dois campos de Fortaleza (Tauape ou Matadouro e Urubú ou Pirambu). Distribuídas de modo estratégico, as concetrações procuravam controlar o movimento migratório dos famintos, ou seja, tentavam impedir a chegada de flagelados a Fortaleza e a outras cidades do Ceará, como Senador Pompeu, Quixeramobim ou Crato, que, em secas anteriores, colocavam-se como os lugares mais procurados pelos retirantes. [...] Depois de junho de 1932, a multidão de concentrados se multiplicava dia após dia. Os grandes terrenos, cercados ou murados, geralmente planejados para alojar de 2 a 5 mil flagelados, chegaram a comportar mais de 50 mil retirantes, como é caso do campo de concentração do Buriti, no município do Crato. O pavor diante da multidão crescia na proporção de sua extensão. O desejo de controlar os miseráveis também trilhava o caminho da proporcionalidade: quanto maior o número de flagelados, mais rigorosa era a vigilância.

O estranhamento se dava também pelo fato de serem pessoas sem referência familiar em relação a esses moradores da cidade. Não tinham “nome”. Eram apenas flagelados ou retirantes. Essa dificuldade em se apresentar, por não ter “nome”, é descrita por Severino, na introdução de *Morte e Vida Severina*:

> O meu nome é Severino, como não tenho outro de pia. Como há muitos Severinos, que é santo de romaria, deram então de me chamar Severino de Maria como há muitos Severinos com mães chamadas Maria, fiquei sendo o da Maria do finado Zacarias.
>
> [...]
>
> Somos muitos Severinos iguais em tudo e na sina: a de abrandar estas pedras suando-se muito em cima, a de tentar despertar terra sempre mais extinta, a de querer arrancar alguns roçado da cinza. Mas, para que me conheçam melhor Vossas Senhorias e melhor possam seguir a história de minha vida, passo a ser o Severino que em vossa presença emigra. (MELO NETO, 2007, p. 26)

A falta, a lacuna e a necessidade de preenchimento estão ligados ao termo retirante. Os dicionários descrevem-no como um sujeito que se retira ou deixa um lugar. A pintura de Di Cavalcanti, a literatura de Graciliano Ramos e de Rachel de Queiroz, o teatro de João Cabral de Melo Neto e o cinema de Gláuber Rocha ajudaram a construir as imagens do retirante como um sujeito vitimizado pelo sistema, pobre, coitado, pedinte, ou seja, um mendigo ambulante. Em algumas práticas discursivas, não raro, ele é animalizado, como em Vidas Secas: “*Você é um bicho, Fabiano”.*

O nosso estudo analisa o retirante a partir de outro olhar. No nosso trabalho ele é visto como um sujeito transgressor que produz um movimento de contra identificação com a formação discursiva dominante para se identificar com outras formações discursivas, construindo um exercício de busca da liberdade, a qual nem sempre é conseguida, e de fuga da morte como destino, rompendo com os valores cristãos. O sertanejo, quando se torna retirante, morre como agricultor e sofre violências em suas subjetividades como sujeito do sertão porque tem de passar por mudanças profundas na sua relação com o outro.

No poema “*A Triste Partida*”, de Patativa do Assaré, as falas dos principais sujeitos enunciativos, as do agricultor-retirante sertanejo e as do narrador, servem como fios condutores de uma tragédia em busca da liberdade e da vida, numa fuga da morte que se aproxima por causa da seca. As estrofes, no nosso estudo, são vistas como paradas, partes do caminho de um velório como era feito na zona

rural no século passado. Elas mostram a morte identitária do pequeno agricultor, a transfiguração deste em retirante (após a contra identificação com o sagrado) e do retirante em escravo. A morte e o nascimento desses sujeitos enunciativos (agricultor, retirante e escravo), no nosso estudo, são descritos através de figuras e de temas que remetem à partida (morte), à travessia mortevida-morte e ao inferno.

3. CORPUS DA ANÁLISE: O TEXTO COMO DISCURSO

A versão de "*A Triste Partida*" aqui analisada é a que foi feita por Patativa do Assaré na década de 50 do século passado e publicada no livro "*Inspiração Nordestina*", em 1956. Esse poema foi publicado pela primeira vez em 1950 em livro de cordel intitulado "*Pau de arara do Norte"* e ficou famoso no início da década de 60 na voz de Luiz Gonzaga, cantor pernambucano da cidade Exu que fez algumas modificações substanciais no texto original do poeta cearense, incluindo a expressão *"Meu Deus, meu Deus"* no início das estrofes *e "Ai, ai, ai, ai*" no final delas. O verso final "*No Norte e no Sul*", além da transposição de muitas palavras da linguagem popular para a variante culta, também foi feito pelo Rei do Baião.

4. MORTE, TRAVESSIA E INFERNO DE UM AGRICULTOR SERTANEJO: COESÃO, ARGUMENTAÇÃO E IDEOLOGIA

O poema *"A Triste Partida"* é composto por dezenove estrofes e cento e catorze versos. A narrativa pode ser dividida em três partes, nas quais aparecem diferentes agentes em processos e ação: a primeira descreve a esperança de um pequeno agricultor sertanejo pela chegada da chuva; a fuga da morte; a relação dele com o sagrado e com a natureza; a crise da fé; a esperança de dias melhores em outro lugar (São Paulo). A segunda parte narra a transformação do agricultor em retirante. Já a terceira mostra-o como escravo em São Paulo.

Um dos elementos da Análise Crítica do Discurso que merece ser destacado na interpretação desse poema é o tema. Para Fairclough (2016, p. 237) "examinar o que tende a ser selecionado como tema em diferentes tipos de texto pode jogar luz sobre os pressupostos de senso comum a respeito da ordem social

e das estratégias retóricas". O percurso temático dessas três partes mostra elementos linguísticos ligados à morte, à travessia e ao inferno. A primeira vai até a estrofe 8. Nesses 48 versos iniciais, o sertanejo agricultor fala de determinadas posições sócio-históricas: como pai, cristão, sertanejo pobre e, ao final dessa parte da narrativa, como um sujeito que afronta a força divina e torna-se descrente porque "*lhe foge do peito o resto da fé*".

O corpo desse sujeito agricultor, nessa parte da narrativa, movimenta-se, deslocando-se em direção ao sagrado, à família e à natureza. A narrativa começa com o espanto da constatação da passagem rápida do tempo (setembro, outubro, novembro e dezembro) e à chuva que não chegou. O tempo deveria trazer a chuva e ele não a trouxe. Diante do horror da seca e medo da morte, fala com Deus, perguntando o que seria dele, a família e de seu povo (o nós em "*Meu Deus, que é de nós*?" faz referência a essa coletividade). Na primeira parte da narrativa, esse sujeito pede uma resposta quanto à chegada da chuva. Esse pedido pode ser metaforizado como um questionamento na relação vida-morte, ou seja, o agricultor quer saber, na verdade, é se vai morrer nos próximos meses (ou ano) após setembro. E quem sabe essa resposta, para ele, é Deus. Um questionamento universal.

> Setembro passou, com oitubro e novembro
> Já tamo em dezembro.
> Meu Deus, que é de nós?
> Assim fala o pobre do seco Nordeste,
> Com medo da peste,
> Da fome feroz.
> (Estrofe 1)

Nas estrofes desse poema, percebemos o uso de elementos coesivos (referência, elipse, conjunção e coesão lexical) voltados para a construção argumentivo-ideológica, à luz do que afirma Fairlough (2016) a partir dos estudos de Halliday (1985, p. 288).

Faremos a aplicação dos conceitos da coesão com a descrição deles e a aplicação destes na interpretação.

Conceito coesivo 1: **Referência**

> Referência é quando o texto se refere a uma parte anterior ou quando antecipa parte do texto que está adiante, ou para o exterior, a situação ou contexto cultural mais amplo do texto, usando itens tais como pronomes pessoais, demonstrativos, e artigos definidos (FAIRLOUGH, 2016,p. 228).

Nessa estrofe, há diversos tipos de referência, tais como:

- **Referência a uma parte anterior:** "*Assim fala* o pobre do seco Nordeste". Essa referência à parte anterior é muito importante para o projeto de dizer do autor. Os três primeiros versos "enganam" o leitor porque dão a entender que a narrativa é em primeira pessoa por causa das expressões "*já tamo", "Meu Deus" e "que é de nós?"*. A expressão assim fala promove essa desconstrução da primeira pessoa e faz com que o narrador assuma a condição de terceira pessoa.
- **Antecipação de parte do texto que está adiante**: "*Com medo da peste/Da fome feroz".* Somente na quarta estrofe é que o leitor fica sabendo que esse medo é provocado pela seca.

> Sem chuva na terra descamba janêro
> Depois, feverêro,
> E o mêrmo verão.
> Entonce o roceiro
> Pensando consigo,
> Diz: isso é castigo!
> Não chove mais não!

O autor, com esses versos da primeira estrofe, cria, a partir de referências intra e extratextuais, uma expectativa imagético-discursiva a partir do medo da morte e do questionamento "*Meu Deus, que é de nós?".*

- **Referência à situação ou contexto cultural mais amplo do texto-** O questionamento acerca da chuva/vida começa em setembro e vai até março. No "seco Nordeste", ou seja, no semiárido, as chuvas começam, com algumas variações de localidade, em setembro, na primavera. É quando os pés de umbuzeiro ficam com as flores brancas contrastando com os galhos ainda secos e sem folhas verdes. Para muitos sertanejos, em dezembro tem início o inverno e não o verão. Este começa após as chuvas (de maio a agosto). Portanto, espanto do agente no verso "*Meu Deus, que é de nós*?" é por causa da constatação de que "*já tamo em dezembro*" e a chuva não veio.

Conceito coesivo 2: Elipse. “A elipse elimina material que é recuperável de outra parte do texto, ou o substitui por outra palavra, realizando um elo coesivo entre as duas partes do texto” (FAIRCLOUGH, 2016, p.228).

No verso inicial “*Setembro passou, com oitubro e novembro*”, a forma verbal da primeira parte do verso “passou” é recuperada na segunda. A ligação de “*passou*” (ideia de movimento, portanto) com a preposição “*com”* (companhia, modo) estabelece uma quebra no conceito de passagem linear do tempo consagrado pela Física. É dito nesse verso que os três meses (setembro, outubro e novembro) passaram juntos, ou seja, um ao lado do outro, simultaneamente (setembro passou com/na companhia de outubro e novembro).

Essa imagem de simultaneidade da passagem dos meses faz parte do projeto de dizer: três meses se passam em um verso, em seis palavras. Nos três meses não choveu. Eles não têm nada de diferente. Passaram juntos porque são iguais.

Conceito coesivo 3: Conjunção. “A conjunção é a coesão com palavras e expressões conjuntivas, incluindo aquelas que são tradicionalmente chamadas conjunções” (FAIRCLOUGH, 2016, p.228).

Nas estrofes 2, 3 e 4, o uso das conjunções “mas”, “porém”, “pois”, “entonce” (então) ajuda a construir, discursivamente, a busca pela resposta do questionamento central do poema: “*Meu Deus, que é de nós?”.* Essa busca é feita em contato com o sagrado, por meio de experiências mágico-religiosas, para saber se iria chover. As conjunções funcionam para demarcar a resposta negativa, como se a natureza dissesse “não, não vai chover”.

(2) A treze do mês ele fez a experiença, Perdeu sua crença Nas pedra de sá. ***Mas*** nôta experiença com gosto se agarra, pensando na barra Do alegre Natá.
(3) Rompeu-se o Natá, **porém** barra não veio, O só, bem vermeio, Nasceu munto além. Na copa da mata, buzina a cigarra, Ninguém vê a barra, ***Pois*** barra não tem.
(4)

> Sem chuva na terra descamba janêro
> Depois, feverêro,
> E o mêrmo verão.
> ***Entonce*** o roceiro
> Pensando consigo, Diz:
> isso é castigo!
> Não chove mais não!

Essa análise comprova o que afirma Fairclough (2016, p. 229):

> Seria equívoco considerar esses tipos de marcação coesiva de superfície simplesmente como propriedades objetivas dos textos. [...] Consequentemente, a coesão considerada nesses termos dinâmicos pode tornar-se um modo significativo de trabalho ideológico levado a cabo num texto

5. TEMAS E IDENTIDADES SOCIAIS

A chuva tematiza a vida. A falta daquela, portanto, é a falta desta. Para obter essa resposta, ele faz a experiência com as pedras de sal, agarra-se à esperança na barra do sol do Natal e no dia de São José (santo protetor da família). A experiência com as pedras de sal (hierofania), feita no dia 13 de dezembro, Dia de Santa Luzia (protetora dos olhos), e todas as outras formas de relação com o sagrado indicam que a resposta à pergunta “Meu Deus, que é de nós?” seria a morte, pois a chuva não viria nos próximos meses e o ano seria, de novo, de muita seca. É então que acontece a ruptura do agricultor com o sagrado: ele deixa de ter fé em Deus. A sua relação com o sagrado entra em crise.

> Mas nada de chuva!
> tá tudo sem jeito.
> Lhe foge do peito
> O resto da fé.
> (Est. 5)

Essa morte da fé é o primeiro deslocamento do sujeito agricultor em direção ao nascimento do sujeito retirante, ou seja, o agricultor começa a morrer com a crise da relação com o sagrado. No entanto, é essa crise que o faz buscar outros caminhos. Ele resolve vender o burro, o jegue e o cavalo, figuras que tematizam a potencialização da força física do agricultor. Essa é o segundo deslocamento em sua identidade, pois ele torna-se um sujeito sem fé e, agora, também mais fraco fisicamente.

Agora pensando
segui ôtra tria, Chamando a famia Começa a dizê:
Eu vendo meu burro, meu jegue e o cavalo,
Nós vamo a São Palo
Vivê ou morrê.
(Estrofe 6)

Por outro lado, o “cantinho”, possivelmente a roça e a casa, não foi vendido para o “feliz fazendeiro”. O agricultor esperava voltar para casa. Isso se o destino não fosse “tão mesquinho”.

Nós vamo a São Palo, que a coisa tá feia;
Por terras aleia
Nós vamo vagá.

Se o nosso destino
Não fô tão mesquinho,
Pro mêrmo cantinho
Nós torna a vortá.
(Estr. 7)

Assim, o sujeito agricultor morre. Rompe com o sagrado para fazer nascer o retirante. O sujeito, portanto, que sobe no caminhão para ir embora para São Paulo não é mais o sertanejo agricultor que acreditava em Deus. Essa ruptura foi necessária para ele não aceitar o castigo da morte como destino. Ao resolver se tonar retirante, ele foge não somente da seca, mas do destino traçado pelo sagrado. Não aceita morrer de fome (“*isso é castigo! Não chove mais não*”). O sujeito contaminado pelo sagrado (agricultor) morre para fazer surgir outro atravessado pelo profano (retirante).

Na segunda parte da narrativa, que vai da estrofe 9 à 14, percebemos muitas expressões linguístico-discursivas que tematizam o pós-morte do corpo: a travessia/o deslocamento entre espaços (“*Em riba do carro se junta a famia/Chegou o triste dia,/Já vai viajá./A seca terrive, que tudo devora,/Lhe bota pra fora/Da terra natá”*), o silêncio do sujeito retirante, as lembranças/saudade, o choro/gemido, a impossibilidade de voltar e as imagens de movimento em direção ao céu (*O carro já corre/no topo da serra./Oiando pra terra/Seu berço, seu lá,/Aquele nortista, partindo de pena,/De longe inda/acena:/Adeus, Ceará! No dia seguinte, já tudo enfadado, /E o carro embalado, /Veloz a corrê”)*

Com a impossibilidade de voltar, a ligação com o cantinho que a família deixou para trás se efetiva na saudade verbalizada na fala dos três filhos, dois

meninos e uma menina (crianças sem nome, assim como no romance “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos”):

> Tão triste, coitado, falando saudoso,
>
> Um fio choroso Escrama a dizê:
> De pena e sodade, papai sei que morro! Meu pobre cachorro, Quem dá de comê?
> Já ôto pergunta:
> Mãezinha e meu gato? Com fome, sem trato, Mimi vai morrê!
> E a linda pequena, tremendo de medo:
> Mamãe meus brinquedo!
> Meu pé de fulô!
> Meu pé de rosêra, coitado, ele seca! E a minha boneca Também lá ficou. (Est. 11, 12 e 13)

Nessa parte da narrativa, há um apagamento da fala do retirante pai. Somente os filhos falam e ficam sem resposta verbalizada. O sujeito narrador toma a palavra e fala pela família, fazendo uso do discurso direto na perspectiva discursiva.

Essa figura do silêncio tematiza, entre outras coisas, a invisibilidade do retirante e a impossibilidade de ser ouvido pelos outros sujeitos que ficaram no outro mundo do sertão. A única marca de fala dele está ligada a um aceno, portanto, um elemento não verbal:

“*Adeus, Ceará*” (est. 10), mas mesmo assim é um enunciado de sujeito enunciativo ambíguo, pois pode ser tanto a fala do sujeito retirante como a do narrador.

Outro tipo de silêncio muito forte representativo dessa invisibilidade é o da mãe/esposa/mulher. Na fala do segundo menino é que percebemos que ela sempre esteve com eles, desde o início da narrativa em setembro (“*-Já ôto pergunta: - Mãezinha e meu gato?*”). Ela sempre esteve lá, mas não fala. Na primeira parte da narrativa, o agricultor é um sujeito que tem a ilusão de ter controle, por isso só ele fala e decide os rumos da família sem pedir opinião; na segunda parte, a da travessia, ela não fala por assumir, talvez, essa condição de invisibilidade já construída e a ela foi imposta pelo discurso machista.

Por último, podemos perceber nessa segunda parte que o tempo deixa de ser marcado pelos retirantes. Ele não é mais observado. Isso fica evidente na inexistência de muitas marcas linguísticas de passagem do tempo. Na verdade, só existem duas marcas temporais: “triste dia” (estrofe 9) e “No dia seguinte” (estr.

11). Bem diferente da marcação dos meses de setembro a outubro da primeira parte.

Essa segunda parte termina com o *"carro rodando/ Na estrada do Su*". Os retirantes chegam em São Paulo tristes, pesarosos, com "*choro e gemido*" e com saudade do "*berço querido com céu lindo e azu*". É nessa condição psicológica que eles chegam ao "inferno". A terceira parte vai da estrofe 15 à 19. É descrita a situação de escravo vivida pelo agricultor-retirante na relação com o patrão por causa de uma dívida interminável e dos elementos do capitalismo selvagem:

> Trabaia dois ano, três ano e mais ano,
> E sempre no prano
> De um dia inda vim.
> Mas nunca ele pode, só veve devendo, E assim vai sofrendo Tormento sem fim.
> (Estr. 16)
>
> [...]
> Ali veve preso,
> Devendo ao patrão.
> O tempo rolando, vai dia, vem dia,
> E aquela famia não vorta mais não!
> (est. 18)
>
> [...]
> Faz pena o nortista,
> tão forte, tão bravo,
> Vivê como escravo Nas terra do Su.
> (Est. 19)

A liberdade que o agricultor-retirante tanto buscou não foi conseguida. Ele rompeu com o sagrado, mas caiu nas garras do capitalismo. Figuras como " *Vai sofrendo tormento sem fim" (est. 16); "Do mundo afastado, sofrendo desprezo" (est. 18), "distante da terra tão seca mas boa/ Exposto à garoa/ à lama e ao paú" (est. 19)* tematizam o inferno cristão, um lugar de onde o indivíduo não sai e onde está condenado a sofrer por toda a eternidade. Além disso, a figura "*Exposto à garoa, à lama e ao paú"* (cercado/preso) remete à imagem de animalização, pois lembra a maneira de viver de um porco. A figura da água como tematização da vida é apresentada na primeira parte da narrativa (Morte). Na segunda (Travessia), não há marca linguística que faz referência à água.

Somente em forma de antítese na estrofe 9: "*A seca terrive que tudo devora/ Lhe bota pra fora/da terra natá*". Por outro lado, na terceira parte (Inferno) a água é uma figura ligada ao sofrimento e à angústia, pois ela aparece através

das lágrimas da saudade e da lama *(“exposto à garoa/à lama e ao paú*”). Paú é um termo arcaico que remete à ideia de prisão/cercado.

> Se arguma notícia das banda do Norte
> Tem ele por sorte o gosto de uvi,
> Lhe bate no peito sodade de móio, E as água dos óio Começa a caí.
> (est. 17)
>
> Distante da terra tão seca mas boa,
> Exposto à garoa,
> À lama e ao paú,
> Faz pena o nortista, tão forte, tão bravo,
> Vivê como escravo Nas terra do Su.
> (Est. 19).

O canto III da *Divina Comédia*, de Dante Alighieri, uma obra fundamental para a popularização do discurso cristão sobre o Inferno, começa com essas palavras introdutórias: *“Chegam os Poetas à porta do Inferno, na qual estão escritas terríveis palavras. Entram e no vestíbulo encontram as almas dos ignavos, que não foram fieis a Deus*”. Essas palavras são, em letreiro escuro, as seguintes:

> Por mim se vai das dores à morada,
> Por mim se vai ao padecer eterno,
> Por mim se vai à gente condenada.
> [...]
> No existir, ser nenhum a mim se avança,
> Não sendo eterno, e eu eternal perduro:
> Deixai, ó vós que entrais, toda a esperança.

O agricultor-retirante do poema A Triste Partida não precisou ter uma morte física para conhecer o significado dessas palavras escritas no Portal do Inferno. Tentou se libertar da condição de escravo do sagrado, mas terminou de igual modo escravo, só que do capitalismo. Os versos finais desse poema dizem isso:

> Faz pena o nortista, tá forte, tão bravo
> Viver como escravo
> No Norte e no Sul

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo mostrou que, em busca da liberdade e fugindo da morte, o sujeito agricultor assume uma postura de transgressão, nega a sua identificação com o a ideologia Cristã, transforma-se em sujeito retirante e finalmente termina como sujeito escravo do capitalismo, apesar de ser um “nortista forte e bravo”.

Isso mostra uma característica pouco descrita nos estudos acerca do retirante nordestino: a postura de deslocamento transgressor entre uma Formação Discursiva e outra, não aceitando o destino de, passivamente, morrer por causa dos efeitos da seca. Foi por causa dessa negação do sagrado (uma vez que a construção do destino é da ordem do sagrado) que milhares de sertanejos sobreviveram em São Paulo, muitos vivendo na periferia, é verdade, mas pelo menos não morreram (fisicamente falando).

A sugestão aqui é de que outros estudos analisem a fala do sujeito retirante para que, por meio de um *corpus* ampliado, identifiquem exemplos de discursos de contra identificação como elemento da luta por liberdade, identificando no discurso elementos linguísticos que legitimam a desigualdade.

REFERÊNCIAS

ALIGHIERI, Dante. **A divina comédia**. Tradução José Pedro Xavier Pinheiro. São Paulo: D. Giosa, 2003.

BULTEAU, Veronique. **Por uma antropologia do Sertão**: ecologia e sociologia do cotidiano. Tradução Elisabet G. Moreira. São Paulo: PoloBooks, 2016.

CARVALHO, Gilmar de. **Patativa do Assaré**: uma biografia. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2017.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura**: uma introdução. Tradução Waltensir Dutra. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FAIRCLOUG, Norman. **Discurso e mudança social.** 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

GRIGOLETTO, E. **A noção de sujeito em Pêcheux**: uma reflexão acerca do movimento de desidentificação. In: Estudos da língua(gem). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Nº 1 (jun, 2005). Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2005.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida Severina e outros poemas**. Rio de Janeiro: Obetiva, 2007.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas.** https://dynamicon.com.br/wpcontent/uploads/2017/02/Vidas-secas-de-Graciliano-Ramos.pdf. Acesso em 19/5/2019.

RIOS, Kênia Sousa. **Isolamento e poder**: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

SILVA, Antônio Gonçalves da. **Inspiração nordestina**. Rio de Janeiro: s.i., 1967.

TEYSSIER, Paul. **Dicionário da literatura brasileira**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze**. 95. ed. São Paulo: José Olympio, 2012.

LA VOZ DE LA MUJER UNIVERSITARIA MARROQUÍ. IMAGINARIO, CINE Y NARRATIVA

Víctor Amar
Doctor en Educación. Departamento de Didáctica
Facultad de Ciencias de la Educación. Universidad de Cádiz, España

Chakib Chairi.
PH, Dr
Abdelmalek Essaadi University, Morocco.
Imane Bakkali
Departamento de Ciencias Humanas, École Nomrale Supérieure de Tétouan
Abdelmalek Essaadi University, Morocco

Katya Bonelo
Doctoranda en Investigación y Práctica Educativa. Departamento de Didáctica
Facultad de Ciencias de la Educación. Universidad de Cádiz, España

RESUMEN: El cine posee una gran capacidad para generar situaciones de aprendizaje, o bien incentivar la mirada o el imaginario. El cine, también, puede ser una forma de influir en la mentalidad de las personas, a modo de fábrica de sueños o mentiras. Y para conocer y comprender la opinión de tres futuras docentes de la Escuela Normal Superior de la Universidad Abdelmalek Essaadi en Martil-Tetuán nos valemos de la metodología narrativa donde el poder de la palabra se hace eco pues tiene un sentido transformador y de generosidad de las participantes. Unos resultados que se centran sobre el sentir y parecer de ellas sobre la enseñanza, el diálogo o la alfabetización. Las conclusiones se pueden aglutinar en torno a un pensamiento que equipara el cine español con el marroquí, pues ambos enseñan y educan. Sin olvidarse que hace falta buscar elementos de unión a partir de que son muchos los marroquíes que se sienten atraídos por la cultura española y, quizás, el cine sobre este particular tendrá algo que decir.

Palabras clave: Cine. Educación. Enseñanza. España-Marruecos.

ABSTRACT: Cinema has a great capacity to generate learning situations, or to stimulate the gaze or the imagination. Cinema can also be a way of influencing people's mentality, as a factory of dreams or lies. In order to get to know and understand the opinions of three future teachers at the Ecole Normale Supérieure de l'Université Abdelmalek Essaadi of Tétouan in Martil, we use a narrative methodology where the power of the word is echoed because has a sense of transformation and generosity on the part of the participants. The results focus on their feelings and opinions about teaching, dialogue and literacy. The conclusions

can be grouped around a thought that equates Spanish cinema with Moroccan cinema, as both teach and educate. Without forgetting that it is necessary to look for elements of union since there are many Moroccans who feel attracted by Spanish culture and, perhaps, the cinema will have something to say in this respect.

Keywords: Cinema. Education. Teaching. Spain-Morocco.

RESUMO: O cinema tem uma grande capacidade de gerar situações de aprendizagem, ou para estimular o olhar ou a imaginação. O cinema também pode ser uma forma de influenciar a mentalidade das pessoas, como uma fábrica de sonhos ou mentiras. E para conhecer e compreender a opinião de três futuros professores da Escola Normal Superior da Universidade Abdelmalek Essaadi em Martil-Tetouan, usamos a metodologia narrativa onde o poder da palavra é ecoado porque tem um sentido transformador e a generosidade dos participantes. Os resultados se concentram em seus sentimentos e opiniões sobre ensino, diálogo e alfabetização. As conclusões podem ser agrupadas em torno de um pensamento que equipara o cinema espanhol ao cinema marroquino, tanto para ensinar como para educar. Sem esquecer que é necessário buscar elementos de união, já que há muitos marroquinos que se sentem atraídos pela cultura espanhola e, talvez, o cinema tenha algo a dizer a esse respeito.

Palavras-chave: Cinema. Educação. Educação. Espanha-Marrocos.

1. INTRODUCCIÓN

Con el título genérico de “La voz de la mujer universitaria marroquí en la construcción del imaginario a partir del cine español. Una investigación narrativa” y suscribiendo la relevancia de la metodología narrativa (cualitativa) la idea, a modo de propósito, se centra en conocer y comprender. Es decir, una realidad subjetiva enmarcada en el seno del imaginario de un colectivo tan extenso como son las mujeres universitarias de la Escuela Normal Superior de Martil enTetuán (Universidad Abdelmalek Essaâdi, Marruecos). Un trabajo que adquiere una dimensión tripartita. En primer lugar, no se puede hacer extensible a otras realidades. Seguidamente, y la formulamos a modo de pregunta, ¿es el cine el recurso expresivo y comprensivo para el conocimiento de la cuestión en foco? Y, por último, lo concebimos como una propuesta de conocer para mejorar las vinculaciones personales y profesionales con la realidad que el cine puede promover en las mentalidades de las universitarias. En este sentido, cabría añadir que será una investigación que se centrará solo sobre las mujeres de este centro

universitario que, luego y posiblemente, en su desarrollo profesional tendrán una importante responsabilidad en cómo ven, sienten y transmiten vínculos con España; siendo el cine el medio que vendrá a explicarlo.

No es descabellado admitir que el cine funciona como amplificador de mentalidades, pero, igualmente, como fábrica de sueños y de mentiras (Ehrenburg, 2008; Rossellini, 2001). El séptimo arte ocupa una importante secuencia temporal del entretenimiento de estos docentes en formación (Birkenbihl, 2008; Tejada et al., 2022). No solo por lo que se emite en la gran pantalla del cine (recordemos la función del festival de cine de Tetuán) sino entre sus pantallas (con conexión a Internet), jugando un importante papel la conectividad y la ubicuidad. Además, de los movies que se replican y se hacen virales a ambos lados del estrecho; sin olvidar el papel que desempeñan las series, en cuanto a entretenimiento.

La relación con las pantallas se hace estrecha en un entorno de convivencia mediática que tiene en el cine un aliciente conmovedor para el posible desarrollo profesional de estos docentes del futuro. Las informantes tendrán y obtendrán una impresión de España mediatizada, en la línea de Paulo Freire (2005), cuando hace alusión a que las personas se hacen y crecen mediatizadas. Por ello, hace falta conocer el valor del imago, lo que puede llegar a suponer en el imaginario de estas personas que, luego, tendrán unas considerables responsabilidades formativas e informativas con los menores (UNESCO, 2017).

La necesidad de alfabetizar se hace evidente, pero, igualmente, es preciso hablar de cine para contribuir a la construcción de las identidades promovidas por los medios y los nuevos medias (Ardèvol y Muntañola, 2004). El diálogo como factor educacional se nutre con las ideas en movimiento de las personas implicadas en el proceso; definiendo un posible resultado de verdad o ensoñación con el cine, que puede llegar a confundir u omitir verdades en un discurso polisémico.

Con todo, en esta introducción lo que se pone de manifiesto es la necesidad de hablar de cine para comprenderlo y, como futuras docentes, darlo a comprender (Amar, 2003a). Una realidad que se torna veraz en la propia profesión docente y dentro de la necesaria cultura del profesorado. Estamos pensando en un docente cualificado y con proyección de futuro, que le hable a su alumnado con el lenguaje y herramientas de su tiempo; en la era digital (Viñals y Cuenca, 2016).

La mujer tiene en su haber una tradición consuetudinaria en la que cuenta con una importante invisibilidad en muchos aspectos de la vida, aunque se le atribuye la labor de educar y cuidar a los menores. Incluso, en ocasiones, se limitó o cuestionó en su vida cotidiana la posibilidad de asistir a una película de cine. Se suscribió que debía ir acompañada de otras personas para asistir a la sala. En el fondo el cine era un acto comunitario para ver y hacerse ver; es decir, “un pretexto para hacerse ver en sociedad” (Amar, 2003b, p. 79).

No obstante, como curiosidad, el invento de los hermanos Lumière mostró en su primera película que fueron las mujeres las protagonistas; e, igualmente, sabemos que las mujeres y niños eran los que llenaban las salas de exhibición. Con el paso del tiempo el vedetismo del film de arte francés o el divismo del cine italiano o norteamericano hicieron que la mujer desempeñara otro papel en la gran pantalla: el actoral. Se convirtió en reclamo y en un gran aliciente para ver y reconocer a las grandes actrices. Y, por aquel entonces, el cine ya era una industria incipiente; una fábrica de sueños que hizo de la mujer desde un reclamo publicitario a convertirla en un tótem fatalista o madre abnegada. Es decir, la iría a desenvolver en el marco entre el mal y el bien. Tal vez, en el primero de los casos porque “Los hombres las preferían rubias” (1953) de Howard Hawks y, quizás, en el segundo la madre coraje heredera del neorrealismo por ejemplo en “Rocco y sus hermanos” (1960), de Luchino Visconti.

La imagen proyectada sobre la pantalla, en una sala a oscuras produce un efecto seductor. La empatía se apodera del espectador y acaba caminando de la misma manera que el protagonista camina, besando igual que la chica de la película y utilizando las mismas frases o expresiones que usan los coadyuvantes. Tal vez, porque aprendemos por interacción social (Moll, 1990) y la pantalla funciona como una gran pizarra donde se proyectan las imágenes en movimiento que cobran especial vida en nuestras retinas. Por eso el primer beso en el cine, o de cine, se dio en la oscuridad, aprovechando algún descuido y apartado de los demás. Y sin abandonar este gesto de aproximación afectiva, la mirada la centramos sobre “El beso” (1896) de William Heise y con la producción de Thomas Alva Edison. Luego, vinieron otros besos que se teñían de decencia, pues la moral y el código Hays norteamericano harían lo restante. El beso se embelleció, se pasó por el crisol de la estética y se le desprendió de la carga erótica o sensual. De sobra sabían que el cine incita a la imitación de los comportamientos. Su

preocupación se centraba en presentar la parte higienista del beso, entre la inocencia y el escrúpulo.

En este sentido, continuamos con la mirada que se incentiva o de ojos que no se cierran pues quieren seguir viendo y aprendiendo. El cine se entiende en el contexto de su historia, a través de sus lecciones magistrales, que son sus películas. Y, por ejemplo, en España cabría aunar los años de la tortuosa dictadura que representó una realidad que se alejaba de lo cotidiano o quiso contribuir a mirar hacia otro lado de lo que se padecía. El cine hizo su función liberadora de romper aquella rutina ominosa y contribuyó con la armonía que se proyectaba, pues el público continuaba siendo público e iba a la sala de exhibiciones para ver y ser visto, para desinhibirse de la falacia y romper con el día a día. Entre producciones norteamericanas y otras tantas de factura europea, el cine español frecuentaba la mente distraída del español medio. Pero faltaba formación para continuar aprendiendo con su magia (Carpenter y McLuhan, 1974; De la Torre et al., 2005).

Y la mujer caminaba de puntillas por el cine español. La disfrazaban de folclórica y le ponían un acento andaluz lacerante. Mientras esta Andalucía proyectada “es la que se quiere para toda España y ésta será la imagen exportable” (Urrutia, 1984, p. 28).

Luego, la mujer en el cine español se hizo más adulta y reivindicó con su hombre/pareja la “asignatura pendiente” (1977) de José Luis Garci; pues fue maltratada con españoladas de hombres que la correteaban (lo que fue conocido como el landismo) o, en su defecto, preferían a las extranjeras que llegaban con minifaldas y dispuestas a descubrir en otras latitudes otros afectos. Por ejemplo, con películas como “Manolo la Nuit” (1973) de Mariano Ozores, que en la voz en off en el comienzo de la cinta se dice:

> Han venido [las suecas] porque saben que España es diferente. Y aquí encontrarán el sol, la paella, las corridas de toros y también, ¿por qué no decirlo?, algunas vienen buscando el romance, la aventura… Desde Rodolfo Valentino, los *latin lovers* tenemos mucho cartel, y ustedes perdonen la inmodestia, claro que sobre gustos no hay nada escrito. Por eso, el que levanta más admiración a su paso es ese colosal producto que salió del cruce de dos pueblos fuertes, rudos y primitivos, los celtas y los íberos. Nos referimos al racial celtíbero español que en este caso se llama Manolo.

Pero el cine se resignaba a no dejar de denunciar o al menos presentar otras realidades. Se intuía la repulsa a lo nefasto, mientras que se reflejaba una sociedad cambiante. Hubo que esperar un poco más, hasta el tardofranquismo y la muerte de Franco, para que otra identidad se reflejara en la gran pantalla. Ya no solo eran de corte social, también de comportamientos o de valores, pues el pecado vivía en el piso del quinto y, por eso, “No desearás al vecino del quinto” (1970), de Ramón Fernández. Mientras que la pregunta sería: ¿cómo nos veían lo otros a partir de lo proyectado en el cine de aquellos años?

La respuesta no sabríamos decírsela con exactitud. Quizás, porque no habría una sola, sino que, seguramente, hubiese más de una. Lo que sí se podría afirmar es que la pantalla representaba según su relato, una parcela de la realidad que en ese momento proyecta el director y el espectador quería obtener. Y, más tarde, ya superado el cine de desnudos y de deseos, alguien como Pedro Almodóvar desdice aquella sexualidad exuberante y desbordada que durante años perseguía al hombre hispano. Mientras que la mujer se representa con otro halo. Ya no es una moda de la progresía intelectual. Ahora estamos ante un modo de ser representada ante la pantalla con voz y proyección social, que se hace reivindicadora y hacedora de su destino (Gubern, 2009; Caparrós, 1992).

Con todo, la mujer en el cine siempre ha tenido voz, interpretémoslo como un hilo de voz. Ella se proyectaba sobre la pantalla, de actriz que al lado del galán de turno tenía su papel asumido y aprendido, o bien aparecía como secundaria que acompañaba al actor. En contadas y honrosas excepciones han sido protagonistas o han desempeñado papeles de dirección. Con esta última responsabilidad, simplemente, vayamos a recordar las veteranas de la categoría de Pilar Miró o Josefina Molina. Las más actuales como Isabel Coixet, Iciar Bollaín, Gracia Querejeta y, para no olvidarnos del presente pongamos el nombre de, por ejemplo, Carla Simón. Cada una de ellas ha contribuido y contribuye a la imagen que la mujer quiere proyectar en el cine de su presencia, responsabilidad y sensibilidad. Tal vez, tener que competir con el hombre no sea la solución, pues en ocasiones se puede interpretar como parte del problema. Pero, ellas se encargan de mostrar y, en ocasiones, demostrar cómo el cine contribuye al imaginario de lo español; de un cambio de recepción y percepción.

Y, en este sentido, establecemos el objetivo de la presente investigación: Conocer y comprender las voces de las mujeres universitarias de la Escuela

normal superior de Tetuán en relación con la construcción del imaginario a partir del cine español. Al cual le adjuntamos varias cuestiones de investigación, inspirado en la lógica utilizada por Decuir-Gunby y Schutz, (2017, pp. 33-43), como:

- ¿Qué sentido tiene el cine entre las mujeres universitarias de Marruecos?
- ¿Cómo el cine español determina una mirada sobre la realidad de España?
- ¿Qué es lo que más les llama la atención a las universitarias de lo que muestra el cine español?
- ¿Interfiere el cine español contemporáneo sobre la necesidad de migrar o estudiar en España?

Así mismo, hay que tener presente que estamos tratando de una cultura distinta y "la mujer musulmana, como cualquier otra mujer, tiene un modo de ver el mundo y un estilo de vida determinado en gran medida por el contexto sociocultural que le ha tocado vivir" (Chairi, 2011, p. 333).

2. METODOLOGÍA

2.1. Generalidades y subjetividad

Somos sabedores de que los resultados de la investigación narrativa no son extrapolables, pero mantienen las características que facilitan su comprensión, además de las posibles acciones transformadoras de la realidad existente y una actitud de mejora a partir de las enseñanzas de los demás, transmitidas a través de sus relatos. En este sentido, Rivas (2009, p. 29) considera "que si estos sujetos modifican su visión de la sociedad a partir de la reflexión sobre su propia vida, se están creando condiciones para transformar el mundo".

Estamos ante una encrucijada que para el investigador cualitativo debe ser un desafío y un nuevo reto (Sancho et al., 2020). Igualmente, señalamos a Ricoeur (2006, p. 20) quien sostiene que "La vida sólo se comprende a través de las historias que contamos sobre ella, entonces, podemos decir que una vida examinada es una vida narrada". Ambas iniciativas impulsadas por estos autores,

nos propician abrazar el pensamiento, que pertenece al título del libro de la autoría de García-Huidobro (2016), quien plantea la investigación narrativa "como método desencadenante". Y, ojalá en este caso, incentive el debate y la necesidad de conocer más la realidad en foco que es contada por cada una de las entrevistadas. Es decir, otorgándole sentido a la subjetividad del relato y haciéndolo coincidir con lo que les pertenece y, generosamente, comparten.

Por ello, es conveniente hacer hincapié en el valor que adquiere la subjetividad, en lo que pertenece a las informantes y en la congruencia de que se "deconstruye el ideal de "VERDAD" (en singular y con mayúscula), para dar paso a la idea de "verdades" (en plural y con minúscula) que se entretejen en el hecho mismo de narrar y en la construcción del propio relato" (Arias y Alvarado, 2015, p. 173).

Una subjetividad que pertenece a las tres entrevistadas, que fueron seleccionadas a partir de que hablan español, corresponde a que son aficionadas al cine y futuras docentes.

2.2. Técnica y fases de la investigación

Mientras que la técnica a seguir será la entrevista y, por ello, nos inclinamos por un modelo de entrevista semiestructurada con la finalidad de indagar en profundidad sobre los datos relevantes que emergen de los centros de interés de las entrevistadas (sujetos de investigación); una conversación abierta asentada en un guion previo, inspirando el instrumento, a tenor de los contenidos iniciales de la investigación (gustos, cine español, universidad, visión de España, deseos…). Las entrevistas fueron realizadas en tres sesiones, por teléfono (ya que estaban cerradas las fronteras con Marruecos) y se llevaron a cabo a tres estudiantes universitarias con intenciones docentes. Con todo, se desarrollaron unas entrevistas en las que según de Mattos Medina (2011, p. 97) "Se trata de proporcionar una imagen "fiel a la vida" de lo que la gente dice y del modo en que actúa; se deja que las palabras y las acciones de las personas hablen de sí mismas".

A raíz de la relación entre entrevistadas y entrevistador se genera un debate que se llena de rigor semántico; en el sentido de si hemos de referirnos al informante como un mero informante, un colaborador o participante. Sobre este

particular, coincidimos con (Altork, 1998) y la pertenencia de denominar al participante como sujeto de investigación, pues la vinculación va más allá de obtener respuestas a partir de una interacción con una guía, suscrita por el investigador. Sin soslayar que el entrevistado responde desde su foro interno.

En relación con las fases de la investigación, la estructuramos en cinco (Maxwell, 2013): A) Seleccionar el objeto de estudio. B) Revisar las fuentes existentes. C) Analizar los comentarios de la informante D) Organizar los núcleos de contenidos y E) Redactar el informe/artículo.

Sin perder del horizonte que atenderemos a la perspectiva holística del objeto de estudio. Igualmente, en coherencia con una realidad social en la que se dan cita y convergen innumerables factores de forma interseccional (Flick, 2008). Teniendo en cuenta que, en lugar de establecer categorías, optamos por los núcleos de contenidos inspirados en lo señalado por Misischia (2020, p. 72):

> Así se aleja de categorías conceptuales, de la pretensión de describir y se acerca a la conformación de significados. No buscan la sistematización de experiencias, sino recuperar los sentidos que en ellas emergen; no se concibe un esquema previo a partir del cual organizar el conocimiento, sino que se construye en el diálogo entre la posición subjetiva del investigador con lo investigado.

Con todo, el desarrollo del presente estudio no suscribe la obligatoriedad de establecer patrones universales o posibles conocimientos aplicables en otros contextos de similares características; es decir, Los datos recopilados no son transferibles. En este sentido, el propósito que se persigue es el de comprender una realidad, del mismo modo que, interpretarla y, en definitiva, conocerla y comprenderla. Y siguiendo a Moriña (2017, p. 9), “narrar la historia de una vida es una autointerpretación de lo que somos, una puesta en escena a través de la interpretación”.

La redacción de una narrativa es un procedimiento de investigación, que está anclado en la confianza y respeto a lo acordado entre las partes. Y todo con una doble intención: que la información recibida sea lo más fidedigna posible y, en cierto modo, que los sujetos de investigación se sientan confortables (Abad, 2016). Un procedimiento inspirado en la toma de consciencia y transformación. Tal como se refiere Rivas (2014, p. 101): “no busca descubrir la realidad que se nos presenta, sino comprender el relato construido social e históricamente para facilitar su transformación”.

2.3. El compromiso ético de la investigación narrativa

Los principios éticos en los que asentamos la presente investigación narrativa, son tres: A) lo señalado por Denzin (2008, p. 189), quien establece tres principios que podrían ser interpretados como de intervención éticos “el respeto a los otros”, “el saber escuchar”, así como “la cautela y la humildad”. B) en nuestro ejercicio por desarrollar y mantener el compromiso ético seguimos los principios establecidos por Roth y Unger (2018). Ambos sostienen la necesidad de respetar desde su parecer al anonimato y el respeto a lo informado. C) se ha de iniciar una correlación desde el momento que hemos optado por una metodología cualitativa, donde la presencia de la devolución se hace evidente, superándose la perspectiva *extractivista* (Amar, 2022).

Con todo, dentro de la metodología narrativa el compromiso ético se hace imprescindible para este tipo de investigación, inspirada en una complejidad anclada en el respeto, la complicidad y la armonía.

3. RESULTADOS

3.1. Núcleo temático I. El cine entra en acción

La pregunta inicial versa sobre si el cine es un medio al que asisten con frecuencia. Las tres (sujetos/mujeres de investigación) vienen a coincidir que no van mucho a las salas de exhibición, aunque les gusta. Recuerdan que hace, más o menos, un mes que fue la última vez que asistieron. No obstante, vienen a convenir que su predilección está centrada en los dispositivos inalámbricos por los que siguen las series de actualidad, por ejemplo, en la empresa de entretenimiento -streaming- Netflix, como la serie española “La casa de papel” (desde 2017) creado por Álex Pina. Una serie que le gusta a la informante 1 (Inf 1) “por la personalidad que transmiten los actores, además de la temática de robo”.

Pese a todo, el cine se conforma como un útil para crear consciencia y un incentivo para promover el debate entre ellas que, no olvidemos, pretenden ser docentes. A la informante 2 (Inf 2) le interesa lo que se proyectan en las pantallas

pues se infunde una posible visión “que beneficie un mayor respeto por las mujeres”; sobre lo que hace hincapié esta misma entrevistada es “la gran cantidad de alumnas que están cursando los diferentes grados en la Escuela Normal Superior (ENS) de Martil enTetuán”. Mientras que la informante 3 (Inf 3) afirma que “el hombre ha de valorar a la mujer en la función educadora”. No obstante, la Inf 2 admite que todavía está muy presente la “función educadora y cuidadora entre las mujeres, para cuidar de la familia, de la casa y de un futuro marido”. Pero, igualmente, sostiene que “esto está cambiando en la actual sociedad marroquí”.

Se está produciendo un cambio que las alumnas de la Escuela Normal advierten, por ejemplo, según la Inf 1 “al respecto de nuestras madres. Pues hoy en día somos más valoradas y tenemos más derechos y libertades”. El cine es el pretexto para hablar dentro y fuera de la sala de exhibición o de las clases y, tal como señala la Inf 3, “el cine con su visión, sea marroquí o española, ofrece una visión, también de la vida”. En cierto modo, es un reflejo que funciona como espejo de la pantalla proyectándose sobre la población, en este caso, femenina, del norte de Marruecos y universitaria (de primer curso).

3.2. Núcleo temático II. La acción del cine

El cine español o marroquí tiene abierto su debate que, en opinión de la Inf 2 suscribe “un cambio de mentalidad de las personas marroquíes”. En este sentido, cuando ven una película española según la Inf 3 “no podemos olvidar la cercanía entre el norte de Marruecos y el sur de España, que nos acerca a la cultura de aquel país, desde su música, las ropas o los comportamientos”. A lo que la Inf 2, señala la importante herencia española en esta parte del reino de Marruecos, con “la colonización y protectorado y, anteriormente, con la tradición andalusí, por ejemplo, en Tetuán. En la actualidad, no podemos olvidarnos de la emigración”.

El cine para estas futuras docentes es un recurso valioso. En este sentido, para la Inf 2 “es de gran interés, pues nos acerca a otras realidades y nos enseña otros ejemplos”. Por ello, el cine (y en este caso vuelven a coincidir las tres) se torna en un ejemplo para la vida. A lo que la Inf 1 determina que “termina influyéndote”. Y concluye con que “terminamos hablando sobre el contenido de las películas; de los mensajes que traen. En definitiva, de la cultura que transmite”. Al

hilo de lo expuesto por la anterior informante, la Inf 3 afirma que “sí influye, pues es una fábrica de sueños, recreando un mundo”. Un mundo, tal vez, de ensoñación o de realidad que en palabras de la Inf 2 “me interesa conocer pues presenta a otras culturas”.

A la Inf 3 le interesa del cine español la posibilidad de “presentar la realidad”. Pero las tres futuras docentes reconocen no haber sido alfabetizadas para leer las imágenes en movimiento. El cine es un lugar para ver películas, un espacio para asomarse a un gran ventanal que se ilumina pero, para la Inf 1 “es algo que hemos de ver con gran responsabilidad”. El cine es más que, según la Inf 2, “un lugar donde venir a ver cine, ya que es un espacio para expresar la actualidad y promover el diálogo”. El concepto del diálogo es fundamental para las tres entrevistadas, pues anhelando ser futuras docentes quieren hacer hincapié es las muchas posibilidades para generar un buen aprendizaje entre el alumnado.

3.3. Núcleo temático III. La reacción del cine

La Inf 2 califica al cine español como “interesante, además de ser de buena calidad”. Siendo un acicate para aproximarse a los contenidos que en ellos se transmiten, lo que se traduce como una parte “que llama la atención y, por eso, nos acercamos a él”. La Inf 3, comenta que a los marroquíes “le encanta el buen cine español, pues presenta la cultura española” Sin embargo, la Inf 1 reconoce que existen diferencias en ideas y creencias culturales y religiosas”. No olvidan que Marruecos es un país con una tradición cultural islámica y España no pertenece a este contexto. Aunque para la Inf 2 sostiene que “el cine puede ser un buen pretexto para conocernos y respetarnos”.

Las tres personas consultadas en esta investigación de corte biográfico-narrativo vienen a considerar que la función de la docente es la de enseñar y educar. Y que no han de existir muchas diferencias entre ambos quehaceres, pues cuando se enseña se educa y viceversa. Lo que manifiesta la Inf 3 es que la función de la docente actual ha de ser “la de construir sociedad y que ésta esté más y mejor educada”. La Inf 1 considera que educar es “saber transmitir las cosas buenas de la vida”. Ahora bien, las tres reparan en la gran responsabilidad que “tiene la educación en los cambios sociales y personales”.

Con el cine, para la Inf 2, “la clase se hace más dinámica y aprendemos a expresarnos”. Aunque insiste en que no fueron educadas para ver, enseñar y disfrutar con el cine. Sin embargo, la Inf 3 reconoce con respecto al cine que “contribuye al imaginario y el cine español lo tenemos muy cerca”. Y ella misma hace hincapié en que “el cine fomenta la libertad de expresión y de imaginar”. Aprenden del cine español, pero no olvidan al cine marroquí que según la Inf 1 “no le dan el valor que se merece, pero lo tiene”.

El cine español contribuye al imaginario de las alumnas de la Escuela Normal Superior de Martil en Tetuán. Ahora bien, para la Inf 2 eso es “presentando un mundo idealizado, perfecto que hay que saber interpretar”. Y es la Inf 1 quien sostiene que el cine al que estamos aludiendo de factura española, “no en todas las ocasiones presenta la realidad”. Lo que suscribe la necesidad de aprender a leerlo para comprenderlo mejor.

4. CONCLUSIONES

El apartado de las conclusiones está estructurado en torno a las diferentes cuestiones de investigación formuladas. De forma segmentada se presentan las respuestas a:

- ¿Qué sentido tiene el cine entre las mujeres universitarias de Marruecos?
- ¿Cómo el cine español determina una mirada sobre la realidad de España?
- ¿Qué es lo que más les llama la atención a las universitarias de lo que muestra el cine español?
- ¿Interfiere el cine español contemporáneo sobre la necesidad de migrar o estudiar en España?

El cine igual que es una fábrica de sueños es una fábrica de mentiras. Hace falta estar alfabetizado para sacarle un mayor provecho. No vale con sentarse frente a la pantalla y ver la película, hay que saberlo leer. No obstante, la preferencia de las entrevistadas está en ver cine español en sus dispositivos inalámbricos y que sea un pretexto para luego poder comentarlo con sus amistades o compañeros de clase.

El cine español está tan cerca y tan lejos a la vez que, en buena lógica, no se puede creer todo lo que se proyecta. Hace falta cuestionarlo y cuestionárselo, máxime cuando se quiere ser docente y se requiere capacidad de crítica y posibilidades para incentivar el diálogo y el aprendizaje dialogado. Un quehacer, la de ser educadora, que requiere una gran responsabilidad y se pueden promover debates con otros puntos de vista que entren en confrontación con lo expuesto en la pantalla. Con ello, el cine puede ser un aliciente a la labor educativa que tiene a la mujer, a ambos lados del Estrecho de Gibraltar, como responsable.

Igual que el cine español hace que cambie la percepción que se puede tener de España en el extranjero, el cine marroquí hace lo propio suscribiendo su propuesta cultural. proyectándose dentro y fuera de sus fronteras. Ciertamente, el cine español contribuye a la construcción del imaginario, de los deseos, o bien de los anhelos; del mismo modo que el cine marroquí engrandece las miras de lo nacional. El cine marroquí es un cine de proximidad y con el que se siente más identificado su público, por razones de cultura, creencias, ideas, etc.

Los vínculos entre el norte de Marruecos y el sur de España hacen que el cine del arco norte del mediterráneo surta una llamada de atención y de curiosidad para ver la moda y el modo de vida que allí tienen. De manera casi velada el cine, en este caso español, hace su papel en la contribución a la construcción del imaginario.

Con todo, el cine español y el marroquí, pues no se puede desprender el segundo de este final a manera de conclusión, favorecen al cambio de mentalidad de las personas. Ahora bien, a sabiendas que existen diferencias culturales, religiosas o de ideas. Pero la historia aglutina al espectador del sur y el sueño de la emigración planea sobre ciertas personas y realidades.

La responsabilidad de estas futuras docentes es dar a leer comprensiblemente las diferentes realidades que el cine muestre. Interpretar con exactitud lo que se proyecta en las pantallas y contribuir a una idónea educación. El cine como recurso didáctico no está exento de su responsabilidad si consiguen ser profesionales de la enseñanza, la formación o la educación. Dos labores que no la conciben por separado pues saben lo mucho que la una dice a la otra, o viceversa.

El cine está idealizado; una manera de comprender lo que está al otro lado. Pero la labor de la docente es la de enseñar/formar/educar con el cine. A todas

luces, pues saben que influye sobre los demás (también un futuro alumnado) y, por ello, deben conocerlo, leerlo y saber darlo a comprender. No es algo solo para divertir. Es un medio que conecta con la vida, lo que las tres entrevistadas aprecian, pues “da ejemplos de la vida”.

El cine ayuda a que la imaginación se oxigene y adquiera músculo; que, tal vez, sea una manera de impulsar o incentivar la migración. El cine español contribuye al imaginario y las tres voces de estas mujeres universitarias marroquíes que quieren ser docentes ven en el cine algo más que imágenes. Para ellas es un pretexto para dialogar, para iniciar un aprendizaje dialogado y para acercarse al saber social, con un cine español que es de buena calidad ante un cine marroquí que no está todo lo considerado que se debiera.

En definitiva, “La voz de la mujer universitaria marroquí en la construcción del imaginario a partir del cine español. Una investigación narrativa” ha sido un momento para compartir el sentir de tres futuras docentes que anhelan la responsabilidad de enseñar con el cine, sea español y como dan a entender, también, marroquí pues las dos filmografías muestran miradas, sensibilidades... El cine español es un lugar para aprender y el cine marroquí, para valorarlo. Sin olvidar que el cine español puede ser un excelente pretexto para incentivar el proceso de enseñanza-aprendizaje, pues según la Inf 3 “a los marroquíes les encantan la cultura española”.

Convertirse en docente continúa representando una gran responsabilidad que pasa por atender y comprender el cine. Pese a las muchas diferencias que puede haber entre España y Marruecos, la función educativa en femenino prevalece en unión con la magia del cine.

Agradecimientos: Esta investigación fue realizada gracias a la financiación del Aula del Estrecho de la Universidad de Cádiz (España) y el apoyo de la Universidad Abdelmalek Essaâdi de Marruecos.

REFERENCIAS

ABAD, B. (2016). Investigación social cualitativa y dilemas éticos: de la ética vacía a la ética situada. **EMPIRIA. Revista de Metodología de Ciencias Sociales**, Madrid, *34*, 26 de abril de 2016. https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=297145846004

AMAR, V. Cine y educación: un juego de seducción. **Making of: cuadernos de cine y educación**, Barcelona, sf, 2003.

AMAR, Víctor, **Comprender y disfrutar el cine. La gran pantalla como recurso educativo.** Huelva: Comunicar, 2003.

AMAR, V. (2022) **Ensinando educação física:** a narrativa de uma futura professora. *Movimento*, Rio Grande do Sul, *28*, 14 de abril de 2022. https://doi.org/10.22456/1982-8918.122672

ARDÈVOL, E. y MUNTAÑOLA, N. **Representación y cultura en la sociedad contemporánea.** Barcelona: UOC, 2023.

ARIAS, A. Y ALVARADO, S. Investigación narrativa: apuesta metodológica para la construcción social de conocimientos científicos. **Revista CES Psicología***, Madrid, 8* (2), de 2015. http://www.scielo.org.co/pdf/cesp/v8n2/v8n2a10.pdf

ALTORK, K. You never know when you want to be a redhead in Belize. In: K. DeMarris (Ed.). **Inside stories: Qualitative research reflections**. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 1998.

BIRKENBIHL, M. **Formación de formadores**. Madrid: Paraninfo, 2008

CAPARRÓS, J. (1992). **El cine español de la democracia: de la muerte de Franco al "cambio" socialista (1975-1989).** Barcelona: Anthropos, 1992.

CARPENTER, E. y MCLUHAN, M. **El aula sin muros**. San Sebastián: Laia, 1974.

CHAIRI, C. Mujer musulmana, TIC y educación intercultural. In: F. HERRERA, ROA, J., RAMÍREZ, M., MATEOS, F., RAMÍREZ, S. (Coords.) **Inmigración, interculturalidad y convivencia**. Barcelona: IEC, 2011.

DECUIR-GUNBY, J. Y SCHUTZ, P. Asking Appropiate Research Questions. In; J. DECUIR-GUNBY Y P. SCHUTZ (Eds.): **Developing a Mixed Methods Proposal: A Practical Guide for Beginnig Reserachers** Londres: SAGE, 2017.

DE LA TORRE, S.; PUJOL, M.; Y RAJADELL, N. **El cine un entorno educativo: diez años de experiencias a través del cine**. Madrid: Narcea, 2005.

DENZIN, N. La política y la ética de la representación pedagógica: hacia una pedagogía de la esperanza. In P. MCLAREN Y J. KINCHELOE (Eds.). **Pedagogía crítica. De qué hablamos, dónde estamos**. Barcelona: Graó, 2008.

EHRENBURG, I. **La fábrica de sueños.** Tenerife: Melusina, 2008.

FREIRE, P. **Cartas a quien pretende enseñar.** Ciudad de México: Siglo XXI, 2005.

GARCÍA-HUIDOBRO, R. (2016). La narrativa como método desencadenante y producción teórica en la investigación cualitativa. **EMPIRIA. Revista de Metodología de Ciencias Sociales**, Madrid, *34*, 10 de mayo de 2016.

GUBERN, R. **Historia del cine español.** Madrid: Cátedra, 2009.

MATTOS-MEDINA, B. (2011). **La voz del alumnado. Una investigación narrativa acerca de lo que siente, dice y hace el alumnado de magisterio de educación física en su formación inicial** [Tesis doctoral, Universidad de Almería].

MAXWELL, J. **Diseño de Investigación Cualitativa. Un enfoque interactivo.** Barcelona: Gedisa, 2013.

MOLL, L. (Comp.). **Vygotsky y la Educación**. Buenos Aires: Aique, 1990.

MORIÑA, A. (2017). **Investigar con Historias de Vida: Metodología biográfico-narrativa**. Madrid: Narcea, 2017.

MISISCHIA, B. Formación y Narrativa. Núcleos de sentido a partir del recorrido autobiográfico. **Márgenes, Revista de Educación de la Universidad de Málaga**, Málaga, *1*(3), 20 de marzo de 2020. https://doi.org/10.24310/mgnmar.v%vi%i.8355

RICOEUR, P. (2006). **La vida: un relato en busca de narrador.** Santiago de Compostela: Ágora. Papeles de filosofía, 2006.

RIVAS, I. Narración, conocimiento y realidad. Un cambio de argumento en la investigación educativa. In I. RIVAS Y D. HERRERA (Coords.). **Voz y educación. La narrativa como enfoque de interpretación de la realidad** Barcelona: Octaedro, 2009.

RIVAS, I. Narración frente al neoliberalismo en la formación docente. Visibilizar para transformar. **Magis, Revista Internacional de Investigación en Educación**, Bogotá, 7 (14) 30 de diciembre de 2014, https://doi.org/10.11144/Javeriana.M7-14.NFNF

ROSSELLINI, R. **Un espíritu libre no debe aprender como esclavo: Escritos sobre el cine y educación**. Barcelona, Paidós: 2001.

ROTH, W. & UNGER, H. Current Perspectives on Research Ethics in Qualitative Research. **Forum: Qualitative Social Research**, *19* (3) 26 de septiembre de 2018. http://dx.doi.org/10.17169/fqs-19.3.3155

SANCHO, J.; OCAÑA, A.; HERNÁNDEZ, F.; RIVAS, I.; DE PABLOS, J. Y LOURDES MONTERO, L. **Caminos y derivas para otra investigación educativa y social.** Barcelona: Octaedro, 2020.

TEJADA, J.; GIMÉNEZ, V.; NAVÍO, A.; RUIZ, C.; JURADO, P.; FANDOS, M.; JIMÉNEZ, J. Y GONZÁLEZ, Á. **Formación de formadores.** Madrid: Paraninfo, 2022.

UNESCO (2017). **Informe de Seguimiento de la Educación en el Mundo,** 2017. https://gem-report-2017.unesco.org/es/chapter/docentes-responsables/

URRUTIA, J. **Imago Litterae: cine, literatura**. Sevilla: Alfar, 1984.

VIÑALS, A. Y CUENCA, J. (2016). El rol del docente en la era digital. **Revista Interuniversitaria de Formación del Profesorado**, *30*(2), 2 de agosto de 2016.

LETRAMENTOS E DESVENDAMENTOS NO UNIVERSO DA LÍNGUA INGLESA

Andréa Oliveira de Souza Torres[15]

RESUMO: Trata-se de relato reflexivo acerca do conhecimento adquirido com base no estudo proporcionado pelo componente curricular Políticas de Letramento(s), oferecido pelo Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB) e por leituras complementares de Graddol (2000) e de referenciais legais, através dos quais se deu a articulação de informações e a aproximação com o objeto de estudo que investiga lacunas entre a formalidade e a realidade do ensino de língua inglesa para a prática social, tendo a pesquisa documental como base metodológica, considerando o acolhimento e a legitimação do ensino dessa língua na legislação brasileira, e políticas de formação docente voltadas para a efetividade de seu ensino com associação a eventos de letramento dentro e fora da escola, diante de contextos linguísticos e multissemióticos que se expandem através da hiperconectividade contemporânea.

Palavras-Chave: língua inglesa, prática social, formação docente, letramento.

ABSTRACT: This is a reflexive report about the knowledge acquired based on the study provided by the curricular component Literacy Policies(s), offered by the Graduate Program in Cultural Criticism of the Universidade do Estado da Bahia (Pós-critica/UNEB) and complementary readings of Graddol (2000) and legal references, through which the articulation of information and the approximation with the object of study that investigates gaps between the formality and the reality of English language teaching for social practice took place, with documentary research as a methodological basis, considering the reception and legitimation of the teaching of this language in the Brazilian legislation, and policies of teacher training focused on the effectiveness of its teaching with association with events of reading in and out of school, contexts that expand through contemporary hyperconnectivity.

Keywords: English language, social practice, teacher training, reading.

1. INTRODUÇÃO

[15] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa Letramento, identidades e formação de educadores. Endereço eletrônico: andreaostorres@gmail.com

Há uma infinidade de pontos de intersecção entre o preâmbulo enveredado para a qualificação do Programa Pós-Crítica e os objetos de conhecimento a que fora submetida no decorrer dos estudos do componente curricular Políticas de Letramento. Se o anteprojeto já sinalizava um tímido resquício do termo letramento em sua visão mais erudita, quiçá depois de todo o aparato epistemológico centrado nesse campo de estudos que prestou um papel coadjuvante para a promoção e produção do gênero textual na modalidade stricto sensu. Inserido na multiplicidade de implicações teórico-metodológicas, o programa do componente curricular se propunha a estabelecer relações contextualizadas com o cotidiano escolar, alicerçando a pretensão do eixo da prática social à linha de pesquisa letramento, identidades e formação de educadores. Soma-se a isso a relação identitária que se alargava a cada leitura proposta, a cada discussão, a cada encontro: o da pesquisa etnográfica e o do eu participativo enquanto parte do contexto que me propunha investigar.

De faca e queijo em mãos, me permiti saborear prazerosamente a agradabilidade dessa travessia mediada pelas professoras que ministraram o componente curricular supracitado. A riqueza cultural proveniente da aula de abertura proposta de participação no 1º Colóquio de 1ª Travessia CALLES: Alfabetização, Letramentos e Diversidades em Tempos de Pandemia: aquilombamentos e travessias de (re)existência – evento de exposição multicultural e de discussões acerca do letramento de resistência ministradas por profissionais ilustres - teria sido um chamamento que respondia afirmativamente a uma questão que se impunha diante do primeiro obstáculo epistemológico em curso que se traduzia em trancar a disciplina, devido à dificuldade em conciliar os estudos com o compromisso do trabalho enquanto professora da Educação Básica. Essa escolha já caracterizava minha posição de resistência contra-hegemônica ao priorizar o que realmente importava no momento: exercer o meu direito de propriedade intelectual.

Desde então, cada encontro se revelava um privilégio, entre muitos, correspondentes e contextualizados à minha prática docente na escola - enquanto espaço institucionalizado de letramento social - e no entorno de “mim”, enquanto me reconhecia como sujeito e (co)participante do objeto que me propus investigar. Esse processo identitário resultou na alteração e na definição do tipo de pesquisa ao qual submeteria meu trabalho a partir de então, entre outros desvendamentos

proporcionados pelos estudos do componente, a exemplo de capacidade de análise de minha prática enquanto professora de uma língua estrangeira caracterizada pelo eurocentrismo, diante de políticas de ensino com perspectivas universalizantes e homogeneizadoras.

2. CONTEXTOS SITUADOS DE LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO

A experiência adquirida em ambiente institucional de letramento social com faixas etárias e modalidades distintas no decorrer de quase duas décadas, me oportunizou o conhecimento de duas realidades distintas: a alfabetização de crianças, e a “alfabetização” de jovens e adultos. A primeira deixou marcas de momentos encantadores: aqueles que não se apagam facilmente no tempo. A candura daquele público infantil e a sensação de dever cumprido pelo trabalho desenvolvido numa instituição filantrópica de voluntariado e de cuidado com o outro, fazia alusão a uma transformação social, ainda que utópica, de busca continuada em servir um público economicamente menos favorecido com base na perspectiva pedagógica do letramento, para a inserção na conhecida cultura escrita escolar – propósito raro das instituições públicas escolares que atendiam a essa faixa etária na época.

A segunda realidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA, no Tempo Formativo III, equivalente ao Ensino Médio, deixou registros de memória de luta, de buscas, de conflitos, de êxtase e de êxitos também. Tratava-se de um público diferenciado, desprovido do direito de escolarização na idade regular como consequência da falta de equidade socioeconômica e cultural do país, e que caracterizava-se pela dificuldade com o universo letrado da escrita escolar. Em controvérsia, esses sujeitos da EJA traziam uma conjuntura imensa de práticas de letramento social, e um desejo latente de empoderamento como possibilidade de ascensão social através da escolarização.

Realidades distintas de educação popular. Essa última, com abordagens metodológicas e diretrizes curriculares que endossavam uma preocupação inicial de erradicação do analfabetismo brasileiro e com propostas que timidamente acolhiam os postulados freirianos de formação crítica do indivíduo. Mas que, apesar disso, impunham ao analfabetismo uma marca de fracasso pessoal,

desconsiderando o quadro de desigualdade e injustiça social que alimentavam elevados índices de evasão escolar. Infelizmente, elementos basilares, capazes de promover a transformação sociocultural de seus sujeitos, como: projeto político pedagógico bem delineado de acordo com o perfil da comunidade de entorno, e empenho de uma gestão escolar democrática e atuante, não transcendem fatores politizados e institucionalizados por regras impostas de um sistema educacional - muito provavelmente gerenciado por atores desprovidos de conhecimento da realidade do chão da escola de Educação Básica.

Esses são exemplos práticos de uma trajetória que acentua contextos distintos entre alfabetização e letramento rememorados no decorrer do percurso de estudo do referido componente curricular. As práticas sociais de letramento que o indivíduo faz uso no seu cotidiano bem como suas expectativas, interesses e demandas quando consideradas nas ações do professor em sala de aula, colaboram para potencializar aquilo que é desenvolvido dentro dela. Marinho (2010) destaca essa diferença quando se reporta à demanda existente no entendimento desse referencial teórico em discursos preocupados com uma orientação pedagógica do professor, evidenciando que “o conceito de letramento se relaciona às possibilidades reais do sujeito de fazer uso da leitura e da escrita nas práticas sociais. E a alfabetização, hoje, tem sido tomada numa perspectiva da apropriação dos sistemas de escrita.”

É comum evidenciarmos uma dificuldade na distinção precisa desses termos. Afinal, alfabetização pode ser entendida como prática de letramento escolar, além de outras implicações nas quais os termos se confundem e se aliam. Segundo Marinho (2010), essa especificidade passou a ser tratada após uma denúncia de que “a pedagogia se ocupou muito do letramento, ou seja, de se trabalhar com os sentidos, com os textos e com os usos sociais da escrita e perdeu esse lado específico de aprendizado do código, de apropriação do sistema de escrita.” Ela se reporta a uma certa “lacuna” na pedagogia, desestabilizando as ações do professor quando põe em xeque a capacidade de analisar sua prática, chamando atenção para a seletividade do material didático a exemplo de textos não-estereotipados, entre outros, fazendo um convite à reflexão sobre políticas de universalização do ensino dentro de uma perspectiva de lógica e de valores, de funções da escrita significativa na escola e fora dela.

3. ALICERCE PROPORCIONADO PELAS LEITURAS DO COMPONENTE

A leitura e as reflexões desenvolvidas em torno dos percursos de letramento de idosas da comunidade rural de Saquinho, através de Pereira (2008), evocaram a experiência relatada com a modalidade da EJA, na vertente da relação da aprendizagem com o empoderamento social a partir dos relatos do mito de superioridade de uma cultura letrada, vislumbrada pelas idosas como instrumento de inclusão, de independência, de ascensão, que acentua uma crença classificatória e excludente de uma sociedade grafocêntrica. Há uma enorme distância entre essa crença e o peso que exerce a escrita numa sociedade cuja realidade urge por igualdade de oportunidades para esses sujeitos oprimidos pelo silenciamento de suas vozes e por não reconhecerem suas práticas de letramento do cotidiano como conhecimento, numa "atitude de negação dos seus saberes", como acentua a autora.

> Muitas pessoas escolarizadas fazem uso da escrita para fins sociais, convivem cotidianamente com eventos e práticas de letramento, possuem documentos e diversos textos guardados em pastas; vão ao supermercado onde não conseguem decodificar os preços e nomes dos produtos, mas os reconhecem pelos rótulos. Nesses grupos sociais, algumas pessoas evangélicas e católicas, por exemplo, reconhecem os versículos bíblicos sem, no entanto, serem capazes de decodifica-los na leitura; por outro lado, essas pessoas oram; rezam; cantam; prescrevem remédios utilizando plantas medicinais, ditam receitas culinárias; sabem as melhores épocas do ano para semear; plantar; cuidar; e colher. (PEREIRA, p. 89-90).

Nesse contexto situado, a autora relata a busca de sujeitos por um letramento institucionalizado no ambiente escolar que vai além da decodificação e codificação da língua escrita, mas que sirva de ferramenta para a promoção de sua independência. A contribuição de Street (1984 apud Pereira, 2008) é crucial nesse sentido, através da "recusa à concepção de letramento direcionada exclusivamente ao âmbito da instituição escolar com foco na aquisição da língua escrita." O autor destaca que "os letramentos sociais são constituídos a fim de atender às necessidades individuais e coletivas de um determinado grupo", e que "os sentidos e os objetivos de uso da escrita assumem funções sociais diferentes, determinando a existência de gêneros textuais e formas comunicativas diversificadas que se desenvolvem a partir da identidade cultural de cada localidade."

Através de Street (1984) a autora nos alerta para a hegemonia da cultura da escrita como marca da ideologia da classe dominante que necessita ser desfeita pelo reconhecimento da pluralidade e da presença autônoma das práticas sociais de letramento(s), bem como explicita relações entre linguagem e poder, aliando sua fundamentação à pesquisa etnográfica aplicada ao protagonismo dessas idosas, promovendo a ampliação da compreensão irrestrita de mundo da escrita. Os postulados derivados de Street (1984) acerca da compreensão de letramento se fazem presentes num universo de trabalhos envoltos por essa temática.

Kleiman (2005) se alicerça na proximidade da tradição freiriana para se reportar ao surgimento do termo letramento como forma de "designar uma prática sociocultural de uso da língua escrita que vai se transformando ao longo do tempo, segundo as épocas e as pessoas que a usam e que pode vir a ser libertadora". A autora trata da dicotomia entre fala e escrita, oralidade e letramento, letramento e alfabetização, letramento e método, letramento e habilidade, entre outros. Nessas comparações entre práticas letradas dentro e fora da escola, a autora traz grandes contribuições para sedimentar uma importante reflexão sobre o trabalho escolar sob a mira da influência das práticas de letramento em outras instituições.

As reflexões teóricas de Kleiman (2005) norteiam um leque de estudos sobre letramentos presentes nos mais diversos contextos, ocupando espaço na práxis docente e em pesquisas de vários âmbitos. A prática situada na aprendizagem e no uso da língua escrita, a importância dos estudos de letramento para diminuir as lacunas entre o letramento familiar e o letramento escolar, o fortalecimento político de grupos marginalizados e a legitimização de saberes por eles produzidos, o rompimento do monopólio do saber que ancora universidades e outras instituições, são algumas de suas contribuições.

Ainda segundo a autora, o desenvolvimento histórico da escrita permanece em constante transformação, refletindo mudanças tecnológicas e sociais. A relação de continuidade entre oralidade e letramento perante as evidentes relações entre os usos da língua falada e da língua escrita são evidentes nas práticas letradas dentro e fora da escola. Como afiança Kleiman (2005), "O letramento abrange o processo de desenvolvimento e o uso dos sistemas da escrita refletindo outras mudanças sociais e tecnológicas, como [...] o acesso a fontes aparentemente ilimitadas de papel, o surgimento da Internet", incluindo,

portanto as tecnologias da escrita. Nesse ínterim, se concentram textos multissemióticos bastante comuns na mídia hoje, refletindo uma mudança substancial entre o texto escrito e os materiais didáticos comumente utilizados na escola.

4. CONEXÃO COM O OBJETO DE PESQUISA

Esse contexto de uso das tecnologias, de hiperconectividade contemporânea e de hipertextos abrange aspectos relevantes ao objeto de pesquisa, a saber: predominância da língua inglesa como língua franca, diversidade linguística como fenômeno social, semiologia presente com papel coadjuvante na interpretação e na construção de sentidos, possibilidade de promoção da criticidade do educando a partir da competência comunicativa como forma de favorecer uma participação social ativa. Como acentua Kleiman (2005, p. 56) “acima de tudo, no contexto escolar, o letramento implica o ensino de estratégias e capacidades adequadas aos diversos textos que circulam em outras instituições onde se concretizam as práticas sociais”.

A pesquisa documental em torno do lugar da língua inglesa nos pressupostos legais permitiu perceber seu descrédito. Apesar de a demanda social abarcar a necessidade de seu aprendizado, e de seu ensino capitanear a oferta de língua estrangeira nas escolas de Educação Básica por muitos anos, sua obrigatoriedade se deu muito recentemente. Antes, não passava de mera recomendação que atrelava às condições do estabelecimento escolar para que fosse ministrada com eficiência.

A popularização do acesso tecnológico é indistinta. Diante da predominância da língua inglesa na mídia, seu status de língua global se acelera e converge para a sua ascendência na legislação brasileira: a normatização da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 13.415/2017 que juntas, institucionalizaram o ensino da língua inglesa ao estabelecer sua obrigatoriedade e sua inserção enquanto componente da matriz curricular da base. A partir desse pressuposto, surge a necessidade de preparação didático-pedagógica com foco em formação inicial e continuada para adequação às demandas da sociedade contemporânea.

Nesse sentido, cabe ressaltar o que segue: a Exposição de Motivos (EM) nº 00084/2016/MEC de 15 de setembro de 2016, que fundamenta acerca da superficialidade, fragmentação e falta de diálogo com a juventude e com as demandas do século XXI (EM nº 00084/2016/MEC), atentando para a necessidade de os sistemas estaduais de ensino ofertarem um currículo atrativo e convergente com as demandas para um desenvolvimento sustentável, ao tempo que justifica a obrigatoriedade da oferta da língua inglesa na modalidade de Ensino Médio e de Ensino Fundamental II, "na perspectiva de ofertar um ensino médio atrativo para o jovem, além da liberdade de escolher seus itinerários, de acordo com seus projetos de vida".

O tratamento dado pela BNCC ao componente curricular língua inglesa "prioriza o foco da função social e política do inglês e, nesse sentido, passa a tratá-la em seu status de língua franca". De acordo com o documento, essa proposta abandona o modelo hegemônico, além de acolher e legitimar diferentes "usos que dela fazem falantes espalhados no mundo inteiro, com diferentes repertórios linguísticos e culturais" (BRASIL, 2018, p. 241), favorecendo uma educação linguística intercultural. O documento evidencia o hibridismo da língua inglesa e a ampliação da visão de letramento, ao assumir o *status* de língua franca, explícitos no trecho que segue:

> A segunda implicação diz respeito à ampliação da visão de letramento, ou melhor, dos multiletramentos, concebida também nas práticas sociais do mundo digital – no qual saber a língua inglesa potencializa as possibilidades de participação e circulação – que aproximam e entrelaçam diferentes semioses e linguagens (verbal, visual, corporal, audiovisual), em um contínuo processo de significação contextualizado, dialógico e ideológico. Concebendo a língua como construção social, o sujeito "interpreta", "reinventa" os sentidos de modo situado, criando novas formas de identificar e expressar ideias, sentimentos e valores (BRASIL, 2018, p.242).

O documento explicita eixos organizadores que se estendem entre oralidade, leitura, escrita, conhecimentos linguísticos e dimensão cultural. Todos esses eixos, segundo o documento, estão "intrinsecamente ligados às práticas sociais de usos da língua inglesa, e devem ser trabalhados nas situações de aprendizagem propostas no contexto escolar" atribuindo hibridismo, polifonia e multimodalidade à língua em uso.

As competências específicas do componente curricular na BNCC para o Ensino Fundamental contemplam: a inserção dos sujeitos no mundo globalizado

ao identificar o lugar de si e do outro no mundo plurilíngue e multicultural; o reconhecimento do uso variado de linguagens midiáticas como ferramenta de acesso ao conhecimento cultural e para o protagonismo social; a relação intrínseca entre língua, cultura e identidade; o reconhecimento da diversidade linguística como direito e a valorização de usos heterogêneos, híbridos e multimodais emergentes na contemporaneidade; a utilização de novas tecnologias para posicionar-se e produzir sentidos em práticas de letramento na língua inglesa, de forma ética, crítica e responsável; o conhecimento de diferentes patrimônios culturais, materiais e imateriais, difundidos na língua inglesa (BRASIL, 2018, p. 246).

Essas competências específicas estão articuladas com as competências gerais da Educação Básica e as competências específicas da área de Linguagens, que juntas tendem a possibilitar uma participação mais plena dos jovens nas diferentes práticas socioculturais. No Ensino Médio, o estudo da língua inglesa mantém o caráter global e a ênfase nos multiletramentos, nas práticas sociais e interculturais, na multiplicidade de usos da língua inglesa na cultura digital, ampliando perspectivas em relação à vida profissional, além de ater-se à consolidação e ampliação de habilidades de uso e de reflexão sobre as linguagens da etapa do Ensino Fundamental.

Novas prioridades e novos desafios que se refletem na democratização da competência comunicativa de uma língua global, mediante caráter educacional estabelecido legalmente de formação humana integral e de prática social, conforme definições de novas Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que envolvem políticas públicas que fomentem o caráter prático e pedagógico da formação docente e a efetividade da aprendizagem de língua inglesa diante da desigualdade linguística educacional como resultado de falta de acesso e de propriedade intelectual dessa língua, no contexto da escola pública.

Do uso do inglês controlado por padronizações para o uso do inglês em jogos, aplicativos, conversas informais, a acessibilidade do idioma se multiplica através da liberalização do mercado, concomitante com grandes aumentos na demanda e no desenvolvimento tecnológico. Tendências em tecnologia, economia global e demografia, descritas por Graddol (2000), que têm implicações diretas em nossas vidas pessoais e profissionais, na educação, na cultura jovem, no lazer, no uso cotidiano da língua. Uma nova era de comunicações pessoais e grupais

que têm a Internet como carro-chefe do inglês global e demonstra o papel desempenhado pela linguagem na construção de relacionamentos, identidades, atividades, serviços, trabalho, estudos, entre inúmeras possibilidades.

Na era industrial a moeda era o capital. Hoje, a moeda é a informação. Segundo Graddol (2000), a indústria de mídia global teria efeitos complexos sobre idiomas e identidades culturais com suas tendências concorrentes para a convergência e a diversificação cultural. Com a massificação da internet, o inglês domina a indústria internacional midiática e incentiva o uso do idioma. Como afiança o autor, a partir de pesquisas de linguistas, novos gêneros e formas de inglês estão surgindo na internet, incentivando seu uso e transformando-o, devido à sua tendência democratizadora de usuários comuns.

Outrora competia alcançar públicos com renda disponível em todas as regiões do mundo. Todavia, o surgimento do "adolescente global" exige ajustes contínuos de políticas públicas e recursos relacionados a políticas de educação, habitação e saúde devido à influências econômicas e culturais dessa população jovem nas mais diversas áreas. Trata-se da identidade a ser adquirida e negociada num contexto cultural com dimensões globais que podem levar à homogeneidade como também à diversidade.

Nas palavras de Graddol (2000, p. 49): "*It may be that the ability to speak languages, even partly, becomes a distinct style advantage. There may be a greater readiness to learn new languages in the streets of cyberspace than in the classroom*" ("Pode ser que a habilidade de falar línguas, mesmo que parcialmente, se torne uma vantagem de estilo distinta. Pode haver uma maior prontidão para aprender novas línguas nas ruas do ciberespaço do que na sala de aula"). Essa afirmação põe em xeque o papel da escola para a aquisição de um letramento capaz de lhes permitir ler, conhecer e adentrar em outros espaços, em outros mundos. Um letramento para além da decodificação e codificação da língua escrita, um letramento necessário para a inclusão social, para ganhar autonomia e atender às mais diversas necessidades da escrita nas suas funções sociais, incluindo o aprendizado da língua inglesa.

Graddol (2000) trilha por ponderações que revelam o inglês global como fenômeno possivelmente temporário diante da rivalidade de idiomas de importância regional, bem como ressaltam a influência das relações econômicas na lógica para aprender e falar inglês. O autor evidencia uma preocupação

crescente com a equidade social e estima por uma mudança de valor social que, segundo ele, teria probabilidade de alicerçar tanto as decisões de políticas públicas quanto as escolhas de vida pessoal e as consequências imprevisíveis para a popularidade do aprendizado de inglês como língua estrangeira.

No entanto, sua ênfase se dá para o papel crescente destinado à língua inglesa de desempenhar uma função cada vez mais importante na comunicação mundial, apesar de lacunas entre o inglês falado e o escrito, entre o inglês britânico e o inglês americano, entrelaçadas por transformações em sua padronização desde que se permitiu ser qualificado como língua franca. Como ratifica o autor, tendências culturais que encorajam o uso de uma linguagem informal e mais coloquial, uma maior tolerância à diversidade e uma menor reverência à autoridade.

Tendências que sugerem prováveis sentimentos de repulsa quando associados à industrialização, à desculturalização, ao imperialismo cultural global, ao aumento da desigualdade social. Uma complexidade provável para o bilinguismo que declara lacunas de acesso e domínio da língua global como forma de propriedade intelectual que fomentam a desigualdade linguística entre classes sociais, mas que tem a pretensão de ser minimizada no contexto da escola pública brasileira, se consideradas orientações instrucionais das diretrizes educacionais atuais que hoje se inserem obrigatoriamente no currículo (BNCC e LDB nº 13.415/2017).

5. O HIBRIDISMO DA LÍNGUA INGLESA

Alguns linguistas veem a permeabilidade do inglês como fator preponderante para justificar sua rápida expansão e sucesso como língua mundial. Mudanças substanciais em cerca de 1500 anos de uso dessa língua que divergem cada vez mais do inglês padrão devido ao hibridismo fundado em necessidades distintas de comunicação entre as pessoas, conforme seus propósitos, pela diversidade e capacidade de mudar e de ser mudada que lhe são inerentes.

Graddol (2000) correlaciona a expansão mundial do inglês à ascensão dos Estados Unidos no século XX, como superpotência que espalhou o idioma junto a

sua influência econômica, tecnológica e cultural. Um momento histórico em que uma linguagem global emergiu e transformou padrões tradicionais de comunicação sobre os quais foram construídas culturas institucionais. Como afirma o autor, se por um lado, o uso do inglês como língua franca global exige inteligibilidade e padronização, "Por outro lado, a crescente adoção do inglês como segunda língua, onde assume formas locais, está levando à fragmentação e à diversidade" Graddol (2000, p. 3)[16].

Suas considerações ponderam o teor monopolizador econômico do inglês enquanto língua franca e enfatizam a viabilidade de suas variações enquanto fenômeno sociocultural, considerando a necessidade de competências linguísticas proeminentes. A colonização do inglês no espaço de outras línguas é ressaltada pelo autor ao descrever o processo de disseminação da língua a seguir:

> A língua inglesa flui para outras línguas, que adotam palavras e frases em inglês. O inglês também 'coloniza' o espaço de outras línguas ao assumir certos domínios comunicativos. Mas as línguas locais também influenciam o inglês, dando origem a novas variedades de línguas híbridas em áreas de segunda língua. Se examinarmos os padrões de comunicação como fluxo, podemos ampliar nosso foco para incluir a tradução de livros ou a dublagem de filmes à medida que se deslocam de um idioma para outro, ou de turistas que se deslocam de uma cidade para outra, chamadas telefônicas e dados da Internet transportando informações e propriedade intelectual de uma parte do mundo para outra (GRADDOL, 2000, p. 36).[17]

O autor se refere ao domínio comunicativo do inglês e ao seu hibridismo diante da possibilidade de aquisição de significado e padrão de uso diferente entre falantes não nativos usado para uma gama mais ampla de funções sociais. Segundo Graddol (2000), os condutores finais da linguagem são as pessoas que a utilizam. Pessoas que se deslocam extensivamente para fins variados – negócios, educação, trabalho, etc. – e carregam consigo idiomas e valores que

[16] Texto original: "*On the one hand, the use of English as a global lingua franca requires intelligibility and the setting and aintenance of standards. On the other hand, the increasing adoption of English as a second language, where it takes on local forms, is leading to fragmentation and diversity*" Graddol (2000, p. 3).

[17] Texto original: "*The English language flows into other languages, which adopt English words and phrases. English also 'colonises' the space of other languages by taking over certain communicative domains. But local languages also influence English, giving rise to new hybrid language varieties in second-language-speaking areas. If we examine communication patterns as flow we might widen our focus to include the translation of books or the dubbing of films as they move from one language to another, or of tourists moving from one city to another, telephone calls and Internet data carrying information and intellectual property from one part of the world to another*" (GRADDOL, 2000, p. 36).

geram diásporas culturais e expoentes linguísticos consoantes com contextos de uso e leitura das relações políticas e econômicas refletidas nas práticas sociais.

6. PROFESSOR COMO AGENTE SOCIAL

As reflexões promovidas por Kleiman (2005) nas inovações de concepções do trabalho escolar e suas relações com as práticas sociais do letramento delineiam posturas a serem desempenhadas pelo professor, a começar por velhos axiomas que vão desde aquele que diz que o ensino deve partir daquilo que o aluno sabe – destacando a natureza política do ato didático-pedagógico, até àquele que a autora se permite atualizar quando afirma que “o letramento nos permite a continuar aprendendo” colocando a leitura como ferramenta de excelência para tal, e o professor como verdadeiro “agente social”.

Para tanto, destaca condições para que o(a) professor(a) possa se constituir num(a) formador(a) de leitores, dentre elas a de ser “plenamente letrado”, e a de ser um “gestor de recursos e de saberes”, acentuando a necessidade de atrelar as atividades propostas a funções sociais relevantes de inserção dos estudantes no mundo da escrita. Segundo a autora, “O professor, enquanto agente de letramento, é um promotor das capacidades e recursos de seus alunos e de suas redes comunicativas para que participem das práticas de uso da escrita situadas nas diversas instituições” como afiança em sua fala:

> Tendo como pano de fundo as exigências de saberes cada vez mais complexos e diversificados sobre o funcionamento da língua oral e escrita, das linguagens verbal e não-verbal, dos textos multimodais de gêneros cada vez mais numerosos e complexos na prática social pós-moderna é que se perfila o trabalho do professor para ajudar seus alunos a construir histórias de leitura significativas e valiosas (KLEIMAN, p. 52).

Esse bojo adentra na importância da formação cultural do professor correlacionada a metodologias aplicadas em sala de aula reveladoras de sua postura, promotoras ou não da ampliação de horizontes de ação dos estudantes de articulação da cultura local às transformações tecnológicas considerando a diversidade linguística que se impõe, potencializando a interação em práticas sociais também do mundo digital.

As abordagens de ensino elencadas pelo professor (a) de língua inglesa para sua prática pedagógica tendem a ser relativizadas, conforme orientações

constantes na BNCC, de tratamento de usos locais do inglês e recursos linguísticos a eles relacionados sob a “perspectiva de construção de um repertório linguístico, que deve ser analisado e disponibilizado ao aluno para dele fazer uso observando sempre a condição de inteligibilidade na interação linguística”. Segundo o documento, essa perspectiva “exige do professor uma atitude de acolhimento e legitimação de diferentes formas de expressão na língua” de forma a romper com o “modelo ideal” de falante e com aspectos relativos à “correção”, “precisão” e “proficiência” linguística (BRASIL, 2018, p. 242).

7. CONCLUSÃO

A relação de identidade entre os contextos evidenciados no material de estudo e em minhas próprias experiências possibilitaram desvendar conceitos, ratificar posturas, refletir acerca da práxis pedagógica, elucidar posições e transformar outras, mobilizar conhecimentos, perceber papéis de sujeitos, enaltecer a promoção da formação humana, considerar interesses, expectativas e demandas, flexibilizar currículos.

O mito da superioridade do conhecimento escolar e da escrita em relação à fala revela ter sido construído por uma sociedade hegemônica da cultura ocidental e precisa ser desfeito a partir do reconhecimento de saberes que se constituem em conhecimentos pertencentes ao patrimônio histórico, cultural e social da comunidade. Portanto, pondera-se ser considerado “letrado” o indivíduo que participa de forma significativa de eventos de letramento em diversas práticas sociais.

Os autores elencados no programa de estudos de letramentos relacionados nesse artigo servirão de embasamento teórico para afiançar a dissertação em construção como referências da temática e de noções constituídas. Somam-se a isso, as fontes complementares supracitadas, como Graddol (2000) e referenciais legais que inauguram a obrigatoriedade da língua inglesa no currículo da educação básica e a proeminência de sua função social neles ressaltada.

Torna-se imprescindível repensar a formação dos professores e a cultura escrita escolar. A formação acadêmica inicial não é a única a ser considerada no universo de formação de professores(as). Não existe receita de bolo no processo

de escolarização. O adensamento da prática pedagógica nos cursos de formação inicial e o processo de qualificação docente de formação continuada pode ser o caminho, considerando o fato de estarmos sempre aprendendo.

Em suma, os estudos da disciplina contribuíram de forma contundente com o adensamento do objeto de pesquisa, evidenciando a linha *letramento, identidades e formação de professores* elencada para o Programa Pós-crítica, a partir da conscientização da necessidade de ressignificação da postura do professor de língua inglesa enquanto agente social de letramentos na prática social contemporânea, incluindo a digital. A abrangência multissemiótica implica na gestão de recursos e saberes, na identificação de discursos, no enveredamento de leitores críticos e assentados em letramentos de resistência contra-hegemônica a partir da transformação do sistema de direito de propriedade intelectual como resposta à colonialiedade.

A expectativa de historicização do cunho institucionalizado da formação docente, atrelado a currículo e metodologia aplicada, proposta para uma pesquisa futura complementar a essa, certamente favorecerá o entendimento e o abandono da gramaticalização, comumente aplicada ao ensino de língua inglesa, em desfavor de sua função social. Um caminho para a reflexão sobre o trabalho do professor enquanto agente social de letramento(s) e sobre a organização do trabalho escolar baseada na dinâmica de práticas sociais relevantes, mediante novas relações e novos espaços permeados nos sistemas de comunicação, com vistas à promoção da inserção e da interação social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 13 jun. 2022.

_____. **Exposição de Motivos** n 00084/2016/MEC. Ministério da Educação. 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Exm/Exm-MP-746-16.pdf . Acesso em: 10 mai. 2022.

GRADDOL, D. ***The future of English?*** *A guide to forecasting the popularity of the English language in the 21st century. The British Council. London: The English Company (UK) Ltda*, 2000. Disponível em: https://www.academia.edu/23814279/The_Future_of_English?email_work_card=view-paper. Acesso em: 21 set. 2022.

KLEIMAN, Â. B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: **Os significados do letramento***:* uma nova perspectiva sobre a prática social. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

_____. **Preciso "ensinar" o letramento? Não basta ensinar a ler e a escrever?** São Paulo. Unicamp, 2005.

PEREIRA, Á. da S. **Percursos da Oralidade e Letramento na comunidade rural de Saquinho, município de Inhambupe**, *BA*. 2008. 190 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade. Departamento de Educação – Campus I, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2008.

_____. **Letramentos, empoderamento e aprendizagens.** Campinas: Mercado de Letras, 2008.

_____. **Narrativas de vida de idosos: memórias, tradição oral e letramento**. Salvador: EDUNEB, 2013.

_____. Práticas de letramento e implicações para a pesquisa e para políticas de alfabetização e letramento. In: In: MARINHO, Marildes; CARVALHO, Gilcinei Teodoro (Org.). Cultura escrita e letramento. **Cultura escrita e letramento.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

O CAPS COMO PROTAGONISTA NA CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL HUMANO À SAÚDE MENTAL

Isadora Moura Fé Cavalcanti Coelho
isadoramourafe@hotmail.com
Mestra em Propriedade Intelectual pela Universidade Federal do Vale do São Francisco

William Augusto Araújo
drwilliamaugusto@gmail.com
Professor do curso de Medicina
UniMAX - Centro Universitário Max Planck – Indaiatuba – SP

RESUMO: O art. 5º da Constituição Federal Brasileira traz em seu rol de direitos e garantias fundamentais, o direito à saúde. Ocorre que, por muito tempo, a saúde mental não era salvaguardada de forma efetiva, visto que, as pessoas em sofrimento psíquico, por serem vistas como “loucas”, eram excluídas da sociedade, não recebendo tratamento adequado para melhoria da sua qualidade de vida. Isso posto, o presente trabalho tem o objetivo de destacar a importância do SUS e dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) na garantia do direito à saúde e à dignidade humana dos indivíduos acometidos por transtornos mentais.

Palavras-chave: SUS; direito à saúde; dignidade humana; transtornos mentais.

1. INTRODUÇÃO

A saúde é um direito de todos e consta no rol de direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988. Para garantir a promoção deste direito, foi implementando pela Lei nº 8.080/90 o Sistema Único de Saúde (SUS), que tem como principal objetivo atender as demandas da sociedade num âmbito nacional.

Isso significa que qualquer pessoa residente ou domiciliada no país, inclusive estrangeiros possuem direito de utilizar os serviços fornecidos pelo SUS. Essa premissa também possui o intuito de viabilizar a meta de bem-estar social imposta pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Certo é que o Brasil, sendo um país de grande dimensão geográfica, possui dificuldades de proporcionar de forma efetiva o direito à saúde, principalmente no que diz respeito à promoção, prevenção e tratamento em saúde mental, o que figura como importante desafio atual.

O objetivo deste artigo é trazer informações de forma clara e sucinta acerca dos obstáculos enfrentados pelo poder público na promoção e na salvaguarda do direito à saúde, além de demonstrar de que forma o SUS atua nas políticas de combate ao adoecimento mental.

O presente estudo justifica-se pela importância de debater a existência do Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), que, devido ao SUS, dão atendimento gratuito à população portadora de transtornos mentais moderados a graves, melhorando, com isso, a sua qualidade de vida e os reinserindo na sociedade de forma ativa e saudável.

O artigo trata, em seu primeiro tópico, de um breve histórico acerca do direito fundamental à saúde e, posteriormente, aborda as principais problemáticas vivenciadas na tentativa de promoção, prevenção e tratamento em saúde mental, que ganhou foco após a pandemia da COVID-19, assim como evidenciando a importância do papel dos CAPS neste contexto.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Breve histórico do direito fundamental à saúde

A importância do direito à saúde e sobre quem deve atuar na sua proteção foram questionamentos feitos repetidamente em discussões políticas e sociais. Certo é que as respostas a essas questões variam entre países, tendo em vista que cada localidade atua conforme suas necessidades e realidades.

Porém, o direito à saúde é inerente a todo ser humano, apesar das diferenças nas formas de salvaguardá-lo, conforme menciona a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu art. 25:

> Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença invalidez, viuvez,

> velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

No ano de 1948, após o fim da Segunda Guerra Mundial, a primeira Assembleia Mundial da Saúde, realizada em Genebra, atestou a criação da Organização Mundial da Saúde (OMS), instituição integrante da Organização das Nações Unidas (ONU), que foi implementada para promover ações de saúde em todo o mundo (Moreira, et. al, 2020).

Segundo as normativas da sua constituição, saúde é “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades”, e deve ser promovida por todos os Estados-Membros, sendo uma responsabilidade dos seus governos, sendo indispensável que em suas regras estejam organizados métodos para assegurar este direito para todos.

No Brasil, com a promulgação da Constituição Federal, no ano de 1988, e o direito à saúde no rol dos seus direitos e garantias fundamentais, houve, em 1990, a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), logo após ser promulgada a Lei nº 8.089/90, conhecida como a Lei Orgânica da Saúde (Mendes, 2019).

O SUS possui como principais premissas a universalização, que aduz que a saúde é um direito de todas as pessoas, independentemente de classes sociais, a equidade, um princípio que busca amenizar as desigualdades sociais e a integralidade, que “considera as pessoas como um todo, atendendo a todas as suas necessidades” (Pinheiro, 2009).

Sendo assim, o direito à saúde é uma garantia fundamental prevista na Carta Magna brasileira e, para efetivar a proteção deste direito para toda a população, o país tem tentado implementar políticas públicas com foco em um atendimento integral para promoção, prevenção e tratamento das diversas afecções de saúde.

2.1.1. O contexto da saúde mental e suas problemáticas.

Por séculos, o mundo resumia os transtornos mentais à loucura. Em sua obra “Loucura, literatura, sociedade”, Foucault enfatiza o histórico de exclusão social dos que possuíam sofrimento psíquico:

> Na Idade Média, e depois no Renascimento, a loucura está presente no horizonte social como um fato estético ou cotidiano; depois, no século XVII – a partir da internação – a loucura atravessa um período de silêncio, de exclusão. Ela perdeu essa função de manifestação, de revelação que ela tinha na época de Shakespeare e de Cervantes (Foucault, 2006, p.163).

No Brasil, o indivíduo considerado “louco” também era excluído socialmente e rotulado como “anormal” (Zanella, 2019). Somente nos anos 70, com a luta antimanicomial, aqueles que possuíam transtornos mentais passaram a ser vistos como merecedores de um tratamento digno e individualizado.

No ano de 1980, iniciou-se um debate sobre a necessidade de uma reforma psiquiátrica, que trouxe ideias de mudanças nas práticas de tratamento e de internação, com a adoção de padrões éticos e estruturais na assistência médico-hospitalar para estas pessoas:

> Nesse sentido, substitui-se o termo “doença mental” pelo termo “saúde mental”, visando evitar o aprisionamento simbólico do indivíduo na condição de doente e a conotação de disfunção biológica presente na noção de doença, bem como enfatizar a promoção de melhores condições de saúde (Braga; Farinha, 2018).

Ainda sobre isso:

> Aquilo que se impõe à psiquiatria é uma verdadeira mutação, tendo por princípio a abolição total dos métodos agressivos, do regime carcerário, e a mudança de atitude face ao indivíduo, que deixará de ser o paciente para adquirir a condição de pessoa, com direito a ser respeitada (Silveira, 1981, p. 127).

No ano de 2021, foi promulgada a Lei N 10.216/01, que traz um rol de direito das pessoas acometidas de transtornos mentais. Dentre eles, o art. 3º impõe ao Estado o dever de assistência e de desenvolvimento de políticas para proporcionar maiores benefícios sociais:

> Art. 3º É responsabilidade do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental, assim entendidas as instituições ou unidades que ofereçam assistência em saúde aos portadores de transtornos mentais.

Com isso, conforme Ana Marta Lobos que, em seu trabalho “CAPS: laços sociais”, esse olhar e atenção para os portadores de transtornos mentais traria maior dignidade a sua existência:

> (...) assim, não só por uma vida mais digna para os chamados loucos, mas pela vitalidade e pela pujança da própria cultura, urge estabelecer com a loucura outras relações: reatar - com eles, mas sempre entre todos nós - esses laços tão duramente rompidos (2007, p. 4)

Com o passar dos anos, apesar de toda a luta para cessar a estigmatização dos que possuem esses transtornos e para trazer maior qualidade de vida para prevenir esses sofrimentos, o mundo atualmente, principalmente após a pandemia do Covid-19, enfrenta desafios.

Segundo pesquisa da OMS, em sua revisão mundial sobre saúde mental, no ano de 2019, antes da pandemia, quase um bilhão de pessoas possuíam algum transtorno mental. Além disso, o estudou informou que o suicídio foi causa de mais de uma a casa cem mortes ocorridas no mundo.

Outro relatório feito pela Organização de Pesquisa Sapien Labs, após a pandemia, mostrou que o Brasil, dentro de um ranking com 64 países, possui o terceiro pior índice de saúde mental (Yoneshigue, 2023).

Dorisdaia Humerez, coordenadora da Comissão Nacional de Enfermagem em Saúde Mental afirma:

> O Brasil enfrenta uma segunda pandemia, desta vez na Saúde Mental. O impacto emocional das perdas familiares, o sentimento de medo, a falta de socialização e a instabilidade no trabalho aumentaram o nível de estresse e sofrimento psíquico dos brasileiros. “O aumento nos transtornos ansiosos e depressivos é uma tendência dos últimos anos, mas atingiu patamares muito mais alarmantes após a crise sanitária (2022).

A OMS, junto com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), expôs um estudo que mostra que “12 trabalho são perdidos anualmente devido à depressão e à ansiedade que custam à economia global quase um trilhão de dólares” (Farias, 2023).

Isso demonstra que o mundo vivencia hoje uma das maiores crises mentais já existentes, gerando um sinal de alarme para que os governos proporcionem maior atenção a este mal e reformulem suas políticas para promover, de fato, o bem-estar social que é imposta legalmente e embasada no contexto biopsicossocial de cada indivíduo.

2.2. O CAPS e o seu papel na promoção da dignidade humana

Com a reforma psiquiátrica e a instituição do SUS, foi implementado uma nova forma de cuidado psicossocial no Brasil. A proposta de redução de leitos psiquiátricos deu lugar aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), que, através de uma equipe multiprofissional, oferece atendimentos especializados às pessoas que estão em sofrimento psíquico moderado ou grave, inclusive as que estão em crise por uso de drogas e álcool (Brasil, 2020).

Isso significa que estes centros "redirecionaram o modelo assistencial em saúde mental" (Brasil, 2001), já que foram criados com o intuito de substituir os hospitais psiquiátricos.

Amarante (1998), expõe que:

> Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) foram os primeiros serviços criados com uma nova proposta de atenção à saúde mental e incentivaram o Ministério da Saúde a regulamentar a implantação e o financiamento para ampliar os serviços por todo o País.

Nesse sentido, os CAPS possuem um papel estratégico e essencial na promoção do direito da dignidade humana, visto que articulam cuidados mais adequados e idiossincráticos para cada indivíduo, de modo que se retire de contexto, quando desnecessário, o método asilar de uma internação por motivos de sofrimento psíquico. Isso é garantido pela Lei 10.216/01, a saber:

> Art. 2º Nos atendimentos em saúde mental, de qualquer natureza, a pessoa e seus familiares ou responsáveis serão formalmente cientificados dos direitos enumerados no parágrafo único deste artigo.
>
> Parágrafo único. São direitos da pessoa portadora de transtorno mental:
>
> I - ter acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, consentâneo às suas necessidades;
>
> II - ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade; (...)

As ações desses centros são realizadas de diversas formas, que vão desde um tratamento individual ao coletivo, e em diversas localidades, que vão do próprio espaço do CAPS a comunidades dos respectivos municípios. De toda forma, diversas estratégias são traçadas para alcance de um objetivo maior.

> (...) o CAPS deve se estruturar como espaço voltado para fora de si por manter, com a cultura, ligação mais estreita. Um espaço que saiba reconstruir certa privacidade psíquica, perdida na psicose, sem a qual é humanamente impossível viver, mas que só pode construir à medida que se abre para outros horizontes, inclusive os desconhecidos! Um espaço que convide o psicótico a povoar conosco o mundo humano, o que se faz não pela tradução de seus delírios nos significados da língua, e sim

> pela permissão de se inscrever, nessa língua, outros significados. Um espaço que sustente certas exigências minimamente necessárias ao convívio humano, mas que leve, por sua vez, a cultura a se indagar quanto à real legitimidade de cada uma de suas exigências (Lobosque, 2007, p. 4.)

A principal estratégia é o acolhimento inicial, que tem por objetivo a escuta qualificada e a construção de um vínculo paciente-profissional que, segundo Lobosque (2007), “trata-se de acolher, sem reserva ou temor, o sofrimento mental, quando insuportável, sem buscar pretextos para a recusa nem impor condições à hospitalidade”. Outras estratégias são as ações de reabilitação biopsicossocial e o acompanhamento de serviço residencial terapêutico, que buscam minimizar danos causados por um transtorno mental.

Para garantir maior acesso, os CAPS são divididos em: CAPS I, CAPS II e CAPS III, além dos CAPS Infantil e o CAPS Álcool e Drogas (Brasil, 2020). Sobre isso, o Ministério da Saúde dispõe que o CAPS I, II e III são focados em pessoas de todas as faixas etárias que estão em sofrimento psíquico e são indicados, respectivamente, para municípios acima de 15 mil, 70 mil e 150 mil habitantes.

Além desses, os CAPS Infantil são voltados para o atendimento especializado de crianças e adolescentes ao passo que os CAPS Álcool e Drogas atendem pessoas em uso de substâncias psicoativas e suas complicações.

Os CAPS III, sejam eles Adulto, Álcool e Drogas ou Infantil, também possuem em sua normativa a obrigatoriedade de oferta de leitos de hospitalidade. Sobre isso, Leite *apud* Ministério da Saúde:

> O Ministério da Saúde (2012) define o serviço de hospitalidade noturna como sendo um dos recursos do projeto terapêutico singular de usuários que estão em acompanhamento no CAPS. Trata-se de um auxílio para o manejo de pacientes em sofrimento psíquico decorrente de transtornos mentais, que objetiva a retomada do convívio familiar, comunitário e das relações interpessoais do sujeito após um período de afastamento que não deve exceder o máximo de 14 dias. O sofrimento psíquico também pode estar atrelado ao uso de álcool e outras drogas e a conflitos que acarretaram em ruptura familiar e/ou com a comunidade, limites de comunicação e/ou impossibilidades de convivência (2018).

Digno de nota é o fato que a estratégia dos leitos de hospitalidade se diferem dos regulares leitos de internação em hospitais psiquiátricos, uma vez que permitem que os cuidados de saúde mental sejam ofertados aos pacientes dentro do seu contexto biopsicossocial individual, isto é, em contato direto com sua conjuntura comunitária local e, assim, fazendo com que o sujeito seja capaz de

participar como protagonista dos processos de promoção, de prevenção e de tratamento relativos à saúde mental.

Inclusive, em pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde, o Brasil conta com mais de 2.700 CAPS e 69 Unidades de Acolhimento adulto e infanto-juvenil. O estudo também apontou que entre os anos de 2019 e 2021, este instituto já atendeu quase 60 milhões de pessoas com transtorno menta (Leão, 2022).

Isso posto, os Centros de Atenção Psicossocial estão além de um simples serviço fornecido pelo governo. Os CAPS estão sempre focados em agir com o dever de cuidado, que, segundo Boff (2002):

> O cuidado somente surge quando a existência de alguém tem importância para mim. Passo então a dedicar-me a ele; disponho-me a participar de seu destino, de suas buscas, de seus sofrimentos e de seus sucessos, enfim de sua vida (p.91).

3. CONCLUSÃO

A saúde mental nem sempre foi tratada com a devida atenção ao longo dos séculos. Os indivíduos rotulados como “loucos” recebiam tratamentos degradantes e eram esquecidos e excluídos da comunidade.

Com a evolução da sociedade, a necessidade da promoção de uma atenção especializada para cada indivíduo em sofrimento psíquico fez com que os direitos fundamentais à saúde e à vida fossem efetivamente garantidos, visto que, o acolhimento prestado pelos Centros de Atenção Psicossocial busca a reinserção social e o reestabelecimento do suporte familiar daquele que possui um transtorno mental.

Resta claro que a criação dos CAPS foi uma grande estratégia governamental para promoção de saúde mental e, consequentemente, de dignidade humana. O acolhimento proporcionado por estes serviços atesta a relevância social que uma rede de atenção psicossocial tem em uma comunidade.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, P. **Loucos pela Vida: a trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 1998. 132 p.

BRAGA, Tatiana Benevides Magalhães; FARINHA, Mariana Gonçalves. Sistema Único de Saúde e a reforma psiquiátrica: Desafios e perspectivas**. Phenomenological Studies - Revista da Abordagem Gestáltica** – XXIV. 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.216**, de 06 de abril de 2001. Brasília: Diário Oficial da União. BRASIL.

_____. Ministério da Saúde. **Centros de atenção psicossocial**. Brasília, 2020.

FARIAS, Erika. **Alertas globais chamam a atenção para o papel do trabalho na saúde mental**. EPSJV/Fiocruz. 2023. Disponível em < https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/alertas-globais-chamam-a-atencao-para-o-papel-do-trabalho-na-saude-mental>. Acesso em 19 ago 2023.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FOUCAULT, Michel. **Loucura, literatura, sociedade**. In: Motta, Manoel Barbosa (Org.). Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise. Rio de Janeiro: Forense Universitária

LEÃO, Evely. **SUS realizou quase 60 milhões de atendimentos psicossociais nos CAPS de todo o Brasil entre 2019 e 2021**. Ministério da Saúde. Disponível em < https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/abril/sus-realizou-quase-60-milhoes-de-atendimentos-psicossociais-nos-caps-de-todo-o-brasil-entre-2019-e-2021#:~:text=Atualmente%2C%20o%20Brasil%20conta%20com,estados%20e%20o%20Distrito%20Federal.> Acesso em 21 ago 2023.

LEITE, Tayná Cristina Porto. **Percepções sobre a hospitalidade noturna em um CAPS III segundo sua equipe: critérios de inserção e alta de usuários.** Universidade Federal de Uberlândia, 2018.

LOBOSQUE, Ana Marta. **CAPS: laços sociais**. Mental, vol. V, núm 8, 2007.

MENDES, Eugênio Vilaça. **Desafio do Sus**. Conass, 2019. Brasilia – DF.

MOREIRA, Rafael da Silveira; SANTOS, Lucas Fernando Rodrigues dos; SOUSA, Marcos Henrique Oliveira. **Organização Mundial da Saúde: origem, políticas e atuação durante a pandemia de Covid-19**. Estudos Universitários: revista de cultura, Recife, v. 37, n. 1/2, p. 111-135, dez. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. OMS divulga Informe Mundial de Saúde Mental: transformar a saúde mental para todos. **Biblioteca Virtual em Saúde**. Ministério da saúde. 2019. Disponível em < https://bvsms.saude.gov.br/oms-divulga-informe-mundial-de-saude-mental-transformar-a-saude-mental-para-todos/> Acesso em 19 ago 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.** Disponível em: https://www.unicef.org Acesso em: 18 ago 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório Mundial de Violência e Saúde.** Genebra: OMS, 2002. ONU - Organização das Nações Unidas.

PINHEIRO, Roseni. **Integralidade**. In: Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/intsau.html>. Acesso em 19 de ago. 2023.

SILVEIRA, N. da (1981). **Imagens do Inconsciente**. Rio de Janeiro: Alhambra.

YONESHIGUE, Bernardo. **Brasil tem terceiro pior índice de saúde mental em ranking com 64 países.** O Globo. Disponível em < https://oglobo.globo.com/saude/bem-estar/noticia/2023/03/brasil-tem-terceiro-pior-indice-de-saude-mental-em-ranking-com-64-paises.ghtml> Acesso em 19 ago 2023.

ZANELLA, Fernanda Meneghim. **Direitos humanos e saúde mental: um debate necessário.** Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História. 2019.

JUIZ DAS GARANTIAS E A QUEBRA DA CADEIA DE CUSTÓDIA: UMA ANÁLISE SOBRE A EFICÁCIA DO PACOTE ANTICRIME NA GARANTIA DAS PROVAS

Anna Flávia de Oliveira Silva
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Dra. Jéssyka Maria Nunes Galvão
Professora
Faculdade de Petrolina - FACAPE

RESUMO: Dentre as novidades aduzidas pelo Pacote Anticrime houve a implementação da Cadeia de Custódia e do Juiz das Garantias. Aquela consiste em procedimentos que visam garantir a autenticidade das evidências coletadas e examinadas com o intuito de assegurar a ligação da prova com o caso investigado. Com isso, para que haja a garantia da imparcialidade da decisão e um melhor controle de legalidade, fez-se necessário a criação do Juiz das Garantias, o qual atuará na fase de instrução do processo e, somente após o recebimento da denúncia, outro juiz atuará no julgamento do réu. A problematização do tema gira em torno do seguinte questionamento: “O juiz de garantias irá preservar a imparcialidade no Processo Penal quando houver a quebra da Cadeia de Custódia?”, além disso, o objetivo geral visa analisar a consequência jurídica do Juiz de Garantias no Código de Processo Penal Brasileiro quando houve a quebra da Cadeia de Custódia, onde teremos 3 objetivos específicos que delimitará o foco da pesquisa, qual seja, descrever o papel do juiz de garantias durante a investigação criminal; Analisar a relação ente o juiz de garantias e o princípio da imparcialidade e; Descrever qual a atitude que deve ser tomada pelo juiz de garantias ao observar a quebra da Cadeia de Custódia. Diante disso, é necessário o estudo sobre a implementação do Juiz das Garantias, de forma a analisar se sua instituição será de fato eficaz no resguardo da Cadeia de Custódia. Para tal análise foi utilizado o método dedutivo, com o uso de pesquisa bibliográfica, através de balizadas doutrinas e entendimentos jurisprudenciais, como, ainda, contou com o uso de pesquisa documental, principalmente através do estudo do Pacote Anticrime. O resultado demonstra a importância do Juiz das Garantias para assegurar a imparcialidade no decorrer da análise probatória, tendo em vista que afastará o juiz julgador dos possíveis prejuízos decorrente da quebra da Cadeia de Custódia.

Palavras-chave: Pacote Anticrime; Juiz de Garantias; Cadeia de Custódia.

ABSTRACT: Among the new features introduced by the Anti-Crime Package was the implementation of the Chain of Custody and the Guarantee Judge. This consists of procedures that aim to guarantee the authenticity of the evidence collected and examined with the aim of ensuring the link between the evidence and the case investigated. Therefore, in order to guarantee the impartiality of the decision and better control of legality, it was necessary to create a Guarantee Judge, who will act in the investigation phase of the process and, only after receiving the complaint, another judge. will act in the trial of the defendant. The problematization of the topic revolves around the following question: “Will the guarantee judge preserve impartiality in the Criminal Process when the Chain of Custody is broken?”, in addition, the general objective aims to analyze the legal consequence of the Guarantee Judge in the Brazilian Code of Criminal Procedure when there was a break in the chain of custody, where we will have 3 specific objectives that will delimit the focus of the research, that is, to describe the role of the guarantee judge during the criminal investigation; Analyze the relationship between the guarantee judge and the principle of impartiality and; Describe the attitude that should be taken by the guarantee judge when observing a break in the chain of custody. In view of this, it is necessary to study the implementation of the Guarantee Judge, in order to analyze whether its institution will in fact be effective in safeguarding the Chain of Custody. For this analysis, the deductive method was used, with the use of bibliographical research, through guided doctrines and jurisprudential understandings, as well as the use of documentary research, mainly through the study of the Anti-Crime Package. The result demonstrates the importance of the Guarantee Judge to ensure impartiality during the evidentiary analysis, considering that it will prevent the judging judge from possible losses resulting from the break in the chain of custody.

Keywords: Anti-Crime Package; Guarantee Judge; Chain of Custody.

1. INTRODUÇÃO

O Código de Processo Penal (CPP) brasileiro foi instituído pelo Decreto Lei nº 3.689/1941 com o intuito de regular os procedimentos criminais no país. O CPP espelha os princípios constitucionais, garantindo a ampla defesa, o contraditório, a presunção de inocência e assume como papel fundamental a garantia do devido processo legal.

Em razão do CPP ser uma legislação de 1941, há a necessidade de adequações em razão das mudanças sociais, tecnológicas e culturais. Como consequência disso, adveio o Pacote Anticrime, em 2019, desempenhando um papel crucial para modernizar os procedimentos criminais, definindo dois institutos importantes quais sejam: o Juiz de Garantias e a Cadeia de Custódia.

Nessa pesquisa será defendida a hipótese de que o instituto do juiz de garantias irá preservar a imparcialidade no processo penal, quando houver quebra da Cadeia de Custódia.

Para a análise do tema foi utilizado o método dedutivo, com o uso de pesquisa bibliográfica e entendimentos jurisprudenciais, como, ainda, contou com pesquisa documental, principalmente através do estudo do Pacote Anticrime.

2. A QUEBRA DA CADEIA DE CUSTÓDIA E A IMPARCIALIDADE

A Cadeia de Custódia consiste em procedimentos que visam garantir a autenticidade das evidências coletadas e examinadas, com intuito de assegurar a ligação da prova com o caso investigado, sem que haja lugar para qualquer tipo de alteração. Conforme as palavras esclarecedoras de Renato Brasileiro (Brasileiro, 2022, p. 623):

> A Cadeia de Custódia funciona como a documentação formal, de um procedimento destinado a manter e documentar a história cronológica de uma evidência, evitando-se, assim, eventuais interferências internas e externas capazes de colocar em dúvida o resultado da atividade probatória, assegurando, assim, o rastreamento da evidência desde o local do crime até o Tribunal.

À luz das ponderações abordadas por Norberto Avena em seu livro de Processo Penal diz que (Avena, 2018, p. 228):

> (...) caberá à autoridade policial, logo após tomar conhecimento da prática da infração penal: Dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e a conservação das coisas, até a chegada dos peritos: trata-se de providência relevante, especialmente, no caso de infrações penais que deixam vestígios (delicta facti permanentis), tais como homicídio, latrocínio, estupro etc. Nestes casos, a autoridade policial ou os seus agentes devem dirigir-se ao local da infração o mais rápido possível, evitando que a presença de terceiros, a ação de intempéries e o decurso do tempo descaracterizem a cena do crime ou dificultem a materialização de provas importantes para a sua elucidação, como a colheita de impressões digitais, o recolhimento de amostras de sangue e outros resíduos, a fotografia do cadáver etc

Além disso, a proteção da inviolabilidade dos vestígios não é um assunto recente. A denominada Cadeia de Custódia teve destaque na década de 90 nos Estados Unidos da América, onde um jogador de futebol americano *Orenthal James Simpson* foi acusado por duplo homicídio e, conforme Michelle Moreira Machado (2017, p. 2) a defesa conseguiu a absolvição em razão da falta de

procedimento para a preservação do local onde houve a coleta de vestígios, ficando evidente as falhas na preservação da Cadeia de Custódia. Dito isso, Norberto Avena ao tratar sobre o princípio da verdade real diz que (Avena, 2018, p. 69):

> O princípio da verdade real, também conhecido como princípio da verdade material ou da verdade substancial (terminologia empregada no art. 566 do CPP), significa que, no processo penal, devem ser realizadas as diligências necessárias e adotadas todas as providências cabíveis para tentar descobrir como os fatos realmente se passaram, de forma que o jus puniendi seja exercido com efetividade em relação àquele que praticou ou concorreu para a infração penal.

Como se pode ver, o princípio da verdade real relaciona-se diretamente com o objetivo da Cadeia de Custódia, qual seja, a diminuição da probabilidade de violação ou contaminação, seja de forma culposa ou dolosa, garantindo a autenticidade do elemento da prova e, por consequência, poderá haver a descoberta da verdade real dos fatos. Nessa linha de raciocínio, percebe-se a evolução da Cadeia de Custódia no Brasil, em que a quebra de tais procedimentos podem gerar a dúvida sobre a confiabilidade dos vestígios que foram coletados.

Ao tratar sobre a quebra da Cadeia de Custódia, é imprescindível a existência da imparcialidade do juiz. A imparcialidade refere-se à separação de qualquer valor moral, ideologias e convicções, quando em posição de Estado-juiz, limitando-se aos fatos e as provas que constam nos autos do processo.

Diante disso, a Constituição Federal Brasileira de 1988, com o intuito de garantir essa imparcialidade estabeleceu as garantias de vitaliciedade, inviolabilidade e irredutibilidade de subsídio. Além disso, a imparcialidade é protegida pelas situações em que há a necessidade de afastamento do juiz, em razão de fatos externos capazes de prejudicar a imparcialidade do magistrado, que são os casos de impedimento e suspeição, previstos, respectivamente, nos artigos 252 e 254, ambos do Código de Processo Penal Brasileiro (Brasil, 1941).

O princípio do juiz natural tem respaldo no art. 5º, inciso LIII, da Constituição Federal Brasileira (Brasil, 1988), o qual diz que: “ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente”. Tal dispositivo visa a necessidade de cumprimento das regras de competência em razão da matéria, em razão da pessoa e em razão do local. Logo, percebe-se que a pretensão objetiva do referido dispositivo é de assegurar ao acusado o direito de ser

submetido a processo e julgamento pelo juízo competente e por órgão do Poder Judiciário regularmente investido e imparcial.

Não só na Constituição Federal Brasileira de 1988, como também está expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos a imparcialidade conforme o art.10 (ONU, 1948):

> Todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir seus direitos e deveres ou fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

Sendo assim, verificou-se que a imparcialidade é um ato de não privilegiar nenhuma das partes, em que o juiz deverá avaliar as circunstâncias e sentenciar baseado tão somente nas provas que estão nos autos do processo.

Além disso, nas palavras perspicazes de Aury Lopes Jr., a imparcialidade do magistrado, relatando que se o juiz lançou mão de seu poder investigatório na fase pré-processual, não poderá na fase processual ser o julgador (Lopes Jr., 2020, p. 93), observa-se, então:

> O Tribunal Europeu de Direitos Humanos (TEDH), especialmente nos casos Piersack, de 1º/10/1982, e De Cubber, de 26/10/1984, consagrou o entendimento de que o juiz com poderes investigatórios é incompatível com a função de julgador. Ou seja, se o juiz lançou mão de seu poder investigatório na fase pré-processual, não poderá, na fase processual, ser o julgador. É uma violação do direito ao juiz imparcial consagrado no art. 6.1 do Convênio para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais, de 1950. Segundo o TEDH, a contaminação resultante dos “pré-juízos” conduz à falta de imparcialidade subjetiva ou objetiva.

A quebra da Cadeia de Custódia tem grande potencial de apresentar resultados negativos durante as análises do juiz, uma vez que, ao ter contato com a prova ilegal advinda da quebra da Cadeia de Custódia, o magistrado formará uma opinião crítica, em relação ao agente que estará no banco dos réus da ação penal, com influência da prova ilegal a qual teve contato.

Além disso, a imparcialidade tem como preceito principal a ausência de interesse do magistrado no objeto do processo, igualmente, outro objetivo que deve ser destacado é a garantia da isonomia durante a ação penal.

Como alusão à imparcialidade, a história romana trata sobre a deusa Iustitia, a qual representa a Justiça. Ela possui os olhos vendados, segura uma balança com as duas mãos e os pratos alinhados. A balança é a representação

da imparcialidade e o dever da lei de pesar as evidências, a espada simboliza a imposição e o respeito, em que a lâmina de dois gumes significa que a justiça pode decidir contra qualquer uma das partes, após a análise probatória. A venda também representa a imparcialidade, a qual visa demonstrar a ausência de fatores externos que possa influenciar as decisões.

Percebe-se notar que se torna claro que a quebra da Cadeia de Custódia poderá influir na convicção do juiz para uma decisão equivocada, em razão das possíveis alterações de vestígios e, diante da análise das provas, há a possibilidade de ocorrer condenações injustas ou absolvições inadequadas.

Vale ressaltar que a contaminação das evidências trará a falta de confiança pública, pois gerará para a sociedade de que qualquer pessoa poderá alterar os vestígios, com a finalidade de prejudicar ou beneficiar alguém em processo criminal, ofendendo, ainda, o princípio do devido processo legal, o qual tem como finalidade um julgamento descontaminado e justo para as partes.

Como forma de prevenir tais problemas, o Pacote Anticrime (Brasil, 2019), instituiu a Cadeia de Custódia em que trouxe dispositivos que determinam as etapas que rastreiam os vestígios, conforme está descrito no artigo 158-B da referida Lei.

3. O PACOTE ANTICRIME E O JUIZ DE GARANTIAS

O Pacote Anticrime trata sobre as medidas legais que alteraram 17 leis penais, sendo elas divididas entre o Código Penal, o Código de Processo Penal e a Lei de Execução Penal, tornando-as mais rígidas para crimes graves e sua progressão, com o intuito de respaldar as autoridades no combate e prevenção a crimes violentos, hediondos.

Em razão de o Código de Processo Penal Brasileiro ser de 1941, ou seja, uma legislação antiga e, diante das transformações sociais, tecnológicas e culturais, faz-se necessária a evolução do sistema legal, a fim de garantir uma maior eficiência e transparência jurisdicional.

Dentre as alterações do Pacote Anticrime, houve a implementação da Cadeia de Custódia, a qual encontra-se prevista no artigo 158-A do Código de Processo Penal (Brasil, 2019) versando sobre procedimentos para documentar a

coleta dos vestígios. O referido artigo preceitua que: “considera-se Cadeia de Custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte”.

O Código de Processo Penal define que as etapas de rastreamento dos vestígios são a de: reconhecimento, isolamento, fixação, coleta, acondicionamento, transporte, recebimento, processamento, armazenamento e descarte. Segundo do Ministro do STJ Ribeiro Dantas (STJ. 2023):

> A principal finalidade da Cadeia de Custódia, como decorrência lógica do conceito de corpo de delito, é garantir que os vestígios deixados no mundo material por uma infração penal correspondam exatamente àquelas arrecadados pela polícia, examinados apresentados em juízo. Busca-se assegurar que os vestígios sejam os mesmos, sem nenhum tipo de adulteração ocorrida durante o período em que permaneceram sob a custódia do Estado.

Nota-se que a Cadeia de Custódia é um procedimento o qual visa ajudar na diminuição de condenações injustas e de absolvições inadequadas, sendo um elemento fundamental para extrair a ligação dos fatos alegados com os vestígios do local do crime. Conforme Sanches (2020, p. 174,175) a Cadeia de Custódia consiste em:

> Cuida dos métodos científicos atuais de manejo da marca vinculada a uma conduta supostamente ilícita. Assegura a preservação dos vestígios desde o contato primário até o descarte dos elementos coletados, garantindo-se a sua qualidade através da documentação cronológica dos atos executados em observância às normas técnicas previstas nas etapas da chamada Cadeia de Custódia.

Diante disso, a implementação da Cadeia de Custódia é um instituto importante que simboliza um avanço jurisdicional para resguardar a legalidade das provas.

O juiz de garantias, assim como a Cadeia de Custódia, foi introduzido a partir do Pacote Anticrime, porém a aplicação do instituto jurídico do juiz de garantias foi suspensa em janeiro de 2020 pelo Supremo Tribunal Federa e, somente no dia 23/08/2023 foi validado o mecanismo do juiz das garantias, sendo determinado o prazo de 12 meses, prorrogável por igual período, para a implantação obrigatória no Judiciário de todo o país.

Como resultado, para que se possa ter um melhor controle da legalidade das provas, fez-se necessário a criação do juiz de garantias, o qual atuará na fase de instrução do processo e, somente após o recebimento da denúncia, outro juiz atuará no julgamento do réu.

A competência do juiz de garantias abrange todas as infrações penais, exceto as de menor potencial ofensivo, e cessa com o recebimento da denúncia ou queixa, conforme expresso no artigo 3º-C do Código de Processo Penal (Brasil, 1941).

Tendo em vista que o juiz de garantias irá atuar antes do recebimento da denúncia, percebe-se que o magistrado irá ter o controle da legalidade dos vestígios coletados durante a investigação criminal, ou seja, durante a Cadeia de Custódia e terá como função a de garantidor dos direitos do acusado.

O doutrinador Sanches (2020, p. 65) afirma que o principal papel do juiz de garantias é distanciar o juiz que irá sentenciar da fase instrutória, garantindo uma maior imparcialidade. Sendo assim, verifica-se que esta modernização do Código de Processo Penal Brasileiro visa fortalecer o procedimento do sistema judicial para que haja uma maior imparcialidade.

O juiz de garantias desempenha um papel fundamental durante a instrução criminal, pois assegura que o processo legal seja conduzido de forma justa e imparcial. A ideia que permeia para a implantação do juiz de garantias é a de distanciar o juiz de instrução e julgamento da fase anterior, ou seja, da fase de instrução criminal, garantindo, então, a imparcialidade.

O Supremo Tribunal Federal, no dia 23 de outubro de 2023, decidiu que a instituição do juiz das garantias é constitucional e a sua aplicação é obrigatória, cabendo aos Estados, ao Distrito Federal e a União definir o formato em suas respectivas esferas.

Em virtude disso, o Juiz de garantias deixou de ser uma expectativa para se torna uma realidade no procedimento do Código de Processo Penal brasileiro.

O Supremo Tribunal Federal afirma que a associação de Magistrados do Brasil e a Associação dos Juízes Federais do Brasil, ao tratar sobre a ADI 6298 (STF, 2019), se referem à classe própria do Juiz das Garantias. Portanto:

> Associação de Magistrados do Brasil (AMB) e a Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE) alegam que a União teria ultrapassado sua competência ao impor a observância imediata do juiz das garantias no

> âmbito dos inquéritos policiais. Segundo as entidades, a criação de uma classe própria de juiz contraria a regra constitucional que reserva ao STF a iniciativa de lei complementar sobre o Estatuto da Magistratura.

Nas ADI 6300, os partidos Podemos e Cidadania, trataram sobre os gastos da implantação do juiz de garantias (STF, 2020a):

> a norma viola o princípio da razoável duração do processo e impõe ao Judiciário gastos obrigatórios sem nenhum estudo de impacto sobre os recursos necessários para a implantação da medida. O PSL, autor da ADI 6300, sustenta que seria inviável a adaptação dos Tribunais para a aplicação das novas regras em 30 dias, como previsto na lei.

Questiona, ainda, a Associação Nacional do Membros do Ministério Público, na ADI 6305 (STF, 2020b):

> questiona, entre outros pontos, a regra que obriga o membro do MP a comunicar ao juiz das garantias todo inquérito ou investigação instaurada, que autoriza o juiz a determinar de ofício (sem provocação das partes) o trancamento de uma investigação. Também é objeto da ação um trecho que determina a criação de sistema de rodízios desses juízes nas comarcas onde há apenas um magistrado.

Sendo assim, verifica-se que após 3 anos da vigência do Pacote Anticrime, o STF decidiu pela constitucionalidade e determinou o prazo de 24 meses para a implantação do juiz de garantias, transcendendo as meras expectativas para a materialização efetiva e significativa de referido instituto.

4. O JUIZ DE GARANTIAS E A QUEBRA DA CADEIA DE CUSTÓDIA

No tocante à parcialidade do juiz, esta poderá transparecer para a sociedade uma imagem de um sistema judicial frágil e, em razão disso, verifica-se a necessidade da inclusão do Juiz de Garantias no Código de Processo Penal (Brasil, 1941). Ademais, conforme destacado pelo doutrinador Lopes, tal juiz atuará como controlador da legalidade, assim:

> A atuação do juiz na fase pré-processual (seja ela inquérito policial, investigação pelo MP etc.) é e deve ser muito limitada. O perfil ideal do juiz não é como investigador ou instrutor, mas como controlador da legalidade e garantidor do respeito aos direitos fundamentais do sujeito passivo. O juiz não deve orientar a investigação policial, tampouco presenciar seus atos, mantendo uma postura totalmente suprapartes e alheia à atividade policial. (Lopes, 2016, p. 3).

Nesse contexto, observa-se a importância da existência do Juiz de Garantias, que tem por finalidade a salvaguarda dos direitos do acusado, bem como para cuidar do controle de legalidade.

Nessa perspectiva, o Juiz de Garantias poderá evitar a contaminação dos vestígios em razão da quebra de Cadeia de Custódia, com o objetivo de que não venham a ter contato com o juiz de instrução e julgamento, garantindo, então, a imparcialidade em seu julgamento.

Tem-se que a Cadeia de Custódia, com base no seu rol de procedimentos, visa garantir que as evidências não sejam contaminadas. Logo, os procedimentos da Cadeia de Custódia visam zelar pela autenticidade dos vestígios, bem como evitar a perda do vestígio. Logo:

> para mais, busca também – com cada elo entre o passo a passo – evitar a perda do vestígio e sua correlação com o laudo apresentado em pleito processual, objetivando não padecer na quebra de confiança da prova produzida, principalmente, para não vilipendiar o acusado. (Costa, 2022, p. 35).

Percebe-se que a Cadeia de Custódia e o Juiz de Garantias são dois institutos que desempenham um papel específico na busca da verdade real, bem como na garantia dos direitos do acusado.

Inegavelmente os dois institutos se entrelaçam com o intuito de preservar a manutenção da integridade das evidências coletadas. Em virtude de tais institutos acontecerem na fase preliminar da ação penal, verifica-se que a principal finalidade é a de garantir que o juiz de instrução e julgamento tome decisões justas, baseado em provas verdadeiras e, principalmente, que não haja desconfiança sobre as provas que irão servir de base para a tomada de decisões judiciais.

Aduz-se, ainda, que o instituto do Juiz de Garantias não é uma novidade, uma vez que em São Paulo já funciona uma espécie de “juiz de garantias” há 39 anos. O Departamento de Inquéritos Policiais (DIPO), do Tribunal de Justiça de São Paulo, é composto por juízes responsáveis apenas pelos inquéritos, e por outros magistrados que recebem a denúncia, fazem a inquirição das testemunhas e proferem sentenças.

Sendo assim, é notório que em razão de o Juiz de Garantias deter a competência de avaliar a legalidade das provas, torna-se mais benéfico para o processo criminal, pois quando se deparar com a quebra da Cadeia de Custódia,

deverá analisar os elementos a fim de decidir se a prova questionada pode ser confiável ou não garantindo, assim, a imparcialidade do juiz da fase subsequente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente que o Pacote Anticrime modernizou o Código de Processo Penal brasileiro trazendo dois institutos importantes: o Juiz de Garantias e a Cadeia de Custódia.

Percebe-se que a implementação do instituto do Juiz de Garantias revelou-se de suma importância, pois assegurará a imparcialidade ao procedimento, diante do risco de contaminação do juiz da fase subsequente diante da quebra da Cadeia de Custódia.

Ainda, a implementação da Cadeia de Custódia é de extrema relevância no Código de Processo Penal, pois traz procedimentos que demandam estrita observância, os quais trarão a preservação da integridade das evidências coletadas durante a investigação criminal, bem como proporcionarão uma melhor credibilidade jurídica, tendo em vista que a ausência dos procedimentos da salvaguarda da Cadeia de Custódia poderá descredibilizar a prova colhida.

Verifica-se neste trabalho que o Juiz de Garantias é crucial para garantir a legalidade das provas durante a instrução criminal. Além disso, a criação desse instituto assegura que as provas adulteradas, em razão da quebra de Cadeia de Custódia, não sejam usadas durante a ação penal contaminando, assim, a imparcialidade do juiz na instrução.

Portanto, tais institutos colacionados pelo Pacote Anticrime foram introduzidos em razão das transformações sociais, tecnológicas e culturais com a finalidade de garantir uma justiça mais eficiente e transparente.

REFERÊNCIAS

AVENA, N. **Processo Penal**. 10ª ed. Barueri: Método, 2018.

BRASIL. **Código de Processo Penal**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 13 nov. 2023.

_____. **Código Penal**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 14 nov. 2023.

COSTA, E. J. P. da. **Inovações do pacote anticrime**: análise do desdobramento da cadeia de custódia de provas. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/51112/1/InovacoesPacoteAnticrime_Costa_2022.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

CUNHA, R. S. **Pacote Anticrime, Lei 13.964/2019** – Comentários às alterações no CP, CPP e LEP. Salvador: Juspodivm, 2020.

DANTAS, D. **Em São Paulo, juiz de garantias já funciona há 36 anos**. O Globo. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/em-sao-paulo-juiz-de-garantias-ja-funciona-ha-36-anos-24174858. Acesso em: 28 out. 2023 às 18:34.

JUNIOR, A. L. A imprescindibilidade do juiz das garantias para uma jurisdição penal imparcial: reflexões a partir da teoria da dissonância cognitiva. **Revista Duc In Altum** - Cadernos de Direito, v. 8, n. 16, 2016, p. 3. Disponível em: https://meriva.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/11254/2/A_Imprescindibilidade_do_Juiz_das_Garantias_para_uma_Jurisdicao_Penal_Imparcial_Reflexoes_a_Partir_da_Teoria_da.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

_____. **Direito Processual Penal** – de acordo com as Leis n. 13.869/20119 e n. 13.964/2019. 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

LIMA, Renato Brasileiro. **Manual de Direito Processual Penal**. 11ª ed. Salvador: Juspodivm, 2022.

MACHADO, Michelle Moreira. A importância da Cadeia de Custódia para prova pericial. **Revista Criminalista e Medicina Legal**, v. 1, n. 2, 2017. Disponível em: https://revistacml.com.br/wp-content/uploads/2018/04/RCML-2-01.pdf. Acesso em: 07 out. 2023.

STF- Supremo Tribunal Federal (2019). **Ação Direta de Inconstitucionalidade – 6298**. Distrito Federal- DF, 27 de dezembro de 2019. Relator: Ministro Luiz Fux. Requerente: Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, Associacao dos Juizes Federais do Brasil – AJUFE. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADI&numProcesso=6298. Acesso em: 20 nov. 2023.

STF- Supremo Tribunal Federal (2020a). **Ação Direta de Inconstitucionalidade – 6300**. Distrito Federal- DF, 02 de janeiro de 2020. Relator: Ministro Luiz Fux. Requerente: União Brasil. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5840552. Acesso em: 20 nov. 2023.

STF- Supremo Tribunal Federal (2020b). **Ação Direta de Inconstitucionalidade – 6305**. Distrito Federal- DF, 20 de janeiro de 2020. Relator: Ministro Luiz Fux. Requerente: Associação nacional dos membros do Ministério Público - CONAMP. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5844852. Acesso em: 20 nov. 2023.

STF- Supremo Tribunal Federal. **O STF começa a analisar ações contra implementação do juiz das garantias**. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=508937&ori=1#:~:text=Na%20ADI%206298%2C%20a%20Associa%C3%A7%C3%A3o,no%20%C3%A2mbito%20dos%20inqu%C3%A9ritos%20policiais. Acesso em: 02 nov. 2023.

STJ- Supremo Tribunal de Justiça**. A Cadeia de Custódia no processo penal**: do Pacote Anticrime à jurisprudência do STJ. Disponível em: https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/23042023-A-cadeia-de-custodia-no-processo-penal-do-Pacote-Anticrime-a-jurisprudencia-do-STJ.aspx. Acesso em: 02 nov. 2023.

WIKIPÉDIA. **A enciclopédia livre, 2023.** Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Justi%C3%A7a_(mitologia). Acesso em: 19 out. 2023.

PRESERVAÇÃO DAS NARRATIVAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA ATOLEIRO/CAETÉS-PE

Josimar Herminio Silva de Siqueira
josimar.siqueira@upe.br
Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia
Universidade de Pernambuco/UPE/*Campus* Garanhuns

Denize Tomaz de Aquino
denize.aquino@upe.br
Professora do Curso de Licenciatura em Geografia
Universidade de Pernambuco/UPE/*Campus* Garanhuns

RESUMO: **Introdução**: o artigo toma como objeto de estudo, *narrativa oral*, na comunidade quilombola Atoleiro, situada na Zona Rural do município de Caetés, agreste pernambucano, Nordeste do Brasil. Tem como objetivo geral compreender de que forma a educação formal contextualiza os saberes narrativos advindos dos mais velhos no cotidiano da escola; quanto aos específicos, identificar os principais cenários onde acontecem as contações de histórias enquanto processo de socialização de saberes e como esses conhecimentos estão sendo socializados, na prática pedagógica, na sala de aula da escola dessa comunidade quilombola. **Metodologia**: baseia-se na pesquisa qualitativa interpretativa, na abordagem sócio-histórica, que envolveu as professoras e a gestora da escola pesquisada, no contexto da comunidade, os representantes legais desses estudantes e o líder comunitário. O corpus da pesquisa foi a entrevista semiestruturada e a roda de conversas. Para o tratamento dos dados foi utilizada a técnica de análise do discurso. **Resultados**: apontam que a escola precisa dar visibilidade para essas narrativas orais como saberes produzidos no espaço da comunidade e trazê-los para o contexto da sala de aula.

Palavras-chave: Narrativas quilombolas. Educação formal. Prática pedagógica. Escola quilombola.

ABSTRACT: **Introduction:** this article takes as its object of study the *oral narrative*, in the Atoleiro quilombola community, located in the countryside of the Caetés city, Agreste zone of Pernambuco State, Northeast of Brazil. Its general objective is to understand how formal education contextualizes the narrative knowledge coming from older people in everyday school life; as for specifics, to identify the main scenarios where storytelling takes place as a process of socialization of knowledge and how this knowledge is being socialized, in pedagogical practice, in the school classroom of this quilombola community.

Metodology: is based on qualitative interpretative research, on the socio-historical approach, which involved the teachers and the manager of the studied school, in the context of the community, the legal representatives of these students and the community leader. The corpus of the research was the semi-structured interview and the conversation circle. The discourse analysis method was used to process the data. **Results:** point out that the school needs to give visibility to these oral narratives as knowledge produced in the community space and bring them to the classroom context.

Keywords: Quilombola narratives. Formal education. Pedagogical practice. Quilombola school.

1. INTRODUÇÃO

Diversas são as áreas de pesquisa que buscam estudos cujas temáticas giram em torno de questões sobre narrativas, em seus vários objetivos e metodologias, para a compreensão de fenômenos distintos, entre os mais diversos campos de conhecimento. Assim, este artigo toma como objeto de estudo, *narrativa oral*, na comunidade quilombola Atoleiro situada na Zona Rural do município de Caetés, Agreste pernambucano, Nordeste do Brasil, distante da capital Recife, cerca de 250 km, via BR 232 e BR 423.

Nesse entendimento, apresentamos os resultados da pesquisa desenvolvida em 2022, por nós pesquisadores do Grupo de Pesquisa vinculado à Universidade de Pernambuco/UPE/*Campus* Garanhuns, que tem como cenário de investigação uma escola pública municipal situada na referida comunidade quilombola.

O nosso interesse de estudo se voltou para uma escuta das professoras e da gestão da escola objeto da pesquisa, bem como do líder da comunidade e representantes dos estudantes. Assim, se inscreve como questão de partida, de que forma os saberes como práticas de narrativos orais advindos dos mais velhos da comunidade estão sendo contextualizados no cotidiano da escola? Como esses conhecimentos estão sendo hibridizados, na prática pedagógica, na sala de aula da escola dessa comunidade quilombola diante do currículo prescrito?

Nessa perspectiva, o estudo traz para discussão a temática de povos remanescentes quilombolas de origem Palmares, no sentido de compreender

como se dá a socialização dos saberes das narrativas orais na prática curricular da escola localizada na comunidade quilombola Atoleiro.

A partir dessa premissa procuramos dialogar em uma perspectiva crítica, interpretativa com autores que discutem sobre narrativas orais tais como Lima & Costa (2015); Pacheco (2015); Vieira & Resende (2016); Haert (2017) entre outros. Tais referenciais contribuíram para maior compreensão da temática, os quais serviram de referências para a análise dos resultados da pesquisa e construção do texto.

Em seguida, apresentamos o percurso metodológico do estudo que tem natureza qualitativa interpretativa, na abordagem sócio-histórica com base em Freitas (2007); Bogdan & Biklen (2008); Flick (2013); Minayo (2013), entre outros. O corpus da pesquisa foi a entrevista semiestruturada e a roda de conversas. Para o tratamento dos dados foi utilizada a técnica de análise crítica do discurso (ACD), o que possibilitou diferentes categorias de resultados apresentados na sequência.

As considerações evidenciadas, não dizem apenas sobre o que pensam as pessoas ouvidas, elas dizem muito a respeito da maneira como pensamos a educação em comunidades quilombolas a partir das secretarias de educação, bem como apontam que é função da educação ser um espaço de recepção das oralidades as quais são tão valiosas para a formação dos sujeitos quanto qualquer teoria.

Isto posto, acreditamos que possamos dialogar com outros estudos e, ao mesmo tempo, contribuir para novas pesquisas. Tem-se também o propósito de colaborar para a visibilidade de uma sociedade, que, ao longo do processo histórico do Brasil, esteve subalternizada à cultura do homem branco principalmente nas instituições escolares estabelecidas nas comunidades quilombolas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Partimos da constatação de que esses povos de matriz africana, permeados de subjetividades e significações, têm se caracterizado por uma resistência cada vez maior que valoriza as sabedorias locais não escritas nem lidas por meio dos símbolos da grafia.

Essas práticas de transmitir histórias e costumes se dão; no sentido de promover não apenas resgates de saberes, mas relações de resistência, territorialidade, laços de parentesco além de confrontar a discriminação e o racismo.

Consoante Lima e Costa (2015), as sociedades tradicionais de matriz africanas, são também percebidas como aquelas que são unidas por laços de convivência e coletividade e práticas de narrativas, além disso adotam a terra como centralidade de suas lutas, em decorrência do processo de exclusão, marginalidade e preconceito. Para Carril (2009), configura-se como um espaço coletivo caracterizado como o local onde as ações sociais e culturais herdadas são produzidas e reproduzidas nas práticas sociais existentes, e cuja preocupação em preservar as tradições faz parte de uma estratégia de resistência ao preconceito e de manutenção de territorialidade e de sobrevivência.

2.1 Pensando sobre as narrativas orais na comunidade quilombola e a educação

Pensar educação em escolas situadas em comunidades quilombolas a partir de discursos pré-construídos significa trazer para o debate de que forma o fenômeno da globalização provoca deslocamento e fragmentação no cotidiano das escolas localizadas nessas comunidades.

Assim, as narrativas orais no contexto dessas comunidades estão permeadas de um saber histórico são os relatos sinceros do passado que fazem com que a história continue e possa ser revivida e reconstruída até os dias de hoje. De acordo com Freire (2019), é garantir que o conjunto de saberes provenientes das vivências individuais e coletivas dos sujeitos em sociedade, faça parte da formação do saber escolar, porque desperta: “a consciência de si”.

Assim, o processo de conscientização leva o indivíduo a lutar pela auto afirmação, enquanto cidadão, enquanto sujeito de direitos, que valoriza a sua história é compreender que é possível aprender com os grupos familiares, enfim, com os modos de ser e viver em sociedade, tanto quanto, se aprende nas salas de aula.

Nessa linha de entendimento Pacheco (2006) considera importante que, no contexto brasileiro, para que haja um resgate genuíno da própria história e, por consequência, desses povos de matriz africana, será necessário, reconhecer e reinterpretar a tradição oral por meio de uma política pública e de uma pedagogia que possibilitem aos povos tradicionais uma aprendizagem vivencial e reflexiva, profunda, de sua própria ancestralidade.

De acordo com Hampâté Bâ (2010); Halbwachs (2006), as narrativas orais se dão na corporalidade dos sujeitos, pois se trata de saberes incorporados historicamente. Desse modo, a preservação dos saberes e memória coletiva desses povos ancestrais significa, sobretudo, compreender a finitude do homem em seus conhecimentos e a preservação das pessoas, dos modos de vida e dos saberes construídos coletivamente e não podem ser esquecidos.

De acordo com Durães e Ramos (2021), essas narrativas orais representam resistência e afirmação dos sujeitos enquanto produtores de saberes significativos ao seu grupo social, visto que:

> As narrativas orais constituem um campo de saber muito diverso e os seus principais agentes, os/as narradores/as, são responsáveis por manter uma certa coesão no grupo social em que estão inseridos e, assim, reelaboram o sentimento de pertença ao lugar onde vivem. (DURÃES E RAMOS, 2021, p. 7)

Desse modo, as narrativas orais no contexto da comunidade, possibilitam essa transmissão desses saberes por todos os espaços, em especial junto à escola, onde, através da educação, cujo local é apropriado para valorizar e respeitar esses saberes constituídos trazidos por esses estudantes. Segundo Gomes (2002), a educação, entendida como um amplo processo, constituinte da nossa humanização, é palco da estimulação da diversidade sociocultural, tonando-se ela peça fundamental para os integrantes de um grupo se apropriarem, fortalecerem e transmitirem seus saberes conforme suas experiências na comunidade.

Nessa perspectiva, as narrativas para Haerter (2012), contribuem para o processo de transmissão da cultura, saberes e experiências acumulados há gerações, ressignificando e contribuindo para a formação de sujeitos, ensinando jeitos quilombolas de ser na atualidade. Desse modo, as narrativas orais ganham então relevo neste estudo, pois, é a partir dela que compreendemos os modos de vida e os múltiplos conhecimentos desse povo, assim como a valorização das

suas histórias e os seus saberes diante da coletividade desses remanescentes de quilombo.

Nessa linha de entendimento Pacheco (2015) considera importante que, no contexto brasileiro, para que haja um resgate genuíno da própria história e, por consequência, desses povos de matriz africana, será necessário reconhecer e reinterpretar a tradição oral por meio do suporte de uma política pública e de uma pedagogia que possibilitem aos povos tradicionais uma aprendizagem vivencial e reflexiva, profunda, de sua própria ancestralidade.

Trata-se da pedagogia da vivência afetiva e cultural que irá facilitar o diálogo entre as teorias científicas da escola e as vivências da comunidade, fazendo interações com os saberes ancestrais de tradição oral e as ciências formais para a elaboração do conhecimento que têm como foco o fortalecimento da identidade dessas comunidades como um saber constituído.

De acordo com Sodré (2012), o fenômeno histórico do colonialismo, no processo da educação brasileira, de base eurocêntrica, pautado na tradição escrita estabelece a validação de uma forma única de conhecimento em detrimento de quaisquer outros saberes e outros conhecimentos.

Ainda de acordo com o referido autor faz-se imprescindível a desconstrução dos conceitos colonialistas historicizados, bem como trazer para discussão as petições dessas comunidades que reivindicam o reconhecimento de sua identidade, principalmente no espaço da escola e que sejam contemplados seus saberes que estão há muitas décadas subalternizados.

Desta forma, para transformar essa realidade, é preciso inserir novos modos de aprender e estratégias pedagógicas que levem o professor e aluno a considerarem a diversidade étnico-racial existente em nosso País.

Diante o exposto,necessário se faz que se busque fortalecer práticas de ensino que valorizem a história e cultura afro-brasileira e que essas sejam construídas e reconstruídas principalmente nas escolas em comunidades quilombolas, isso pode ser feito com base na valorização da oralidade, das histórias locais, das tradições da comunidade nas salas de aula.

Essa prática está alinhada com o que prescrevem as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) aprovadas em 2012 por meio da Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012, quando trata das Etapas e Modalidades de Educação Escolar Quilombolas no Ar.17, § 2º do Ensino Fundamental capítulo II.

> II- a articulação entre os conhecimentos científicos, os conhecimentos tradicionais e as práticas socioculturais próprias das comunidades quilombolas, num processo educativo dialógico e emancipatório;

Assim, trazer para o ambiente da escola na comunidade quilombola as narrativas e memórias contextualizadas nesses espaços é, portanto, não permitir que o monismo cultural que privilegia as linguagens hegemônicas impeça o pluralismo das linguagens características de alunos provenientes de comunidades quilombolas.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Antes de iniciarmos a pesquisa de campo propriamente dita, o Projeto de Pesquisa intitulado “O papel da escola na preservação das narrativas na comunidade quilombola Atoleiro/Caetés-PE” foi submetido para avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), através da Plataforma Brasil pelo site, www.saude.gov.br/plataformabrasil. Cabe salientar que o mesmo se encontra Liberado e Aprovado, sob Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) número 65423722.2.0000.0128 e Parecer Consubstanciado do CEP número: 6.211.852.

Assim, a pesquisa, é de natureza qualitativa, interpretativa, na abordagem sócio-histórica. De acordo com Freitas (2007); Lüdke e André (2013); Flick(2013); Minayo (2013), o caminhar metodológico de uma pesquisa não tem decisões fechadas, embora não se perca de vista o rigor científico dessa construção conjunta de teorias e metodologias, que se faz e refaz na construção do universo de conhecimento socialmente compartilhado na relação dialógica entre pesquisador e pesquisados, considerando não só o que se fala, mas o sentido e significados da fala.

Para Bogdan & Biklen (2008), uma das características da pesquisa qualitativa é seu potencial em estabelecer uma visão mais esclarecedora do objeto de estudo em relação à realidade examinada, cujas estratégias e procedimentos viabilizam significados das situações a serem pesquisadas, frequentemente invisível para o observador exterior.

Assim, no sentido de responder à questão norteadora e alcançar os objetivos propostos, a coleta de dados teve dois momentos: no primeiro, o cenário

de investigação foi o espaço social da escola da rede pública municipal situada na comunidade Atoleiro, com entrevista previamente agendada. O *corpus* foi a entrevista semiestruturada, com as quatro professoras do 6º ano do Ensino Fundamental e a gestora da escola. A opção pelo 6º ano deu-se por se tratar de uma série que está iniciando os anos finais do Ensino Fundamental.

No segundo momento, agendamos uma roda de conversas, com o líder da comunidade, a convite do mesmo. O local onde aconteceu a roda de conversas foi o espaço da casa do líder da comunidade quilombola Atoleiros.Kramer (2007) ; Minayo (2013) apontam que nesse encontro interacional, dito espontâneo, os processos e sequências dessas entrevistas do entrevistador com o mundo dos participantes revelam-se uma boa forma de conseguir novas hipótese que não se obtêm em entrevistas individuais e que poderão ser exploradas adiante.

Para o tratamento dos dados foi utilizada a técnica de análise do discurso, e de acordo com Lüdke e André (2013), a análise dos dados coletados de uma pesquisa exige concentração, observação e sensibilidade no exame das informações que foram construídas, partindo da leitura e releitura daquelas informações coletadas no sentido de classificar os dados, ancorando-se no referencial teórico.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa traz como objetivos compreender de que forma a educação formal contextualiza os saberes narrativos advindos dos mais velhos no cotidiano da escola; como esses conhecimentos estão sendo socializados, na prática pedagógica, na sala de aula da escola dessa comunidade quilombola.

Esse movimento de se adentrar nessa compreensão é feito a partir das inferências e interpretações, apreendidas no conteúdo latente das respostas das professoras e gestora da escola bem como do líder da comunidade, à luz da análise do discurso Fairclough (2016). Tendo isso em vista, emergiram três dimensões de análise, sobre as quais passaremos a discorrer desvelando os achados da pesquisa:

1ª - Relação entre Educação formal e o saberes trazidos pelos estudantes da comunidade quilombola tendo como categoria central: contradições nas propostas institucionais e a prática pedagógica na escola;

2ª - A formação docente para trabalhar em escolas de comunidades quilombolas e a categoria central: a formação continuada das professoras.

3ª - A natureza do currículo prescrito na escola e atuação docente como categoria: concepções subjacentes às propostas das políticas públicas para contextualização do currículo prescrito.

Assim, apresentamos os achados da pesquisa:

Dimensão de análise 1 – Relação entre Educação formal e o saberes trazidos pelos estudantes da comunidade quilombola tendo como categoria central: contradições nas propostas institucionais e a prática pedagógica na escola;

A análise possibilitou perceber que o modelo de educação formal que temos, não leva em conta a leitura de mundo dos estudantes matriculados, principalmente no caso da educação em escolas quilombolas objeto de nosso estudo. Observamos práticas disciplinadoras que dificultam diálogos e o intercâmbio entre experiências vividas e os conteúdos escolares.

Cabe ressaltar que o modelo educacional vigente não inclui devidamente quem tem acesso a ele. O que se percebe é que a educação em escolas quilombolas, obedece as normativas de um currículo prescrito que não contempla as identidades dos estudantes quilombolas em sua maioria. De acordo com Freire (2005), a luta deve ser incessante por uma pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por uma libertação.

Assim, essa categoria surgiu em função de percebermos, nos dados coletados, o paradoxo da responsabilização das professoras em vista das secretarias municipais não assumirem a viabilização dos meios necessários para a atuação docente, a partir da pergunta: A escola trabalha a cultura quilombola no contexto da escola e de que forma é trabalhada essa parceria?

As respostas foram afirmativas, no sentido de fazer o que é preciso ser feito, o que revela uma atitude conformista com relação à mudanças efetivas e concretas a partir das secretarias de educação.

Diante disso trazemos os seguintes posicionamentos consubstanciados nas respostas das professoras entrevistadas representadas como P.1; P.2; P.3; a Gestora como G.1 e o Líder da comunidade como L.1.

- Trabalha a cultura quilombola na sala de aula levando os estudantes a conhecer a importância de ser quilombola (P.1);
- Trabalha a cultura quilombola na sala em projetos temáticos especificamente o da Consciência Negra (P.2);
- Trabalha na perspectiva de fortalecimento da cultura quilombola de acordo com os conhecimentos da comunidade (P.3);
- A escola trabalha a cultura quilombola no contexto através de projetos interdisciplinares em parceria comunidade escolar (G.1).
- Percebe-se que a cultura quilombola está sendo trabalhada no contexto da sala de aula. Existe uma preocupação da escola sobre a cultura quilombola em seu contexto. Embora o PPP não esteja pronto (grifo da G1; F.2), o ensino voltado para a cultura afrodescendente é evidente. (L.1).

É possível apreender, nas respostas, o pensamento crítico das participantes. Percebemos pelos relatos que, na construção de sua prática pedagógica na escola, percebemos que as atitudes de integrar o conhecimento trazido por esses estudantes partem da iniciativa da escola e não estão previstas na proposta do currículo. Conforme o que preconiza as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) Nº 08 de 20 de novembro de 2012, quando trata das Etapas e Modalidades de Educação Escolar Quilombolas no Ar.17, § 2º do Ensino Fundamental capítulo II.

Nesse sentido, Freire (2006, p.13), esclarece que “[...] a ideologia do poder não apenas opaciza a realidade, mas também nos torna míopes, para não ver claramente a realidade [...]”. O autor revela a inserção de uma visão domesticadora, a partir de uma cultura de dominação.

Passamos, a seguir, para a dimensão de análise 2: A formação docente para trabalhar em escolas de comunidades quilombolas e a categoria central: o ensino nas escolas quilombolas e na formação continuada das professoras.

Nessa seção, apresentamos o que as participantes da pesquisa nos dizem sobre a formação continuada, partindo da premissa de que se trata de um direito assegurado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96. Visualizamos, nas últimas décadas, a busca pela garantia desse direito, o que

implicou em iniciativas de formação continuada nas redes públicas de ensino que, no entanto, na maioria das vezes, não atendem as escolas em suas especificidades e necessidades dos docentes (TARDIF, 2013).

Analisamos as falas das participantes no que se refere ao campo da formação continuada, para a seguinte questão: Em sua trajetória de formação, você participou de algum treinamento sobre escola quilombola? Em que ano? Quem promoveu?

Com relação às respostas às perguntas identificamos que, do total de entrevistados apenas um participou de formação sobre escolas quilombolas por iniciativa própria e vinculado a uma instituição de ensino universitário. A formação referida estava contemplada pela disciplina Educação e Relações Étnico-Raciais com duração de uma semana.

Nessa perspectiva, a pesquisa aponta que não houve interesse nos últimos anos por parte da Secretaria de Educação, da efetivação da Lei10639/2003(BRASIL,2003), no sentido de oferecer, promover a atuação docente, em Programa de formação continuada para os(as) professores(as) que atuam em escolas quilombolas.

Na dimensão 3 – O currículo prescrito na escola e atuação das políticas públicas para a educação quilombola como categoria: concepções subjacentes às atividades propostas pelas professoras.

Seguem as conclusões extraídas da análise das falas a partir da pergunta: O que você considera sobre a proposta do currículo da escola e o interesse das políticas públicas em trabalhar o currículo prescrito e o conhecimento trazido pelos estudantes quilombolas para sala de aula?

Os alunos trazem saberes da comunidade e compartilham com a turma. Considera que a proposta do currículo da escola contraditória não condiz com a realidade dos estudantes da comunidade. (P.1)

Não existe interesse das políticas públicas em trabalhar com as narrativas quilombolas no contexto da escola (P. 2).

Os pais cobram das políticas públicas melhorias na perpetuação da cultura quilombola. As maiores reivindicações são: o direito a uma educação de qualidade, desenvolvendo uma aprendizagem voltada ao respeito, conhecimento da história e da cultura afro-brasileira e a valorização da diversidade étnico racial (G.1).

Para o governo a intenção sempre foi homogeneizar a população e o Brasil é um país racista não se trata do interesse das políticas públicas, mas de quem faz essas políticas que por sua vez são conquistadas pela população que será mais afetada. (L.1).

Anualmente tem o festival quilombola onde a escola participa ativamente das festividades com apresentações e abrigando projetos que valorizam a cultura quilombola. (L.1)

A cultura quilombola é trabalhada principalmente nas Associação Quilombola de Atoleiro onde é falado o que é ser quilombola (L.1).

A partir da inferência e da interpretação, em um processo reflexivo de análise das respostas, percebemos que existe uma aceitação relacional para as atividades de matriz africana na escola, mas não existem políticas públicas que deem sustentação para essas atividades propostas.

Vimos que a maioria das participantes, consideram, entre as atividades mais significativas, as atividades lúdicas pertinentes ao ser negro no contexto brasileiro. Contudo, mas ao mesmo tempo revelam também a preocupação em trazer o processo histórico, mesmo de maneira pouco crítica. Revelam em seus comentários estarem preocupadas em se aproximarem de práticas pedagógicas que contemplem as narrativas orais trazidas por esses estudantes no cotidiano da escola em contextos integrados escola/comunidade. Tais práticas representam para as entrevistadas, um importante recurso didático com singularidades desses estudantes no processo ensinar e aprender.

Tais concepções denotam a tendência de consolidar uma perspectiva ainda calcada na pedagogia transmissiva, apontada ainda como uma referência norteadora, nos dias atuais, por meio de um discurso esvaziado na constituição de uma profissionalidade docente destituída de seu sentido político-pedagógico. Reportamo-nos também á Freire (2019), em sua Pedagogia do Oprimido quando aponta que, o papel da educação é um ato político que liberta os indivíduos por meio da consciência crítica, transformadora e diferencial, emergindo no contexto educacional como uma prática de liberdade.

Desse modo, é necessário que se busque fortalecer práticas de ensino que valorizem a história e cultura afro-brasileira e que, no cotidiano, seja construída e reconstruída com os discentes e membros da comunidade (BRASIL, 2003).

No tocante às comunidades quilombolas, isso pode ser feito com base na valorização da oralidade, das histórias locais, das tradições da comunidade. As narrativas são compostas por uma série de representações culturais e simbólicas que fortalecem o sentimento de pertencimento e de memória afetiva desses sujeitos. Sendo assim, esses saberes visam desconstruir a hegemonia da Educação Formal que atribui à escola como única fonte de saber e ao docente como único mediador deste saber.

É preciso, também que as lideranças nas comunidades quilombolas, busquem meios que impeçam ao que Freire (2005), chamou de “educação bancária”, verticalizada, unilateral na qual o educando e sua cultura são ignorados enquanto sujeitos partícipes do processo de aprendizagem, aquele concebido como um receptáculo de um saber do qual ele não colabora com a construção do conhecimento, uma vez que na visão bancária da educação o saber é uma doação fundamentada na absolutização da ignorância.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca de aproximações com nosso objetivo de pesquisa, deparamo-nos com uma expressiva fala das professoras e gestora da escola as quais buscam aproximação com o conhecimento trazidos pelos estudantes da Comunidade Quilombola Atoleiro e o cotidiano da escola. É possível haver interação, aproximação, porém, nem sempre se atribui centralidade à essa cultura local, uma vez que existe um currículo prescrito na escola que fundamenta a igualdade de saberes para toda a rede de ensino público.

O estudo permitiu perceber que, em sua trajetória formativa, as professoras entrevistadas tenham vivenciado experiências com o ensino na escola básica, mas elas não têm tido acesso a programas de formação.

Nesse entendimento, emerge fortemente a necessidade de um programa de formação continuada, que possibilite as professoras reverem, a materialização do currículo na escola no concreto e no decreto bem como de sua profissionalidade docente em face dos desafios que lhes estão sendo impostos para uma atuação profissional emancipatória.

Ressaltamos ainda que, embora as concepções do ser professor em uma escola quilombola representem propostas desafiadoras para essas professoras,

fica uma reflexão crítica acerca de concepções que subjazem às proposições de educação nas escolas em comunidades quilombolas. Entrevê-se de maneira aproximada, uma ideia de educação que ainda traz em seu contexto uma colonialidade do saber nas escolas quilombolas. O que se ensina e como se ensina ainda é policiado e regulado pelas políticas públicas, que ainda impedem o deslocamento para além daquela posição permitida.

Por fim, reiteramos a necessidade de discussão desse tema no universo de pesquisas e acreditamos que nossas reflexões somarão às outras pesquisas nessa área de estudo que, embora se debruçam sobre outras temáticas, têm as mesmas preocupações potencialmente relevantes.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**. 12. ed. Porto, Portugal: Porto Editora, 2008.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2003]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 10 set. 2023.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 set. 2023.

_____. Ministério da educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 8 de 20 de novembro de 2012**. Define diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola na educação básica. Brasília, DF: Ministério da Educação, 20 nov. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 set. 2023.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. **Quilombo, favela e periferia**: a longa busca da cidadania. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2009.

DURÃES Nelcira Aparecida; RAMOS, Jarbas Siqueira.Saberes em Narrativas de uma comunidade tradicional: oralidade e decolonialidade. **Educação, Escola & Sociedade.** Montes Claros/MG, v. 14, n. 16, 2021.p. 1-17.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FLICK, Uwe.**Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

_____. **Professora sim tia não**: cartas a quem ousar ensinar. 16. ed. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A perspectiva sócio-histórica: uma visão humana da construção do conhecimento. *In*: FREITAS, Maria Teresa de Assunção; JOBIM, Solange; KRAMER, Sonia Souza (Orgs) **Ciências humanas e pesquisa**: leitura de Mikhail Bakhtin. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 26-38.

GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. A Aletria: **Revista de Estudos de literatura**, Minas Gerais, v. 9, mar.2002.p. 38-47.

HAERTER, Leandro. **Narrativas Quilombolas**: outras histórias e pedagogias. 2017. 206f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. *In*: KI ZERBO, Joseph (Org.). **História Geral da África I**: metodologia e pré-história da África. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010. cap. 8, p. 167-212.

LIMA, Mestre Alcides de; COSTA, Ana Carolina Francischette da. Dos griots aos Griôs: a importância da oralidade para as tradições de matrizes africanas e indígenas no Brasil. **Revista Diversita,** São Paulo, ano 2, n. 3. set. 2014/mar. 2015. p. 217-245.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2. ed. São Paulo: EPU, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2013.

PACHECO, Lilian. A Pedagogia Griô: educação, tradição oral e política da diversidade. **Revista Diversita,** São Paulo, ano 2, n. 3. set. 2014/mar. 2015. p. 24-99.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. 2. ed. Coimbra: Edições Almedina S.A., 2010.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a Educação**: diversidade descolonização e redes. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

TARDIF, Maurice. A profissionalização do ensino passados trinta anos: dois passos para a frente, três para trás. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 123, p. 551-571, abr./jun. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010173302013000200013&script=sci_arttext. Acesso em: 25 set. 2020.

VANSINA, Jan. A Tradição Oral e sua Metodologia. *In*: KI ZERBO, Joseph (Org.). **História Geral da África I**: metodologia e pré-história da África. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010. cap. 7, p. 139-166.

VIEIRA, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a) crítica**: o texto como material de pesquisa. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2016.

O REFLEXO DOS CONFLITOS FAMILIARES NA ROTINA ESCOLAR DO ALUNO

Monyse Victória Oliveira Araujo Santos
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: Esse artigo tem como objetivo identificar e analisar como as tensões e conflitos familiares interferem negativamente na aprendizagem das crianças e adolescentes, contribuindo para uma discussão teórica sobre como as emoções influenciam processos de aprendizagem dos estudantes, levando-se em conta os contextos nos quais estão inseridos. Para o método, utilizou-se a pesquisa de cunho teórico. Parte-se do pressuposto de que a compreensão de fatores e de ambientes ecológicos que influenciam os escolares, de forma emocional, pode colaborar para a reflexão sobre o processo de aprendizagem. O conflito parental pode prejudicar os resultados das crianças, independentemente de os pais estarem vivendo juntos ou separados, e se são biologicamente relacionados ou não relacionados à criança, esses conflitos são capazes de prejudicar o aprendizado. Foram realizadas análises sobre os impactos causados pela relação entre família e escola, tentando compreender os aspectos positivos do envolvimento de ambos no que concerne ao processo estudantil do sujeito. Dessa forma, o presente trabalho foi capaz de apresentar os impactos do conflito parental, assim como compreender a ideia de conflito e educação e como elas se relacionam e prejudicam o aluno.

Palavras-chave: Conflito familiar; Escola; Família; Desempenho escolar; Impactos.

ABSTRACT: This article aims to identify and analyze how family tensions and conflicts negatively interfere with the learning of children and adolescents, contributing to a theoretical discussion about how emotions influence students' learning processes, taking into account the contexts in which they are inserted. For the method, theoretical research was used. It starts from the assumption that the understanding of factors and ecological environments that influence students, in an emotional way, can contribute to the reflection on the learning process. Parental conflict can harm children's outcomes, regardless of whether the parents are living together or apart, and whether they are biologically related or unrelated to the child, these conflicts are capable of harming learning. Analyzes were carried out on the impacts caused by the relationship between family and school, trying to understand the positive aspects of the involvement of both with regard to the subject's student process. In this way, the present work was able to present the impacts of parental

conflict, as well as understand the idea of conflict and education and how they are related and harm the student.

Keywords: Family conflict; School; Family; School performance; Impacts**.**

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa visa trazer as consequências da falta da boa administração do lar no desenvolvimento de seus menores dependentes, observando os efeitos que penduram até a vida adulta destes, analisando o prejuízo ao desenvolvimento cognitivo, que ganha força no ambiente escolar, que é gravemente afetado, tais conflitos além que prejudicarem o emocional, dificulta o caminhar e elevação para o afetado(a) a garantir uma profissão.

A família é o primeiro lugar de contato da criança com o mundo. A criança, como resultado, adquire educação inicial e socialização dos pais e outras pessoas importantes na família. Bandura (1989 apud Joe, 2020) destacou que a família estabelece a base psicológica, moral e espiritual no desenvolvimento geral da criança

Os pais são os cuidadores principais de uma criança e têm um grande potencial para apoiar e promover o sucesso acadêmico de seu filho. Um ambiente familiar livre de tensões e de apoio pode regular positivamente o comportamento de aprendizagem de uma criança, enquanto o ambiente com tensões pode fazer o caminho contrário (Sahu et al., 2018). É preciso ter em vista o nível relativamente elevado de sintomas em crianças e adolescentes, quanto ao resultados das disfunções familiares e seu impacto na formação de sintomas de crianças e adolescentes no ambiente escolar são questões extensas e complexas que merecem ser levantadas e estudadas, para se haver uma melhor compreensão do assunto.

Assim, o principal objetivo do trabalho é conhecer quais são as consequências de um ambiente familiar com conflitos e tensões na aprendizagem das crianças e adolescentes. Por meio de objetivos específicos como: compreender o conceito de ambiente familiar e sua importância na vida de crianças e adolescentes; pesquisar e conhecer os impactos negativos de um

ambiente familiar conflituoso na vida de crianças e adolescentes; qual a relação da escola e família nesse desenvolvimento.

O estudo tem como fonte de pesquisa livros, artigos científicos e estudos que abrangem o tema em suas várias fragmentações, utilizando como prioridade as consequências destes conflitos para o desenvolvimento do aluno, relação escola-família, bem como leis e doutrinas que norteiam os direitos resguardados aos envolvidos, o estudo objetivo entre alunos, escolas, pais ou responsáveis, visando uma redução a traumas e transtornos decorrentes da quebra na educação e convivência saudável no ambiente familiar.

2. BREVE CENÁRIO HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS

A família é a base da sociedade. Tal pensamento é tão verdadeiro quanto os laços que se unem com o propósito de dar formato a ela, pois a primeira interação social que o ser humano cultiva em sua vida é com os pais e mães. Por sua vez, em determinado momento histórico, o Estado pautava a família no tradicionalismo, ou seja, na forma patriarcal de reger o âmbito familiar, onde o modelo exclusivo de casamento era tratado como uma regra de conduta moral. Ademais, o pai se configurava como o sujeito provedor e a mãe mera cuidadora do lar (DIAS, 2021).

A promulgação da Constituição Federal de 1988, passou a conferir mais cidadania e dignidade para a vida das pessoas. Com isso, o antigo “pátrio poder”, que conferia exclusividade ao marido como cabeça do casal, chefe da sociedade conjugal, foi substituído pelo “poder familiar”, concedendo tratamento isonômico ao homem e à mulher (art. 5º, I, CF), assegurar-lhes iguais direitos e deveres referentes à sociedade conjugal (art. 226, §5º, CF), outorgou a ambos o desempenho do poder familiar com relação aos filhos comuns (BELTRÃO, 2017).

Acrescente-se que a entidade familiar passou a ser plural, e não mais singular, tendo várias formas de constituição (art. 226, CF). Ainda, houve alteração do sistema de filiação, de sorte a proibir designações discriminatórias decorrentes do fato de ter a concepção ocorrida dentro ou fora do casamento (art. 227, §6º, CF), o que ensejou a revogação do dispositivo do Código Civil de 1916 que negava reconhecimento aos filhos nascidos de pais impedidos de casar (GAGLIANO e PAMPLONA FILHO, 2021).

Segundo o ilustre Carlos Roberto Gonçalves (2021), todas as mudanças sociais havidas na segunda metade do século XX e ao advento da Constituição Federal de 1988, com as inovações mencionadas acima, levaram à aprovação do Código Civil de 2002.

Nessa perspectiva, de acordo com Gagliano e Pamplona Filho (2021), após modificações e o vigor da Nova Constituição, o seu artigo 226, caput, estabeleceu ser a família a "base da sociedade", gozando de especial proteção do Estado. Sendo assim, a família vive sob a proteção do Estado, cujas normas, quase todas de ordem pública, são insuscetíveis de derrogação pela convenção das partes.

Com base nessa ideia, imperioso acrescentar que há, na doutrina, uma tendência de ampliar o conceito de família, para abranger situações não mencionadas pela Constituição Federal, como a família matrimonial (decorrente do casamento), família monoparental (constituída por um dos genitores com seus filhos), a família informal (decorrente da união estável), família anaparental (constituída somente pelos filhos), família homoafetiva (formada por pessoas do mesmo sexo) e a família eudemonista (caracterizada pelo vínculo afetivo). Assim, observa-se que as famílias, todas elas, podem ter a formação que tiver, não se admitindo qualquer tipo de discriminação (GONÇALVES, 2021).

A família, conforme dito alhures, notavelmente deixou de ser um instituto de mera produção e reprodução, para ser a base da sociedade e detentora de proteção, direitos e deveres. Com isso, tornou-se a entidade mais importante para o desenvolvimento da prole. Sem a família, o progresso intelectual pode se tornar desacelerado (GAGLIANO E PAMPLONA FILHO, 2021).

Nesse bojo, a jurista Maria Berenice Dias (2021), afirma que, hoje, a construção de um novo conceito de família deve ter como elemento identificador o "afeto", o qual gera responsabilidade e compromisso ético. Desse modo, observa-se que a valorização do afeto deixou de se limitar exclusivamente ao momento da celebração do casamento, devendo perdurar por toda a relação.

3. DOS PRINCIPAIS MOTIVADORES DOS CONFLITOS FAMILIARES

Os conflitos familiares costumam surgir quando os membros da família têm pontos de vista ou crenças diferentes. Isso também é bem comum quando as pessoas entendem mal uma à outra e, a partir disso, tomam uma conclusão

errada. Entre as principais causas de conflitos familiares estão: passar a morar na mesma casa e ter dificuldade para conviver com os hábitos um do outro**,** ciúme excessivo**,** mudança na rotina a partir do nascimento de um bebê**,** início da vida escolar, adolescência difícil, divórcio...

O problema é quando os conflitos se transformam em brigas recorrentes e as condutas dos familiares são motivadas por sentimentos ruins. Por exemplo, pais que punem (por vezes, violentamente) os filhos por qualquer motivo ou parceiros abusivos adeptos de jogos mentais. Essas atitudes tornam um espaço que deveria ser de amparo e compreensão em doentio.

A dinâmica no seio familiar é muito importante para a boa convivência. Em um ambiente opressor e cheio de controles desnecessários, há tristeza, rebeldia e ressentimento. Por outro lado, em ambientes honestos e abertos às diferenças as pessoas são mais unidas e felizes. Além disso, a própria convivência pode causar atrito.

Diante disso, é preciso destacar que, na maioria das vezes, pequenas discussões cotidianas são parte da vida e têm um impacto pequeno nas crianças. O que realmente afeta as crianças são comportamentos como gritos e demonstrações mútuas de raiva diante dos filhos, ou quando um cônjuge ignora o outro constantemente. As pesquisas que analisam o comportamento das crianças à décadas constam que, a partir dos seis meses de vida, crianças expostas a conflitos tendem a ter batimentos cardíacos mais acelerados e níveis mais altos de estresse, o que, por sua vez, prejudica a formação de conexões neurais nos cérebros infantis.

Ainda, A Constituição Federal, em seu artigo 227, atribui à família a obrigação de educar, bem como o dever de convivência e o respeito à dignidade dos filhos, devendo primar sempre pelo desenvolvimento saudável do menor. O artigo 229 da Constituição Federal também atribui aos pais o dever de assistir, criar e educar os filhos.

A Lei 8.069/90, Estatuto da Criança e do adolescente (ECA), evidencia a existência de deveres intrínsecos ao poder familiar, conferindo aos pais obrigações não somente do ponto de vista material, mas especialmente afetivas, morais e psíquicas. Já o artigo 3º do ECA preceitua que toda criança e adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana,

a fi m de lhes proporcionar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

O artigo 249 do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê pena de multa, nos casos de omissão dos pais quanto aos seus deveres e determinações judiciais. Observando o preceito legal, se os pais ou detentores da guarda ou tutela, por culpa ou dolo, se descuidarem de suas responsabilidades na criação, educação, assistência, guarda e conservação de bens dos filhos, enseja a aplicação de sanção de natureza administrativa, multa que varia de três a vinte salários, podendo ser duplicado em caso de reincidência. Penalidade bem menos gravosa do que a perda, suspensão ou extinção do poder familiar. Maria Berenice Dias, explica que "o princípio da proteção integral de crianças e adolescentes acabou emprestando nova configuração ao poder familiar, tanto que o inadimplemento dos deveres a ele inerente, configura infração suscetível à pena de multa."

De acordo com Superior Tribunal de Justiça, o valor da pena pecuniária tem de ser revertido ao fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente. As multas e penalidades eventualmente impostas no âmbito das Varas da Infância e da Juventude devem ser revertidas ao Fundo Municipal da Infância e da Juventude, como prevê o artigo 214 do ECA. Já as penalidades previstas no Código Penal dizem respeito ao abandono material e intelectual dos filhos, previstos nos artigos 244 a 246 do Código Penal (Capítulo III, dos crimes contra a assistência familiar).

Assim, a interrupção da educação da criança devido a falta de respeito e controle no ambiente familiar é prerrogativa para possibilidade de pena para os pais que apresentam essa irresponsabilidade, pais que não consideram a criança e não enxergam que seus problemas e suas discussões agressivas os afetam a longo prazo, problemas estes que muitas vezes não foi criado pela criança, mas todo o impasse o afeta para a vida inteira.

Dessa forma, todos estes conflitos elencados quando levados aos seus pontos extremos de violência física e verbal na presença de pessoas em fase de desenvolvimento desencadeiam traumas e podem refletir no processo ensino-aprendizagem, gerando um déficit no desenvolvimento da criança que pendura até a vida adulta, necessitando, em muitos casos, de acompanhamento psicológico intensivo.

4. OS REFLEXOS DOS CONFLITOS FAMILIRES NA ROTINA ESCOLAR

As pesquisas que analisam o comportamento das crianças à décadas constam que, a partir dos seis meses de vida, crianças expostas a conflitos tendem a ter batimentos cardíacos mais acelerados e níveis mais altos de estresse, o que, por sua vez, prejudica a formação de conexões neurais nos cérebros infantis. Conflitos parentais severos ou crônicos podem, portanto, provocar consequências como interrupções no desenvolvimento cerebral, distúrbios do sono, ansiedade, depressão, indisciplina e outros problemas graves em bebês, crianças e adolescentes.

Waithaka (2006), discorre que " a violência entre parceiros é muitas vezes vista como um assunto privado do casal porque muitas vezes envolve "apenas" o marido e a esposa. A verdade é que esta violência geralmente tem um impacto maior nas crianças". Esse processo pode ser atribuído ao fato de que os filhos de um casal crescem considerando a mãe e o pai como uma unidade, tornando-os apegados, e assim os pais e aprendem a depender deles para sua sobrevivência.

As relações familiares em todas as esferas sociais estão balançadas com as interferências externas de um mundo globalizado e de um intenso desenvolvimento tecnológico, levando as relações, às vezes, ao desequilíbrio emocional e individual (Sarti, 2004).

Outros problemas de desenvolvimento de longo prazo de acordo com Edleson (1997) incluem depressão, sistemas relacionados a traumas e baixa autoestima entre mulheres e traumas, sintomas relacionados apenas entre os homens. Esses problemas parecem ser ampliados ou diminuídos em uma série de fatores moderadores, incluindo se a criança foi ou não vítima de físico, idade e sexo da criança, a quantidade de tempo que passou desde o testemunho de violência, onde a criança vive, como a criança percebe sua relação com os adultos na casa e o grau de apoio familiar percebido para a criança. Ele também diz que os problemas associados ao testemunho de violência doméstica por crianças podem ser divididos em três principais categorias:

i) Problemas comportamentais e emocionais: Eles se exibem mais agressivos e antissociais bem como comportamento temeroso e inibido e mostram menor competência social do que outras crianças. Eles também demonstraram

mais ansiedade, baixa autoestima, depressão, raiva, e problemas de temperamento do que crianças que não testemunharam violência em casa. Crianças de lares onde suas mães estavam sendo abusadas mostraram menos habilidade em compreensão como os outros se sentem e examinando as situações da perspectiva dos outros, em comparação com crianças de famílias não violentas.

ii) E Atitudes Cognitivas: de acordo com Edleson (1997), habilidades acadêmicas não diferiram entre as testemunhas e outras crianças. Ele também afirma que aumentou exposição à violência associada a baixo funcionamento cognitivo. Uma das mais diretas consequências de testemunhar a violência podem ser a atitude que uma criança desenvolve em relação ao uso violência e resolução de conflitos.

iii) Problemas de longo prazo: Uma série de estudos mencionou muito mais problemas a longo prazo relatados retrospectivamente por adultos ou indicados em registros de arquivo. Por exemplo, testemunhar a violência quando criança foi associado a relatos de adultos de depressão, trauma relacionado sintomas e baixa autoestima entre as mulheres. Também havia sintomas relacionados ao trauma entre homens.

Isto posto, o que poucas pessoas sabem é que as relações familiares podem influenciar diretamente no envolvimento de estudantes com o *bullying*.

Uma pesquisa da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP) da USP (Universidade de São Paulo) apontou as relações ruins dentro de casa como um dos fatores que afetam o comportamento das crianças e adolescentes dentro da sala de aula.

Segundo o psicólogo Wanderlei Abadio de Oliveira, pesquisador responsável pelo estudo, tanto as crianças que sofrem *bullying* quanto as que praticam têm histórico de más relações familiares. “Essas relações são marcadas pela falta de diálogo saudável e de envolvi- mento emocional. Também está presente nessas famílias a má relação conjugal entre os pais/cuidadores e, ainda, as punições físicas exercidas pelos pais/cuidadores.”

A pesquisa foi feita com 2.354 estudantes com idade entre 10 e 19 anos de escolas públicas de Uberaba, Minas Gerais. Oliveira aplicou questionários para identificar a qualidade da interação familiar e a ligação com situações de *bullying* na escola. Os resultados mostraram que os estudantes sem envolvimento com o

bullying tinham melhores interações familiares, demonstradas pelo cuidado, afeto e boa comunicação com os pais que, por sua vez, mantinham boa relação conjugal. Além disso, os pais desses estudantes estabeleciam regras dentro de casa, como também supervisionavam seus filhos, sabendo onde eles estavam nos tempos livres.

Existem ainda casos de mau comportamento em sala de aula que estão se tonando cada vez mais comuns, atitudes agressivas e rebeldes em crianças e adolescentes quase sempre denotam problemas emocionais, e se eles não forem cessados, a tendência é que se agravem.

Tais comportamentos podem ir desde uma simples rebeldia, em que aluno não quer participar das aulas e se isola dos colegas, quando o aluno passa a desafiar o professor ou os alunos, ou ainda, a partir do momento que o estudante acredita que o único meio de resolver seus problemas é partindo para a agressão verbal e física.

Todos esses problemas, no entanto, mostram que o aluno está sofrendo emocionalmente, e é quando pais e mestres precisam tomar alguma atitude para que os problemas não se agravem ou não gerem consequências mais sérias depois.

O problema é quando a criança não sofre de nenhum desses problemas e, mesmo assim, age de forma inadequada em sala de aula e em casa. Muitas dessas crianças: acompanham a violência dentro de suas casas, convivem com amigos violentos ou que se comportam mal, comportam-se mal porque querem chamar a atenção, já que não a tem dos pais.

Os pais, bem como os professores, precisam aproximar-se sempre das crianças ou adolescentes com o intuito de conhecê-los e procurar entender seus conflitos. E antes de julgá-los por suas atitudes, devem tentar identificar a raiz do problema, para que ele não permaneça enraizado, ou não gere efeitos mais sérios no futuro.

A família precisa ter em mente que as crianças aprendem por modelagem. Isso quer dizer que dar exemplo é a melhor estratégia de educação. Se o seu filho está exposto a um lugar em que os gritos e a confusão são a forma empregada de resolver conflitos, a criança vai aprender que é assim que deve agir. Por outro lado, se os adultos souberem dialogar e cederem para preservar o bom convívio, a criança também aprenderá que nem tudo pode ser do jeito que ela deseja, ou

seja, ajudar a criança a reconhecer e lidar com as emoções é uma forma saudável de prevenir possíveis problemas de comportamento.

Segundo Içami Tiba (1996, p.173) *O maior estímulo pata ter disciplina é o desejo de atingir um objetivo*, nenhuma criança nasce agressiva, ela torna-se de acordo com o meio, pois limite e disciplina transitam no caminho do afeto e da liberdade, e isso se reflete nos locais onde ela se insere.

É importante que os adultos não comecem a julgar e a castigar as crianças que apresentam mau comportamento antes de avaliarem o caso. Antes de tomar qualquer decisão, a família precisa avaliar as condições emocionais e intelectuais da criança. Esse passo é importante para averiguar qual a melhor medida a ser tomada e o quanto a criança sabe dos erros que está cometendo.

De acordo com Içami Tiba (1996, p.178) O exemplo é muito importante na educação. Quem sabe fazer, aprendeu fazendo.

Apenas com o desenvolvimento da capacidade cognitiva e com a experiência no grupo social é que o adolescente começará a ser capaz de julgar o certo e o errado, considerando as circunstâncias. Tudo isso para demonstrar que a caminho, sedimentado com coerência, consistência e a intervenção sistemática da escola, família e sociedade. Por isso a influência da agressividade e da indisciplina no processo de ensino-aprendizagem será melhor trabalhada e superada com a união de todos os responsáveis neste processo, tendo como objetivo principal a formação integral do indivíduo.

Observando o trabalho intitulado "*Relatos de Alunos do Ensino Fundamental II sobre Conflitos Familiares e Não Familiares como Fator da Indisciplina em Sala de Aula*", lavrado pela autora-pesquisadora: Lucileide Charruff. Graduada em Educação Física pela Universidade de Tuiti no Estado do Paraná. Pós-Graduada em Educação Física Escolar pela UNOPAR. Professora de Educação Física da Rede Estadual de Ensino do Estado de Rondônia. Mestranda em Ciências da Educação pela UAA – Asunción – Paraguai, apresenta em sua pesquisa relatos de alunos que conviveram ou convivem em conflito familiar.

Para fins de ilustrar a valiosa análise da pesquisadora Lucileid Charruff, têm-se, como amostra, um relato (entre os vários que estão no texto) de um aluno:

Aluno do 8º ano (13 anos) relatou sobre separação dos pais e ansiedade:

> “Os meus pais são separados, e eu não fico triste por isso, fiquei triste no começo porque sentia falta do meu pai em casa. Eles brigavam muito, falavam palavrões e até se agrediam e eu chorava muito, tinha medo. Agora já faz dois anos que eles estão separados, minha relação com meu pai é boa, a gente se entende muito, mas minha mãe tá fazendo um inferno na minha vida porque quando estou fazendo minhas tarefas ela fica me azucrinando falando mal do meu pai, que às vezes ele atrasa a pensão porque o pagamento dele atrasa e ela fica falando muitas coisas, que não tem dinheiro pra me sustentar eu e minha irmã, e fica só xingando meu pai. Eu fico nervoso com isso e quando ela chega perto já fico ansioso porque sei que ela vai falar mal dele, e aí atrapalha meus estudos porque não consigo ficar quieto fazendo as tarefas, e fico triste com a minha mãe por causa disso. Não gosto que ela fale mal do meu pai, que ele não tem culpa do pagamento que atrasa” ela nem olha minhas tarefas, só sabe falar mal do meu pai.

Aqui percebemos claramente a influência do comportamento dos pais mal resolvidos e conflituosos na formação educacional, eles acabam por interferir diretamente, no caso, a mãe não se importa com o pensamento do filho, tampouco permite que ele siga com suas atividades, além disso, a atitude da mãe demonstra egoísmo, pela sua preocupação apenas com sua anterior relação conjugal, fazendo com que a criança permaneça com trauma e ansiedade, prejudicando ainda seu desempenho na escola.

Com isso, temos dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) que demonstram a importância de os pais acompanharem a vida escolar dos filhos. A pesquisa internacional que avalia estudantes de 15 anos em pelo menos 70 países revela que os estudantes cujo os pais demonstram interesse pela vida escolar possuem média de desempenho em ciências de 414,08 pontos. Já os alunos sem tanta influência dos pais nos assuntos da escola, a média alcançado foi de 357.19. As informações do Pisa 2015, última edição publicada, foram coletados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Portanto, percebe-se que, estas mudanças na família afetam diretamente o comportamento da vida escolar de crianças e jovens. Por isso, os conflitos são inevitáveis na sociedade contemporânea, e refletem diretamente na educação instituída por Lei.

5. DA PARCERIA ESCOLA E FAMÍLIA

Observando que as turbulências no ambiente familiar causam uma diminuição no desempenho cognitivo, é importante vislumbrar a escola como um

meio de apoio social, de modo que, trabalhem juntas para o melhor desenvolvimento da criança, desse modo, a escola precisa estar atenta e sensível a essas ocasiões para acolher o aluno e explicitar que, além da família, existem instâncias na sociedade (escola, conselho tutelar, poder público) corresponsáveis por ele e que lhe fornecerão o apoio necessário. Dessa forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), no Artigo 2º:

> A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, p. 09).

Ainda, o Artigo 205 da Constituição Federal vigente diz que:

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p. 121).

Muitos pais não conseguem perceber a importância que tem seu envolvimento no aprendizado do aluno, deixando tudo nas mãos de professores. É lógico que a escola não vai deixar de ensinar os valores morais e afetivos ao aluno, até por que a escola se torna sua segunda casa, mas a família tem que estar presente na vida cotidiana da criança. Na idade infantil elas necessitam muito da presença da família, e quando não há sentem falta, fazendo de tudo para chamar sua atenção.

> [...] o filho ultimamente está ‘meio estranho’, muitos pais consideram isso como normal, ‘coisa de adolescente’, vai passar, é só uma fase. Há que se observar estes sinais. Podem dizer muito de problemas que precisam ser solucionados, como inadequação, dificuldades nas disciplinas, com os colegas, com os professores, e outras causas. (SILVA, 2008, s/p)

É quando os filhos começam a apresentar comportamentos diferenciados que os pais e a escola devem entrar em sintonia, um diálogo só, para amenizar o problema dessa criança.

É preciso deixar claro o papel da escola e da família na vida as crianças, ao qual é segundo Rossato (2009) o primeiro núcleo social em que a criança é inserida e ambos servem como espaço de valorização e reconhecimento das condições e capacidades dos estudantes, com isso ambos têm a função de favorecer um ambiente que seja saudável de forma que a criança possa se desenvolver e aprender. A criança precisa de uma estrutura emocional adequada

para aprender e os conflitos familiares têm ligação direta com o baixo rendimento escolar, diversos comportamentos da criança estão associados com a sua realidade em casa.

Nesse contexto, fica evidente que por detrás de cada problema que uma criança passa, que cada tipo de comportamento, interação e forma de comunicação, tem uma família, e é a organização familiar que vai determinar o desenvolvimento da criança. É correto concluir que a família é fundamental na vida da criança, que a forma como se relaciona com a família, tem impactos profundos no desenvolvimento, cognitivo, psicológico e social, que incide no comportamento, na forma como irão enfrentar seus problemas e principalmente em sua autoestima e interação com o outro. Segundo Levisky (2007, p. 173):

> Por detrás de cada criança desajustada devemos procurar uma família. A desorganização emocional do grupo familiar tem consequências graves no nível das relações humanas, revertendo num alto custo social.

Então é sabido que o envolvimento destes pares é mais que preciso em relação ao desempenho acadêmico do estudante. Diante disso, as propostas e estratégias serão sempre bem-vindas para se alcançar os caminhos necessários. Almeida (2014) cita Epstein (1992) trazendo sua Tipologia de Envolvimento Parental, englobando cinco aspectos que podem colaborar no empenhamento entre os contextos escolar e familiar, quais sejam:

Obrigações essenciais dos pais: quer dizer das ações da família referentes ao desenvolvimento integral do sujeito, valendo-se da promoção da saúde, proteção e evolução deste. É dever da família criar um ambiente favorável a aprendizagem do indivíduo, além de corresponder todas às suas demandas.

Obrigações essenciais da escola: quer dizer das várias formas que a escola adota para estabelecer uma comunicação com a família a respeito da dinâmica escolar, evidenciando os progressos do aluno, normas, métodos de ensino e avaliação, enfim, das funções gerais desempenhadas pela escola.

Envolvimento dos pais em atividades que afetam a aprendizagem e aproveitamento escolar em casa: Se caracteriza como os meios em que a família constrói e emprega para o acompanhamento do filho em suas tarefas escolares e isso pode ser realizado através da orientação e instrução da escola.

Lopes (2006 apud DUARTE; FEITOSA, 2010) revela que os pais são atores fundamentais no processo institucional e de acompanhamento dos filhos. Dessa forma, a família precisa iniciar desde os primeiros anos de vida a ideia do processo educacional em casa e dar prosseguimento no âmbito escolar, buscando sempre o aprimoramento do filho.

Por meio disto, podemos entender todas as aprendizagens do sujeito, incluindo a aprendizagem no espaço escolar e isso se pode ser construído através da motivação e apoio desde cedo por parte da família.

No Brasil, cerca de 50,2% dos estudantes afirmam que os pais participam ativa- mente das atividades escolares. O resultado coloca o país na 24ª posição do ranking criado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), composto por 49 países.

Por fim, em resumo, os pais podem acompanhar a frequência escolar, como anda o comportamento e qual é a avaliação dos professores e coordenadores sobre os seus filhos, além disso, participar das reuniões propostas pelas escolas e conversar com próprios filhos. Já as instituições de ensino devem acolher os pais nos momentos de dúvidas e possuir canais di- versificados de comunicação, além de atividades que incentivem a participação da família na escola.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos têm funções de testar e mudar a estrutura das relações familiares e os processos de ensino e formação dos filhos, situações essas que podem promover consequências negativas, situação essa que deve sempre ser evitada. Ajudar as crianças a identificar suas emoções e entender melhor seus comportamentos é parte de trabalho em sala de aula sobre relacionamentos saudáveis e evitando trazer comportamentos de conflito para o ambiente escolar. Professores e assistentes de ensino também podem desenvolver modelos de como responder a situações de conflito em uma forma construtiva

Verificou-se que os conflitos familiares têm um impacto real no desenvolvimento emocional da criança e podem levar a graves dificuldades de aprendizagem. Descobriu-se que as ações que ocorreram no ambiente doméstico influenciam o desenvolvimento infantil e afetam as transições ecológicas ao longo do ciclo de vida. Outro fator que contribui para o desenvolvimento dos alunos é a

forma como se estabelecem as relações interpessoais entre alunos e professores. O professor além de compartilhar seu conhecimento, deve transmitir sentimentos de interesse e ter atitudes que demonstram que realmente se preocupa com o que acontece nas fases de transição da infância e adolescência. Além disso, há o ambiente por onde as crianças e jovens transitam e onde e constroem suas relações. Proporcionar oportunidades significantes para melhores resultados na aprendizagem.

Assim, o presente trabalho cumpre o seu objetivo de abordar os fatores emocionais que podem influenciar o aprendizado de estudantes escolares, trazendo algumas possibilidades de soluções para os impasses potenciais encontrados em ambientes de aprendizagem. Por fim, o aprofundamento de trabalhos futuros sobre a categoria de vivências e sobre as relações existentes entre sentimentos e emoções nas relações escolares para possíveis mediações de conflitos no ambiente escolar. No entanto, com sensibilidade e experiência, a equipe pode aumentar a conscientização sobre o impacto dos pais, conflito sobre as crianças e sinalizar os pais para apoio na sua área.

Dessa forma, o presente trabalho foi capaz de apresentar os impactos do conflito parental, assim como compreender a ideia de conflito e educação e como elas se relacionam e prejudicam o aluno.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E.B. **A relação entre pais e escola:** A influência da família no desempenho escolar do aluno. Campinas, 2014. Monografia. Universidade Estadual de Campinas.

BOAS, A. C V. B. V.; DESSEN, M. A.; MELCHIORI, L. E.; **Conflitos conjugais e seus efeitos sobre o comportamento de crianças:** uma revisão teórica. Arq. bras.psicol. Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 91-102, 2010 Disponível em: Acesso em: 08 jun. 2022

BERTONCELLO,L; ROSSETE,R.S. **A importância do diálogo na relação professor- aluno e o paradigma da complexidade.**CESUMAR.Paraná.v.13.n.2.p.177- 190.julh,2008.

CORTELLA, Mario Sergio. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. São Paulo, Editora Cortez, 1998.

DESSEN, M.A; POLÔNIA, A.C**. A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano.** Distrito Federal, 2007. Artigo Acadêmico. Universidade de Brasília.

ZAPATER, M. **Direito da criança e do adolescente** / São Paulo, Saraiva jur, 2019.

BENETTI, S. P. C. **Conflito conjugal:** impacto no desenvolvimento psicológico da criança e do adolescente. Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 19, n. 2, p. 261-268, 2006.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia: diálogo e conflito.** 4ª Edição, São Paulo, Editora Cor- tez, 1995.

GOTIZENS, Concepcion. **A disciplina escolar:** prevenção e intervenções nos problemas de comportamento. 2ª Edição, Porto Alegre, Editora Artmed, 2003.

SILVA, Gabriele. **Desempenho escolar dos alunos melhora com a participação dos pais, diz pesquisa**. E+B Educação . Disponível em: https://ww.educamaisbrasil.com.br/educacao/escolas/desempenho-escolar-dos-alunos-melhora-com-a-participacao-dos-pais-diz-pesquisa. Acesso em: 04 de março de 2023.

HAROLD, G. BBC. **Como as brigas dos pais podem afetar as crianças.** 2018. Disponível em: < https://www.bbc.com/portuguese/geral-43592582> Acesso em:1 jun. 2018. Manual de direito das famílias / MARIA BERENICE DIAS; São Paulo, JusPODIVM, 2022.

O SEGREDO DE JUSTIÇA NO DIREITO FALIMENTAR: EMBATE ENTRE A CONSTITUCIONALIDADE DA LEI Nº 9.307/1996 E O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE

Sara Rubens Andrade[18]

Yuri Augusto Gomes Fontes[19]

RESUMO: Na solução de conflitos empresariais, a arbitragem pode ser o meio mais vantajoso pelas características desfrutadas, tais como celeridade, economicidade, descrição do procedimento e confiabilidade, devido à possibilidade de escolher quem irá arbitrar a lide pelas duas partes. Ao tratar da confidência do mecanismo, várias são as discussões sobre a sua validade, a partir de levantamentos sobre a sua constitucionalidade, segurança jurídica e obrigatoriedade, assim como as preocupações acerca das implicações nos princípios constitucionais da publicidade e no conflito gerado pelos protocolos aplicados pela Administração Pública nas discussões de processos com interesse da população. Postas às problemáticas, o presente artigo busca sanar algumas incertezas jurisprudenciais, legais e doutrinárias acerca do segredo de justiça na via arbitral, como também responder as dúvidas sobre suas implicações nos mecanismos citados.

Palavras-chave: Debate; solução de conflitos; implicações constitucionais.

ABSTRACT: In the solution of business conflicts, arbitration may be the most advantageous for the characteristics enjoyed, such as speed, economy, discretion of the procedure and reliability, due to the possibility of choosing who will arbitrate the dispute by the two parties. When dealing with the confidentiality of the mechanism, there are several discussions about its validity, from surveys about its constitutionality, legal security and mandatory nature, as well as concerns about the implications on the constitutional principles of publicity and the conflict generated by the protocols applied by the Public Administration in the discussions of processes with the population's interest. Given these problems, this work seeks to resolve all the jurisprudential, legal and doctrinal uncertainties about the secrecy of justice in arbitration, as well as answer the doubts about its implications in the mechanisms cited.

[18] Bacharelanda em Direito na Faculdade de Petrolina – FACAPE, e-mail: sararubens0@gmail.com

[19] Bacharelando em Direito na Faculdade de Petrolina – FACAPE, e-mail: yurifoontes@hotmail.com

Keywords: Debate; conflict resolution; constitutional implications.

1. INTRODUÇÃO

No sistema capitalista, o mundo dos negócios é dotado da livre concorrência e livre iniciativa, por isso, é notória a preocupação em manter as estratégias e ordenamentos internos à disposição apenas dos membros atuantes naquela empresa, a fim de que a competição no mercado seja justa, sendo importante a utilização de mecanismos que garantam o segredo de justiça através do princípio da confidencialidade em suas demandas judiciais.

Todavia, as barreiras encontradas são dos atos processuais que devem respeitar a publicidade e transparência, a fim da divulgação de informações que interessam à população, que é responsável pela fiscalização dos entes administrativos, preservando o controle social, o que não seria agradável aos interesses dos empresários. Assim, apesar da propagação das informações dos mecanismos judiciais ser a regra, algumas ferramentas são utilizadas para a satisfação daqueles que não querem expor os seus impasses, desde que não impliquem diretamente no interesse público. De tal maneira, encontra-se a exceção da regra no segredo de justiça, o qual será estudado a seguir, mas adianta-se que é um procedimento usado em processos que carecem da necessidade de proteger informações privadas das partes que ocupam os polos da lide.

Ao tratar das soluções de conflitos no meio empresarial, vê-se maior vantagem na arbitragem, a qual desfrutará de um árbitro ou tribunal arbitral, escolhidos pelas partes do processo, disponibilizando confiança ao indivíduo que será especialista para resolver os problemas pautados, assim como, terá o esgotamento de provas pelos advogados dos envolvidos, para que se tenha um maior embasamento na segurança do procedimento, visando à agilidade na sentença, o que será extremamente vantajoso em casos de falência e recuperação judicial e, por último, o segredo de justiça, objeto do presente estudo.

Isso posto, ainda é essencial a delimitação da arbitragem empresarial para o estudo do Direito Falimentar, com a finalidade de entender as escolhas da via

arbitral na solução desses conflitos, as suas vantagens e destravar os embates acerca do princípio da confidencialidade. Vale trazer à tona que o segredo de justiça é resguardado pelo princípio supracitado, pois é ele que garante que as necessidades, as questões debatidas e as estratégias não serão utilizadas em outros ambientes e, além disso, ambos se diferem do sigilo de justiça, o qual possui um procedimento diferente, visto que nele nem mesmo as partes têm o acesso aos dados processuais, somente o Ministério Público, o juiz e servidores autorizados, não possuindo a devida eficácia nos meios estudados aqui.

Por se tratar de uma exceção dos atos processuais, os estudiosos, doutrinadores e agentes do Direito levantam diversos questionamentos acerca da sua constitucionalidade, suas implicações em princípios constitucionais, como a da publicidade, assim como as incertezas da sua segurança jurídica, rigidez e efeitos no controle social por parte da população. Posto isso, o trabalho exposto se preocupa em responder às incertezas dos questionadores, bem como expor as contradições nos argumentos que giram em torno do segredo de justiça na arbitragem, principalmente por ser um desrespeito à Carta Magna.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa buscou entender os argumentos levantados na discussão acerca do segredo de justiça nos procedimentos judiciais relativos à arbitragem, assim como buscou dar uma resposta às incertezas apresentadas.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e exemplificativa, realizada através de estudos de artigos científicos, análises jurisprudenciais e pensamentos doutrinários acerca do tema. Além disso, optou-se pelo método dedutivo a fim de se alcançar o resultado final do trabalho a partir dos instrumentos utilizados.

Entretanto, seguindo a delimitação do escopo trabalhado, a presente obra não busca exaurir todos os questionamentos acerca do tema, assim aprofundando a discussão em tópicos específicos para o melhor aproveitamento dos objetivos estabelecidos.

3. A CONSTITUCIONALIDADE DA ARBITRAGEM

O ordenamento jurídico brasileiro dispõe de instrumentos para a solução de conflitos como a negociação, mediação, conciliação e arbitragem. Esta última, objeto do estudo ora exposto, possui como marco a Lei nº 9.307/1996, denominada “Lei de Arbitragem” e, apesar do longo percalço para que sua constitucionalidade fosse reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) através da Sentença Estrangeira 5.206, ainda enfrenta divergências jurisprudenciais e doutrinárias.

Para a aprovação da referida lei, o caminho percorrido lidou com tentativas de inviabilização e criação de outras dificuldades, pois a sua classificação no Código Civil e no Código de Processo Civil abriu margem para interpretações equivocadas, nas quais se considerava a utilização do instituto apenas em forma de pré-contrato, por conseguinte, promovendo a necessidade da construção de cenários para o seu uso na forma adequada.

Ao considerar os estudos acerca do instrumento, tem-se a visão de Macneil (1992) que a arbitragem considerada moderna se classifica a partir do momento que a disputa arbitral, para discutir sobre acordos estabelecidos entre as partes, possui exigibilidade em juízo, concomitantemente segundo a linha de pensamento do professor, expressa características como: (i) irrevogabilidade, (ii) poder de uma parte, (iii) previsão legal, (iv) autoridade do juízo do Estado para indicar árbitros ou preencher lacunas quando não forem feitas pelas partes, (v) restrições das cortes e (vi) especificações nas sentenças e prazos.

Apesar das qualidades marcantes e de possuir lei própria, a discussão anterior a sua homologação evidencia as discrepâncias das visões sobre a constitucionalidade da norma. De um lado, o argumento é pautado na dificuldade de acesso ao Judiciário, mesmo que resguardado no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, a no outro turno, a arguição se fundamenta no fato de que a divisão apontada não é um dever e sim um direito à ação, como salientado por Velloso (2001) em seu voto.

Tendo em vista os direitos e garantias fundamentais expressos na Constituição Federal, entende-se que todo cidadão brasileiro tem o direito de buscar a Justiça, sendo ele responsável pela inafastabilidade do judiciário e contendo atributos subjetivos e autônomos, pois necessita partir de uma ação do indivíduo para sua devida aplicação, assim como não depende de qualquer outro tipo de direito, a exemplo o material. De toda forma, a declaração do princípio

discutido assegura à pessoa - seja ela física ou jurídica, desde que esteja sofrendo uma lesão ou ameaça ao seu direito - a possibilidade de recorrer ao Poder Judiciário em busca de reparação ou prevenção daquilo que lhe foi ferido, como destacado por então Araújo e Júnior (1998):

> A mensagem normativa foi clara ao colocar sob o manto da atividade jurisdicional tanto a lesão como a ameaça a direito. Assim, conclui-se que o dispositivo constitucional citado, ao proteger a ameaça a direito, dotou o Poder Judiciário de um poder geral de cautela, ou seja, mesmo à míngua de disposição infraconstitucional expressa, deve-se presumir o poder de concessão de medidas liminares ou cautelares como forma de resguardo do indivíduo das ameaças a direitos. (ARAÚJO; JÚNIOR, 1998, p.104)

Entretanto, a escusa da arbitragem pautada na inafastabilidade do Judiciário não se fundamenta a partir do momento que, lembre-se, tal instituto se refere aos direitos patrimoniais e disponíveis, sendo exclusivo das partes, uma vez que são estas que usufruirão dos resultados do acordo firmado entre elas e, sendo assim, não tem qualquer afronta ao princípio constitucional, mas compatibilidades, tendo em vista que esse é representado pela espontaneidade do autor ao tutelar os seus pedidos e o mecanismo de solução da lide é também dotado da autonomia das partes.

4. A POSSIBILIDADE DA ARBITRAGEM NO DIREITO FALIMENTAR E O PRINCÍPIO DA CONFIDENCIALIDADE

Em seu início, o Direito Falimentar respeitava a Lei das XII Tábuas, um conjunto de leis criado pela República Romana em que constavam as formas de punições para as atitudes dos infratores, incluindo os devedores da época, os quais serão discutidos no presente tópico.

Vistos pela sociedade como fracassados, a imposição das consequências da lei supracitada para aqueles que não conseguiam adimplir seus créditos era a de execução pessoal, sendo assim, as maneiras de pagamento das suas obrigações era o cerceamento da sua liberdade, a entrega de partes do seu próprio corpo na mesma quantidade que fossem os credores ou até mesmo com a vida.

Com o decorrer dos anos, houve a mudança de percepção sobre a necessidade das execuções físicas e, assim, foi possível a criação de mecanismos

mais humanizados para punir os devedores insolventes, como a *Lex Poetelia Papiria 428 a.C*, em que proibia o encarceramento, a venda como escravo e morte do devedor, fazendo com que as sanções se limitassem aos patrimônios e bens do inadimplente.

Ademais, mesmo que a execução tenha tomado outro rumo, tal período ainda era extremamente repressivo, visto que a principal finalidade consistia na punição do devedor, o qual era considerado como um perdedor diante da sociedade. Ainda, alguns estudiosos defendem a ideia sancionatória para pessoas - sejam elas físicas ou jurídicas - que estão em débito, como o Paul (2009):

> O fracasso não é divertido, mas ele nos ensina lições essenciais. Não devemos ignorar essas lições só porque acreditamos que o certo é despejar dinheiro do contribuinte nos cofres de empresas insolventes. Ao invés de tentar abolir as falências por meio de socorros financeiros, deveríamos deixar o mercado funcionar, deixar que os ineficientes quebrem e aprendam a lição (Paul, 2009).

Entretanto, a visão do legislador, ao tratar do assunto, sofre alteração com o impacto de diversos eventos históricos que possuem necessidade de nomeação, como: Crise de 29, Guerras Mundiais e a Guerra Fria, a substituição de novas tecnologias, surgimento de aplicativos como *Uber, Ifood, Netflix*, a pandemia do novo Coronavírus - 19. Como consequência de todos os acontecimentos citados, nota-se que não só os devedores desonestos estão sujeitos à falência, como qualquer empresário e que, para se alcançar um Estado socioeconômico estável, é necessária a criação de vias de reparação e manutenção, a fim de evitar as consequências e impactos sociais e econômicos resultante de um falimento.

De tal maneira, concorda Tzirulnik (2005):

> No século XX, depois das grandes guerras mundiais, quando se iniciou o processo de globalização, cujo primeiro sintoma foi o estabelecimento das grandes indústrias, importantes mudanças culturais, sociais, ideológicas e políticas e, sobretudo, econômicas resultaram em progressos positivos inquestionáveis. As grandes indústrias geraram grandes comércios. O desenvolvimento científico e tecnológico gerou a necessidade de prestação de novos serviços. Indústria, comércio e serviços se tornaram absolutamente dependentes. A figura do obsoleto comerciante individual dá lugar ao empresário e à empresa. Com isso, urge a concorrência de mercados que fragiliza as economias regionais e potencializa as crises econômicas das empresas. E neste momento o instituto da falência passa a ser reexaminado: a questão primária deixa de ser o devedor *per se* para enfocar as consequências sociais e econômicas advindas da sua inadimplência. Mais do que a punição ao devedor, há que se focalizar a manutenção de um Estado socioeconômico saudável.

Posto isso, tem-se entendido que as empresas possuem como objetivo, além dos lucros, o funcionamento sadio de suas instituições para que cumpram com seus papéis socioeconômicos, porém, estão vulneráveis a problemas financeiros e ao processo de falência e recuperação judicial, buscando os meios de um processo judicial ou a arbitragem, ora objeto estudado no presente trabalho.

Independentemente do meio escolhido pelo autor para a utilização dos remédios do Direito Falimentar, na hora da sua escolha leva-se em conta que processos judiciais sofrem desgastes relacionados ao tempo, etapas e custos, havendo a necessidade de alternativas que causem maior conforto as partes, como a arbitragem, pois possui maior destaque em suas características, as quais prezam pela celeridade, economicidade e confidencialidade nos trâmites processuais, sendo mais vantajoso para os integrantes daquela lide, portanto, se torna difícil a objeção dessa alternativa solucionadora.

Conforme Vasconcelos (2012):

> Na recuperação extrajudicial, nada impede que os credores e o devedor prevejam a arbitragem como forma de solução de conflitos provenientes da interpretação ou da falha de cumprimento das disposições estabelecidas no plano de recuperação extrajudicial, justamente pelo fato de esse instituto viabilizar a escolha daqueles credores que com o devedor deseja 'contratar'.

Aqueles que optam pela arbitragem levam em consideração o princípio da confidencialidade e o segredo de justiça, visto que os assuntos discutidos geralmente necessitam da discrição para discorrer acerca dos negócios e funcionamento interno daquela empresa. O seu tema não é expresso na Lei de Arbitragem, mas encontra sua previsão nos deveres dos árbitros que: "no desempenho de sua função, o árbitro deverá proceder com imparcialidade, independência, competência, diligência e discrição" (artigo 13, parágrafo 6º, Lei da Arbitragem). De tal maneira, a certeza da discrição decorre do seu regulamento ou na disposição de cláusulas compromissórias, tal característica é uma decorrência natural da arbitragem ser um processo privado de solução de disputas (BRAGHETTA, 2013).

Vale ressaltar a diferença entre a privacidade e a confidencialidade em procedimentos arbitrais: a primeira assegura que terceiros podem assistir, porém a segunda garante a não divulgação de informações cruciais ao exercícios e ações

daquela organização, segundo a Associação de Direito Internacional. Ou seja, ao passo que a privacidade é um conceito que impede que terceiros, estranhos à arbitragem, dela participem, a confidencialidade impõe obrigações às partes e aos árbitros (NETO, 2010, p. 65). Portanto, apesar das diferenciações, não há óbice entre as partes que escolhem a arbitragem como alternativa prezando pela confidencialidade, pois preserva os seus litígios e negócios empresariais através da confidência do mecanismo, assegurando as práticas internas das respectivas organizações.

5. A CONSTITUCIONALIDADE DO SEGREDO DE JUSTIÇA E O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE

A constitucionalidade do segredo de justiça na arbitragem tem gerado discussões no meio jurídico pelas suas implicações ao princípio da publicidade. A regra geral dos processos judiciais é de que os atos processuais sejam públicos, porém, ao tratar da solução de conflito aqui estudada, nota-se a sua exceção resguardada nas previsões legais do artigo 189, IV, do Código de Processo Civil, em que garante a discrição, desde que ela seja comprovada perante ao juízo.

A polarização das discussões são refletidas na aplicabilidade ou não da norma, quem defende a sua negativa carrega justificativas como insegurança jurídica, inacessibilidade da população aos processos judiciais e as barreiras impostas no controle social. O objetivo da jurisdição é a pacificação social, o que, em muito, decorre da segurança e previsibilidade geradas pelas decisões reiteradas do Poder Judiciário, consolidando precedentes e formando jurisprudência (CIAMPOLINI, 2020).

A outro turno, os argumentos a favor do segredo nos procedimentos arbitrais empresariais é de que deve ser interpretado sem desprezar os mandamentos constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência, que protegem o segredo do negócio, além da autonomia constitucional da vontade (FERREIRA e NETTO, 2021). Em que pese, seguindo a presente afirmativa, entende-se a optativa das empresas por esse meio de solução, visto que pode se revelar vantajoso, especialmente no mundo dos negócios, no qual o sigilo pode melhor resguardar o interesse dos envolvidos na disputa visando o

desenvolvimento empresarial, societário, comercial, dentre outros (FERREIRA e NETTO, 2021).

A tese de que a confidência acarretaria prejuízos na segurança jurídica não se sustenta pois, se a sua previsão está expressa no ordenamento jurídico, o seu desrespeito pode desafiar a higidez do artigo, a própria seguridade no campo jurídico e a previsibilidade garantida às partes que optaram pela utilização da via arbitral (NUNES, 2021). Seguindo o mesmo combate às arguições contra ao procedimento citado, vale trazer à tona a insustentabilidade das afirmativas acerca da não acessibilidade da população e do descontrole social, as quais enfrentam limites dentro da própria Constituição Federal, em que assegura a livre concorrência e iniciativa como fatores responsáveis pelas atividades das empresas e desfrutando da autonomia ao decidir como querem manusear os seus negócios.

Se, por sua vez, as empresas têm o respaldo da liberdade negocial e prezam pela sua segurança em não compartilhar suas estratégias, dados e funcionamento interno para o público, não há o que se falar na publicação para a população fiscalizar a fim do controle social se o campo privado difere do público, assim afirma Ferreira e Netto (2021):

> De acordo com o artigo 1º, IV, da Constituição Federal de 1988, a livre iniciativa constitui um dos fundamentos da República, além de representar um dos princípios gerais da atividade econômica e financeira (artigo 170, caput da CF/88). Assim, qualquer intervenção estatal no domínio econômico que venha a mitigar ou suprimir a autonomia da vontade das partes, a exemplo do afastamento pelo Judiciário da cláusula que estipula a confidencialidade do procedimento arbitral, inclusive com relação a eventuais processos judiciais que versem sobre arbitragens sob sigilo, somente se justificaria para resguardar os princípios constitucionais da ordem econômica previstos no artigo 170 da Lei Maior. Deve-se impor o respeito à livre iniciativa e à livre concorrência, que em uma economia livre restringe a interferência estatal nas ações realizadas pelas pessoas e empresas.

Esclarecidas a discussão e a fragilidade em argumentos contrários ao segredo no procedimento, resta tratar de casos em que a Administração Pública se torna parte das ações. Nestes casos, é evidente que o princípio da publicidade possui mais força em decorrência dos desdobramentos serem de interesse público, porém os trâmites processuais podem ganhar outro rumo em consequência da relevância dos interesses, considerados como aspectos objetivos e representados por atos bilaterais que revelam as vontades das partes.

Em alguns casos, que reportam o entendimento desses interesses, como contrato de concessões, prestações pecuniárias e de serviços, avaliações de obras (NETO, 2016, p. 144), o princípio da publicidade pode encontrar uma significação diferente daquela que lhe é dada no regime jurídico administrativo pois, para esses casos, há uma justaposição de interesses, ao contrário do que afirma tradicional doutrina administrativa (MELLO, 2015, p. 60; MEIRELLES, 2001, p. 43).

Ademais, há situações em que isso não é suficiente, nem sempre é solucionada pela prevalência do interesse público sobre o interesse privado (BINENBOJM, 2008, p. 106-107), são as circunstâncias que dependem, por exemplo, da produção de provas periciais de mecanismos internos da empresa privada e é certo que a publicidade dessas provas, no juízo arbitral, pode ser encarada, pelo agente privado, como vazamento de dados para a concorrência, e assim há o interesse de que a elas seja atribuída a confidencialidade (NETO, 2016, p. 145). Tais exposições deixam claro que alguns cenários se perde o direito à confidência, mas em razão do interesse público, sendo tratada como exceção pois são em contextos que a Administração Pública possui atuação, restando claro que o usual deve ser o respeito à discrição para maior preservação dos negócios empresariais.

6. CONCLUSÃO

O segredo de justiça processual se sustenta através do princípio da confidencialidade, que lhe dá as forças necessárias para a sua efetiva execução, porque é por esse meio que as partes serão resguardadas, assim como os assuntos cruciais para as instituições empresariais.

Todas as considerações trabalhadas se preocuparam em deixar claro que o segredo, na via arbitral, nada afeta a Constituição Federal, assim como seus princípios e garantias fundamentais, e, pelo contrário, a asseguram outros mandamentos da Lei Maior, como a livre concorrência e livre iniciativa, tomando como base que, no sistema capitalista, ambas são essenciais para o funcionamento dos meios empresariais e negociais.

É visível que a polarização das ideias acerca do segredo de justiça em ações judiciais relativas a procedimento arbitral traz grandes preocupações em relação à segurança jurídica e à proteção de princípios constitucionais, sendo o

seu debate de extrema relevância para que o ordenamento jurídico brasileiro seja aperfeiçoado e esclarecedor.

Ademais, como evidenciado ao longo do trabalho, a apreensão no que se refere à segurança não se sustenta a partir do momento que se depara com os dispostos do Código de Processo Civil, os quais devem ser respeitados igualmente para garantir sua rigidez. Além disso, ao lembrar-se que as partes esperam um determinado procedimento ao optar pela via arbitral, deve-se resguardar com segurança as suas expectativas e a confiança na própria sistemática jurídica.

Entretanto, é diferente ao tratarmos de lides em que a Administração Pública figura em algum dos polos, sendo necessário que seja respeitado o princípio constitucional da publicidade para que a população possa fiscalizar e realizar o controle social para que seja mantida a ordem, sendo esta a regra. Porém, há exceções para que o direito ao segredo de justiça seja afastado por completo desses casos, conforme a apreciação da relevância de interesses. Se, por acaso, a exposição do impasse comprometer a proteção de dados daquela empresa privada ou expuser estratégias cruciais dos seus negócios, há impedimento na sua publicação, pois os desejos das partes se invertem, sendo essencial respeitar o ente privado para que não lhe ocasione quaisquer prejuízos.

Portanto, ante todo o exposto, conclui-se que a lei da arbitragem tem sua constitucionalidade garantida e suas características devem ser respeitadas, sendo a melhor opção para as empresas que prezam pela celeridade, economicidade e confidencialidade para tratar dos seus impasses judiciais. O segredo de justiça nesses casos é primordial para proteger as organizações das suas concorrências através da proteção de dados, dos seus negócios e do funcionamento interno, tendo respaldo na livre concorrência e iniciativa, fundamentos basilares de uma economia capitalista.

REFERÊNCIAS

ABRAMUS. **Qual a diferença entre direito moral e patrimonial?**. 2022. Disponível em: <https://www.abramus.org.br/musica/musica-faq/12222/qual-a-diferenca-entre-direito-moral-e-patrimonial/#:~:text=Direito%20Patrimonial%3A&text=S%C3%A3o%20direitos%20exclusivos%20do%20autor,etc%2C%20diferente%20do%20direito%20moral>. Acesso em: 21 set. 2022.

AG. REG. NA SENTENÇA ESTRANGEIRA 5.206-7 REINO DA ESPANHA. **Sentença Estrangeira nº 5.206-7, de 8 de maio de 1997**. Sentença estrangeira, laudo arbitral, lei de arbitragem. 12 dez. 2001. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=345889>. Acesso em: 19 set. 2022.

ARAÚJO NETO, Pedro Irineu de Moura. A confidencialidade do procedimento arbitral e o princípio da publicidade. **Revista de Informação Legislativa***: RIL*, v. 53, n. 212, p. 139- 154, out./dez. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/53/212/ril_v53_n212_p139.pdf>. Acesso em: 23 set. 2022.

BINENBOJM, Gustavo. Temas de direito administrativo e constitucional: artigos e pareceres. Rio de Janeiro: **Renovar**, 2008. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/53/212/ril_v53_n212_p139.pdf>. Acesso em: 21 set. 2022.

BRASIL. 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. **Agravo de Instrumento nº 2263639-76.2020.8.26.0000**. Agravante: Escotilha Participações LTDA e Frederico Dies Perez. Agravados: Ekanprel Sociedad Anónima e GLS Brasil Serviços Marítimos LTDA. Relator Desembargador: Cesar Ciampolini. Julgado em: 02 de março de 2021. Publicado em: 2020. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-sp/1175053556/inteiro-teor-1175053576>. Acesso em: 22 set. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. **Lei n. 9.307 de 23 de setembro de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9307.htm>. Acesso em: 16 set. 2022.

BRENDOLAN, Regina Paula. **SEGREDO de justiça em processos judiciais envolvendo arbitragens**: a recente polêmica em torno do artigo 189, IV do CPC. [*S. l.*], 2021. Disponível em: <https://processualistas.jusbrasil.com.br/artigos/1238719816/segredo-de-justica-em-processos-judiciais-envolvendo-arbitragens-a-recente-polemica-em-torno-do-artigo-189-iv-do-cpc> . Acesso em: 23 set. 2022.

CASA CIVIL. Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996. **Dispõe sobre a arbitragem**. [S. l.], 23 set. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9307.htm>. Acesso em: 19 set. 2022.

CONJUR. Confidencialidade é regra geral na arbitragem. **Consultor Jurídico**, 19 abr. 2013. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2013-abr-19/adriana-bragheta-confidencialidade-regra-geral-arbitragem>. Acesso em: 21 set. 2022.

CONJUR. **STF declara que Lei da Arbitragem é constitucional**. Decisão histórica, p. 1-1, 14 dez. 2001. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2001-dez-14/stf_declara_lei_arbitragem_constitucional> . Acesso em: 16 set. 2022.

CORINE, Campos. **Direito de Ação:** Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição, 5 maio 2003. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/1067/Direito-de-Acao-Principio-da-Inafastabilidade-da-Jurisdicao>. Acesso em: 22 set. 2022.

CRETELLA NETO, José. Quão Sigilosa é a Arbitragem? **Revista de Arbitragem e Mediação**, v. 25, p. 43-70, 2010. Disponível: <http://biblioteca2.senado.gov.br:8991/F/?func=item-global&doc_library=SEN01&doc_number=000892181>. Acesso: 23 set. 2022.

FERREIRA, Olavo A. V. A.; NETTO, Carlos E. Montes. **O segredo de justiça em ações sobre arbitragem.** 18 out. 2021. Disponível em: <http://www.obinoadvogados.com.br/conteudo/o-segredo-de-justica-em-acoes-sobre-arbitragem/>. Acesso em: 22 set. 2022.

FICHTNER, José Antonio; MANNHEIMER, Sergio Nelson; MONTEIRO, André Luís. **Teoria geral da arbitragem**. Rio de Janeiro: Forense, 2019. 1180 p. Acesso em: 24 set. 2022.

MACNEIL, Ian R. American arbitration law: reformation, nacionalization, internationalization. **Nova Iorque**: Oxford University. 1992. Acesso em: 16 set. 2022.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 32. ed., rev. e atual. São Paulo: **Editora Malheiros**, 2015. Acesso em: 23 set. 2022.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 26. ed., atual. São Paulo: **Malheiros**, 2001. Acesso em: 23 set. 2022.

NETO, Pedro. **A confidencialidade do procedimento arbitral e o princípio da publicidade.** 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/53/212/ril_v53_n212_p139.pdf>. Acesso em: 21 set. 2022.

NUNES, Thiago Marinho. Revisitando a confidencialidade na arbitragem. **Migalhas**. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/coluna/arbitragem-legal/344369/revisitandoaconfidencialidade-na-arbitragem>. Acesso em: 21 set. 2022.

PAUL, Ron. **As falências são o verdadeiro estímulo econômico**. 3 jun. 2009. Disponível em: <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=256>. Acesso em: 20 set. 2022.

RABESCHINI, Andre Gomes. **Novo Código de Processo Civil** - Lei Nº 13.105/2015 Conteudo Juridico, Brasilia-DF: 26 mar 2015, 04:30. Acesso em: 21 set. 2022.

SILVEIRA FILHO, Mario Megale da. Visão histórico-evolutiva do Direito Recuperacional. **Revista Fafibe**, São Paulo, v. n. 4, p. 1-14, 30 mar. 2011. Disponível em: <https://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistafafibeonline/sumario/16/30032011213207.pdf > Acesso em: 24 set. 2022.

TZIRULNIK, Luiz. Direito Falimentar. 7. ed. São Paulo: **RT**. 2005. p. 41-42. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:rede.virtual.bibliotecas:livro:1994;000160486>. Acesso em: 23 set. 2022.

VASCONCELOS, Ronaldo. O instituto da arbitragem na dinâmica do processo de recuperação de empresas. Revista Brasileira de Arbitragem, Curitiba: **Síntese**, ano 7, n. 25, p. 55. Acesso em: 23 set. 2022.

PATENTES, PODERES E RESPEITO: CORONÉIS E CORONELISMO NO VALE DO SÃO FRANCISCO

Rafael Nascimento Sena
rafaelnasantos1388@gmail.com
Bacharelando em Direito
Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina -FACAPE
Licenciado em História
Universidade de Pernambuco - UPE
Licenciado em Letras Português
Universidade Luterana do Brasil – ULBRA

RESUMO: O presente trabalho versa sobre coronelismo no Brasil e especialmente no Nordeste, buscando sobretudo entender como esse regime político se manteve nas cidades pertencentes aos Estados da Bahia e de Pernambuco, situadas no médio São Francisco. **Metodologia:** foi realizado uma revisão de literatura e procurou-se problematizar de forma delimitada as questões relativas ao tema, tais como: Qual foi a origem do coronelismo? Quem eram os coronéis? Como recebiam o título? Quais eram as formas de poder exercidas pelos coronéis? A pesquisa é de natureza básica e do ponto de vista de seus objetivos é exploratória, determinada pelas fontes bibliográficas de autores que analisam o tema. Entres estes autores que descrevem sobre assunto, destaca-se Leal (1997).**Resultados:** o resultado evidencia que o modelo político tinha fortes raízes de caráter regional, envolvendo aspectos religiosos, políticos e familiares. Além disso, foi possível identificar as relações políticas entre figuras públicas de nível estadual e municipal.

Palavras-chave: Coronelismo. Patentes. Nordeste.

ABSTRACT: This work deals with coronelismo in Brazil and especially in the Northeast, seeking above all to understand how this political regime was maintained in the cities belonging to the States of Bahia and Pernambuco, located in the middle of São Francisco. Methodology: a literature review was carried out and an attempt was made to problematize in a limited way the questions related to the topic, such as: What was the origin of coronelismo? Who were the colonels? How did they receive the title? What were the forms of power exercised by the colonels? The research is basic in nature and from the point of view of its objectives it is exploratory, determined by the bibliographic sources of authors who analyze the topic. Among these authors who describe the subject, Leal (1997) stands out. Results: the result shows that the political model had strong regional roots, involving religious, political and family aspects. Furthermore, it was possible to identify political relationships between public figures at state and municipal levels.

Keywords: Coronelism. Patents. North East.

1. INTRODUÇÃO

O coronelismo no Brasil surgiu como uma estratégia política de controle do Estado sobre a população, e isto se mostrou desde a colonização portuguesa quando para ocupar território e dele usufruir foram designadas pessoas ligadas à coroa da Metrópole, dispostas a aniquilar todos aqueles que se predispusessem ou resistirem os ideais de colonização e posse das terras brasileiras.

A partir da colonização temos o exemplo dos primeiros coronéis brasileiros, não com esta titulação, mas comparativamente com o que entendemos hoje do que é ser um coronel (JANOTTI, 1981).

Este estudo busca responder aos emblemas que cercam a temática como os entraves entre o surgimento do "título coronel", quanto do "termo coronel", e os chamados de coronéis, que em termos sociais, tinham o título no imaginário popular do que por merecimento econômico ou político.

Essa distinção é percebida a partir do conhecimento sobre o coronelismo, sendo exemplo disso, a diferença entre os coronéis rurais e os litorâneos, cujas peculiaridades são vistas de forma explícita como comenta Vilaça e Albuquerque (2006). Esses autores, fazendo uma análise dos coronéis pernambucanos mostram a diferença entre o coronel rural com seus poderes ligados a produção agrícola voltada à economia regional e o coronel litorâneo, criadores de gado e senhores de engenho, cuja aproximação com o governo era bem mais estreitas, sem esquecer, é claro, da ostentação, luxo e das riquezas que possuíam.

As cartas-patentes não eram algo exclusivamente necessário para ser considerado um coronel, mas quem as tinha, fazia questão de ostentá-las. Alguns coronéis do Sertão possuíam, só que a maioria dos coronéis vinculados ao Nordeste eram chamados por esse título por causa do prestígio que a sociedade local os outorgava.

Este artigo está dividido em três partes. A primeira, de um modo específico, discute os emblemas do conceito do coronelismo; sua origem, explicando o fator colonial como também a fundamentação do título no século XIX. Para embasamento geral do capítulo, há uma reflexão sobre o coronelismo no Brasil,

mostrando como ele criou raízes e como se baseava o poderio do coronel, tendo como exemplo a parentela. Discutimos também a questão do coronelismo no Nordeste. A bibliografia utilizada partiu do estudo dos seguintes autores: Houaiss (2010); Leal (1997); Janotti (1981); Queiroz (2004); Pang (1979); Faoro (2000); Vilaça e Albuquerque (2006). A segunda ressalta de modo especial o coronelismo na Bahia como também os aspectos dos coronelismos, ou seja — como imperava o coronelismo nesse Estado e suas características mais relevantes. Ainda tem como conteúdo discursivo os conflitos entre coronéis que foram travados no Estado baiano e no Vale do São Francisco, sendo base para essa discussão duas referências fundamentais: Facó (2009) e Pang (1979). Além desses dois autores ainda foram utilizados Vilaça e Albuquerque (2006); Carvalho (1996); Albuquerque (2009); Amado (1976) e Piletti (2002). A terceira parte destaca o coronelismo na região do Vale do São Francisco como também uma cidade não inserida neste cerco, no caso o município de Salgueiro — PE. As cidades escolhidas para o estudo, especificamente foram Casa Nova — BA, Petrolina — PE e Pilão Arcado — BA, sendo um tópico especial para explicação do coronel Veremundo Soares, o que não quer dizer que outros não foram lembrados, assim como também outras cidades foram lembradas. Para a fundamentação desta parte utilizamos os seguintes autores: Carone (1978) *apud* Fortunato (2008); Silva Júnior (2008); Souza Júnior (1985); Cavalcante (2007); Carvalho (2008); Lins (1983 e 2008); Rodrigues; Seixas e Castro (1985); Pang (1979) e Fortunato (2008).

O coronelismo foi uma construção política, com várias facetas e acima de tudo com muitas peculiaridades. Esta pesquisa visa buscar a essência do coronelismo em termos regionais e espera-se a compreensão daqueles que a leem como uma forma de apreensão deste conhecimento também regionalista.

2. CORONELISMO: ASPECTOS CONCEITUAIS

O conceito de coronelismo não tem exatamente uma predicação, um verbete que o denomine como tal na atualidade, tornando assim uma apreciação polissêmica, onde o entendimento se constitui com o momento em que ele está sendo estudado, ou seja: o modo de entender o termo foi de alguma forma se

concretizando a partir das atividades humanas exercidas durante a História, que neste caso seriam as das relações de poder estabelecidas do próprio Estado.

Por sua vez, seguindo o termo coronel, podemos perceber que há um entendimento que é um homem com poderes, tanto políticos, quanto sociais, culturais e econômicos. No dicionário o termo/conceito de coronel está explicitado da seguinte maneira: "coronel *s.m.* 1. Posto do exército entre tenente-coronel e general- de-brigada. 2. Oficial que detém esse posto. 3. (ant.) Posto da extinta Guarda Nacional. 4. (p. ext.) Proprietário de terras, chefe político (no interior do país). Pl.: *coronéis".* (HOUAISS, 2010, p. 199).

O nome coronel advém especialmente de um título da hierarquia do exército; porém existem aqueles que recebem a titulação da área militar sem vínculo com o exército, de acordo com a conceitualização dada acima pelo dicionário sobre o coronelismo. Assim, o termo coronel foi uma adequação da titulação militar para líderes de comando e poder no Brasil.[20]

O coronelismo é uma ramificação do termo coronel, uma incorporação didático-pragmática do modelo exercido no exército para com o monopólio eleitoral; uma visão um tanto delimitada do contexto da época, que predisse a real situação e que até hoje assim é vista pelos leigos em termos desta temática. Só que o conceito não data-se explicitamente da República Oligárquica do Brasil a partir de 1889. Os historiadores comentam que o coronelismo já existia muito antes da oligarquia; existe desde meados do colonialismo.

Esta vertente que defende que o coronelismo existe desde o colonialismo é referenciada por Leal (1997, p. 40) que ressalta:

> Como indicação introdutória, devemos notar, desde logo, que concebemos o "coronelismo" como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constitui fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa.

[20] Mesmo o dicionário Antônio Houaiss (2010) referir-se ao nome coronel a um líder político do interior do Brasil, tendo por base os estudos realizados, o título coronel não foi apenas dado a pessoas do "interior", mas também a pessoas de acúmulo de riquezas e notoriedade social, se ao ponto de interpretar o significado no dicionário seria errônea a colocação do autor.

Mesmo pensamento tem a historiadora Maria de Lourdes M. Janotti (1981) no seu livro *"O coronelismo uma política de compromissos",* onde sustenta a tese de que o termo/conceito coronel advém do colonialismo e do próprio sistema econômico mercantilista da época que notadamente plantou as raízes desse sistema para surgir verdadeiramente no século XIX e início do XX.

> O poder pessoal, sobre o qual se assenta o coronelismo, é uma herança colonial, cujas coordenadas econômicas se acham no sistema mercantilista e na lavoura de exportação. No Brasil, desde o início, reduzido completamente ao estreito universo do senhor e do escravo, a sociedade reconheceu o poder pessoal como representante e não opositor ao poder do Estado. Enquanto nas Metrópoles o processo de formação do Estado Moderno se desenvolvia em detrimento dos privilégios feudais, nas Colônias o poder privado garantia os vínculos econômicos e políticos da dependência. (JANOTTI, 1981, p. 14).

No Brasil a questão do coronelismo recebeu um tratamento diferenciado em relação ao que estava se passando na Europa. No período colonial, a classe que pode ser considerada apta ao coronelismo são os grandes latifundiários produtores de açúcar; um pequeno contingente de proprietários de terra; senhores de engenho que possuíam um grande conglomerado de escravos e gente pobre trabalhadora das lavouras.

3. O CORONELISMO NAS CIDADES RIBEIRINHAS DO SÃO FRANCISCO[21]

3.1. O coronelismo em Petrolina/PE

Na cidade de Petrolina — PE destacou-se uma grande figura política, Clementino de Sousa Coelho, ou simplesmente Quelê como era conhecido. Filho de dona Joana Carlota de Sousa e Clementino Fernandes Coelho; nasceu em 23 de dezembro de 1885 na Fazenda Pedra, em Petrolina.

> Não se pode dizer que fosse um nome original. Afinal, todos os filhos homens do casal Clementino e Joana ostentavam o Clementino como sobrenome. Manoel Clementino, João Clementino, Antonio Clementino agora Clementino simplesmente. Mais que um nome, aquela criança firmaria pela vida afora uma legenda. E anos depois ninguém seria capaz

[21] Embora o título refira-se às cidades ribeirinhas do São Francisco, a pesquisa abrange, especificamente, as cidades de Pilão Arcado, Remanso e Casa Nova, pertencentes ao Estado da Bahia, e Petrolina, em Pernambuco.

> de confundir o “Coronel” Clementino de Sousa Coelho. Ou simplesmente Quelê, como todos conheciam. (SOUZA JÚNIOR, 1985, p. 9).

A família Coelho tem suas origens em Portugal com o pioneiro Valério Coelho Rodrigues aventureiro que veio para o Brasil desbravar as terras do Piauí; enfrentou vários indígenas e plantou em grandes fazendas. Valério Coelho Rodrigues era pai de Ana, ou Ana de São João, que por sua vez casou-se com Manoel Fernandes.

Dessa forma, o clã dos Coelho viviam há tempos na região de Petrolina, quando ainda era uma pequena vila do município de Santa Maria da Boa Vista. Embora tivesse recebido o nome de Petrolina, muitos a chamavam de Passagem de Juazeiro, devido muitos comerciantes utilizarem a única via de acesso à cidade separada pelo Rio São Francisco.

> O nascimento da povoação surgiu para dar suporte ao transporte de pessoas e mercadorias que utilizando rudimentares canoas, iam e vinham de Juazeiro, do outro lado do São Francisco. O nascimento da povoação se deu em algum ano perdido na memória final do século XVIII. A evolução foi lenta. A primeira capela ficou pronta em 1860. Dois anos depois, elevada a freguesia e já oficialmente povoado, recebe seu primeiro vigário. Vila em 1878 e Comarca em 1881, com seu primeiro juiz, Petrolina tornou-se oficialmente cidade em 1895. (SOUZA JÚNIOR, 1985, p. 9).

Com a perda precoce dos pais, Clementino começa a trabalhar no comércio com o seu patrão João Francisco de Sousa Filho — João Velho — que passou de funcionário a sócio, e de sócio a dono do próprio negócio.

> Aos 21 anos de idade noivou de sua prima por quem não nutria sentimento algum, mas sim por Josepha que era também sua parenta. “Na Petrolina de então, os casamentos entre parentes não eram apenas frequentes, eram inevitáveis pela limitação do número de famílias existentes” (SOUZA JÚNIOR, 1985, p. 10).

Para escapar do casamento com sua prima, Clementino usou de certa sagacidade para que a noiva desistisse do casório, fingindo estar com tuberculose, doença que acometia a muitos naquela época.

Em 1908, Clementino e Josepha noivaram e casaram na Matriz de Petrolina e teve como celebrante Monsenhor Ângelo Sampaio. A união matrimonial durou aproximadamente 44 anos. E ano após anos a família foi crescendo em tamanho e em prosperidade.

> Clemetino Coelho tinha um tino empresarial invejável e, com o reforço de herança advinda do irmão Manoel, comprou diversas propriedades

> urbanas e rurais do primo Otacílio Nunes de Souza, que resolveu ir morar em Salvador. Tudo adquirido por um preço especial. A partir daí, começa a tornar-se um empresário respeitado e de muito prestígio no Sertão do São Francisco. Passa a ser conhecido como Coronel Quelê. (CAVALCANTE, 2007, p. 99).

Nesse contexto, Clementino se torna um dos mais bem sucedidos do Vale do São Francisco, ganhando prestígio e respeito, consequentemente.

Em relação à política local, Petrolina era dominada pelo clã dos Padilha e Clementino, já coronel, que por possuir posição social elevada ganhou o cargo de subprefeito da cidade de Petrolina do período de 1913 a 1916 e logo em seguida em 1927; assumindo por pouco tempo o cargo eletivo.

Segundo Cavalcante (2007, p. 100) pouco a pouco Clementino vai aderindo a vida política, mesmo passando pouco tempo no mandato:

> Eleito em abril e empossado em junho, o prefeito Possídio Coelho renuncia em agosto de 1927 e passa o cargo para o Coronel Quelê. Mas, sem apetite pessoal pelo poder público, passou o cargo ao presidente da Câmara Municipal, seu antigo patrão e amigo, João Velho. Acontece que João Velho igualmente não tinha apetite pela política e transmite o cargo para o substituto Honório Ferreira.

Com a Revolução de 1930, também veio uma seca que atingiu não somente Petrolina como regiões circunvizinhas. Por esta ocasião, muitas pessoas passaram a vender suas propriedades e com toda a família saíam de suas terras para tentar a vida em outro local, longe da estiagem e seus efeitos. Porém, o Coronel Quelê, não abandonou sua terra. (CARVALHO, 2007, p. 100).

Como a seca assolou Petrolina e toda região, coronel Clementino comprou fazendas, terras e propriedades dos fazendeiros que saíram de suas terras fugindo da seca. Com isso, Coronel Quelê tornou-se um homem com uma fortuna significativa na região.

Em 1923, Petrolina ganha seu primeiro bispo — Dom. Malan. “Figura imponente, personalidade marcante, o bispo que daria uma contribuição inestimável ao progresso da cidade” (SOUZA JÚNIOR, 1885, p. 11). O Coronel e o bispo se desentendem e aquele passa a morar em Juazeiro – BA e volta a Petrolina somente com o falecimento deste.

A cada ano Quelê se tornava o homem mais rico de todo o Sertão do São Francisco e seus filhos eram pessoas também formadas em cursos superiores nas grandes capitais. Começaram a entrar para a vida política e dos negócios por meio do pai, como afirma Carvalho (2008, p. 102):

> Formado em Medicina pela Universidade Federal de Salvador, Nilo Coelho, o filho mais velho, foi convocado pelo pai, em 1947, para disputar um mandato de deputado estadual. Foi o candidato mais votado de seu partido. No estado da Bahia, o outro filho, Gercino, foi eleito igualmente para deputado estadual.

Anos mais tarde, Nilo Coelho foi eleito deputado federal com expressiva votação. O Coronel Quelê, mesmo sem estudo, buscou com todos os esforços, inclusive, financeiros, para que seus filhos e alguns parentes estudassem como também, estimulavam para que ingressassem nos pleitos eleitores, mesmo sem ele ter apetite para a política. (CARVALHO, 2008, p. 102).

Quelê tinha características específicas e um traço de personalidade decisivo, até mesmo com a sua família, como bem enfatiza o autor:

> Sempre vestido de branco, alto, forte, bengala e charuto como companheiros inseparáveis, Quelê tinha um temperamento arrebatador, capaz de variáveis inesperadas. Ninguém ousava contrariar a sua vontade. Fiscalizava as filhas, do modo de vestir à maneira de andar. Quanto aos filhos homens, era rigoroso e punia as menores faltas. Apenas um irmão, o Antônio, ousava enfrentá-lo. Às vezes, saía em defesa dos sobrinhos, filhos de Quelê. Apesar de rígido e austero, Quelê era espirituoso, gostava de uma boa festa, não dispensava o Carnaval para jogar lança-perfume e serpentina nas senhorinhas. Ele mandava buscar esse material em Salvador e distribuía-os com os foliões. Esse era outro traço importante na personalidade de Quelê. Ele sempre fez questão de ajudar às pessoas e instituições de Petrolina. Financiava projetos, ajudava anonimamente a entidades, há pessoas que nunca chegaram a descobrir o nome de seu benfeitor. Era um amigo sincero e sem restrições, era um pai temido, mas, sobretudo, respeitado, um adversário de quem não se conseguia guardar rancor por muito tempo.

3.2. O Coronelismo em Pilão Arcado – BA

A história política de Pilão Arcado é marcada por grandes lutas sangrentas e truculentas ao longo do século XIX e XX. Por estar longe da Coroa, o poder era exercido de forma arbitrária, pela força, ou seja, era a lei do mais forte. O mais rico e o mais valente assumia a liderança local.

> Era ele quem decidia as pendências entre os fazendeiros, sempre em conflitos por causa de “estremas”. Com a Independência e o estabelecimento da monarquia, muitos desses grãos-senhores foram distinguidos por títulos nobiliárquicos. A maioria, porém, não foi contemplada com as honras de nobreza, ficando apenas no uso e gozo de um despotismo garantido pelas grandes distâncias que separavam o vale dos centros de civilização. Foi assim que surgiram no cenário político da região as figuras hoje lendárias daqueles “brigadores”, “capitães” e “coronéis”, que parecem saídos das páginas dos romances de cavalaria. (LINS, 1983, p. 40).

Após a retirada dos primeiros colonizadores das terras do São Francisco, o mandonismo ficou mais acentuado. Além da própria natureza que marcava o sertanejo, onde muitas de suas plantações e seus rebanhos eram submersos pelas enchentes ou mesmo atingidos pela seca, o homem dessa região atacava uns aos outros em defesa de suas propriedades. Fez surgir a partir daí as mais sangrentas lutas pela posse das propriedades. (LINS, 1983, p. 41).

Na década de 1820, Pilão Arcado era um dos locais mais prósperos do Médio São Francisco, sendo tomado pelo mandonismo da figura de Militão Plácido de França Antunes, homem feroz que usava todo tipo de recursos para aumentar suas posses e seu poderio por onde passava, inclusive da violência. Mesmo tendo certa resistência na pessoa do Senhor Dom Félix Castelo Branco na vila de Pilão Arcado, a família Antunes mostrava quem mandava e desmandava no local. Nessa época Militão dava ordens não só a Pilão Arcado, mas também o município de Xique-Xique e Sento Sé. (LINS, 1983, p. 41).

Em 1893, o coronel Manoel Lins de Albuquerque juntamente com toda a sua família - Manoel Lins de Albuquerque e Franklin Lins de Albuquerque — naturalizados do Rio Grande do Norte se instala inicialmente na cidade de Sento Sé e mais tarde mudam-se para Pilão Arcado.

> Os descendentes das famílias recém-chegadas à ribeira, juntamente com os filhos da terra que não desfrutavam das regalias reservadas às velhas oligarquias, afirmaram um pacto de união contra as antigas famílias que detinham, há séculos, o poder político e econômico no vale. Da luta pela derrubada do feudalismo das velhas famílias nasceu um novo caudilhismo — o dos coronéis. (LINS, 1983, p. 62).

Quando o Coronel Manoel Lins de Albuquerque e sua família mudaram-se para Pilão Arcado, ainda era vila decadente e dominada a meio século pelo então Militão.

> Os mais antigos senhores de Pilão Arcado foram Castelo Branco, que depois da morte de Dom Félix Castelo Branco, desgostosos com as truculências de Militão, tinham passado a morar em Remanso. [...] Pilão Arcado ficou entregue a Cornélio de França. Com a morte de Militão, os França Antunes se retiraram para Caroá, passando a direção do município as mão das velhas famílias locais, os Teixeira, Medeiros, Gonçalves e Mariano. (LINS, 2008, p. 63).

Nesse contexto, Franklin Lins de Albuquerque ainda era um menino e jamais passava pela sua cabeça a ideia de ser chefe político. Sua intenção era tão somente trabalhar com seu pai para garantir o sustento pessoal e de sua família.

Por outro lado, era preciso manter a paz com os poderosos, já que tinha casado com a professora Sofia Mascarenhas, cujo cargo dependia da boa vontade dos políticos. (LINS, 1983, p. 63).

Anos mais tarde, com a morte do coronel Manoel Lins Albuquerque, Franklin Lins de Albuquerque assume as responsabilidades da família. Nesse período, ele já tinha certa influência na sociedade pilão arcadense, uma vez que era bem quisto, sobretudo, com os mais carentes, todavia, não almeja um cargo político.

A entrada de Franklin Lins de Albuquerque na política foi praticamente imposta, visto que devido sua fama crescer na sociedade pilão arcadense, a dominação da família Correia vendo isso acontecer provocava situações, esperando que o jovem Franklin revidasse. Desse modo, com as perseguições, ele convenceu- se que sem um poder político seria impossível detê-los e foi até a capital buscar apoio político para fazer oposição. (LINS, 2008, p. 64).

No entanto, fazer oposição naquela época, sobretudo, no interior, não era fácil. Mas o jovem Franklin estava disposto a tudo a por fim a tal situação que se encontrava, na região de Pilão Arcado.

Diante disso, Franklin Lins teve grandes embates com a família Correia até que eles desistissem do intento de matá-lo e debandassem. “Com o afastamento dos elementos mais agressivos da antiga família dominante, Pilão Arcado voltou a viver em paz”. (LINS, 2008, p. 71).

Todavia, quando se pensava que se gozava de paz e tranquilidade, eclodiam movimentos baderneiros que atingiam de certa forma a cidade de Pilão Arcado e Franklin Lins como chefe austero acabava se intervindo. De luta em luta, ele buscava a todo custo à paz daquela cidade, refazendo suas economias e contribuindo para o progresso do vale.

Diante de tal pressuposto, Franklin Lins de Albuquerque, apesar de ser, de antemão, naturalizado na cidade de Pilão Arcado, conseguiu destruir o caudilhismo dos coronéis daquele lugar, tornando-se, assim, querido para aquela sociedade.

3.3. O Coronelismo em Casa Nova – BA

O coronelismo foi determinante na formação histórica e política de Casa Nova, mas principalmente, impulsionado pela presença da família Viana no município desde a sua chegada ao século XIX.

Esta família é considerada por muitos como fundadora da cidade e sua importância vai muito mais além, mantida através da ética política e moral da qual detinham o controle social. Os registros da existência de coronéis na cidade eram advindos da família Viana, como também, a responsabilidade da formação do município em termos políticos e históricos.

O fator principal desta discussão permeia exatamente a questão propícia do conhecimento a cerca do coronelismo no Vale do São Francisco, especialmente sob uma visão local do coronel interiorano — aquele que de certo modo não tinha as mesmas regalias que os do litoral, pois, logo dizendo, Casa Nova é um município que fica ao norte do Estado baiano, mas que por ser sertão se diz interiorano, um lugar que é geograficamente isolado, tornando-se distante da capital.

Segundo Rodrigues, Seixas e Castro (1985), o principal motivo para a ocupação do território da cidade de Casa Nova — BA, isso na antiga sede, chamada hoje pela população como “Cidade Velha”, (que fora deslocada geograficamente devido à construção da Hidrelétrica de Sobradinho — BA), foi a descoberta das salinas, (jazidas de sal, cloreto de sódio, comumente chamado de “sal de cozinha). Devido a esse produto, que na época tinha um preço comercial relevante, começou a aparecer várias pessoas interessadas em sua exploração.

> Nos primórdios da colonização, a região era ocupada por hordas indígenas, possivelmente pelos Acroá e Geicó, que lutaram contra os invasores de suas terras, os paulistas e os homens da Casa da Torre, destruindo as casas e os currais desses povoadores. Posteriormente, nos princípios do século XIX, em grande trecho do Vale do São Francisco, foram descobertas extensas eflorescências de Sal (Cloreto de Sódio), de grande valor econômico, batizado de Sal da Terra”, o conhecido e utilíssimo ‘Sal de Cozinha’. As jazidas então descobertas denominadas ‘Salinas’, passaram a ser exploradas. (RODRIGUES; SEIXAS; CASTRO, 1985, p. 3).

Foi a partir da extração do chamado “sal da terra” que aparece um nome, que porventura o maior de todos os casa-novenses que é o de José Manoel Viana, considerado fundador da cidade e o maior coronel de Casa Nova, título dado pelo governo.

> A ocorrência de sal nas terras da fazenda do Capitão **JOSÉ MANOEL VIANNA,** conhecida pelo nome de "RIACHO DE CASA NOVA", pois achava-se situadas na confluência desse Riacho com o Rio São Francisco, na sua margem esquerda, deu motivo a que surgisse no local um povoado composto, principalmente, por trabalhadores das salinas, os salineiros, que teve desenvolvimento relativamente rápido atraindo de imediato o interesse dos sertanejos que ali se fixaram, ou, então, transitaram conduzindo boiadas vindas do Piauí, destinadas à Bahia. [...]. Amealhando considerável fortuna, de **Capitão** passou a **Coronel da Guarda Nacional,** e assumiu a posição de poderoso chefe político, liderança que foi transmitida aos seus descendentes, vigorando até hoje. (RODRIGUES; SEIXAS; CASTRO, 1985, p. 3-4, grifo do autor)

Nota-se que o primeiro nome dado ao vilarejo foi Riacho de Casa Nova, que não era inicialmente uma "cidade", mas sim um povoado. Este nome advém das terras do então Capitão José Manoel Viana onde um riacho entrecortava a propriedade, sendo que o Casa Nova referencia um sobrado que possuía o Capitão na época.

> A fixação e a consequente atividade pioneira na pecuária, na agricultura e no comércio do sal, do Capitão **José Manoel Vianna** na área, conferiram a esse destemido desbravador, o justo e merecido título de **FUNDADOR DE CASA NOVA-Ba**, por ali ter feito edificar uma "Casa Nova" ou Casa-Grande de alvenaria, ladrilhada, de telha vã e caiada, onde o branco se destacou na paisagem verde-azulada do meio rural, tendo também a primazia da construção de uma Capela que teve por orago, **São José.** (RODRIGUES; SEIXAS; CASTRO, 1985, p. 4, grifo do autor).

Não se sabe ao certo, se a patente de José Manoel Vianna foi, de fato, dada pelo Governo Imperial. Porém, tornou-se um homem de grande destaque no campo econômico, como também, para o crescimento local, visto que, geograficamente, a área habitada por ele não favorecia de modo imediato possibilidades para um crescimento notório. Mesmo assim, a seu modo conseguiu entrar no âmbito político e ter feito de seus filhos pessoas estimadas, como também a parentela chegar a altos cargos (no setor judiciário, medicina, engenharia e política) a exemplo de seu filho Senador Luiz Viana.

> O mais impressionante, porém na biografia de **Coronel José Manoel Viana,** sertanejo simples, pacato, modesto, de poucas letras, mas de atitudes firmes e corajosas, foi a sua disposição esclarecida de dar aos filhos uma "Carta de Doutor", uma instrução superior formadora de bacharéis, médico e engenheiros, carreiras sempre preferidas. [...] O resultado da visão desse homem nascido e criado nas barrancas do Rio São Francisco, foi ter um dos filhos, **Luiz Viana,** alçado às culminâncias do Governo do Estado, [...]. (RODRIGUES; SEIXAS; CASTRO, 1985, p. 5, grifo do autor).

São várias as peculiaridades que circundam a pessoa do coronel José Manoel Viana, e uma delas é a de um monarca que fez de sua família uma enorme parentela.

> Por fim, merece ser lembrado que o Engº Jovino do Prado Pereira, casado com uma bisneta de José Manoel Viana, organizou sua árvore genealógica que criou entre os membros componentes da grande família Viana, originada em Casa Nova, de genealogia portuguesa, pois um certo Sr. Viana, vindo de Portugal, viúvo, acompanhando dos filhos Domingos, Clemente e Francisco, e casando-se no Brasil, nasceram seus filhos: JOSÉ MANOEL, MANOEL MARIANO e MARIA DAS VIRGENS, todos em Casa Nova. (RODRIGUES; SEIXAS; CASTRO, 1985, p. 7, grifo do autor).

A partir do que foi citado acima pode considerar que José Manoel Viana era um típico coronel do século XIX e que após sua morte em 1911 deixara a parentela e seu monopólio político, econômico e social na cidade de Casa Nova — BA.

Com a morte de José Manoel Viana o seu grande sucessor que entra para a história é o seu filho, nascido em 1946, em Casa Nova, região do Médio São Francisco, Luís Viana — chefe político local pelo Partido Conservador. (PANG, 1979, p. 78).

Ele tinha formação acadêmica em Direito pela Faculdade de Recife em 1869, tornando-se em seguida grande ilustre na vida pública e jurídica da Bahia.

Em 1870, Luís Viana tornou-se um forte correligionário do Barão do Cotegipe e de municípios baianos tendo influência nas eleições como assevera Pang (1979, p. 78) quando afirma que “Luís Viana era um típico coronel, quanto ao seu enfoque político, frequentemente enviando um bando de jagunços a diversos municípios para assegurar a vitória dos conservadores nas eleições”.

O uso de tropas policiais do governo, como também, jagunços era frequente nas práticas coronelista. Sobretudo, com a ascendência de Luís Viana ao cargo de governador da Bahia.

Nesse sentido, Pang (1979, p. 79) salienta que:

> O início do uso de expedições policiais, ou política de confronto, surgiu com a ascensão de Luís Viana ao governo. Suas pretensões políticas não se limitavam ao nível estadual. Sempre ambicionando o governo federal, Luís Viana começou a expandir suas bases de poder pessoal através de todo o estado. Com essa finalidade, não excitou em usar a violência. Os policiais do Estado, ou força pública da Bahia, tornaram-se jagunços pessoais do governador.

Luís Viana durante sua história política teve maior destaque em suas atividades em 1896/97 época da Guerra de Canudos onde teve que eliminar o movimento por pressão da oposição. Porém, o fim do governo de Viana estava próximo, de acordo com Pang (1979, p. 83):

> Apesar das batalhas terem sido ganhas pelos militares, Viana perdeu a guerra contra seus inimigos [...]; cento e vinte cinco estabelecimentos comerciais e bancários acusaram o governador de cumplicidade e o prestígio de Luís Viana terminou.

Assim, Viana finaliza sua história no governo estadual de forma eclipsada, sem a aprovação dos coronéis do interior, da colônia mercantil da cidade baixa de Salvador, como também, sem o apoio da Associação Comercial da Bahia. E em 1900, Severino Vieira assume o cargo de governador baiano.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O coronelismo no Vale do São Francisco precisa em muito ser estudado, de tal modo que as considerações feitas neste trabalho ainda estão a serem aprofundadas, com mais afinco e persuasão, ou seja, cada ponto, afirmativa, e conclusões merecem atenção, pois através delas novas pesquisas podem surgir para que o coronelismo seja bem conhecido e entendido.

Segundo Leal (1997, p. 41),

> O aspecto que logo salta aos olhos é o da liderança, com a figura do “coronel” ocupando o lugar de maior destaque. Os chefes políticos municipais nem sempre são autênticos “coronéis”. A maior difusão do ensino superior no Brasil espalhou por toda parte médicos e advogados, cuja ilustração relativa, se reunida a qualidades de comando e dedicação, os habilita à chefia. Mas esses mesmos doutores, ou são parentes, ou afins, ou aliados políticos dos “coronéis”.

Contrariando a ideia de Leal (1997) sobre o conceito de que os chefes municipais não eram exatamente coronéis, pode-se perceber uma diferença ao analisar a questão do coronelismo no município de Casa Nova — BA, pois como vimos no último capítulo desta pesquisa José Manoel Viana era um coronel de patente, além de chefe político.

Ainda no último capítulo, percebe-se que o coronelismo na região Nordeste, sobretudo, nas cidades de Salgueiro e Petrolina — Estado de

Pernambuco –, Pilão Arcado, Remanso e Casa Nova — Estado da Bahia teve um tratamento diferenciado de outras regiões.

Em relação aos coronéis estudados, podem-se destacar aspectos incomuns, como também, semelhantes. A partir daí, considera-se que o Coronel Veremundo Soares da cidade de Salgueiro, uma de suas grandes características é ser filho de um Padre Antônio Joaquim Soares, além disso, tornou-se grande comerciante com sua consorte, despontando no campo político como coronel.

REFERÊNCIAS

AMADO, Jorge. **Cacau**. Salvador – BA: Record, 1976.

ALBUQUERQUE, Eliana Cristina Paula Tenório de. **Coronelismo, Jornalismo e Relações de Poder no Sul da Bahia.** Santa Cruz — BA: UESC, 2009. 10 p. Disponível em: <http://www.revistauesc.br/2009_1596.pdf>. Acesso em: 08/03/2013.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo:** Uma Discussão Conceitual. Rio de Janeiro: DXDOI, 1997. 17 p. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>. Acesso em: 07/03/2013.

CARVALHO, Philipe Murillo Santana de. **Para além da autoridade dos coronéis:** poder e conflito entre patrões e trabalhadores no sul da Bahia (1912-1937). Salvador —BA: Revista de História UFBA, 2010. p. 39-55. Disponível em: <http://www.revistahistoria.ufba.br/2010_1/a03.pdf>. Acesso em: 07/03/2013.

CAVALCANTE, Carlos. **A família Coelho:** do sertão do São Francisco. Recife: Mongraf, 2007.

FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder.** São Paulo: Globo, 2000. 448 p.

FORTUNATO, Maria Lucinete**. O conceito de coronelismo e a imagem do coronel:** de símbolo a simulacro do poder local. Campina Grande: EDUFCG, 2008.

HOUAISS, Antônio. **Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. **O coronelismo uma política de compromissos.** São Paulo: Brasiliense, 1981. 88 p.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto:** o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997. 440 p.

LINS, Wilson. **O médio São Francisco:** uma sociedade de pastores e guerreiros. 3. ed. definitiva. São Paulo: Nacional, 1983.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias 1889-1943:** a Bahia na Primeira República Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1979.

PILETTI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Ática, 2002.

QUEIROZ, M. I. P. de. **O mandonismo local na vida política brasileira**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/ USP, 2004.

RODRIGUES, Wilson; SEIXAS, Onília; CASTRO, Maria. **História Política Casanovense**. 1985. Monografia apresentada a Faculdade de Formação de Professores – FFPP como requisito de obtenção de graduação do curso de História, FFPP, 1985.

SILVA JÚNIOR, Waldemar. **O coronelismo em Salgueiro:** uma análise da trajetória política do Coronel Veremundo Soares: (1920-1945). Recife: Bagaço, 2008.

SOUZA JÚNIOR, José Nivaldo. **Quelê:** O Gigante do São Francisco. Petrolina: MMS Publicidade, 1985.

VILAÇA, Marcos Vinicius; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **Coronel, Coronéis:** apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 205 p.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE NAS EMPRESAS DE PETROLINA-PE E JUAZEIRO-BA

Eloia Beatriz da Silva Sousa
Graduanda em Ciências Contábeis, FACAPE

Milka Kainã de Lacerda Vieira
Graduada em Ciências Contábeis, FACAPE

RESUMO: Considerando as questões ambientais de forma estratégica, o objetivo deste trabalho é averiguar a percepção dos profissionais da contabilidade nas empresas de Petrolina-PE e Juazeiro-BA sobre a responsabilidade socioambiental. Esta pesquisa considera a importância não somente estratégica, mas alinhada ao compromisso socioambiental que as empresas precisam assumir para um melhor desenvolvimento sustentável. A metodologia utilizará a abordagem quantitativa, descritiva e quanto a coleta de dados o procedimento adotado será a pesquisa survey que utilizará um questionário cujo o método estatístico descritivo é mensurado pela escala Likert, que será aplicado com profissionais da área, no propósito de mapear o nível de conhecimento e contato que tiveram com a temática durante a graduação e a vida profissional, assim como compreender o grau de comprometimento das Micro e Pequenas Empresas (MPE's) e de seus gestores frente as responsabilidades sociais e ambientais, onde será aplicada uma amostra populacional com 95% de confiança e 10% de margem de erro. O resultado demonstra que apesar dos profissionais entenderem a importância do conteúdo apontado, eles não se encontram capacitados para análise ou elaboração de relatórios pertinentes a gestão ambiental e que a maioria das MPE's não estão de acordo com a elaboração de informações adequadas para uma governança ambiental de qualidade.

Palavras-Chave: Contabilidade Ambiental. Gestão Socioambiental. Sustentabilidade.

ABSTRACT: Considering environmental issues strategically, the objective of this work is to investigate the perception of accounting professionals in companies in Petrolina-PE and Juazeiro-BA regarding socio-environmental responsibility. This research considers the importance not only strategic, but aligned with the socio-environmental commitment that companies need to assume for better sustainable development. The methodology will use a quantitative, descriptive approach and in terms of data collection, the procedure adopted will be survey research that will

use a questionnaire whose descriptive statistical method is measured by the Likert scale, which will be applied with professionals in the area, with the purpose of mapping the level of knowledge and contact they had with the subject during graduation and professional life, as well as understanding the degree of commitment of Micro and Small Companies (MPE's) and their managers towards social and environmental responsibilities, where a population sample will be applied with 95% confidence and 10% margin of error. The result demonstrates that although professionals understand the importance of the content mentioned, they are not qualified to analyze or prepare reports relevant to environmental management and that the majority of MSEs are not in agreement with the preparation of adequate information for environmental governance of quality.

Keywords: Environmental: Accounting. Socio-environmental Management. Sustainability

1. INTRODUÇÃO

Para Ashley (2002), Responsabilidade socioambiental nada mais é que o comprometimento que a empresa tem com a sociedade, e que as suas atividades e atos possam cooperar com o desenvolvimento sustentável, seja ela diretamente ou indiretamente.

Ribeiro (2010), O autor ressalva que um dos auxílios da ciência contábil nas questões socioambiental é a comprovação das informações econômicas, e se faz necessário o cumprimento dos procedimentos de identificação, mensuração e contabilização dos eventos relacionados com essa área, tais procedimentos são os objetivos da contabilidade ambiental.

Segundo Bisschop (2010), A responsabilidade ambiental pode ser simplificada como o compromisso que as empresas assumem com base nos aspectos ambientais, e os efeitos que podem causar pelas suas respectivas atividades em curto e longo prazo, afim de evitar afetar a sustentabilidade das gerações futuras.

A responsabilidade socioambiental surgiu como uma linha de averiguação essencial para a área contábil, ainda que esse assunto seja pouco visto na formação do profissional, os conceitos e conteúdos a respeito da contabilidade ambiental na graduação contribui para o profissional contábil no cenário atual (GOMES et al. 2012).

Para que a contabilidade possa dar contribuições significativas a esse novo cenário, é necessário que os profissionais da área estejam hábitos e atualizados sobre a responsabilidade socioambiental nas empresas para contribuir e desempenhar assumindo o seu papel disponibilizando a sua conscientização e procedimentos técnicos adotados (BRAGA *et al*, 2008).

Tendo em vista o cenário atual, emerge-se a seguinte problemática: **Qual a percepção dos profissionais de contabilidade do município de Petrolina-PE e Juazeiro-BA sobre a responsabilidade socioambiental nas empresas?** Para responder a presente pergunta, levanta-se o objetivo deste artigo: Identificar a percepção dos profissionais contábeis sobre a responsabilidade socioambiental nas empresas de Petrolina e Juazeiro.

2. REFERENCIAL

2.1. Responsabilidade Socioambiental

Na concepção acerca da Responsabilidade Social pelo Ethos (2013, p 58), este diz que:

> Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Conforme Ribeiro, et *al* (2009), estudos sobre os impactos ambientais e formas de minimiza-los são desenvolvidos em diversas áreas, incluindo a área de negócios, em especial os setores ponderados como sendo os mais poluidores. Isto se deve a busca constante de ações mitigadoras da deterioração do meio socioambiental, através do estudo de causa e efeito, para chegar-se a empresas sustentáveis.

Nos últimos tempos, a responsabilidade socioambiental nas empresas vem se tornando um tema bastante abordado, tornou-se tema de debates e propagandas de mídia, visto como uma temática utilizada como estratégia de negócios nas empresas (Busch et al. 2009).

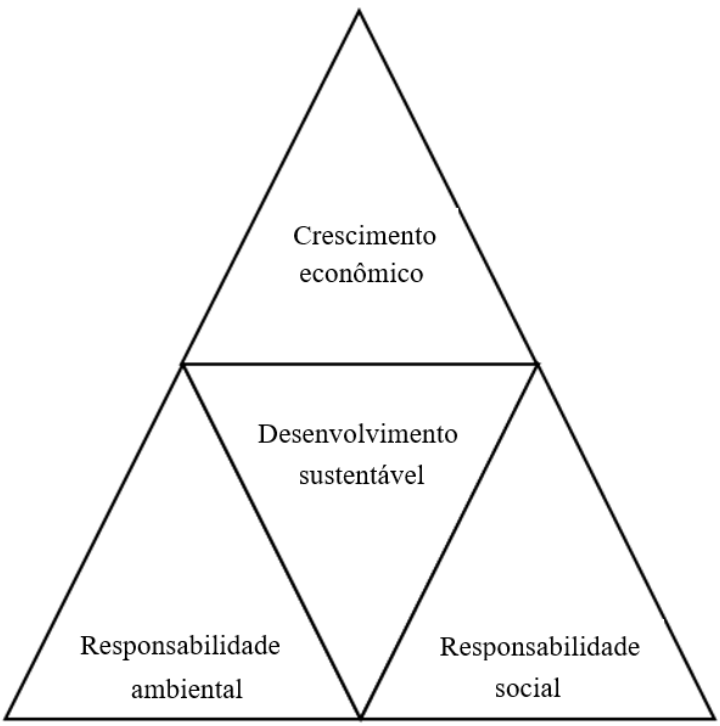
2.2. Desenvolvimento Sustentável

Segundo Gutierrez (2013) Desenvolvimento sustentável é um processo de mudanças na qual a extração de recursos e investimentos, atendendo as necessidades do agora, sem comprometer com as necessidades de gerações futuras.

De acordo com Vellani e Ribeiro (2009), Desenvolvimento sustentável são as práticas empresariais que oferecem produtos e serviços que atende as necessidades dos clientes sem comprometer com a continuidade da empresa e as sustentabilidades ecológicas dos ecossistemas que tem vínculos com o negócio.

O desenvolvimento sustentável possui várias barreiras a serem quebradas, como exemplo, para produzir determinados produtos com baixo custo, não seria possível preservar o meio ambiente, consequentemente teria custos extremamente altos para produzi-lo sem afetar o meio ambiente, tornando assim produtos caros e impossibilitando serem adquiridos pelo consumidor final (FERREIRA, 2003).

Figura 1: Pirâmide do desenvolvimento sustentável



Fonte: Elkington (1994)

2.3. Sustentabilidade Empresarial

Para Santos e Silva (2017), A sustentabilidade empresarial nada mais é que um modelo de negócio com uma abordagem ampla, equilibrado a preservação do meio ambiente e práticas sociais que estimulam o desenvolvimento da sociedade.

A definição de Melo Neto e Froes (2004, p.78)

> Os vetores de abrangência da responsabilidade social dentro de uma empresa, é o que melhor retrata esse conceito abordando todos os stakeholders. Esses vetores direcionam o processo de gestão empresarial para o fortalecimento da dimensão social da empresa e leva a uma facilitação para o planejamento de investimento e para a reponsabilidade social.

Segundo Bielschowshy (2008), Sustentabilidade empresarial representa à habilidade da organização de se mante rentável e competitiva no decorrer do tempo por meio de produtos e serviços com qualidade e preços compatível com o mercador.

Responsabilidade Social Empresarial, portanto, é um novo modelo de gestão de negócio necessário, no mundo globalizado, mais além de questões de natureza ética, moral ou de uma nova ferramenta de marketing (ALESSIO, 2004).

2.4. Responsabilidade Socioambiental como Estratégia de Mercado

Segundo Camargo (2002, p.92) Responsabilidade Social Corporativa refere-se às estratégias de sustentabilidade a longo prazo das empresas que, em sua lógica de desempenho e lucro, passam a contemplar a preocupação com os efeitos sociais e ou ambientais de suas atividades, com o objetivo de contribuir para o bem comum e para a melhora da qualidade de vida das comunidades.

Ou seja, é notório que se tornou uma estratégia das organizações usar a responsabilidade social ao seu favor para conter melhoria nos lucros e agregar valor aos seus produtos oferecidos, onde os melhoras a sua imagem com o

público, com os fornecedores e até mesmo com os colaboradores, trazendo um bom desenvolvimento da sociedade como um todo.

2.5. Contabilidade Ambiental

Segundo Nobre (2019), A Contabilidade Ambiental é uma vertente da Contabilidade Social e tem como objetivo fornecer informações que envolvam a interação da empresa com o meio ambiente e que sejam úteis para a tomada de decisão dos usuários internos e externos.

Para Santo *et al*., 2001, p. 89, a contabilidade ambiental é:

> O registro do patrimônio ambiental (bens, direitos e obrigações ambientais) de uma organização [...] para que cada grupo de usuários, sejam internos ou externos à organização, possa avaliar a situação financeira e econômica da organização [...] levando em conta os efeitos que causa ao meio ambiente.

Tinoco e Kraemer (2011) sustentam que a contabilidade ambiental consiste em um instrumento para gestão ambiental, já que objetiva-se evidenciar e espelhar a relação das empresas com o meio ambiente, tanto no sentido de registrar os eventos que ocasionaram interferência ambiental, quanto na criação de ações preventivas. Consigna ainda que essa preocupação não se limita às empresas, já que repercute em toda a sociedade.

Para Galvão *et al*., 2009, p. 7, a contabilidade ambiental :

> Constitui-se numa especialidade da Ciência Contábil com base na materialidade dos valores envolvidos. Para o usuário externo da informação contábil se torna material, toda informação que, não sendo evidenciada, ou sendo mal evidenciada, pode levá-lo a sério erro sobre a avaliação do empreendimento e de suas tendências, o que se aplica de forma plena às informações sobre o desempenho ambiental das empresas.

2.6. O Ensino da Contabilidade Ambiental

Pfitsher et al. (2004, p. 03) enfatizaram a necessidade da valorização da educação ambiental nas instituições de ensino de um no geral, tendo em vista que esta atitude contribuirá “como alicerce para uma gestão no mundo dos negócios de tal forma que possam apresentar um diferencial no trato com as questões ambientais”.

Por ser dinâmica e complexa, a questão ambiental precisa ser destacada com uma perspectiva multidisciplinar e dessa forma o seu entendimento será mais amplo, de acordo com Barbieri e Sousa (2005).

Segundo Filho et al. (2013, p. 108) A contabilidade ambiental é um tema em discussão no Brasil desde o início da década de 1990. Assim, há necessidade de introduzir esse componente curricular na formação dos bacharéis em Ciências Contábeis para uma melhor compreensão das práticas de contabilidade e sua aplicação na tomada de decisão organizacional.

2.7. Estudos anteriores

Quadro 1: Achados de pesquisas.

Autores/ ano	Título	Objetivo	Método de pesquisa	Conclusão
Mesquita, et al. (2020)	A perspectiva da sustentabilidade para futuros gestores	Analisar a percepção de graduandos em administração de empresas quanto à sustentabilidade no contexto de sua futura atuação profissional.	Abordagem qualitativa, utilizando-se da técnica projetiva de construção para captar a perspectiva da sustentabilidade	Há pouco conhecimento acerca da questão ambiental e de como a gestão ambiental poderia ser utilizada na prática
Verlândia Godoi (2020)	A Percepção dos acadêmicos de ciências contábeis da AEVSF/FACAPE quanto a relevância do estudo da contabilidade ambiental para sua formação profissional	Avaliar relevância dada pelos acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis da FACAPE em relação ao estudo da contabilidade ambiental	A pesquisa tem como aspecto metodológico do tipo descritivo e exploratório.	Os resultados obtidos indicaram que os discentes entendem que a contabilidade ambiental é fundamental para a sua formação, todavia no que diz respeito ao ensino da contabilidade ambiental no curso de graduação em Ciências Contábeis ainda é limitado

Queiroz, et al. (2014)	Responsabilidade Social: Uma estratégia para as empresas se destacarem no mercado	O objetivo dessa pesquisa é demonstrar que a prática de Responsabilidade Social desenvolvida e apoiada pela Bayer, não constitui em uma obrigação, e sim numa estratégia para alavancar seus negócios	Projetou-se um estudo de caráter exploratório-descritivo, com pesquisa qualitativa, Os critérios de inclusão foram: materiais que reportassem, direta ou indiretamente, a temática, publicados entre 2000 a 2013	Conclui-se que os resultados são positivos e trará benefícios a todos, pois a organização sabendo identificar e atender as necessidades da sociedade em que está inserida irá proporcionar à população através de programas de Responsabilidade Social uma melhor qualidade de vida

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

3. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, com objetivo descritivo, e quanto a coleta de dados o procedimento adotado foi um questionário survey cujo o método estatístico descritivo é mensurado pela escala Likert, aplicado com os profissionais contábeis do município de Petrolina- PE e Juazeiro-BA.

A abordagem do problema é qualitativa, Segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

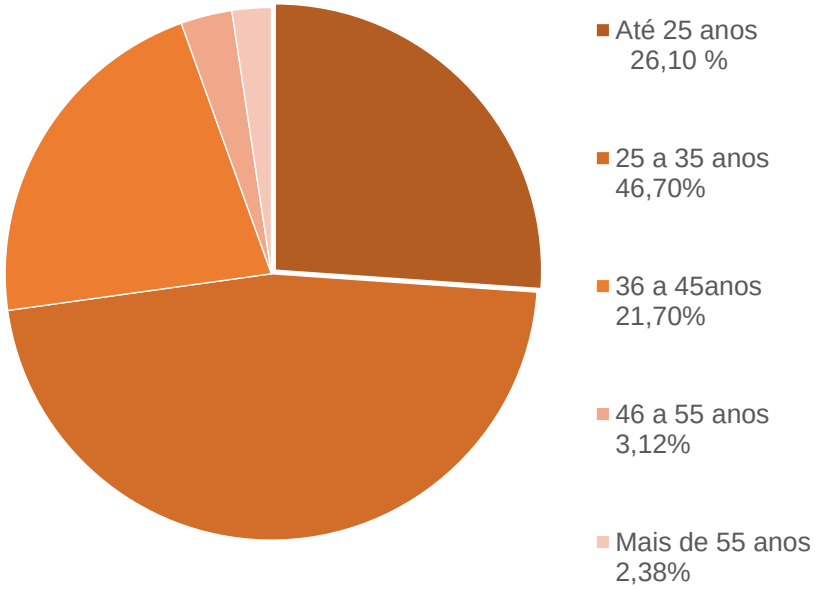
O método científico utilizado será o indutivo, segundo Prodanov Freitas (2013) parte da observação de fatos ou fenômenos cujas causas deseja-se conhecer, para em seguida compará-los com a finalidade de descobrir as relações existentes entre eles, e por fim proceder à generalização, com base na relação verificada entre os fatos ou fenômenos estudados.

4. RESULTADO

4.1. Características dos Profissionais

A Pesquisa constatou o perfil de 92 profissionais de contabilidade. Quanto a faixa etária dos entrevistados, as que mais se destacaram foram de 25 a 35 anos com um resultado de 46,7% da pesquisa.

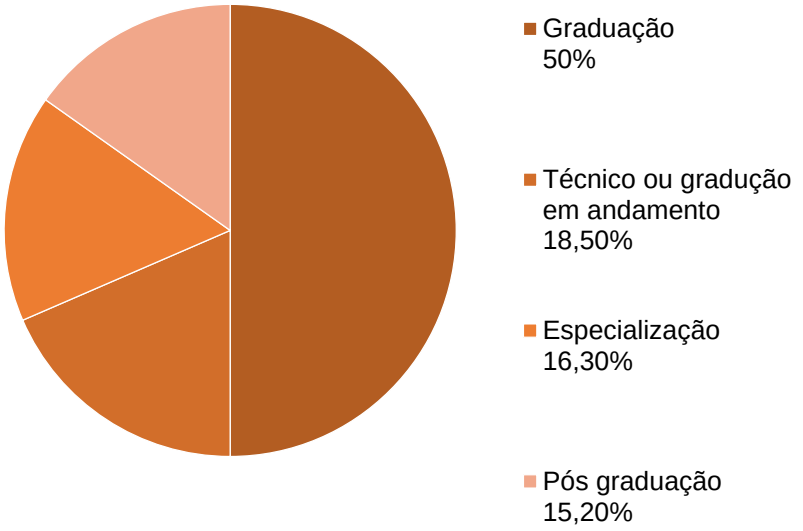
Gráfico 1: Faixa etária



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Constatou-se que 64,1% dos entrevistados são do sexo feminino e 35,90% masculino. O grau de formação dos profissionais, metade tem graduação, e os demais totalizam em 18,5% Técnico ou com graduação em andamento, 16,3% Especialização na área e 15,2% com pós graduação. A cidade de Petrolina e Juazeiro possui de acordo com o CRC um total de 781 contadores.

Gráfico 2: Grau de formação



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Com relação a área de atuação dos profissionais entrevistados, a área predominante foi o comercial, com um total de 39,31% dos entrevistados, onde o profissional poderia escolher até quatro respostas das áreas citadas no questionário. E as demais áreas totalizaram uma frequência absoluta de 71 respostas, conforme tabela abaixo:

Tabela 1: Área de atuação dos profissionais

Área	Frequência absoluta	Frequência relativa
Industrial	14	11,96%
Agropecuário	22	18,80%
Comercial	46	39,31%
Setor público	11	9,40%
Terceiro setor	11	9,40%
Privado	3	2,56%
Outros	10	8,55%
Total	117	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Sobre à disciplina, perguntou-se aos profissionais se cursaram a matéria de contabilidade ambiental, desenvolvimento sustentável ou gestão ambiental, ao longo da sua trajetória acadêmica e profissional. Dos entrevistados, 52.2% responderam que sim, cursaram a disciplina. Foi perguntado também a respeito de eventos, palestras e congressos sobre o assunto se já haviam participados, e a resposta predominante foi não, com o total de 56,5%.

Tabela 2: Disciplina contabilidade ambiental

Cursou a disciplina de contabilidade ou controladoria ambiental, desenvolvimento sustentável ou gestão ambiental?	**Sim**	**Não**
	52,20%	47,80%
Já participou de eventos como palestras, seminários e congressos na área de contabilidade ambiental?	43,5%	56,5%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Embora a responsabilidade socioambiental seja considerada tão pouco explorada nas empresas, vale ressaltar a importância da mesma, desse modo foi questionado aos entrevistados o nível de conhecimento dos profissionais nessa área, dos 92 profissionais entrevistados, 43,5% buscam conhecimento e atualizações sobre o assunto.

É perceptível que o entendimento sobre a temática dos entrevistados é superficial no que diz respeito a essa área que é tão abrangente e rica de conhecimentos, mas ainda assim pouco estudada tendo em vista outras áreas do ramo, conforme tabela abaixo:

Questionário abaixo utilizando a escala de likert, onde 1 nesse caso significa muito bom, 2- bom, 3- normal, 4-ruim, e 5- muito ruim.

Tabela 3: Conhecimento dos profissionais

A responsabilidade socioambiental é a responsabilidade que as empresas e organizações possuem atreladas ao meio ambiente e a sociedade (Ribeiro, 2019). A partir dessa definição, como você define o seu grau de conhecimento acerca da responsabilidade socioambiental ou sustentabilidade?	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
	8,7%	20,7%	34,8%	28,3%	7,5%
Os relatórios socioambientais podem ser definidos como os instrumentos que as empresas utilizam					

para comunicar seu desempenho social, econômico e ambiental com maior transparência (Martini, 2014). Dada essa definição, como você define o seu grau de conhecimento acerca dos relatórios socioambientais?	25%	26,1%	30,4%	15,20%	3,3%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Apesar do percentual baixo do resultado a respeito do conhecimento e atualizações dos profissionais sobre a temática em pauta, os entrevistados consideram de grande relevância a importância da responsabilidade socioambiental nas empresas, apenas 4,4% dos 92 entrevistados não consideram relevante essa temática.

As PMEs que adotam práticas sustentáveis e têm um impacto positivo em questões socioambientais têm uma vantagem competitiva. Eles podem atrair e reter clientes que desejam fazer negócios com empresas alinhadas com suas próprias crenças e valores. (RICARDO, 2023)

Embora os profissionais de Petrolina-PE e Juazeiro-BA que foram entrevistados, confirmam a importância do assunto abordado, apenas 5,4% informaram que atualmente a gestão das PME's em sua cidade atende às necessidades do presente sem comprometer os recursos para as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades.

4.2. Análise da Percepção dos Profissionais

Questionário abaixo utilizando a escala de Likert (1932), para os casos de importância, 1 muito importante, 2- importante, 3- moderado, 4- as vezes importante e 5- não é importante. E para os casos de concordância, concordo plenamente, concordo, indeciso, discordo e discordo totalmente, na sua respectiva ordem.

Tabela 4: Resultado da pesquisa

De acordo com a sua percepção, classifique o grau de importância da responsabilidade socioambiental nas PME's	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
	4,3%	7,6%	15,2%	30,4%	42,5%

Atualmente a gestão das PME's em sua cidade atende às necessidades do presente sem comprometer os recursos para as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades.	13%	37%	34,8%	9,8%	5,4%
Os gestores das PME's envolvem-se em questões emergentes da sociedade atual, se atentam a evolução dos conceitos e valores sociais no que se refere ao meio ambiente e seus recursos naturais.	15,2%	35,9%	34,8%	8,7%	5,4%
Os gestores das PME's preocupam-se que a organização desenvolva e implemente atividades de conscientização e procedimentos de resposta a emergências para reduzir e mitigar impactos ambientais na saúde e na segurança	15,2%	30,4%	30,4%	16,3%	7,7%
As PME's apresentam informações ou relatórios socioambientais que evidenciam os objetivos organizacionais, desempenho socioambiental da empresa e avaliam as relações ocorridas entre esses resultados e a sociedade.	25%	21,7%	32,6%	15,2%	5,5%
Às PME's comumente implementam suas estratégias e ações, usando uma perspectiva baseada em riscos e na sustentabilidade, para avaliar, evitar, reduzir e mitigar riscos e impactos ambientais de suas atividades	19,6%	27,2%	30,4%	15,2%	7,6%
As PME's adotam uma abordagem integrada, que leva em consideração as implicações econômicas, sociais, na saúde e no meio ambiente, de suas decisões e atividades, direta e indiretamente.	18,5%	28,3%	29,3%	16,3%	7,6%
Os serviços de contabilidade ofertados às PME's envolvem aspectos como identificar, registrar e interpretar os fatos internos e externos das ações empresariais e colaboram para o relato e a evidenciação das informações socioambientais.	20,7%	23,9%	22,8%	21,7%	10,9%
Os profissionais de contabilidade que atua nas PME's estão capacitados para à elaboração, análise e interpretação dos relatórios socioambientais.	12%	27,2%	35,9%	16,3%	8,6%
Os stakeholders (sócios, empregados, clientes, fornecedores, bancos, órgãos do governo, etc.) das PME's buscam cada vez mais por informações socioambientais junto às empresas, exigindo destas uma responsabilidade não só interna como também externa.	12%	16,3%	38%	22,8%	10,9%
Os relatório de sustentabilidade apresentados pelas PME's evidenciam as questões socioambientais mais relevantes segundo as melhores práticas e modelos internacionais	17,5%	18,5%	35,9%	18,5%	9,6%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Tabela 5: Estatísticas Descritivas

Pergunta	Média	Mediana	Moda	Variância da amostra
A responsabilidade socioambiental é a responsabilidade que as empresas e organizações possuem atreladas ao meio ambiente e a sociedade (Ribeiro, 2019). A partir dessa definição, como você define o seu grau de conhecimento acerca da responsabilidade socioambiental ou sustentabilidade?	3,05	3	3	1,15
Os relatórios socioambientais podem ser definidos como os instrumentos que as empresas utilizam para comunicar seu desempenho social, econômico e ambiental com maior transparência (Martini, 2014). Dada essa definição, como você define o seu grau de conhecimento acerca dos relatórios socioambientais?	2,46	2	3	1,26
De acordo com a sua percepção, classifique o grau de importância da responsabilidade socioambiental nas PME's	3,99	4	5	1,29
Atualmente a gestão das PME's em sua cidade atende às necessidades do presente sem comprometer os recursos para as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades.	2,58	2,5	2	1,04
Os gestores das PME's envolvem-se em questões emergentes da sociedade atual, se atentam a evolução dos conceitos e valores sociais no que se refere aos meio ambiente e seus recursos naturais.	2,53	2	2	1,06
Os gestores das PME's preocupam-se que a organização desenvolva e implemente atividades de conscientização e procedimentos de resposta a emergências para reduzir e mitigar impactos ambientais na saúde e na segurança	2,71	3	2	1,31
As PME's apresentam informações ou relatórios socioambientais que evidenciam os objetivos organizacionais, desempenho socioambiental da empresa e avaliam as relações ocorridas entre esses resultados e a sociedade.	2,54	3	3	1,39
Às PME's comumente implementam suas estratégias e ações, usando uma perspectiva baseada em riscos e na sustentabilidade, para avaliar, evitar, reduzir e mitigar riscos e impactos ambientais de suas atividades	2,64	3	3	1,40
As PME's adotam uma abordagem integrada, que leva em consideração as implicações econômicas, sociais, na saúde e no meio ambiente, de suas decisões e atividades, direta e indiretamente.	2,66	3	3	1,39
Os serviços de contabilidade ofertados às PME's envolvem aspectos como identificar, registrar e interpretar os fatos internos e externos das ações empresariais e	2,78	3	2	1,69

colaboram para o relato e a evidenciação das informações socioambientais.				
Os profissionais de contabilidade que atua nas PME's estão capacitados para à elaboração, análise e interpretação dos relatórios socioambientais.	2,83	3	3	1,24
Os stakeholders (sócios, empregados, clientes, fornecedores, bancos, órgãos do governo, etc.) das PME's buscam cada vez mais por informações socioambientais junto às empresas, exigindo destas uma responsabilidade não só interna como também externa.	3,04	3	3	1,32
Os relatório de sustentabilidade apresentados pelas PME's evidenciam as questões socioambientais mais relevantes segundo as melhores práticas e modelos internacionais	2,85	3	3	1,45

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

5. CONCLUSÃO

A finalidade do estudo foi averiguar a percepção dos profissionais de contabilidade do município de Petrolina-PE e Juazeiro-BA sobre a responsabilidade socioambiental nas empresas, levando em consideração a influência que os contadores têm diretamente nas entidades e o quanto os conhecimentos dos mesmos podem ajudar nas decisões da empresa sobre a assunto abordado.

O resultado da pesquisa demonstrou que 42,4% dos profissionais entrevistados afirmam sobre o grau de importância da responsabilidade socioambiental nas empresas, todavia, o percentual de empresas na região que não apresenta informações ou relatórios socioambientais foi muito baixo, totalizando 5,4% segundo os entrevistados.

Observou-se que, os profissionais de contabilidade que atua nas empresas não estão totalmente capacitados para à elaboração de análise e interpretação de relatórios socioambiental, foi perguntado aos 92 profissionais entrevistados e apenas 8 responderam que os profissionais são sim capacitados, e os demais afirmaram que não.

Em geral, os profissionais entrevistados do município de Petrolina e Juazeiro, compreende com a importância da temática, apesar do conhecimento

dos envolvidos ser superficial a respeito da responsabilidade socioambiental nas empresas.

O objetivo do trabalho foi alcançado com sucesso, visto que o propósito do trabalho seria coletar a percepção dos profissionais de contabilidade sobre a responsabilidade socioambiental nas empresas dos municípios mencionados, e obteve um total de 92 profissionais informando a sua percepção sobre a pauta.

Como sugestão para pesquisas complementares deste estudo, e ainda considerando o vasto conteúdo que podemos encontrar a autora deixa as seguintes indicações para pesquisas futuras: ampliação da amostragem, aplicando a metodologia abordada em outras cidades.

REFERÊNCIAS

ASHLEY, Patrícia Almeida. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

ALESSIO, Rosemeri. **Responsabilidade social das empresas no Brasil: reprodução de postura ou novos rumos?** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004

BARBIERI, José Carlos; SOUSA, A. dos Santos. **Responsabilidade ambiental no Brasil: novos desafios para a formação de administradores**; 2005

BISSCHOP, L. Corporate environmental responsibility and criminology**. Law and Social Change, Belgium**, v. 53, n. 4, p. 349-364, May 2010.

BIELSCHOWSHY, Ricardo et al**. Desenvolvimento, justiça e meio ambiente**. 1 ed. São Paulo: Peirópolis, 2009. 325 p. Organizador: José Augusto Pádua. Disponível em: 91 Revista Ciência Contemporânea - jun./dez. 2017, v. 2, n.1, p. 75 - 94 . Acesso em: 13 abr. 2017.

BUSCH, RIBEIRO. **Responsabilidade socioambiental empresarial: revisão da literatura sobre conceitos.** Revista de gestão integrada em saúde do trabalho e meio ambiente. 2009

CAMARGO, Mariângela Franco; UEDA, Mery; SUZUKI, Fabiana Mayumi; et. al. **Gestão do terceiro setor no Brasil: Estratégias de captação de recursos para organizações sem fins lucrativos.** São Paulo: Futura, 2002.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yonna. **O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: ArtMed, 2006, p.15-41.

ETHOS, **Responsabilidade Social das Empresas – Percepção do Consumidor Brasileiro**, São Paulo, dezembro de 2012.

FERREIRA, A. C. S. **Custos ambientais – uma visão de sistema de informações.** In: SEMINÁRIO DE CONTABILIDADE AMBIENTAL, 1., Bahia. Universidade Livre da Mata Atlântica, 2003

FILHO, Raimundo Nonato Lima et al. **A compreensão dos estudantes sobre o conceito de passivo ambiental: um estudo nos cursos de ciências**

contábeis em Salvador-BA. Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 108-121, jan./mar. 2013.

GOMES L.(2012) **A importância da contabilidade ambiental nas organizações.** Renovado o Reconhecimento pela Portaria nº 110

MANCINI, Sérgio; MURITIBA, Sérgio Nunes; OLIVEIRA, Patricia Morilha de;KRUGLIANSKAS, Isak. **Valores organizacionais na gestão com responsabilidade socioambiental.** In:Anais... XXVII Encontro da Anpad, Atibaia–SP. 24 a 27 de setembro de 2003.

MESQUITA, Et al. **A perspectiva da sustentabilidade para futuros gestores,** Revista Gestão e Organizações ISSN 2526-2289 v. 05, n. 04, Out/Dez. 2020.

MELO NETO, Francisco P. de; FROES, César. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004

NOBRE. **A importância da contabilidade ambiental das empresas no contexto atual.** 2019

PFIRSHER, Paulo César. **Educação ambiental: a nova face da gestão de negócios.** Congresso Brasileiro de Custos, 2004.

PRODANOV, FREITAS. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico,** Editora Feevale, 2013.

QUEIROZ, et al. **Responsabilidade Social: Uma estratégia para as empresas se destacarem no mercado,** 2014.

RIBEIRO, & SOUZA **Contabilidade ambiental.** São Paulo: Saraiva. 2010.

RIBEIRO, Maisa de Souza; BONFANTE, Talia Manceira; GOMES, Carla Cristina Martoni Pereira; CIOFFI, José Leandro. **Responsabilidade socioambiental no setor de papel e celulose**. In:Anais... XXXIII Encontro da Anpad, São Paulo–SP. 19 a 23de setembro de 2009

RICARDO, **A Importância do Impacto Positivo para Pequenas e Médias Empresas. 2023, <** https://sustentabilidadeagora.com.br/a-importancia-do-impacto-positivo-para-

pequenasmediasempresas/#:~:text=As%20PMEs%20que%20adotam%20pr%C3%A1ticas,suas%20pr%C3%B3prias%20cren%C3%A7as%20e%20valores.>

SARMIENTO GUTIERREZ, **O desenvolvimento sustentável,** Boletim de análise político-institucional, 2013.

SANTOS & SILVA, **Sustentabilidade empresarial: um novo modelo de negócio,** Revista Ciência Contemporânea, 2017.

SANTOS, Adalto de Oliveira *et al.* **Contabilidade ambiental: um estudo sobre a aplicabilidade em empresas brasileiras**. Rev. Contabilidade & Finanças FIPECAFI, FEA-USP, São Paulo: v. 06, nº 27, 2001.

TINOCO, KRAEMER, Et Al. **Contabilidade ambiental e gestão ambiental.** São Paulo: Atlas, 2011.

VERLÂNDIA GODOI, **A Percepção dos acadêmicos de ciências contábeis da AEVSF/FACAPE quanto a relevância do estudo da contabilidade ambiental para sua formação profissional.** ISSN: 2359-1048, novembro 2020.

VELLANI, C. L.; RIBEIRO, M. S. **Sustentabilidade e contabilidade**. Revista Contemporânea de Contabilidade, v. 6, n. 11, p. 187-206, 2009.

USANDO ACTIVIDADES ORALES DE PUSHED OUTPUT PARA INCREMENTAR CALIDAD DE PARTICIPACIÓN DE ESTUDIANTES DE 9NO AÑO

Camilo Jesús Guerra Rodríguez
Pontificia Universidad Católica de Valparaíso
Facultad de Filosofía y Educación

RESUMEN: La participación es una parte de la dinámica escolar que a los docentes puede afectar gigantemente, pues es la forma que los estudiantes y docentes interactúan en el espacio de aprendizaje. El siguiente trabajo busca aplicar las ideas del habla forzada de Swain (1995, 2005) para mejorar la calidad de participación de los estudiantes. Este trabajo presentará una estructura de propuesta de una acción-investigación que tendrá en mente implementar en un curso real, de adolescentes, el uso del habla forzada en actividades orales con un proceso de andamiaje. No hubo aplicación real de este trabajo en el aula de clases, pero se aconseja a los lectores considerar hacerlo, adaptando sus propios materiales de educación para las necesidades de los estudiantes.

Palabras clave: Salida empujada. Participación. Discurso. Educación.

ABSTRACT: Participation is a crucial aspect of the school dynamics that can greatly impact teachers, as it is the way students and educators interact in the learning space. The following work aims to apply the ideas of forced output by Swain (1994) to enhance the quality of student participation. This paper will present a proposed action-research structure with the intention of implementing the use of forced output in real classroom activities for adolescents, coupled with a scaffolding process. While this work has not been applied in a classroom setting, readers are advised to consider doing so, adapting their own educational materials to the students' needs.

Keywords: Pushed output. Participación. Speaking. Educación.

1. INTRODUCCIÓN

La participación y la calidad de la producción no siempre están vinculadas al evaluar la participación. La investigación muestra que los estudiantes a menudo son reacios a participar (Caspi et al., 2008). No es sorprendente que muchos

investigadores se centren en cómo aumentar la participación cuando hay datos desalentadores, como los de Weaver y Qi (2005), donde solo el 12% de los estudiantes participaban regularmente en las clases. Además, varios investigadores han señalado que la participación es un factor que ayuda a los estudiantes a mejorar su satisfacción y éxito en el aprendizaje de idiomas (Tatar, 2005; Tsou, 2005; Astin, 1999). Sin embargo, una pregunta que surge de esta situación es: ¿qué se puede hacer cuando se logra la participación, pero la calidad de la misma necesita mejorar? La calidad de la producción puede estar vinculada a la complejidad de las ideas compartidas por los estudiantes, pero los profesores de inglés también deben centrarse en el contenido, la fluidez y la precisión para ayudar a los estudiantes a alcanzar un nivel de competencia que les permita comunicarse adecuadamente.

Para descubrir cómo mejorar la calidad existente de la participación, la siguiente propuesta de investigación-acción tiene la intención de investigar si el uso de actividades de expresión oral "pushed output" ayudaría a mejorar la calidad de la participación de los estudiantes de noveno grado.

Este grupo de estudiantes participa en las lecciones, pero comete varios errores y depende en gran medida de su lengua materna. Según los resultados de una encuesta, no sienten que su nivel de inglés sea suficiente para participar con éxito en las clases (52%) y, además, creen que su participación aumentaría si pudieran usar el español para apoyar su participación (64%). Para aplicar esta propuesta, se incentivará a los estudiantes a producir en inglés, ya que el uso de su lengua materna podría afectar su proceso de mejora al disminuir su exposición al idioma (Cook, 2001). Además, en cuanto a las preferencias, 16 de 24 estudiantes respondieron que prefieren actividades de expresión oral (hablar en inglés, actuar una obra, hacer entrevistas) como su forma de participar, lo cual beneficia la propuesta, ya que se realizará teniendo en cuenta sus preferencias para mantener su motivación a lo largo de las lecciones.

Sin embargo, la propuesta deberá ajustarse a las normas de la escuela donde se implementará. La escuela es un centro de examen de Cambridge y, como tal, sigue varias políticas relacionadas con la evaluación. Por ejemplo, la escuela utiliza libros de texto de Oxford y su uso es obligatorio para los estudiantes. Esto tiene un impacto directo en la planificación de lecciones, ya que obliga a los profesores a centrarse en las unidades y contenidos establecidos allí.

Además, se espera que las pruebas sean de alguna manera similares a las utilizadas en los exámenes de Cambridge, ya que se espera que los estudiantes alcancen niveles de competencia B2. Dado que las principales actividades para la unidad que se utilizará en esta propuesta son actividades de descripción de imágenes, el objetivo de este trabajo es que los estudiantes mejoren su calidad de participación a través de actividades de producción de pushed output, como las actividades de descripción de imágenes.

La siguiente propuesta se estructurará de la siguiente manera: primero, desarrollará una descripción general de los diferentes constructos y teorías que abarca el plan de acción; segundo, desarrollará el plan de acción, sus objetivos, pasos y materiales; y tercero, desarrollará una reflexión final sobre el trabajo y sus limitaciones.

2. MARCO TEÓRICO

La sección del marco teórico se dividirá en cuatro partes. La primera definirá el habla y explicará por qué se eligió como la habilidad principal para trabajar en esta propuesta. La segunda explicará qué es la producción forzada (pushed output), sus tres etapas diferentes y el papel del andamiaje (scaffolding) en guiar estos pasos. La tercera definirá la participación y explicará cómo evaluarla. Finalmente, la cuarta definirá las actividades de descripción de imágenes y cuentos, que serán las principales actividades realizadas a lo largo de la propuesta del plan de acción.

2.1. Habla

Hablar es la capacidad de pasar de ideas abstractas a enunciados inteligibles que llevan significado (Widdowson, 1978). Basándose en esto, se les pide a los estudiantes, al evaluar el habla, que produzcan enunciados que otros puedan entender y que se utilicen intencionalmente para comunicar significado.

La razón por la que se eligió el habla es porque es una habilidad difícil que a veces se descuida en las aulas de inglés como lengua extranjera (Sakale, 2012). Sin embargo, esto no significa que enseñar a hablar deba ser una experiencia

difícil. Según Harmer (2007), hay tres razones diferentes por las cuales los estudiantes deben realizar actividades de habla: en primer lugar, el ensayo, ya que los estudiantes podrán usar el lenguaje real para comunicarse sobre oportunidades de la vida real en la seguridad de un aula. En segundo lugar, la retroalimentación es beneficiosa tanto para los profesores como para los estudiantes, ya que los primeros pueden evaluar cuánto están aprendiendo y los últimos pueden verificar su conocimiento y aprender en qué aspectos necesitan mejorar. En tercer lugar, las tareas de habla pueden ser atractivas para los estudiantes, ya que estimulan diferentes aspectos de sus vidas, no solo lingüísticos sino también sociales y personales.

2.2. Producción Forzada (Pushed Output)

La hipótesis de la producción (output hypothesis) es una teoría que complementa la hipótesis de la entrada (input hypothesis) con respecto a la adquisición de segundas lenguas (Birkner, 2016). Esta hipótesis surgió cuando Swain (1985) afirmó que la comprensión de la entrada y las oportunidades para negociar significado no eran únicamente necesarias para adquirir un nuevo idioma, sino que también se requerían oportunidades para que los aprendices de idiomas lo usaran activamente en diferentes contextos y situaciones. Swain, entonces, desarrolló la hipótesis de producción forzada, que explica que los aprendices de idiomas que son impulsados a producir lenguaje desarrollarán más competencia en el idioma objetivo. Esto se debe a que los aprendices necesitan entrada (en este caso en forma de retroalimentación) para obtener más conocimiento sobre su uso del inglés, sin embargo, esto no puede hacerse si no se los empuja fuera de su zona de confort. Una vez que los aprendices se fuerzan a producir salida, negociarán significado y recibirán retroalimentación que los ayudará a adquirir las competencias necesarias para tener éxito la próxima vez que tengan que comunicar algo similar (Nation, 2011). Esta teoría, por lo tanto, se ha utilizado para poner a prueba sus principios. Por ejemplo, la investigación de Sadegui y Edalati (2014) mostró que los aprendices que fueron impulsados a hablar aumentaron su precisión en el idioma objetivo, lo que refuerza la utilidad de la producción forzada en las lecciones.

Además, según Swain (1995, 2005), la forma en que las actividades de producción forzada desencadenan la adquisición del lenguaje de los aprendices tiene tres procesos diferentes: primero, la sección de notación o desencadenante, que tiene que ver con el momento en que el aprendiz se da cuenta de que hay una brecha entre lo que quieren expresar y lo que son capaces de producir, haciéndolos más conscientes de su necesidad de obtener nuevos recursos lingüísticos para hacerlo. La segunda es la prueba de hipótesis, que es cuando un aprendiz formula una hipótesis sobre cómo deben estructurar el significado de lo que quieren comunicar. En esta fase, ocurre la negociación de significado. Este último concepto se refiere a un proceso en el que los hablantes tratarán de entenderse claramente mediante la solicitud de aclaraciones o la reformulación. Finalmente, el último es la reflexión metalingüística, que es donde el aprendiz adquirirá activamente el nuevo idioma al darse cuenta de su propósito en el entorno de comunicación, ya que pudieron crear una salida significativa.

En cuanto a tipos útiles y efectivos de actividades de aprendizaje de idiomas en lecciones para desarrollar la precisión de los estudiantes, Nation y Newton (2009) señalan que las actividades individuales que incluyen descripciones de imágenes y cuentos son las más útiles para los aprendices, ya que el enfoque principal está en el significado del contenido en lugar del idioma que se utiliza. Sin embargo, a pesar de que los estudiantes no podrán crear guiones para sus actividades de producción forzada, ya que va en contra de su propósito, el proceso para ayudarlos a alcanzar la confianza para usar su idioma requerirá cierto andamiaje. Las actividades de descripción de imágenes y cuentos se desarrollarán en formato hablado, lo que, según Naibaho (2019), ayudará a los estudiantes a aumentar su participación y rendimiento si se les guía paso a paso a lo largo de las lecciones. Además, para aplicar una evaluación exitosa a las lecciones, es necesario asegurarse de que los estudiantes reciban el apoyo y la orientación adecuados (Wood, Bruner y Ros, 1976). Por lo tanto, la planificación de las lecciones debe consistir en varias lecciones para asegurarse de que los estudiantes alcancen cada etapa de mejora de la producción y para modelar la actividad de descripción de imágenes y cuentos antes de practicarla, con el fin de alcanzar eventualmente una evaluación en la que se sientan preparados.

2.3. Participación

La participación se ve comúnmente como una estrategia para evaluar el aprendizaje de los estudiantes y su participación en la lección. Los profesores suelen considerar la participación como la disposición de los estudiantes para participar y comprometerse oralmente en el aula. Sin embargo, la participación es un concepto más amplio y complejo. Vandick (2000), por ejemplo, argumenta que hay varios otros criterios que un profesor puede elegir para evaluar la participación de los estudiantes, aparte de levantar la mano para hablar en clase. En ese sentido, Dancer y Kamvounias (2005) elaboraron un marco de cinco criterios para evaluar la participación. Estos son: preparación, contribución a la discusión, habilidades grupales, habilidades de comunicación y asistencia. De interés para este trabajo, el cuarto criterio es el que utilizará esta propuesta, ya que sigue la necesidad de mejorar el lenguaje de los estudiantes en su participación en clase. Dado que los estudiantes en cada clase participan e intentan comunicar sus ideas, la cantidad de participación no se evaluará, sino la calidad de la misma, que Petres (2006) considera tan importante como la cantidad.

En cuanto a cómo evaluar la calidad de la participación, ha habido varios intentos de mejorar las rúbricas para evaluarla. La Rúbrica de Esfuerzo Observable Hacia el Rendimiento de Calidad (OEQP) se considera la más completa en este momento con varios criterios diferentes (Stepanczuk, 2017). Para esta propuesta, tomaré la cuarta sección de esta rúbrica, que detalla (Jones, 2008):

> **Rúbrica de Esfuerzo Observable Hacia el Rendimiento de Calidad (OEQP)**
>
> a. Hablar lo suficientemente alto y claro para que el profesor te entienda.
>
> b. Usar solo inglés.
>
> c. Hablar en oraciones completas.
>
> d. Intentar con éxito utilizar con precisión nuevas palabras y frases que el profesor ha modelado.

La decisión de utilizar esta sección de la rúbrica se debe a que, primero, se alinea con la necesidad de evaluar la calidad de la participación; segundo, obligará a los estudiantes a usar solo inglés en su producción, que es una de las características de la participación de los estudiantes que esta propuesta intenta

abordar; tercero, se alinea con el objetivo de hacer que los estudiantes creen oraciones significativas; y finalmente, los estudiantes serán evaluados por el uso del nuevo lenguaje, que es el resultado esperado de los momentos de producción forzada durante las lecciones; por lo tanto, se alinea con el objetivo de esta propuesta.

2.4. Actividades de Descripción de Imágenes y Cuentos

Las actividades de descripción de imágenes son un tipo de actividad narrativa con el que muchos estudiantes están familiarizados. La razón de su renombre es que son una de las actividades que algunos exámenes de certificación, como el C1 Advanced, utilizan para evaluar la expresión oral. Sin embargo, también hay hallazgos que respaldan el uso de este tipo de actividad para mejorar la producción de los estudiantes. Según Martin, Ramírez-Ávila y Guzmán (2020), actividades como contar historias utilizando descripciones de imágenes han demostrado mejorar la competencia oral de los estudiantes. No solo eso, sino que también Mackey y Philip (1998) y Swain y Lapkin (2000) utilizaron la actividad de contar historias con imágenes como una actividad de producción forzada para hacer que los estudiantes usen su creatividad para producir habla. Finalmente, dado que la escuela también se enfoca en preparar a los estudiantes para exámenes internacionales, argumentaría que es más probable que esta intervención sea aceptada, ya que se alinea con sus objetivos.

3. MATERIALES Y MÉTODOS

El siguiente plan de acción ha sido diseñado para ayudar a los estudiantes a mejorar la precisión del lenguaje utilizado al participar en actividades de expresión oral utilizando técnicas de producción forzada. Todo el plan estará dentro del alcance de la Unidad 5: "Una Vida de Crimen" por varias razones: primero, los profesores y estudiantes trabajarán con el material del Oxford Learner's Bookshelf, y los profesores utilizarán esta unidad durante el semestre. En segundo lugar, la unidad presenta vocabulario y gramática revisados durante unidades anteriores, lo que ayudará al profesor a centrarse en recordar

conocimientos previos en lugar de aprender nuevas estructuras gramaticales. Finalmente, la unidad utiliza tiempos pasados en sus actividades, lo cual se ajusta perfectamente a las actividades de contar historias, y más importante aún, al vocabulario para describir imágenes, lo cual será útil para los estudiantes cuando cuenten historias.

Dado que los estudiantes requerirán tres lecciones diferentes para implementar las tres secciones de actividades de producción forzada, habrá una lección para recibir el modelado de la actividad, una lección para practicar en parejas y una lección para repetir la actividad, pero en la instancia sumativa, la intervención se dividirá en seis sesiones de 90 minutos cada una. La razón detrás de la decisión de mostrarles la actividad primero y luego practicarla es seguir las ideas del andamiaje.

En cuanto a los objetivos, progresarán desde actividades cognitivamente menos exigentes hasta actividades más complejas según la taxonomía de Bloom (1956). En la primera lección, los estudiantes recordarán información y la aplicarán en una actividad de expresión oral. En la segunda lección, analizarán la narración de la lección anterior. Finalmente, en la tercera lección, alcanzarán el nivel de evaluación, donde corregirán errores y juzgarán cómo hacer que la narración sea más precisa basándose en la nueva información proporcionada.

Para completar las actividades en este plan de acción, necesitamos diferentes tipos de materiales. En primer lugar, el libro del estudiante (Oxford Learners) es crucial porque dirigirá las lecciones a lo largo del mes. En segundo lugar, los estudiantes utilizarán sus teléfonos inteligentes para grabar su producción de audio. En tercer lugar, después de grabarse a sí mismos en las primeras sesiones, los estudiantes usarán un texto con la transcripción de lo que dijeron en el proceso de análisis metalingüístico. Las actividades son individuales durante las tres primeras lecciones porque, al principio, las lecciones se centrarán en los propios procesos lingüísticos de los estudiantes, con la sección de negociación de significado y prueba de hipótesis realizada con comentarios dados por el profesor. Las sesiones tres, cuatro y cinco tendrán todas las etapas de las actividades de producción forzada, por lo que, para impulsar a los estudiantes a negociar significado y recibir retroalimentación correctiva, trabajarán en parejas. Además, la razón detrás de la pareja es debido a los beneficios que Harmer (2007) describe sobre la expresión oral, que conectan la mejora de la precisión con las

oportunidades sociales para que los estudiantes usen el lenguaje para comunicarse en actividades de la vida real.

En cuanto a los tipos de evaluaciones, habrá instancias de evaluación formativa y sumativa durante todo el proceso. Por un lado, la evaluación formativa se realizará en dos instancias diferentes: primero, el texto del primer producto hablado que los estudiantes produjeron en la primera lección. En esta actividad, los estudiantes se corregirán a sí mismos, y el profesor lo utilizará para verificar si aprendieron los contenidos gramaticales y léxicos de la unidad. En segundo lugar, el cuestionario que se realizará en la quinta lección ayudará al profesor a ver las percepciones de los estudiantes sobre todo el proceso de aprendizaje.

Por otro lado, la evaluación sumativa será una actividad de narración de historias con descripción de imágenes. La actividad se evaluará con dos rúbricas, obteniendo un total de 23 puntos, siendo 15 puntos relacionados con el lenguaje y el rendimiento, y 8 puntos relacionados con el comportamiento y las decisiones de los estudiantes durante la actividad (por ejemplo, usar inglés durante toda la actividad o agregar contenido de la unidad en la historia).

La primera rúbrica (rúbrica de producción) muestra tres criterios:

- **Pronunciación:** evalúa la inteligibilidad de los estudiantes sin vacilaciones ni balbuceos. No hay un enfoque específico en sonidos individuales, ya que las lecciones no se centran en la fonética y también porque se mencionó anteriormente que la pronunciación en inglés no es un factor que importe en la participación de los estudiantes. También se alinea bien con la segunda rúbrica.
- **Vocabulario:** evalúa la competencia de los estudiantes en el uso del vocabulario aprendido durante toda la intervención. Tanto la gramática como la sección que evalúa los resultados de la secuencia de producción forzada.
- **Gramática:** evalúa la competencia de los estudiantes en las características gramaticales revisadas en clase y el uso correcto de ellas en la actividad de narración de historias con descripción de imágenes. Tanto el vocabulario

como la sección que evalúa los resultados de la secuencia de producción forzada.

La segunda rúbrica (OEQP) evaluará la calidad de la participación del estudiante con cuatro criterios para completar los ocho puntos.

4. INSTRUMENTOS DE RECOPILACIÓN DE DATOS

La pregunta de investigación es la siguiente:

¿Podrán los estudiantes de noveno grado mejorar la calidad de su participación (precisión) a través de actividades de expresión oral con producción forzada?

Con el fin de evaluar la mejora de la calidad de la participación de los estudiantes después de la investigación-acción, se utilizarán cuatro instrumentos diferentes:

4.1. Cuestionario:

- Se entregará un nuevo cuestionario a los estudiantes antes de la prueba final. Aquí, el profesor podrá evaluar la percepción de los estudiantes sobre su propio progreso lingüístico después de las lecciones. Las preguntas incluirán:

1. ¿Cómo calificarías tu primera historia después de la primera lección en términos de uso del lenguaje?
2. ¿Cómo calificarías tu historia corregida después de la última lección en términos de uso del lenguaje?
3. ¿Sientes que tienes más conocimiento para contar una historia después del vocabulario y los tiempos verbales que aprendiste en esta unidad?
4. ¿Te sientes más competente al usar solo inglés para participar en la clase?

4.2. Rúbrica para la Producción Oral:

- Dado que la institución aún requiere que los profesores utilicen una rúbrica general para evaluar el lenguaje de los estudiantes, la rúbrica se construyó con los siguientes criterios:

1. **Inteligibilidad:** Como se mencionó anteriormente, el enfoque principal de la unidad no es la pronunciación; sin embargo, se pedirá a los estudiantes que hablen clara y fuertemente sin murmullos ni muchas vacilaciones.
2. **Vocabulario:** Junto con la gramática, esta sección será la que evalúe el resultado de las secuencias de producción, ya que, si funciona correctamente, los estudiantes deberían poder utilizar con precisión el vocabulario y la gramática aprendidos en la unidad.
3. **Gramática:** Igual que arriba.

4.3. Rúbrica OEQP:

- Este será el tercer instrumento y no se modificará para la propuesta, ya que se alinea perfectamente con los objetivos. Los estudiantes serán evaluados en su rendimiento general, que incluirá puntos por su participación y uso general del lenguaje.

5. CONSIDERACIONES FINALES

La investigación-acción representa un enfoque de trabajo que demanda una planificación a largo plazo y un análisis exhaustivo del grupo y la problemática que se busca mejorar. En el caso del presente trabajo, se trata de una propuesta que estuvo a punto de implementarse. Sin embargo, debido a cuestiones logísticas, no pudo llevarse a cabo con el grupo de estudiantes inicialmente considerado. A pesar de ello, considero que la idea cuenta con un sólido respaldo a través de un análisis pedagógico teórico, lo cual podría permitir la aplicación de

este proyecto en diversas aulas con el propósito de elevar la calidad de participación de estudiantes que ya han superado la etapa de no mostrar disposición para participar.

BIBLIOGRAFIA

Astin, A. W. (1999). *Student involvement: A developmental theory for higher education Journal of College Student Development*. 40., 518–529

Birkner, Victor (2016) Revisiting Input and Output Hypotheses in Second Language Learning *Journal of Asian Education Studies*. p., 19.

Bloom, B. S. (1956). Taxonomy of educational objectives, handbook I: *The cognitive domain. New York: David McKay Co. Inc.*

Caspi, Avner & Chajut, Eran & Saporta, Kelly. (2008). Participation in class and in online discussions: Gender differences. Computers & Education. 50. 718-724.

Cook, V. (2001). Second Language Learning and Language Teaching (3rd ed.). London: Arnold.

Dancer, D, & Kamvounias, P. (2005). Student involvement in assessment: a project designed to assess class participation fairly and reliably. *Assessment & Evaluation in Higher Education*, 30(4), 445–454

Harmer, J. (2007). How to teach English (2nd Ed.). London: Pearson Education Limited. *Language Teaching Research* 4, 251-75.

Jones, R.C. (2008). The "why" of class participation: A question worth asking. *College Teaching*, 56(1), 59-63.

Mackey, A., & Philp, J. (1998). Conversational interaction and second language development: Recasts, responses, and red herrings? *Modern Language Journal,* 82, 338-356.

Martin, Diana & Ramirez-Avila, Maria & Guzman, Irma. (2020). Storytelling through Picture Description to Enhance Very Young EFL Learners' Oral Production. *Journal of Foreign Language Teaching and Learning. vol 5.*

Naibaho, Lamhot. (2019). The effectiveness of the scaffolding method on students's speaking achievement. *International Journal of Research - Granthaalayah*. 7. 193-201.

Nair, V.; Yunus, M.M. A. (2021) Systematic Review of digital storytelling in improving speaking skills. *Sustainability 2021,* 13, 9829.

Nation, I.S.P. (2011) Second language speaking. In E. Hinkel (Ed.), *Handbook of Research in Second Language Teaching and Learning*, New York: Routledge. pp.444-454.

Nation, I.S.P., & Newton, J. (2009). Teaching ESL/EFL Listening and Speaking. Routledge, New York and London. 205 pp.

Petress, K. (2006). An operational definition of class participation. *College Student Journal*, 40(4), 821-823.Routledge.

Sadeghi Beniss, A. R., & Bazzaz, V. E. (2014). The impact of pushed output on accuracy and fluency of Iranian EFL learners' speaking. International Journal of Linguistics and *Translation Studies*, 2(2), 51-72.

Sakale, S. (2012). Rethinking speaking skills in EFL (English as a foreign language) Settings. Sino-US English Teaching. 9, 4.

Seminario San Rafael. (2017). Proyecto Educativo Institucional Seminario San Rafael.

Stepanczuk, D. (2017) Assessment Rubric and Methodology for Quality Classroom Participation. OnCUE Journal, 10(3), pages 152-171

Swain, M. (1985). Communicative competence: Some roles of comprehensible input and comprehensible output in its development. In S. M. Gass, & C. Madden (Eds.), *Input in second language acquisition,* Rowley, Mass: Newbury House. pp. 235-253.

Swain, M. (2005). The output hypothesis: theory and research. In E. Hinkel (Ed.), Handbook of research in second language teaching and learning, Yahweh, N.J: Lawrence Erlbaum Associates. pp. 471-483.

Swain, M., & Lapkin, S. (2000). Task-based second language learning: The use of the first language.

Szyszka, Magdalena. (2011). Foreign language anxiety and self-perceived English pronunciation competence. *Studies in Second Language Learning and Teaching.*

Tatar, S. (2005). Why keep silent? The classroom participation experiences of non-native-English-speaking students. Language and Intercultural Communication, vol 5, 284-293.

Tsou, Wenli. (2005). Improving Speaking Skills Through Instruction in Oral Classroom Participation. *Foreign Language Annals.* 38. 46-55.

Vandrick, S. (2000). Language, culture, class, gender and class participation. Paper presented at TESOL Annual International Convention, Vancouver, Canada

Warschauer, M., & Healey, D. (1998). Computers and language learning: An overview. *Language Teaching,* 31, 57-71.

Weaver, R. R., & Qi, J. (2005). Classroom organization and participation: College students' perceptions. *The Journal of Higher Education*, 76, 570–601.

Widdowson, H. G. (1978). Teaching language as communication. *New York: Oxford University Press.*

Wood, D., Bruner, J. S., & Ross, G. (1976). The role of tutoring in problem solving. *Child Psychology & Psychiatry & Allied Disciplines,* 17(2), 89–100.

VIOLÊNCIA E PANDEMIA: O CRESCIMENTO DO ÍNDICE DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19
VIOLENCE AND PANDEMIC: THE GROWTH IN THE DOMESTIC VIOLENCE RATE DURING THE COVID-19 PANDEMIC

Milena Katrine Conceição Arrais[22]

Sabrina Layane Rodrigues Menezes Alves[23]

RESUMO: O presente estudo investigou o problema da violência contra as mulheres no contexto da pandemia desencadeada pelo coronavírus, que teve início em março de 2020. Por meio de uma revisão bibliográfica, foram examinadas publicações e doutrinas que abordam as principais leis relacionadas ao tema. Observou-se que o Brasil carece de legislação adequada para garantir a segurança das mulheres vítimas de violência doméstica na prática. Além disso, constatou-se que, durante a pandemia e o subsequente distanciamento social, apesar do aumento da violência doméstica contra as mulheres, esse problema não foi adequadamente refletido nas estatísticas, devido à maior dificuldade enfrentada para realizar denúncias, causada pela paralisação de diversos serviços sociais em decorrência da pandemia.

Palavras-chave: Mulher. Violência. Feminicídio. Pandemia. Isolamento.

ABSTRACT: The present study investigated the problem of violence against women in the context of the pandemic triggered by the coronavirus, which began in March 2020. Through a bibliographical review, publications and doctrines that address the main laws related to the subject were examined. It was observed that Brazil lacks adequate legislation to guarantee the safety of women victims of domestic violence in practice. In addition, it was found that, during the pandemic

[22] Discente do curso de Direito da Faculdade de Petrolina (FACAPE); E-mail: milenakatrineconceicaoarrais@gmail.com .

[23] Docente do curso de bacharelado em Direito da Faculdade de Petrolina (FACAPE); Advogada OAB-PE; Vice- presidente da Comissão de Relações Acadêmicas e Exame da Ordem (CRAEO) da OAB/PE - Subseção Petrolina/PE; Especialista em Ciências Criminais pelo Centro Universitário União das Américas (UNIAMERICA); Especialista em Direito Público pela Faculdade Legale; Bacharela em Direito pela Faculdade de Petrolina-PE (FACAPE); E-mail: layane.sabrina@gmail.com.

and the subsequent social distancing, despite the increase in domestic violence against women, this problem was not adequately reflected in the statistics, due to the greater difficulty faced in making complaints, caused by the stoppage of several social services as a result of the pandemic.

Keywords: Woman. Violence. Femicide. Pandemic. Isolation.

1. INTRODUÇÃO

Este texto aborda a violência doméstica durante a pandemia, destacando a necessidade de entender a evolução social da mulher e as raízes do machismo. Ele também explora a importância da Lei Maria da Penha, discute como a quarentena da COVID-19 criou um ambiente propício para agressores e destaca a crescente necessidade de medidas para reduzir a violência contra as mulheres.

O texto ressalta o papel de aplicativos e serviços como Uber e Rappi, que visam ajudar mulheres em situações de perigo. Além disso, enfatiza a importância de as mulheres conhecerem seus direitos e procedimentos para registrar ocorrências. Também menciona a responsabilidade de toda a sociedade na prevenção da violência doméstica, apontando a necessidade de responsabilizar aqueles que se omitem em socorrer as vítimas.

Os dados foram obtidos empiricamente e por meio de pesquisas na Guarda Civil de Petrolina, Pernambuco, revelando que o índice de violência doméstica não diminuiu de 2019 a 2023, e que denunciar tornou-se mais difícil.

Por fim, o texto discute a influência de terceiros nos casos de violência doméstica e destaca como a omissão pode ser prejudicial, incentivando a intervenção de terceiros para evitar situações mais graves e desafiando o ditado "em briga de marido e mulher, não se mete a colher".

2. EVOLUÇÃO DA VISÃO SOCIAL EM RELAÇÃO A MULHER

Ao longo da história, a imagem da mulher foi associada aos afazeres domésticos e à submissão aos homens, refletindo uma carga machista enraizada na sociedade. Isso remonta aos tempos paleolíticos, onde as mulheres eram frequentemente retratadas como responsáveis pela coleta de alimentos e pelos

cuidados com os filhos, enquanto os homens eram os caçadores. Essa visão persistiu em várias obras, como o livro de Boitard Pierre de 1861 e até em desenhos animados, como "Os Flintstones," que perpetuavam o estereótipo do homem das cavernas arrastando sua companheira pelos cabelos (PATRICK, 2011). Nas estatuetas de Vênus, que datam desse período, as mulheres são representadas com formas exageradas enfatizando características relacionadas à fertilidade e sexualidade (OLIVETO, 2020).

Na Idade Média, obras como "Os Remédios para o Amor" de Ovídio e "As Lamentações de Mateolo" de Jehan Le Févre, bem como o "Segredo das Mulheres" de Aristóteles, apresentavam uma visão androcentrista que depreciava a imagem feminina, retratando as mulheres como seres irracionais (FERREIRA, 2019). No entanto, houve avanços notáveis nesse período, com a permissão do trabalho feminino em setores como comércio, têxteis e alimentação. Além disso, mulheres de famílias ricas tinham acesso à educação, embora o acesso à educação para as mulheres tenha sido um tema debatido ao longo da história, desde os tempos de Platão e Sócrates. Platão argumentava que as mulheres tinham direito à educação, mas com limitações de gênero, enquanto Sócrates defendia a igualdade entre homens e mulheres (MOURATO, 2015).

Entretanto, a ideia de superioridade masculina historicamente justificou agressões contra as mulheres, muitas vezes por motivos triviais. A violência na Idade Média era comum, mas os agressores raramente eram punidos, pois a sociedade frequentemente via as agressões como castigos merecidos pelas mulheres (HISTÓRIA MEDIEVAL, 2022). A modernização trouxe garantias para as mulheres, como a liberdade econômica conquistada em 1962, o direito ao voto em 1932 (ANDRIGHI E MAZZOLA, 2019) e a equiparação de direitos entre homens e mulheres na Constituição Federal de 1988. Apesar desses avanços, a desigualdade de gênero persiste, e a história mostra como a sociedade tratou as mulheres de forma injusta e violenta por séculos.

2.1. Lei Maria da Penha e punição da violência doméstica

Maria da Penha Maia Fernandes é uma farmacêutica bioquímica que conheceu Marco Antonio Heredia Viveros durante seu mestrado em São Paulo, em 1974 (PENHA, 2014). Eles começaram a namorar e se casaram em 1976,

mudando-se para Fortaleza. No entanto, após obter a cidadania brasileira e alcançar estabilidade financeira, Marco tornou-se violento e abusivo (PENHA, 2014). Em 1983, Maria da Penha sobreviveu a duas tentativas de feminicídio, uma das quais a deixou paraplégica. Marco tentou eletrocutá-la durante um banho enquanto a mantinha em cárcere privado (PENHA, 2014). Seu caso serviu de inspiração para a criação da Lei Maria da Penha no Brasil, que busca proteger as mulheres vítimas de violência doméstica.

O primeiro julgamento de Marco Antônio ocorreu em 1991, resultando em uma condenação de 15 anos de prisão, mas ele foi libertado devido a recursos da defesa (PENHA, 2014). Em 1996, houve um segundo julgamento, e ele foi libertado novamente devido a supostas irregularidades processuais. Em 1998, o caso ganhou reconhecimento internacional, levando a punições ao Brasil por sua omissão e negligência (BANDEIRA, 2018). Finalmente, em 2006, foi sancionada a Lei Maria da Penha, que representa um marco na luta contra a violência doméstica no Brasil. Enquanto no pensamento popular, a violência doméstica é frequentemente associada a agressões físicas entre familiares ou cônjuges, o ordenamento jurídico brasileiro, por meio do artigo 5º da Lei 11.340/2006, define a violência como "qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, e dano moral ou patrimonial." Esse conceito busca abranger todos os tipos de violência, indo além da noção social de que apenas a violência física é considerada um crime.

A violência doméstica encaixa-se em vários contextos desde que este se baseie dentro de um relacionamento amoroso, ou entre pessoas que possuam um ciclo de convivência constante.

2.2. Pandemia, Mulher e Agressor

Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde, em Dezembro de 2019 foi descoberto pela Organização Mundial de Saúde (OMS), sobre uma nova cepa da coronavírus que ainda não tinha sido identificada em seres humanos. Para que se pudesse controlar a manifestação desse vírus no Brasil, foi sancionada a Lei n° 13.979, sendo a Lei Nacional da Quarentena, que tratava sobre quarentena, isolamento, distanciamento social e Lockdown. As medidas de prevenção e contenção da disseminação da doença ocasionaram mudanças drásticas no

cotidiano individual, familiar e social, entre elas desencadeou o aumento no índice da violência doméstica (ORNELL, 2020).

A pandemia da COVID-19 levou à adoção de medidas de quarentena e isolamento social no Brasil, resultando em mudanças significativas na vida das pessoas. Com o aumento da convivência entre casais e famílias, houve um aumento preocupante da violência doméstica. Mulheres já eram vítimas de violência desde a infância, passando por agressões por parte de parceiros e ex-companheiros na fase reprodutiva e também na velhice. O confinamento da quarentena tornou as mulheres mais vulneráveis a abusos, uma vez que o agressor podia exercer controle sobre elas, proibindo-as de sair de casa, conversar com familiares e amigos sem supervisão, e escondendo os hematomas resultantes das agressões (BOND, 2020).

Para lidar com essa situação, várias iniciativas foram adotadas. O Signal For Help, um gesto que de acordo com o BBC NEWS (2021) consiste em levantar sua mão e levar o polegar até o centro da palma da mão, como se estivesse fazendo um quatro, em seguida, deve abaixar todos os outros dedos simultaneamente, foi desenvolvido para que as vítimas pudessem pedir ajuda de forma discreta (BBC NEWS, 2021). Na França, denúncias passaram a ser feitas pela internet e as farmácias adotaram um código de segurança para vítimas (BIANQUINI, 2020). No Brasil, várias medidas foram implementadas, incluindo o funcionamento 24 horas das delegacias especializadas e a aceitação de denúncias via internet nos casos que não exigiam exame de corpo de delito. Também foram divulgados aplicativos como PenhaS, Tin, SOS Mulher e Nem Vem, que facilitam a denúncia de violência doméstica (O GLOBO, 2021).

Empresas como a Rappi lançaram o botão "SOS Justiceiras", que oferece apoio às vítimas por meio de advogados, psicólogas e assistentes sociais (CERIONI, 2020). A Uber passou a fornecer corridas gratuitas para mulheres que precisavam se deslocar para uma delegacia ou hospital devido à violência doméstica (UBER, 2022). Além disso, drinks falsos foram criados como um pedido de socorro discreto em bares, onde as mulheres podem pedir essas bebidas para que o atendente ou bar tender tome medidas apropriadas para ajudá-las (GLETTE, 2018). Essas iniciativas visam ajudar as vítimas de violência doméstica a obter ajuda de forma segura e discreta durante a pandemia e além da época pandêmica.

3. ANÁLISE DE DADOS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MUNDO, NO BRASIL E EM PERNAMBUCO

Segundo a ONU mulheres antes do Coronavírus 243 milhões de mulheres e meninas de 15 a 49 anos sofreram algum tipo de violência em 2019 (DIVINSKAYA. 2020)**.** Após o surgimento do vírus e a iniciativa do isolamento, países como Argentina, Canadá, França, Alemanha, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos registraram um aumento no número de pedidos de ajuda, chegando a 40% em alguns desses países (PHUMZILE MLAMBO-NGCUKA. 2020).

Um relatório desenvolvido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Instituto Datafolha (2021) mostrou que 73,5% da população brasileira acredita que a violência doméstica cresceu durante a pandemia (FBSP/DF). Em 2020 foi registrado um crescimento de 36% nos números de denúncias recebidas através do Disque 180 (AGÊNCIA BRASIL), porém houve uma redução de 27,2% em denúncias de lesão corporal dolosa, em todas as esferas disponíveis para realização da denúncia. Também ocorreu uma diminuição das denúncias de estupros com vítimas mulheres, atingindo a casa dos 50,5% em relação ao ano anterior.

Enquanto as denúncias recebidas pelos demais crimes eram reduzidas, a taxa de feminicídio cresceu em 2,2%. Sobre esse quadro, dispõe o relatório:

> A aparente redução da violência contra a mulher representada pela queda nos registros policiais tradicionais era confrontada, portanto, com o aumento da violência letal e das chamadas em canais oficiais de ajuda. Isso fez com que se indicasse que, embora a violência letal estivesse crescendo no período, as mulheres estavam encontrando mais dificuldades para realizar denúncias do que em períodos anteriores, provavelmente por dois motivos: em função do maior convívio junto ao agressor e da consequente ampliação da manipulação física e psicológica sobre a vítima; e das dificuldades de deslocamento e acesso a instituições e redes de proteção, que no período passavam por instabilidades, como diminuição do número de servidores, horários de atendimento reduzidos e aumento das demandas, bem como pelas restrições de mobilidade" (2021, p. 8)

Ao analisar a tabela disponível no relatório da violência contra a mulher (2020) e anexada abaixo, conclui-se uma redução na maior parte dos Estados dos

registros feitos nas delegacias de polícia civil, excluindo apenas os Estados do Pará, Rio Grande do Norte e Pará.

Figura 1: Registro de violência doméstica (lesão corporal dolosa).

Estados selecionados, março a maio de 2019 – março a maio de 2020

Unidade da Federação	Lesão corporal dolosa											
	mar/19	mar/20	Variação (%)	abr/19	abr/20	Variação (%)	mai/19	mai/20	Variação (%)	Acumulado (março a maio)		
										2019	2020	Variação (%)
Acre	14	10	-28,6	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Amapá	74	36	-51,4	26	29	11,5	25	27	8,0	125	92	-26,4
Ceará	462	365	-21,0	483	329	-31,9	467	351	-24,8	1.412	1.045	-26,0
Espírito Santo	...	...	...	613	431	-29,7	556	420	-24,5	...	...	...
Maranhão (1)	223	6	-97,3	108	3	-97,2	84	55	-34,5	415	64	-84,6
Mato Grosso (2)	953	744	-21,9	818	731	-10,6	896	729	-18,6	2.667	2.204	-17,4
Minas Gerais (3)	2.108	1.807	-14,3	1.900	1.653	-13,0	...	...	...	...	...	...
Pará	607	527	-13,2	643	126	-80,4	357	704	97,2	1.607	1.357	-15,6
Rio de Janeiro	3.796	2.750	-27,6	3.641	1.875	-48,5	3.117	1.686	-45,9	10.554	6.311	-40,2
Rio Grande do Norte	287	385	34,1	286	121	-57,7	62	78	25,8	635	584	-8,0
Rio Grande do Sul	1.949	1.799	-7,7	1.719	1.259	-26,8	1.499	1.216	-18,9	5.167	4.274	-17,3
São Paulo	4.753	4.329	-8,9	4.937	3.244	-34,3	4.439	3.237	-27,1	14.129	10.810	-23,5
Total	15.226	12.758	-16,2	15.174	9.801	-35,4	11.502	8.503	-26,1	36.711	26.741	-27,2

(1) Os dados de abril são até o dia 17/04 de 2019 e 2020 e considera as ocorrências enquadradas como "Maria da Penha - violência física, qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal".

(2) Os dados referentes a abril de 2019 e de 2020 dizem respeito somente às vítimas com idades de 18 a 59 anos.

(3) Os dados de Minas Gerais incluem tentativas.

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Observatório de Análise Criminal do NAT/MPAC; Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Fonte: Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19 – ed. 3. p.4

Os registros de ameaças também caíram, em maio de 2020 a quantidade de boletins de ameaça registrados caiu 26,4% em relação ao mesmo período em 2019. Um dos mecanismos criados pela Lei Maria da Penha para combater a violência doméstica é as medidas protetivas, que devem ser solicitadas nas delegacias, ministério público ou defensoria, e dá ao juiz o prazo de 48 horas para proferir decisão sobre o pedido, como estipula o Artigo 18 da Lei Maria da Penha. Durante os meses de Março e Maio de 2020, primeiros meses da Pandemia, houve uma queda significativa no número de medidas deferidas em relação ao ano anterior, em São Paulo de 17.539 medidas passaram para 15.502 em 2020, ou seja, reduziu em 11,6%. No Pará passou de 1.965 para 1.719 em 2020, equivalente a uma redução de 12,5%. E no Rio de Janeiro, caiu cerca de 30,1%

das medidas deferidas, passando de 7.706 em 2019 para 5.385 em 2020 (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA).

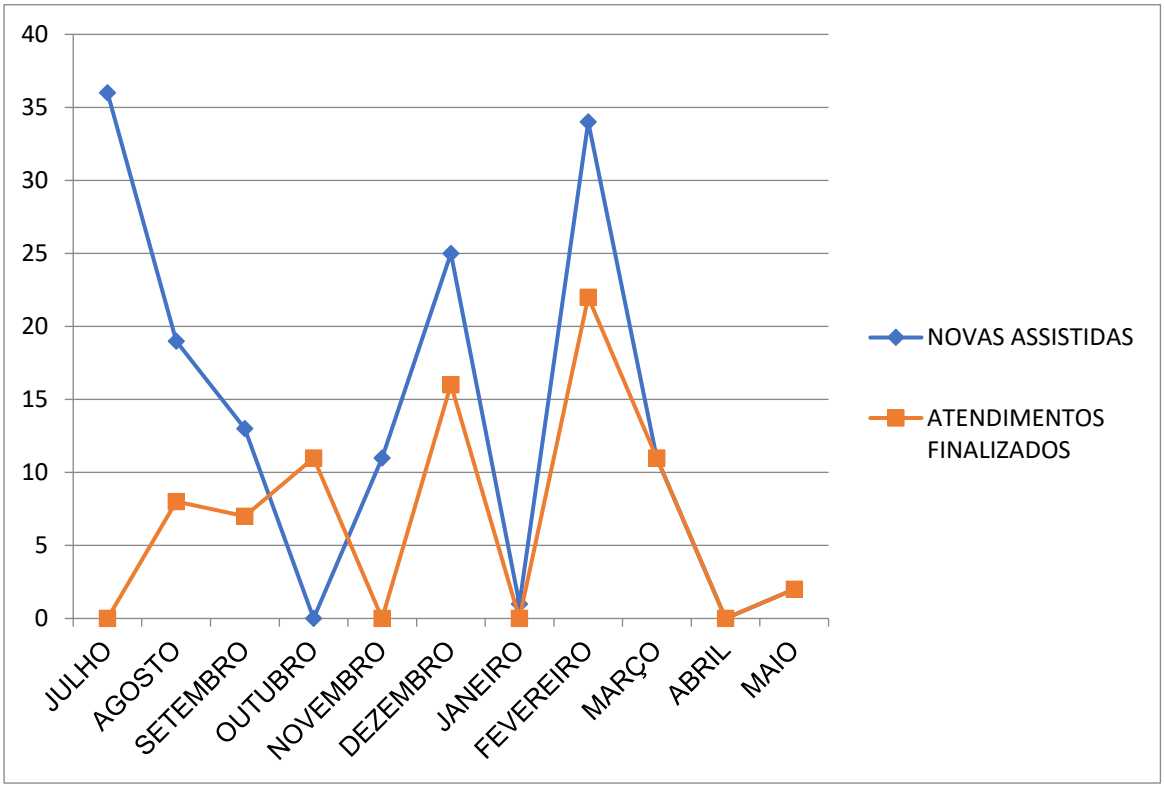
No Brasil, o recebimento de denúncias de violência doméstica caíram com a chegada da quarentena. Em 2020 foram registrados 1.351 casos de feminicídio, porém houve um recuo de 2,4% em 2021, sendo 1.319 casos registrados. 05 a cada 10 pessoas entrevistada, pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021), afirmaram que durante os últimos 12 meses presenciaram alguma forma de violência contra a mulher no bairro ou comunidade que frequenta. 4,3 milhões de mulheres foram agredidas com chutes, tapas e socos durante o ano de 2021, isso equivale a 8 mulheres sendo violentadas por minuto. 72,8% dos autores das violências eram conhecidos das mulheres, na maior parte cônjuges ou namorados, e 25,4% partia de ex companheiros (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA).

Segundo a pesquisa “Violência Doméstica durante a pandemia de Covid-19 – 3ª Ed”, após sofrerem as violências 44,9% das mulheres não fizeram nada, mesmo quando ocorria uma agressão grave. 21,6% das vítimas buscaram ajuda na família, 12,8% recorreu a amigos e 8,2% procuraram a Igreja. Apenas 11,8% formalizaram uma denúncia na delegacia da mulher. Em 2012, foram registrados 1.319 casos de feminicídio, uma redução de 2,4% no número de registros do ano anterior. Os dados de 2021 seguem uma reta paralela aos coletados em 2020. Entre as vítimas que não denunciaram as violências sofridas, 32,8% afirma que resolveu o problema sozinha, 15,3% afirma que não viu a necessidade de envolver a polícia e 16,8% não quiseram fazer denúncia.

Dados coletados para este trabalho com a Patrulha da Mulher da Guarda Civil de Petrolina, mostra que em março de 2020 houve uma queda significativa no número de atendimentos às vítimas de violência doméstica com medidas protetivas, passando de 64 acompanhamentos para 45 vítimas, sendo uma redução de 29,75% dos casos de acompanhamento. Por conseguinte nota-se uma alta nos número no mês seguinte de 36 novas assistidas, porém este crescimento não permanece como uma constante, sendo observado um baixo crescimento no acompanhamento das medidas até Agosto de 2021. Como pode ser observadas no gráfico abaixo o número de novas assistidas cresceu até Março, inicio da Pandemia. O comandante Geral da Patrulha, afirma que uma das maiores causas

do termino de acompanhamento dessas mulheres era a reconciliação ou o perdão do agressor.

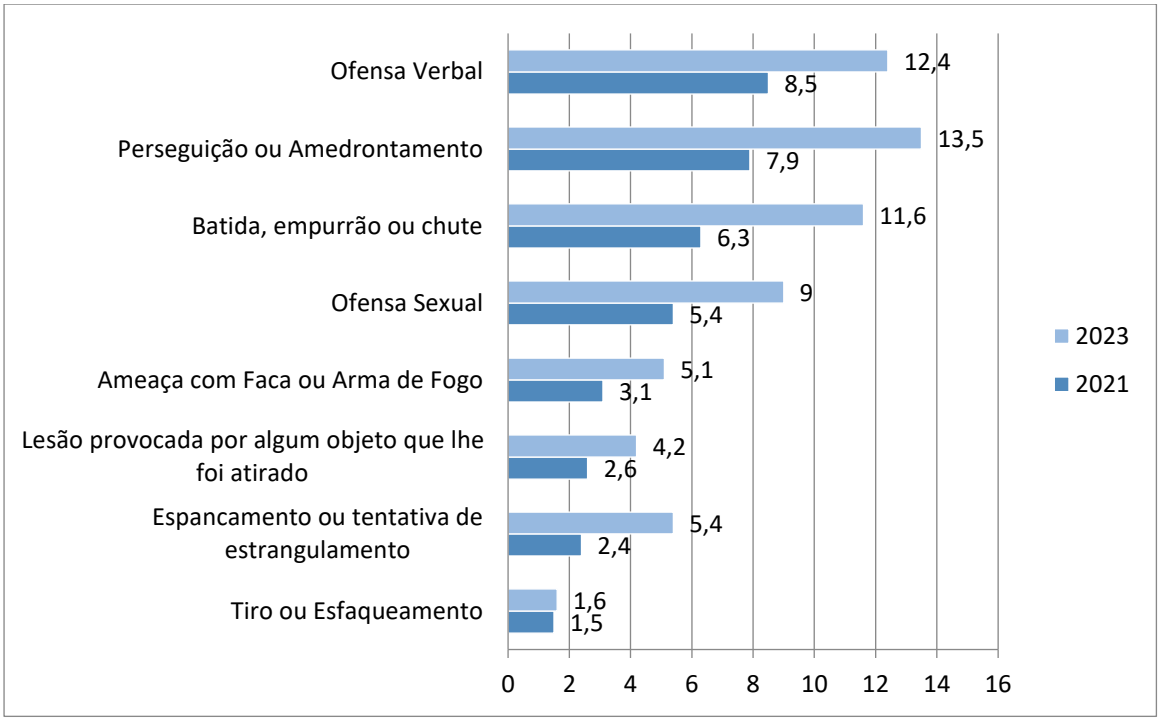
Gráfico 1



Fonte: dados fornecidos a autora pela Guarda Civil de Petrolina

Em 2022, 28,9% das Mulheres a partir de 16 anos entrevistadas pelo Instituo Datafolha afirmara ter sofrido algum tipo de agressão durante os 12 meses antecedentes, portanto, 4,5 pontos a mais que no ano anterior, em 2021 o índice foi de 24,4% (VISIVEL E INVISIVEL, 2022). Isso mostra que houve um crescimento nas violências sofridas por ano, e que realmente houve um aumento dessas violências durante a Pandemia, em relação a 2021, a denuncia recebias em 2022 cresceram em todas as modalidades, em algumas situações o percentual das denuncias quase dobraram. A partir do Gráfico abaixo é possível notar o índice de violência registrado durante o isolamento social e após o fim da Pandemia, no primeiro trimestre de 2023.

Gráfico 2: Prevalência das violências sofridas pelas mulheres no Brasil (em %) – Comparação das pesquisas de 2021 e 2023



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023).

4. CAMINHOS LEGAIS

As delegacias da mulher são especializadas em casos de violência doméstica e crimes relacionados ao sexo feminino, como previstos na Lei Maria da Penha, como a violência doméstica, sexual e feminicídio. No entanto, mais da metade da população não conhece os procedimentos necessários para fazer uma denúncia (BERTHO, 2016). Essas delegacias atendem mulheres, incluindo mulheres transexuais que tenham alterado sua documentação civil, conforme orientação do Conselho Nacional de Procuradores Gerais do Ministério Público em 2016 (MAIA, 2016). A auto identificação da vítima como mulher é suficiente para receber proteção sob a Lei Maria da Penha (MAIA, 2016).

O protocolo em uma delegacia da mulher envolve um atendente fazendo um resumo do caso, coletando informações da vítima e, em seguida, a vítima presta um depoimento ao escrivão para abrir um boletim de ocorrência. O delegado orienta a vítima sobre medidas possíveis, incluindo exame de corpo de delito em caso de agressão física, o direito a abrigo, medidas de afastamento do agressor e a assistência social e psicológica. No entanto, a pandemia agravou a situação, fazendo com que muitas mulheres não denunciassem devido a

dificuldades financeiras e emocionais para se afastarem dos agressores (BERTHO, 2016). A falta de abrigos e delegacias especializadas em muitas regiões do Brasil também limitou as opções para as vítimas. A pandemia resultou em um aumento do desemprego entre as mulheres, tornando importante a expansão das redes de apoio e a aceleração dos processos judiciários. Além disso, é importante que nesses abrigos tenha a oferta de cursos profissionalizantes e oportunidades de emprego para as mulheres que buscam ajuda pode ser uma medida eficaz para melhorar sua condição econômica e garantir sua independência financeira (MACKENZIE, 2020).

5. A OMISSÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

O senso comum costuma dizer que não se deve interferir em brigas familiares, mas muitas pessoas desconhecem que essa omissão pode ser considerada um ato criminoso, conhecido como "omissão de socorro." Isso ocorre quando alguém não age para evitar um resultado prejudicial, embora não tenha uma obrigação legal de fazê-lo, mas deveria agir de modo a evitar o resultado (AHMAD, 2022). Isso pode resultar em responsabilidade criminal de acordo com o Artigo 135 do Código Penal.

O Artigo 135 do Código Penal trata da omissão de socorro e estabelece que é crime deixar de prestar assistência, quando possível, sem risco pessoal, a uma criança abandonada, extraviada, pessoa inválida, ferida, desamparada ou em grave e iminente perigo. A pena pode ser agravada se a omissão resultar em lesões corporais graves ou, ainda, triplicada se resultar na morte da vítima.

Essa omissão de socorro pode ocorrer entre vizinhos, amigos ou familiares que têm conhecimento da situação da vítima, mas não tomam nenhuma atitude para evitar resultados mais graves, como lesões graves ou morte. Nesse caso, o agente não é responsabilizado pelo resultado, mas sim pela conduta negligente que contribuiu para esse resultado (AHMAD, 2022).

Além disso, a sociedade tem a responsabilidade de cuidar das famílias e a defesa não é uma responsabilidade exclusiva dos envolvidos na situação. Muitas vítimas de violência não denunciam os abusos por medo do agressor e por falta de recursos financeiros ou um local seguro para se refugiar. Nesse contexto, a

sociedade desempenha um papel fundamental ao apoiar e servir como uma rede de apoio para enfrentar esse problema.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia do Coronavírus impactou significativamente a vida das mulheres que são vítimas de violência doméstica, em grande parte devido ao isolamento social adotado para conter a propagação do vírus. O confinamento em casa aumentou o contato das mulheres com seus agressores, tornando mais difícil denunciar ou pedir ajuda. Durante o primeiro ano da pandemia, houve uma diminuição nas denúncias de violência doméstica, em grande parte devido ao isolamento, o que indica que muitas mulheres optaram por lidar com a situação por conta própria ou não envolver a polícia.

Embora a Lei Maria da Penha tenha sido um avanço nos direitos das mulheres, não se mostrou suficiente para protegê-las de forma adequada. Portanto, foram necessárias medidas adicionais para combater a violência durante a pandemia. A sociedade desempenhou um papel fundamental no combate à violência, incluindo a criação de códigos e aplicativos que permitiram às mulheres pedir ajuda quando estivessem em perigo, mesmo estando na presença de seus agressores. Investir em soluções tecnológicas se mostrou crucial para salvar vidas e auxiliar na recuperação psicológica das vítimas.

Esta pesquisa ressalta a importância de reconhecer que os números de violência não diminuíram, apenas ficaram mais ocultos, e destaca a necessidade de investimento na área tecnológica como uma forma eficaz de combater a violência contra as mulheres.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **SP: violência contra mulher aumenta 44,9% durante pandemia.** Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-04/sp-violencia-contra-mulher-aumenta-449-durante-pandemia. Acesso em: 5 abr. 2023.

AHMAD, Nidal. **Direito Penal OAB:** Teoria e Pratica. 5. ed. São Paulo: jusPODIVM, 2022. p. 57-62.

ALVES-JESUS, Susana Mourato - **O papel das mulheres em A República de Platão (livro V):** utopia no feminino ou tópicos para uma reflexão propedêutica sobre Direitos Humanos. Brotéria vol. 180, n.º 3 (2015). p. 237-250. Acesso em: 15 mai. 2023.

A MENTE É MARAVILHOSA. **O ciclo da Violência Lenore Walker.** Disponível em: https://amenteemaravilhosa.com.br/ciclo-da-violencia-lenore-walker/. Acesso em: 20 abr. 2021.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SERGIPE. **Coronavírus:** quando o estado deve decretar o “lockdown”?. Disponível em: https://al.se.leg.br/coronavirus-quando-o-estado-deve-decretar-o-lockdown/#:~:text=No%20Brasil%2C%20em%206%20de,SARS%2DCoV%2D2%E2%80%9D. Acesso em: 4 abr. 2023.

AZMINA. **Como reduzir a violência doméstica? Tratando os agressores!** Disponível em:https://azmina.com.br/reportagens/como-reduzir-a-violenciadomestica-tratando-os-agressores/. Acesso em: 16 abr. 2021.

AZMINA. **Ele me espancou, chutou e depois foi dormir.** Disponível em: https://azmina.com.br/colunas/ele-me-espancou-chutou-estrangulou-e-depois-foidormir/. Acesso em: 17 abr. 2021.

AZMINA. **O que a delegacia da mulher pode e deve fazer por você.** Disponível em: https://azmina.com.br/reportagens/o-que-a-delegacia-da-mulher-pode-e-deve-fazerpor-voce-e-tambem-o-que-nao-deve/. Acesso em: 17 abr. 2021.

AZMINA. **Violência Domestica:** o que é e quais são. Disponível em: https://azmina.com.br/reportagens/violencia-domestica-o-que-e-e-quais-sao-ostipos/. Acesso em: 16 abr. 2021.

BBC NEWS**. O gesto simples feito com uma mão que ajuda a salvar mulheres vítimas de violência.** Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/geral-59332449. Acesso em: 14 abr. 2023.

BRASIL CENTRAL. **Estudo mostra que 35 mulheres foram agredidas por minuto no Brasil em 2022.** Disponível em: https://www.abc.go.gov.br/noticias/estudo-mostra-que-35-mulheres-foram-agredidas-por-minuto-no-brasil-em-2022.html#:~:text=Estudo%20mostra%20que%2035%20mulheres%20foram%20agredidas%20por%20minuto%20no%20Brasil%20em%202022,-

Jornal%20Brasil%20Central&text=Um%20estudo%20do%20F%C3%B3rum%20Brasileiro,no%. Acesso em: 5 abr. 2023.

BRASIL. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em 15 de Abril de 2021.

CERVS. **Tipologia da Violência.** Disponível em: https://www.cevs.rs.gov.br/tipologia-da-violencia#:~:text=a)%20Viol%C3%AAncia%20F%C3%ADsica%3A%20Tamb%C3%A9m,marcas%20evidentes%20no%20seu%20corpo.. Acesso em: 5 mai. 2023.

CIDADE VERDE. **Aplicativo Salve Maria:** isolamento aumenta denúncias em 83%. Disponível em: https://cidadeverde.com/coronavirus/108472/aplicativo-salve-mariaisolamento-social-aumenta-denuncias-em-83. Acesso em: 10 abr. 2021.

CNJ. **Campanha Sinal Vermelho.** Disponível em: https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/violencia-contra-a-mulher/campanha-sinal-vermelho/. Acesso em: 5 abr. 2023.

CNJ. **Há 12 anos, o Brasil criou a Lei Maria da Penha.** Falta investir na prevenção. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/ha-12-anos-o-brasil-criou-a-lei-maria-da-penha-falta-investir-na-prevencao/. Acesso em: 5 abr. 2023.

CONSULTOR JURIDICO. **Combate à violência doméstica em tempos de pandemia: o papel do Direito.** Disponível em: https://www.conjur.com.br/2020-abr-24/direito-pos-graduacao-combate-violencia-domestica-tempos-pandemia. Acesso em: 15 mai. 2023.

CONSULTOR JURÍDICO . **Reflexões sobre a igualdade de gênero no processo civil.** Disponível em: https://www.conjur.com.br/2019-abr-29/opiniao-reflexoes-igualdade-genero-processo-civil. Acesso em: 9 mai. 2023.

DATAFOLHA, F. B. D. S. P. E. I. D. P. **Visível e Invisível :** A vitimização de Mulheres no Brasil. Fórum de Segurança Pública, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 6-40, jun./2021. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf. Acesso em: 29 mai. 2023.

DATAFOLHA, F. B. D. S. P. E. I. **VISÍVEL E INVISÍVEL:** A VITIMIZAÇÃO DE MULHERES NO BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 3-10, mar./2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-sumario-executivo.pdf. Acesso em: 30 mai. 2023.

DIARIO DO NORDESTE. **Bares no Ceará devem oferecer 'Drink La Penha' para combater violência contra a mulher;** . Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/bares-no-ceara-devem-oferecer-drink-la-penha-para-combater-violencia-contra-a-mulher-entenda-1.3169935. Acesso em: 16 mai. 2023.

ENSINAR HISTORIA. **Mulheres ao longo da História (1):** Pré-História Obrigado por compartilhar. Lembre-se de citar a fonte:

https://ensinarhistoria.com.br/mulheres-ao-longo-da-historia-1-pre-historia/ - Blog: Ensinar História - Joelza Ester Domingues. Disponível em: https://ensinarhistoria.com.br/mulheres-ao-longo-da-historia-1-pre-historia/. Acesso em: 4 abr. 2023.

EXTRA. **Uber vai oferecer corridas gratuitas para mulheres denunciarem violência doméstica.** Disponível em: https://extra.globo.com/economia-e-financas/uber-vai-oferecer-corridas-gratuitas-para-mulheres-denunciarem-violencia-domestica-rv1-1-24621851.html. Acesso em: 14 mai. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência contra a mulher em 2021.** Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf. Acesso em: 29 mai. 2023

HISTORIA MEDIEVAL. **VIOLÊNCIA NA IDADE MÉDIA.** Disponível em: https://www.historiamedieval.com.br/post/viol%C3%AAncia-na-idade-m%C3%A9dia. Acesso em: 5 abr. 2023

HIRIGOYEN, Marie-France. **Assédio Moral:** a violência perversa no cotidiano, Ed. Bertrand Brasil, 12° edição, Rio de Janeiro. 2010

HIRIGOYEN, Marie-France. **A Violência no Casal:** da coação psicológica à agressão física. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HYPENESS. **Bar cria drink falso para ajudar mulheres escaparem de casos de abuso.** Disponível em: https://www.hypeness.com.br/2018/12/bar-cria-drink-falso-para-ajudar-mulheres-escaparem-de-casos-de-abuso/. Acesso em: 15 mai. 2023.

IKESSAURO. **Você sabia que os homens das cavernas não puxava as mulheres pelos cabelos?.** Disponível em: http://www.ikessauro.com/2011/07/voce-sabia-que-os-homens-da-caverna-nao.html. Acesso em: 12 abr. 2023.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **O que é violência Doméstica.** Disponível em: https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/o-que-e-violenciadomestica.html. Acesso em: 10 abr. 2021.

MACEDO, José Rivair. **A mulher na Idade Média.** 5 ed. São Paulo, SP: Contexto, 2002.

MUNDO EDUCAÇÃO. **Arte Rupestre.** Disponível em: https://mundoeducacao.uol.com.br/artes/arterupestre.htm#:~:text=Arte%20rupestre%20%C3%A9%20o%20nome,paredes%20e% 20tetos%20das%20cavernas. Acesso em: 20 abr. 2021.

PORTAL PEBMED. **Violência Domestica:** uma pandemia dentro da pandemia. Disponível em: https://pebmed.com.br/violencia-domestica-uma-pandemia-dentro-dapandemia/. Acesso em: 15 abr. 2021.

NATIONAL LIBRARY OF MEDICINE. **Domestic Violence.** Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK499891/. Acesso em: 6 abr. 2023.

PENHA, Maria Da. **Sobrevivi...:** Posso contar. 2. ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2014. p. 6-210.

POLITIZE. **Violência Domestica durante a Pandemia:** dados pandêmicos. Disponível em: https://www.politize.com.br/violencia-domestica-pandemia/. Acesso em: 28 mai. 2023.

PUBLICA, F. B. D. S. **VIOLENCIA DOMESTICA:** Durante a Pandemia de Covid-19. Formula, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 2-9, jul./2020. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-ed03-v2.pdf. Acesso em: 29 mai. 2023.

RA, A. E. F. I. T. I. T. E. I. I. *et al*. Cartilha Informativa: **DIREITO DAS MULHERES E A IMPORTÂNCIA DO FEMINISMO DENTRO DA DOUTRINA JURÍDICA.** Direito e Equidade de Genero, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 6-31, dez./2020. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5844436/mod_resource/content/1/Cartilha%20Direito%20das%20Mulheres.pdf. Acesso em: 10 mai. 2023

REVISTA AZMINA. **Revista AzMina lança PenhaS**, aplicativo para enfrentamento da violência contra a mulher. Disponível em: https://azmina.com.br/reportagens/revista-azmina-lanca-penhas-aplicativo-paraenfrentamento-da-violencia-contra-a-mulher/. Acesso em: 5 abr. 2021.

RODRIGUES, Luan Nascimento; PRIZON, Leisa Boreli; JÚNIOR, G. T. D. A VIABILIDADE DA TECNOLOGIA NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHERES: DURANTE A PANDEMIA. **Revista Reflexão e Crítica do Direito**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 65-82, dez./2021. Disponível em: file:///C:/Users/Milena%20Katrine/Downloads/A+VIABILIDADE+DA+TECNOLOGIA+NO+COMBATE+%C3%80+VIOL%C3%8ANCIA+DOM%C3%89STICA+CONTRA+MULHERES+DURANTE+A+PANDEMIA.pdf. Acesso em: 15 abr. 2023.

SIM NOTICIAS. **Violência contra a mulher:** a omissão também mata. Disponível em: https://www.simnoticias.com.br/violencia-contra-a-mulher-a-omissao-tambemmata/. Acesso em: 20 abr. 2021.

SOUZA, H. L. D; CASSAB, D. L. A. **Feridas que não se curam:** A violência psicológica cometida à mulher pelo companheiro. Gênero e Violência, Londrina, v. 5, n. 1, p. 38-45, jun./2010. Disponível em: https://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/5.HugoLeonardo.pdf. Acesso em: 10 mai. 2023.

STONE, Lawrence. **Interpesonal Violence in English Society:** 1300-1980. Past & Present. 1983. Pp. 22-33.

SUA PESQUISA. **A vida das mulheres na Idade Média.** Disponível em: https://www.suapesquisa.com/idademedia/mulheres.htm. Acesso em: 4 abr. 2023.

TPM. **MARIA DA PENHA É UMA SOBREVIVENTE.** Disponível em: https://revistatrip.uol.com.br/tpm/maria-da-penha. Acesso em: 20 abr. 2023.

UBER NEWSROOM. **Compromisso da Uber com o combate à violência contra a mulher.** Disponível em: https://www.uber.com/pt-

BR/newsroom/compromisso-da-uber-com-o-combate-a-violencia-contra-a-mulher/. Acesso em: 14 mai. 2023.

UNIVERSA UOL. **Violência Doméstica:** Vídeo ensina sinal silencioso com a mão para denunciar violência doméstica. Disponível em: https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/06/11/video-ensina-sinalsilencioso-com-a-mao-para-denunciar-violencia-domestica.htm. Acesso em: 20 abr. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Doença por corona vírus (covid-19).** Disponível em:https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus2019/question-and-answers-hub/q-a-detail/coronavirus-disease-covid19#:~:text=symptoms. Acesso em: 10 abr. 2021.

¿QUIÉN SOY?: ESPECTACULARIZACIÓN MARGINAL EN O BANDIDO DA LUZ VERMELHA DE ROGÉRIO SGANZERLA

Ítalo Felipe Riviera Astudillo
italoriviera.a@gmail.com
Doctorado en Literatura Instituto de Literatura y Ciencias del Lenguaje - P.U.C.V.

RESUMEN: El presente ensayo se ocupa de analizar la figura del marginal en la película O bandido da luz vermelha (1968) del cineasta brasileño Rogério Sganzerla, centrando la atención en cómo en dicho film se lleva a cabo un proceso de espectacularización del criminal, generando una representación ficcional de la violencia (material, sexual y psicológica) mediante los medios de comunicación que dispone la autoridad para entregar un mensaje unilateral a la sociedad. Para ello, será necesario, en primer lugar, discutir teóricamente el concepto de espectáculo, tanto en las palabras fundacionales de Guy Debord como en articulaciones posteriores de pensadores que trabajaron en torno a su obra, como lo es Anselm Jappe y José Ramón Fabelo Corzo. En segundo lugar, se propondrá una lectura de la película mencionada para comenzar a articular y tensionar los conceptos definidos, y entender cómo son trabajados en la obra de Sganzerla, con el fin de hacerlos dialogar con la teoría establecida. Aquello para, finalmente, concluir este ejercicio con la actualización de ciertos planteamientos, y ajustar la mirada hacia ejemplos actuales de dichos movimientos cinematográficos de espectacularización del criminal o, lo que es peor, del asesino en serie.

Palabras claves: Nuevo cine brasileño. Espectáculo. Imagen. Sociedad. Marginal.

1ª FEIRA INTEGRADA DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (FIPAGRI): VALORIZAÇÃO, EXPOSIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DE PERNAMBUCO

Aluísio Sampaio Neto
sampaioaluisio@hotmail.com
Doutorando em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Amanda Leal Barros de Melo
amandalbm@hotmail.com
Doutoranda em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Ayrton Matheus da Silva Nascimento
ayrtonmatheus2015@hotmail.com
Doutorando em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Késsia Virgínia dos Santos Lima
kelbiologa@hotmail.com
Doutoranda em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

RESUMO: **Introdução:** A Agricultura Familiar é uma atividade desenvolvida por famílias em pequenas propriedades rurais, utilizando mão de obra familiar ou de poucos trabalhadores assalariados. Visa produzir alimentos para a subsistência das famílias e para a venda no mercado. Com o objetivo de proporcionar aprimoramento, visibilidade e vendas para os produtores da Agricultura Familiar do Estado de Pernambuco, foi realizada a FIPAGRI, primeira feira integrada de produtos oriundos da Agricultura Familiar produzidos no estado. **Metodologia:** É um estudo qualitativo, de caráter exploratório e descritivo. **Resultados:** Realizado em outubro deste ano no Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA), na capital, Recife, participaram da FIPAGRI mais de 300 agricultores e agricultoras da Agricultura Familiar, incluindo marisqueiras e quilombolas vindos de todos os municípios do estado, expondo em 200 stands os mais variados produtos, como geleias, doces, queijos, cocadas, compotas conservadas em espumantes, laticínios, polvo enlatado, entre outras iguarias. Além disso, ocorreram diversas atividades paralelas, como aulas com chefs de cozinha, concurso de culinária, palestras e sala de negócios.

Palavras-chave: Trabalho. Oportunidade. Desenvolvimento.

A (IM)POSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL QUANDO OCORRER ABANDONO AFETIVO PELOS GENITORES

Luiz Carlos Pergentino Pereira da Silva
luizpergentino@yahoo.com.br
Professor Auxiliar da Faculdade de Petrolina - FACAPE

RESUMO: De forma expressa, a Constituição da República Federativa do Brasil, possibilita a indenização por dano moral e material em decorrência de sua violação. Recentemente, tem-se discutido, no âmbito de diversas ações judiciais, o cabimento ou não de indenização por dano moral, quando o genitor não presta assistência afetiva ao filho. Nessa perspectiva, surge o questionamento: caberia a reparação pecuniária quando não houve afeto? Não há, de forma expressa na legislação, texto normativo que obrigue à prestação de afeto por parte do genitor. O dano moral atinge de tal forma a pessoa que é capaz de causar um forte abalo psicológico. Evidentemente que não há compensação material que possibilite a reparação total daquilo que é conceituado como “dor da alma”, mas é possível um conforto material por parte de quem receberá a indenização e, ao mesmo tempo, uma espécie de penalidade por parte de quem violou tal direito.

Palavras-chave: Direitos fundamentais. Dano moral. Abandono afetivo

A (IR)RENUNCIABILIDADE E O NÃO EXERCÍCIO DA GARANTIA DO JÚRI À LUZ DA TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Jardel Assenção Ribeiro Filho
jardelassencao@gmail.com
Pós-graduando em Direito e Processo Penal Gran Centro Universitário

Deyvid Alessan dos Santos e Santos
deyvidallessan20@gmail.com
Graduando em Direito Estácio São Luís

Francisco Bruno Ferreira Santos
brnojdc@gmail.com
Graduando em Direito Estácio São Luís

RESUMO: **Introdução:** Sedimentado no ordenamento por mais de 200 anos, ao júri são atribuídas diversas críticas (GOULART, 2008). Malgradas as reprimendas, é inviável imaginar sua supressão, haja vista a sua natureza de garantia fundamental (MENDES; BRANCO, 2023). Inquietação relevante, no entanto, surge quanto à possibilidade de renúncia ou autolimitação pelo acusado à garantia, objeto da vertente pesquisa. **Metodologia:** À consecução do estudo, far-se-á uso de pesquisa exploratória, buscando o desenvolvimento e definição de conceitos, com abordagem qualitativa e raciocínio predominantemente dedutivo. Por fonte de pesquisa, a bibliográfica, com revisão da literatura. **Resultados:** É cediço que os direitos fundamentais não podem ser renunciados, por força da característica da irrenunciabilidade. Todavia, tem se admitido que o titular deixe de exercê-los, em autolimitação voluntária (SANTOS, 2022). No caso do júri, embora irrenunciável, esse não exercício não seria inimaginável, haja vista que isso já ocorre com outras garantias, como a de silêncio; bem como, em razão das exceções à competência do júri, o que lhe denota como não absoluta (ARAS, 2010).

Palavras-chave: Tribunal do Júri; Irrenunciabilidade; Autolimitação.

A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA COMO MECANISMO PARA O ALCANCE DO 16 OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ONU – ANÁLISE DE RESULTADOS OBTIDOS POR MEIO DA PESQUISA DESENVOLVIDA COM O APOIO DA PIBIC/CNPQ DURANTE 2022/2023

Luísa Sasaki Chagas
luisa.sasaki@unesp.br
Graduanda em Direito Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP
FCHS

RESUMO: A presente pesquisa possui como tema a audiência de custódia como mecanismo para o alcance do 16° Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU. O tema foi escolhido devido a inovação do sistema penitenciário em proporcionar um instrumento de aferição de legalidade das prisões e promover uma espécie de desafogamento do sistema prisional. Como ponto de partida para esse estudo, analisou-se o Pacto de São José da Costa Rica e o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos das Nações Unidas, ambos incorporados ao ordenamento jurídico em 1992 por meio de decretos, e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 347/15. O estudo utilizou-se de análise de manifestações internacionais e revisão bibliográfica, além de método dedutivo para o estudo de dados e chegada de conclusões. O resultado demonstrou quais são os objetivos gerais do instituto, o posicionamento internacional acerca do instituto e os impactos da implantação no país, além das perspectivas futuras que as audiências de custódia possuem.

Palavras-chave: Audiência de custódia. Sistema Prisional. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Tratados internacionais. Avanço.

A AUTOMATIZAÇÃO DE PROCESSOS COMO DIREITO FUNDAMENTAL À TUTELA JURISDICIONAL EFETIVA: UMA ANÁLISE À LUZ DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Diogo Giesta Soares
dgiestasoares@gmail.com
Bacharel em Direito Faculdade Integrado do Recife – FIR

RESUMO: A automatização de processos é o uso da tecnologia e da integração de dados e sistemas para automatizar tarefas que antes eram desempenhadas manualmente, de forma a aumentar a produtividade e eficiência, com maior segurança e agilidade. O objetivo central do trabalho é abordar e analisar sob o prisma do direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva a necessidade de aprimorar e otimizar as etapas do fluxo de realização dos atos processuais através do uso da tecnologia, bem como o impacto desse novo modelo nos processos judiciais, na sociedade e nos indivíduos. Propõe-se, assim, apresentar reflexões e analisar a influência desse novo paradigma de uso da tecnologia no Poder Judiciário, baseado na atuação automática, padronizada e eficiente e que traz à tona uma nova maneira de definição e atendimento aos direitos fundamentais do Estado Democrático de Direito. Nesse sentido, para atendimento pleno dos direitos fundamentos das partes processuais, o mais importante é o atendimento da tutela jurisdicional segura, efetiva e célere.

Palavras-chave: Automatização de processos. Tutela jurisdicional. Direito Fundamental. Estado democrático de Direito.

A CRISTALIZAÇÃO DA SOFRÊNCIA ROMÂNTICA A PARTIR DE OBRAS MUSICAIS CONTEMPORÂNEAS

Janaina Gomes de Almeida
janaina.almeida@upe.br
Graduanda do Curso de Letras da Universidade de Pernambuco - UPE

Maria Clara Teodoro Gonçalves Evangelista
mariaclara.evangelista@upe.br
Graduanda do Curso de Letras da Universidade de Pernambuco - UPE

Vlader Nobre Leite
vlader.leite@upe.br
Professor orientador

RESUMO: O presente trabalho tem como propósito apresentar a relação convergente entre aspectos literários passados em consonância com estrutura musical produzida contemporaneamente, em que dispõe uma associação estética entre o movimento Romântico brasileiro (XIX) e as músicas produzidas atualmente. Nesse sentido, foi realizada uma análise acerca de canções com letras nacionais e internacionais não relacionadas entre si que se liga às características explícitas por esse movimento artístico-literário, com o objetivo de dispor uma análise crítica diante de uma estrutura estética passada ressignificada na contemporaneidade. A exploração se deu dentro do campo da Literatura Comparada, com apoio da Teoria da Residualidade, buscando dispor o processo de cristalização diante de vínculo com o domínio literário, que se ressignifica ao longo do tempo, mas nessa instância mantém a sua essência central, não alterando o princípio da matéria. Portanto, constata-se a predominância panorâmica comum entre essas vertentes artísticas, sobretudo, ligadas a características que expõem pessimismo, escapismo e desilusão amorosa, destacadas diante da análise do ritmo e letras que apresentam esse sofrimento exagerado.

Palavras-Chaves: Romantismo. Música. Literatura Compara. Teoria da Residualidade. Sofrência.

A IMPORTÂNCIA DA PSICOEDUCAÇÃO NOS GRUPOS REFLEXIVOS PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

Luã Carlos Valle Dantas
psicodantas@hotmail.com
Docente do curso de Psicologia Faculdade Cristo Rei – FACCREI

RESUMO: Introdução: A psicoeducação é uma abordagem terapêutica que visa fornecer informações e orientações educacionais para indivíduos, famílias e grupos, com o objetivo de promover uma compreensão mais profunda de questões relacionadas à saúde mental, emocional e comportamental (OLIVEIRA e DIAS, 2018). A violência doméstica é um problema que afeta milhões mulheres. Uma abordagem crucial para a prevenção desse problema é o tratamento e a reabilitação dos agressores. Os grupos reflexivos têm se destacado como ferramenta que auxilia homens autores de violência doméstica a reconhecer e modificar seu comportamento (BELARMINO e LEITE, 2020). **Metodologia:** foi realizada uma Pesquisa participativa no Grupo Reeducar da Comarca de Cornélio Procópio-PR, durante 20 encontros com o intuito de aplicar uso da psicoeducação como ferramenta nesse grupo reflexivo para autores de violência doméstica. **Resultados:** O uso da psicoeducação proporcionou um ambiente seguro no qual os agressores podem refletir sobre seu comportamento e reconhecer o impacto prejudicial que causaram. Isso os incentiva a assumir responsabilidade por suas ações.

Palavras-chave: Violência doméstica contra a mulher. Grupos Reflexivos. Psicoeducação.

A JUSTIÇA FEDERAL COMO INSTRUMENTO DE APLICAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA

Janaina dos Santos Silva Melo
melojanaina250@gmail.com
Bacharelanda em Direito Faculdade de Petrolina- FACAPE

Maria Elania Alves Campos
elainealvescampos84@gmail.com
Bacharelanda em Direito Faculdade de Petrolina- FACAPE

RESUMO: Ao longo dos séculos o conceito de justiça ganhou cada vez mais importância, ainda que, milênios atrás, o tema já fosse amplamente discutido dentro das normas do direito despótico, do direito natural e, posteriormente, na seara do direito positivado. Com o advento do movimento iluminista, houve uma relevante ascensão da ideia de uniformidade em legitimar a correção de violações normativas de forma mais digna e eficaz. No entanto, a proposta deste estudo é demonstrar como diversas teorias sobre a justiça resolutiva ganharam ramificações, notadamente dentro das formas consensuais de resolução de conflitos, que busca, na atualidade, mitigar ao máximo as demandas do judiciário e, principalmente, integrar de forma responsável e efetiva as demandas dos indivíduos dentro de litígios. Isso posto, tem-se por escopo demonstrar, por meio de análise bibliográfica, que a modalidade de justiça restaurativa, mediante a resolução de conflitos, traz indiscutivel vantagem nas decisões de mérito em lides interpostas à Justiça, mitigando enormemente eventuais impactos e desgastes comuns aos processos e às querelas sociais.

Palavras-Chave: resolução; conflito; consenso; justiça.

A PRESERVAÇÃO DA SAÚDE MENTAL COMO UM DIREITO TRABALHISTA SOB A ÓTICA DO DIREITO E DA MEDICINA

Isadora Moura Fé Cavalcanti Coelho
isadoramourafe@hotmail.com
Mestra em Propriedade Intelectual pela Universidade Federal do Vale do São Francisco

William Augusto Araújo
drwilliamaugusto@gmail.com
Professor do curso de Medicina
UniMAX - Centro Universitário Max Planck – Indaiatuba – SP

RESUMO: Segundo pesquisa elaborada pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, o ano de 2020 foi marcado pela crescente de casos de afastamentos no trabalho ocasionados por doenças mentais. Apesar dos dados alarmantes, ainda é difícil para o empregado conseguir provar que as enfermidades se relacionam ao trabalho em si (doença ocupacional) e às condições do ambiente de trabalho (doença do trabalho). Essa dificuldade no diagnóstico vai além de uma questão somente de saúde pública, já que, em consequência disso, outros princípios constitucionais e trabalhistas acabam sendo também violados. Diversas são as patologias associadas ao labor, tais como os transtornos de humor, transtornos de ansiedade, estados de stress pós-traumático, transtornos de dependência de álcool e outras substâncias psicoativas, transtorno do ciclo vigília-sono e a síndrome de Burnout. Em sua grande maioria, as doenças mentais no ambiente de trabalho são motivadas por ações que vão desde cobranças excessivas de superiores, carga horária exagerada, ambientes insalubres, pressões para alcance de metas, humilhações, difamações e agressões. Esta pesquisa, portanto, tem como objetivo demonstrar que a saúde mental e os direitos trabalhistas estão diretamente relacionados, além de trazer maior reflexão acerca da temática, na tentativa de mitigar entendimentos judiciais divergentes acerca da aplicação do direito à indenização ao trabalhador nestes casos.

Palavras-Chave: doença ocupacional; depressão; doença do trabalho; síndrome de burnout; trabalho.

A PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO E A REFORMA DO NOVO ENSINO MÉDIO

Bruna Soares
bruna.soares2@upe.br
Licenciatura em Letras Universidade de Pernambuco – UPE

Willianny Rebeca Barbosa Mafra
willianny.mafra@upe.br
Licenciatura em Letras Universidade de Pernambuco – UPE

RESUMO: **Introdução:** O presente trabalho versa sobre a Reforma do Novo Ensino Médio, a qual tem gerado consideráveis críticas e questionamentos por parte de educadores e estudantes. Os principais problemas identificados incluem a ausência de diálogo com a comunidade escolar e o risco de exclusão de disciplinas consideradas essenciais. **Metodologia:** Realizada uma pesquisa com o objetivo de compreender e analisar a opinião de profissionais da educação e estudantes em relação à implementação da reforma do Novo Ensino Médio, procurou-se problematizar de forma objetiva as questões relativas ao tema, tais como: Quais as preocupações acerca do novo ensino? Quais as opiniões sobre a implementação do Novo Ensino Médio? Qual o nível de aceitação acerca da reforma? Do ponto de vista de seus objetivos é exploratória, logo, buscamos absorver as preocupações com o ensino em tempo integral, a falta de estrutura, falta de apoio para professores e estudantes, falta de investimentos, falta na capacitação dos professores. **Resultados:** O resultado aponta para uma notável insatisfação entre os professores, enfatizando a necessidade de envolver educadores na formulação de políticas e fornecer suporte adequado. Além disso, os estudantes enfrentam desafios de fadiga física e mental, destacando a necessidade de estratégias para um ambiente educacional mais saudável.

Palavras-Chave: Cansaço físico e mental. Estrutura escolar. Capacitação de professores.

A RELEVÂNCIA DOS MITOS DE LILITH E DE EVA PARA A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA NAS OBRAS “O PAPEL DE PAREDE AMARELO” E “LILITH”: RELAÇÕES DIALÓGICAS E INTERTEXTUAIS

Ana Júlia Gomes de Lima
anajulia.lima@upe.br
Graduada em Letras – Português e Inglês
Universidade de Pernambuco – UPE

RESUMO: Este trabalho discute como a criação dos discursos gerados pelos mitos de Lilith e de Eva são relevantes para a constituição da identidade feminina presente no conto “O Papel de Parede Amarelo”, de Charlotte Perkins Gilman, estabelecendo um estudo comparativo com a escultura “Lilith”, de Kiki Smith. Parte-se de uma análise que envolve os estudos de intertextualidade e dialogismo como vertentes da Literatura Comparada. Objetiva-se discutir a importância dos mitos estudados para a realização das identidades femininas nas obras. E, dessa forma, debater como ambas convergem no processo de recriação de mitos bíblicos. Investiga-se, sobretudo, a constituição do processo identitário segundo a articulação entre mito/arte numa análise sobre a saúde mental da mulher no casamento e o seu papel dentro do sistema patriarcal. Para tanto, este trabalho fundamenta-se nas teorias sobre mito (ELIADE, 2019), identidade cultural (HALL, 2006), intertextualidade (KRISTEVA, 2005), dialogismo (BAKHTIN, 2010) e patriarcado (DEL PRIORI, 2020). Pretende-se, portanto, visibilizar denúncias de mulheres por meio de suas produções artísticas, promovendo uma reflexão sociológica.

Palavras-chave: Identidade. Dialogismo. Intertextualidade. Lilith. Eva.

A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA OBRA "OLHOS D'ÁGUA" DE CONCEIÇÃO EVARISTO À LUZ DO FEMINISMO NEGRO

Laíse Nunes Mariz Leça
laisemariz@hotmail.com
Advogada. Mestre em Direito das Relações Sociais na Contemporaneidade pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Professora assistente da Faculdade de Petrolina – FACAPE

Maria Luiza Gomes Fraga
fragamarialuiza@hotmail.com
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: O trabalho trata da análise das histórias das personagens femininas na obra "Olhos D'água", da escritora Conceição Evaristo, à luz do feminismo negro. A escolha do tema se deu pelo reconhecimento da importância da obra como representação da realidade de uma parte significativa das mulheres negras no Brasil e a contribuição da literatura para os debates nas Ciências Sociais, inclusive no Direito. No trabalho, fizemos um breve relato das histórias apresentadas no texto e analisamos à luz de autoras expoentes do feminismo negro, como Djamila Ribeiro, Lélia Gonzalez, Patricia Hill Collins e Sueli Carneiro, perpassando por questões de raça, gênero e classe social. A pesquisa classifica-se como qualitativa, com método de abordagem indutivo, monográfica e baseada em documentação indireta (pesquisa bibliográfica).

Palavras-Chave: Direito e Literatura; Olhos D'água; Conceição Evaristo; Feminismo Negro.

ANÁLISE COMPARATIVA DO CUSTO DA CESTA BÁSICA NO PÓLO PETROLINA (PE) E JUAZEIRO (BA)

Neilson Gomes Coelho
neilsongomes17@gmail.com
Bacharel em Economia
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Pedro Vinicius Lourenço Gomes
pedro.v.gomes.25461@aluno.facape.br
Bacharelando em Economia
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Maria do Socorro Macedo Coelho Lima
socorrofacape@facape.br
Doutora em Desenvolvimento regional e urbano
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Michela D'arc Campos Mota
michela.mota@facape.br
Mestre em Dinâmicas do Desenvolvimento do Semiárido
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Alexandre Coelho Lima
alexandrecoelholima@hotmail.com
Médico Residente
Universidade Católica de Pernambuco – Unicap

Benedyto Savio de Lima e Silva
benedyto07@hotmail.com
Mestre em Ciência
Universidade Federal de São Paulo -Unifesp

RESUMO: **Introdução**: A cesta básica pode ser definida como conjunto de bens alimentares com quantidades mínimas para satisfazer as necessidades de uma família. Foi instituída por decreto de lei em 30 de abril de 1838. O termo, cesta básica é utilizado para designar um conjunto de 12 produtos, englobando os gêneros alimentícios suficientes para algumas famílias pelo período de um mês. O presente estudo realizou uma análise comparativa de custo da cesta básica para os municípios de Petrolina-PE e Juazeiro-BA nos anos de 2017 a 2022 analisando o comportamento dos produtos. **Metodologia**: A pesquisa possui uma abordagem qualitativa. Quanto ao procedimento técnico, o estudo de caso foi realizado através da coleta e análise das publicações mensais intituladas como

Índice da Cesta básica – ICB feitas pelo colegiado de Economia da Facape. **Resultado**: Os dados apresentados indicam os valores reais coletados nos estabelecimentos comerciais das referidas cidades dentro do período analisado. De acordo com os índices, a pesquisa verificou um custo inferior em Juazeiro (BA) em relação a Petrolina (PE), embora ambas as cidades apresentem um contexto econômico próximo.

Palavras-Chave: Cesta Básica. Poder de Comprar. Pólo Petrolina (PE) e Juazeiro (BA).

ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI NA OBRA “O SOL É PARA TODOS” DE HARPER LEE

Marília Amorim de Albuquerque Silva
Bacharelado em Direito Faculdade de Petrolina - FACAPE

Rohoma Gomes Vieira
Bacharelado em Direito Faculdade de Petrolina - FACAPE

RESUMO: O presente trabalho destina-se a uma análise e crítica do Tribunal do Júri se utilizando da obra “O sol é para todos” de Harper Lee como parâmetro. Expondo a forma com que o Tribunal do Júri é realizado para entender como sua própria estruturação e princípios podem influenciar na decisão a ser tomada pelos julgadores leigos. Bem como criticando a forma atual do Tribunal do Júri e explorando a maneira com que esta instituição pode ser um meio de propagar desigualdades e preconceitos através de julgamentos sem comprometimento com tecnicidade, imparcialidade e motivação das decisões, capaz de gerar injustiças e perpetuar preconceitos de forma institucionalizada.

Palavras-Chave: Tribunal do Júri. Perpetuação de preconceitos. Motivação das decisões. Desigualdade. Harper Lee.

ANÁLISE DE CAPITU COMO ARQUÉTIPO DE RUPTURA FEMININA DA SOCIEDADE CONSERVADORA

Janaina Gomes de Almeida
janaina.almeida@upe.br
Graduanda do Curso de Letras da Universidade de Pernambuco - UPE

Maria Clara Teodoro Gonçalves Evangelista
mariaclara.evangelista@upe.br
Graduanda do Curso de Letras da Universidade de Pernambuco - UPE

Vlader Nobre Leite
vlader.leite@upe.br
Professor orientador

RESUMO: O presente trabalho tem como principal objetivo compreender a significação crítico-social de Capitu, personagem da obra mais reconhecida da fase realista de Machado de Assis, “Dom Casmurro”, levando em consideração a malha de pontos relacionados à dinâmica de gênero brasileira abordados por sua trama e a cifra projetada sobre ela. A exploração se deu dentro do campo da Análise do Discurso na perspectiva francesa, com o intuito de examinar como os personagens construídos transmitem significados, ideologias e paradigmas sociais, abordando portanto, um conjunto de elementos responsáveis por edificar o mistério machadiano que tornou o romance tão marcante. A constatação final é de que as tentativas de decifração da personagem não são válidas, pois acabam por visar a anulação do seu traço de mais peso: a incógnita, que dá abertura para a aplicação de diversas interpretações, com a presença de diferentes discursos sociais, que, por sua vez, seja de forma opositora ou adepta, sempre bebem no atributo patriarcal da culpabilização da mulher.

Palavras-Chaves: Realismo. Análise do Discurso. Patriarcado. Capitu. Dom Casmurro.

ANALISE DO IMPACTO DA RESTRIÇÃO HÍDRICA NA PERDA DE PRODUTIVIDADE DA GOIABA PALUMA

Emerson Xavier Alves Lima
emerson.exal@hotmail.com
Bacharel em Engenharia agronômica Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Taise Alves Lima
taisealveslima9@gmail.com
Mestre em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

RESUMO: Introdução: Considerando que o consumo médio diário de água pela goiabeira aumenta do 1º ciclo (36,7 L/planta/dia) para o 2º e 3º ciclo (46,3 e 45,6 L/planta/dia, respectivamente (BASSOI et. al., 2002), a ação que ensejou este estudo ocorreu em 09 de maio de 2023. Em que buscou-se avaliar os danos causados nas fases de formação e produção devido à restrição hídrica durante cento e sete dias. **Metodologia**: O manejo de irrigação a partir de dados de evapotranspiração de referência (ETo) foi estimada pelo método de Penmam-Monteith (BASSOI et. al., 2002). A pesquisa foi realizada in loco na unidade produtiva afetada. **Resultados:** Apontam o comprometimento dos processos básicos fisiológicos das plantas, com declínio de produtividade nas áreas em produção e ao ponto de murcha permanente na área em formação. Outro importante aspectos a ser levado em consideração é o tempo para recuperação das áreas até a viabilização e retorno financeiro, uma vez que para o reestabelecimento da cultura levará entre oito a doze meses.

Palavras-chave: Goiaba Paluma. Restrição hídrica. Vale do São Francisco.

APATRIDIA INFANTIL E LEGISLAÇÕES DISCRIMINATÓRIAS DE GÊNERO: MÃES SEM DIREITOS, FILHOS APÁTRIDAS

Isadora Ananias da Silva
Isadora.ananias1@gmail.com
Bacharelanda em Direito Faculdade de Petrolina - FACAPE

RESUMO: **Introdução:** Com o fim de identificar a relação causal entre os altos índices de apatridia infantil no mundo e as legislações discriminatórias de gênero que minam os direitos de registro e de transmissão de nacionalidade de mulheres a seus filhos, o presente projeto de pesquisa debruça-se sobre esse tema de relevância global. **Metodologia:** Trata-se de um projeto de pesquisa de natureza básica pura quanto a sua finalidade, descritiva quanto ao seu objetivo, de abordagem quali-quantitativa e de método hipotético dedutivo, de acordo com exímios autores de metodologia do trabalho científico. Na pesquisa bibliográfica, problematizou-se a disparidade entre os direitos paternos e maternos no registro civil de nascimento de crianças somados aos impedimentos legais de natureza discriminatória na transmissão de nacionalidade em caráter global. Ademais, as proibições dos casamentos inter-religiosos ou interétnicos mesmo com a obrigatoriedade do registro civil de casamento para o registro civil dos filhos nascidos no matrimônio e a proibição do registro civil de filhos nascidos fora do casamento exemplificam o disposto no tema. As consequências dos conflitos internacionais de nacionalidades jus solis e jus sanguinis somados as questões anteriormente citadas fomentam a análise. O estudo do caso de Maha Mamo, ex-apátrida e ativista de Direitos Humanos exemplifica as consequências da apatridia infantil causada por todas as violações supracitadas. Diante da complexidade das questões expostas, busca-se identificar o que torna a apatridia um fenômeno hereditário.

Palavras-chave: Refugiados. Apatridia. Gênero. Filhos.

AUTISMO: O PROCESSO DE LUTA E EXPERIÊNCIA PELOS PAIS

Anna Clara Pereira Coelho
annaclarapereiracoelho2018@gmail.com
Bacharelanda em direito Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: O autismo vai ser renomeado como transtorno do neurodesenvolvimento, no século XXI, de modo que vai desconstruir antigos conceitos ligados à esquizofrenia, a qual vai diferenciar de doenças mentais, síndrome e distúrbio. Nesse viés, o autismo vai se caracterizar pela imperatividade, impulsividade e o afastamento de interação social, além de problemas de comunicação, sensibilidades auditivas e preferências especiais por assuntos e objetos (BOSA; CALLIAS, 2000). Ademais, o autismo de Victor escrito por Winnicottina descreve sobre a realidade vivenciada pelos pais com uma criança autista, em que os primeiros fatores que caracterizam o autismo observado pelos familiares próximos da criança, de modo que os pais negam por considerar o filho inteligente, as relações dos familiares são apresentadas frequentemente por julgamentos por conta do comportamento do filho e a culpabilidade do transtorno ser causado pela mãe no processo de gestação. Desse modo, a análise foi apresentada por uma metodologia de nível descritivo que busca explicar a temática por análises de artigos para o projeto científico.

Palavras-chave: autismo. pais. Transtorno

CONTABILIDADE AMBIENTAL: UMA PROPOSTA DE SUA APLICABILIDADE NA INDÚSTRIA DE MINERAÇÃO

Bruna Karina Siqueira da Silva
karina.bruna@hotmail.com
Bacharelanda em Ciências Contábeis Faculdade de Petrolina-FACAPE

Lidiane Galvão Bessa da Costa Jeckel
lidiane.jeckel@ufes.br
Mestra em Ciências Contábeis Universidade Federal do Espírito Santo

Alinie Rocha Mendes
alinierocham@gmail.com
Doutoranda em Ciências Contábeis Universidade de Brasília

RESUMO: Considerando que a Sustentabilidade Ambiental vem ganhando visibilidade dentro do ambiente organizacional, questões ambientais como consequência da atividade fim da empresa passam a ser decisões de ordem estratégica. Dessa forma, os usuários requerem relatórios com informações dos aspectos e impactos ambientais gerados pelas companhias. Portanto, essa pesquisa objetiva analisar o nível de aderência das informações ancorada na NBC T.15 divulgadas nos relatórios contábeis das mineradoras listadas na B3. Em relação aos procedimentos metodológicos, será utilizado um roteiro elaborado com base na NBC T.15 como técnica de coleta das informações divulgadas no período de 2018 a 2022. Os dados serão analisados de forma qualitativa e quantitativa, e como achados dessa pesquisa espera-se contribuir com o tema contabilidade ambiental e com estudos anteriores como o de Rosa (2019) e Araújo et al (2018) que encontraram resultados divergentes em relação ao nível de evidenciação das informações socioambientais.

Palavras-chave: Contabilidade Ambiental. Indústria de Mineração. NBC T 15.

DESCOLONIZAÇÃO DO DIREITO E SUA OPERACIONALIZAÇÃO A PARTIR DA LÓGICA DA INTERSECCIONALIDADE: UM FAZER JUSTIÇA POSSÍVEL

Mariana Eva Souza Dias
mariana_eva24@hotmail.com
Mestra em Direito (UNICAP)
Advogada. Professora. Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU)

RESUMO: O presente trabalho propõe a reflexão a respeito da necessidade de se repensar o estudo e a operacionalização do Direito de modo a efetivamente refletir sobre as idiossincrasias da realidade brasileira e enfrentá-las. Partindo da compreensão de que os efeitos da colonialidade todavia pautam fortemente o ser, saber e poder, traça uma análise a respeito da premência de confrontar os seus reflexos no universo jurídico. O estudo foi construído a partir da realização de análise documental e revisão bibliográfica. Tomou-se por base um arcabouço teórico que englobou autoras e autores decoloniais, do pensamento jurídico crítico e do feminismo negro. A partir disso, propõe-se que a aplicação da interseccionalidade na operacionalização do Direito permitiria as transformações necessárias à efetivação de um verdadeiro Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: Direito. Descolonização. Interseccionalidade. Estado Democrático de Direito.

DIREITO À INFORMAÇÃO: EFETIVAÇÃO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO PELO MUNICÍPIO DE FILADÉLFIA-BA (2022-2023)

Anayara Karine Brito Scarcela
scarcelanay@gmail.com
Bacharelanda em Direito
UNINASSAU-Petrolina

Vanessa Silva Santos
vanessa.correia62@gmail.com
Bacharelando em Direito
Faculdade de Petrolina – Facape

RESUMO: O presente trabalho versa sobre a Lei 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação - LAI, que embora tenha sido promulgada há mais de uma década, inovou no âmbito do controle e transparência dos atos da administração pública no sentido de assegurar o direito fundamental de acesso à informação. O seu objetivo consiste em investigar a efetivação da LAI pelo município de Filadélfia-BA com base nos princípios básicos da administração pública e diretrizes da Lei nº 12.527/2011. Para tanto, como metodologia, realizar-se-á a coleta de dados das bases oficiais, tais como o portal da transparência, do tribunal de contas e dos relatórios e demonstrativos indicadores da qualidade da gestão municipal, a partir dos quais será feito o procedimento de análise sob o eixo do acesso à informação pública pela prefeitura, órgãos da administração indireta e câmara municipal. Por fim, após a coleta e consolidação dos dados, por meio de check list, efetuar-se-á uma análise estatística descritiva e qualitativa, tendo, como apoio às reflexões sobre os resultados encontrados, a revisão da literatura por meio de pesquisa bibliográfica com estudos anteriores sobre o tema, e documental sobre normas legais aplicáveis. Espera-se, com a presente pesquisa, obter um relatório solidificado quanto ao cumprimento da LAI pelo município de Filadélfia-BA, evidenciando, em paralelo, a importância do cumprimento e efetivação das diretrizes da Lei de Acesso à Informação como forma de oportunizar um instrumento de controle e fiscalização social e política.

Palavras-chave: Direito Fundamental. Acesso à Informação. Lei 12.527/2011. Transparência Pública. Controle Social.

EDUCAÇÃO E RAZÃO VITAL: UMA EDUCAÇÃO ESTÉTICA DO HOMEM NAS MEDITAÇÕES DE ORTEGA Y GASSET

Roberto José da Silva
rj.silva@upe.br
Doutorando em Ciências da Linguagem/Unicap
Formação em Filosofia /Psicologia
Universidade de Pernambuco/Campus Garanhuns

Maria de Fátima Monteiro
fatima.monteiro@upe.br
Doutoranda em Ciências da Linguagem/Unicap
Bacharel em Medicina
Universidade de Pernambuco/Campus Recife

RESUMO: Considerando que os processos discursivos sobre Educação no Brasil têm trilhado por várias vertentes filosóficas, este trabalho de pesquisa bibliográfica almeja contribuir através do educador e filósofo Ortega y Gasset (1883-1955) que ensinar o homem pelos modelos funcionais, como as teorias mecânicas predominantes, não esclarecem as realidades vitais do Homem. Para ele, não é possível considerar o ser humano como sujeito ativo sem levar em conta simultaneamente tudo o que o circunda, a começar pelo próprio corpo e chegando até o contexto histórico em que se insere. Assim, Ortega enfatiza que a vida é realidade radical que nasce da relação entre o eu e a circunstância. Essa circunstância é uma situação pontual com algumas qualidades e características específicas e que podem ser permanentes ou pontuais. Assim, em torno da educação na estética da Razão Vital, esta pesquisa acena para as contribuições dos constructos epistêmicos da filosofia do raciovitalismo na formação ético-estética na narrativa orteguiana. O lugar da educação em Ortega tem substancial valor para imprimir a lógica vivente no escopo de seu pensar humanístico com o crivo do saber filosófico.

Palavras-chave: Educação estética. Razão vital. Eu e a circunstância. Ortega y Gasset.

HABEAS CORPUS 145.875/SP: A (IM)POSSIBILIDADE DE SEREM OS INUMPUTÁVEIS ALVO DE MEDIDAS DESPENALIZADORAS

Janaina dos Santos Silva Melo
melojanaina250@gmail.com
Bacharelanda em Direito Faculdade de Petrolina – FACAPE

Maria Elania Alves Campos
elainealvescampos84@gmail.com
Bacharelanda em Direito Faculdade de Petrolina – FACAPE

Aline Victória da Silva Muniz
aline.muniz@prof.facape.br
Professora na FACAPE. Especialista em Tribunal do Júri e Direito Processual Penal.
Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: Em 2022, após análise do Habeas Corpus nº 145.875/SP, o Supremo Tribunal Federal defendeu o posicionamento de que proibir a aplicação de institutos despenalizadores previstos na Lei 9.099/95 aos indivíduos considerados inimputáveis e semi-imputáveis representa uma forma de discriminação e uma violação ao princípio da igualdade. Assim, o presente estudo visa, mediante uma metodologia bibliográfica, documental e descritiva, abordar os conceitos e características das medidas depenalizadoras, bem como apresentar as particularidades legais dos inimputáveis, para que, ao final, alinhe a discussão acerca do ponto nevrálgico, que é a decisão do HC nº 145.875/SP, objetivando o estudo apresentar os argumentos relatados no Habeas Corpus para analisar as suas (im)possibilidades, visto que, conforme defendem alguns criminalistas e a própria legislação, ao considerar a aplicação e medidas de segurança, a condição de inimputabilidade do paciente inviabiliza a homologação de acordos civis, assim como a concessão de transação penal ou suspensão condicional do processo, uma vez que o indivíduo não teria a capacidade de compreender a natureza punitiva das medidas.

Palavras-chave: Medidas de segurança; inimputabilidade; Lei 9.099/95; isonomia.

ISENÇÃO DO IRPF: UMA ANÁLISE ACERCA DA TAXATIVIDADE DO ART. 6, XIV, DA LEI Nº 7.713/88

Arianne dos Santos Nunes Alves
ariannenunesalves@gmail.com
Bacharelanda em Direito Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: Introdução: O presente trabalho tem por objeto o imposto de renda de pessoas físicas, que é uma das principais fontes de receita pública. No entanto, apesar da ocorrência do fato gerador, nem todos os brasileiros estão aptos para lidarem com a carga tributária ocasionada por tal imposto. Isto porque é possível que algumas situações os livre da obrigação tributária, a exemplo o que ocorre nos proventos de aposentados portadores de moléstia grave. Nesse contexto, passou-se a analisar o art. 6, da Lei n. 7.713/88, tendo em vista que o dispositivo elenca, taxativamente, as doenças capazes de conceder ao contribuinte a isenção pleiteada. **Metodologia:** Realizada pesquisa legislativa, jurisprudencial e doutrinária, procurou-se analisar as recentes decisões dos Tribunais acerca da taxatividade e/ou a possibilidade de tornar o dispositivo exemplificativo, considerando o crescente número de moléstias, que em sua grande maioria, refletem na situação financeira do contribuinte. **Conclusão:** Diante disso, constatou-se a necessidade do Poder Legislativo alterar o alcance do dispositivo em estudo, de modo a tornar o rol exemplificativo, possibilitando assim a contemplação mais isenções a portadores de moléstia grave.

Palavras-Chave: Isenção. Imposto de renda. Moléstia grave. Taxatividade.

O AUXILIO-MORADIA PARA JUÍZES: POSSÍVEIS ARTICULAÇÕES DOS ARRANJOS INSTITUCIONAIS DO ESTADO BRASILEIRO

Fabiana Aldaci Lanke
fabiana.lanke@edu.unirio.br
Mestra em Direito e Políticas Públicas
Integra o Grupo de Pesquisa “Democracia, Paz e Direitos Humanos”
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

RESUMO: A pesquisa em desenvolvimento objetiva explorar à luz da categoria dos “arranjos jurídico-institucionais”, pela abordagem direito e políticas públicas (BUCCI, 2006, 2013, 2019), a Ação Originária – AO nº 1.773 sobre o auxílio-moradia para Juízes Federais. A AO que tramitou no Supremo Tribunal Federal foi concedida por liminar monocrática e revogada, após adentrar o debate público devido às despesas, que teriam implicado em ‘pacote’ legislativo para conter os gastos públicos. Após as regulamentações do auxílio moradia pelo Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público, e transitou em julgado. **Metodologia:** Trata-se de pesquisa exploratória documental e bibliográfica. **Resultados preliminares:** A tramitação da AO articulou arranjos institucionais como: a Conciliação, à adesão de *amicus curae* e a regulamentação pelo poder judiciário sem tramitar pelo poder legislativo e pela relação do sistema de “freios e contrapesos” do Estado Brasileiro. **Propostas:** Identificar a articulação de “arranjos jurídico-institucionais” para a objetivação do auxilio-moradia aos magistrados e demais carreiras beneficiadas.

Palavras-Chave: Arranjos jurídico-institucionais. Auxílio-Moradia. Direito. Estado Democrático de Direito. Direitos Humanos.

O COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR DIANTE DA VARIAÇÃO DE PREÇOS DOS ALIMENTOS NO PERÍODO DA PANDEMIA

Neilson Gomes Coelho
neilsongomes17@gmail.com
Bacharel em Economia
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Pedro Vinicius Lourenço Gomes
pedro.v.gomes.25461@aluno.facape.br
Bacharelando em Economia
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Maria do Socorro Macedo Coelho Lima
socorrofacape@facape.br
Doutora em Desenvolvimento regional e urbano
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Michela D'arc Campos Mota
michela.mota@facape.br
Mestre em Dinâmicas do Desenvolvimento do Semiárido
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Alexandre Coelho Lima
alexandrecoelholima@hotmail.com
Médico Residente
Universidade Católica de Pernambuco — Unicap

Benedyto Savio de Lima e Silva
benedyto07@hotmail.com
Mestre em Ciência
Universidade Federal de São Paulo -Unifesp

RESUMO: Introdução: A economia passou a vivenciar uma redução na oferta de alimentos produzidos e umacrescente elevação no preço dos produtos em geral, principalmente de alimentos. O desemprego tem sido o grande complicador desse momento econômico vivido, impactando o comportamento das pessoas, e atingindo fortemente às famílias de renda mais baixa. O comportamento humano e o comportamento do consumidor, estão relacionados às características sociais, pessoais, culturais e psicológicas, a pandemia do Covid-19 mudou o comportamento do consumidor. O presente estudo objetiva identificar os fatores

que influenciam o comportamento e as expectativas do consumidor no processo de compra e o que mudou no atual cenário social. **Metodologia**: Realizou-se este estudo utilizando fontes diversas para entender como a mudança na atual conjuntura social e econômica tem afetado a tomada de decisão dos consumidores. O método utilizado foi o estudo de caso com a aplicação de dois questionários sendo um modelo para consumidores e outro para gestores de supermercados. **Resultados:** Assim, conclui-se que lidar com o consumidor não é uma tarefa simples, pois cada consumidor tem desejo próprio. O ser humano apresenta uma grande variedade de comportamentos. Uma determinada regra não se aplica para todas as pessoas, pois, às vezes, mesmo declarando suas necessidades e desejos, agem de forma diferente, no final do processo. Identificar essas diferenças, e como esses fatores foram alterados no período da pandemia é tarefa que exige muito estudo, por isso aqui não se tem a pretensão de esgotar o tema.

Palavras-chave: Alta de Preços. Comportamento do Consumidor. Fatores Econômicos e Sociais. Pandemia.

O CONTO E OS CRIMES: "JOÃO E MARIA" COMO DISPOSITIVO DE ESTUDO DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Andreyna Alencar Andrade
alencarandreyna@hotmail.com
Bacharelanda em Direito
Faculdade de Petrolina – FACAPE

Aline Victória da Silva Muniz
aline.muniz@prof.facape.br
Professora na FACAPE. Especialista em Tribunal do Júri e Direito Processual Penal.
Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: A narrativa em "João e Maria" apresenta a história de um casal de irmãos que são abandonados na floresta pelo pai e a madrasta, desencadeando uma série de acontecimentos dramáticos em sua cronologia. Considerando que grande parte dos contos de fadas surgiram por influência do momento histórico da época em que foram criados, "João e Maria" originou-se em um período no qual era comum a prática de abandono de crianças ante o contexto de miséria a que as famílias eram submetidas. Nesse sentido, um dos objetivos pretendidos é o de analisar, à luz do Ordenamento Jurídico Brasileiro, as situações problemas presentes no conto supracitado, que são repletas de crimes e violações a princípios. Para tanto, o estudo foi ancorado em uma pesquisa bibliográfica, utilizando-se, além da legislação brasileira, do auxílio do livro de coletânea de contos clássicos intitulado *Contos de Grimm* (2021). Outrossim, o método hipotético-dedutivo, bem como o qualitativo de pesquisa, foram os utilizados. Isto posto, a relevância da pesquisa consiste em defender o uso da literatura ficcional como uma ferramenta auxiliar no processo de ensino e construção do saber jurídico.

Palavras-chaves: Direito. Literatura. Saber jurídico.

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO NORDESTE BRASILEIRO: O CASO DA FRUTICULTURA IRRIGADA DO POLO PETROLINA-PE E JUAZEIRO-BA

Pedro Pereira Lima Neto
adm_emp_ped@yahoo.com.br
Especialista em Economia e Desenvolvimento Regional Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ

Taise Alves Lima
taisealveslima9@gmail.com
Mestre em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

RESUMO: **Introdução:** O trabalho visa elucidar o desenvolvimento econômico da fruticultura irrigada no Polo Petrolina-PE e Juazeiro-BA. **Metodologia:** Para tanto, foi realizado um levantamento de dados bibliográfico sobre a produção agrícola de manga e uva, a geração de emprego e renda e a participação da região nas exportações das frutas. **Resultados:** Os achados mostram que a região do Vale do Submédio São Francisco apresenta condições estruturais, econômica, sociais e edafoclimáticas favoráveis para o cultivo de frutas tropicais. Além disso, o local é predominante nas exportações de uva e manga do Brasil, uma vez que é responsável por aproximadamente 95% das exportações. No entanto, se tratando de pequenos produtores que operam de forma isolada, a ausência de cooperativismo pode resultar em desvantagem na agregação de valor e na comercialização da produção. O desenvolvimento de ações cooperativas que favoreçam a produção de frutas nos requisitos exigidos pelo comércio externo, pode viabilizar os processos burocráticos para exportação. A escassez de mão de obra também tem sido outro fator limitante na região.

Palavras-chave: Economia regional. Fruticultura irrigada. Vale do São Francisco.

O ENSINO JURÍDICO E A FORMAÇÃO DE CIDADANIA NOS FUTUROS OPERADORES DO DIREITO

Maruza Milena de Araújo Silva Alves Nunes
maruza.milena@hotmail.com
Bacharela em Direito ASCES-UNITA – Faculdade de Direito de Caruaru/PE
Professora de Direito Faculdade de Direito de Petrolina/PE – FACAPE

RESUMO: **Introdução:** O ensino jurídico no Brasil cresceu vertiginosamente em relação a outros países, com isso muitas instituições não evoluíram em relação a metodologia de ensino a ser aplicada nas faculdades. Não explorando em seus alunos um pensamento crítico e humanizado voltado para a formação do futuro cidadão jurista, operador das normas de Direito aptos a enfrentar as diversas situações que podem surgir na sua vida cotidiana. **Metodologia:** O estudo realizado é de caráter qualitativo, analisando as vivências dos alunos e professores onde aborda a realidade cotidiana dos mesmos. Observando a relação entre discentes e docentes, a metodologia de ensino aplicada. Verificar-se-á quais disciplinas são oferecidas dentro da graduação que despertam no aluno o exercício da cidadania e como os conteúdos são priorizados dentro do plano pedagógico para que o discente realize a busca por essas matérias. **Resultado:** Demonstrar quais dificuldades são enfrentadas pelos alunos e professores na formação do futuro cidadão operador do Direito.

Palavras-chave: Ensino Jurídico. Cidadania. Alunos. Professores Metodologia de ensino.

O SILÊNCIO SELETIVO COMO DIREITO FUNDAMENTAL À DEFESA

Luiz Carlos Pergentino Pereira da Silva
luizpergentino@yahoo.com.br
Professor Auxiliar da Faculdade de Petrolina - FACAPE

RESUMO: Ao buscar a autoria e materialidade para o oferecimento da denúncia por parte do Ministério Público e, conseqüente persecução penal judicial, várias provas serão produzidas. É no interrogatório, que o acusado poderá oferecer a sua versão dos fatos criminosos que lhe são imputados. O promotor de Justiça realizará perguntas e, o juiz também o fará. A defesa técnica, que é obrigatória durante o processo – presença de advogado/defensor, também realizará questionamentos ao acusado. O direito ao silêncio é um direito positivado na Constituição Brasileira, sendo que o silêncio não poderá ser usado contra o acusado, pois o fato de não responder às perguntas não pode ser usado em seu desfavor tal fato. Nesta senda, é facultado ao acusado responder aos questionamentos apenas realizados pela defesa, não sendo possível desqualificar a sua opção de silêncio seletivo, ou seja, responder as perguntas formuladas por seu advogado ou as quais ele achar conveniente para sua defesa.

Palavras-chave: Direitos fundamentais. Direito ao silêncio. Silêncio seletivo.

PUNIÇÃO E EVOLUÇÃO: A DESCONFORMIDADE DA LEGISLAÇÃO PENAL BRASILEIRA FRENTE AO AVANÇO CIBERNÉTICO

Raysa Morgana Araújo Gomes
raypnz@gmail.com
Bacharelanda em Direito Faculdade de Petrolina – FACAPE

Aline Victória da Silva Muniz
aline.muniz@prof.facape.br
Professora na FACAPE.
Especialista em Tribunal do Júri e Direito Processual Penal.
Faculdade de Petrolina – FACAPE

RESUMO: Considerando a expansão da tecnologia e a evolução da internet, inúmeros foram os benefícios à sociedade. Não obstante isso, os crimes cibernéticos também figuram como resultado desse desenvolvimento. Esse estudo, portanto, visa contribuir para a compreensão e a importância de uma abordagem relacionada à prevenção e ao combate desses crimes, com o enfoque em temáticas como a criação da internet, o seu Marco Civil e a Lei Carolina Dieckmann. Outrossim, por meio da pesquisa bibliográfica e utilizando-se do método dedutivo, visa analisar as lacunas legais e os desafios das investigações, colocando em xeque a inadequação estatal e apresentando a possibilidade da utilização da Teoria das Janelas Quebradas, com a finalidade de demostrar que o desregramento pode encorajar comportamentos criminosos, haja vista a sensação de impunidade oferecida a quem pratica crimes digitais. Destaca-se, assim, a relevância do estabelecimento não apenas de leis efetivas, como também de viabilização da sua aplicação, com a garantia de investimentos tecnológicos e a concessão de segurança digital por meio de esforços sociais constantes e cooperativos.

Palavras-chave: Crimes. Internet. Legislação. Impunidade. Teoria das Janelas Quebradas.

QUIOSQUE DA UMBUZADA: UMA MEDIDA DE POLÍTICA PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E PRODUTIVO DE JUAZEIRO, NO SEMIÁRIDO BAIANO

Aluísio Sampaio Neto
sampaioaluisio@hotmail.com
Doutorando em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Amanda Leal Barros de Melo
amandalbm@hotmail.com
Doutoranda em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Ayrton Matheus da Silva Nascimento
ayrtonmatheus2015@hotmail.com
Doutorando em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Késsia Virgínia dos Santos Lima
kelbiologa@hotmail.com
Doutoranda em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

RESUMO: **Introdução:** Políticas Públicas são ações do governo municipal, estadual ou federal que visam melhorar a vida da população em vários aspectos, como saúde, educação, segurança, meio ambiente, desenvolvimento econômico, entre outros aspectos. Inaugurado em março deste ano, no Distrito de Massaroca, em Juazeiro - Bahia, o Quiosque da Umbuzada é um espaço voltado com os seguintes propósitos: a valorização, exposição e comercialização de produtos provenientes da Agricultura Familiar produzidos na localidade. É resultado de uma política pública direcionada para o desenvolvimento dos municípios no semiárido do sertão baiano. **Metodologia:** É um estudo qualitativo, de caráter exploratório e descritivo. **Resultados:** Essa iniciativa foi executada pelo Governo do Estado da Bahia, por meio da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR). O financiamento para a construção do quiosque foi obtido por meio de um empréstimo de cerca de R$ 90 mil junto ao Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). São beneficiados 26 agricultores e produtores rurais familiares.

Palavras-chave: Progresso. Transformação. Melhoria.

SERIAL KILLER E O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: A IMPUTABILIDADE DO ASSASSINO EM SÉRIE NO BRASIL

Larissa dos Santos Félix
larissasantf@outlook.com
Bacharelanda em Direito Faculdade de Petrolina-FACAPE

RESUMO: Mediante atração pessoal sobre o Serial Killer manifestou-se o anseio em buscar aprofundar os conhecimentos sobre o tema em questão, estimuladas pela vontade de conceituar e caracterizar o seu perfil, os seus comportamentos e métodos incomuns, além de estudar a legislação penal brasileira quanto a sua punibilidade. A gênese para a análise desta pesquisa foram as séries: “Dahmer: Um Canibal Americano” e “Mindhunter”, promovida pelo serviço de streaming Netflix e as aulas de Criminologia, ministrada pelo professor Edson Pacheco. Quanto a metodologia desta pesquisa, a finalidade da pesquisa básica pura; à abordagem é qualitativa; os objetivos são de caráter descritivo e explicativo; o método do ensaio é dedutivo; já os procedimentos embasaram-se em dados secundários como revisão bibliográfica, documentários e estudos de casos. Esse estudo busca demonstrar que é de suma importância que sejam impulsionadas provocações quanto ao perfil do assassino em série e à legislação penal em relação a eles, para que seja eficiente e eficaz e que tenha penas justas e adequadas de acordo com as suas especificidades.

Palavras-chave: Serial Killer. Assassino em série. Criminologia. Legislação penal.

TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) NA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM CONTABILIDADE: UM ESTUDO COM DOCENTES E DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NA FACULDADE DE PETROLINA

Igor de Sena Gonçalves Pereira
Igor.goncalves.22129@aluno.facape.br
Bacharelando em Ciências Contábeis
Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina – FACAPE

Milka Kainã de Lacerda Vieira
lacerdamilka@gmail.com
Bacharel em Ciências Contábeis
Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina – FACAPE

RESUMO: O objetivo dessa pesquisa é analisar a percepção o intuito de manter o processo de ensino-aprendizagem. Segundo Slomki *et al* (2016), dos docentes e discentes em Ciências Contábeis das instituições localizadas em Petrolina-PE e Juazeiro-BA sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no ensino superior após o período da Covid-19. As TIC's passaram a ter importância na educação por causa do seu avanço compulsório durante a pandemia da Covid-19 com apesar das mídias digitais estarem presentes na formação e na prática dos docentes, falta muitas vezes uma análise crítica por parte dos profissionais para explorar as melhores possibilidades de aplicação dessas tecnologias. A metodologia utilizará a abordagem quantitativa, descritiva, e quanto a coleta de dados o procedimento adotado será um questionário estatístico descritivo mensurado pela Correlação de Pearson para análise dos resultados, construído com o propósito de medir a eficácia na utilização de tais tecnologias nas aulas remotas durante o período de 2020 – 2022. É esperado que o estudo contribua na avaliação do uso dessas plataformas como ferramentas capazes de dar suporte ao desenvolvimento da docência e realizar comparativo quanto aos benefícios e limitações que sua aplicação poder ter causado no desenvolvimento ensino superior.

Palavras-Chave: Educação Superior. Ciências Contábeis. Tecnologia da Informação e Comunicação.

TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS E ESTADUAIS PARA O MUNICÍPIO DE PETROLINA-PE

Francisco Antonio do Nascimento Santos
fantonioprofessor@yahoo.com
Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Petrolina – FACAPE
Pós-graduado em Docência do Ensino Superior pela Faculdade São Francisco de Juazeiro BA – FASJ
Pós-graduado em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal pelo Centro Universitário Internacional - UNINTER
Pós-graduando em MBA Executivo em Gestão Tributária pelo Instituto Líbano
Pós-graduando em MBA em Controladoria e Finanças pelo Instituto Líbano

RESUMO: Transferências Intergovernamentais compreende os repasses de recursos financeiros entre os entes da federação, permitindo um maior equilíbrio fiscal entre esses entes. O objetivo da pesquisa consiste em verificar as transferências intergovernamentais dos anos de 2014 a 2018 da cidade de Petrolina/PE e se houve impactos causados pela crise econômica de 2015 nessas transferências. Para o desenvolvimento do estudo utilizou-se como metodologia a abordagem quantitativa e o método dedutivo. O procedimento técnico aplicado para coletar os dados foi à análise documental através do site do portal da transparência e do Tesouro Nacional nos períodos de 2014 a 2018. Após a pesquisa documental foi feito uma análise observatória dos dados obtidos e aplicados métodos estatísticos de medida de dispersão para compreender a variância da amostra ao longo dos anos. Constatou-se que das transferências pesquisadas apenas o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) não sofreram variação ao longo dos anos e que o grau de dependência do município vem diminuindo ao longo dos anos.

Palavras-chaves: Transferências Intergovernamentais. Equilíbrio Fiscal. Crise Econômica de 2015.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: UM DIÁLOGO CRÍTICO A PARTIR DA SÉRIE “MAID”

Bruna Mailany Gomes Soares
mai05bruna07@gmail.com
Faculdade Uninassau de Petrolina- PE

RESUMO: A violência doméstica é um fenômeno presente em alguns lares, trazendo uma complexidade a vida da vítima. Para entender a violência doméstica é preciso compreender seus aspectos político-sócio-culturais. Partindo desse pressuposto, o objetivo geral deste estudo monográfico é verificar as formas de violência doméstica retratadas na série “Maid” e suas consequências na vida das mulheres em relacionamento abusivo. Nesse sentido, a pesquisa busca, através das experiências da personagem Alex, identificar as formas de violência doméstica contra a mulher retratadas na série “Maid”; observar, a partir do enredo dessa produção cinematográfica, as consequências da violência doméstica na vida das vítimas; perceber como o estado tem enfrentado o problema da violência doméstica contra a mulher sob a luz da ´serie “Maid”. Nessa perspectiva, diversos autores foram acionados para o embasamento teórico, principalmente aqueles que tratam de direito penal, psicologia jurídica, filosofia do direito e sociologia e antropologia jurídica. Adotou-se como método de pesquisa o estudo de caso, que se utiliza de múltiplas fontes de coleta de informações, como as que foram utilizadas: pesquisa documental, imagens e observação direta. Os resultados apontam que são abordadas as variadas formas de violência de gênero, e que, em razão da negligência do Estado, essas mulheres acabam sendo revitimizadas.

Palavras-Chave: Violência contra à Mulher; Patriarcado e Opressão Feminina; Teoria do “Habitus”; Revitimização; Série “Maid”.

ENSINO

A LITERATURA DE CORDEL EM SALA DE AULA: REFLEXÕES E PROPOSTAS PARA ABORDAGENS METODOLÓGICAS SIGNIFICATIVAS

Perla Araújo dos Santos
perla.araujos@gmail.com
Mestrado em Estudos Literários pela UFPE[24]
Professora efetiva da SEC-BA[25]
Aluna Especial de Doutorado em Estudos Literários pela UFMS

RESUMO: Este artigo surge a partir do TCC "*A Literatura de Cordel nos livros didáticos*"[26] defendido na UPE[27], em 2017. Na referida pesquisa, constatamos que, dos livros didáticos que estavam disponíveis no mercado - do Ensino Fundamental II ao Ensino Médio - apenas sete deles incluíam a Literatura de Cordel como gênero textual a ser estudado. Ainda assim, evidenciou-se que quatro deles possuíam propostas pedagógicas superficiais e de modo pejorativo. Em contrapartida, sugerimos metodologias significativas como subsídios didáticos, voltados para a prática docente, explorando, de modo positivo, os recursos pedagógicos que tal gênero textual pode fornecer, destacando, sobretudo, o incentivo à leitura, valoração da cultura popular e projetos interdisciplinares. As discussões e propostas foram pautadas nos estudos de Ana Cristina Marinho e Helder Pinheiro (2012), Marcos Bagno (2015), entre outros, dialogando com as diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Língua Portuguesa e com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Mostraremos, então, alguns resultados dessas propostas aplicadas em sala de aula, em 2018 e 2019, em turmas do Fundamental II e, em 2021 e 2022, em turmas do Ensino Médio e EJA.

Palavras-chave: Literatura de cordel; cultura popular; incentivo à leitura; projeto interdisciplinar; prática docente.

SUMMARY: This article arises from the TCC "Cordel Literature in textbooks" defended at UPE in 2017. In the aforementioned research, we found that, of the textbooks that were available on the market - from Elementary School II to High School - only seven of them included Cordel Literature as a textual genre to be studied. Even so, it was evident that four of them had superficial and pejorative pedagogical proposals. On the other hand, we suggest significant methodologies

[24] Universidade Federal de Pernambuco – Recife.
[25] Secretaria de Educação e Cultura do Governo do Estado da Bahia.
[26] Sob orientação da Prof.ª Dra. Clarissa Loureiro.
[27] Universidade de Pernambuco – Campus Petrolina.

such as didactic subsidies, aimed at teaching practice, exploring, in a positive way, the pedagogical resources that such a textual genre can provide, highlighting, above all, the encouragement of reading, appreciation of popular culture and interdisciplinary projects. The discussions and proposals were based on the studies of Ana Cristina Marinho and Helder Pinheiro (2012), Marcos Bagno (2015), among others, in dialogue with the guidelines of the National Curricular Parameters (PCN) of the Portuguese Language and the National Common Curricular Base (BNCC). We will then show some results of these proposals applied in the classroom, in 2018 and 2019, in Elementary II classes and, in 2021 and 2022, in High School and EJA classes.

Keywords: Cordel literature; popular culture; encouraging reading; interdisciplinary project; teaching practice.

1. INTRODUÇÃO

A pertinência social da Literatura de Cordel, entre outros fatores, consiste na espontaneidade do olhar do poeta nordestino acerca do mundo onde vive, recriando situações do cotidiano e registrando transformações sociais segundo sua perspectiva. Por este motivo, inspirou grandes autores de nossa literatura, contribuindo para a construção de clássicos literários como *O auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna, além de canções, teatros, novelas, entre outras manifestações artísticas que valorizam a riqueza do conhecimento popular da nossa região.

Estamos falando de uma literatura que é patrimônio cultural brasileiro. Em 2018, a Literatura de Cordel foi reconhecida como Patrimônio Cultural Brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)[28]. Como deixá-la, então, passar despercebida em sala de aula, sem dada atenção merecida? O próprio fato de ter se tornado patrimônio cultural é tema para ser explorado na escola, levando nossos alunos a refletirem e valorizarem esse tipo de produção de texto. Além disso, o Cordel em sala de aula contempla algumas habilidades sugeridas na BNCC (BRASIL, 2017, p. 79-80), são elas:

> Refletir sobre diferentes contextos e situações sociais em que se produzem textos orais e sobre as diferenças em termos formais, estilísticos e linguísticos que esses contextos determinam, incluindo-se aí a multimodalidade e a multissemiose; conhecer e refletir sobre as

[28] Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4833/literatura-de-cordel-e-reconhecida-como-patrimonio-cultural-do-brasil Acessado em: 20 de maio de 2021.

> tradições orais e seus gêneros, considerando-se as práticas sociais em que tais textos surgem e se perpetuam, bem como os sentidos que geram.

Levar o Cordel para sala de aula é, portanto, um meio de explorar as habilidades sugeridas acima. Neste aspecto, deve-se trabalhar a criticidade dos alunos, bem como os valores humanos evidentes nos textos, considerando o que for digno de ser valorizado e refletir sobre as possíveis representações de preconceitos sociais por meio da linguagem.

É importante destacar que o objetivo maior de levar o Cordel para a sala de aula é o de despertar o interesse pela leitura. De acordo com Marinho (2012, p. 12), “Ninguém aprende a gostar de folhetos decorando regras sobre métricas e rimas”. Ainda segundo a mesma autora, os leitores e/ou ouvintes que aprenderam a apreciar desse tipo de texto “foram primeiro tocados pela fantasia das narrativas, pelo humor de situações descritas, enfim, pelo viés da gratuidade e não pelo pragmatismo de suas informações” (MARINHO, 2012, p. 12). Portanto, cuidar para que os alunos despertem o gosto pela leitura de cordéis é o ponto de partida para qualquer outra atividade, considerando que quando gostamos de algo, o interesse em conhecer mais sobre tal assunto é maior.

2. ASPECTOS LINGUÍSTICOS SOBRE O USO DA LITERATURA DE CORDEL NO AMBIENTE ESCOLAR

Para tornar a compreensão do uso da Literatura de Cordel no ambiente escolar de modo mais didático, iremos nos referir a ela como gênero textual com base na perspectiva de Marcuschi (2003, p.19), o qual nos apresenta os gêneros textuais como “entidades sócio-discursivas e formas de ação social incontornáveis de qualquer situação comunicativa”, ou seja, estão a serviço das nossas interações sociais no cotidiano e se materializam de acordo com o contexto e com o objetivo que se quer alcançar (informar, divertir, registrar...) por meio de diversas linguagens.

A Literatura de Cordel é, portanto, um gênero textual que cumpre muitas funções sociais, e sua linguagem varia de acordo com o conhecimento do cordelista acerca da língua, bem como com o intuito que ele pretende usá-la na construção do seu texto. É importante destacar para os alunos que o cordelista

possui, assim como outros escritores, a licença poética da construção, até porque, para ser artista não é preciso ir à escola. É o caso de muitos escritores de Cordel, por falta de condições sociais, não tiveram acesso à educação formal, portanto, escrevem como falam, e os que tiveram, mantêm a escrita de acordo com a fala no intuito de evidenciar a linguagem de um povo, o qual é representado no texto.

A partir daí, trabalhar a linguagem popular, como um uso social importante, tanto na interação entre os falantes de uma localidade, quanto na produção de textos que representam os costumes, memória e identidade de um povo. Espera-se que os alunos entendam, desse modo, que a linguagem representa um grupo social, e como não há cultura melhor ou pior, também não há linguagem melhor ou pior. Um Cordel escrito de acordo com as regras da Gramática Normativa não teria o mesmo efeito de sentido. As linguagens se completam, cada uma com seu valor, chegam ao mesmo objetivo: a interação, o registro e o compartilhamento de experiências e informações. De acordo com essas reflexões, ler cordéis possibilita conhecer variedades de nossa Língua Portuguesa e dialoga com as orientações dos PCN abaixo:

> Conhecer e valorizar as diferentes variedades do Português, procurando combater o preconceito linguístico; * Reconhecer e valorizar a linguagem de seu grupo social como instrumento adequado e eficiente na comunicação cotidiana, na elaboração artística e mesmo nas interações com pessoas de outros grupos sociais que se expressem por meio de outras variedades. (Ministério da Educação, Parâmetros Curriculares Nacionais, Língua Portuguesa, 5ª a 8ª séries, p. 33, 1998).

Marcos Bagno (2015), em seu livro *Preconceito linguístico*, conversa com tais diretrizes dos PCN, apresentando fortes argumentos contra esse tipo de opressão – uma das heranças negativas do processo de colonização pós invasão europeia - e destaca a importância do uso adequado das diversas variedades linguísticas e das funções sociais de comunicação que desempenham em nosso cotidiano. Uma das ferramentas indispensáveis para tal é a utilização de diversos gêneros textuais em sala de aula, assim, o professor tem o papel importante de refletir junto com seus alunos que não existe o certo e o errado na língua, e sim, situações em que uma variedade linguística seria mais adequada que outra. É importante refletir também sobre a imposição do preconceito linguístico por uma elite que se diz detentora de um saber e oprime o diferente, na tentativa de reduzi-lo pela língua que utiliza, com intuito perverso de fazer com que estes sujeitos e suas referências sejam vistos como inferiores, o que na verdade, não são.

O estudante precisa ter a consciência de que aprender a linguagem padrão é uma exigência cobrada pela sociedade e que será utilizada em momentos e situações formais. A linguagem coloquial, que todos aprendem, desde que começam a falar, é tão importante quanto a padrão. Uma não anula a outra, ambas se completam. Por este motivo, os gêneros textuais que utilizam da linguagem popular não são menos importantes do que os que utilizam uma linguagem mais monitorada. Cada um, com suas características, cumpre uma função social, seja ela divertir, informar, entreter, entre outras. Sobre tal reflexão, Marcos Bagno (2015) diz que os preconceitos "se impregnam de tal maneira na mentalidade das pessoas que as atitudes preconceituosas se tornam parte integrantes do nosso próprio modo de ser e de estar no mundo". E continua dizendo que é necessário fazer um trabalho "de autoconscientização para que alguém comece a reconhecer suas próprias atitudes e passe a desmascarar os mecanismos perversos que compõem a mitologia do preconceito" (BAGNO, 2015, p.114-115). É um entendimento que precisa fazer parte do ambiente escolar constantemente.

De acordo com Bagno (2015), os preconceitos linguísticos são transmitidos em nossa sociedade por um mecanismo chamado de "*ciclo vicioso do preconceito linguístico*" [...] formado pela união de três elementos: a gramática tradicional, os métodos tradicionais de ensino e os livros didáticos" (BAGNO, 2015, p.109). Daí a importância de analisar os materiais didáticos fornecidos pela escola com atenção, observando como é feita a abordagem linguística, sobretudo no que se refere aos textos de cunho popular, no intuito de perceber se estão ali para serem exploradas em todos os aspectos pedagógicos possíveis, ou se estão por meras formalidades, "à margem da literatura erudita" como diz Helder Pinheiro (1980, p. 12).

3. PERSPECTIVA HISTÓRICO SOCIOCULTURAL DA LITERATURA DE CORDEL NO BRASIL

Sobre a perspectiva histórico sociocultural da literatura de Cordel no Brasil, Diégues Júnior (1978, p.04) diz que "a literatura de cordel aqui no Nordeste possui origem lusitana, os folhetos ficavam presos a um pequeno cordão ou até mesmo um barbante e que era a forma utilizada para que fossem expostos nos locais em

que eram comercializados". Quanto ao termo *cordel,* Luís Câmara Cascudo (2000), afirma que "no Brasil diz-se sempre folhetos referindo-se a estas brochurinhas em versos. Em Portugal dizem 'literatura de cordel' porque os livrinhos eram expostos à venda cavalgando sobre um barbante, como ainda acontece em certos pontos do Brasil" (CASCUDO, 2000, p. 332). Dessa forma, a expressão "literatura de cordel" passa a ser utilizada no Brasil, inicialmente pelos "estudiosos da nossa cultura para designar os folhetos vendidos nas feiras, sobretudo em pequenas cidades do interior do Nordeste" (MARINHO, 2012, p. 18), devido a semelhança com que acontecia Portugal.

A princípio, o Cordel era utilizado para noticiar acontecimentos em algumas localidades. Marinho (2012, p.33) refere-se a esse tipo de Cordel como "folhetos de circunstância" ou "folhetos de época". As pessoas compravam tais cordéis para terem acesso a uma informação polêmica, ressaltada pelo olhar do folhetista, "quando morre algum político ou religioso da região, ou nasce alguma criança que faz milagres, logo surge um folheto contando a história" (MARINHO, 2012, p. 33), e assim mantinham um costume social. Além dessa característica de informar de maneira bem-humorada, o Cordel possui outras temáticas e intenções, tais como: divertir, entreter, criticar. Tudo isso embalado por meio de narrativas de pelejas, aventuras, brincadeiras, entre outras.

Vale destacar, também, que a literatura de Cordel foi e ainda é responsável pelo primeiro contato com o letramento[29] literário de muitas pessoas. "É sempre bom lembrar que os folhetos eram feitos para serem lidos em voz alta nas salas das casas ou nas feiras" (MARINHO, 2012, p. 38). A cultura popular encanta e agrada. Por este motivo, é de fácil assimilação, fazendo com que seja contada e recontada, sobretudo, por meio da oralidade. E esse encantamento, muitas vezes, acontece antes ou fora da experiência escolar.

Sobre esta perspectiva, Pinheiro (1980) nos fala o quanto foi prazeroso seu contato inicial com a leitura, principalmente, por meio da literatura popular. Mas, também nos conta da experiência negativa que teve quando foi para a escola, "esta vivência foi cruelmente apagada", e ainda acrescenta que "sequer se

[29] Segundo Magda Soares (2004), entende-se por letramento o domínio de habilidades de uso da leitura e da escrita dos diversos gêneros textuais no cotidiano, ou seja, as práticas da leitura e da escrita na sociedade.

cogitava que aquela rica experiência poderia ser considerada literatura de valor para ser levada à sala de aula" (PINHEIRO, 1980, p.12).

Para João Wanderley Geraldi (2006), a prática de leitura na escola de modo impositivo e pouco atrativa, afastando o aluno, ao invés de incentivá-lo a ler. Esse é um dos motivos que contribui para o baixo número de leitores em nosso país. Daí a importância de pesquisar e propor para os alunos práticas pedagógicas voltadas para a aquisição do gosto pela leitura de modo prazeroso como acontece com a leitura da literatura popular, praticamente espontânea, fora do meio escolar.

Por falar em pesquisa como fonte de embasamento teórico significativo acerca da Literatura de Cordel, a tese de Clarissa Loureiro (2010), professora da Universidade de Pernambuco, traz um novo olhar sobre esse gênero textual, destacando a imagem identitária feminina nos livretos. Segundo a autora, o foco do seu trabalho é demonstrar como tais representações "identitárias femininas recorrentes em cordéis contribuem para a composição de narrativas particulares que corroboram para a formação de uma tradição poética que se altera entre dos séculos XX e XXI" (LOUREIRO, 2010, p.12), e afirmando que o intuito é o de "estabelecer uma trajetória das imagens femininas no imaginário popular, [...]cujo tema era a mulher em situações ficcionais distintas" (LOUREIRO, 2010, p.12). Dessa forma, a autora nos leva a refletir sobre do papel da mulher na construção do Cordel, seja como personagem, seja como autora, ainda que haja poucas referências de mulheres cordelistas, embora, segundo Marinho (2012, p. 11), podemos observar, atualmente, "a presença cada vez maior de mulheres escrevendo e publicando folhetos".

4. A LITERATURA DE CORDEL NO AMBIENTE VIRTUAL

Gabriela Barbosa e Luiz Andrade também abordam o tema Cordel, porém, inserido no mundo virtual. Em seu trabalho, podemos perceber que se trata de mais um estudo que vem a inovar o olhar sobre a Literatura de Cordel, em um espaço que vem crescendo cada vez mais: a internet. Trabalhos assim mostram o poder que o Cordel tem de se adaptar às inovações tecnológicas sem perder sua essência, sua memória. Os autores nos apresentam o processo de adaptação do Cordel no mundo virtual, como foi ganhando espaço, deixando de ser referido como texto popular a texto de massa pela grande propagação que vem tendo em

determinadas regiões. Assim, de acordo com Barbosa (2014), o “cordel eletrônico”, ocupa a tela no lugar do papel e alcança um público diverso. “Hoje o cordel vem conquistando maior espaço nas universidades, nas escolas, nas feiras, inclusive na web, tornando-se mais visível, nacional e internacionalmente”. (BARBOSA, 2014, p. 7).

É uma oportunidade para acessar cordéis clássicos da literatura, e de conhecer um pouco mais sobre seus autores. Além disso, de abre espaço para discussões sobre o Cordel tradicional e o adaptado às novas formas de publicação, como xilogravura versus imagem digital e/ou fotografada. Barbosa (2014) considera, então, a internet como ponto positivo em relação à propagação do Cordel, pois, “Gera-se, com isso, um novo ciclo de produção dos folhetos no ambiente virtual. O Cordel hoje se divide entre sua forma sólida e estática da impressão no papel e navega por entre nuvens cibernéticas” (BARBOSA, 2014, p. 7). O novo, porém, assusta e leva um tempo para ser assimilado e aceito. Por este motivo, e em contrapartida, os autores citam Benjamim (2000, p. 81 apud BARBOSA, 2014, p. 8):

> Muitos pensadores, especialmente os folcloristas, de formação tradicionalista, se chocam com o impacto das novas tecnologias sobre a Cultura tradicional. Enquanto se discutem os estragos advindos das novas tecnologias, o povo vai tratando de processar a sua cultura nas novas tecnologias, e mesmo a própria tecnologia na sua cultura. Assim é que surgiu um poeta cibernético na tradicionalíssima literatura de cordel brasileira (2000, p. 81 apud BARBOSA, 2014, p. 8).

Todo processo de mudança e transformação possui seus dilemas, e o Cordel, bem como, seus cordelistas não poderiam escapar desta angústia de lidar com o novo, de se encaixar em um novo contexto social que veio para ficar e continuar a evoluir. Portanto, lidar com alunos que já nascem inseridos em uma sociedade virtual, conhecer o Cordel digital e depois ir para as origens, talvez seja mais interessante e produtivo a tentar inserir uma cultura, que muitas vezes não está mais ao alcance de todos, de modo superficial e nada significativo. Estes dilemas também podem ser questionados em sala de aula. Inclusive apresentar a opção de escolha da turma: por onde partir? Qual caminho chamará mais a atenção? Possibilidades são inúmeras, basta o professor ter interesse em utilizá-las.

No contexto de aulas remotas, por exemplo, salvo exceções[30], explorar o Cordel virtualmente foi/é uma possibilidade de ampliar o repertório acerca de tais produções, desde os clássicos em *sites* como *Domínio Público*, bem como os mais atuais, e, até mesmo conhecer, interagir e acompanhar o trabalho dos cordelistas da nossa região por meio das redes sociais. É, portanto, uma das estratégias de reconhecimento e de valorização, sobretudo dos autores locais, bem como de ocupar o tempo ocioso dos alunos em casa, assim, ao invés de ficarem horas nas redes sociais, terão um motivo pedagógico e de aquisição de conhecimento no *ciberespaço.*

5. ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR

A escola não é uma instituição isolada do restante da sociedade. Os alunos estão ali para desenvolverem habilidades e conhecimentos que os nortearão para a vida pessoal e social. E por não ser um ensino isolado, a escola pode/precisa fornecer aprendizagem interdisciplinar. Como a Literatura de Cordel vem sendo produzida no Brasil há muito tempo, é um material importante para trabalhar a interdisciplinaridade em sala de aula, juntamente com professores da área de humanas devido ao contexto histórico que há em muitos cordéis, sob a perspectiva de quem o escreveu, narrando acontecimentos marcantes, ou não, de uma determinada época. Articular os conhecimentos dessa forma pode parecer trabalhoso, mas integrar as temáticas torna o processo de ensino aprendizagem mais atrativo, além de estreitar as relações entre docentes em prol do bem comum: proporcionar aos estudantes possibilidades de aprendizagens significativas. Desta forma, Bonatto (2012, p. 2) destaca:

> A interdisciplinaridade é um elo entre o entendimento das disciplinas nas suas mais variadas áreas. Sendo importante, pois, abrangem temáticas e conteúdos permitindo dessa forma recursos inovadores e dinâmicos, onde as aprendizagens são ampliadas. (BONATTO, Andréia ET AL, 2012, p.2)

Dialogando com esse conceito, Santana e Barbosa (2014) elaboraram uma proposta interdisciplinar, articulando o Cordel às disciplinas de Português e de

[30]O isolamento social, medida de controle do avanço da Covid-19, evidenciou mais uma desigualdade em nosso país: a digital. Infelizmente, muitos estudantes não acompanharam as aulas remotas, pois não possuíam equipamentos adequados e/ou acesso à internet.

Geografia com “o intuito de resgatar e aproximar os discentes da cultura popular nordestina, como também, explorar os conteúdos pragmáticos destas disciplinas como estudo da região Nordeste, a migração e festividades juninas, assim como leitura, interpretação e produção de cordéis” (SANTANA, 2014, p.2).

A intenção fulcral é instigar a reflexão acerca de fatos sociais em que a experiência de vida de cada um será indispensável para a construção do saber coletivo, consequentemente, individual. Como diz Marinho (2012, p. 83), “a poesia popular, portanto, retrata e põe em questão diferentes aspectos da sociedade e pode funcionar, como qualquer outra literatura, como instrumento de deleite e reflexão”.

6. O CORDEL EM SALA: ABORDAGENS METODOLÓGICAS

Neste capítulo, procuramos fazer algumas abordagens metodológicas sobre o uso do Cordel em sala de aula[31], discutindo não só a sua importância como recurso pedagógico, mas, sobretudo, a sua relevância social, como proporcionadora de letramento, ou seja, como meio que chama atenção de leitores e de ouvintes despertando o interesse pela leitura. O intuito é mostrar que a aprendizagem pode ocorrer de modo dinâmico e eficiente por meio de estratégias de leitura que os educandos irão levar para a vida. Defende-se que valorizar e praticar a Leitura de Cordel é, em muitos casos, aprender sobre a própria cultura. É uma porta de entrada também para discutir e conhecer outras manifestações culturais, ligadas a este gênero. Para chamar atenção dos alunos, nada melhor do que a realização de uma aula inovadora, dinâmica e diferente. As propostas metodológicas que seguem são apenas sugestões de abordagens significativas do Cordel em sala de aula física/virtual, e podem ser desenvolvidas tanto nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, quanto no Ensino Médio, dessa forma, o professor tem a liberdade de fazer as adaptações que julgar convenientes.

6.1. ATIVIDADE 1: O LETRAMENTO EM SALA DE AULA A PARTIR DA LEITURA DE CORDÉIS

[31] O termo *sala de aula*, nas propostas sugeridas, refere-se tanto ao ambiente físico, quanto ao ambiente remoto devido ao contexto de isolamento social que passamos recentemente.

Esta atividade será dividida em seis etapas as quais serão discriminadas abaixo. O objetivo delas é que a Leitura do Cordel se amplie para leituras, ocorrendo uma forte relação do texto com outras áreas do conhecimento, sem abandonar o estudo da sua estrutura particular como expressão da cultura popular.

a)1ª Etapa: declamação de Cordel em sala de aula (duração 50 minutos):

O professor irá elaborar um Cordel contando uma notícia que tenha ganhado repercussão na localidade onde seus alunos estudam. Deverá memorizá-lo (se possível, caso não, poderá ser lido) e entrar em sala (física ou virtual), declamando o seu texto. Mesmo que os alunos achem engraçado, a princípio, o professor continuará sem interrupções. Ao terminar sua *apresentação*, deverá ouvir, então a opinião dos alunos, instigando-os com indagações do tipo:

- Já tinham escutado esta notícia?
- De que forma ouviram dizer? Conhecem o gênero textual em que acabei de contá-la?
- De que modo a notícia ficou mais interessante?
- Outras.

b) 2ª Etapa: O uso da Leitura do Cordel como proporcionadora de uma leitura informativa (1:50 min):

Após ouvir os comentários, o professor irá falar sobre a história do Cordel, ressaltando nesta parte a relevância informativa do texto. Falará também do gênero textual notícia, possivelmente, já estudado pela turma. Com isso, poderá pedir para que eles retomem os conhecimentos adquiridos sobre o gênero e construam a aula juntos.

c) 3ª Etapa: O Cordel como objeto de leitura de pretexto de notícias jornalísticas (1:50 minutos)

Em seguida, poderá sugerir que os alunos tentem fazer o mesmo. A atividade poderá ser feita em duplas ou trios, os quais irão escolher qualquer eventualidade que tenha acontecido naquela região, de preferência algo que não esteja nas redes virtuais de comunicação local. O primeiro passo é escrever a notícia de acordo com suas características textuais. Assim que a turma toda

terminar a atividade escrita, o professor orientará a socialização oral dos textos. Assim, cada equipe irá apresentar a notícia, utilizando a entonação adequada ao gênero.

d) 4ª Etapa: A Leitura do Cordel como pretexto para a realização de um novo Cordel (50 minutos):

Com as ideias organizadas na notícia pronta, os alunos irão elaborar o Cordel, adequando o vocabulário e escolhendo sinônimos no intuito de construírem um Cordel com rimas, ritmo e, principalmente, com sentido, respeitando a ordem de acontecimentos dos fatos narrados. Este momento poderá usar mais tempo, pois, na tentativa de elaborarem o Cordel, mesmo com o texto de base pronto, os alunos refazem os versos diversas vezes.

e) 5ª Etapa: A socialização do Cordel entre os alunos (50 minutos):

Socialização dos cordéis elaborados em um ambiente fora da sala de aula. Os alunos irão combinar com o professor um espaço para apresentar as notícias em forma de Cordel. Os alunos podem convidar os colegas de outras turmas para prestigiarem o trabalho desenvolvido por eles. Será um momento de informação e entretenimento.

f) 6ª Etapa: A exposição do Cordel (50 minutos):

Ambiente físico (quando for possível): elaborar um mural, fora da sala de aula, para expor os textos feitos pela turma 9notícias e cordéis);

Ambiente virtual: Os textos também podem ser digitados e publicados nas redes sociais da escola, *blog* da turma, entre outros.

Como vimos, esta proposta metodológica precisa de aproximadamente seta aulas. Por meio delas, o professor irá desenvolver com seus alunos o trabalho coletivo, a escrita, a oralidade, a expressão corporal, a coerência e a coesão, o vocabulário, a criatividade, além de contribuir para a valorização dos gêneros textuais apresentados.

6.2. ATIVIDADE 2: O ESTUDO DO CORDEL COMO PROPORCIONADOR DE UMA DISCUSSÃO SOBRE IDENTIDADE

Nesta proposta, o professor irá trabalhar o conceito de identidade com os alunos de 8º e 9º anos. O objetivo é fazer um debate com base em cordéis. Após

explanar o termo identidade, o educador irá dividir a turma em quatro grupos. Para cada grupo fornecerá um tema polêmico que esteja presente nos cordéis. Entre as sugestões mais relevantes a serem trabalhadas em sala de aula, destacam-se: violência doméstica, abuso sexual e ou pedofilia, política, preconceito étnico, desmatamento, diferenças entre classes sociais, entre outros.

Os temas serão sorteados e cada grupo terá a função de pesquisar em casa (ou na escola, a depender da disponibilidade de internet e computadores), até três cordéis sobre seu tema. Dos cordéis pesquisados, um será apresentado na íntegra aos colegas. O interessante é que distribuam cópias para que todos possam acompanhar a leitura (quando as aulas na escola forem possíveis, por enquanto, compartilhar a tela por meio do *Google Meet*, por exemplo, resolve esta etapa). Quanto aos outros dois cordéis, estudantes irão destacar alguns trechos relacionados ao tema do grupo e justificando a escolha de tais cordéis. Após a apresentação dos textos por cada grupo, e, orientados pelo professor, darão a opinião sobre o tema abordado, e, se conseguem perceber se o Cordelista reproduz uma marca identitária ou não.

Certas perguntas devem ser recorrentes: o Cordel aborda assunto com ironia? Tem o intuito de conscientizar? E assim por diante. No fim, cada grupo apresentará as suas conclusões sobre os textos, fazendo um paralelo com a realidade.

Como são temas que certamente irão causar repercussão, o professor poderá, a depender da quantidade de alunos na turma, destinar dois grupos por aula. No final, os alunos poderão apresentar suas opiniões acerca da identidade construída no Cordel. A avaliação da atividade será por meio da coerência entre o tema e os cordéis pesquisados, além da participação oral de apresentação e de análise dos textos, correlacionando-os com a realidade.

6.3. ATIVIDADE 3: O ESTUDO DA INTERDISCIPLINARIDADE NO CORDEL

Para explorar a interdisciplinaridade, o professor poderá trabalhar de duas maneiras: sugerir propostas que utilizem conhecimentos específicos de outras

áreas do conhecimento ou mais; e/ou estabelecer a leitura do folheto em parceria com professores de outras disciplinas em um projeto maior.

6.3.1. O sujeito e o espaço na Leitura do Cordel – Disciplinas envolvidas: Língua Portuguesa e Geografia

Outra proposta no âmbito da interdisciplinaridade seria trabalhar os espaços geográficos presentes em cordéis. Estudar a Geografia de um local e perceber o espaço por meio de personagens e paisagens do Cordel. O professor da primeira disciplina usaria como referência paisagens do Cordel, e o professor de Língua Portuguesa trabalharia o discurso das personagens, bem como as manifestações culturais presentes na obra, fazendo uma relação entre o sujeito e o espaço.

Para trabalhar com a disciplina de história, as propostas precisam estar em sintonia, para que os assuntos coincidam. Neste caso, seria interessante um *aulão* com ambas as disciplinas. Para tal, o professor precisa disponibilizar o Cordel na íntegra para os alunos, com o intuito de que façam uma leitura prévia. O objetivo é que alunos e professores dialoguem sobre o tema, referenciando-o com passagens do Cordel e analisando o ponto de vista ali apresentado entre outros elementos que julgarem interessantes.

Trazer o Cordel para sala de aula, associado a outras disciplinas e tirando dele a base de discussão do tema proposto para a aula, é uma forma de valorizá-lo. Os alunos irão perceber que é possível aprender com um gênero textual, muitas vezes resumido ao entretenimento, conteúdos obrigatórios, geralmente explicados por meio de mera aula expositiva.

6.3.2. A figura do Lampião na Leitura do Cordel: herói ou bandido? – Disciplinas envolvidas: Língua Portuguesa e História

Outra temática interessante para trabalhar o Cordel aliado à disciplina de História é o a figura de Lampião e seu papel no cangaço. O professor de história, a princípio, fará uma contextualização histórica do cangaço no Brasil. Enquanto o

Professor de Língua Portuguesa orientará o debate pautado no seguinte dilema: “Lampião: herói ou bandido?”. A turma será dividida em dois grupos de acordo com as opiniões. Os alunos farão duas pesquisas: a primeira será histórica para conhecerem melhor a personalidade em questão e a segunda será sobre cordéis que falem de Lampião de acordo com a opinião do grupo.

Para o debate, os alunos irão apresentar os argumentos com base na leitura das estrofes do Cordel escolhido. Nesta brincadeira, semelhante ao duelo de repente, os professores avaliarão o conhecimento adquirido pelos alunos com base nos estudos em sala de aula e pesquisa realizada, bem como na capacidade de interação com os colegas do grupo na seleção da estrofe do Cordel, além da coerência entre os questionamentos e as respostas.

São atividades que irão exigir dos alunos estudo e participação em grupo. Ao avaliar o debate, todos sairão ganhando, pois apresentar Lampião sob duas perspectivas: o homem defensor da justiça por meio de critérios próprios, e o homem folclórico, forte e destemido, representando, de modo geral, uma imagem nordestina, simbolizado pelo chapéu de couro e outros elementos que compunham sua vestimenta.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, há várias possibilidades de trabalhar com o Cordel em sala de aula, no intuito de construir uma aprendizagem significativa. Portanto, o estudo do Cordel é tão importante quanto o estudo de qualquer outra manifestação literária. Cada uma com suas peculiaridades só tendem a somar o repertório cultural do aluno, bem como a aquisição de maiores possibilidades de leitura. O que, consequentemente, irá refletir de modo positivo em seu processo de conhecimento, não só no de conteúdo, mas no de mundo. Quanto mais culturas conhecemos, mais abrimos nossos olhos para o diferente, compreendendo tais diferenças como parte de um todo em que estamos inseridos.

Dessa forma, compartilhar este trabalho com professores e estudantes de licenciatura poderá contribuir para a expansão da importância da literatura de Cordel no ambiente escolar, inspirando-os a elaborar sequências didáticas que explorem os recursos pedagógicos que o Cordel pode proporcionar, sobretudo o de incentivo à leitura. Vale ressaltar que as atividades aqui apresentadas são

apenas sugestões de abordagens metodológicas do uso Cordel em sala de aula, ou seja, podem ser adaptadas, por exemplo, de acordo com a realidade de cada turma.

Por mais estudos que haja sobre o Cordel, ainda é preciso reforçar que se trata de um gênero textual de grande importância em nossa literatura, com várias possibilidades de explorá-lo no ambiente escolar. Para isso, quanto mais meios de pesquisa e informação, melhor será o preparo e resultado do trabalho feito na escola. Assim, caminhos possíveis foram apontados para aprendizagens significativas somadas à aquisição do letramento literário por meio do contato prazeroso com a Literatura de Cordel.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico:** o que é, como se faz. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BARBOSA, Gabriela Santos; ANDRADE, Luiz Adolfo. **Do oral ao hipertexto**: A (re)existência do cordel na superfluidez do ciberespaço**.** VIII Simpósio Nacional da ABCiber/ COMUNICAÇÃO E CULTURA NA ERA DE TECNOLOGIAS MIDIÁTICAS ONIPRESENTES E ONISCIENTES. Universidade do Estado Da Bahia, Bahia, 2014.

BONATTO, Andréia; BARROS, Caroline Ramos; GEMELI, Rafael Agnoletto; LOPES, Tatiana Bica; FRISON, Marli Dallagnol. **Interdisciplinaridade no ambiente escolar. Seminário de pesquisa em educação da Região Sul.** IX ANPED SUL 2012.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular:** MEC/SEB, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 20 maio 2021.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. (Secretaria de Educação Fundamental). Brasília: MEC/SEF, 1998.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro.** 11. ed. Ilustrado. São Paulo: Global, 2002.

DIÉGUES JR, Manuel. **Literatura de Cordel.** 2. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1978.

GERALDI, João Wanderley. et al. (orgs.). **O texto na sala de aula.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1999.

LOUREIRO, Clarissa. **As Representações Identitárias Femininas no Cordel:** do século XX ao XXI. 2010. 283f.Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Gêneros textuais: definição e funcionalidade.** In: DIONÍSIO, Angela Paiva (org.) Gêneros textuais & ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

PINHEIRO, Helder. **Tesouros da poesia popular para crianças e jovens.** Boitatá - Revista do GT da Literatura Oral e Popular da ANPOLL. Londrina, n.5, p. 34-45, 2008.

SANTANA, Luzia Martins de; BARBOSA, Jailma do Ramo. **Cordel na Sala de Aula:** uma ferramenta interdisciplinar no processo de ensino aprendizagem. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA DA UEPB, 5., 2015, Campina Grande. Anais eletrônicos. Campina Grande: Realize, 2015.

SANTOS, Morgana Ribeiro dos. **Perspectivas da Literatura de Cordel no Ensino Fundamental:** poesia popular nordestina nos livros didáticos. In: CONGRESSO INTERNACIONAL ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA Y FILOLOGÍA DE AMÉRICA LATINA, 17., 2014, João Pessoa. Anais eletrônicos ...João Pessoa: Ideia, 2014.

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização:** as muitas facetas. Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita, 2004.

NOVO CANUDOS NA BAHIA, DE NOVO?

Moisés Almeida
Doutor em História pela UFPE
Prof. Adjunto da UPE e da FACAPE
moises.almeida@facape.br; moises.almeida@upe.br

RESUMO: O trabalho sobre o movimento de Pau de Colher, ocorrido no interior de Casa Nova-BA, remete à memória de Canudos e com uma novidade: a ameaça comunista. Havia pouco mais de três anos que a imprensa noticiara o levante militar, ocorrido na cidade de Natal no Rio Grande do Norte. A sublevação se estendeu por outros Estados, mas logo foi debelada violentamente, iniciando-se uma verdadeira caça aos comunistas. Como uma das bases da revolta foi o Nordeste, Pau de Colher foi associado ao levante vermelho. Em pleno Estado Novo, vigorando a ditadura varguista, o ajuntamento dos fiéis é debelado rapidamente. As notícias e editoriais analisados, compostos com expressões, frases e palavras, são importantes nas apreciações dos signos e símbolos criados em torno do movimento em questão. A investigação que realizamos foi de caráter qualitativa, utilizando-se da análise de discurso para compreensão dos fatos, na medida em que há uma integração entre o escrito manifesto, o que estava visível e invisível no texto. A intenção é desvendar o porquê deste tipo de narrativa, produzindo, então, outra visão dos fatos que marcaram a História do Brasil.

Palavras-chave: Pau de Colher. Movimentos Religiosos. Estado Novo. Imprensa.

ABSTRACT: The work on the Pau de Colher movement, which took place in the interior of Casa Nova-BA, recalls the memory of Canudos and with something new: the communist threat. It had been just over three years since the press reported the military uprising, which took place in the city of Natal in Rio Grande do Norte. The uprising spread to other states, but was soon violently put down, beginning a true hunt for communists. As one of the bases of the revolt was the Northeast, Pau de Colher was associated with the red uprising. In the middle of the Estado Novo, with the Vargas dictatorship in force, the gathering of believers was quickly suppressed. The news and editorials analyzed, composed of expressions, phrases, and words, are important in the appreciation of the signs and symbols created around the movement in question. The investigation we conducted was qualitative in nature, using discourse analysis to understand the facts, as there is an integration between the manifest writing, what was visible and invisible in the text. The intention is to unveil the reason for this type of narrative, thus producing another vision of the facts that marked the History of Brazil.

Keywords: Pau de Colher. Religious Movements. New state. Press.

1. INTRODUÇÃO

A concentração de Pau de Colher foi colhida ainda no seu início. Aquele reduto transformar-se-ia, dentro de pouco tempo, no maior refúgio de fanáticos e bandidos, transformando-se num verdadeiro Canudos, com as mais assombrosas perspectivas de intranquilidade para os municípios limítrofes, de perigo para a manutenção da ordem pública. (O PHAROL, 24/06/1938)

Os primeiros contatos que tive sobre a história de Pau de Colher foram através dos programas radiofônicos, que o então bispo da Diocese de Juazeiro na Bahia, Dom José Rodrigues[32] apresentava. Era um pequeno histórico sobre o evento e sua importância para a religiosidade popular e para a região. Rodrigues mantinha em Juazeiro uma biblioteca com alguns livros sobre o assunto e guardava com ele um documento manuscrito, relatando os fatos, datado de maio de 1983 e entregue na rádio onde ele apresentava seu programa semanal. O documento de treze páginas termina com as seguintes expressões: “O historiador é anônimo, não se identifica porque o histórico tem erros ortográficos, mas é verdadeiro. Um cidadão eleitor”.

A carta-documento me fez lembrar as considerações de Orlandi (1988, p. 54), quando diz que um texto, na perspectiva do discurso, não deve ser visto como uma unidade fechada, “pois ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginários), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação) com o que chamamos sua exterioridade constitutiva o (interdiscurso: a memória do dizer).” Interessei-me sobre o assunto e fui buscando outros textos, pois naquela época, havia poucos, destacando-se um ou dois, frutos de pesquisas acadêmicas. Ainda existiam remanescentes e uma memória, mesmo recôndita, contribuía para que o evento não se perdesse com o tempo. A Diocese de Juazeiro

[32] Dom José Rodrigues de Sousa era natural de Paraíba do Sul (RJ), mas viveu a infância e adolescência em Aparecida (SP). Ingressou no Seminário dos Redentoristas em 1938. Na Congregação Redentorista, atuou como formador, nas Santas Missões Populares e como e superior vice-provincial em Goiás. Foi nomeado bispo de Juazeiro (BA) em 1974. Durante seu episcopado, acompanhou a Comissão Pastoral da Terra e a Pastoral da Juventude do Meio Popular no Regional Nordeste 3 da CNBB. Foi ainda presidente nacional do Conselho Pastoral dos Pescadores. Era um dos bispos que combateu a ditadura militar e se engajou na teologia da libertação. Informação retirada do site: http://diocese-sjc.org.br/dois-bispos-emeritos-faleceram-neste-domingo/

e o seu bispo de então, também, contribuíram para que o conflito de Pau de Colher pudesse ser lembrado e, posteriormente, pesquisado. Não faremos uma discussão densa sobre a literatura já publicada e a registrada nos programas de pós-graduação, mas destacaremos algumas obras, que servirão de guia para a narrativa deste capítulo.

2. DAS NARRATIVAS AO MARCO PRINCIPAL

A primeira obra histórica, com relatos mais detalhados como qual tive contato foi a de Raimundo Estrela[33] "Pau-de-Colher um pequeno Canudos: conotações política e ideológicas", publicado em 1998. O título já expressa com exatidão o que temos colocamos em nossa tese de doutorado[34], sobre a reverberação de Canudos nos movimentos sociais religiosos. Apesar de passados mais cem anos do fatídico evento, em termos de narrativa e interpretação, pouca coisa mudara em suas compreensões. Consideramos que sua obra seja uma das fontes mais valiosas quando tratamos de Pau de Colher, pois é como ele escreve, citando Machado de Assis, "há reminiscências que não descansam, antes que a pena ou a língua as publiquem". (ESTRELA, 1998, p. 13).

Estrela conseguiu rememorar fatos importantes, indicar obras que tratavam do assunto, mesmo que fossem sobre o Nordeste e o sertão e, ainda, reproduziu a mentalidade que permeia em muitos pesquisadores, quando a temática são os movimentos sociais e religiosos. Essa obra será nossa ancora, não para interpretar os fatos, mas para introduzir a história do que ele chamou de "um pequeno Canudos". O local onde ocorreu o conflito, conhecido como Pau de Colher, fica distante cerca de cento e trinta quilômetros da zona urbana da antiga Casa Nova-BA. Essa localidade limita-se com Petrolina em Pernambuco e São João no Piauí, estados que estiveram envolvidos diretamente no conflito, tendo estreitas ligações com o movimento de Caldeirão. Não tem como tratar de Pau de Colher sem fazer as conexões entre o Padre Cícero, o Caldeirão e a religiosidade

[33] Raimundo Estrela, nascido em 1911 em Casa Nova – BA, formou-se em medicina e clinicou por algum tempo em sua cidade natal. Estava em Casa Nova na época dos acontecimentos de Pau de Colher e vivenciou muitos fatos, pois atendeu os feridos do combate. Guardou uma farta documentação e escreveu o livro sobre o episódio, publicado pela Editora da Assembleia Legislativa da Bahia.

[34] Para que não hajam novos Canudos: A imprensa de Pernambuco e suas narrativas sobre o Contestado, Caldeirão e Pau de Colher. Recife: UFPE, 2022.

popular, base importante para alicerçar esses movimentos tão característicos no Brasil.

Mas por que Pau de Colher? Segundo consta, pau de colher é um nome de uma árvore típica do sertão e era o nome de um sítio, situado na fazenda Castanheira, com três ou quatro casas no início do episódio. Na região, o sítio ficava entre as estradas que ligam os povoados de Ouricuri e Lagoa do Alegre, interior de Casa Nova. Lá viviam três famílias chefiadas por Rozendo, Luiz Carlota e Romualdo, surgindo, mais tarde, uma quarta família, chefiada por José Senhorinho filho de Romualdo e que, naquela época - década de 1930 - formara família tendo enlace matrimonial.

Nos relatos de entrevistados, documentos e pesquisas publicadas em algumas obras, artigos, teses e dissertações[35], José Senhorinho, além de ser um plantador, com algumas posses, era também rezador, sendo considerado na comunidade, mais por essa habilidade do que por ser "bem sucedido economicamente[36]". Segundo Malvezzi (s/d)[37], "testemunhas da região afirmam que a mãe de Senhorinho era 'macumbeira' e toda a região já tinha o costume de recorrer a seus serviços de rezas, remédios e curas." Supostamente, por causa da mãe, tenha se tornado a referência do lugar. A sua casa logo se tornou ponto de encontro e de oração, onde muitas pessoas se encontravam aos domingos para ouvir as prédicas, reproduzidas de livros, que eram populares no Brasil de então: "Missão Abreviada" e o "Caminho Reto".

> O livro [Missão Abreviada] era utilizado como um manual devocionário, de onde eram tirados muitos pensamentos, conselhos e exemplos de vida cristã. Sua forma acessível e direta dos ensinamentos bíblicos facilitou o entendimento da gente simples e permitiu que o livro se apresentasse como uma espécie de base doutrinal teológica e catequética dos Beatos. (SILVA, 2008, p. 23).

[35] MALVEZZI, Roberto. Pau de Colher. Biblioteca da Diocese de Juazeiro-BA; ESTRELA, Raimundo. Pau de Colher um pequenos Canudos: conotações política e ideológicas; BRITO, Gilmário Moreira. **Pau-de-Colher:** na letra e na voz; DUARTE, Raymundo. Um movimento messiânico no interior da Bahia; OLIVEIRA, Ruy Bruno Bacelar. **De Caldeirão a Pau de Colher:** A guerra dos Caceteiros; SILVA, Francivaldo Mendes da. **Pau de Colher:** narrativas de luta e fé no sertão da Bahia.

[36] Ser bem-sucedido economicamente não significar dizer que era um grande fazendeiro ou latifundiário. Como as condições econômicas no semiárido sempre foram muito adversas, Senhorinho conseguiu se destacar porque plantava algodão e mamona, com isso, conseguindo ter algum aporte financeiro.

[37] O documento de Roberto Malvezzi é datilografado e não tem data, por isso a iniciais s/d.

Foi nessa atividade de orações que Senhorinho recebeu a visita de um proselitista do Caldeirão, o Beato Severino Tavares. Segundo Pompa (1995), entre 1932, 1933 e 1935, apareceu na região um "Conselheiro", percorrendo os munícipios de Juazeiro, Casa Nova, Sento-Sé, e Remanso, na Bahia; Petrolina, em Pernambuco e São Raimundo Nonato, no Piauí. Era itinerante e não ficava nos lugares por mais de três dias fazendo as suas pregações. Sobre o conteúdo das pregações, não existem convergências, entre os autores consultados, a respeito das orientações que ele dava. Para Pompa (1995, p. 100),

> Embora Severino falasse do Caldeirão e do Beato José Lourenço, não parece, que consta nos relatos dos quais disponho, que ele convidasse os 'fiéis' para ir para o Sítio Caldeirão, nem que a figura de José Lourenço fosse proposta como 'messias', ou seja, como 'santo' ou 'salvador'. Ele limitou-se a despertar e fortalecer no povo o desejo de retomar e fortalecer os costumes religiosos: festejos, rezas, novenas, penitência.

Já para Silva (2008, p. 22) citando Lopes (1991), "Severino pregava ao povo sertanejo sobre o Evangelho, as mensagens e os milagres do Padre Cícero, o final dos tempos e o Caldeirão". Malvezzi (s/d), diz que "sua linha de pregação alertava para o final do mundo e afirmava que 'quem quisesse acreditar era ele o que deveria vir e quem não quisesse, era ele mesmo'. Aconselhava a oração, vida moral regrada, ensinava benditos". Para Estrela (1988), Severino se dizia emissário do Padre Cícero e representante do Beato José Lourenço. Segundo Pompa (2004), os líderes dos movimentos religiosos tornam-se sujeitos de uma história, que deve ser reescrita com a mesma linguagem com que foi escrita: a linguagem sagrada e, em Pau de Colher, Senhorinho e Severino tornaram-se essas lideranças que souberam capitalizar os anseios escatológicos de uma gente que sempre esperava por um dia bendito.

Ao passar pelo município de Remanso, que faz fronteira com Casa Nova, o beato articulou um grupo de seguidores numa fazenda, porém alguns mandatários da região, com receio de seus conselhos, resolveram denunciar sua ação. Estrela (1988) diz que Severino foi preso em Remanso e, alguns dias depois, em liberdade, atravessou a margem direita do rio São Francisco indo parar em Sento-Sé, fazendo sermões e novamente sendo preso. Depois, foi para Juazeiro e para o interior de Casa Nova, daí desaparecendo. Tendo contato com Severino, o líder da comunidade de Pau de Colher, Senhorinho, resolveu continuar seu trabalho fazendo as pregações e fundando uma irmandade no local, na mesma direção do seu mestre. Mas, para isso, segundo relato de uma entrevistada de Cristina Pompa (1995), Senhorinho, em 1933, teria visitado o

Caldeirão, tendo, ao longo de alguns anos até a destruição do reduto, visitado outras vezes e levado consigo algumas pessoas. Citando Duarte (1963), a autora afirma que ele realizou algumas romarias para Caldeirão, "sendo que na volta de uma dessas, começou a mostrar sintomas de êxtase e, de alguma maneira, de dons sobrenaturais".

> Alguns membros da 'irmandade' começaram a fazer romarias ao Caldeirão, ficando por lá por volta de um mês e cada vez, 'trabalhar por Zé Lourenço'. Eles passaram também a usar roupa preta, provavelmente sob a influência do Caldeirão, em sinal de luto pela morte do Padre Cícero (da qual, agora, Severino configurava-se como profeta); iniciaram rezar terços todas as noites em suas casas e a viver afastados do resto da comunidade, tendo abandonado as relações com os 'incredos'. (POMPA, 1995, p. 105).

Quase todos os autores que já escreveram sobre Pau de Colher são unânimes em afirmar que a vida da comunidade se modificara, quando chegou ao local um outro beato por nome Quinzeiro, logo após o combate na Serra do Araripe com os seguidores de José Lourenço em 1937.

> Quinzeiro é o último personagem de ponta a entrar para essa história. Ele vai moldar as manifestações religiosas, econômicas e militares de Pau-de-Colher e conferir-lhe os contornos de movimento social organizado. Dizia de si mesmo que era da 'disciplina' de Severino, afirmando que viera para lembrar Caldeirão. (MALVEZZI, s/d).

Conforme Silva (2008), Quinzeiro trouxe numerosos remanescentes do Caldeirão e sua chegada contribuiu para que o local pudesse crescer ao ponto de ter mais de mil pessoas ajuntadas. Para Pompa (1995), o beato, vindo do Ceará, hospedou-se na fazenda Queimada, depois de ter tido contato com Senhorinho, que, possivelmente, o conhecia por causa de suas viagens ao Caldeirão. Apesar de não se integrar rapidamente à comunidade, pois passou algum tempo isolado ou fixando residência na casa de outras pessoas, Quinzeiro logo se mudou para Pau de Colher, com a intenção, segundo a autora, de juntar gente para ir retomar o Caldeirão, que tinha sido debelado.

> Com a chegada de Quinzeiro, Pau-de-Colher cresceu. No local já havia uma cacimba abundante que abastecia a população da região em época de seca. Também era local da maior feira da região. Mas agora passava a adquirir grandeza própria. A caatinga foi derrubada e surgiu uma clareira em semicírculo. Alguns sertanejos foram chegando, não mais apenas para as rezas, mas para morar, como integrantes do Pau-de-Colher. Tomou-se um povoado. No centro estava a casa de José Senhorinho, cujo um dos quartos era o 'santuário', fazendo, portanto, o papel de capela. Um lado da casa, o esquerdo, tinha latadas (coberturas) circulares, cobertas de palha e pano, para abrigar mulheres e crianças. (MALVEZZI, s/d, p.11).

Nem todos os autores consultados convergem quanto à pretensão da retomada do Sítio Caldeirão pelos seguidores de Senhorinho e Quinzeiro. Levando em consideração a fala de alguns entrevistados, ao afirmarem que "tinham duas sandálias" porque a caminhada iria ser longa, acreditamos que eles se preparavam para sair do local e o destino deveria ser a Serra do Araripe, pois ainda se encontrava vivo José Lourenço. Para Malvezzi (s/d), Caldeirão era uma "saudade do povo" e, no momento, oportuno haveria o deslocamento. O autor diz, ainda, que esse caráter transitório, será o problema fundamental de Pau de Colher. Por sua vez, Pompa (1995), informa que o projeto da viagem não estava claro para todos, sendo que os que estavam mais próximos dos beatos sabiam que a viagem seria para o Caldeirão e boa parte pensava que iria em romaria para Juazeiro do Norte. Monteiro (2011, p. 79) se arrisca em afirmar que os fiéis de Pau de Colher tinham uma atitude autônoma em relação ao Caldeirão. Mesmo assim,

> os sertanejos de Pau de Colher, compenetrados na missão de levantar Caldeirão uma vez mais, criaram para si um mito muito particular: o de que era possível a construção do paraíso terrestre em terras cearenses. Lá, o Messias haveria de retornar, e os Mil Anos, enfim, haveriam de se concretizar. Criava-se uma utopia escatológica única, e, para alcançá-la, novos padrões de comportamento, autônomos, criativos e violentos foram se rompendo durante a trajetória do movimento.

Segundo esse autor, viajar para Caldeirão era sinônimo de salvação e redenção, e todos eles deviam congregar essa mesma aspiração, sendo que aqueles que não concordassem seriam considerados impuros, blasfemos, ímpios e influenciados por forças malignas e ameaçadoras. Talvez isso explique o comportamento agressivo do que trata Estrela (1988) em sua obra, afirmando que os seguidores "passaram das contemplações místicas para o assombro das atitudes agressivas". Tudo indica que, desiludidos e revoltados por causa do comprovado fracasso no aliciamento amigável, consentido, de parentes, compadres, amigos e vizinhos, não obtendo, portanto, a adesão desejada, não lhes pareceu ter outra alternativa senão agir como agiram, matando-os. (ESTRELA, 1988, p. 41). Entre a espera de partir do ajuntamento até as vésperas da romaria, muitas coisas aconteceram, especialmente essas que são relatadas por todos os textos pesquisados sobre o evento:

> É nesse momento, às vésperas da partida, que Pau-de-Colher apresenta seu impasse. O grupo adquire um regime para-militar, ainda que a maioria de suas armas fossem os cacetes com o sinal da cruz. Parte do grupo começou

> a circular a região e tentava conseguir adeptos pela força. No dia 4 de Janeiro de 1938 um grupo de dez caceteiros invadiu a casa da fazenda da Barra, onde residia José da Barra, trucidando o dono da casa e um vizinho, Rubem, alcunha de Coscôz. A mulher e os filhos de José da Barra foram levados forçadamente para Pau-de-Colher. Mas qual a razão dessa atitude? Segundo a versão de pessoas da época é que José da Barra e Coscôz insistiam em denunciar o grupo perante as autoridades de Casa Nova, alertando para o perigo que o grupo gerava em toda a região. É certo que Zé da Barra, fazendeiro, debochava de seus conhecidos que haviam aderido a Pau-de-Colher de forma agressiva e se recusava aderir ao grupo. (MALVEZZI, s/d, p.15).

Referindo-se a esse fato, Pompa (1995) indica que a necessidade de reunir mais gente para fazer a viagem ao Caldeirão levou os líderes a organizarem expedições de proselitismo, tanto utilizando persuasão quanto a violência física, tendo, inclusive, como consequência a morte de algumas pessoas, não somente no interior de Casa Nova-BA e de Olho D'Água – PI. Não tardou para que as autoridades do município baiano soubessem desses fatos e procurassem intervir, pois as notícias se espalharam feito o rastilho de pólvora, bem como os boatos de invasão às cidades, tão comuns nos episódios de Canudos, Caldeirão e do Contestado.

> Deflagrada a violência com o choque brutal da fazenda Barra, a população de Casa Nova, entrou em pânico porque passou a admitir a possibilidade de uma invasão nos próximos dias. Como sempre acontece nos momentos de crise, boatos é mais boatos fervilharam em todas as direções, invadindo os municípios vizinhos. Sempre quem chegava do interior espalhava maus presságios, avolumando a tensão dos habitantes. (ESTRELA, 1988, p. 45).

Para esse autor que vivenciou os fatos mais de perto, apesar de sua parcialidade na escrita, houve muita pressão sobre as autoridades, dividindo as opiniões das pessoas influentes do lugar: Alguns achavam que era suficiente a ida de um chefe político para conversar com os seguidores dos beatos; outros achavam que, se organizassem alguns comerciantes que conheciam os moradores da região, poderia haver algum entendimento, como também houve a ideia de uma visita paroquial, no intuito de apaziguar os ânimos já exaltados. A saída que encontraram foi o emprego da força militar e, então, um destacamento, com trinta e quatro pessoas, formado com apenas três soldados, um cabo, um sargento, e a colaboração de civis voluntários foram ao encontro dos seguidores de Senhorinho.

> O grupo heterogêneo e sem nenhuma instrução militar, composto de 34 homens, era comandado pelo 3º. sargento Geraldo Bispo dos Santos.

> Teria que viajar a pé e andar 18 léguas (cerca de 119 km) para alcançar Pau de Colher, uma viagem que duraria dois dias. Partindo no dia oito de janeiro pela manhã bem cedinho, a chegada ao lugarejo se daria às 10, à noite, o que de fato aconteceu. (ESTRELA, 1988, p. 46).

Segundo Silva (2008), o Cabo Vieira dividiu a tropa em três grupos e, chegando à casa de Senhorinho, deu o ultimato de rendição. Porém, os fiéis não se renderam; um grupo, armado com o que tinha, partiu para cima da força militar, havendo o confronto. Segundo consta, nessa refrega, morreram o Cabo Vieira, o soldado João Batista e alguns civis, e, do lado dos fiéis, Senhorinho, Ângelo Cabaça e João Damásio.

> Assustados, alguns sobreviventes chegaram à sede municipal, enquanto muitos outros ficaram perdidos na caatinga. Passaram a contar com se feriu o combate relâmpago. Certamente seria o sargento Geraldo, comandante das tropas esfacelada, o principal visado para explicar a razão do fracasso. Mas houve subordinados do comandante que disseram não ter o sargento Geraldo participado da luta, porque, matreiramente, se atrasara. Por isso é que coube ao cabo Vieirinha a iniciativa dos primeiros disparos. (ESTRELA, 1988, p. 47).

Espalhada a notícia da derrota dessa expedição, o governo, prontamente, tomou conta do caso. Novamente, serão repetidas as mesmas estratégias, agora mais bem elaboradas, dos ataques a Canudos e Caldeirão. Lembremos que as agressões mais ferozes ocorreram quando as primeiras expedições militares fracassaram em seu intento. O “pequeno Canudos” logo seria dizimado por forças militares estaduais que se organizaram para esse fim.

> O governo baiano deslocou um esquadrão motorizado (Cap. Maurino Cezimbra) e uma cia de Fuzileiros (ten. Zacarias Justiniano dos Santos), o piauiense uma força sob o comando do Cap. Benedito Alves da Luz. Finalmente o governo pernambucano, com a intenção de proteger a cidade de Afrânio, supostamente sob a ameaça dos ‘caceteiros’, enviou uma coluna de polícia militar, composta por noventa homens, sob o comando do Cap. Optato Gueiros, comandante das forças volantes de combate aos cangaceiros. (POMPA, 1995, p. 128).

De acordo com Silva (2008), a operação de intervenção militar foi denominada “Destacamento do Vale do São Francisco”, e esteve sob o comando do Coronel Mayard Gomes. As forças se dividiam em vários pontos estratégicos, no intuito de debelar o movimento. Porém, sem autorização do comando geral, a

força pernambucana, que tinha como comandante o Capitão Optato Gueiros[38], resolveu entrar no reduto. Segundo Malvezzi (s/d, p. 19-20),

> o grupo de policiais marchou até Ouricuri, Bahia, e foi guiado por pessoas do local até Pau-de-Colher. A tropa de Gueiros tinha 90 homens armados, inclusive um fuzil metralhadora e uma Thomson. A estratégia de Gueiros foi tomar a cacimba, fonte de água para toda a comunidade. Através de uma jovem que aproximou-se para buscar água, Gueiros mandou um bilhete para o novo chefe do local. O bilhete continha um convite à rendição, com a promessa de bons tratos a todos. A resposta foi a luta, praticamente corpo-a-corpo. Os adeptos de Pau-de-Colher apenas com cacetes, os policiais com fuzis e metralhadoras. Não havia paridade na luta. […] Cerca de 30 homens melhor treinados em guerra de trincheira, e que possuíam armas, não estavam no local. Haviam saído para caçar. O historiador anônimo diz que nessa batalha morreram 171 pessoas: Gueiros diz que contou 117, mas que um fazendeiro, a seu pedido, contou perto de 400 mortos em campo de batalha. Os demais fugiram ou recuaram para a mata.

Segundo Pompa (1995), foi uma chacina. Ela relata, em sua obra, que os policiais baianos e piauienses ficaram procurando os fugitivos na Caatinga. O último reduto caiu no dia 12 de fevereiro, sendo os prisioneiros, mais de duzentos e vinte e seis, conduzidos para Salvador. A partir desse fato, a imprensa nacional começou a divulgar o episódio e como os jornais pernambucanos tinham acompanhado e publicado os eventos do Sítio Caldeirão, Pau de Colher também entrou na pauta das informações.

3. PAU DE COLHER É O NOVO CANUDOS A IMPRENSA DE PERNAMBUCO

O *Diário de Pernambuco* do dia 25 de janeiro publicou a primeira notícia sobre o episódio com a seguinte manchete: “A polícia pernambucana enfrenta os fanáticos de José Lourenço”. Praticamente, todos os veículos de comunicação atribuíam o combate ao enfrentamento com o líder do Sítio Caldeirão. O jornal afirmava que, “em telegrama publicado há dias, numerosos fanáticos sob a chefia do Beato Lourenço se achavam em proximidades de território pernambucano”. Ciente desse fato, afirma o jornalista, o Secretário de Segurança Pública Etelvino Lins enviou, para o lugar ameaçado, um contingente com cem homens da Brigada

[38] Mais informações acerca do Capitão Optato Gueiros podemos encontrar no seguinte endereço eletrônico: http://blogdoanchietagueiros.blogspot.com/2017/12/major-optato-gueiros-o-cacador-de.html

Militar, comandados pelo Capitão Optato Gueiros, que levou consigo o Tenente Manuel Ferraz, seu auxiliar.

O telegrama publicado no *Diário de Pernambuco* informou que, na quarta-feira de manhã, a força militar estava estacionada nas imediações do acampamento dos seguidores de Senhorinho, quando foi travada a luta, havendo quatorze mortos entre os seguidores do beato, além de vários feridos. O combate teria se estendido por quarenta e oito horas, havendo cento e quarenta baixas e muitos já tinham fugido. Pelo que observamos, a informações estavam desencontradas, pois, ao mesmo tempo que afirma que eles dominaram oitocentos seguidores armados, diz também que todos deixaram o acampamento onde estavam.

A notícia publicada no *Diário de Pernambuco* informa, ainda, alguns detalhes antecedentes à luta.

> Em dias anteriores ao combate, os bandidos atacaram a vila de São Gonçalo, na Bahia, que dista de Afrânio 12 léguas. Ali foram assassinadas quatro pessoas da Família Amorim, por se recusarem a acompanhar o Beato. Zé Lourenço rumou depois para 'Pau de Colher' com seu grupo engrossado por moradores das margens do Rio São Francisco. Logo que penetraram no povoado, perpetraram oito homicídios. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 25/01/1938).

O jornal afirmou que Afrânio estava para ser invadida, por isso a força pernambucana foi ao local se precaver e os que seguidores dos beatos recebiam armas modernas de pessoas da terra ribeirinhas do rio São Francisco, tais como Sodré Vianna[39]. Pelo que já relatamos anteriormente, tudo isso eram apenas boatos, mas serviram de pretexto para que o capitão se antecipasse à força baiana e invadisse o reduto. Nessa mesma notícia, há uma informação pouco divulgada pela imprensa nacional, que nos chamou a atenção:

> Pilotado pelo Capitão Macedo, seguiu para Petrolina um avião de bombardeio do Exército, equipado com duas metralhadoras. Esse avião irá cooperar na perseguição aos fanáticos do Beato José Lourenço. Como passageiros, levou o secretário de Segurança deste Estado. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 25/01/1938).

Lembremos que aviões já tinham sido utilizados nos combates contra os movimentos sociais religiosos, tendo já sido verificado no Contestado e no

[39] Jornalista, natural de Casa Nova na Bahia e tio do ex-governador Luiz Viana. Foi pertencente a ANL e acusado de propagar ideias comunistas e ser mentor de Pau de Colher.

Caldeirão. Mas, conforme investigamos, Pau de Colher não foi bombardeado. O *Diário de Pernambuco,* ainda, informou, naquele dia, que o povo do sertão estava alarmado com a notícia de que o Beato José Lourenço à frente de novecentos homens, estavam descendo do Ceará para atacar a cidade de Petrolina em Pernambuco. Mais um boato desmentido com o passar dos dias. Por sua vez, o *Diário da Manhã*, também do dia 25 de janeiro de 1938, publicou informação acerca do telegrama enviado de Petrolina, dando conta dos fatos ocorridos em Casa Nova na Bahia. A liderança do movimento foi atribuída a José Lourenço, que, segundo o jornal, estava bem armado e municiado, ameaçando entrar em território pernambucano. “Imediatamente, a secretaria providenciou sobre a remessa de forças da Brigada Militar para o distrito de Afrânio, no município de Petrolina.”

O jornal publicou uma série de telegramas, enviados desde Petrolina ao Secretário de Segurança Pública do Estado de Pernambuco, sendo os principais de Optato Gueiros, datando dos dias 21, 22 e 23 de janeiro daquele ano. Também foram divulgados telegramas dos dias 08, 09, 11 e 13, dando conta das supostas ameaças de invasão à cidade de Afrânio. Essas comunicações nos ajudaram a compreender por que a imprensa pernambucana associou José Lourenço ao evento de Pau de Colher. O primeiro telegrama, datado de 08 de janeiro, foi assinado pelo juiz de direito interino de Petrolina Vulpiano Machado e comunicava que “notícias recebidas Afrânio intermédio comissário local, bandido José Lourenço frente duzentos homens atacaram a Villa São Gonçalo, dista ali doze léguas, matando quatro pessoas da família Amorim por não querer acompanhá-lo, mesmo Beato segue direção Afrânio cuja população foi tomada de pânico”. (DIÁRIO DA MANHÃ, 25/01/1938). É bom lembrarmos, que em 1896, o juiz de direito de Juazeiro-BA Dr. Arlindo Leone enviou telegrama ao Governador do Estado, informando que os conselheiristas iriam invadir a cidade, fato responsável pelo início da refrega de Canudos.

O mesmo juiz de direito e o promotor público Cypriano Moura, no dia 09, telegrafaram novamente informando que o número de seguidores em Pau de Colher era de seiscentas pessoas, bem armadas e municiadas, sendo que a força militar seria insuficiente para combatê-los. Mais uma vez, a informação citou a presença de José Lourenço no local dos embates:

> Ditos bandoleiros chefiados Beato José Lourenço trucidaram Serra Araripe, tempos passados um capitão e nove soldados polícia Ceará. Referido Beato vem sendo, segundo informes, industriado perigosamente comunista Sodré Vianna aqui processado tenente Luiz Marianno. Chegam notícias grande número trucidamentos e assaltos como toda sorte selvageria praticadas referidos bandoleiros diversas regiões fronteiras este Estado, pondo verdadeiro sobressalto população esta cidade, Afrânio e demais localidades ameaçadas perigoso grupo. Rogamos vossencia nome população justiça urgentes providências. (DIÁRIO DA MANHÃ, 25/01/1938).

Dois grandes medos estão revelados no telegrama: de José Lourenço, que tinha vencido uma batalha na Serra do Araripe e do comunismo, capitaneado por Sodré Vianna de Casa Nova. A ditadura varguista não podia deixar o movimento prosperar; era preciso aniquilá-lo. No dia 26, novas informações foram publicadas pela imprensa pernambucana. O *Diário de Pernambuco* noticiou que, "para combater os fanáticos do Beato José Lourenço – Mais quatro aviões seguem para Petrolina". As fontes da informação são de Fortaleza e Salvador. Da capital do Ceará, há uma notícia sobre o envio de aeronaves para Petrolina, e afirmava que o "avião de bombardeio do Exército, que seguiu ontem para Petrolina, conduziu cerca de 15 bombas de 12 quilos cada uma. Hoje, seguem mais quatro, levando aparelho de rádio para auxiliar as forças policiais na repressão aos fanáticos do Beato José Lourenço." Já de Salvador, "notícias da Zona do São Francisco afirmam que morreram em combate contra os cangaceiros que infestam a região o Cabo Antônio Vieira e o soldado João Baptista do Santos, da Força Pública deste Estado."

O *Diário da Manhã* deste mesmo dia, republicou um editorial do *Diário da Tarde*, sob o título "O Sertão". Nesse artigo, a memória de Canudos será reverberada e alguns motivos da eclosão do conflito que ocorreu entre 1986 e 1897, serão repetidos, especialmente aqueles que alegavam a falta de educação formal e o contato dos habitantes do sertão com o litoral.

> É um triste caso como esse que serve para tornar mais enfática a necessidade de uma penetração mais rápida na zona sertaneja, de uma articulação desta com o litoral, em ordem a evitar, nessas capas inferiores da sociedade, a ação nefasta de certos agentes perturbadores que encontram na ignorância das massas, ambiente propicio para a formação de núcleos perigosos de desordem, como aconteceu em Canudos, agora nas margens do São Francisco, sem falar nas 'razias' do banditismo nômade, que se repetem com alarmante frequência. (DIÁRIO DA MANHÃ, 26/01/1938).

Para o articulista daquela folha, não poderia mais haver procrastinação em relação à articulação do litoral com o sertão, que evitaria a continuação de casos semelhantes – os de caráter religiosos - e combateria também o cangaço, “resultados naturais do isolamento sertanejo pela falta de boas vias de comunicação, do seu obscurantismo, pela falta de escolas e de ensino adequado, da quase miséria em que vive pelo não aproveitamento econômico e racionalmente organizado da terra tão cheia de possibilidade.” (DIÁRIO DA MANHÃ, 26/01/1938). A mesma cantilena se repetia e a solução para resolver os problemas que afligiam o sertanejo estaria neste contato com o litoral, como se a religiosidade popular e os casos de violência não acontecessem em qualquer parte do Brasil.

No dia 27, o *Diário de Pernambuco* publicou informações que deixaram o leitor indeciso quanto a quem era realmente a liderança dos eventos ocorridos no norte da Bahia. Na manchete da informação, consta a notícia de que José Lourenço achava-se no Crato, levando uma vida pacífica, fato corroborado pelo Secretário de Segurança do Ceará, que regressara de Petrolina de avião e confirmara que não pensava em prendê-lo, mesmo se encontrando no Crato. Porém, numa publicação reproduzida de Ilhéus na Bahia, a manchete dava conta de que “aumentava o número de fanáticos em torno de José Lourenço”, que para aquela folha, estava ainda naquele Estado alarmando as populações da zona do São Francisco, com a presença, inclusive, de comunistas “nas hostes dos fanáticos”. Uma guerra de informações, tão típica neste tipo de evento.

O *Diário de Pernambuco,* republicando uma notícia do Rio de Janeiro, informou que, em Petrolina, havia chegado o chefe de Polícia do Ceará, a fim de socorrer os soldados feridos no combate ao grupo chefiado por José Lourenço. A notícia é complementada dizendo que chegou também àquela cidade um caminhão da Brigada Militar do Estado do Ceará com o mesmo intuito. Essa informação de que o Chefe de Polícia do Ceará esteve Petrolina foi confirmada pelo jornal *O Pharol* (03/02/1938):

> Um avião do exército pilotado pelo capitão Macedo, chegou no dia 24 do corrente à noite, a esta cidade, o seu secretário de segurança pública de Fortaleza, capitão Cordeiro Neto cuja viagem se prendeu ao combate aos fanáticos dizem Lourenço. O capitão Cordeiro Neto regressou no dia seguinte.

Com as atenções voltadas para o evento de Pau de Colher, o *Diário de* Pernambuco chamou a atenção para um fato semelhante, que estava ocorrendo em Alagoas:

> A imprensa noticia o aparecimento do Beato Chico, no município de Viçosa. Diz que o referido Beato vem realizando excursões no interior, acompanhado de numerosos fanáticos. Estes afirmam que o Beato Chico cura os enfermos e faz milagres, estando convencidos de que ele é padre Cícero redivivo. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 27/01/1938).

A notícia sobre o Beato de Alagoas ficou como fora publicada, sem nenhuma complementação em dias posteriores. Importava relatar a dispersão do ajuntamento de Pau de Colher pelas forças do Capitão Optato Gueiros, que estava retornando para Petrolina, o mesmo acontecendo com a polícia baiana, que já estava de volta aos seus pontos de concentração no interior do Estado. Já no dia 30, o mesmo jornal pernambucano informava que tinha partido em direção a Juazeiro da Bahia uma caravana de jornalistas dos *Diários Associados*, “a fim de informar os seus leitores sobre a veracidade dos acontecimentos que vêm se desenrolando ali, a respeito dos fanáticos de José Lourenço.” E no dia 03 de fevereiro, *O Pharol* de Petrolina se pronunciou sobre os fatos ocorridos em Casa Nova. Numa extensa matéria, praticamente, relatou a história de forma mais global, destacando, na informação, fatos que serviram de fonte, posteriormente, para algumas obras consultadas para elaboração deste artigo. O título da matéria é “Fanatismo! Banditismo”! e segue as mesmas premissas das informações publicadas em jornais das capitais da Bahia e de Pernambuco. Como constatado, José Lourenço continuou sendo o centro das atenções, apontado como a grande liderança do evento:

> Parece incrível o que aconteceu nesses dias naquele recanto do sertão baiano, em que centenas de pessoas foram estupidamente sacrificadas pela influência de um visionário ou aventureiro que há quatro anos vem explorando a crendice do nosso povo, a multidão inculta dos nossos sertões induzindo-a as práticas mais extravagantes e absurdas para alcançar a ‘Salvação’! (O PHAROL, 03/02/1938).

A forma como o combate ocorreu foi descrita com o intuito de impressionar o leitor e colocá-lo ao lado das forças militares. O subtítulo já indica a estrutura da narrativa: 42h de luta! Nessa parte da matéria, destacamos algumas frases que corroboram com o que estamos apontando: “luta terrível”, “luta indescritível”, “um

horror". Se a descrição narrativa da luta foi para impressionar, as características do lugar encontrado pelos soldados não ficariam sem destaque:

> Pau de Colher oferecia um espetáculo desolador-cadáveres amontoados, choros e gemidos, sangue e, muito sangue derramado nas estradas.
>
> Muitas piras foram encontradas perto de Pau de Colher, nas quais se via esqueletos queimados, braços e pernas de crianças e adultos. Uma calamidade! Era o regime do crer ou morre! (O PHAROL, 03/02/1938).

Destacamos também, na narrativa, a forma como eram apresentadas pessoas que foram assassinadas pela coluna do Capitão Optato Gueiros. O nome, seguido da adjetivação, parecia nos justificar o massacre:

> As mortes - na luta, os fanáticos perderam os seguintes chefes - Senhorinho o 'São José', natural do lugar, conhecido curador de curral, **metido a feiticeiro**; Ângelo Cabaça, **criminoso de morte**, na construção da estrada de ferro Petrolina Teresina e há muito **homiziado** ali; João Damásio 'Primo de Senhorinho' **elemento indesejável e ladrão de bodes** [...]. (O PHAROL, 03/02/1938, grifos nosso).

Afirmar nas qualificações de que os participantes do movimento de Pau de Colher são feiticeiros, criminosos, homiziados, elementos indesejáveis e ladrões de bode, era uma estratégia discursiva do jornalista, que representava, peremptoriamente, o pensamento da elite brasileira. "Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender." (ORLANDI, 1999, p. 30). *O Pharol* lembrou ainda, que foram promovidas pelo vigário de Petrolina Osmar Novais, na Catedral, as homenagens fúnebres pelos soldados mortos no combate.

> A cerimônia religiosa teve numerosa assistência, comparecendo autoridades, associações religiosas, excelentíssimas famílias do tenente Ferraz[40] e soldados da brigada e a '21 de setembro[41]', estando presente o jornalista Azevedo Marques do 'O Estado da Bahia' e o enviado especial dos 'Diários Associados' para Pau de colher. (O PHAROL, 03/02/1938).

Na matéria consta ainda que os soldados aproveitaram a debandada dos fiéis para trazerem consigo do campo de batalha facões, chapéus de couro,

[40] Morto no combate.
[41] Banda Filarmônica.

cordões de São Francisco, cacetes lavrados e marcados com cruzes manchados de sangue. Esses objetos foram apresentados como troféus pela força policial, denotando como os símbolos podem ser utilizados em benefício próprio.

De Petrolina seguiram telegramas para a capital, congratulando-se com a vitória da força pernambucana sobre o reduto de Pau de Colher. Lembremos que o Capitão Optato Gueiros entrou no Estado vizinho sem autorização do comando das operações, cuja base era em Juazeiro – BA. Talvez isso tenha motivado os comerciantes da cidade a enviarem tais telegramas ao secretário de segurança, apoiando a iniciativa e antecipando-se a uma possível retaliação ao comandante em chefe.

> [...] temos congratular com vossencia pela brilhante vitória alcançada pelo contingente da brigada militar desse estado comandada pelos bravos oficiais capitão Optato Gueiros e tenente Manuel Souza Ferraz. Cumprimos o dever salientar que **referidos militares que atuaram com heroísmo invulgar** libertaram a zona consagrada pelos jagunços **agindo com máxima serenidade, disciplina,** deixando gravada coração cada habitante impressão de verdadeiros **paladinos da ordem pública**. (O PHAROL, 03/02/1938, grifos nosso).

As conclusões acerca dos motivos de tais embates de *O Pharol,* praticamente, eram as mesmas já publicadas pelas outras folhas pernambucanas: “a ignorância e a falta de assistência dos poderes públicos e as populações esquecidas dos sertões”. É preciso destacarmos que apareceu, pela primeira vez, nas colunas dos jornais pernambucanos, a informação da presença do beato Severino Tavares “‘Espírito Santo’, segunda pessoa de Zé Lourenço, e ‘Enviado’ do Padre Cícero para salvar o seu povo, onde se entregavam às estranhas ‘Práticas’ e ‘Penitências’, atraindo muita gente da vizinhança.”

No dia 08 de fevereiro, o *Diário de Pernambuco* publicou, na íntegra, o relatório do Capitão Optato Gueiros, que foi, por muito tempo, a fonte oficial da refrega entre a força policial pernambucana e os seguidores de José Senhorinho em Pau de Colher. Não vamos destacar muitas coisas desse documento, pois muitas informações já foram confrontadas por outros pesquisadores que se debruçaram sobre o assunto. Mas como já dissemos aqui que o Capitão tinha entrado no reduto sem autorização do comando em chefe, vale a pena destacar alguns trechos que estão em seu documento, referindo-se às congratulações que recebera de outras forças militares e dos moradores de Casa Nova, como que se antecipando às críticas sobre sua ação isolada, que poderiam vir à tona:

> O sr. tenente coronel Maynardi, comandante das forças em operação no vale do São Francisco, recebi, pelo telégrafo, as mais calorosas e entusiastas felicitações pela vitória de nossa tropa sobre os fanáticos.
>
> Do capitão Benedito da Luz da força pública piauiense, recebi, em memorando, a seguinte ligação:
>
> "Polícia militar do estado, - memorando. P.C. Em castanheira, 23 janeiro de 1938. - Sr. capitão Optato Gueiros, Ouricury. Acho-me de posse de sua ligação com as forças piauienses sob meu comando. Conforme nosso objetivo atingimos Pau-de-Colher hoje, às 8h da manhã e tivemos oportunidade constatar a eficiência do ataque das forças do vosso comando ao reduto dos fanáticos. [...] "Levo ao meu ilustre colega minhas felicitações pelo exito adquirido no ataque levado a efeito pela sua força ao reduto dos ditos facínoras, cuja perversidade está assinalado em todos os pontos onde temos passada. subscrevo-me com muito a preço e estima seu colega e amigo - (a) Capitão Benedito da Luz".
>
> [...] Todos os moradores da cidade Casa Nova, tendo à frente o seu ilustre prefeito, primeiro tenente Zacarias Santos, apresentaram a tropa pernambucana as mais fraternas e calorosas felicitações pela vitória, tendo o sr. prefeito oferecido um banquete no edifício da prefeitura municipal, a mim e ao meu auxiliar, segundo o tenente Manuel de Souza Ferraz. Tive, nessa cidade baiano o mais generoso e nobre encolhimento por parte de todos seus habitantes. (GUEIROS apud DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 08/02/1938).

O Capitão tinha consciência do que fizera, podendo ser questionado não apenas pelo massacre, como também por adentar numa área que não estava sobre sua jurisdição. Sua estratégia discursiva foi uma tentativa de justificar-se ao ocorrido, com os elogios que recebera. Essa tática lembrou o que diz Orlandi (1999, p. 30) quando afirma que “às margens do dizer, do texto, também fazem parte dele”.

O Pharol do dia 03 de março voltou ao assunto para informar que estiveram em trânsito em Juazeiro dezoito prisioneiros do ajuntamento de Pau de Colher, que foram presos na localidade de Campo Alegre e eram chefiados por José Camilo, que mantinha relações comerciais com Petrolina. Camilo conversou com o jornalista daquele periódico e prestou algumas informações sobre o cotidiano do reduto, sendo inquirido principalmente, sobre a presença de José Lourenço e Severino Tavares no local. Como foi anunciado pelo Chefe de Polícia do Ceará, Lourenço não estivera em Pau de Colher, fato agora confirmado por Camilo. A pessoa que teria vindo de Caldeirão seria Joaquim de tal, possivelmente o Beato Quinzeiro, que, segundo Malvezzi (s/d, p. 8), tinha ido morar no Sítio com José Lourenço e era um artista em madeira. Para esse autor, conforme já citamos, ele moldou “as manifestações religiosas, econômicas e militares de Pau-de-Colher e

conferiu-lhe os contornos de movimento social organizado." O entrevistado do jornalista disse que, depois da chegada de Camilo em Pau de Colher, começaram os massacres dos que não queriam seguir a linha em que estavam confirmando, também, a intenção do grupo em ir fazer uma visita ao Caldeirão.

O Pharol tinha colunas assinadas pelo jornalista Cid Carvalho[42], que, ao longo dos primeiros sete meses de 1938, escreveu alguns editoriais sobre o assunto. O primeiro deles foi em 12 de março e seguiu, praticamente as mesmas considerações e conclusões de muitos outros jornalistas, quando tratavam dos movimentos sociais e religiosos. O título do editorial "fanatismo dissolvente e destruidor", atentava para a ação do Beato Severino Tavares na região sanfranciscana, que, segundo ele, semeava entre a gente ingênua dos sertões,

> o descrédito da religião, o achincalhe das autoridades e, como resumo a desonra atirada a face da sociedade, com a dissolução de muitos lares estupidamente maculados para a satisfação dos instintos bestiais dessa malta de aventureiros para quem a tolerância das nossas autoridades deixou livre para campo para explanação das suas ideias dissolventes e destruidoras, infelizmente aceitas e postas em prática por um sem-número de sertanejos cegos pelo analfabetismo e pela ignorância. (O PHAROL, 03/03/1938).

Cid Carvalho, além de atribuir a causa da crença da população interiorana ao analfabetismo, dizia não entender por que as autoridades de cidade, tais como Remanso, deixavam o beato a fazer as suas pregações. Esse fato, aumentava a popularidade do líder religioso, segundo o jornalista, que se aproveitava disso para solicitar aos criadores e proprietários sertanejos que se desfizessem de seus haveres e os entregassem, a fim de comprar "uma posse no céu" para quando chegasse a "hora da salvação". Segundo nossas pesquisas, não existem depoimentos na literatura comentada que comprovem essa solicitação de

[42] Cid Almeida Carvalho nasceu em 25 de agosto de 1904 na cidade de Remanso, Bahia. Em 1923, mudou-se para Juazeiro, extremo norte da Bahia, trabalhou no jornal O Direito e foi diretor do jornal O Eco, ambos extintos. No ano seguinte, mudou-se para Petrolina, sertão pernambucano. E, antes de fundar o seu periódico, Cid foi admitido como tipógrafo no jornal O Pharol do jornalista João Ferreira Gomes, onde exerceu a função por 14 anos, o que o levou a se tornar sócio efetivo da Associação de Imprensa de Pernambuco (AIP). Ainda dentro do jornal O Pharol, assumiu de 1937 a 1944, o cargo de Redator-secretário. Depois de várias experiências na imprensa em Remanso, Juazeiro e Petrolina, Cid Carvalho lançou em 11 de dezembro de 1949, o jornal O Sertão. De circulação semanal e impresso na Gráfica Petrolina, de sua propriedade, o projeto tornou-se viável porque obteve apoio financeiro do comerciante local, Clementino de Souza Coelho. O jornal circulou ininterruptamente até 8 de maio de 1972, sob sua direção. Informação retirada do site: https://pretonobranco.org/2017/09/21/especial-petrolina-122-anos-cid-carvalho-personagem-da-imprensa-petrolinense/

Severino; provavelmente, deve ser verdadeira, em face das pregações de outros beatos e santos populares[43].

Para o jornalista de *O Pharol,* as ocorrências do município de Casa Nova valeram por um aviso de tão duras consequências, especialmente para o que pudesse ainda ocorrer. Ele informou que existem muitas pessoas que acreditam em beatos naquela região e que "o fanatismo é o novo problema a desafiar a argúcia dos administradores, se não quiserem que o sertão sanfranciscano venha a servir de cenário a uma tragédia de consequências imprevisíveis." Mais uma vez, o evento de Canudos, reverbera em Pau de Colher.

No mês de junho daquele ano, *O Pharol* voltou ao assunto, considerando que haviam novas ações do Beato Lourenço na região. Mesmo já admitida oficialmente a não participação do líder do Caldeirão nos eventos de Pau de Colher, os jornalistas continuavam a citá-lo quando noticiavam qualquer assunto relacionado ao tema. A denúncia afirmava que remanescentes de Pau de Colher, armados de fuzis e rifles, aproximavam-se de Caboclo, terceiro distrito de Petrolina, bem próximo a Afrânio. O juiz de direito interino Vulpiano Machado teria levado o fato ao conhecimento do Secretário de Segurança Pública do Estado, solicitando reforço do destacamento policial daquela cidade, que, segundo ele, era insuficiente para atender a qualquer pedido de auxílio da população do interior do município. Como consta na notícia, o tenente Luiz Mariano Cruz, acompanhado de dez homens, soldados e civis, seguiram na tarde do dia dezesseis para Afrânio, a fim de travar conflito com os remanescentes. Porém, não os encontrou, pois eles teriam seguido em direção ao município de Ouricuri.

A notícia termina dizendo que está aguardando os acontecimentos e transcrevendo, "para conhecimento dos leitores, a curiosa saudação dos fanáticos: 'Louvado seja nosso senhor Jesus Cristo, alto celeste do amor. (resposta) e para sempre seja louvado, nossa mãe Maria Santíssima, sede deus onipotente e a luz de nosso senhor'". (O PHAROL, 18/06/1938). Por sua vez, no dia 24 do mesmo mês, Cid Carvalho, articulista do jornal publicou um editorial sobre o assunto, titulado: "Fanatismo: O maior pesadelo das populações

[43] Na dissertação de Filipe Pinto Monteiro, existe um capítulo dedicado especialmente ao Beato Severino, importante fonte de pesquisa sobre a temática de Pau de Colher. MONTEIRO, Felipe Pinto. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

sanfranciscanas na hora presente". Motivado pela denúncia publicada dias antes, Carvalho afirmou que não desapareceu, mesmo com a extinção de Pau de Colher, "o perigo que, por muito tempo, ainda vai tirar o sossego das populações sanfranciscanas, compreendidas entre Juazeiro e Xique Xique".

Como era recorrente, a memória de Canudos, mais uma vez, foi reverberada nesse artigo de Carvalho, que afirmava se as autoridades não tivessem desbaratado Pau de Colher desde o início, "aquele reduto transformar-se-ia, dentro de pouco tempo, no maior refúgio de fanáticos e bandidos, transformando-se num verdadeiro Canudos, com as mais assombrosas perspectivas de intranquilidade para os municípios limítrofes, de perigo para a manutenção da ordem pública." Numa quase repetição do seu pensamento, quando publicou outros artigos entre os meses de fevereiro e março, destacou que os fatos que se desenrolaram em Casa Nova serviram de aviso para as autoridades da "tragédia que se avizinhavam com todo seu hediondo cortejo de misérias".

O jornalista acreditava que as ideias plantadas por Severino Tavares teriam germinado, criando raízes "no espírito ingênuo e facilmente impressionado os nossos sertanejos, a quem a ignorância e o analfabetismo transformam em simples autômatos da vontade repelente desses vis aventureiros, que aí vivem à sombra da suave tolerância das nossas autoridades civis, militares e eclesiásticas a explorar a boa-fé dos nossos incautos patrícios." (O PHAROL, 24/06/1938). Não tivemos informação, mesmo nos jornais da época ou na literatura a que tivemos acesso, que outros pequenos movimentos eclodissem na região do vale do São Francisco, remanescentes do Pau de Colher ou de Caldeirão. Mas Carvalho insistia, no seu artigo, em afirmar que toda a zona que ia do rio Salitre no município de Juazeiro, interior de Sento-Sé e até as margens do Rio Verde, estariam repletas de seguidores dos beatos, que não tinham se convencido da derrota ocorrida em Casa Nova.

> [...] ao primeiro sinal dos aventureiros remanescentes daquela hecatombe, estarão prontos a sacrificar a vida e o futuro próprio e da família em obediência às ordens do 'Conselheiro', codinome dado ao bandido Severino Tavares, emissário do famigerado José Lourenço, que há tempos percorreu, em romaria, toda a região em apreço, a praticar e aconselhar toda a sorte de infâmias contra a honra e dignidade dos pobres e laboriosas famílias sertanejas, vítimas inconscientes das suas lábias explorador contumaz e pervertido sexual. (O PHAROL, 24/06/1938).

Como vimos, os mesmos preconceitos se repetiam, mesmo que não houvesse testemunhas ou relatos das supostas perversões sexuais. As vítimas do preconceito e das notícias falsas, eram os líderes do movimento José Lourenço e Severino Tavares. Atingindo moralmente as lideranças, atingem todo o grupo. Mais uma vez, o jornalista fez um apelo às autoridades, para que uma campanha de educação fosse realizada no interior, a fim de inibir tais casos, como o de Pau de Colher:

> Torna-se necessária e inadiável uma campanha social de educação do povo, por parte do governo com a cooperação das autoridades eclesiásticas, encarregadas de velar pela educação cristã como base fundamental da moral, apanágio dos sãos princípios religiosos que norteiam o bem estar espiritual dos povos. A não ser isso, teremos, em futuro não longe, e com maiores e mais profundas consequências para a tranquilidade das populações sanfranciscana, a reprodução dos graves acontecimentos verificados em Pau de colher e adjacências. (O PHAROL, 24/06/1938).

Vemos que esse apelo partia do interior e não da capital. O jornalista, formado em espaços litorâneos, repetida a verve de seus colegas da grande imprensa sobre a falta de escolas e também sobre o fanatismo, que tinha como motivo a ausência de educação formal da população interiorana.

No dia 25 de junho, *O Pharol* ratificou a informação de que o grupo de remanescentes que estavam em Caboclo, teria ido em direção ao município de Ouricuri e que o tenente, em telegrama ao juiz de direito interino, informara que fez um ataque no dia 19, tendo os remanescentes fugido e debandado completamente.

O *Diário da Manhã,* no dia 07 de julho, reproduzindo uma notícia da Bahia, publicou uma informação, que também não foi confirmada posteriormente nas pesquisas e literaturas consultadas por nós, de que remanescentes de Pau de Colher, sob a liderança de Quinzeiro organizavam grupos volantes, obrigando os sertanejos a ingressaram no ajuntamento e ameaçando invadir Casa Nova. Não encontramos outros detalhes sobre essa informação, mas lembramos que o beato, em questão, conseguiu escapar da refrega de Pau de Colher e não fora mais encontrado.

Estrela (1988), em sua obra, cita que, no início de julho, teria chegado a Casa Nova o tenente José Rodrigues, da polícia baiana, delegado especial, com a missão de formalizar novo inquérito destinado a processar os remanescentes

que teriam escapado e que estariam cometendo assassinatos na região. Na investida que fizeram no interior, prenderam duas pessoas acusadas de mortes e recolheram algumas armas. Talvez esse fato tenha motivado a notícia do dia 07 n'*O Pharol*.

No dia 12, *O Pharol* anunciou que, em Mudubim, interior de Petrolina, um grupo de remanescentes ocupou o lugarejo matando seus habitantes, para lá seguindo uma força de vinte e nove policiais, comandada pelo Cabo Cafimfim. Dias depois, sob a manchete "as tragédias do sertão", o jornal afirmava que foram vinte e três vítimas em Mudubim, incluindo uma criança de cinco meses. Nessa matéria, produzida com a estrutura narrativa de editorial, o jornalista voltou a indicar os mesmos motivos já elencados em editorias anteriores: a falta de educação e acrescentou, ainda, que era necessário "doutrinar, pregar o evangelho e disseminar a doutrina cristã, isto é, preparar o espírito do povo com os santos ensinamentos da religião do amor e do perdão, que eleva e dignifica o homem". (O PHAROL, 12/07/1938). O ensino religioso, tornava-se elementos principal, no combate ao fanatismo do interior, segundo o jornalista.

O texto apresentou os nomes das pessoas que foram mortas no combate, fornecidos, segundo o jornal, pelo Tenente Luiz Mariano, Delegado Regional. Sobre essa lista, Estrela (1988) achou estranho o fato de os nomes das pessoas que compunham o grupo que seguia em direção ao Caldeirão, apresentado no inquérito pelo Delegado Regional, não fossem os mesmos publicados pelo jornal.

> Causa estranheza a lista dos nomes fornecida pela polícia e publicada, os nomes dos dados como mortos não coincidiam com os conhecidos militantes em Pau de Colher, em trânsito par ao Ceará. Ao lado disso, fazem parte menores de dez, oito, cinco e três anos, e até lactentes, um de um ano e outro de cinco meses, que não foram mencionados como inclusos na comitiva de Quinzeiro. (ESTRELA, 1988, p. 78).

Continuaram as incógnitas sobre o Beato Quinzeiro, que, segundo *O Pharol,* teria se entregado à prisão, declarando que ele e seus companheiros teriam matado sessenta pessoas no interior de Casa Nova, sendo vinte e duas mulheres, prontificando-se, inclusive, a indicar as sepulturas e os nomes das vítimas. Sobre a estranheza de Raimundo Estrela quanto à divergência dos nomes, conforme citação acima, ele tem duas hipóteses: a primeira é a de que esse grupo seria oriundo desse mesmo espaço, não sendo remanescentes de Pau de Colher e a segunda que seriam remanescentes do acampamento localizado

em Mata dos Cavalos, na Serra do Araripe, o que ele achava mais provável. Como não existiram relatos desses remanescentes, acreditamos que eram ou do interior de Casa Nova ou de São Raimundo Nonato, no Piauí. Geralmente, a rota utilizada pelos romeiros para visitarem Juazeiro do Norte - desses dois municípios - incluía o interior de Petrolina e Ouricuri, os mesmos locais onde aconteceram o combate referido. A perseguição a esses romeiros, nominaremos assim, porque não sabemos ao certo de qual ajuntamento vinham, rendeu uma divergência no seio das forças perseguidoras de Petrolina e de Ouricuri. A contenda ocorreu entre o Cabo Cafimfim e o Cabo Teófilo Malaquias.

No dia 09 de julho, *O Pharol* publicou um telegrama do Cabo Cafimfim ao Delegado Regional Tenente Luiz Mariano com a seguinte mensagem: “Comunico vossa senhoria que na pista fanáticos brigamos hoje ligeiramente caatingas água preta município Ouricuri, resultando em um fanático morto e diversos feridos gravemente. Prossigo pista mesma direção Barra São Pedro. Força em paz. Até o momento ignoro paradeiro força Ouricuri. Cabo Manoel Pereira – Cafimfim”. No dia 15, o Cabo Malaquias escreveu para a redação do jornal, com o intuito de esclarecer as dúvidas, do que ele chamou de má interpretação, em relação ao telegrama do Cabo Cafimfim. Ele disse que o

> citado telegrama, ou por distração do meu companheiro de farda, ou se porventura por querer bancar como muitos de ‘Pseudo heróis’, faltou com a expressão da verdade quando fez sentir o desempenho da tropa sob meu comando. [...] O cabo Cafinfim, chegou a informar em supracitada, telegrama ao tenente Luiz mariano, que no momento em que atacava os ‘Fanáticos’ não sabia do paradeiro do contingente de Ouricuri que obedecia ao meu comando. Ora, o meu companheiro de farda, parece que no momento de sua atuação no combate aos célebres ‘Fanáticos’, estava tão ávido de glória, que esqueceu-se, que por um acordo estabelecido entre nós antes do choque da fazenda água preta, a tropa de Ouricuri, ficaria estacionada entre as fazendas cara branca e jardineira, quando a tropa sob o comando dele, ficaria localizada entre as fazendas Pajeú e água preta, para que assim pudéssemos ter uma ação decisiva de envolvimento ao mencionado bando de ‘Fanáticos’. Dando-se todavia, que por coincidência a tropa sob o comando de ele cabo Cafimfim, deparou-se com os ‘fanáticos’, ocasionando atacá-los, o que forçou bater-nos em retirada para o setor aonde me encontrava dando-se portanto encontro de minha tropa com os mesmos, isto é, no dia 8. (O PHAROL, 15/07/1938).

A comunicação do Cabo Malaquias termina dizendo que o Cabo Cafinfim deve se penitenciar com os seus esclarecimentos, já que ele sabe que correspondem à verdade inconteste. O jornal não entrou na polêmica, e tratou o caso como “ecos da campanha contra os fanáticos”. Não era de se estranhar que,

na época, fossem publicados fatos inverossímeis, já que, como afirmamos neste capítulo, a intenção da imprensa era causa parcialidade no leitor, especialmente quanto o resultado das contendas atingia centenas de pessoas, mesmo que não estivessem ligadas diretamente com os fatos. Já relatamos aqui a morte de mulheres, crianças, idosos e mesmo entre aqueles seguidores dos beatos, que não pegaram em armas para se defender ou atacar.

Os relatos de estórias cabulosas estão presentes nos vários movimentos pesquisados por nós e se reproduzem sempre depois do anúncio da hecatombe. Não foi diferente com o movimento de Pau de Colher, quando várias estórias foram sendo criadas. No dia 13 de julho, no calor das denúncias dos assassinatos de crianças, conforme já mostramos no relato de Estrela (1988), *O Pharol* publicou a seguinte estória:

> A odisseia de um pequeno fanático! Elias perdeu o pai em 'Caldeirão' e, para não morrer, matou três criancinhas em Pau de Colher! Essa história dos fanáticos do 'Beato' Zé Lourenço, em nossos sertões, continua a fornecer registros impressionantes que dia-a-dia vão chegando ao conhecimento do público. Ainda agora temos aqui o menor Elias Pereira da Silva, de 12 anos, natural de Carrapichel, Bahia, filho de Manuel Pereira da Silva e Rita Maria de Jesus, qual foi ouvido ontem no cartório do escrivão e tabelião Arnould Sampaio pelo juiz Vulpiano Machado, que vai enviá-lo para Recife com o seu companheiro Agripino Antônio dos Santos. Declarou Elias que no ano passado deixou a terra natal com seu pai, rumando para o Ceará a fim de ganhar a vida. Lá, juntaram-se aos 'Beatos' do Caldeirão. Morto o pai na luta entre a polícia cearense os fanáticos, ficou em companhia destes, seguindo depois com José Lourenço para Pau de Colher, de onde teve de fugir para o mato, quando aquele reduto foi desbaratado pela força do capitão Optato. Ainda em companhia dos fanáticos foi para o 'Mudubim' de onde fugiu novamente ao 'torrar das pipocas' conforme as expressões, isto é, no último fogo que houve ali, seguindo para Carrapichel. Em Carrapichel juntou-se ao pretinho Agripino Antônio, que veio de Bahia, debaixo dos carros, nos trens da 'Leste' e seguiam para Recife o quando foram detidos pela polícia, em Boa Vista e trazidos para aqui. Afirmou Elias quem em Pau de Colher os 'Beatos' matavam homens, mulheres e crianças que não queriam entrar para o grupo deles e que, a mando Zé Lourenço, para não morrer, matou de cacete, três criancinhas. Elias desfez da roupa preta com três cruzes que usava, e do rosário, que conduzia, jogando-o no Rio.

Vejamos como existem incongruência no suposto relato da criança. Se o menino saiu de Carrapichel no ano anterior (1937), não conseguiu alcançar Caldeirão, que teria sido destruído em 1936. José Lourenço, conforme declaração do Chefe de Polícia do Ceará – que, inclusive, esteve em Petrolina - jamais permaneceu em Pau de Colher. Como o menor teria seguido de Mudubim para Carrapichel e desse lugar para Santa Maria da Boa Vista, num espaço de quatro

dias, já que a refrega em Mudubim ocorrera no dia 08? A criança teria, realmente, assassinado de cacete três outras criancinhas a mando de José Lourenço? Nada se comprovou a respeito desse fato, mas a imprensa, com seu poder de persuasão, criava estórias para que os leitores pudessem apoiar o seu discurso e o seu compromisso com os interesses das classes dominantes. Era preciso extirpar qualquer movimento social religioso, nem que fosse inventando estórias escabrosas. Por isso, lembramos de Foucault (2006, p. 10), quando afirma que "o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar".

Pau de Colher foi mais um movimento debelado e as vozes oficiais soaram novamente para justificar o massacre e impedir que novos Canudos, que vivenciaram uma experiência de vida contrárias aos interesses dos poderosos de então, pudessem ser vividos no sertão nordestino.

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O movimento de Pau de Colher ocorreu em pleno "estado novo", que precisava concluir sua face mais cruel no sertão: destruir de vez os resquícios do Caldeirão, ora instalado numa pequena comunidade do interior de Casa Nova, na Bahia. Inspirados na romaria que faziam a Juazeiro do Norte e com ajuda de beatos que faziam proselitismo para aquele lugar e para o Caldeirão, o ajuntamento de Pau de Colher sonhava em fazer a passagem. Não era apenas uma passagem de lugar, de um Estado para outro, mas de uma vida nova, temente a Deus e aos seus padrinhos, acreditando que a nova Jerusalém existia. Esses não tiveram tempo nem de estruturar sua comunidade. Logo surgiram os boatos, e o medo se espalhava numa região que tinha cidades fronteiriças, ligando Bahia, Pernambuco e Piauí. As elites de Petrolina, em Pernambuco e de Juazeiro, na Bahia lideraram as narrativas e impuseram, de pronto, a destruição do pequeno ajuntamento.

Numa guerra de vaidades militares, já que estavam envolvidos batalhões dos três Estados, o famoso caçador de Lampião chegou primeiro e metralhou quem encontrou pela frente, não se importando se eram crianças, mulheres ou, até mesmo, idosos. Outra carnificina fora cometida sem as narrativas críticas da

imprensa pernambucana. Mais uma vez, boatos sobre liderança comunistas apareceram e o Estado, que se dizia novo, mandou novamente seus aviões, que deviam vociferar bombas se fosse preciso. Mas a sanha dos batalhões de polícia não esperou as bombas aéreas, varrendo a área e deixando insepultas dezenas de pessoas.

Um dos combatentes pernambucanos, o tenente Manoel de Souza Ferraz, em sua memória sobre o evento, abordando a carnificina realizada em Pau de Colher e defendo a tropa da qual fez parte, afirmou que “o meio primitivo, a ignorância tende a modificar a índole humana em algo embrutecido, sem temor e bom senso. O combate de Pau de Colher foi um palco típico do estudo da reação dos homens. Não lutávamos contra semelhantes, porém contra animais irracionais.” Novamente, a carnificina, se resumia numa luta contra seres, que não eram humanos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Isabel Medeiro. **Memória e História:** o Caldeirão de Santa Cruz do deserto na narrativa histórica. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011. Dissertação de Mestrado

ALVES, Tarcísio Marcos Alves. **A santa cruz do deserto:** A comunidade igualitária do Caldeirão. Recife: Néctar, 2007.

BRITO, Gilmário Moreira. **Pau-de-Colher:** na letra e na voz. Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: 1996.

CERTEAU, M. de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1983.

CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 13-28.

_____. O mundo como representação. In: _____. **À beira da falésia:** a história entre incertezas e inquietude. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 61-80.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife. Jornal. 1935.

DIÁRIO DA MANHÃ, Recife. Jornal. 1936.

ESPIG, M.J. **O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico:** o caso do Contestado. Estudos Ibero-Americanos, XXIV. 1998, p. 269-289.

ESTRELA, Raimundo. **Pau de Colher**: um pequeno Canudos. Salvador: ed. rev. Assembleia Legislativa, 1998.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 1998.

GOMES, Antônio Maspoli de Araújo. **O conflito religioso do Caldeirão de Santa Cruz do deserto.** Revista USP, São Paulo, n. 82, p. 54-67, junho/agosto, 2009.

GUEIROS, Optatos. **Memórias de um oficial ex-combatente de forças volantes – Lampeão.** São Paulo, 1953.

JORNAL PEQUENO, Fortaleza. Jornal. 1909.

LOBO, Gustavo Adolfo d´Almeida. **A imprensa cearense e o caldeirão do Beato José Lourenço**: O discurso da Imprensa em relação ao movimento camponês do Caldeirão. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2000.

LOPES, Régis. **Caldeirão.** Fortaleza: Eduece, 1991.

MALVEZZI, Roberto. **Pau de Colher.** Biblioteca da Diocese de Juazeiro-BA. (Manuscrito).

MENEZES, Sônia; PINHO, Fátima. Imprensa, anticomunismo e fé**:** a destruição do Caldeirão de Santa Cruz do Deserto nas representações da Imprensa Brasileira (1936-1937). In: **Em perspectiva** – Revista discente do PPGH/UFC, 2017, v.3, n.1, p. 75-96.

OLIVEIRA, Ruy Bruno Bacelar. **De Caldeirão a Pau de Colher:** A guerra dos Caceteiros. Vitória da Conquista, BA: R.B.B, 1998.

O POVO, Fortaleza. Jornal. 1937.

O PHAROL, Petrolina. Jornal. 1937.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso:** princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

PEREIRA, Demosthenes Guanaes. **Pau-de-Colher:** Romance. São Paulo: Comercial Safady.

POMPA, Maria Cristina. **Memória do fim do mundo:** para uma leitura do movimento sócio-religioso de Pau de Colher. São Paulo: Departamento de Antropologia da UNICAMP, 1995. Dissertação de Mestrado.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **O Messianismo no Brasil e no Mundo.** 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SILVA, Francivaldo Mendes da. **Pau de Colher:** narrativas de luta e fé no sertão da Bahia. Recife: UFPE, 2008. (Dissertação de Mestrado).

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria.** Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2000.

WOITOWICZ, Karina Jans. **Imagem contestada:** a Guerra do Contestado pela escrita do Diário da Tarde (1912-1916). Ponta Grossa: UEPG, 2015. 327 p.

O GÊNERO HQ EM TURMAS DE EJA EM CONTEXTO PRISIONAL DE ENSINO: UMA PROPOSTA DE TRABALHO PARA ALÉM DOS MUROS DA ESCOLA

Marcikele da Silva Dias
marcikele.dias@upe.br
Mestranda em Letras/Profletras-UPE

Wilson Bezerra
wilson.bezerra@upe.br
Mestrando em Letras/Profletras-UPE

RESUMO: embora não se trate de uma novidade no que tange aos estudos acadêmicos em torno do tema, nem no que diz respeito à prática docente, são notórias as lacunas existentes no processo de ensino e aprendizagem dos gêneros textuais na educação básica, sobretudo na modalidade de educação Jovens e Adultos (EJA). Essas lacunas ganham contornos ainda mais desafiadores quando nos reportamos ao contexto prisional de ensino, haja vista as especificidades da educação no cárcere. Destarte, esta pesquisa tem como objetivo apresentar uma proposta de trabalho com o gênero história em quadrinhos (HQs), em turmas de EJA, no contexto prisional de ensino, visando a elevação dos níveis de letramento dos estudantes privados de liberdade, com vistas a contribuir para a elevação dos níveis de letramento, e, por conseguinte, auxiliar no exercício de direitos e deveres. Para tanto, conceituaremos as HQs enquanto gênero de texto, bem como discutiremos a acerca da literalidade desse gênero textual. Buscaremos, também, compreender as especificidades do ensino de Língua Portuguesa no contexto prisional. Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e natureza propositiva, a qual será desenvolvida por meio de oficinas de leitura, interpretação e produção textual, que utiliza a quadrinização como importante instrumento pedagógico. Espera-se que a referida pesquisa possa contribuir, inicialmente, como um meio para reflexão docente, reverberando em práticas pedagógicas assertivas, éticas e de qualidade.

Palavras-chave: Letramento. HQs. Sistema prisional. Gêneros textuais. EJA.

ABSTRACT: although this is not new in terms of academic studies on the subject, nor in terms of teaching practice, the gaps in the teaching and learning process of textual genres in basic education are notable, especially in the education modality Young People and Adults (EJA). These gaps take on even more challenging contours when we refer to the prison teaching context, given the specificities of education in prison. Therefore, this research aims to present a work proposal with

the comic book genre (comics), in EJA classes, in the prison teaching context, aiming to increase the literacy levels of students deprived of liberty, with a view to contributing to increase literacy levels, and, therefore, assist in the exercise of rights and duties. To do so, we will conceptualize comics as a text genre, as well as discuss the literality of this textual genre. We will also seek to understand the specificities of teaching Portuguese in the prison context. As for methodological procedures, this is research with a qualitative approach and propositional nature, which will be developed through reading, interpretation and textual production workshops, which uses comics as an important pedagogical tool. It is hoped that this research can contribute, initially, as a means for teacher reflection, reverberating in assertive, ethical and quality pedagogical practices.

Keywords: Literacy. Comics. Prison system. Textual genres. EJA.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com dados recentes, publicados em junho deste ano pela Secretaria Nacional de Políticas Penais, a população carcerária no Brasil era de 644.305 presos em celas físicas. Destes, mais de 474 mil encontravam-se em algum tipo de atividade educacional. Esses números sugerem que o Brasil possui políticas públicas voltadas à população carcerária que reconhecem o poder transformador da educação.

No entanto, para que essa transformação de fato ocorra é preciso ofertar aos estudantes privados de liberdade uma educação de qualidade que os possibilitem exercer seus direitos e deveres, sobretudo quando postos em liberdade, vez que a sociedade é dinâmica, o que requer o domínio de diversas competências e habilidades. Diante desse contexto, questiona-se em que medida as aulas de Língua Portuguesa podem auxiliar no desenvolvimento do letramento dos estudantes apenados, instrumentalizando-os a exercer criticamente a sua cidadania?

Acredita-se que por meio de práticas educacionais intencionais e coerentes, que considerem as especificidades do contexto prisional, é possível contribuir para a libertação dos sujeitos privados de liberdade. No que tange ao ensino de língua materna, o trabalho com os mais diversos gêneros textuais revela-se importante meio, sobretudo quando se lança mão de gêneros de texto que despertam o interesse dos estudantes, como se mostram as histórias em quadrinhos.

Assim sendo, a presente pesquisa visa propor um trabalho com o gênero textual história em quadrinhos (HQs), destinado a turmas da EJA, com estudantes privados de liberdade, visando contribuir para elevação dos níveis de letramento desses estudantes. Ao longo deste trabalho, conceituaremos as HQs enquanto gênero de texto, bem como discutiremos acerca da literalidade desse gênero textual. Buscaremos, ainda, compreender as especificidades do ensino de Língua Portuguesa no contexto prisional, além refletir acerca dos desafios e potencialidades da educação no cárcere. No que tange aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma revisão de literatura, de abordagem qualitativa e de natureza propositiva.

Destarte, cientes da relevância e da potencialidade do trabalho com os gêneros textuais, o presente estudo revela-se profícuo, vez que visa propor um trabalho com o gênero textual HQ, destinado a estudantes da EJA, no contexto prisional de ensino, os quais necessitam de práticas significativas de ensino que os aproximem do universo da leitura, podendo, por conseguinte, ampliar os seus horizontes e perspectivas para além dos muros da prisão.

2. HQS COMO GÊNERO TEXTUAL, FORMA MULTIMODAL E DE MULTILETRAMENTO

De Aristóteles até os dias atuais, a noção de gênero sofreu bastantes alterações. Passou a significar toda produção textual que circula socialmente. Para Marcuschi (2004), todo gênero está envolto em linguagem. Já em Bakhtin (1979), o gênero é apresentado como um enunciado de natureza histórica, sociointeracional, ideológica e linguística relativamente estável. Observe-se que o autor chama a atenção para o relativamente estável, o que Bazerman (1994), parece compactuar quando afirma que embora se queira classificar os gêneros como categorias duradouras, essa afirmação seria reducionista.

Para Bazerman (1994), gêneros de texto são o que as pessoas reconhecem como gênero em determinado tempo, são, assim, rotinas sociais do nosso dia a dia. De acordo com Marcuschi (2011), não se pode conceber os gêneros como modelos estanques nem como estruturas rígidas, mas como formas culturais e

ações cognitivas de ação social corporificadas de modo particular na linguagem, logo, os gêneros são entidades dinâmicas.

Por conseguinte, segundo Marcuschi (2004), os gêneros devem ser vistos na relação com as práticas sociais, os aspectos cognitivos, os interesses, as relações de poder, as tecnologias, dentre outros aspectos. Isso nos leva consequentemente aos aspectos multimodais da constituição de sentidos nos textos que circulam socialmente. Com o advento das tecnologias digitais, a noção de gênero enquanto entidades dinâmicas mais ou menos estáveis ganham sentido, visto que as tecnologias trouxeram consigo novas formas de ação sobre os gêneros e discursos.

Conforme Lemke (2002), com as novas formas de interação advindas do espaço digital, há novos arranjos e novas formas de significação, que permitem não apenas justaposição entre imagens e texto, mas também novas interconexões. Se todas as manifestações verbais se dão por meio de gêneros, a escola deve privilegiar o trabalho com textos em suas mais variadas formas, explorando os gêneros e seus aspectos constitutivos, inclusive a multimodalidade, presente nos textos circulantes, digitais ou não.

As HQs são um excelente exemplo de textos que possuem essas características, dada a sua rica estrutura composicional e múltiplos recursos. Quando o narrador, por exemplo, coloca as letras em maiúsculo indica que o personagem fala mais alto naquele momento. Além desse recurso, há outros fartamente usados como imagens, cores, tipo de letras, uso de onomatopeias, balões e, com o advento da TDCIs, muitos e variados recursos a serem explorados nesse gênero de texto. Almeida (2001) chama a atenção para o uso das vinhetas ou quadrinhos, elementos garantidores da estruturação linear que sustentam o percurso do fluxo da narrativa.

Marcuschi (2002), pontua que nas HQs há escrita devido a sua origem natural de roteiros narrativos, assim como no cinema. Ferreira e Andrade, (2005), por sua vez, reforçando a ideia da importância que as HQs têm no processo de leitura, afirmam que

> O fato de as HQs traduzirem uma concepção de linguagem de arte visual e meio de expressão narrativo, não se refere a apreciações gratuitas, constata-se com facilidade, que a HQ transcende às definições simplistas e aos pedantismos que durante algum tempo a apresentaram como gênero de arte menor, subliteratura ou uma simples forma de

> entretenimento. Não há dúvidas de que, num primeiro momento, essa linguagem se constitui em instrumento de lazer, pois se trata de ludicidade humana, mas essa compreensão poderia delimitar outras abordagens (Ferreira; Andrade, 2005, p.61-62).

Segundo esses autores, o gênero é extremamente inventivo, pois consegue unir os elementos iconográficos e verbais. Como discutido até aqui, as HQs estão carregadas de recursos, quer sejam visuais, iconográficos, verbais, não verbais, que dão ao gênero possibilidades de atribuição de sentidos desejados por seu produtor. Ferreira e Andrade (2005) chamam a atenção para o fato de que a HQ não é fechada em si mesma, mas apresenta uma linguagem que atua harmoniosamente com outras formas de linguagem e trazem contribuições para o desenvolvimento do sentido do texto.

Dito isso, por que não explorar mais consistentemente o gênero HQ como recurso promovedor do letramento e dos multiletramentos, já que o uso desse gênero permitiria uma abordagem multimodal em virtude dos seus vários elementos constitutivos como imagem, figuras, layout, balões, quadrinização, dentre tantos outros elementos?

Cientes da potencialidade do trabalho com as HQs visando ao letramento multimodal, é fundamental apresentar aos estudantes a caracterização preliminar do gênero HQ, fazendo um levantamento histórico do gênero, discutir os aspectos constitutivos, seus objetivos, os meios de apresentação, os veículos onde circulam e, a partir daí, sugerir atividades que envolvam todos os aspectos, além de conduzir o estudante de forma lúdica em atividades de sala de aula como incentivo à produção e recepção de textos.

O trabalho pretendido em sala de aula com o gênero HQ se justifica pelas várias possibilidades de exploração, tanto nos aspectos visual, infográfico, gramatical, semântico, tipologia de texto, dentre outros. O gênero em questão permite, assim, todas essas experiências de leitura. Práticas como essas revelam-se pertinentes, sobretudo quando direcionadas a turmas da EJA do contexto prisional de ensino, tema sobre o qual teceremos algumas considerações a seguir.

2.1. HQs: para além de gênero, é literatura?

Muito se tem discutido sobre o fato de HQs serem ou não literatura. As opiniões são diversas e os autores não são unânimes. De acordo com Cirne

(2002), HQs não são literatura, mas sim narrativas gráfico-visuais, que têm suas particularidades próprias, a partir do agenciamento de, no mínimo, duas imagens desenhadas que se relacionam. O autor ainda afirma que sua linguagem ampla possibilita a intepretação da mensagem por meio da decodificação da imagem e da escrita de maneira clara, objetiva e lúdica (Cirne, 2002).

Ratificando essa ideia da não literariedade das HQs defendida por Cirne, Vergueiros e Ramos (2009) asseveram que a insistência em considerá-las literatura está no fato de dar a elas um rótulo social e academicamente prestigiado, bem como justificar sua presença nas escolas através da lista do PNBE (Programa Nacional Biblioteca da Escola). Desse modo, além de ter maior alcance, algumas editoras e escritores lucrariam com essa inserção.

Já no caminho oposto do pensamento de Cirne, Vergueiro e Ramos, Cunha (2021), é taxativo e defende que as histórias em quadrinhos podem ser consideradas uma forma de literatura, dada a sua natureza dicotômica verbal e não verbal, na qual a comunicação ocorre tanto por meio de palavras quanto de imagens. Ainda segundo o autor, isso contrasta com a concepção tradicional de "literatura", frequentemente associada apenas a palavras e descrições detalhadas. Ele complementa afirmando que a integração de texto e imagens nas histórias em quadrinhos pode, inclusive, facilitar a compreensão das intenções e emoções das personagens, como demonstrado pelos balões de diálogo.

Eisner (1989) procura um caminho mais diplomático quando afirma que os quadrinhos não são necessariamente literatura, todavia, são um veículo de expressão criativa, uma forma artística e literária que lida com a disposição de figuras ou imagens e palavras para narrar uma história ou dramatizar uma ideia. Na verdade, o autor considera as HQs como uma arte sequencial. De todo modo, o gênero em estudo, dada as suas características multimodais e composicionais, revela-se valioso instrumento pedagógico.

3. A EDUCAÇÃO NO CÁRCERE: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

No Brasil são vedadas penas de caráter perpétuo, conforme dispõe o art. 5º, inciso XLVII, alínea b da Constituição Federal de 1988. Contudo, as pessoas privadas de liberdade, a depender sobretudo do delito que tenham praticado, carregam consigo ad eternum as marcas de sua passagem pelo sistema prisional.

Não adentrando no mérito das motivações e das escolhas que as levaram a transgredir as leis, o fato é que o cometimento de crimes não lhes retira a condição de ser humano, logo, a essas pessoas também devem ser assegurados direitos.

Ancorado nessa concepção garantista de direitos, o Brasil é reconhecido internacionalmente por sua legislação no que tange à política de restrição e privação de liberdade pois se fundamenta em uma perspectiva moderna de execução penal que reconhece os sujeitos apenados como cidadãos e garantidores de direitos (Julião, 2016). Essa inovação legislativa, entretanto, não reverbera na prática como deveria, vez que são inúmeros os obstáculos que dificultam a ressocialização do apenado.

Dentre tantas dificuldades, voltemo-nos para aquelas que se enraízam no chão da escola. Se uma escola regular apresenta desafios e entraves que obstam a promoção de uma educação de qualidade, para o exercício da cidadania, assim como orienta a LDB (BRASIL, 1996), o que esperar de uma escola situada no sistema prisional? Como exemplos, podemos elencar a falta de estrutura, a superlotação, carência de materias, de bibliotecas, formação continuada de profissionais, a inexistência de um currículo que compreenda as especificidades da educação no cárcere, a condição desumana a que a maioria dos presidiários são submetidos.

Não obstante essas e tantas outras dificuldades encontradas, é deveras importante que, mais do que em qualquer outro contexto, a educação nas prisões seja voltada à libertação do sujeito, conforme defendia Paulo Freire, não somente no que compreende ao restabelecimento do seu direito de ir e vir, mas também, e principalmente, na transformação pessoal, “visando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade” (BRASIL, 1984).

Dessa forma, compreendendo o poder transformador da educação, espera-se que a escola do cárcere:

> [...] cumpra as determinações legais ao mesmo tempo em que respeite as características e peculiaridades dos seus sujeitos, constituindo-se realmente em algo que esteja inserido na realidade prisional e que almeje desenvolver, por meio de propostas pedagógicas diferenciadas, as especificidades socioeducativas (Julião, 2016, p. 38).

O respeito às especificidades socioeducativas no contexto prisional é, portanto, um fator preponderante à garantia de qualidade. Mais do que mediar conhecimentos, é essencial o resgate da capacidade de sonhar do estudante

apenado, o que passa pela capacidade de acreditar que um futuro diferente é possível.

As especificidades do contexto prisional de ensino perpassam também o currículo, assim sendo:

> Defendemos que não só a educação nas prisões deverá ter seu conteúdo específico, como cada unidade prisional, que poderá em suas escolas, conforme suas necessidades, elaborar uma "grade" que faça esta sincronia entre um conteúdo básico nacional e um conteúdo próprio, referente ao contexto em que está inserida e as necessidades dos sujeitos ali presentes. Desta forma, apostamos numa diferenciação que promova a igualdade de oportunidades, uma discriminação positiva. Pois de nada adianta investir em programas educacionais nas prisões se estes não garantirem qualidade e uma possibilidade real de reintegração desses sujeitos que ali se encontram – "órfãos da cidade" (Leme, 2007, p. 257).

Esse tratamento curricular diferenciado, justificado pela necessária equidade, que consiste em tratar os iguais como iguais e os desiguais como desiguais na medida de suas desigualdades (Aristóteles, 2013), pode auxiliar na superação dos desafios pelos quais passará o estudante ao sair do sistema prisional.

Acredita-se que as aulas de Língua Portuguesa podem e devem instrumentalizar o estudante apenado a agir nas mais diversas situações do cotidiano, o que requer a vivência de práticas pedagógicas significativas e eficientes. Destarte, o ensino da língua materna ganha ainda mais relevância, já que a sociedade é dinâmica e requer cada vez mais o domínio de competências, o que implica o domínio de níveis cada vez mais aprimorados e diversificados de letramento.

Outrossim, dominar a leitura e a escrita traz benefícios imediatos para os estudantes apenados, conforme esclarece Onofre (2007, p. 21),

> [...] pois não ter essas qualidades implica dependência do companheiro. É com esses conhecimentos que os detentos podem escrever e ler cartas, bilhetes e acompanhar o desenrolar de seus processos criminais, e isso significa ter mais liberdade, autonomia e privacidade, até porque quem não sabe pede, e quem pede, deve. Na prisão até favor é dívida, e dívida é risco de vida, como esclarece Leite (Leite, 1997, p. 77).

Destarte, seja no contexto prisional, seja ao retornar ao convívio em sociedade o uso assertivo da linguagem fará toda a diferença na vida dos sujeitos, ajudando-os a superar, ou pelo menos minimizar, as marcas da sua passagem pelo sistema prisional. Nesse contexto, o trabalho com os gêneros textuais,

sobretudo os que fazem e farão parte do repertório de situações as quais vivenciará o estudante apenado revela-se, indubitavelmente, importante recuso pedagógico.

Educar para a liberdade é, então, um dos maiores desafios do sistema prisional, já que “para os que estão presos, a liberdade é a grande expectativa de vida, objetivo, sonho e motivação maior para sua existência. Tudo gira em torno dela: estudo, trabalho, oração, aceitação das grades” (Onofre, 2007, p. 23), à vista disso, práticas inovadoras e humanizadas, como a proposta nessa pesquisa, revelam-se muito oportunas.

4. O TRABALHO COM HQS NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA NO SISTEMA PRISIONAL DE ENSINO

Considerando o público-alvo dessa pesquisa, apostamos no aspecto lúdico do gênero em estudo e na multimodalidade de sua constituição, bem como na possibilidade de exploração das diversas temáticas possíveis ao gênero. Conforme apontam Koch e Travaglia (1993), as HQs oferecem material riquíssimo pois permitem utilizar os aspectos verbais e não verbais do gênero, associando sempre mais de um elemento que desempenham um papel importante na obtenção de sentidos.

Dentro dessas perspectivas apontadas, acredita-se que o uso do gênero HQs pode instigar os estudantes apenados a produzirem textos verbais, não verbais, bem como auxiliar na leitura e interpretação, já que é preciso interpretar os balões, numa leitura que requer inferências sobre os seus aspectos apresentados e os recursos gráficos quando apresenta sentimentos humanos, variando a apresentação visual dos elementos icônicos. Para Mendonça (2010), a escola precisa incorporar as HQs ao conjunto dos vários objetos de leitura com que trabalha, além disso, precisa reconhecer e utilizar o recurso da quadrinização como ferramenta pedagógica de ensino nos letramentos.

Numa época em que imagem, palavras, sons, layouts se unem, o multiletramento e a multimodalidade presentes nas HQs são uma ferramenta poderosa para o processo de produção, leitura e escrita de textos, sobretudo com estudantes privados de liberdade, os quais enfrentam um universo de

adversidades, e veem na educação uma possibilidade de se manterem atualizados com o que se passa fora da escola, além de lhes possibilitar sonhar com dias melhores. Dessa forma, a educação se torna ponte, rompendo com os muros da escola.

4.1. Uma proposta de trabalho com as HQs no contexto prisional de ensino

Reconhecendo a relevância do trabalho com o gênero HQ no contexto prisional de ensino, propõe-se uma sequência de atividades, que, embora simples, pode contribuir sobremaneira para o desenvolvimento de diversas competências e habilidades. As atividades serão desenvolvidas sempre no intuito de provocá-los a produzirem textos.

A etapa inicial das oficinas tem por intuito vivenciar junto aos estudantes a experiência da leitura, intepretação. Para tanto, em um primeiro momento, pode-se trabalhar o quadrinho, com vistas aos alunos se apropriaram das possibilidades de produção das HQs, seja em grupos ou individual, sempre explorando temáticas que façam parte de seu cotidiano, ou seja, é salutar que os textos apresentados sejam do interesse deles como, por exemplo, o momento de visitas, as condições de vida dentro do sistema, as ocupações que exercem, os momentos de lazer, de conversa com os demais membros do sistema.

É deveras importante que se busque uma parceria junto à gestão da escola e gestão do sistema prisional no sentido de garantir que esses estudantes tenham acesso à rede de computadores do sistema, para que possam explorar toda a diversidade de recursos na leitura e elaboração das HQs, bem como discutir as ferramentas multimodais proporcionadas pelas novas tecnologias durante o desenvolvimento do trabalho.

Com essas atividades, pretende-se explorar os aspectos lúdicos e demais recursos presentes nas HQs como ferramenta de letramento e inserção social. As atividades aqui propostas têm por objetivo, além de incentivar o estudante da EJA prisional a produzir, ler e entender os textos como forma de inserção no mundo, trazer-lhe para o diálogo com o mundo, já que, como aponta Bakhtin, 1997, p.348:

> A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar de um diálogo: interrogar, responder, concordar etc. Neste diálogo o homem participa todo e com toda a sua vida: com os olhos, os lábios, as mãos, a alma, o espírito, com o corpo todo, com as suas ações. Ele se põe todo na palavra, e esta palavra entra no tecido dialógico da existência humana, no simpósio universal. (Bakhtin, 1997, p.348)

E é nesse diálogo que apostamos no sentido de reinserir os sujeitos privados de liberdade num novo mundo, numa nova vida, numa vida em que, como defende Street (2014), a aprendizagem se dá como processo, e que o letramento sirva como prática social. Desse modo, cabe à escola desenvolver o letramento do estudante, ou melhor, os letramentos, dadas as inúmeras possibilidades de interação possíveis no meio social.

Para Street (2014), há outros letramentos diversos daqueles apresentados na escola já que a noção de letramento não está somente associada à escola e a pedagogização do conhecimento. A aprendizagem, assim, se dá como um processo e é função do professor e da escola ampliar as capacidades comunicativas dos alunos, por conseguinte, o papel da escola nessa perspectiva é formar sujeitos capazes de socializar suas vivências, experiências e dividir com outrem aquilo que sabe e aquilo que vai construindo ao longo de suas experiências.

No que tange o trabalho com HQs, deve-se caracterizá-las como gênero de texto, fazendo, inclusive, um apanhado histórico das HQs, tratando de temas que abordavam a sua evolução e até a sua inserção em sala de aula como instrumento de produção artística e educativa. Com os alunos munidos de informações sobre os quadrinhos, propomos a vivência de duas atividades, baseadas em Rama e Vergueiro (2004).

A primeira proposta versa sobre a variação linguística, com o objetivo de demonstrar para o aluno que a língua não é homogênea e que ela pode variar em diferentes aspectos. Para Bagno (2002), nenhuma conquista será possível se a escola se mantiver apegada à inculcação de gramática normativa e da língua padrão como objetivo principal do ensino de língua.

Assim, será demonstrado para os estudantes em situação de privação de liberdade o percurso histórico da língua que falamos, evidenciando as variações ocorridas desde que os portugueses invadiram o Brasil em 1500. Antunes (2007) nos afirma que as línguas são fatos sociais, situados num tempo e num espaço concretos, com funções definidas. Partindo disso, será trabalhada com os

estudantes algumas variações linguísticas, como a denominada regional, que no Brasil é caracterizada com muita força pelo personagem Chico Bento, de Mauricio de Sousa, além da variedade “de grupos”, destacando a variedade utilizada pelos estudantes no contexto prisional.

Em contrapartida, para demonstrar aos educandos um exemplo da variedade padrão, definida como de prestígio e aceita socialmente, pode-se apresentar uma HQ estadunidense (Quarteto Fantástico), efetivamente traduzida para o português brasileiro em sua norma culta, com o objetivo precípuo de mostrar que, apesar de socialmente prestigiada e talvez longe da realidade cotidiana do aluno, ele precisa conhecê-la, apoderar-se para que, como afirmou Bagno (2007), saiba falar, ler e escrever bem, de modo a responder com eficiência aos desafios da vida.

A segunda oficina poderá trabalhar interdisciplinarmente com a disciplina de História. Burke (s.d.) afirmou que um povo que não conhece a sua história está condenado a repeti-la, assim, integrando o uso de HQs para explicar e analisar alguns fatos históricos, fica muito mais lúdico para o estudante o entendimento desse fato, além de levá-lo a produzir sua própria crítica social. Para essa etapa, propomos a utilização de tirinhas de Mafalda, de Quino, uma vez que fazem críticas políticas e sociais contundentes sob uma imagem de aparente ingenuidade (Rama e Vergueiro, 2004).

Questões como desigualdade social, racismo e, principalmente, o governo podem ser debatidos logo após a leitura. Esse momento será destinado, também, para exploração da argumentatividade dos estudantes, já que terão possibilidade de expressarem seus pensamentos, anseios, inquietações e opiniões, respeitando, sobretudo, o turno de fala de cada um e ajudando-os a concatenar as ideias de forma que consigam se impor criticamente como sujeito social.

Por fim, os estudantes serão convidados a produzirem quadrinhos retratando a sua realidade, demonstrando, assim, os conhecimentos que foram construídos durante as oficinas. Dessa forma, posicionando-se como produtores de conhecimento, os estudantes se percebam como sujeitos de direitos e deveres, capazes de agir socialmente, podendo, por conseguinte, modificar a dura realidade na qual estão inseridos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma educação transformadora, voltada à libertação do sujeito, somente será possível quando, além de investimentos em políticas públicas eficazes, houver também o respeito as especificidades daqueles que aprendem, sobretudo no que se refere à educação voltada às pessoas privadas de liberdade.

Assim sendo, diante da realização desse estudo, acredita-se que as aulas de Língua Portuguesa, quando ancoradas nessa visão, podem contribuir para elevação dos letramentos dos sujeitos, auxiliando-os no exercício crítico da cidadania, bem como para a emancipação dos educandos privados de liberdade.

Diante desse contexto, em que pese as limitações desse estudo, já que se tratou de uma revisão de literatura, de natureza propositiva, vislumbramos as potencialidades da exploração do gênero textual histórias em quadrinho em turmas da EJA, situadas no contexto prisional de ensino, uma vez que o trabalho com esse gênero de texto pode contribuir para elevação dos níveis de leitura, escrita e produção de textos dos estudantes.

Destarte, sugere-se que estudos futuros acerca dessa temática devem ser aplicados, visando a elevação da qualidade do ensino no cárcere, de maneira que os estudantes apenados sejam capazes de romper com os limites impostos pelos muros da prisão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA. F. A de. **Arquitetura das histórias em quadrinhos**: vozes e linguagens. Linguagem e ensino, n.1, 2001, p.113-140.

ANTUNES, I. **Lutar com as palavras**: coesão e coerência. São Paulo: Parábola, 2007.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 6. Ed. São Paulo. Martin Claret, 2013.

BAGNO. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola, 2007.

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BAZERMAN, Charles; Dionisio, Angela P, Hoffnagel, Judith. C (org.). **Gêneros textuais, tipificação e interação**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República.

BRASIL. Lei n. 7210, de 11-07-1984: **Lei de Execução Penal. Brasília**, DF: 2005.

BRASIL. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996. BRASIL.

BRASIL. **Levantamento de Informações Penitenciárias**. Secretaria Nacional de Políticas Penais. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/senappen/pt-br/assuntos/noticias/senappen. Acessado em 28 de setembro de 2023.

CIRNE el all. **Literatura em quadrinhos no Brasil**. Acervo Biblioteca Nacional. RJ: Nova Fronteira, 2002.

CUNHA, R. M. **Histórias em quadrinhos**: Muito além do entretenimento Volume I. 1. ed. Viamão: Independente, 2021.

FERREIRA, C. N.; ANDRADE, C. A. B. **O discurso das histórias em quadrinhos**: confluências de linguagens. In: MICHELETTI, G. e ANDRADE, C. A. B. (orgs). Discurso; olhares múltiplos. São Paulo: Andross, 2005.

JULIÃO, E. F.. Escola da ou na Prisão?. **Cadernos CEDES**, v. 36, n. 98, p. 25–42, jan. 2016.

KOCH, I. G. Villaça & TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Texto e Coerência**. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 1993.

LEME. J. A. G. Analisando a “Grade” da “Cela de aula”. In: LOURENÇO. A.S.; ONOFRE, E.M.C., eds. **O espaço da prisão e suas práticas educativas**. Enfoques e perspectivas contemporâneas. [online]. São Carlos.

LEMKE, J.L. **Travels in Hypermodality**. Visual Communication. v. 1, n.3, 2002.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: **Hipertexto e Gêneros Digitais**. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2004.

MARCUSCHI, L. A.: Gêneros textuais: **definição e funcionalidade**. In: DIONÌSIO, Ângela. P, MACHADO, ANNA Rachel (orgs). 2002.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antonio Carlos (Org.). **Hipertexto e gêneros digitais**: novas formas de construção de sentido. 3. ed. São Paulo Cortez, 2012.

MENDONÇA, M. Um gênero quadro a quadro: a história em quadrinhos. In: Dionisio, A. P; Machado, A. R.; Bezerra, M. A. **Gêneros textuais e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

ONOFRE. E.M.C. Escola da prisão: Espaço de construção da identidade do homem aprisionado? In: ONOFRE. E.M.C. **Educação Escolar entre as grades** [online]. São Paulo: EdUFSCar, 2007.

STREET, B.V. **Letramentos sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2014.

VERGUEIRO, W.; RAMA, A. **Como usar os quadrinhos na sala de aula**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

VERGUEIRO. W.; RAMOS, P. **Quadrinhos na educação**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DO CAPÍTULO "A CASA DAS GÊMEAS" NO ESTUDO DAS NARRATIVAS

Hanna Vitória da Silva Paixão
hanna.paixao@upe.br

Klivillin Gutierre França Santos
klivilin.santos@upe.br

Maria Regina da Silva Macêdo Lima
mariaregina.lima@upe.br

RESUMO: Este trabalho aborda o capítulo *A Casa das Gêmeas*, da obra *Laurus* de Clarissa Loureiro, estudado na disciplina Teoria da Literatura II do curso de Letras da UPE. Para graduandos de Letras, estabelecer uma análise segundo elementos e recursos narrativos é fundamental. Considerando isso, foram apontados e analisados diversos aspectos fundamentais na construção da narrativa, permitindo uma compreensão mais profunda da trama e de sua complexidade. Essa atividade teve as seguintes etapas: a) a professora da disciplina trabalhou com a turma assuntos como: o retrato das personagens, as classificações dos personagens, dos narradores e as focalizações, como também a construção de espaço, tempo e anacronias; b) os discentes leram o livro proposto *Laurus;* c) o trabalho foi realizado e enviado para a docente. Como resultado dessa atividade, pode ser citada a aprimoração de como analisar um capítulo e aprofundar o conteúdo proposto em sala. Na disciplina, foi enfatizada a importância de fazer uma análise literária, baseada na teoria da literatura como ferramenta de compreensão de textos literários.

Palavras-chave: Literatura Contemporânea; Romance; Teoria da Literatura**.**

A IMPORTÂNCIA DO REGISTRO DE "MARCA" NO CONTEXTO DO DIREITO EMPRESARIAL: ASPECTOS JURÍDICOS E PRÁTICOS

Júlio César Severo Ribeiro
juliocsr799@gmail.com
Advogado e Bacharel em Direito
Formado pela Faculdade de Petrolina – FACAPE
Pós-graduando em Direito Processual Civil Aplicado na Escola Brasileira de Direito – EBRADI.

Thauany Freire dos Santos Silva
thauanyfss@gmail.com
Advogada e Bacharela em Direito
Formada pela Faculdade de Petrolina – FACAPE
Pós-graduanda em Direito Civil, Empresarial, Processual Civil e LGPD na Faculdade LEGALE.

RESUMO: Marca refere-se a um sinal/signo que visualmente permita identificar e distinguir o produto ou um serviço de uma empresa das demais, seja através de uma palavra, figura e/ou símbolo. Neste sentido, o presente trabalho de pesquisa busca evidenciar a importância do registro de uma marca para o direito empresarial e o mercado de consumo, uma vez que o seu registro no Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI é a única maneira de garantir a proteção legal de uma marca, evitando posteriores copiadores. Principalmente porque o verdadeiro detentor da marca é o único que poderá realizar o seu licenciamento, bem como franqueamento para terceiros, de forma onerosa, como é o caso dos grandes nomes como: MCDonald"s, C&A, Burger King e etc. Portanto, infere-se que o registro de marca também é a garantia de fonte de renda, a qual carece de ser debatida para que se torne um conhecimento de todos. Quanto a metodologia aplicada, esta é uma Pesquisa Descritiva e Bibliográfica, realizada precipuamente na área do Direito Empresarial, visando a proteção da propriedade intelectual.

Palavras-chaves: Marca; Registro; Direito Empresarial; Propriedade Intelectual.

A JUSTIÇA SEGUNDO ‘A REPÚBLICA’ DE PLATÃO

Cassiana de Amorim Martins
cassiana.martins.24549@aluno.facape.br
Bacharelando em Direito
FACAPE-Faculdade de Petrolina

RESUMO: A justiça retratada no livro A república, do filósofo grego Platão, é uma virtude primordial que um homem deve ter para governar um Estado idealizado por Sócrates e Platão. Os dois filósofos fazem um diálogo traçando um paralelo entre outros governos como a aristocracia, a oligarquia, a democracia e a ditadura. É evidente o interesse no discurso de Sócrates em convencer Glauco (Platão ?) que o homem ideal para governar esse novo Estado teria que agir com a verdade e, consequentemente, praticaria a justiça. Essa é colocada a prova em situações que cada ser humano passa, ou seja, um homem justo ou injusto depende muito da oportunidade que lhe é dada, a exemplo do anel de Giges que o fez ganhar o poder de rei e ainda conquistou o coração da rainha com a sua ‘ invisibilidade’. Ou até mesmo o homem que viveu anos em uma caverna e resolve analisar os fatos fora da caverna e observa que o mundo inteligível é bem melhor que o visível. Dessa forma, o homem mais preparado para assumir esse Estado seria o filósofo que reúne as quatro virtudes: ciência, coragem, temperança e justiça. E assim, o real e o desejado se unem ao passado e ao presente formando novas ou velhas formas de fazer justiça.

Palavras-Chave: Estado. Idealizado. Justiça. Giges. Caverna.

A NARRATIVA BREVE DE MIA COUTO COMO INCENTIVO À LEITURA E REFLEXÕES SOBRE REALIDADES DIFÍCEIS

Perla Araújo dos Santos
perla.araújos@gmail.com
Professora Efetiva da SEC-BA
Mestra em Estudos Literários pela UFPE
Aluna especial de doutorado pela UFMS

RESUMO: Este trabalho apresenta atividades de incentivo à leitura, aplicadas em sala de aula nos últimos anos, por meio da prosa poética do escritor moçambicano Mia Couto, que encanta e, ao mesmo tempo, desperta reflexões importantes sobre realidades, muitas vezes, difíceis. Os contos apresentados integram as obras *Vozes anoitecidas* e *Contos do nascer da Terra* e foram analisados com o intuito de disponibilizar aportes teóricos e metodológicos que possam orientar o trabalho docente, visto que, muitos professores de letras não tiveram acesso a disciplinas voltadas para as literaturas africanas de língua portuguesa durante a graduação. A busca por esse conhecimento é urgente, pois faz parte das exigências da Lei 10.639/03[44], que altera a LDB[45] e torna obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana nas escolas. Os estudos de Francisco Noa (2015/2018), Ana Mafalda Leite (2020), Rita Chaves (2006), dentre outros, irão conduzir nossa análise para que tais textos sejam trabalhados em sala de aula com qualidade merecida, disponibilizando para nossos estudantes o acesso a outras versões da história e das culturas africanas, que, por muito tempo, nos foram contadas de modo superficial e pejorativo.

Palavras-chave: Incentivo à leitura. Contos moçambicanos. Mia Couto.

[44] Alterada pela Lei 11.645/08 para incluir também a história e cultura do povo indígena.
[45] Lei de diretrizes e bases da educação nacional.

CURTA O ECA

Geraldine Cavalcanti Lins
geraldine.lins@prof.facape.br
Professora auxiliar de Direito da Faculdade de Petrolina – Facape
Especialista em Direito Processual Civil pela Faculdade de Petrolina - Facape e em Ensino Superior e outras Tecnologias pela Universidade do Vale do São Francisco – Univasf
Bacharelanda em Psicologia pela Universidade Maurício de Nassau em Petrolina – Uninassau

RESUMO: Introdução: Para manejar a situação do adolescente em conflito com a lei, o Estatuto da Criança e do Adolescente disciplinou as medidas socioeducativas, cujo intuito é, precipuamente, (re)educá-lo e (res)socializá-lo em seu meio social. Desta forma, a fim de permitir aos alunos de Direito da Facape, matriculados na disciplina Direito da Criança e do Adolescente, a compreensão sobre o tema, o projeto Curta o Eca é aplicado na II Unidade daquela disciplina, com a proposta de direcionar os discentes aos órgãos públicos atuantes e, com isso, atender ao tripé ensino, pesquisa e extensão, pilares do ensino superior. **Metodologia:** utiliza-se da pesquisa de levantamento de dados, em que, através de sorteio, grupos de alunos são direcionados a elaborar documentário, através da entrevista de um dos atores responsáveis pela aplicação de uma das medidas socioeducativas em Petrolina ou em Juazeiro. **Resultados esperados:** despertar no aluno a criticidade a respeito das medidas socioeducativas; apurar o senso de organização, de catalogação e de investigação científica, bem como fomentar o trabalho em grupo.

Palavras chaves: Estatuto da Criança e do Adolescente. Medidas socioeducativas. Documentário.

DIÁLOGO COMPETITIVO: UMA ANÁLISE ACERCA DA MODALIDADE DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES FRENTE AOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS

Maryanna Luyza Quixaba Alves
maryannaluyza@hotmail.com
Bacharela em Direito pela Faculdade de Petrolina-FACAPE

Laíse Nunes Mariz Leça
Advogada. Mestre em Direito das Relações Sociais na Contemporaneidade pela Universidade Federal da Bahia - UFBA.
Professora assistente da Faculdade de Petrolina - FACAPE.

RESUMO: O trabalho trata do Diálogo Competitivo como modalidade de licitação prevista na Lei nº 14.133/2021. A escolha do tema se justifica pela novidade que representa no nosso ordenamento jurídico, atraindo a necessidade de explorar as repercussões da utilização do método pela Administração Pública, suas vantagens e os desafios à implementação. No trabalho, examinamos as implicações da modalidade, analisando sua relação com os princípios de competitividade, razoabilidade e interesse público; as hipóteses de aplicabilidade; descrição das etapas; benefícios e desafios à implementação do Diálogo Competitivo. A pesquisa classifica-se como qualitativa, exploratória, monográfica e baseada em documentação indireta (pesquisa bibliográfica). Concluímos que o Diálogo Competitivo tem capacidade de promover inovação e eficiência na contratação pública, mas sua implantação enfrentará desafios como transparência, regulamentação complexa, possíveis atrasos no processo de aquisição, dificuldades na avaliação das propostas, custos adicionais e a necessidade de expertise adequada por parte da entidade contratante.

Palavras-chave: Diálogo Competitivo. Nova Lei de Licitações. Competitividade. Razoabilidade. Interesse Público.

DIREITOS HUMANOS: AS MEDIDAS SOCIOASSISTENCIAIS PARA MENINAS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL NO CONTEXTO DE PETROLINA-PE EM 2022

Maryanna Luyza Quixaba Alves
maryannaluyza@hotmail.com
Bacharela em Direito Faculdade de Petrolina-FACAPE

RESUMO: Este estudo investiga as medidas de apoio social disponíveis para crianças e adolescentes que foram vítimas de abuso sexual e atualmente utilizam serviços de proteção social. Também destaca a importância dessas práticas, com base em relatórios e dados institucionais. Além disso, o estudo coletou informações sobre os direitos garantidos pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e pela Constituição Federal em situações de acolhimento. O estudo explora o histórico do acolhimento de vítimas de abuso sexual no Brasil, buscando contribuir para a compreensão do sistema de acolhimento no país e em Petrolina-PE, bem como seu relacionamento com os Direitos e Garantias Fundamentais. O texto também aborda como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) possibilita a implementação das políticas de acolhimento e como o empoderamento feminino ajuda na reintegração dessas vítimas.

Palavras-chave: Proteção social. Direitos e Garantias fundamentais. Políticas públicas.

EDUCAÇÃO FISCAL, CONSENTIMENTO AO TRIBUTO E CIDADANIA

Lívio Augusto de Carvalho Santos
liviosantosadvocacia@gmail.com
Doutorando em Direito
Universidade de Marília – UNIMAR

Manuela Saker Morais
manusakermg@gmail.com
Mestra em Direito
Universidade de Marília – UNIMAR

RESUMO: Introdução: O tributo é a principal fonte de receita do Estado, sendo indispensável para a manutenção da sua estrutura e para a execução das suas atribuições constitucionais. Ocorre, que o cidadão somente paga o tributo em razão de sua compulsoriedade, não tendo interesse e/ou vontade em fazê-lo, acarretando o aumento de práticas ilícitas para redução ou não pagamento do tributo. Desta maneira, o consentimento ao tributo influencia diretamente na arrecadação. **Problema de pesquisa:** Neste contexto, surge o seguinte problema de pesquisa: Como a educação fiscal contribui para a mudança no comportamento do cidadão estimulando a exercer a cidadania, mais especificamente a cidadania fiscal? **Objetivo:** O objetivo do presente trabalho é identificar a relação entre a educação fiscal, a mudança no comportamento do cidadão quanto ao consentimento ao tributo e o exercício da cidadania. **Metodologia:** A pesquisa desenvolvida foi qualitativa do tipo documental bibliográfica, o método de abordagem escolhido foi o dedutivo e como método de procedimento o método monográfico. **Resultados Alcançados**: os resultados alcançados foram que a educação fiscal é necessária para mudar o comportamento do cidadão, considerando que o ponto de partida da educação fiscal é o esclarecimento ao cidadão do que é tributo, quais são as espécies de tributo e a importância dos mesmos, sendo fundamental para conscientizar o cidadão de que o mesmo deve contribuir para a melhoria da comunidade que está inserido. Assim, a educação fiscal contribui para o consentimento ao tributo e consequentemente a mudança no comportamento do cidadão que passa a ter sentimento de pertencimento à comunidade e interesse em contribuir para fazer face aos gastos públicos realizados pelo Estado nas suas atividades, incluindo-se nestes os custos para a prestação de serviços públicos e na realização de melhorias para a comunidade. Portanto, a educação fiscal é fundamental para a concretização da cidadania, uma vez que conscientiza os cidadãos da importância de pagar os tributos, modificando a postura dos cidadãos na participação dos gastos públicos.

Palavras-chave: Consentimento; Educação Fiscal; Cidadania.

FAKE NEWS E PROPRIEDADE INTELECTUAL: UMA ANÁLISE DA INTERSEÇÃO ENTRE A DISSEMINAÇÃO DE NOTÍCIAS FALSAS NAS ELEIÇÕES E AS QUESTÕES DE DIREITOS AUTORAIS E MARCAS REGISTRADAS

Júlio César Severo Ribeiro
juliocsr799@gmail.com
Advogado e Bacharel em Direito
Formado pela Faculdade de Petrolina – FACAPE
Pós-graduando em Direito Processual Civil Aplicado na
Escola Brasileira de Direito – EBRADI.

RESUMO: O presente artigo investiga a complexa interação entre a disseminação de notícias falsas durante o período eleitoral e as implicações para a propriedade intelectual, com foco em direitos autorais e marcas registradas. Examina-se o uso não autorizado de conteúdo protegido por direitos autorais em campanhas políticas, considerando os limites do conceito de "uso justo". Além disso, são avaliadas as implicações da disseminação de notícias falsas na reputação de marcas registradas associadas a partidos políticos e candidatos. O estudo baseia-se em análises de casos representativos e jurisprudências relevantes, oferecendo recomendações para uma abordagem equitativa que balanceie a proteção da propriedade intelectual com a importância da liberdade de expressão e participação democrática.

Palavras-Chave: Fake News. Propriedade Intelectual. Direitos Autorais. Marcas Registradas. Eleições.

LAÇOS FRÁGEIS: ANALISANDO A FRAGILIDADE DOS LAÇOS HUMANOS

Danilia Rocha do Nascimento
danilia.nascimento@upe.br
Licenciatura em Letras Português e Espanhol Universidade de Pernambuco-UPE

Geiza Eliane Silva do Amor divino
geiza.divino@upe.br
Licenciatura em Letras Português e Espanhol Universidade de Pernambuco-UPE

Helena Lorrane Santos Rodrigues
helena.lorrane@upe.br
Licenciatura em Letras Português e Espanhol Universidade de Pernambuco-UPE

Izabela Souza Gomes
izabela.gomes@upe.br
Licenciatura em Letras Português e Inglês Universidade de Pernambuco-UPE

Maria Eduarda Coelho Rodrigues
eduarda.coelho@upe.br
Licenciatura em Letras Português e Espanhol Universidade de Pernambuco-UPE

Talita dos Santos Silva
talita.santossilva@upe.br
Licenciatura em Letras Português e Espanhol Universidade de Pernambuco-UPE

RESUMO: Os seres humanos são seres gregários, vivem em grupos, o que os possibilita estabelecer vínculos, mas muitas vezes esses vínculos não duram muito e são descartáveis. Considerando isso, foi desenvolvido na disciplina de Fundamentos Sociológicos da Educação um trabalho de elaboração de um plano de Aula. Para a elaboração do plano escolheu-se o poema “Amor é Fogo Que Arde sem se Ver”, de Luis de Camões, e o livro “Amor Líquido – Sobre a fragilidade dos Laços Humanos”, de Zygmunt Bauman. Foi possível desenvolver, por meio deste plano de aula, o processo de leitura, compreensão e interpretação textual; discutir sobre o gênero textual “Poema” e a figura de linguagem “Metáfora”, sempre relacionando o poema de Camões com o livro de Bauman. Além disso, foi possível analisar as duas visões/metáforas sobre o amor expostas pelos autores mencionados acima: Camões traz uma visão de amor mais idealizada, expressa pelo “fogo”, enquanto Bauman, traz uma perspectiva de um “amor líquido”, descartável, volátil e frágil. Esse trabalho na disciplina demostrou que é possível utilizar-se das figuras de linguagem e dos textos literários para entendermos e refletirmos sobre a sociedade que vivemos.

Palavras-Chave: Fragilidade dos laços. Amor líquido. Metáforas. Sociedade Moderna.

LITERATURA VISUAL: ARTEFATO DECOLONIZADOR DA SURDEZ

Silvânia Saldanha da Silva
silvania.saldanha@ufvjm.edu.br
Doutoranda dos estudos literários Universidade Federal do Mato Grosso do Sul/UFMS
Licenciada em Letras Libras Instituto Federal do Norte de Minas Gerais –IFNMG
Licenciado em Educação Especial Universidade Federal de São Carlos-UFSCAR

RESUMO: **Introdução:** A literatura surda ou literatura visual é um elemento da cultura surda que favorece o reconhecimento da pessoa surda como detentora de sua própria identidade e lhe proporciona equidade no processo inclusivo em detrimento à segregação. A surdez na visão sócio – antropológica, é definida pelos surdos como condição natural e cultural, que diz respeito às experiências e às identidades surdas, visuais (Sá 2010), ressaltando -lhes suas potencialidades e não as suas limitações ou barreiras. **Metodologia:** Este estudo teve como objetivo avaliar hipoteticamente se as produções culturais surdas (criações/adaptações/traduções) produzidas por um centro de capacitação de Profissionais de educação e Atendimento às pessoas com surdez (CAS) M.G no ano de 2022 entre os meses de maio à novembro, utilizadas no processo de ensino às crianças surdas, por meio do núcleo de convivência, se são metodologias que favorecem a aquisição da língua materna e se os artefatos literários são formas de decolonizar o corpo surdo. Para avaliar a promoção da aquisição de uma língua materna, pelas crianças surdas, foi utilizado o método da observação e acompanhamento pedagógico do desenvolvimento destes apontados em registros e consolidado com a equipe pedagógica formada pelos professores surdos e ouvinte bilíngue, Supervisora e professora coordenadora do projeto. Os dados do desenvolvimento e a percepção de aquisição da língua materna foram coletados e registrados durante as produções literárias que permeavam entre contos, fábulas, contação de histórias, palestras educativas relacionadas a higiene bucal e aula de matemática através de contos adaptados, valendo-se da literatura visual. **Resultados:** Os resultados revelaram que as crianças surdas, 99% delas oriundas de famílias ouvintes e que não tinha contato com a LIBRAS, obtiveram um resultado significativo. Aprenderam sinais básicos e foram apropriando dos sinais específicos de cada artefato cultural na medida em que ia sendo apresentado e incorporado os sinais mais específicos. 98% delas chegaram ao centro sem nenhuma língua adquirida e que durante o processo iniciou a alfabetização em LIBRAS e pequenos registros em língua portuguesa escrita foi possível realizar. As crianças atendidas, não são do mesmo nível de escolaridade, com idades entre 10 à 16 anos, uma do sexo masculino e três do sexo feminino, todas moradoras em distritos, zona rural, não usam implante

coclear e frequentam este espaço uma vez por semana pela manhã e no período da tarde, atendidas por 3 professores surdos e uma professora ouvinte Bilíngue. Foi observado, como metodologia de avaliação da aprendizagem que apenas uma criança ainda não conseguiu realizar as soletrações manuais dos sinais apresentados, realizar os registros em língua portuguesa escrita e nem reproduzir nas interações finais (em LIBRAS) os itens léxicas utilizados como elementos para a apropriação do sentido e composição do contexto de cada enredo ou produções literárias que foi analisado, para a apropriação da língua materna, mas revelou que nas interações visuais, todas as crianças surdas participavam ativamente e obtiveram maior liberdade para se expressar de forma gesto-visual, ou seja na sua própria língua de forma decolonial.

Palavras-Chave: Literatura Visual. Decolonial. Surdez. Língua Materna

LIXO ELETRÔNICO: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR NO ENSINO DE CIÊNCIAS

Clarindo André da Silva Júnior
Graduado em Licenciatura em Ciências Biológicas
Universidade de Pernambuco-UPE (Campus Petrolina)
clarindo.andre@upe.br

Liliane Noemia Torres de Melo Carvalho
Docente do Colegiado de Licenciatura em Ciências Biológicas
Universidade de Pernambuco-UPE (Campus Petrolina)
liliane.melo@upe.br

RESUMO: O progresso tecnológico, aliado a obsolescência programada dos produtos eletrônicos têm acarretado um aumento considerável na produção destes dispositivos, aos quais nem sempre tem um destino final ecologicamente adequado. Diante disso, foi realizado um projeto de intervenção, durante aulas de ciências, no qual foi possível tratar do assunto de forma dinâmica e construtiva. Essa atividade teve como objetivo abordar o problema do lixo eletrônico trabalhando metodologias ativas em sala de aula. Para isso, foi realizada uma oficina intitulada de Lixo Eletrônico: repense, reduza, recicle, reutilize e recuse, a qual foi desenvolvida em dois momentos. No primeiro, chamado de Refletir e Imaginar, aconteceu uma roda de conversa sobre os impactos do lixo eletrônico e possíveis soluções. O segundo, chamado de Criar e Compartilhar, consistiu na realização de uma gincana, em equipes os discentes puderam responder a quizzes, desenvolver postagens nas redes sociais e ainda confeccionar cartazes sobre o assunto. A atividade realizada mostrou que trabalhar esse tema no âmbito escolar estimula mudanças de atitudes e um pensar crítico que é de grande relevância principalmente para os adolescentes que estão imersos no mundo da tecnologia.

Palavras-chaves: Lixo Eletrônico. Ensino. Sustentabilidade. Meio Ambiente.

OS PROCESSOS DE SEPARAÇÃO DE MISTURAS: UMA PROPOSTA EDUCATIVA COM ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Clarindo André da Silva Júnior
Graduado em Licenciatura em Ciências Biológicas
Universidade de Pernambuco-UPE (Campus Petrolina)
clarindo.andre@upe.br

Liliane Noemia Torres de Melo Carvalho
Docente do Colegiado de Licenciatura em Ciências Biológicas
Universidade de Pernambuco-UPE (Campus Petrolina)
liliane.melo@upe.br

RESUMO: A maior parte dos elementos presentes na natureza não são encontrados em sua forma pura, sendo assim, são utilizados diferentes processos que promovem a separação das misturas para que se extraia o material de interesse. Atrelar essa temática a realidade dos estudantes é de grande valia, pois além de estimular a educação cientifica permite que o discente compreenda a complexidade da natureza. Em vista disso, foi realizada uma oficina com 36 alunos do Ensino Fundamental II, durante aulas de ciências. A atividade intitulada de As misturas do nosso dia a dia, teve como objetivo compreender os processos de separação de misturas bem como sua relação com o cotidiano. As ações seguiram as seguintes etapas: a) debate e problematização do conteúdo a partir da realização de uma roda de conversa; b) execução de uma gincana, através destas ações, foi possível trabalhar o tema de forma dinamizada e ainda instigar os educandos a delinearem soluções para os problemas ambientais utilizando o que foi assimilado sobre o assunto. Por fim, os educandos perceberam a aplicabilidade da temática, tornando nítida a importância de levar em consideração a vivência do estudante na construção do conhecimento.

Palavras-Chave: Misturas. Meio Ambiente. Ensino Fundamental. Aprendizagem.

PATENTE: UMA ANÁLISE DO PINCEL TRIANGULAR DE MAQUIAGEM DAS MARCAS MARI MARIA MAKEUP E KYLIE JENNER COSMETICS

Thauany Freire dos Santos Silva
thauanyfss@gmail.com
Advogada e Bacharela em Direito Faculdade de Petrolina – FACAPE
Pós-graduanda em Direito Civil, Empresarial, Processual Civil e LGPD
Faculdade LEGALE.

RESUMO: A patente, enquanto direito de propriedade industrial e intelectual, tem o propósito de resguardar inovações ou melhorias tecnológicas. Sendo um título conferido pelo Estado que outorga ao titular a exclusividade sobre a invenção ou aprimoramento tecnológico por um período determinado, constituindo um monopólio temporário que habilita o titular a restringir terceiros de fabricar, usar e/ou comercializar o objeto patenteado. Neste contexto, este estudo empreende uma análise jurídica da patente do pincel triangular das marcas Mari Maria Makeup e Kylie Jenner Cosmetics. O exame se justifica pela notoriedade alcançada na esfera das redes sociais, dado que ambas as marcas pertencem a influenciadoras digitais e a semelhança entre os pincéis gerou desconforto entre os seus seguidores. Vale ressaltar que a presente pesquisa adotará uma abordagem metodológica descritiva, bibliográfica e exploratória.

Palavras-chaves: Patente; Pincel Triangular; Mari Maria Makeup; e Kylie Jenner Cosmetics.

SHAKESPEARE NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DE LÍNGUA INGLESA PARA O ENSINO MÉDIO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ana Júlia Gomes de Lima
anajulia.lima@upe.br
Graduada em Letras – Português e Inglês
Universidade de Pernambuco – UPE

RESUMO: É possível perceber em aulas de Língua Inglesa do ensino básico da rede pública uma considerável desmotivação dos estudantes com os métodos utilizados em sala, os quais se resumem ao ensino de normas gramaticais e tradução. Diante disso, objetiva-se relatar uma experiência vivenciada em um projeto de intervenção aplicado em 4 turmas de 2º ano do Ensino Médio da rede pública estadual da Bahia, como atividade avaliativa da disciplina de Estágio Supervisionado em Língua Inglesa II. O projeto foi dividido em 7 etapas, com atividades presenciais e não presenciais. As primeiras etapas foram destinadas à técnicas de interpretação de texto em inglês com obras de Shakespeare, depois, partiu-se para o aprofundamento da obra Romeo and Juliet com dinâmicas de exibição de vídeos, conversação, confecção de um mural e ida ao teatro. Constatou-se, então, que ao apresentar o vocabulário de obras literárias específicas e promover um ensino interdisciplinar entre inglês e literatura, utilizando as 4 habilidades da língua, houve um crescimento no engajamento dos alunos, na segurança para usar o inglês e no interesse pela leitura. Assim, conclui-se que existe um caráter agregador ao ensino de Língua Inglesa quando atrelado à literatura, visto que não apenas é possível apreender aspectos mecânicos da linguagem, mas a dimensão humana e cultural que nela se expressa.

Palavras-chave: Língua Inglesa. Shakespeare. Ensino. Projeto de intervenção. Estágio.

EXTENSÃO

A CONTRIBUIÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA A APLICAÇÃO DOS REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS

Lívio Augusto de Carvalho Santos
liviosantosadvocacia@gmail.com
Doutorando em Direito
Universidade de Marília – UNIMAR

Manuela Saker Morais
manusakermg@gmail.com
Mestra em Direito
Universidade de Marília – UNIMAR

RESUMO: **Introdução:** O ordenamento jurídico brasileiro estabelece remédios constitucionais, tais como o direito de petição, o direito a obtenção de certidões, a ação popular, o mandado de segurança, e o mandado de injunção, que são fundamentais para a sociedade, tendo em vista que além de garantirem direitos dos cidadãos permitem que a sociedade participe e controle das decisões do Estado. Entretanto, nem todo advogado está capacitado para manejar tais mecanismos, sendo que principal causa para essa deficiência é a metodologia utilizada na formação deste profissional. **Problema de pesquisa:** Neste contexto, surge o seguinte problema de pesquisa: Como a extensão universitária pode contribuir para o ensino jurídico, mais especificamente dos remédios constitucionais? **Objetivo:** Portanto, o objetivo do presente trabalho é verificar a contribuição da extensão universitária para o ensino jurídico dos remédios constitucionais acarretando a formação de profissionais capacitados para aplicá-los na prática. **Metodologia:** A pesquisa desenvolvida foi qualitativa do tipo documental bibliográfica, o método de abordagem escolhido foi o dedutivo e como método de procedimento o método monográfico. **Resultados Alcançados**: os resultados alcançados foram que a extensão universitária permite uma maior interação dos alunos com a sociedade, vivenciando os problemas o que contribuindo para a observação dos fatos sob outra perspectiva. Desta forma, a vivência experimentada pelos alunos na extensão universitária permite a identificação precisa dos problemas sociais, da solução mais eficiente para os referidos problemas, bem como os instrumentos processuais adequados para concretizar estas soluções.

Palavras-chave: Ensino jurídico; Extensão Universitária; Remédios constitucionais.

AÇÕES CONSCIENTES: INSTALAÇÃO DE PONTOS DE COLETA DE PILHAS E BATERIAS EM UM PRÉDIO EMPRESARIAL, NA CIDADE DE PETROLINA

Iarlley Islander Silva Sousa
iislandersousa@gmail.com
Bacharelando em Direito
Faculdade de Petrolina - FACAPE

Leonardo Pereira Ribeiro Vital de Siqueira
leo_ribeiro12@hotmail.com
Mestre em Ciências e Tecnologia Ambiental
Universidade de Pernambuco – UPE

RESUMO: As ações conscientes deste trabalho fazem parte da iniciativa inspirada na Agenda 2030, desenvolvida na Assembleia Geral das Nações Unidas, tal plano de ações desta agenda abrange temas sobre a conscientização ambiental, mudança de hábitos e mentalidade acerca do uso dos recursos naturais renováveis e não renováveis, coleta de lixo, reflorestamento e desenvolvimento sustentável. Considerando isso, foi desenvolvida uma atividade de extensão, onde foi aplicado o conhecimento do direito ambiental ligado ao campo da Biologia, o projeto foi incentivado e coordenado pela equipe da empresa "Autenticidade Jurídica". Essa atividade comporta as seguintes etapas: a) Conversa e conscientização dos associados/locadores do Empresarial Francisco Dantas, com auxílio da Administradora do Empreendimento; b) Disponibilização de dois pontos de coleta de baterias e pilhas, devidamente sinalizados na cor laranja; c) Transporte de pilhas e baterias para o descarte adequado; d) Entrega de Certificado de Empresa Adepta a Ações Conscientes. Esse trabalho vem sendo desenvolvido desde o período de outubro de 2023 e tem como público beneficiado diretamente os associados do Empresarial Francisco Dantas e seus clientes, e beneficiários de forma indireta a sociedade petrolinense. Como resultado dessa atividade, podem ser citados: 1- Coleta de Lixo Responsável e envio do material coletado para a reciclagem 2- Engajamento dos associados do Empresarial Francisco Dantas e Certificação de Ações Conscientes. Conclusão: O projeto teve uma boa aceitação por parte das pessoas, onde as mesmas se sentiram melhores por poderem contribuir com questões ligadas à área ambiental.

Palavras-Chave: Leis Ambientais; Reciclagem; Empresa; Meio Ambiente.

ASSISTÊNCIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA – AJU

Jonathan Araujo de Carvalho
Bacharelando em direito

Esther Siqueira Nery
Bacharelando em direito

Edson Jorge Pacheco
Doutorando

RESUMO: A iniciativa do projeto AJU surgiu com o objetivo de instruir grupos sociais mais vulneráveis a conhecerem seus direitos e deveres, viabilizando o acesso ao conhecimento de direitos básicos e à justiça. Considerando isso, foi desenvolvido esse projeto de extensão AJU, a qual faz parte do projeto, evento de extensão I MIEPE, O Projeto de Extensão 'Assistência Jurídica Universitária (AJU)', foi fundado pela egressa da Facape, Geovanna Requião Costa, e coordenado pelos professores Edson Jorge Pacheco e Isadora Moura Fé Cavalcanti Coelho, a qual está beneficiando toda a polução desde 2019.O projeto visa instruir determinados grupos sociais a conhecerem seus direitos e deveres de cidadãos, através da produção de conteúdo jurídico (lives, posts ,vídeos, palestras e publicações de artigos científicos) de linguagem inclusiva, simples e de fácil entendimento Conclusão: esse projeto de extensão demonstrou que com a crescente consolidação da assistência jurídica a AJU seja cada vez mais reconhecido, prestando uma assistência efetiva e ampla à comunidade, sobre benefício básicos, visado a instruir a população a reconhecer seus direitos e deveres de cidadãos.

Palavras-chave: Direitos básicos. Assistência Jurídica. Direito.

CURSO DE EXTENSÃO: INTRODUÇÃO À JUSTIÇA RESTAURATIVA

Fabiana Aldaci Lanke
fabiana.lanke@edu.unirio.br
Mestra em Direito e Políticas Públicas
Integra o Grupo de Pesquisa “Democracia, Paz e Direitos Humanos”
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

RESUMO: O Conselho Nacional de Justiça instituiu a Política Nacional de Justiça Restaurativa em 2016, com vistas ao acesso à Justiça, a conscientização e a responsabilização dos envolvidos em conflitos, a reparação de danos e cuidado com os ofendidos. À luz da legislação e dos Direitos Humanos, realizou-se o Curso de Extensão: “Introdução à Justiça Restaurativa” orientado pelo Prof. Dr. Benedito Adeodato, vinculado ao Centro de Ciências Jurídicas e Políticas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. **Metodologia:** Foram cinco encontros, *on-line*, entre os dias 13 e 27 de outubro de 2020, com temas como: fundamentos da Justiça Restaurativa; Comunicação Não-Violenta e Processos Circulares. Ofertaram-se vinte vagas, e se aplicou avaliação com perguntas abertas, que gerou as sugestões agrupadas por proximidade: I) ampliação da carga horária, II) novos cursos sobre abordagem de conflitos, III) vivência de círculos de construção de paz. **Conclusão:** A sociedade vem buscando aprender a manejar conflitos e prevenir violências, dadas as manifestações da atualidade, que exigem políticas públicas consolidadas pela participação social.

Palavras-Chave: Justiça Restaurativa. Direitos Humanos. Políticas Públicas.

O ENSINO DE DIREITO CONSTITUCIONAL PARA ALUNOS DA FACULDADE DA TERCEIRA IDADE-FATI

Iarlley Islander Silva Sousa[46]
Thereza Christina da Cunha Lima Gama[47]
Francielle Franciolli Gregório da Silva[48]
Márcia Cristina Andrade da Silva Netto[49]

RESUMO: As aulas de Direito Constitucional são de extrema relevância para os estudantes do curso de direito. Sendo assim, a extensão dos conceitos de organização do estado e funções dos poderes são parte fundamental do ensino de direito no curso de introdução aos estudos de direito para a terceira idade. Ensinar esses conhecimentos para idosos é de suma importância para o conhecimento e, para além disso, para ensiná-los e conscientizá-los no momento de proferir opiniões ou até mesmo seu voto, que nessa idade, não é mais obrigatório apesar de reforçar a cidadania. Considerando isso, foi desenvolvida a atividade de extensão de ministrar aulas sobre direito, a qual faz parte do programa Faculdade Aberta da Terceira Idade - FATI, organizado pela Faculdade de Petrolina em conjunto com a Universidade de Pernambuco - Campus Petrolina, e coordenado pela professora doutora Thereza Christina da Cunha Lima Gama. Essa atividade teve as seguintes etapas: Seleção de monitores do curso de direito da Facape; Reuniões de alinhamento, planejamento e instrução do Semestre; Marcação das Aulas com o público alvo beneficiário; Aulas ministradas presencialmente no campus da Faculdade de Petrolina. Esse trabalho vem sendo desenvolvido desde o período de 2012 até os dias atuais e teve como público beneficiado as pessoas idosas - aquelas com 50 anos ou mais. Como resultado dessa atividade, podem ser citados os seguintes resultados: Ensino de direito e difusão de conhecimento para a comunidade externa; Conhecimento para a população idosa emitir opiniões e votar conscientemente tendo convicção do voto com base nos conhecimentos dos direitos e garantias fundamentais. Conclusão: esse trabalho nesse programa de extensão demonstrou que com o estímulo necessário e o ensino inclusivo é possível debater o conhecimento em direito para toda a população brasileiro com o enfoque na população idosa que entra na parcela vulnerável pelos preconceitos em torno da idade.

Palavras-chave: Terceira Idade; Ensino; Educação; Conhecimento.

[46] iislandersousa@gmail.com, Bacharelando em Direito, Faculdade de Petrolina-FACAPE
[47] thereza.lima@upe.br, Bacharel em Direito, Faculdade de Petrolina-FACAPE
[48] Francielle.silva.22338@aluno.facape.br, Bacharelanda em Direito, Faculdade de Petrolina-FACAPE
[49] marciacnetto@hotmail.com, Bacharelanda em Direito, Faculdade de Petrolina - FACAPE

TENDÊNCIA RENOVADA NÃO DIRETIVA

Carlos Henrique Santana de Carvalho
carlos.santanacarvalho@upe.br
Licenciando em Letras Português e Inglês
Universidade Estadual de Pernambuco – UPE

RESUMO: **Introdução:** Esse trabalho se trata de um seminário que foi realizado no 3º período da graduação na disciplina de didática, com o tema "Tendência Renovada Não Diretiva" que tem como objetivo formar os valores, promover o amadurecimento emocional e a autonomia da realização pessoal. Essa tendência é uma abordagem na educação e na psicologia que enfatiza a importância de permitir maior autonomia e liberdade aos indivíduos, em contraste com métodos tradicionais mais autoritários ou diretivos. Essa abordagem se baseia em princípios como a autodireção, a autorregulação e a aprendizagem ativa. **Metodologia:** O seminário foi dividido em quatro partes, o papel da escola, conteúdos de ensino, métodos de ensino e relacionamento professor e aluno especificando a estação da leitura proposta pela ementa da disciplina, para a finalização do trabalho foi proposto uma pequena brincadeira de perguntas e respostas relacionado ao tema apresentado. **Objetivo:** Este trabalho estava relacionado a como colocar em prática essa tendência no âmbito da educação, e mostrava que as aulas seriam de acordo como se o aluno estivesse realizando uma sessão de terapia, focado nas emoções e experiências dos alunos. **Fundamentação Teórica:** O teórico e psicólogo americano Carl Rogers, foi um grande defensor da tendência renovada não diretiva, pois ela fala "Sinto-me feliz por simplesmente ser eu mesmo e deixar os outros serem eles mesmos". Mostrando que com esse método o papel da escola é desenvolver o auto desenvolvimento no aluno, aceitando a pessoa do jeito que ela é. **Resultados:** Após o trabalho ter sido apresentado, notou-se que os docentes da turma começaram a enxergar a psicologia dentro da educação de uma forma diferente e mais acessível, para assim gerar um melhor relacionamento entre os professores e os alunos.

Palavras Chaves: Educação, Psicologia, Brasil, Professor.

MIEPE

MOSTRA INTERNACIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

ladvasf@facape.br

@ladvasf

LADVASF

FACAPE